



HISTÓRIA DA RÚSSIA SOVIÉTICA

A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUÊ 1

1917-1923

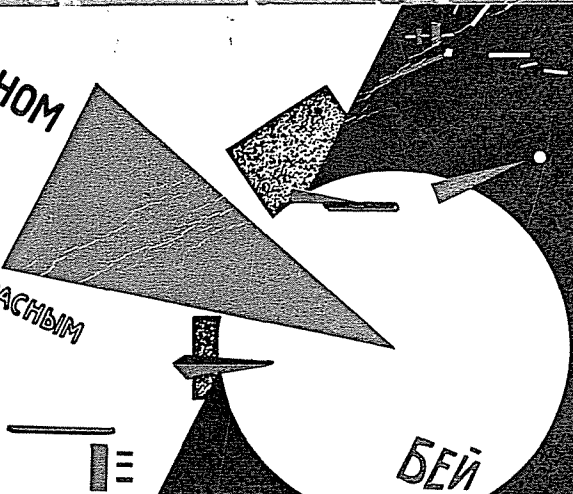
E. H. CARR / Afrontamento



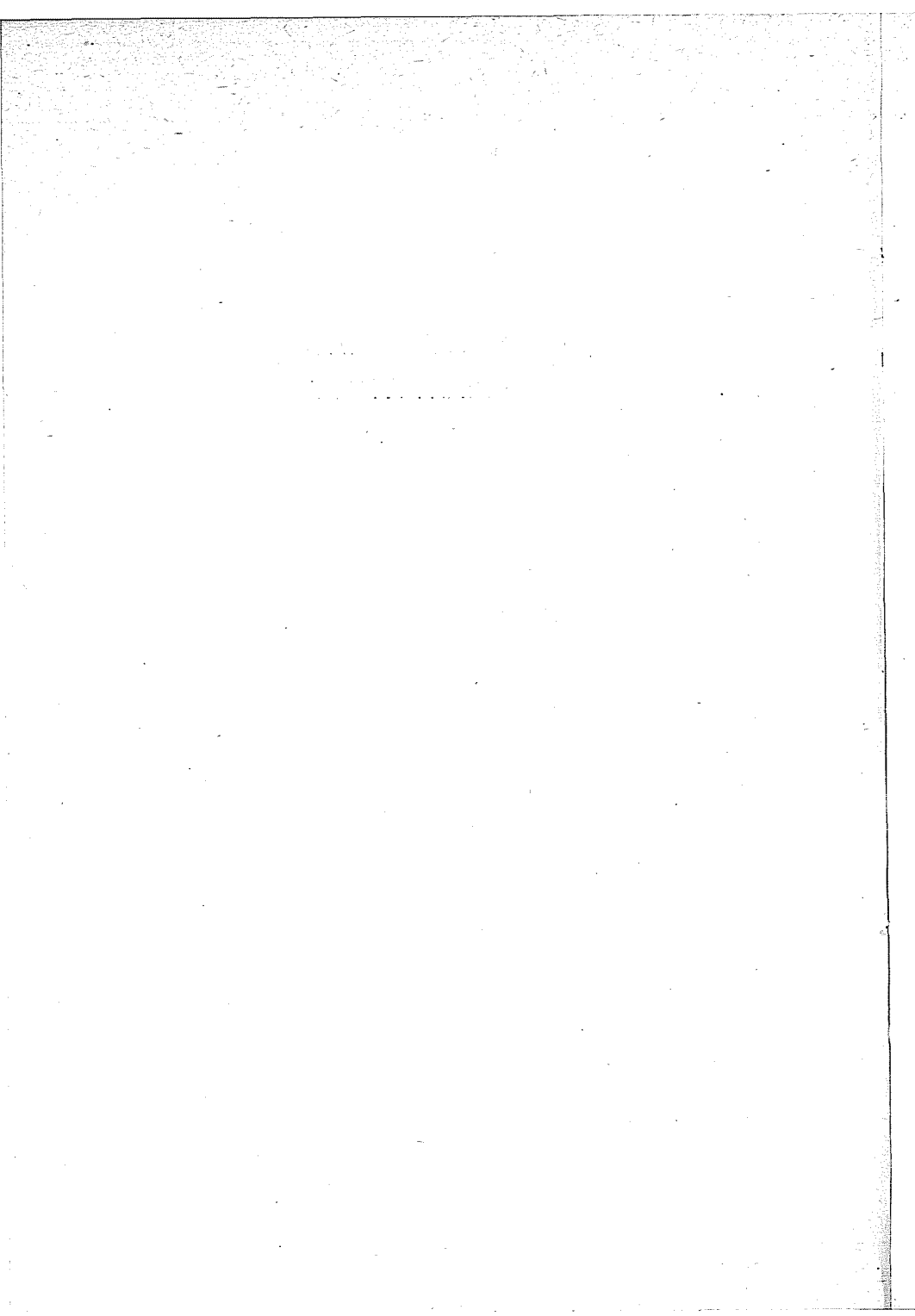
КЛИНОМ

КРАСНЫМ

БЕЙ



**A REVOLUÇÃO
BOLCHEVIQUE**
1.º vol.



HISTÓRIA DA RUSSIA SOVIÉTICA

A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

1917 - 1923

E. H. CARR

1.º vol.

AFRONTAMENTO/PORTO

Janeiro de 1977

Título original: *The Bolshevik Revolution*

© E. H. Carr

Tradução: António Sousa Ribeiro

Capa: João B.

Direitos reservados para Portugal por:

EDIÇÕES AFRONTAMENTO

Apartado 532 — Porto

PREFÁCIO

A temeridade que representa a tentativa de escrever uma história da Rússia a partir da Revolução de Outubro de 1917 salta aos olhos de toda a gente; e aqueles que, de qualquer forma, perdoarem a tentativa, hão-de mostrar alguma indulgência para com os erros da execução. Uma história da Rússia Soviética escrita por um inglês sem fundo marxista nem russo pode parecer uma empresa especialmente arriscada. Mas a amplitude e evidência do fosso a transpor têm as suas compensações. Os livros escritos na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos sobre a Europa Ocidental ou Central são muitas vezes arruinados pela suposição inconsciente de que a política e instituições de, por exemplo, a França, a Itália ou a Alemanha podem ser compreendidas à luz de analogias britânicas ou americanas. Nenhuma pessoa sensata será tentada a medir a Rússia de Lenine, Trotsky e Estaline por qualquer padrão pedido de empréstimo à Inglaterra de MacDonalld, Baldwin e Churchill ou à América de Wilson, Hoover e Franklin Roosevelt. O historiador da Rússia Soviética estará, em cada fase do seu trabalho, mais consciente do que habitualmente, do carácter exigente da dupla tarefa imposta a todo o historiador sério: combinar uma compreensão imaginativa do aspecto e propósito das suas personagens com uma apreciação primordial do significado universal da acção.

A minha ambição foi escrever a história, não dos eventos da revolução (estes já foram registados em crónica por muitas mãos), mas da ordem política, social e económica que dela emergiu. Tendo presente esta intenção, imaginei um longo capítulo introdutório, em que teria analisado a estrutura da sociedade soviética tal como foi estabelecida antes da última saída de cena de Lenine, na Primavera de 1923 — momento que coincidiu aproximadamente com a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas este esquema mostrou-se, uma vez examinado, quase ridiculamente inadequado à magnitude da obra de Lenine e da sua influência no futuro. O capítulo depressa foi planeado de novo como um volume e, ao ser escrito, transformou-se numa obra de maior envergadura com o título *A Revolução Bolchevique 1917-1923*, a ser completada em três volumes, o primeiro dos quais contém as partes I a III¹.

A Revolução Bolchevique 1917-1923, embora venha a ser um todo autónomo, conserva, não obstante, alguma coisa do seu carácter de estádio introdutório de uma empresa mais vasta. Pretende conter, não um registo exaustivo dos acontecimentos do período a que se refere, mas uma análise daqueles acontecimentos que modelaram as linhas principais da evolução subsequente. O leitor não encontrará, por exemplo, nenhuma narração consecutiva da guerra civil, embora eu tenha tido muitas ocasiões de discutir o seu curso e consequências, principalmente na parte III do presente volume, e venha a ter muitas mais na parte V. Por outro lado, não hesitei em dedicar os meus primeiros capítulos a acontecimentos e controvérsias anteriores a 1917 que, mesmo se as suas consequências imediatas parecem pequenas, desempenharam um papel vital na história posterior da revolução. *Ten Days that Shook the World*, de John Reed, (1919) e *My Reminiscences of the Russian Revolution*, de M. Philips Price, (1921) fornecem quadros cheios de vida da revolução

¹ O segundo volume, contendo a parte IV («A Ordem Económica»), e o terceiro volume, contendo a parte V («A Rússia Soviética e o Mundo»), foram publicados em 1952 e 1953. A segunda secção desta história, com o título *O Interregno 1923-1924* foi publicada em 1954. A terceira secção, intitulada *Socialismo num só País, 1924-1926*, foi publicada, em três volumes, em 1958, 1959 e 1964. Da quarta secção, *As origens duma economia planificada 1926-1929*, escrita em colaboração com R. W. Davies, foi publicado em 1969 o 1.º volume «A Ordem Económica»).

em si; e, quem procurar uma narração completa em inglês do período da guerra civil, encontra-la-á na *History of the Russian Revolution, 1917-1921*, de W. H. Chamberlain, (1935) em dois volumes.

Escrever a história contemporânea tem os seus riscos. Mas nunca me convenceram de que eles são maiores do que os que se apresentam ao historiador do passado mais remoto, quando o tempo reduziu os testemunhos a proporções manuseáveis, por um processo de selecção e atrito que não garante de forma alguma a sobrevivência dos mais apropriados. Acredita-se normalmente que o historiador da Rússia Soviética enfrenta dificuldades excepcionais devidas à escassez ou ao carácter de pouca confiança das suas fontes. Qualquer que seja a justificação que possa existir para esta crença no período posterior a 1928, ela não tem fundamento no período agora em questão, para o qual os materiais são abundantes e estão marcados, duma maneira geral, por uma franqueza invulgar, tanto na exposição de factos como na expressão de opiniões. Como as autoridades soviéticas seguem presentemente a política errónea de não encorajarem estudiosos não-comunistas da sua história e instituições a visitarem a URSS e trabalharem nas suas bibliotecas, fui obrigado a servir-me sobretudo das bibliotecas de outros países. Entre estas, as mais ricamente dotadas neste campo são as bibliotecas dos Estados Unidos; estou, portanto, profundamente grato ao Instituto de Investigação Avançada de Princeton, à Universidade de Columbia e à Universidade de Stanford por me terem tornado possível visitar os Estados Unidos; em 1948, e viajar largamente pelo país. As bibliotecas das Universidades de Columbia, Harvard e Stanford, bem como a Biblioteca Pública de Nova Iorque e a Biblioteca do Congresso, são todas ricas em material soviético; estou grato aos bibliotecários e ao pessoal de todas estas instituições pelo seu auxílio e conselho prontos na busca de material.

A parte principal do meu trabalho foi, no entanto, feita na Inglaterra; e, embora muito tenha ainda que se conseguir antes de serem desenvolvidas nas nossas mais importantes universidades as devidas facilidades para estudos soviéticos, tive a sorte do auxílio generoso de amigos, cuja diversidade de opiniões com frequência contribuiu para a clarificação da minha própria. Isaac Deutscher leu todo o meu manuscrito e favoreceu-me com os seus maduros conhecimentos e conselho sobre inúmeros pontos de facto e de interpre-

tação; A. Rothstein, professor da Faculdade de Estudos Eslavos e Este-Europeus, Universidade de Londres, leu vários capítulos e fez valiosos comentários e críticas; o Dr. R. Schelinger, do Departamento para o Estudo das Instituições Sociais e Econômicas da URSS, Universidade de Glasgow, prestou o mesmo serviço para o capítulo e nota sobre a doutrina bolchevique da autodeterminação e Rachemilevitch, para os dois primeiros capítulos sobre os princípios da história do partido; Jane Degras leu todo o volume em provas e sugeriu muitas correções tanto de conteúdo como de forma; o Dr. Ilya Neustadt, antigo assistente da biblioteca da Faculdade de Economia de Londres, e agora professor no Instituto Universitário de Leicester, foi um guia inestimável para os extensos recursos da biblioteca e um auxiliar de muitos recursos no que toca a assuntos de investigação; e J. C. W. Horne, do Museu Britânico, o Dr. L. Loewenson, bibliotecário da Faculdade de Estudos Eslavos e o pessoal da biblioteca do Instituto Real de Assuntos Internacionais, deram-me também ajuda cortês e constante na minha busca infundável de livros. Tenho consciência de ter incorrido em relação a todos numa dívida que não posso reconhecer de forma apropriada neste prefácio. É talvez menos necessário do que é costume nesta ocasião juntar o usual caveat de que nenhum dos que me ajudaram ou aconselharam é responsável, quer pelos meus erros, quer pelas minhas opiniões: nem um único deles deve estar de acordo com tudo o que escrevi. A minha gratidão para com eles é, apesar disso, sincera e profunda. Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos meus editores por me terem tornado possível embarcar neste empreendimento a longo prazo.

Há ainda alguns detalhes técnicos a notar. O calendário e o sistema de transliteração são dois constantes pesadelos de quem escreve sobre assuntos russos. Os acontecimentos na Rússia antes de 25 de Outubro/7 de Novembro de 1917 são aqui datados segundo o calendário juliano em vigor nessa altura; os acontecimentos ocorridos fora da Rússia são datados segundo o calendário ocidental. Onde quer que parecesse possível a confusão, tornei claro qual o calendário que estava a utilizar. Os acontecimentos ocorridos na Rússia entre 25 de Outubro/7 de Novembro de 1917 e 1/14 de Fevereiro de 1918 (quando a Rússia adoptou o calendário ocidental) são datados de ambas as formas. Os acontecimentos ocorridos depois de 1/14 de Fevereiro de 1918 são datados segundo o calendá-

rio ocidental. Nenhum sistema de transliteração é jamais satisfatório, a não ser para o filólogo que o inventou; o sistema que seguiu aproxima-se do da Biblioteca do Congresso, despojado de algumas das suas subtilezas. Nos nomes próprios, sacrifiquei algumas vezes o sistema ao desejo de evitar o insólito, escrevi Herzen (não Gertsen), Axelrod (não Axel'rod), Zinoviev (não Zinov'ev) e Ordjonikidze (não Ordzhonikidze). As vezes, sacrificou-se a coerência à familiaridade, como em Djugashvili (não Jugashvili ou Dzhugashvili) e Jordania (não Zhordania); e preferiu-se Dzerjinsky a Dzierzynski, a forma polaca que ele próprio usava, sem dúvida, quando escrevia em caligrafia latina. Em pormenores desses, não consegui provavelmente sequer ser incoerentemente coerente, mas só preciso de pedir a indulgência dos que não lutaram com estas dificuldades especiais².

No terceiro volume, inclui-se uma bibliografia das fontes principais utilizadas para A Revolução Bolchevique 1917-1923. Entretanto, espera-se que se encontre orientação suficiente nas notas de rodapé. Não existe uma única edição completa das obras de Marx e Engels nas línguas em que foram escritas. Da projectada Historisch-Kritische Gesamtausgabe, sob os auspícios do Instituto Marx-Engels-Lenine, só foram publicados sete volumes da parte I (Primeiros Escritos) e quatro volumes da parte III (correspondência Marx-Engels); usei-os onde apropriado. Nos outros pontos, usei a tradução russa das obras, virtualmente completa, também publicada pelo Instituto Marx-Engels-Lenine. Das obras de Lenine, usei a segunda edição (da qual a terceira foi uma reimpressão), de preferência à quarta edição, ainda incompleta, que omite quase todas as completas e instrutivas notas. Das obras de Estaline, estavam disponíveis os primeiros doze volumes (de dezasseis projectados) quando o presente volume foi para a tipografia. A edição completa das obras de Trotsky, em curso de publicação em Moscovo entre 1925 e 1927, não foi completada, mas usei esta edição para as obras nela incluídas. Discursos de Lenine e Estaline em congressos do partido ou dos soviets, etc., foram, em regra, citados das obras completas e não das actas oficiais dos congressos, etc., que são menos acessíveis ao estudioso vulgar; as transcri-

² Para a versão portuguesa dos nomes próprios, seguimos de perto a transcrição de Carr, com as necessárias adaptações baseadas nas equivalências fonéticas portuguesas. (N. do T.)

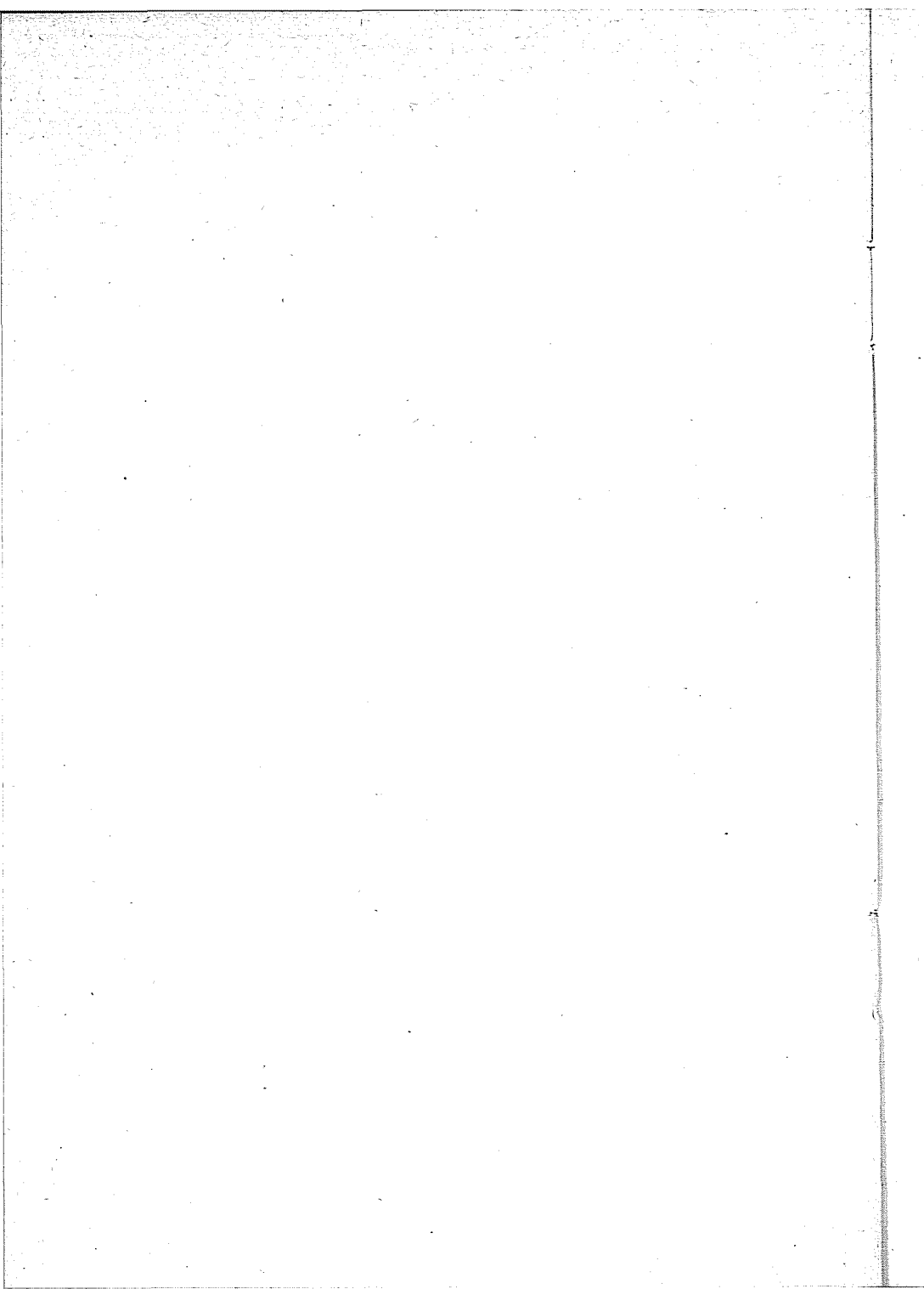
ções, onde as conferi, mostraram-se de confiança. Os outros oradores foram citados das actas oficiais. Devido ao carácter incompleto (e, às vezes, à ilegibilidade) dos ficheiros de jornais soviéticos neste país, fui obrigado ocasionalmente a citá-los de fontes secundárias, sem verificação. Com excepção das obras completas de Marx e Engels, Lenine, Trotsky e Estaline, forneci a data de publicação das fontes citadas. O lugar de publicação só foi registado onde era provável que surgisse dúvida; as obras em inglês entendem-se como tendo sido publicadas em Londres, salvo nota em contrário ou a não ser que a natureza da obra (por exemplo, a publicação oficial Foreign Relations of the United States) tornasse tal indicação supérflua. O hábito de usar abreviaturas de instituições soviéticas (por exemplo, VTsIK, Comintern) era demasiado cómodo para ser posto de parte. Mas dei sempre à instituição o seu título completo, na primeira menção, e acrescentei uma lista de abreviaturas no fim do volume.

E. H. Carr

20 de Abril de 1950

PARTE I

O HOMEM E O INSTRUMENTO



AS BASES DO BOLCHEVISMO

A origem do que depois se tornou o «Partido Comunista Russo (Bolcheviques)» e, mais tarde ainda, o «Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques)», remonta a um minúsculo congresso de nove homens que, reunindo-se em Minsk, em Março de 1898, fundaram um «Partido Operário Social-Democrata Russo»¹. Os nove delegados representavam organizações locais de Petersburgo, Moscovo, Kiev e Ekaterinoslav e a União Geral dos Trabalhadores Judaicos, normalmente chamada «Bund». O congresso durou três dias — 1-3 de Março de 1898. Nomeou um comité central e decidiu publicar um órgão do partido. Mas, antes de qualquer outra coisa poder ser feita, a polícia prendeu todos os principais participantes, de maneira que virtualmente nada restou deste esforço inicial, a não ser um nome comum partilhado por alguns comités e organizações locais que não tinham nenhum ponto unificador central nem outros contactos entre si. Nenhum dos nove delegados de Minsk desempenhou qualquer papel importante na história posterior do partido. Um «manifesto do Partido Operário Social-Democrata Russo», publicado depois do encerramento do congresso, foi obra de Peter Struve, um intelectual marxista. Ficou como o seu legado mais substancial à posteridade.

¹ Não *Russkaya*, mas *Rossiiskaya*, para denotar, não a Rússia étnica, mas todo o território do Império Russo.

O manifesto, depois de se referir ao «furação vivificante da Revolução de 1848», que tinha soprado sobre a Europa cinquenta anos antes, observava que a classe operária russa estava «inteiramente privada do que os seus camaradas de outros países gozam livre e pacificamente — uma participação na administração do estado, liberdade de expressão oral e escrita, liberdade de organização e reunião». Estes eram instrumentos necessários na luta «pela sua libertação final, contra a propriedade privada, pelo socialismo». No Ocidente, a burguesia tinha conquistado estas liberdades. Na Rússia, as condições eram diferentes:

Quanto mais para leste se for na Europa, tanto mais fraca, mesquinha e covarde no sentido político se torna a burguesia e tanto maiores são as tarefas culturais e políticas que cabem ao proletariado. A classe operária russa deve tomar e tomará sobre os seus fortes ombros a tarefa de conquistar a liberdade política. Este é um passo essencial, mas apenas o primeiro passo, para a realização da grande missão histórica do proletariado, para a criação de uma ordem social e económica em que não haja lugar para a exploração do homem pelo homem².

Este documento aceitava, assim, inequivocamente, as duas fases da revolução, a revolução democrático-burguesa e a socialista-proletária, estabelecidas no *Manifesto Comunista*, precisamente cinquenta anos antes. O seu grande mérito era o de chamar pela primeira vez a atenção para o dilema fundamental da revolução russa — a incapacidade da burguesia russa para fazer a sua própria revolução e a consequente extensão do papel do proletariado russo à chefia da revolução democrático-burguesa. A principal crítica que depois lhe foi feita foi que não chegava a mencionar a ditadura do proletariado ou a indicar o processo pelo qual se podia tornar o proletariado capaz de cumprir a sua missão. O manifesto permanecia um exercício académico, mais que um programa de acção.

O congresso de Minsk foi a primeira tentativa combinada para criar um partido marxista russo em solo russo. Durante os trinta anos anteriores, os principais revolucionários russos tinham sido os *narodniks* — um nome composto para uma série de grupos revolucionários que acreditavam na teoria da revolução camponesa e na prática do

² VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 3-5.

terrorismo contra membros da autocracia. No final da década de 1870, um jovem revolucionário chamado Plekhanov rompeu com os *narodniks* sobre a questão do terrorismo individual, que rejeitava como fútil, fugiu para o estrangeiro, tornou-se adepto do marxismo e fundou, em 1883, na Suíça, um grupo marxista denominado «A Libertação do Trabalho». Nos quinze anos seguintes, Plekhanov e os seus companheiros, dos quais Axelrod e Vera Zasulitch eram os mais activos, travaram uma guerra literária constante contra os *narodniks*, aplicando à Rússia a tese marxista de que a revolução só podia sobrevir pelo desenvolvimento do capitalismo e como obra do proletariado industrial. A rápida expansão da indústria e da vida fabril na Rússia durante estes anos e o começo de greves na indústria deram consistência a um programa que poderia, a princípio, ter parecido irrealista. Na década de 1890, grupos marxistas embrionários fizeram o seu aparecimento na própria Rússia e o ano de 1895 viu a fundação, em Petersburgo, de uma Liga de Luta pela Libertação da Classe Operária. Entre os membros desta liga, havia um jovem e entusiástico discípulo de Plekhanov, Vladimir Ilitch Ulianov.

Vladimir Ulianov tinha nascido em 1870, em Simbirsck (que, muitos anos depois, foi rebaptizada de Ulyanovsk), filho de um funcionário subalterno. A geração mais jovem da família cedo se imbuíu da tradição revolucionária. Quando Vladimir tinha dezassete anos, o seu irmão mais velho, Alexandre, foi executado por cumplicidade numa conspiração para assassinar Alexandre III. Vladimir Ulianov estudou na universidade de Kazan, onde se converteu ao marxismo, e donde acabou por ser expulso por actividades revolucionárias. No princípio da década de 1890, veio para Petersburgo para praticar direito e completar a sua educação marxista. Os seus primeiros escritos eram uma continuação das polémicas de Plekhanov contra os *narodniks* e, no Inverno de 1894-5, expunha a nova obra de Plekhanov, *Sobre a Questão do Desenvolvimento da Visão Monista da História*,³ a um círculo admirativo de jovens marxistas.

³ Este ponderoso título foi escolhido para desviar as suspeitas do conteúdo, sendo a obra publicada legalmente na Rússia com a sanção da censura. A tradução inglesa (1947) tem o título mais instrutivo de *In Defence of Materialism*. O autor escondia-se sob o pseudónimo de Beltov.

No Verão de 1895, o jovem Ulianov visitou o próprio mestre na Suíça e, de volta a Petersburgo, entrou para a Liga de Luta pela Libertação da Classe Operária. Mas a liga não estava interessada só na teoria. Ulianov, como os outros membros, ocupou-se da distribuição de panfletos revolucionários a trabalhadores fabris e isto levou à sua detenção, no final de 1895, à sua prisão por alguns meses e ao seu exílio final para a Sibéria, embora, devido à frouxidão dos regulamentos da polícia, a sentença não interrompesse as suas actividades literárias. Durante o exílio na Sibéria, o seu espírito esteve a ponderar planos de organização do partido, centrados sobre a criação de um jornal do partido a ser publicado no estrangeiro e introduzido clandestinamente na Rússia. Discutiu estes planos com Nadejda Krupskaya, que se reuniu a ele na Sibéria e se tornou sua mulher, com outro social-democrata, Krjijanovsky, que partilhava o seu lugar de exílio, e com dois outros, Potresov e Martov, que estavam noutros pontos da Sibéria⁴. Ao serem libertados da Sibéria, em princípios de 1900, Ulianov, Potresov e Martov, depois de reunirem fundos bem precisos, passaram para Genebra para procurarem obter a colaboração de Plekhanov. Depressa se chegou a acordo. Um semanário popular denominado *Iskra* («A Centelha») e uma sólida revista teórica denominada *Zarya* («A Aurora») seriam publicados sob a direcção de uma comissão de seis — Plekhanov, Axelrod e Zasulich, representando o grupo «A Libertação do Trabalho», e Ulianov, Potresov e Martov.

O primeiro número da *Iskra* saiu dos prelos em Estugarda⁵ em 1 de Dezembro de 1900, o primeiro número da *Zarya*, em 1 de Abril de 1901. O prestígio e autoridade de Plekhanov como decano dos marxistas russos tornavam-no, a seus próprios olhos e aos dos outros, o génio director da empresa. Os três membros do grupo «A Libertação do Trabalho» eram os únicos colaboradores futuros mencionados na proclamação preambular da *Iskra*, baseada aparentemente num esboço feito por Ulianov na Rússia⁶, e os mesmos três

⁴ N. K. Krupskaya, *Memories of Lenine* (I) (trad. ingl. 1930), p. 39.

⁵ Os números seguintes foram impressos em Munique, até Dezembro de 1903, altura em que a publicação foi transferida para Genebra.

⁶ Lenine, *Sochineniya*, IV, 37-41; *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 7-10. Martov confirma a existência do esboço original (Lenin, *Sochineniya*, IV, 554); não há qualquer testemunho que mostre quanto dele sobreviveu na versão acabada.

nomes — Plekhanov, Axelrod e Zasulich — apareciam também sozinhos no frontispício da *Zarya*. Os três redactores mais novos eram ainda completamente desconhecidos e tinham ainda que ganhar as suas esporas. Ulianov, o autor mais prolífico dentre eles, tinha publicado as suas primeiras obras sob os pseudónimos «Ilin» e «Tulin»; depois de deixar a Rússia, tinha escondido a sua identidade sob os pseudónimos «Petrov» e «Frei». Um artigo surgido na *Zarya* em Dezembro de 1901 foi a primeira ocasião em que foi usada uma nova assinatura, «Lenine». A ocasião teve importância simbólica. Foi por volta desta altura que Lenine começou a superiorizar-se aos seus companheiros de redacção pela energia e clareza das suas ideias. Só ele sabia exactamente o que queria: estabelecer um corpo aceite de doutrina revolucionária e um partido revolucionário organizado. O primeiro destes objectivos requeria, para além de encher as colunas da *Iskra*, a promulgação de um programa do partido; o segundo, a convocação de um congresso do partido para retomar o trabalho começado e abandonado em 1898. A *Iskra* destinava-se a dar, segundo a proclamação preambular do seu aparecimento, «uma fisionomia e organização definidas» ao movimento social-democrata russo disperso:

Antes de nos unirmos, e para nos unirmos, temos primeiro que traçar decisiva e definitivamente uma linha de demarcação. De outra forma, a nossa união seria apenas uma ficção a encobrir a presente confusão e a impedir a sua supressão radical. Compreender-se-á, portanto, que não pretendemos tornar o nosso órgão uma mera compilação de opiniões variadas. Dirigimo-nos, pelo contrário, no espírito de uma política rigidamente definida⁷.

Por meados de 1902, a *Iskra* pôde apresentar aos seus leitores um programa do partido em esboço, que representava uma cautelosa fusão dos pontos de vista de Plekhanov, mais moderado e prudente, e dos de Lenine, mais arrojado e intransigente. Mais ou menos pela mesma altura, Lenine publicou a sua primeira obra importante sobre doutrina e organização revolucionárias, *Que Fazer?* No princípio de 1903, os preparativos estavam suficientemente avançados para con-

⁷ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 9; Lenin, *Sochineniya*, IV, 39-40.

vocar um congresso do partido, a reunir-se em Bruxelas em Julho desse ano.

«O bolchevismo como corrente de pensamento político e como partido político», escreveria Lenine, quase vinte anos depois, «existiu desde 1903»⁸. O seu carácter foi determinado pelas controvérsias do período em que foi concebido e criado — controvérsias em que o génio perspicaz, a persistência confiante e o temperamento polémico de Lenine lhe deram o papel mais saliente. Antes de o congresso reunir, três batalhas ideológicas tinham sido travadas e vencidas. Em oposição aos *narodniks*, o Partido Operário Social-Democrata Russo considerava o proletariado, e não o camponês, como a força condutora da revolução vindoura; em oposição aos «marxistas legais», pregava a acção revolucionária e socialista; em oposição aos chamados «economistas», apresentava em nome do proletariado reivindicações tanto políticas como económicas.

A campanha contra os *narodniks* foi a obra mais importante de Plekhanov. Os primeiros revolucionários russos da década de 1860, construindo sobre os alicerces intelectuais colocados pelos pioneiros dos anos quarenta, eram materialistas no sentido do século dezoito. Iluministas e radicais na tradição da Revolução Francesa, não tinham contacto nem com o camponês nem com o trabalhador fabril russo, ainda numericamente insignificante. Os revolucionários russos da década de 1870 descobriram o camponês russo e encontraram nele o futuro protagonista da revolução russa, que assim adquiriu, pela primeira vez, um conteúdo tanto social como intelectual. Alguns deles eram discípulos de Bakunine e voltaram-se para o anarquismo e o terrorismo. Outros foram influenciados por Marx (cujas obras começaram a penetrar na Rússia nos anos setenta), mas interpretaram a sua doutrina numa forma peculiarmente russa, argumentando que a Rússia, sendo um país predominantemente rural, evitaria a fase ocidental de capitalismo burguês e que a comuna camponesa especificamente russa proporcionaria uma transição directa do feudalismo do passado para o comunismo do futuro. A distinção entre os radicais revolucionários dos anos sessenta e os *narodniks* dos anos setenta

⁸ Ibid., XXV, 174.

tinha alguma analogia com a famosa discussão noutros campos do pensamento russo entre ocidentais e eslavófilos. Os ocidentais sustentavam que era destino da Rússia, como país atrasado, aprender com o Ocidente e avançar através das mesmas fases e pelos mesmos processos que já tinham marcado o desenvolvimento do Ocidente. Os eslavófilos acreditavam que a Rússia, atrasada, sem dúvida, mas cheia de vigor juvenil e, neste aspecto, superior ao Ocidente já em decadência, tinha um destino próprio especial a cumprir que lhe permitiria mostrar-se superior aos males característicos da civilização ocidental.

Os primeiros escritos de Lenine contra os *narodniks* pouco mais faziam que repisar os argumentos de Plekhanov. Exactamente no primeiro deles, proclama com ênfase juvenil a sua própria fé revolucionária no proletariado:

É na classe trabalhadora industrial que os sociais-democratas centram a sua atenção e a sua actividade. Quando os membros avançados dessa classe tiverem assimilado as ideias do socialismo científico e a ideia do papel do operário russo na história, quando as suas ideias estiverem espalhadas e os trabalhadores tiverem criado organizações estáveis que transformem a guerra económica desconexa de hoje numa luta de classes consciente — então o operário russo, levantando-se à frente de todos os elementos democráticos, derrubará o absolutismo e conduzirá o PROLETARIADO RUSSO (ao lado do proletariado de TODOS OS PAÍSES) pelo caminho recto da luta política aberta, em direcção a uma *Revolução Comunista Vitoriosa* ⁹.

Na última década do século dezanove, Witte e capitalistas estrangeiros ocuparam-se em intensificar o desenvolvimento da indústria russa e do proletariado russo e criar assim as condições que mostrariam que Plekhanov e Lenine tinham razão. No firmamento revolucionário, estava a subir a estrela do trabalhador industrial e a estrela do camponês a descer. Não foi senão em 1905 que o problema de enquadrar o camponês no esquema revolucionário se tornou de novo uma questão candente do partido.

«Os marxistas legais» eram um pequeno grupo de intelectuais que, em meados da década de 1890, começaram a expor doutrinas marxistas em livros e artigos vazados numa forma susceptível de passar a censura russa. A rápida pro-

⁹ Lenine, *Sochineniya*, I, 194.

pagação do marxismo entre os intelectuais russos nesta altura devia-se à expansão da indústria russa e à ausência de qualquer tradição ou filosofia política burguesa que pudesse desempenhar na Rússia o papel do liberalismo ocidental. Marx tinha louvado o crescimento do capitalismo em condições feudais como uma força progressista. O marxismo era aceitável para a classe média russa nascente como um reforço ideológico na luta contra o feudalismo e a autocracia, exactamente como o marxismo exerceria mais tarde a sua atracção sobre a classe capitalista em ascensão nos países asiáticos atrasados como aliado na luta contra o imperialismo estrangeiro. Mas, ao aceitar o marxismo, o intelectual russo da classe média esvaziava-o de qualquer conteúdo revolucionário imediato, de tal forma que as autoridades, que ainda recebiam os *narodniks* como o principal partido revolucionário, não eram relutantes em tolerar estes inimigos jurados dos *narodniks*, cujo próprio programa parecia não acarretar ameaça iminente. A figura marcante entre os «marxistas legais» era Peter Struve, o autor do manifesto do congresso de Minsk. As suas *Notas Críticas sobre a Questão do Desenvolvimento Económico da Rússia*, publicadas em 1894, foram a plataforma original do grupo, terminando com a famosa injunção aos socialistas para não se preocuparem com projectos irrealistas de «tomar o céu de assalto», mas para «aprenderem na escola do capitalismo»¹⁰. «Marxistas legais» eram também Bulgakov e Berdiaev, ulteriores convertidos ao cristianismo ortodoxo, e Tugan-Baranovsky, autor de uma obra clássica sobre as fábricas russas. Diametralmente opostos aos *narodniks*, aceitavam sem reservas o ponto de vista marxista do desenvolvimento do capitalismo burguês como primeira fase necessária da consecução final do socialismo e acreditavam que, a este respeito, a Rússia tinha que aprender com o Ocidente e trilhar o caminho ocidental. Até aqui, Lenine estava de pleno acordo com eles. Mas a sua insistência na necessidade da fase capitalista burguesa depressa os levou a considerar esta como um fim em si e a substituir a revolução pela reforma como processo pelo qual o socialismo seria finalmente conseguido, anteci-

¹⁰ Struve ocupou por algum tempo uma posição equívoca e colaborou nos primeiros números da *Iskra*; depois de 1902, rompeu toda a ligação com o partido e, anos mais tarde, tornou-se inimigo acérrimo da revolução.

pando assim as opiniões de Bernstein e dos «revisionistas» do marxismo alemães. Tal como Lenine resumiu a questão muito depois, «eles eram democratas burgueses para quem a ruptura com o *narodnismo* significava uma transição do socialismo pequeno-burguês (ou campesino), não para o socialismo proletário, como no nosso caso, mas para o liberalismo burguês»¹¹.

Mais substancial foi a controvérsia com os chamados «economistas» — um grupo de sociais-democratas russos que exerceram uma poderosa influência em todo o movimento, por volta do dobrar do século. O princípio distintivo dos «economistas» era a separação rígida da economia e da política; a primeira era com os trabalhadores, a segunda com os mentores intelectuais do partido. Segundo esta tese, os trabalhadores estavam interessados, não em fins políticos mas apenas em fins económicos; a luta de classes reduzia-se, para eles, a uma forma de trade-unionismo — uma luta de homens contra patrões por melhores condições de trabalho e melhorias sociais dentro do quadro da ordem existente. A política dizia respeito aos intelectuais; mas, como o único programa político concebível na Rússia da altura era um programa de reforma burguesa, os intelectuais do partido estavam limitados de facto aos mesmos objectivos dos liberais burgueses e tornaram-se impossíveis de distinguir deles. Nos termos do chamado *credo*, que veio a ser aceite como manifesto do grupo:

As discussões sobre um partido político operário independente não são nada mais que o produto de uma transferência de tarefas e realizações estrangeiras para o nosso solo... Todo um conjunto de condições históricas impede-nos de sermos marxistas ocidentais e exige de nós um marxismo diferente, que seja apropriado e necessário em condições russas. A falta em todos os cidadãos russos de sentimento e senso políticos não pode evidentemente ser reparada por discussões sobre política ou por apelos a uma força não existente. Este senso político só pode obter-se pelo exercício, quer dizer, pela participação na vida (por menos marxista que possa ser) que a realidade russa oferece... Para o marxista russo, só há uma saída: apoiar a luta económica do proletariado e participar na actividade da oposição liberal¹².

¹¹ Lenin, *Sochineniya*, XII, 57.

¹² *Ibid.*, II, 479-80. Segundo a autora do documento, Kuskova, ele não era destinado a publicação nem o título de *credo* lhe foi dado

Estas heresias foram denunciadas, no Verão de 1899, por Lenine e um grupo dos seus companheiros de exílio na Sibéria, que as descreveram num contramanifesto como um recuo do manifesto do partido do ano anterior, em que «a tarefa de conquistar a liberdade política» tinha sido colocada firmemente sobre «os fortes ombros» do operário russo¹³. No ano seguinte, Plekhanov publicou um vade-mécum de documentos precedidos de um prefácio seu que se destinava a servir de exposição final do «economismo»¹⁴; e Martov, que tinha talento para a sátira política, escreveu um *Hino do mais Recente Socialismo Russo*:

Não nos aduleis com as vossas políticas, ó demagogos das massas trabalhadoras, não nos palreis sobre os vossos comunismos; nós acreditamos no poder das ... *caisses d'assistance*¹⁵.

A controvérsia continuou no período da *Iskra*, ocupando muitas colunas do novo jornal; e o *Que Fazer?* de Lenine, depois de um ataque inicial contra os «marxistas legais», passava a um assalto em massa ao «economismo» em todas as suas ramificações:

A ideia do social-democrata deve ser, não a de um secretário de sindicato, mas de um *tribuno do povo* ... Uma política trade-unionista da classe operária é simplesmente uma *política burguesa para a classe operária*¹⁶.

Era necessária agitação tanto política como económica para despertar a consciência de classe das massas. Na realidade, as duas não podiam separar-se, visto que toda a luta de classes era essencialmente política. Contrariamente aos «marxistas legais», que eram em essência um grupo burguês que advogava políticas burguesas através de uma linguagem marxista, os «economistas» tinham uma política de agitação económica e reforma social para aos trabalhadores e eram, nesse sentido, um partido operário genuíno. Mas chegavam

por ela (ibid., II, 638-9). A publicidade que teve foi devida ao facto de Lenine e os seus companheiros da Sibéria o terem tomado como base para o seu ataque ao «economismo».

¹³ Ibid., II, 483-6.

¹⁴ G. V. Plekhanov, *Sochineniya*, XII, 3-42.

¹⁵ Citado em E. Yaroslavsky, *Istoriya VKP(B)*, I (1926), 252.

¹⁶ Lenin, *Sochineniya*, IV, 423-6.

mesma conclusão prática dos marxistas legais de que era necessário adiar para um futuro indefinido a luta socialista revolucionária do proletariado e concentrar-se entretanto num programa democrático reformista em aliança com a burguesia. Lenine não deixou, anos mais tarde, de salientar que eles tinham prefigurado, neste aspecto, o dogma fundamental do menchevismo¹⁷.

A questão subjacente em jogo na controvérsia com os marxistas legais e os economistas, era uma questão que continuou a seguir os passos de toda a história da revolução russa. O esquema metódico do *Manifesto Comunista* cuidava da revolução por fases sucessivas. Primeiro, a revolução burguesa derrubaria os restos da ordem feudal e do absolutismo político e estabeleceria a democracia burguesa e o capitalismo burguês, com o seu fenómeno concomitante, um proletariado industrial; em seguida, o proletariado, organizando-se sob as condições proporcionadas pela democracia burguesa, passaria à revolução final para derrubar o capitalismo burguês e estabelecer o socialismo. Por outro lado, o próprio Marx tinha parecido ter algumas dúvidas sobre a aplicação deste esquema, que era o produto de uma generalização brilhante da história inglesa e francesa à Alemanha da década de 1840, ainda à espera da sua revolução burguesa, mas já de posse de uma indústria nascente e de um proletariado em rápido crescimento. Em 1844, Marx tinha posto em causa a possibilidade de manter a futura revolução alemã dentro dos limites de uma revolução burguesa: «que deixa os pilares da casa de pé» e declarado que a Alemanha só podia emancipar-se por intermédio do proletariado revolucionário¹⁸. No próprio *Manifesto Comunista*, ele predizia que, devido às «condições avançadas» e «proletariado desenvolvido» da Alemanha coeva, a revolução burguesa alemã seria «o prelúdio imediato de uma revolução proletária». E, depois de o fiasco de 1848 ter revelado a impotência da burguesia alemã, Marx aproximou ainda mais a ligação entre as revoluções burguesa e proletária na Alemanha. Na sua alocução

¹⁷ Ibid., XIII, 69.

¹⁸ Era esta a essência do famoso passo final do ensaio *Crítica da Teoria do Direito de Hegel*, que terminava com a predição de que «o sinal para a ressurreição da Alemanha dos mortos será dado pelo cantar do galo gaulês» (*Karl Marx-Friedrich Engels. Historisch-Kritische Gesamtausgabe, I^{er} Teil, I, i, 617-20*).

à Liga Comunista, em Março de 1850, ele argumentou que o fracasso de 1848 tinha imposto uma dupla tarefa aos operários alemães: primeiro, apoiar a burguesia na sua luta democrática contra o feudalismo e dar a essa luta a forma mais aguda possível; e, em segundo lugar, manter um partido independente pronto para tomar em mãos a luta socialista contra o capitalismo burguês logo que a revolução democrático-burguesa estivesse completa. Para além disso, embora as duas tarefas estivessem teoricamente separadas, o interesse dos trabalhadores era tornar o processo contínuo:

Enquanto a pequena burguesia democrática quer terminar a revolução o mais rapidamente possível... o nosso interesse e a nossa tarefa consistem em tornar a revolução permanente, até todas as classes mais ou menos possidentes serem afastadas da autoridade, até o proletariado conquistar o poder de estado, até a união dos proletários, não apenas num só país, mas em todos os países importantes do mundo, estar suficientemente desenvolvida para pôr fim à competição entre os proletários destes países e até, no mínimo dos mínimos, as principais forças produtivas estarem concentradas nas mãos dos proletários.

E Marx terminava um longo apelo com a frase: «O seu grito de guerra tem que ser 'revolução permanente'»¹⁹.

Os marxistas russos da década de 1890 tinham, assim, dois caminhos abertos à sua frente. Toda a gente concordava em que a Rússia não tinha ainda atingido a sua revolução burguesa; e podia, por conseguinte, argumentar-se, como argumentavam os marxistas legais e os economistas, que, nesta fase, o proletariado só podia, no que respeitava à revolução socialista, desempenhar um papel de espera e actuar, entretanto, como aliado subsidiário da burguesia no seu programa para a destruição do feudalismo e da autocracia. A alternativa era aplicar à Rússia algum esquema semelhante ao que Marx tinha proposto para a Alemanha; e Lenine parece ter sido o primeiro, num artigo intitulado *Tarefas dos Sociais-Democratas Russos*, escrito na Sibéria

¹⁹ Marx i Engels, *Sochineniya*, VII, 483, 489. A origem desta expressão famosa é incerta; Marx usou-a pela primeira vez num artigo de 1844, em que observava que Napoleão tinha «substituído a revolução permanente pela guerra permanente» (*Karl Marx-Friedrich Engels: Kritische Gesamtausgabe*, I^{er} Teil, III, 299); em 1850, atribuiu a Blanqui «uma declaração de revolução permanente» (Marx i Engels, *Sochineniya*, VIII, 81).

em 1898, a fazer a aplicação. Nele, Lenine argumentava que a tarefa da social-democracia era conduzir a luta de classe do proletariado «em ambas as suas manifestações» — na luta democrática contra o absolutismo, em que o proletariado teria um aliado na burguesia, e na luta socialista contra o capitalismo, em que o proletariado combateria sozinho. Embora «todos os sociais-democratas reconheçam que a revolução política na Rússia tem que preceder a revolução socialista», é, não obstante, verdade que a tarefa democrática está «indissolivelmente ligada à tarefa socialista», de tal forma que «todos os *socialistas* da Rússia têm que se tornar *sociais-democratas*... e todos os *democratas* verdadeiros e coerentes da Rússia têm que se tornar *sociais-democratas*»²⁰. Lenine mantinha uma separação teórica completa entre as duas revoluções. Atento à ausência na Rússia do desenvolvimento industrial relativamente avançado da Alemanha em 1848, ele abstinha-se de seguir Marx na sua predição de uma sucessão «imediate» das revoluções burguesa e proletária; preferia não dizer absolutamente nada sobre o intervalo entre elas. Mas o «laço indissolúvel» entre as duas tarefas da social-democracia russa aproximava-o da concepção de Marx para a Alemanha de um processo contínuo da revolução. O artigo de Lenine foi entusiasticamente recebido pelo grupo «Libertação do Trabalho» em Genebra e com uma introdução de Axelrod a enaltecê-lo como «comentário directo» ao manifesto do partido²¹.

A aceitação da dupla tarefa do proletariado, democrática

²⁰ Lenin, *Sochineniya*, II, 171-8. A tese do «laço indissolúvel» tem uma tradição respeitável no pensamento russo. Herzen, que, embora justamente considerado precursor dos *narodniks*, mostra traços ocasionais da influência de Marx, escreveu em 1868: «Uma república que não conduzisse ao socialismo parecer-nos-ia absurda, uma transição tomando-se por um fim; o socialismo que tentasse dispensar a liberdade política, a igualdade de direitos degeneraria rapidamente em comunismo autoritário» (*Polnoe Sobranie Sochinenii i Pisem*, ed. M. K. Lemke, XX (1923), 132; corrigiu-se um erro evidente de pontuação). Dum ângulo diferente, um Ministro do Interior sob Alexandre III, D. Tolstoy, disse nos anos oitenta: «Qualquer tentativa para introduzir na Rússia formas parlamentares de governo oeste-europeias está condenada ao fracasso. Se o regime czarista... for derrubado, o seu lugar será ocupado pelo comunismo, o comunismo puro sem disfarce do senhor Karl Marx que morreu recentemente em Londres e cujas teorias estudei com atenção e interesse» (Bernhard von Bülow, *Denkwürdigkeiten* (1931), IV, 573).

²¹ A introdução está reproduzida em Lenin, *Sochineniya*, II, 603-5.

e socialista, tinha as suas implicações em termos de organização do partido. Um dos pontos em debate na controvérsia com os economistas era a chamada questão da «espontaneidade»²² no movimento operário. O *Manifesto Comunista*, ao atacar os socialistas utópicos, tinha oposto «a organização de classe gradual e espontânea do proletariado» a «uma organização da sociedade especialmente imaginada por estes inventores». Por outro lado, a insistência no desenvolvimento «gradual» e «espontâneo» podia ser levada a um ponto em que se traduzisse numa negação da necessidade de acção política. A «espontaneidade» tornou-se, assim, uma frase-feita dos economistas, que sustentaram que o desenvolvimento da acção económica entre as massas (sindicalismo, greves, etc.) as tornaria «espontaneamente» maduras para a revolução. Os sociais-democratas ortodoxos, representados por Plekhanov e pelo grupo «Libertação do Trabalho», bem como por Lenine, argumentavam não só que os trabalhadores deviam ser encorajados a apresentar exigências tanto políticas como económicas, mas que deviam ser imbuídos com um objectivo revolucionário consciente e conduzir uma campanha revolucionária conscientemente planeada. «Consciência» foi adoptada como a palavra-chave oposta a «espontaneidade»²³. Segundo Lenine, a fraqueza do movimento operário russo ao fim do século era que o elemento «espontâneo» tinha suplantado a «consciência». O rápido desenvolvimento industrial da Rússia tinha provocado uma vaga de greves contra as condições intoleráveis da fábrica. Mas o protesto dos trabalhadores não era guiado por qualquer consciência ou teoria revolucionárias.

A discussão teórica sobre «espontaneidade» e «consciência» mascarava a vital questão prática da natureza e função de um partido revolucionário, que acabou por fender em dois o Partido Operário Social-Democrata Russo. O que um dia se tornaria doutrina bolchevique desenvolveu-se gradualmente e não provocou sérios choques de opinião dentro do

²² As palavras russas *stikhiiny* e *stikhiinost* são traduzidas convencional, mas inadequadamente, por «espontâneo» e «espontaneidade». Elas dão também a ideia de inspiração natural, de alguma coisa inata e elementar.

²³ A controvérsia reflecte-se também num dos primeiros artigos, de 1901, de Estaline, que escreveu que «a social-democracia tomou em mãos este movimento inconsciente, espontâneo, desorganizado» dos trabalhadores (*Sochineniya*, I, 14).

partido antes do fatídico congresso de 1903. Não foi moldado exclusivamente por Lenine. Plekhanov ainda gozava de uma autoridade sem par como teórico do partido que Lenine levou tempo a contestar. Mas, a partir da fundação da *Iskra*, Lenine tornou-se cada vez mais o regulador do movimento de ideias avançadas dentro do partido e é nos seus escritos que a evolução da doutrina do partido pode ser mais claramente reconstituída. A visão do carácter do partido consistentemente exposta na *Iskra* assentava em duas proposições a que Lenine voltou repetidas vezes. A primeira era que «sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário»²⁴. A segunda era que «a consciência social-democrata» ou «consciência política de classe» não era um desenvolvimento «espontâneo» e só podia chegar ao trabalhador «de fora»²⁵. Ambas estas proposições definiam a relação do partido para com o proletariado no seu conjunto e tinham corolários cujas implicações de largo alcance não eram imediatamente aparentes.

A primeira proposição, que insistia na importância suprema da teoria, exigia um partido criado por intelectuais e, pelo menos no início, constituído sobretudo por eles. Isto, na opinião de Lenine, era uma necessidade historicamente comprovada:

A história de todos os países testemunha que, só pelos seus próprios recursos, a classe operária só está em condições de criar uma consciência sindicalista, isto é, a convicção da necessidade de se unir em sindicatos, de conduzir uma luta contra os patrões, de obter do governo a promulgação desta ou daquela lei indispensável para os trabalhadores, e assim por diante. As doutrinas do socialismo surgiram de teorias filosóficas, históricas e económicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, da intelligentsia. Os fundadores do socialismo contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam eles próprios pela sua origem social à intelligentsia burguesa. Analogamente, na Rússia as doutrinas teóricas da social-democracia surgiram de forma totalmente independente do desenvolvimento espontâneo do movimento operário, surgiram como resultado natural e inevitável da evolução do pensamento entre a intelligentsia socialista-revolucionária²⁶.

²⁴ Lenin, *Sochineniya*, II, 184, IV, 380.

²⁵ *Ibid.*, IV, 384, 422.

²⁶ *Ibid.*, IV, 384-5. A ênfase de Lenine parece tê-lo aqui levado a uma expressão («de forma totalmente independente») que é duvidosamente marxista; em qualquer outra parte, ele acentuava as neces-

Invocava a autoridade das «palavras profundamente justas e ponderosas» de Kautsky, ainda o chefe teórico venerado da social-democracia alemã:

O movimento socialista contemporâneo só pode surgir com base em conhecimentos científicos profundos... O portador desta ciência não é o proletariado, mas a *intelligentsia burguesa*; o socialismo contemporâneo nasceu nas cabeças de membros individuais desta classe²⁷.

É difícil dissociar esta atitude de um leve aroma de condescendência, que era característico de Plekhanov e não estava totalmente ausente, nesta altura, dos escritos de Lenine. O manifesto que anunciava a fundação da *Iskra*, prosseguindo a campanha contra os economistas, exprimia desprezo por «literatura puramente operária»²⁸; e, lançando um olhar retrospectivo sobre este período, muito mais tarde, Lenine observou que, na Rússia como noutros sítios, o crescimento de um movimento operário de massas tinha sido um sinal para o aparecimento de desvios «oportunistas» no campo marxista²⁹. Lenine e os seus primeiros companheiros eram intelectuais da mais pura água e as suas obras atingiam um alto nível de erudição e perspicácia. Zinoviev descreveu os poucos operários das primeiras organizações do partido como

sérias raízes sociais de toda a doutrina política. A mesma acusação podia ser feita a um passo bem conhecido de um dos próprios primeiros escritos de Marx, em que ele falava do proletariado como «a arma material da filosofia» para fazer a revolução (*Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe, I^{er} Teil, I, i, 619-20*).

²⁷ Ibid., IV, 390-1.

²⁸ *VKP(B) v Rezolyustsiyakh* (1941), I, 10.

²⁹ Lenin, *Sochineniya*, XVII, 344. Marx tinha observado que «os operários, quando ... abandonam o trabalho e se tornam *littérateurs* profissionais, fazem sempre confusão 'teórica'» (Marx i Engels, *Sochineniya*, XXVI, 484-5). R. Michels, discutindo a questão com base na experiência alemã e italiana, conclui que «sempre que o bastião de marechal repousou na mão calejada do trabalhador, o exército de trabalhadores teve uma chefia menos segura e menos satisfatória para os seus objectivos do que quando a chefia esteve nas mãos de homens de outras classes da sociedade» e acrescenta explicitamente: «Em última análise, não foram tanto os intelectuais revisionistas como os dirigentes do movimento sindical, quer dizer, de origem proletária, que estiveram por trás da tendência reformista na social-democracia alemã» (*Zur Soziologie des Parteiwesens* (segunda edição 1925), pp. 391, 408).

«fenómenos isolados»³⁰. A Revolução de 1905 trouxe pela primeira vez às fileiras do partido um número significativo de trabalhadores.

A segunda proposição, que encarava o partido como uma *élite* revolucionária que impunha uma consciência revolucionária «de fora» à massa dos trabalhadores, traçava uma distinção nítida entre o proletariado e o partido. A classe era uma unidade económica, o partido uma unidade política ou ideológica³¹, e estava na natureza das coisas que o partido só pudesse ser uma parte da classe³² — a sua vanguarda e o paladino dos seus interesses. Foi Plekhanov quem, nas colunas da *Iskra*, criou o termo «hegemonia» para exprimir a relação do partido com o proletariado. Protestava contra a «confusão do conceito de 'classe' com o conceito de 'partido'» «e acrescentava que «toda a classe operária é uma coisa e uma coisa completamente diferente é o partido social-democrata, que representa apenas o destacamento avançado e, a princípio, numericamente pequeno da classe operária»³³. Nenhum marxista sério jamais acreditou que uma pequena elite de revolucionários pudesse, por si só, fazer uma revolução; isso teria sido cair na heresia do «blanquismo»³⁴. Ninguém insistiu mais energicamente que o próprio Lenine em que nenhuma acção política séria era possível sem as massas. Mas o partido nunca foi concebido por Lenine como uma

³⁰ G. Zinoviev, *Geschichte der Kommunistischen Partei Russlands* (1923), p. 85.

³¹ Como diz o socialista francês Lagardelle a classe mantém-se unida por um *lien de nécessité*, o partido por um *lien de volonté* (H. Lagardelle, *Le Socialisme Ouvrier* (1911), pp. 116-7).

³² Afirmou-se até que era esta a origem da palavra: «A palavra 'partido' derivaria do latim *pars* ou parte; e nós, marxistas, dizemos hoje que o partido é parte duma classe definida» (G. Zinoviev, *Geschichte der Kommunistischen Partei Russlands* (1923), p. 10).

³³ G. V. Plekhanov, *Sochineniya*, XII, 80-1.

³⁴ «Blanquismo», em terminologia revolucionária do século dezanove, significava inclinação para a conspiração revolucionária isolada ou *putsch* e abandono da organização metódica. «Uma conspiração militar é blanquismo», escreveu Lenine em 1917, «se não for organizada pelo partido de uma classe definida, se os seus organizadores não tiverem tomado em conta o factor político em geral e os factores internacionais em particular» — e se as condições objectivas não forem propícias (Lenin, *Sochineniya*, XXI, 347). Uma definição mais breve, embora talvez de menos confiança é sugerida pelo *obiter dictum* de Lenine, em 1917: «Nós não somos blanquistas: Não somos a favor da tomada do poder por uma minoria» (ibid., XX, 96).

organização de massas. Muita da sua força era devida ao facto de que estava mais interessado em excluir que em incluir: qualidade, mais que quantidade, era o seu objectivo. A função do partido era guiar os trabalhadores. «A luta espontânea do proletariado só se tornará uma 'luta de classes' genuína quando essa luta for conduzida por uma forte organização de revolucionários³⁵. A teoria da espontaneidade, que negava este papel de chefia, era alcunhada de «seguidismo», porque condenava o partido a ficar na cauda do movimento operário.

A doutrina do partido como um repositório de teoria e consciência revolucionárias, conduzindo e guiando um movimento operário espontâneo, foi elaborada por Lenine e pelos seus companheiros da *Iskra* contra um fundo de controvérsia geral. Tinha, no entanto, bom fundamento marxista. Uma doutrina semelhante tinha inspirado a primeira Liga Comunista da década de 1840, uma associação cujo número de membros nunca excedeu algumas centenas, e deixado a sua marca em pelo menos um passo do *Manifesto Comunista*:

Os comunistas são, praticamente, a parte mais progressista e resoluta da classe operária de todos os países... eles têm, teoricamente, a vantagem sobre a grande massa do proletariado de compreenderem a linha de progressão, condições e resultados gerais do movimento proletário.

Outro passo do *Manifesto Comunista*, por outro lado, descrevia o movimento proletário como «o movimento independente e consciente de si mesmo da imensa maioria»; e, anos mais tarde, influenciados, em parte, pelos fracassos de 1848 e, em parte, pelo ambiente inglês, Marx e Engels vieram a acreditar num período de doutrinação das massas como prelúdio necessário de uma revolução proletária. A única organização apadrinhada por Marx e Engels depois da sua chegada a Inglaterra, a Associação Internacional dos Trabalhadores (a chamada «Primeira Internacional»), era uma associação de massas, não um partido revolucionário, e estava tão longe quanto se pudesse imaginar da Liga Comunista da sua juventude.

Uma diferença como a que havia entre o Marx da Liga Comunista e o Marx da Primeira Internacional era efeito, não duma evolução de doutrina, mas duma mudança de

³⁵ *Ibid.*, IV, 465.

milieu, do estado policial prussiano dos anos quarenta para a democracia burguesa da Inglaterra dos meados do período vitoriano. Era, assim, lógico que Lenine tivesse sido, a este respeito, discípulo do jovem Marx, mais que do velho. Lenine foi, desde o início, um revolucionário russo prático, cuja teoria revolucionária foi forjada à luz das necessidades e potencialidades russas. O projecto de tornar a intelligentsia a ponta de lança de uma revolução proletária era ainda mais apropriado às condições russas que às alemãs, não só porque o proletariado russo, fraco e atrasado, tinha, ainda mais que o seu congénere alemão e, a *fortiori*, que o seu congénere oeste-europeu, necessidade de tal chefia, mas porque a intelligentsia russa não possuía, como a sua congénere ocidental, raízes sociais na burguesia comercial e não estava, portanto, comprometida a qualquer fidelidade burguesa firmemente arreigada. A intelligentsia russa, economicamente desenraizada, tinha já mostrado como a sua capacidade de pensamento revolucionário abstracto podia ser aproveitada para a realidade política da revolução social. O movimento de «ir para o povo» da década de 1870, dirigindo-se exclusivamente à parte mais atrasada da população, o campesinato, foi um fiasco. Mas teve o seu lugar na história como uma primeira tentativa, quixotesca e desesperada, para transpor o fosso entre as massas e a intelligentsia revolucionária e isto podia agora ser repetido com as massas proletárias. Foi, no entanto, quando Lenine chegou aos detalhes de organização do partido, que as condições russas influenciaram mais claramente o seu pensamento. A natureza do estado russo impedia a formação de qualquer espécie de partido socialista, ou mesmo democrático, segundo um modelo ocidental, e impelia todo o movimento democrático ou socialista para canais secretos e conspirativos. Grupos revolucionários isolados de operários e estudantes, constituídos por amadores bem intencionados, caíam facilmente nas mãos da polícia czarista. Proezas dessas eram como «uma campanha empreendida por bandos de camponeses armados de varapaus contra um exército moderno»³⁶.

Contra pequenos grupos de socialistas à procura de abrigo por todo o vasto mundo subterrâneo russo (escreveu Lenine, nesta altura) ergue-se a gigantesca máquina do poderoso estado

³⁶ Ibid., IV, 439.

contemporâneo, retesando todas as suas forças para esmagar o socialismo e a democracia. Estamos convencidos de que acabaremos por despedaçar este estado policial... Mas, para manter uma luta sistemática contra o governo, temos que levar a nossa organização revolucionária ao ponto de perfeição mais elevado³⁷.

Fazer a revolução na Rússia era uma tarefa para revolucionários profissionais e não era por acaso que metáforas militares apareciam tão frequentemente em discussões, não só de Lenine, mas de Plekhanov e de outros redactores da *Iskra* sobre a organização do partido.

O tema da organização do partido foi desenvolvido finalmente, no verão de 1902, na opúsculo *Que Fazer?*, que tirava as conclusões da campanha contra os economistas. No tratamento deste tópico concreto, Lenine adiantou-se mais aos seus companheiros da *Iskra* que em qualquer ocasião anterior. Comparava a posição dos economistas com a dos revisionistas na Alemanha, dos «possibilistas» na França e dos fabianos na Inglaterra; era o sintoma duma profunda divisão no movimento social-democrata entre um partido democrático de reformadores sociais e um partido socialista de verdadeiros revolucionários³⁸. O primeiro partido concebia-se como uma «organização de operários», o segundo como uma «organização de revolucionários». A diferença era fundamental:

Uma organização de operários deve, em primeiro lugar, ser por profissões; em segundo lugar, deve ser tão ampla quanto possível; em terceiro lugar, deve ser tão pouco secreta quanto possível... Inversamente, uma organização de revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, pessoas cuja ocupação seja a actividade revolucionária... Esta organização deve necessariamente ser não muito ampla e tão secreta quanto possível³⁹.

Lenine enfrentava a acusação de que uma organização dessas estava em contradição com «o princípio democrático». A acusação podia apenas vir de meios estrangeiros desconhecedores das realidades russas. O princípio democrático, tal como era normalmente interpretado, exigia «completa publicidade» e «eleição para todos os postos». Nenhuma des-

³⁷ *Leninskii Sbornik*, III (1925), 26.

³⁸ Lenin, *Sochineniya*, IV, 366-7.

³⁹ *Ibid.*, IV, 447.

tas exigências podia ser satisfeita por um partido revolucionário a trabalhar dentro da «estrutura da nossa autocracia». Lenine concluía:

O único princípio organizacional sério para os que trabalham no nosso movimento deve ser o mais rigoroso sigilo, a mais rigorosa escolha de membros, preparação de revolucionários profissionais. Uma vez presentes estas características, está garantido algo mais que a democracia: a completa confiança fraternal entre revolucionários... Seria um grande erro pensar que a impossibilidade de um controle verdadeiramente «democrático» torna os membros duma organização irresponsáveis... Eles sentem a sua *responsabilidade* muito vivamente, sabendo por experiência que, para se desembaraçar de um membro indigno, uma organização de revolucionários genuínos não recua perante nada⁴⁰.

Este princípio devia ser aplicado igualmente a todos os níveis:

Temos que quebrar completamente com a tradição de um tipo de organização social-democrática puramente operária ou sindical até aos grupos de fábrica *inclusive*. O grupo de fábrica ou comité de fábrica... deve consistir num número muito pequeno de *revolucionários*, que recebem *directamente do comité (central)* ordem e poderes para conduzir todo o trabalho do partido social-democrata na fábrica. Todos os membros do comité de fábrica devem considerar-se agentes do comité (central), obrigados a submeterem-se a todas as suas instruções, obrigados a observarem todas as «leis e costumes» deste «exército em campanha» para o qual entraram e que não podem deixar sem autorização do comandante⁴¹.

Assim, toda a tónica veio a ser posta na necessidade de um partido pequeno e rigorosamente unido sob forte chefia central, para agir em nome do proletariado como ponta de lança da revolução. Os métodos da luta revolucionária variavam e tinham que ser determinados empiricamente de quando em quando. O que permanecia fixo e consistente era o plano central, edificado sobre uma base teórica sólida e executado, com o apoio das massas, por um partido de revolucionários profissionais altamente organizado, disciplinado e dirigido do centro.

⁴⁰ Ibid., IV, 466-9.

⁴¹ Ibid., V, 185-6.

Lenine, agora com trinta e poucos anos, tinha atingido o auge das suas faculdades. Os três anos que se seguiram à sua libertação da Sibéria foram anos de febril e incessante actividade intelectual. Foram estes os anos em que as bases do bolchevismo «como corrente de pensamento político e como partido político» foram lançadas. O instrumento trazia a marca do homem: reflectia a simplicidade do seu criador, o seu vigor inflexível e, acima de tudo, o seu único objectivo. Um passo famoso das memórias de Krupskaya testemunha aquela forte concentração num único fim que era o traço distintivo do carácter de Lenine. Quando andava no liceu, gostava de patinar, mas achava que isso o cansava, de forma que tinha vontade de dormir depois. «Isto prejudicava os meus estudos. Portanto, abandonei a patinagem». Depois do seu regresso da Sibéria, deixou de jogar xadrez porque «o xadrez apodera-se demais duma pessoa e prejudica o trabalho». Em certa altura, tinha-se fascinado com o estudo do latim, mas «isso começou a entrar outro trabalho, de forma que o abandonei»⁴². Depois da revolução, disse a Gorky:

Não posso ouvir música demasiadas vezes. Ela afecta os nervos duma pessoa, fá-la querer dizer coisas estúpidas e gentis e acariciar as cabeças das pessoas que, vivendo neste inferno sórdido, foram capazes de criar tal beleza. E agora não se deve acariciar a cabeça de ninguém — podia-se ficar com a mão arrancada à dentada⁴³.

Se Lenine podia conduzir e dominar homens, era porque ele próprio, ao longo da vida, foi conduzido e dominado até um ponto invulgar por um único pensamento e um único objectivo. Este sentido esmagador de serviço a uma ideia explicava a simplicidade e modéstia de comportamento que todos notavam nele. Ele constituía um exemplo de austeridade e impersonalidade que se manteve muito tempo como um padrão de conduta para o partido. Sem dúvida que Estaline tinha razão ao notar este traço como «um dos aspectos mais convincentes de Lenine como o novo dirigente das novas massas»⁴⁴. Mas nenhuma parcela de cálculo em Lenine quanto a uma atitude que estava profundamente enraizada no seu carácter.

⁴² Krupskaya, *Memories of Lenin (I)* (trad. ingl. 1930), p. 35.

⁴³ M. Gorky, *Days with Lenin* (trad. ingl. s. d. (1932?)), p. 52.

⁴⁴ Stalin, *Sochineniya*, VI, 55.

Esta simplicidade e rectidão sinceras deixaram a sua marca no pensamento de Lenine. A sua imensa erudição, a sua capacidade analítica, o seu notável vigor intelectual na ordenação de factos e argumentos eram patenteados sem muita preocupação pelas alternâncias mais subtis de luz e sombra; tudo era bem definido, brilhante, decisivo. Como Bukharine disse, no último ano da vida de Lenine:

Lenine é um estratega de génio. Ele sabe que é necessário ferir o principal inimigo e não jogar eclecticamente com sombras ⁴⁵.

Na polémica, era capaz de recorrer a uma acentuação unilateral, que justificava pela necessidade de contrariar uma unilateralidade semelhante do seu adversário:

Os economistas inclinavam a questão para um lado (disse ele no segundo congresso do partido, defendendo *Que Fazer?*) Para endireitar a questão, era necessário incliná-la para o outro lado; e foi isto que eu fiz ⁴⁶.

Contudo, as suas ideias podiam ser utópicas até à ingenuidade, como nas suas reflexões sobre o desaparecimento do estado ou sobre a substituição da burocracia pelo serviço pessoal dos cidadãos. A combinação de uma simplicidade fundamental de pensamento e carácter com fanatismo de opinião e implacabilidade na acção lembra fortemente Robespierre. A autoconfiança de Lenine na infalibilidade do seu credo tornava-se tanto mais formidável pela sua falta de pretensões pessoais. A denúncia de adversários e a atribuição da sua miopia intelectual a falta de rectidão moral tinham-se firmado na tradição russa desde Belinsky e na tradição revolucionária desde Marx, se não antes. Mas o fanatismo não era de modo nenhum menos real por ser tradicional; e mesmo companheiros revolucionários se chocavam com a implacabilidade com que Lenine excomungava os dissidentes. «Um sectário com uma séria preparação marxista, um sectário marxista», foi o veredicto final do amargamente hostil Potresov, que considerava Lenine «constitucionalmente

⁴⁵ *Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 563.

⁴⁶ Lenin, *Sochineniya*, VI, 23. *O Estado e a Revolução*, escrito quinze anos mais tarde, revela a mesma técnica (ver adiante, p. 149).

incapaz de assimilar opiniões diferentes da sua própria»⁴⁷. Mas Lenine não era um simples teórico da revolução. A opinião nunca era separada da acção. Ele era um revolucionário activo e, dissesse-se o que se dissesse da doutrina, a prática da revolução não consentia nenhuma misericórdia nem nenhuma excepção.

Era esta união de teoria e prática que tornava Lenine uma figura complexa e explicava a sua rara grandeza. Trotsky, num passo célebre, contrastou Marx, o homem de teoria, com Lenine, o homem de acção:

«A totalidade de Marx aparece no *Manifesto Comunista*, no prefácio à *Crítica (da Economia política)*, n' *O Capital*. Mesmo se nunca tivesse estado destinado a tornar-se o fundador da Primeira Internacional, ele permaneceria ainda para sempre a figura que conhecemos hoje. A totalidade de Lenine, por outro lado, aparece na acção revolucionária. As suas obras científicas são apenas uma preparação para a actividade. Mesmo se ele nunca tivesse publicado um único livro, continuaria a viver na história na forma com que entrou nela: como chefe da revolução proletária, como criador da Terceira Internacional»⁴⁸.

Esta avaliação pode necessitar de alguma correcção, especialmente no que toca ao primeiro período. Mas foi o próprio Lenine que citou, em Abril de 1917: «Parda, meu amigo, é toda a teoria, mas verde é a árvore eterna da vida»⁴⁹; e foi Lenine que, em Novembro de 1917, observou com um suspiro de alívio que é «mais agradável e útil atravessar a experiência da revolução que escrever sobre ela»⁵⁰. Nos meses seguintes, esteve constantemente em conflito com os doutrinários do seu partido.

Não basta (escreveu ele nesta altura) ser revolucionário e defensor do socialismo em geral. É necessário saber em cada momento como encontrar o elo próprio da cadeia que tem que ser agarrado com todas as forças para manter toda a cadeia no lugar e preparar-se para avançar resolutamente para o elo seguinte⁵¹.

⁴⁷ A. N. Potresov, *Posmertnyi Sbornik Proizvedenii* (Paris, 1937), pp. 294; 299.

⁴⁸ L. Trotsky, *Lenine* (s. d. (1924)), p. 148.

⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XX, 102.

⁵⁰ *ibid.*, XXI, 455.

⁵¹ *Ibid.*, XXII, 466.

Depois de três anos de experiência revolucionária, ele podia exclamar — foi, sem dúvida, um *obiter dictum* pronunciado no calor da disputa — que «a prática é cem vezes mais importante que qualquer teoria»⁵². No registo do génio de Lenine, uma das rubricas mais importantes teria que ser consagrada à sua grandeza como estratega e tático político. A sua providência em edificar antecipadamente posições inexpugnáveis correspondia um instinto misterioso que lhe dizia onde, quando e como desferir o golpe ou conter-se.

Se, contudo, Lenine foi um grande revolucionário — talvez o maior de todos os tempos — o seu génio foi muito mais construtivo que destrutivo. A contribuição de Lenine e dos bolcheviques para o derrube do czarismo foi insignificante. É só num sentido externo que eles podem ser considerados responsáveis pelo derrube do Governo Provisório. A partir de Julho de 1917, a sua queda tinha-se tornado inevitável; estava só à espera que aparecesse o seu sucessor. O bolchevismo sucedeu a um trono vago. Os momentos cruciais do intervalo entre as Revoluções de Fevereiro e de Outubro foram a proclamação de Lenine ao Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Junho, de que os bolcheviques estavam dispostos a tomar o poder e a decisão de Lenine, em Setembro, de que a ocasião estava madura para o tomar. A obra mais importante de Lenine veio depois da vitória sem derramamento de sangue da revolução, em Outubro de 1917, e foi a de um grande homem de estado construtivo. Mas o que ele edificou, com todos os seus méritos e todos os seus defeitos, foi erguido sobre alicerces colocados muito tempo antes e não pode ser compreendido completamente sem algum conhecimento desses alicerces. Os primeiros deles foram lançados durante o chamado período da *Iskra*, antes de os partidários de Lenine receberem o seu nome distintivo, no segundo congresso do partido.

⁵² Ibid., XXVI, 71.

BOLCHEVIQUES E MENCHEVIQUES

Como resultado, sobretudo, do trabalho preparatório feito pelo grupo da *Iskra*, reuniu-se o segundo congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, em Julho e Agosto de 1903, sob a presidência de Plekhanov, primeiro em Bruxelas (donde fugiu por recear perseguição da polícia) e, depois, em Londres. Foi o verdadeiro congresso fundador do partido; mas também assistiu à famosa cisão entre bolcheviques e mencheviques, que se alargou e aprofundou até levar à completa separação formal, depois de 1912. Estiveram presentes no congresso representantes de vinte e cinco organizações sociais-democratas reconhecidas, tendo cada uma dois votos, excepto a organização operária judaica, o Bund, que tinha três, em virtude do estatuto especial de secção autónoma do partido que lhe tinha sido concedido pelo primeiro congresso. Como algumas organizações só mandaram um delegado, o congresso compôs-se na realidade de quarenta e três delegados com direito a voto, que dispunham no total de cinquenta e um votos. Além disso, havia catorze delegados de várias organizações, com direitos consultivos, mas sem direito a voto. Dos delegados de pleno direito, mais de trinta eram partidários declarados da *Iskra* e o congresso foi completamente dominado pelo grupo da *Iskra*. Enquanto os da *Iskra* permaneceram unidos, a única oposição combinada veio dos delegados do Bund, que estavam quase exclusivamente interessados nos direitos das minorias nacionais e

em manter o seu próprio estatuto autónomo no partido, e de dois delegados com tendências «economistas», Akimov e Martynov, que representavam a União dos Sociais-democratas Russos no Estrangeiro. A resolução de reconhecer a *Iskra* como órgão central do partido foi aprovada numa fase inicial do congresso, com apenas dois votos discordantes¹.

Os assuntos mais importantes presentes ao congresso eram a adopção dum programa do partido e dum estatuto do partido. Plekhanov, na década de 1880, e Lenine, na de 1890, tinham já feito tentativas de esboçar um programa e, quando o grupo da *Iskra* começou a consolidar-se, a exigência de um programa do partido foi apresentada simultaneamente com a exigência de um novo congresso do partido. As discussões que continuaram pelos princípios de 1902 puseram Lenine, que era a favor da juventude e contra quaisquer concessões ao oportunismo, contra Plekhanov, que pregava a tradição e a prudência mesmo na busca da revolução. Um primeiro projecto de Plekhanov foi severamente criticado por Lenine, que o descreveu como «não um programa para um partido empenhado num combate prático, mas uma declaração de princípios — mais um programa para estudantes»² e apresentou um contraprojecto próprio. A incumbência da conciliação foi confiada a uma comissão composta por outros membros do grupo da *Iskra* que, algo surpreendentemente, foi bem sucedida. A autoridade de Plekhanov era ainda imensa e Lenine, ainda com trinta e poucos anos, estava disposto — quase pela última vez na vida — a aceitar um compromisso numa questão teórica. Lenine aceitou uma formulação menos incisiva que a sua do avanço do capitalismo na Rússia para o clímax inevitável da revolução social. Mas conseguiu a inclusão de um prudente programa de reforma agrária, que tinha estado completamente ausente do projecto de Plekhanov. Do projecto de programa publicado na *Iskra*, em 1 de Junho de 1902, e submetido ao congresso do partido no ano seguinte, a parte primeira ou teórica era, em termos gerais, obra de Plekhanov, reforçada aqui e ali por Lenine, a parte segunda ou prática, obra de Lenine, atenuada aqui e ali por Plekhanov³.

¹ *Vtoroi S' 'ezd RSDRP* (1932), p. 155.

² Lenine, *Sochineniya*, V, 18.

³ As contribuições de Lenine estão reproduzidas em Lenine, *Sochineniya*, V, 1-51, e encontrar-se-á um útil e breve resumo de toda a controvérsia *ibid.*, V., 398-9, nota 1.

A parte teórica do programa começava com o argumento marxista ortodoxo de que as relações de produção se desenvolveram agora a um ponto em que o capitalismo burguês se tornou incompatível com a continuação do progresso. À medida que as contradições se multiplicam, «o número e solidariedade dos proletários⁴ aumentam e a sua luta contra os seus exploradores torna-se mais aguda». O desenvolvimento técnico, portanto, «cria cada vez mais rapidamente a possibilidade material de uma substituição das relações de produção capitalistas pelas socialistas», quer dizer, de uma revolução social que «abolisse a divisão da sociedade em classes» e «pusse fim a todas as formas de exploração de uma classe da sociedade por outra». A ditadura do proletariado, definida como «a conquista de poder político pelo proletariado», era «a condição indispensável desta revolução social». Era a primeira vez que a ditadura do proletariado tinha sido inscrita formalmente em qualquer programa de partido. A parte prática e especificamente russa do programa dizia respeito a objectivos imediatos; estes, como o *Manifesto Comunista* tinha dito, variariam, naturalmente, de país para país. Estes objectivos dividiam-se em três grupos — reivindicações políticas (incluindo o sufrágio igual e universal, liberdade de consciência, de expressão, de imprensa, de reunião e associação, eleição dos juizes, separação da igreja e do estado e educação gratuita e universal), reivindicações económicas dos operários (incluindo o dia de oito horas, proibição do emprego de crianças, limitações no trabalho para mulheres, previdência do estado para a velhice e invalidez e proibição de multas e do pagamento em géneros) e reivindicações económicas dos camponeses (especialmente a devolução das faixas de terra que lhes tinham sido injustamente tiradas na altura da emancipação). Estas eram evidentemente consideradas pelos autores do programa como as reivindicações mais extremas compatíveis com a obtenção do apoio da burguesia radical nas primeiras fases da revolução. A relação entre

⁴ Martynov propôs no congresso emendar esta frase para «o número, solidariedade e consciência dos proletários» (*Vtoroi S'ezd RSDRP* (1932), p. 116). Isto era um eco da controvérsia sobre espontaneidade e consciência e foi acompanhado por um vigoroso ataque a *Que Fazer?*, com base em que ele negava qualquer impulso espontaneamente socialista do proletariado; Lenine foi defendido por Plekhanov, Martov e Trotsky e a emenda foi rejeitada.

estes objectivos imediatos e o objectivo final da sociedade sem classes não era mencionada. O programa terminava oferecendo o apoio do partido a «qualquer movimento de oposição ou revolucionário dirigido contra a ordem social e económica existente na Rússia» e reclamando como primeiro passo para a realização dos seus objectivos «o derrube da autocracia e a convocação de uma *assembleia constituinte* livremente eleita por todo o povo». O programa foi debatido em pormenor pelo congresso e fizeram-se pequenas emendas. Mas, no fim de contas, só Akimov se opôs à sua adopção formal⁷. Permaneceu inalterado até 1919.

O debate sobre o estatuto do partido meteu-se logo por águas fundas quanto ao primeiro artigo do estatuto que definia os requisitos para ser membro. A comissão que preparou o projecto tinha-se dividido sobre uma questão de princípio e apresentava dois textos alternativos, um proposto por Lenine, outro por Martov. Lenine tinha definido os requisitos para ser membro do partido nos seguintes termos:

É membro do partido quem aceita o seu programa e o apoia tanto materialmente como por participação pessoal numa das suas organizações.

Martov propunha a alternativa seguinte:

É membro do Partido Operário Social-Democrata Russo quem aceita o seu programa e o apoia tanto materialmente como por cooperação regular sob a direcção de uma das suas organizações.

A margem entre os projectos era estreita na forma; mas a fórmula mais precisa em que Lenine insistia era uma expressão deliberada e provocante — e todos sabiam que o era — da sua concepção, já elaborada em *Que Fazer?*, de um pequeno partido de revolucionários profissionais organizados e disciplinados. Os ânimos aqueceram; e a distinção que surgiu deste debate entre *Iskraístas* «duros» e «brandos»⁶ foi a forma original da querela entre bolcheviques e men-

⁵ *Vtoroi S'ezd RSDRP* (1932), pp. 258-9. O texto do programa tal como foi adoptado pode ler-se *ibid.*, pp. 417-23, *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 19-23 e noutros sítios.

⁶ Lenine classificou-os também depois como *Iskraístas* «coerentes» e «incoerentes» (Lenin, *Sochineniya*, VI, 269).

cheviques. Martov e Axelrod distinguiam entre «organização» e «partido». Embora se admitisse a necessidade de uma organização conspirativa, esta só podia ter significado se fosse o núcleo de um amplo partido de simpatizantes. Lenine retorquia que era essencial distinguir entre «tagarelas» e «operários»: o projecto de Martov abria a porta da mesma forma a ambos. Plekhanov desceu, com um ar um tanto indifferente, para o lado de Lenine. Os outros membros do comité redactorial da *Iskra*, Potresov e Zaslitch, não falaram, mas partilhavam as opiniões de Axelrod e Martov. Trotsky colocou-se inesperadamente a favor de Martov⁷. Ao fim de um longo e obstinado debate, o projecto de Lenine foi rejeitado numa votação plena do congresso por vinte e oito votos contra vinte e dois⁸. O resto do estatuto foi aceite sem muita dificuldade. A algo tosca organização central do partido consistia no comité redactorial do órgão central (*Iskra*), como guardião da doutrina do partido, num comité central para dirigir o trabalho do partido através das organizações locais e num conselho do partido com cinco membros, composto por dois delegados de cada um destes órgãos e por um presidente nomeado pelo congresso do partido; o conselho era o órgão supremo de contrôle, responsável apenas perante o congresso bienal⁹.

A sequência da votação sobre o primeiro artigo do estatuto foi paradoxal. A maioria tinha-se composto de *Iskraístas* «brandos» e dos delegados do Bund e de outras organizações estranhas que nunca tinham estado associadas com a *Iskra*. Dentro do grupo da *Iskra* em si, Lenine dominava ainda uma maioria. A discussão sobre o estatuto do partido envolvia uma decisão sobre as relações do Bund com o partido. A rejeição, por maioria esmagadora, da pretensão do Bund de «permanecer o único representante do proletariado judeu» fez que os seus delegados se retirassem ofendidos, depois da vigésima sétima sessão do congresso

⁷ Trotsky visitou Lenine em Londres, em Outubro de 1902, e atraiu rapidamente a atenção pelo seu talento literário. Por duas vezes, na Primavera de 1903, Lenine propôs que ele fosse agregado ao comité redactorial da *Iskra*, mas defrontou-se com um veto firme de Plekhanov (Krupskaya, «Trotsky era, no congresso, o último que Lenine pensava que vacilasse» (ibid., p. 99).

⁸ *Vtoroi S'ezd RSDRP* (1932), pp. 263-85.

⁹ O texto do estatuto encontra-se em *Vtoroi S'ezd RSDRP* (1932), pp. 423-425 e *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 24-5.

(houve trinta e sete ao todo)¹⁰. Na sessão seguinte, uma decisão de reconhecer no estatuto apenas uma organização «estrangeira» ao partido, a Liga da Social-Democracia Revolucionária, que estava estreitamente ligada à *Iskra* (Lenine era o seu delegado no congresso), privando, assim, de direitos a União dos Sociais-Democratas Russos no Estrangeiro, levou à retirada de Martynov e Akimov¹¹. Ao tomar estas decisões, todos os da *Iskra* se mantinham ainda unidos. Mas o afastamento de sete delegados que tinham votado com os «brandos» quanto aos requisitos para ser membro do partido teve o resultado de fazer pender a balança dos votos para os «duros». Tornou-se evidente que Lenine dominaria uma maioria no congresso sobre o único ponto de importância eminente da agenda — as eleições para os órgãos do partido — e que usaria este poder para favorecer a vitória das suas opiniões. Esta descoberta, mais que qualquer incidente notório, provocou uma mudança súbita no clima do congresso. A partir da trigésima sessão, os debates foram conduzidos numa atmosfera de intenso azedume.

Estava, evidentemente, em jogo uma questão de peso. Tem, contudo, que se acrescentar que cláusulas do estatuto do partido, redigidas e apresentadas ao congresso pelo grupo da *Iskra* em conjunto, proporcionavam um contróle quase ilimitado da autoridade central sobre os órgãos do partido locais e que a indignação subsequente face à concepção de Lenine de um partido centralizado e disciplinado foi a consequência, mais que a origem, da querela. Transpirava das recriminações mútuas entre Lenine e Martov no congresso que o projecto de Lenine de reduzir o número do comité redactorial da *Iskra*, segundo a nova distribuição, de seis para três e de limitar o número de membros do comité central do partido a três tinha sido discutido no comité, antes do congresso, sem encontrar qualquer objecção de princípio. Foi só quando este projecto apareceu no congresso na forma concreta de uma proposta para eleger Plekhanov, Lenine e Martov (dois «duros» e um «brando») para o comité redactorial da *Iskra* e para eleger figuras secundárias para o comité central, de forma a que o controle do partido pelo comité redactorial fosse incontestado, que a opposição se tornou

¹⁰ *Vtoroi S' ezd RSDRP* (1932), pp. 324-5.

¹¹ *Ibid.*, p. 334.

implacável; e foi no congresso que Martov fez pela primeira vez a acusação de «lei marcial dentro do partido» com «leis de excepção contra certos grupos», que desempenhou um papel tão conspícuo na controvérsia posterior¹². O resto dos debates assumiu a forma de uma série de votações e protestos. A decisão de eleger três membros do comité redactorial da *Iskra* foi tomada por uma maioria de vinte e cinco votos contra dois com dezassete abstenções. A maioria tratou então de eleger Plekhanov, Lenine e Martov; Martov rejeitou o lugar oferecido no comité; e a minoria recusou tomar mais qualquer parte nas eleições¹³. O comité central foi composto unicamente por «duros» e Plekhanov eleito presidente do conselho do partido. Com base nestes resultados, apelidou-se os vencedores de «bolcheviques» ou homens da maioria e os dissidentes de «mencheviques» ou homens da minoria. Estes nomes estavam destinados a passar à história.

Não foi este, no entanto, o fim da história. Plekhanov tinha-se mantido firmemente com Lenine durante o turbilhão do congresso. Quando um delegado tentou traçar uma distinção entre as opiniões de Lenine e as suas, ele tinha replicado um pouco pomposamente que, ao passo que Napoleão tinha obrigado os seus marechais a divorciarem-se das mulheres, ninguém conseguiria separá-lo de Lenine¹⁴. Mas a discussão anterior sobre o programa tinha já mostrado quão facilmente a brandura do mais velho poderia colidir com a implacabilidade do mais novo. Plekhanov depressa se chocou com a solidez inflexível com que Lenine tencionava explorar a vitória. Os mencheviques que Lenine queria excomungar incluíam a maioria dos velhos amigos e companheiros de Plekhanov. A rigorosa disciplina partidária de Lenine tinha sido aprovada por Plekhanov em princípio, mas, quando se chegou à aplicação, mostrou-se estranha às noções menos rígidas de organização política que ele tinha assimilado inconscientemente durante a sua longa permanência no Ocidente. Plekhanov começou a advogar a reconciliação com os dissidentes, o que era impensável para Lenine. Antes do fim de 1903, Lenine tinha-se demitido do comité redactorial

¹² Ibid., p. 373.

¹³ Ibid., p. 376. A partir deste ponto, as duas facções em que o congresso se tinha cindido começaram a fazer reuniões separadas (Lenin, *Sochineniya*, VI, 56).

¹⁴ *Vtoroi S' ezd RSDRP* (1932), p. 138.

da *Iskra* ¹⁵; Plekhanov tinha-lhe agregado os membros antigos rejeitados pelo congresso, todos mencheviques; a *Iskra* tinha-se tornado um órgão menchevique; e Lenine, expulso da máquina do partido que o congresso tinha posto nas suas mãos, ficou a organizar os seus bolcheviques como facção independente.

Os doze meses seguintes viram uma série de artigos contundentes contra Lenine da pena de Plekhanov, bem como da dos seus antigos companheiros da *Iskra*. Plekhanov depressa venceu qualquer embaraço causado pelo seu passado de apoio a Lenine até ao fim do segundo congresso, dando a desculpa pouco convincente de que tinha discorrido de alguns passos de *Que Fazer?* quando o lera pela primeira vez, mas que tinha tido a impressão de que Lenine havia modificado as suas opiniões ¹⁶. Lenine era agora declarado culpado de alimentar «um espírito sectário de exclusivismo» ¹⁷. Num artigo intitulado *Centralismo ou Bonapartismo?*, ele era acusado de «confundir a ditadura do proletariado com a ditadura sobre o proletariado» e de praticar «bonapartismo, se não monarquia absoluta no velho estilo pré-revolucionário» ¹⁸. O seu ponto de vista sobre as relações dos Revolucionários profissionais com as massas não era o de Marx, mas o de Bakunine ¹⁹. Martov, voltando à ideia que tinha exposto no congresso, escreveu um opúsculo sobre *A Luta contra a Lei Marcial no Partido Operário Social-Democrata Russo*. Vera Zasulich escreveu que a ideia de estado de Luís XIV era a ideia de partido de Lenine ²⁰. Os prelhos do partido, agora sob auspícios mencheviques, publicaram um opúsculo brilhantemente injurioso de Trotsky, intitulado *As Nossas Tarefas Políticas* ²¹; a filiação menchevique do autor na

¹⁵ Segundo Plekhanov, Lenine procurou um precedente na política inglesa da altura: «Chamberlain deixou o ministério para fortalecer a sua posição; eu estou a fazer o mesmo» (G. V. Plekhanov, *Sochineniya*, XIII, 44).

¹⁶ *Ibid.*, XIII, 135-8.

¹⁷ *Ibid.*, XIII, 7.

¹⁸ *Ibid.*, XIII, 90-1.

¹⁹ *Ibid.*, XIII, 185.

²⁰ *Iskra*, n.º 70, 25 de Julho de 1904.

²¹ N. Trotsky, *Nashi Politicheskie Zadachi* (Genebra, 1904). Trotsky usou a princípio a inicial N. com o seu pseudónimo, voltando mais tarde à sua própria inicial L.; Lenine também usou algumas vezes a inicial fictícia N.

altura era proclamada pela dedicatória «Ao meu querido mestre Pavl Borisovitch Axelrod». Os métodos de Lenine eram atacados como «uma caricatura apagada da trágica intransigência do jacobismo» e predizia-se uma situação em que «o partido é substituído pela organização do partido, a organização pelo comité central e, finalmente, o comité central pelo ditador». O último capítulo tinha o título «A Ditadura sobre o Proletariado»²². Foi algum tempo depois que Plekhanov escreveu, no *Diário de um Social-Democrata*, que, se a concepção bolchevique prevalecesse, «tudo girará, em último recurso, à roda de um homem que unirá *ex providentia* todos os poderes em si próprio»²³.

Não tardaram a ouvir-se ecos da cisão no Partido Social-Democrata Alemão, que tinha tido os seus próprios problemas com o cisma dos «revisionistas». A unanimidade aparente de quase todos os membros proeminentes do partido russo — porque os adeptos de Lenine eram membros dos escalões inferiores, quase sem um nome conhecido entre eles — conquistou apoio quase unânime para os mencheviques. Kautsky não só se recusou a publicar no jornal social-democrata alemão *Neue Zeit* um artigo de Lenine a defender o ponto de vista bolchevique, como enviou à *Iskra* menchevique para publicação uma cópia de uma carta que condenava sem rodeios a atitude de Lenine²⁴. O ataque mais substancial a Lenine foi um artigo de Rosa Luxemburgo na *Neue Zeit*, em Julho de 1904, que denunciava a sua política de «ultra-centralismo» como burocrática e não democrática. Diagnosticando um carácter especificamente russo no projecto de Lenine, ela falava amargamente de «o 'ego' do revolucionário russo» que «se põe de pernas para o ar e se proclama de novo o grandioso consumidor da história»; e apresentava um novo argumento, ao atacar os poderes absolutos da direcção

²² É justo evocar o veredicto final de Trotsky sobre esta controvérsia, quase trinta anos mais tarde: «Não era sem motivo que as palavras 'irreconciliável' e 'inexorável' ocorriam tão frequentemente no vocabulário de Lenine. Só a mais elevada concentração no objectivo da revolução, livre de tudo o mesquinamente pessoal, pode justificar esta espécie de implacabilidade pessoal... O seu comportamento parecia-me inadmissível, terrível, chocante. Contudo, era, ao mesmo tempo, politicamente correcto e, portanto, indispensável do ponto de vista da organização» (L. Trotsky, *Moya Shizn'* (Berlim), 1930, I, 187-8).

²³ G. V. Plekhanov, *Sochineniya*, XIII, 317.

²⁴ *Iskra*, n.º 66, 15 de Maio de 1904.

do partido de Lenine como susceptíveis de «intensificar da forma mais perigosa o conservantismo que é próprio naturalmente de todo o organismo semelhante»²⁵. Finalmente, Bebel, o velho chefe do partido alemão, fez uma proposta de arbitragem, que foi apressadamente aceite pelos mencheviques e não menos sumariamente rejeitada por Lenine²⁶.

Lenine permaneceu aparentemente insensível a todos estes ataques²⁷. Tinha atrás de si o exemplo e autoridade de Marx que, quando criticado pelos seus ataques a outros revolucionários alemães, tinha replicado no seu jornal:

A nossa tarefa consiste numa crítica implacável dirigida ainda mais contra os nossos chamados «amigos» que contra inimigos declarados; e, ao agir assim, renunciamos alegremente a uma reles popularidade democrática²⁸.

Na sua réplica a Martov no próprio congresso, Lenine tinha feito uma defesa corajosa da sua posição intransigente:

Não me assustam minimamente palavras altissonantes sobre «lei marcial» e «leis de excepção contra certas pessoas e grupos», etc. Ao tratar com elementos instáveis e hostis, não só podemos, como devemos, estabelecer a 'lei marcial' e todo o nosso estatuto do partido, toda a política de 'centralismo' acabada de aprovar pelo congresso, não é nada mais que 'lei marcial' para lidar com tais fontes numerosas de indisciplina política. Contra a indisciplina política são necessárias leis especiais, mesmo excepcionais; e o passo tomado pelo congresso estabeleceu o rumo político certo, criando uma base sólida para tais leis e tais medidas²⁹.

Num longo opúsculo, *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, publicado em Genebra no ano seguinte com o subtítulo «Sobre a Crise do Nosso Partido», ele recusava-se a deixar-se intimidar por acusações de jacobinismo:

²⁵ *Neue Zeit*, XXII (Viena, 1903-4), II, 484-92, 529-35.

²⁶ Encontram-se pormenores deste episódio em Lenin, *Sochineniya*, VII, 450-52, nota 44; *Leninskii Sbornik*, V (1926), 169-76, 182-3.

²⁷ Krupskaya fala nas suas memórias (*Memories of Lenin* (I), (trad. ingl. 1930), p. 108) do sofrimento pessoal que lhe causou a rotura com Martov; mas isto não implica nenhuma sombra de dívida política.

²⁸ Marx i Engels, *Sochineniya*, VIII, 445.

²⁹ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 445.

Um jacobino, indissolúvelmente ligado à organização de um proletariado *consciente* dos seus interesses de classe—é isso um *social-democrata-revolucionário*³⁰.

Numa análise minuciosa dos debates do congresso, ele mostrava que os *Iskraístas* «brandos» se tinham constantemente encontrado em aliança embaraçosa com delegados, tais como os do Bund, que eram inimigos tanto da *Iskra* como de qualquer forte organização partidária centralizada; e Lenine remontava a sua linhagem espiritual aos «cavaleiros-anarquistas», que eram os antepassados do *narodnismo* em todas as suas formas, incluindo o niilismo:

Este anarquismo aristocrático foi sempre particularmente próprio do niilista russo. A organização do partido parece-lhe uma espécie de 'fábrica' monstruosa. A subordinação da parte ao todo e de uma minoria à maioria surge-lhe como 'escravidão'... A divisão do trabalho sob a chefia de uma autoridade central leva-o a clamores tragicômicos contra a transformação de pessoas em 'rodas e parafusos'³¹.

Não se alarmou quando os mencheviques o acusaram de apoiar o princípio burocrático contra o princípio democrático. Se burocracia significava centralismo e democracia «autonomismo», então a social-democracia revolucionária era a favor da primeira contra a segunda³². Se havia algum princípio por detrás das opiniões dos mencheviques, era «o princípio do anarquismo»³³.

A noção de um partido centralizado e disciplinado como instrumento da revolução era fundamental no pensamento de Lenine. Tinha inspirado a fundação da *Iskra* como foco para um partido desses; tinha inspirado *Que Fazer?*, em que a doutrina da chefia das massas pelo partido era exposta pela primeira vez. Lenine chamou mais tarde ao sistema de disciplina do partido que defendia, «centralismo democrático»; e era fácil o sofisma de que ele era mais digno de nota pelo «centralismo», na forma de contrôle pelos dirigentes, que pela «democracia», no sentido de contrôle pelos escalões inferiores. Mas há algum perigo em considerar estas tendências centralizadoras como características do partido russo

³⁰ Ibid., VI, 303.

³¹ Ibid., VI, 310.

³² Ibid., VI, 313.

³³ Ibid., VI, 321.

ou, dentro desse partido, características de Lenine. Verificava-se em toda a parte um período de rápida extensão da organização em grande escala; em toda a parte os interesses da eficiência e da força pareciam exigir cada vez mais uma concentração da autoridade. Em nenhum grande país estavam os partidos políticos imunes destas tendências. Os partidos proletários estavam-lhe particularmente sujeitos: era aqui que se ouvia mais frequentemente o argumento de que os membros do partido deviam obediência aos seus próprios chefes eleitos e que entregar-se à crítica era incompatível com a lealdade ao partido³⁴. Plekhanov, agora inimigo acérrimo de Lenine, tinha, nos seus tempos, argumentado no mesmo tom:

Quando nos dizem que a social-democracia devia garantir completa liberdade de opinião aos seus membros, esquece-se que um partido político não é uma academia das ciências... A liberdade de opinião é uma associação livremente constituída de homens de pensamento semelhante. Uma vez desaparecida a identidade de opinião, a dissolução torna-se inevitável³⁵.

Não era o proletariado, mas a burguesia, argumentava Lenine, que se esquivava a esta restrição necessária e salutar. Os mencheviques representavam «o individualismo burguês-intelectual», os bolcheviques a «organização e disciplina proletárias»³⁶.

E a resposta de Lenine à crítica menchevique não se limitou a palavras. Sem se desencorajar com o isolamento em que tinha sido deixado pela rotura com a *Iskra*, insensível à oposição ou às defecções, convocou uma reunião de vinte e dois fiéis bolcheviques, em Genebra, em Agosto de 1904, e criou um «secretariado de comités da maioria» para desempenhar as funções de nova organização central bolchevique. No fim do ano, fundou um novo jornal, *Vpered* («Avante»), para tomar o lugar da *Iskra* renegada. A sua ânsia principal

³⁴ R. Michels, *Zur Soziologie des Parteiwesens* (segunda edição 1925), pp. 278-80, cita exemplos flagrantes destes sentimentos de fontes alemãs, francesas e belgas. Usa também o termo «centralismo democrático» (ibid., p. 227), numa forma que sugere que ele estava em uso corrente, no princípio da década de 1900, no Partido Social-Democrata Alemão.

³⁵ G. V. Plekhanov, *Sochineniya*, XII, 455.

³⁶ Lenin, *Sochineniya*, VI, 213.

era prevenir qualquer movimento apressado de reunião que pudesse comprometer a pureza e independência da doutrina bolchevique e manchá-la com as heresias do menchevismo. Em correspondência do partido do período, ele exigia «em toda a parte e da forma mais decidida, cisma, cisma, cisma»³⁷. Cindir o partido e expulsar dissidentes das fileiras, de preferência a arriscar a unidade, mesmo em pormenores de importância secundária, era o princípio que Lenine aplicava e legou aos seus sucessores. Era o resultado de profunda convicção intelectual e condizia perfeitamente com a sua personalidade forte e confiante em si mesma. Voltou a ele muitas vezes, mesmo quando tinha dado momentaneamente a impressão de o abandonar no interesse da conciliação. Não foi sem motivo que as táticas empregues contra os mencheviques depois de 1903 se tornaram um modelo a ser seguido pelo partido em alturas de crise interna ou que a palavra «menchevismo» foi depois adoptada, por uma extensão cada vez mais elástica de emprego, para estigmatizar qualquer espécie de dissensão dentro das fileiras do partido. Em Abril de 1905, em desafio aos velhos órgãos centrais do partido, agora exclusivamente mencheviques, reuniu em Londres um novo congresso do partido. Era composto exclusivamente por bolcheviques e foi boicotado pelos mencheviques, que reuniram uma conferência paralela sua em Genebra. A cisão tinha sido levada às últimas consequências.

A causa da cisão original no segundo congresso deixou atrás de si uma impressão generalizada de que, visto que ambas as alas do partido tinham votado conjuntamente o programa do partido e se tinham dividido apenas com respeito ao estatuto, a controvérsia girava apenas à volta da questão da organização e não à volta da questão da doutrina do partido. Se isto era verdade a princípio, a cisão depressa se alargou e aprofundou. A doutrina de Marx, a partir do *Manifesto Comunista*, continha tanto elementos evolutivos, científicos ou objectivos como elementos revolucionários, propagandistas ou subjectivos. O marxismo era simultanea-

³⁷ *Leniniskii Sbornik*, V (1926), 149. «Cisma» parece a única tradução apropriada da palavra russa *raskoi*, que se usa essencialmente para dissidência religiosa.

mente uma exposição das leis do desenvolvimento social e económico e uma exortação para recorrer tanto à acção não-violenta como à violenta, para facilitar a realização dessas leis. Os dois aspectos do marxismo podiam harmonizar-se sob o ponto de vista de que as coisas humanas estão sujeitas a um processo de evolução contínua que, no entanto, não dispensa actos ocasionais descontínuos de revolução que formam uma parte essencial do processo. A aparente discrepância, contudo, levava a deslocações da tónica entre duas visões opostas do desenvolvimento histórico; tais deslocações ocorriam, na realidade, nas obras do próprio Marx. Na controvérsia que dividiu os discípulos russos de Marx, os mencheviques acusavam os bolcheviques de excederem os limites do esquema evolutivo marxista ao tentarem organizar por meios conspirativos uma revolução proletária para a qual, na fase burguesa de então do desenvolvimento russo, faltavam as condições objectivas; os bolcheviques acusavam os mencheviques de considerarem a revolução como «um processo de desenvolvimento histórico» em vez de como qualquer coisa a ser conscientemente organizada segundo um plano deliberado³⁸. Os mencheviques, analisando o curso da revolução e acreditando que este curso não podia ser alterado nem apressado pela acção consciente, eram acima de tudo homens de teoria; em terminologia bolchevique, eram *raison-neurs*, «arquivistas áridos», a «intelligentsia do partido»³⁹. Os bolcheviques eram os homens de acção, empenhados na organização da revolução por meios legais ou ilegais; Lenine, o porta-voz e criador do bolchevismo, estava, desde o início, contrariamente aos mencheviques, menos interessado na teoria evolucionista que na prática revolucionária. Não era sem motivo que Lenine insistia sempre em que Marx tinha que ser interpretado dialecticamente e não dogmaticamente. Se a teoria e a prática eram uma, a teoria só tinha sentido na medida em que encontrava expressão na prática de um tempo e lugar específicos. Lenine, citando as famosas *Teses sobre Feuerbach* de Marx, comparava os mencheviques com

³⁸ O artigo de Lenine de Fevereiro de 1905, *Deveríamos Organizar a Revolução?* (Sochineniya, VII, 122-9), trata desta controvérsia.

³⁹ A última expressão ocorre efectivamente numa resolução da quinta conferência do partido de Dezembro de 1908 (VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 125); para o resto, ver Lenine, *Sochineniya*, VIII, 49-50.

aqueles filósofos que se limitavam a «interpretar o mundo de forma diferente». Os bolcheviques, como bons marxistas, procuravam transformá-lo⁴⁰.

A controvérsia entre bolcheviques e mencheviques, embora parecesse girar à volta de pontos esotéricos de doutrina marxista, levantava questões fundamentais para a história da revolução russa. Os mencheviques, apegando-se à sequência marxista original das revoluções democrático-burguesa e socialista-proletária, nunca aceitaram verdadeiramente a hipótese de Lenine, lançada já em 1898, de um laço indissolúvel entre elas. A revolução burguesa tinha que vir primeiro porque era só por intermédio da revolução burguesa que o capitalismo podia sofrer o seu desenvolvimento completo na Rússia e, antes desse desenvolvimento ter lugar, o proletariado russo não podia tornar-se suficientemente forte para iniciar e levar a cabo a revolução socialista. Esta separação formal entre as duas revoluções, por mais satisfatória que fosse para os teóricos, tinha consequências que se teriam mostrado embaraçosas para revolucionários mais práticos que os mencheviques. Restringindo o seu horizonte à revolução burguesa, os mencheviques encontravam dificuldades em transmitir ao seu programa político qualquer atracção socialista ou proletária. A revolução burguesa era a precursora necessária e predestinada da revolução proletária e era, por conseguinte, a longo prazo, um interesse vital do proletariado. Mas o efeito imediato seria pôr no poder os que eram os opressores do proletariado e, de novo a longo prazo, os seus mais formidáveis inimigos. Os mencheviques só podiam fugir a este dilema concentrando-se numa política a curto prazo de apoio à burguesia na destruição da autocracia e conclusão da revolução burguesa e de pressão sobre o eventual governo revolucionário para conceder ao proletariado alívios materiais da sua sorte como os que formavam a essência da política social em países capitalistas avançados (reconhecimento dos sindicatos, o dia de oito horas, previdência social, e assim por diante).

Em essência, por conseguinte, como Lenine frequentemente salientou, a tese bolchevique contra os mencheviques repetia as controvérsias com os marxistas legais e os economistas, contra os quais todo o partido tinha anteriormente estado unido e era um eco da controvérsia com os «revisio-

⁴⁰ Ibid., VIII, 52.

nistas» no Partido Social-Democrata Alemão. Presos à tese monolítica de que a Rússia estava na véspera de uma revolução burguesa, mas não socialista, os mencheviques seguiam os marxistas legais na sua acentuação da teoria revolucionária e no seu adiamento da acção revolucionária para um futuro ainda remoto; seguiam os economistas em preferirem o conceito económico de classe ao conceito político de partido⁴¹ e acreditarem que o único objectivo concreto que podia ser apresentado aos trabalhadores na fase de então era a melhoria da sua sorte económica; seguiam os revisionistas alemães ao advogarem pressão parlamentar sobre um governo burguês para assegurar reformas favoráveis aos trabalhadores, em vez de acção revolucionária para o derrubar. Os mencheviques vieram a representar uma série de ideias habituais na prática do socialismo oeste-europeu — uma oposição legal, progresso pela reforma e não pela revolução, compromisso e cooperação com outros partidos parlamentares, agitação económica através de sindicatos. O menchevismo estava firmemente enraizado no pensamento e na tradição ocidental (e, no fim de contas, Marx era um ocidental). Os *narodniks* russos, tal como os eslavófilos, tinham afirmado o carácter único do desenvolvimento da Rússia; ao contrário do Ocidente, a Rússia estava destinada a evitar a fase capitalista. Plekhanov, refutando os *narodniks*, baseou toda a sua doutrina no axioma de que a Rússia tinha de seguir precisamente a mesma evolução que o Ocidente. Neste sentido, também ele era um ocidental sincero; e os mencheviques eram discípulos de Plekhanov. Foi-lhes sempre mais fácil que aos bolcheviques conquistar simpatia e compreensão entre os dirigentes sociais-democratas do Ocidente. Um dito espirituoso de Radek, muitos anos depois, foi que «a Europa Ocidental começa com os mencheviques»⁴².

⁴¹ É esta a base para a afirmação do antigo dirigente menchevique Dan de que os bolcheviques representavam «as tendências democrático-gerais e políticas do movimento», os mencheviques, «as suas tendências de classe e socialistas» (F. Dan, *Proiskhozhdenie Bol'shevizma* (N. I., 1946), p. 291).

⁴² Segundo a história oficial corrente, os mencheviques «queriam na Rússia um partido semelhante, digamos, ao partido social-democrata alemão ou francês» e «combateram os bolcheviques precisamente porque sentiam qualquer coisa nova neles, qualquer coisa inabitual e diferente dos sociais-democratas do Ocidente» (*History of the Communist Party of the Soviet Union* (trad. ingl. 1939),

Foi sintomático deste contraste que, quando as alas bolchevique e menchevique do partido vieram a estar claramente diferenciadas na própria Rússia (o que aconteceu muito mais tarde e muito menos nitidamente que entre os emigrados), os mencheviques encontraram os seus partidários entre os operários mais altamente especializados e organizados, os tipógrafos, os ferroviários e os operários da indústria siderúrgica dos modernos centros industriais do Sul, ao passo que os bolcheviques obtiveram o seu principal apoio dos trabalhadores relativamente não especializados das indústrias de massa — a antiquada indústria pesada da região de Petersburgo e as fábricas têxteis de Petersburgo e Moscovo. A maior parte dos sindicatos eram predominantemente mencheviques. Os economistas tinham argumentado que, enquanto os operários instruídos do Ocidente eram capazes de doutrinação política, só a agitação económica podia atrair a massa do «proletariado fabril» russo⁴³; e o próprio Lenine parecia aceitar a ideia de que o apelo dos economistas era aos «estratos mais baixos e menos desenvolvidos do proletariado»⁴⁴. Este diagnóstico era, contudo, contradito não só pela experiência do Ocidente (onde, desde os dias da Primeira Internacional, era a parte mais avançada dos operários, os sindicalistas ingleses, que exaltava a luta económica à custa da política), mas também pelas realidades russas da altura. Os operários russos mais altamente especializados, instruídos, organizados e privilegiados, que se aproximavam mais de perto dos operários organizados do Ocidente, eram os menos sensíveis a apelos revolucionários e os mais facilmente levados a acreditar na possibilidade de melhorar a sua sorte económica dentro de um quadro político burguês. A massa não especializada de operários fabris russos que, estando a todos os respeitos num nível mais baixo que os escalões mais baixos do trabalho industrial ocidental, não tinham «nada a perder a não ser as suas cadeias», estavam mais facilmente abertos ao apelo bolchevique de revolução política como única via para melhoria económica.

pp. 139-40). Deve lembrar-se que, em 1903, não havia partidos políticos, no sentido ocidental, na Rússia: partidos desses só existiram depois de 1905.

⁴³ Este argumento era usado no *credo de Kuskova* (ver atrás p. 23).

⁴⁴ Lenin, *Sochinenya*, II, 552.

O fracasso do menchevismo, fracasso marcado tanto pela tragédia, como pela inutilidade, foi resultado do afastamento das condições russas. A ordem social e política russa não oferecia o mínimo de terreno em que um regime democrático-burguês pudesse florescer. A história raramente se repete e uma interpretação do marxismo que supunha que as fases sucessivas da revolução noutras partes do mundo se conformariam precisamente a um padrão estabelecido na Europa Ocidental era determinista e, portanto, falsa. Na Alemanha, mostrou-se impossível, ao longo da segunda metade do século dezanove, completar a revolução democrático-burguesa na sua forma clássica; o desenvolvimento social e político alemão foi deformado e neutralizado pelo aborto de 1848. Na Rússia, se os mencheviques tivessem podido levar a sua avante, à bancarrota da revolução alemã de 1848 teria correspondido a bancarrota de 1905. E isto não aconteceu apenas porque a burguesia alemã de 1848 e a burguesia russa de 1905 eram demasiado fracas e pouco desenvolvidas para realizarem as suas próprias ambições revolucionárias. Que elas eram fracas, era inegável. Mas uma causa mais significativa da sua hesitação foi que estavam já conscientes da ameaça crescente para elas próprias de uma eventual revolução proletária⁴⁵. Uma das razões pelas quais a história tão raramente se repete é que as personagens da segunda representação têm conhecimento prévio do desenlace. O esquema marxista da revolução requeria que a burguesia derrubasse a ordem feudal, como prelúdio para a sua própria destruição pelo proletariado. O defeito do esquema era que, uma vez que tivesse penetrado na consciência burguesa, já não podia ser levado a cabo⁴⁶. Desde que a democracia

⁴⁵ Trotsky, numa expressão notável, descreve a burguesia alemã de 1848 como «mesquinamente sagaz graças à experiência da burguesia francesa» (*Perspektivi Russkoi Revolyutsii*, Berlim, s. d. (1917), p. 27).

⁴⁶ Lenine escreveu amargamente nesta altura: «Os burgueses europeus começaram por lutar nas barricadas pela república; viveram então no exílio e tornaram-se depois traidores à liberdade, traíram a revolução e entraram para o serviço dos monarcas constitucionais. Os burgueses russos querem «aprender da história» e «abreviar as fases de desenvolvimento»; querem trair a revolução imediatamente, tornar-se imediatamente traidores à liberdade. Em conversas íntimas, repetem uns aos outros as palavras de Cristo a Judas: «O que tens a fazer, fá-lo depressa»» *Sochineniya*, VII, 359). Mas porque havia o burguês de lutar nas barricadas, desde que sabe que a consequência da sua vitória é a sua própria destruição pelos proletariados?

burguesa fosse reconhecida como ponte para o socialismo, ela só podia ser realizada por aqueles que acreditavam também no socialismo. Era esta a verdade profunda que Lenine exprimia, quando argumentava que só o proletariado podia tomar a chefia da execução da revolução burguesa. O problema não era as condições na Rússia não estarem ainda maduras para o drama revolucionário ocidental; era que esse drama tinha sido representado até ao fim no Ocidente e já não podia ser representado de novo noutra sítio. Os mencheviques, que esperavam que as condições amadurecessem na Rússia, estavam condenados à esterilidade e à frustração.

O ponto de vista bolchevique, embora tomasse muito mais em conta as condições especificamente russas e fosse, assim, poupado à humilhação do fracasso, não estava também livre de contradições internas. Segundo este ponto de vista, a revolução democrático-burguesa, embora levada a cabo pelo proletariado com o apoio do campesinato, era, não obstante, essencialmente de carácter burguês: era um estádio que não podia ser omitido e que não podia confundir-se com a revolução socialista-proletária subsequente. Que uma revolução levada a cabo nestas condições podia e devia adoptar muitas medidas que não eram, de facto, socialistas e eram perfeitamente compatíveis com o capitalismo burguês — tais como a distribuição de terra aos camponeses, o dia de oito horas ou a separação da igreja e do estado — era, evidentemente, inegável: estas medidas e muitas como elas estavam inscritas no programa mínimo do partido. Mas que uma tal revolução, boicotada ou activamente combatida pela burguesia, podia realizar aquela «liberdade e progresso burguês» que o próprio Lenine tinha descrito como a única «via para a liberdade efectiva para o proletariado e o campesinato»⁴⁷, era uma concepção cujas dificuldades Lenine jamais parece ter encarado seriamente. Em discursos e escritos posteriores, ele denunciou com frequência a «liberdade burguesa» como um logro enganador. Isto não o envolvia em nenhuma incoerência, visto que estava a falar de duas épocas diferentes. Enquanto a burguesia era uma força revolucionária a tomar a ofensiva contra os restos do medievalismo e do feudalismo, a liberdade burguesa era real e progressista; desde que a burguesia, tendo consolidado o seu poder, esti-

⁴⁷ Ibid., VIII, 34.

vesse na defensiva contra as forças ascendentes do socialismo e do proletariado, a «liberdade burguesa» torna-se reaccionária e falsa. Mas a contradição verbal ajudava a pôr a descoberto o verdadeiro problema. O argumento bolchevique requeria a instauração na Rússia de uma liberdade e democracia burguesas que não tinham nem podiam ter raízes sociais na Rússia (visto que teriam que ser estabelecidas sem o apoio da burguesia) e declarava que, na falta disto, não podia haver qualquer via para a liberdade superior do socialismo. O esquema menchevique, que esperava que a burguesia russa estabelecesse a liberdade burguesa, pouco mais ilusório era que o esquema bolchevique, que requeria que ela fosse estabelecida por uma ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato.

O trágico dilema da revolução russa, que nem os mencheviques nem os bolcheviques podiam resolver completamente, assentava num erro de prognóstico do esquema marxista original. Marx acreditava que o capitalismo burguês, uma vez estabelecido, se desenvolveria completamente em toda a parte e que, quando começasse a decair pelas suas próprias contradições, então, e só então, seria derrubado por uma revolução socialista. O que de facto aconteceu foi que o capitalismo, nos países em que estava mais completa e poderosamente desenvolvido, construiu à sua volta uma vasta rede de direitos adquiridos que abrangiam um vasto sector da classe operária industrial, de forma que, mesmo depois de o processo de decadência ter manifestamente começado, continuou a resistir por um longo período sem muita dificuldade às forças da revolução, ao passo que foi um capitalismo nascente e imaturo que sucumbiu facilmente à primeira investida revolucionária. As consequências económicas deste desvio do plano preconcebido eram evidentes: o jovem governo revolucionário, em vez de poder tomar conta da eficiente organização industrial e potencial humano preparado de um capitalismo completamente desenvolvido, foi obrigado a contar, para a construção da ordem socialista, com os recursos inadequados de um país atrasado, de forma que o novo regime teve que suportar a desvantagem e a censura de ser um regime de escassez e não, como os marxistas sempre tinham esperado, um regime de abundância. As consequências políticas não eram menos embaraçosas: os novos depositários do poder político eram um proletariado

desprovido da educação e experiência políticas que se adquirem sob uma constituição burguesa pelo exercício do sufrágio universal e pela associação em sindicatos e organizações operárias e um campesinato na maior parte analfabeto e quase inteiramente desprovido de consciência política. As dificuldades desta situação e as decepções dela resultantes foram atribuídos pelos mencheviques ao abandono deliberado pelos bolcheviques do esquema marxista da revolução. Mas esse esquema estava destinado a falhar quando a revolução proletária ocorreu no mais atrasado dos países capitalistas. Estas dificuldades pertenciam ainda ao futuro. Mas eram inerentes à questão fundamental que dividia bolcheviques e mencheviques e que a eclosão da primeira revolução russa de 1905 pôs a nu.

1905 E DEPOIS

A cisão entre bolcheviques e mencheviques significou que o Partido Operário Social-Democrata Russo fez frente à primeira revolução russa de 1905 num estado de espírito debilitado e desencorajado. Nem uma nem outra das facções se podia congratular pela vitória nesta luta de extermínio mútuo.

Quando a cisão se tornou um facto (escreveu Lenine nos princípios de 1905) era manifesto que estávamos *várias vezes mais fracos materialmente*... Os mencheviques tinham mais dinheiro, mais publicações, mais transportes, mais agentes, mais 'nomes', mais colaboradores. Seria infantilidade imperdoável não ver isto ¹.

Alguns meses depois, no entanto, um agente menchevique falava, numa carta particular, em termos ainda de maior desprezo acerca da completa ineficácia das publicações e das organizações mencheviques em Petersburgo ². Na altura em que a revolução estava a ganhar ímpeto por toda a Rússia, no Verão de 1905, os bolcheviques reuniram em Londres o congresso exclusivamente bolchevique que eles classificaram e ficou conhecido na história como o terceiro congresso do partido. Os principais lugar-tenentes de Lenine no congresso,

¹ Lenin, *Sochineniya*, VII, 101.

² *Ibid.*, VIII, 500, nota 120.

Bogdanov e Lunatcharsky, cortariam relações com ele três anos mais tarde. Lunatcharsky regressou ao partido em 1917; e o terceiro congresso introduziu em cena pela primeira vez três outros delegados, que iriam desempenhar um papel digno de nota depois da Revolução de Outubro — Kamenev (um de cinco delegados do Cáucaso), Litvinov e Krasine. Mas o facto de todos os chefes proeminentes do partido original, excepto Lenine, terem passado — quer sem vacilar, como Axelrod, Martov e Potresov, quer com pouco entusiasmo, como Plekhánov e Trotsky — para o campo menchevique colocava Lenine numa posição de autoridade sem par. A única figura do terceiro congresso capaz de assumir uma posição independente de Lenine era Krasine, nesta altura o principal organizador bolchevique na própria Rússia; Lunatcharsky considerou como a principal realização do congresso «uma completa fusão dos bolcheviques da ala esquerda leninista com a ala direita bolchevique chefiada por Krasine»³. Mas o papel puramente subalterno atribuído aos ajudantes de campo de Lenine está descrito nas próprias recordações de Lunatcharsky no relatório sobre insurreição armada que foi convidado a fazer ao congresso:

Vladimir Ilitch deu-me todas as teses fundamentais do relatório. Não satisfeito com isso, insisti em que eu escrevesse todo o meu discurso e lho desse para ler antecipadamente. Na noite anterior à sessão em que o meu relatório deveria ser apresentado, Vladimir Ilitch leu o meu manuscrito atentamente do princípio ao fim e devolveu-o com duas ou três correcções insignificantes — o que não era surpreendente, tendo em atenção que, tanto quanto me lembro, tomei as indicações mais precisas e detalhadas de Vladimir Ilitch como ponto de partida⁴.

A diferença entre as atitudes bolchevique e menchevique para com a revolução nascente estava patente nas resoluções respectivas do Congresso de Londres e da Conferência de Genebra. O congresso reconhecia a necessidade urgente de «organizar o proletariado para uma luta imediata contra a autocracia por meio de uma insurreição armada» e sustentava que a eventual participação num governo provisório podia ser admissível «para uma luta implacável contra todas as tentativas contra-revolucionárias e para a defesa dos inte-

³ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 11 (46), 1925, p. 53.

⁴ *Ibid.*, p. 54.

resses independentes da classe operária» — decisão destinada a causar problemas doze anos depois⁵. A Conferência menchevique, por outro lado, considerava que o partido «não devia atribuir-se o objectivo de tomar o poder ou partilhar o poder num governo provisório, mas devia permanecer o partido da extrema oposição revolucionária»⁶.

Esta luta de partidos não desempenhou nenhum papel nos acontecimentos na Rússia. A revolução posta em movimento pelo massacre frente ao Palácio de Inverno, em 9 de Janeiro de 1905, ganhou lentamente ímpeto através das desordens em alastramento da Primavera e do Verão, até atingir o clímax, em Outubro, com uma vaga de greves, a promessa do Czar de uma constituição liberal e a formação dos primeiros sovietes de deputados operários. As primeiras destas instituições de novo tipo parecem ter sido resultado da acção espontânea de grupos de operários em greve. A prioridade no tempo foi reivindicada pela cidade industrial de Ivanovo-Voznesensk⁷; durante as semanas imediatamente seguintes, surgiram sovietes mais ou menos organizados em quase todos os principais centros industriais. O Soviete de Petersburgo, que foi um dos primeiros, foi também incomparavelmente o mais importante. A história da instituição começa com o seu protótipo de Petersburgo.

O Soviete de Deputados Operários de Petersburgo foi constituído em 14 de Outubro de 1905 e teve uma carreira de cinquenta dias. O seu primeiro presidente foi Khrustalev-Nosar, um advogado radical, que entrou para a ala menchevique do Partido Social-Democrata durante o período do Soviete⁸. O Soviete adquiriu rapidamente uma organização, publicou um jornal semanal (os *Izvestiya Soveta Rabochikh Deputatov*, antepassados do mais famoso diário *Izvestiya* de 1917), e, no seu auge, contava cerca de quinhentos e cinquenta delegados, que representavam duzentos e cinquenta mil operários. O social-democrata de maior relevo nas suas fileiras era Trotsky, que depressa se destacou como chefe enérgico e capaz e, quando Khrustalev-Nosar foi preso, em fins de Novembro de 1905⁹, se tornou seu presidente durante

⁵ *VKP(B) v Rezolyutsiya*, (1941, I, 45; ver adiante p. 90

⁶ *Iskra*, n.º 100, 15 de Maio de 1905 (*Prilozhenie*).

⁷ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 4. (39), 1925, pp. 125-37.

⁸ L. Trotsky, 1905 (segunda ed. 1922), p. 198.

⁹ Trotsky, *Sochineniya*, II, 303.

os seus poucos últimos dias de existência. A fraqueza do Soviete era, como Trotsky depois disse, «a fraqueza de uma revolução puramente urbana». Nos princípios de Dezembro, o governo sentiu-se suficientemente forte para se pôr em acção contra ele. Trotsky e os outros dirigentes foram presos e a condução brilhante e provocadora da defesa que Trotsky fez perante o tribunal que os julgou ajudou a edificar o prestígio tanto do Soviete como dele próprio. O Soviete de Petersburgo tinha sido constituído principalmente, embora de forma alguma exclusivamente, por sociais-democratas; tanto quanto tomava em conta a querela dentro do partido, era ou neutro ou menchevique. Por toda a Rússia, o papel dos bolcheviques nos sovietes de 1905 foi pequeno e obscuro. O próprio Lenine tinha falado deles cautelosamente como «não um parlamento operário nem um órgão de governo autónomo proletário», mas «uma organização de luta para conseguir fins definidos»¹⁰. Como tal, não podiam ser mais que um auxiliar apartidário do partido na sua luta para atingir fins revolucionários e podiam até ser olhados com ligeiros laivos de ciúme como uma organização rival¹¹. Lenine chegou a Petersburgo nos princípios de Novembro de 1905. Mas não é certo que ele tenha jamais aparecido no Soviete de Petersburgo; em qualquer caso, não desempenhou qualquer papel importante no seu trabalho¹².

A actividade prática e heroísmo dos revolucionários e a tragédia do seu fracasso lançaram uma luz sombria sobre a desunião do partido que aspirava a dirigir a revolução.

¹⁰ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 409. O próprio Trotsky disse, na primeira reunião do Soviete de Petersburgo, que ele «se assemelhava mais a um conselho de guerra que a um parlamento» (1905 (segunda edição 1922), p. 106).

¹¹ Segundo um historiador do partido, «certos bolcheviques, particularmente em Petersburgo... inclinavam-se a considerá-los (os sovietes) como competidores do partido» (N. Popov, *Outline History of the Communist Party of the Soviet Union* (trad. ingl. s. d.), I, 163).

¹² Baseando-se num livro de memórias de um autor obscuro publicado em 1922, a segunda edição das obras de Lenine atribuiu a Lenine a autoria de uma resolução sobre o *lock-out* adoptada pelo comité executivo em 14 de Novembro de 1905 (*Sochineniya*, VIII, 391-2). A inclusão da resolução nas obras de Trotsky (*Sochineniya*, II, i, 298-2) equivale a uma reivindicação de autoria de Trotsky, que é intrinsecamente mais provável. Um artigo de Lenine sobre o assunto, que apareceu em *Novaya Zhizn* no dia seguinte e foi saudado por Trotsky em *Nachalo* (Trotsky, *Sochineniya*, II, i, 313), pode ter causado a confusão. A outra afirmação da segunda edição das obras

A cisão tanto em Londres como em Genebra não se tinha ainda aprofundado entre os escalões inferiores do partido na própria Rússia¹³. Na Rússia de 1905, os sociais-democratas puseram de lado em toda a parte os seus desacordos e trabalharam juntos, sem tomarem em conta as divergências que dividiam os chefes do partido. Durante o Verão, fizeram-se iniciativas de junção de ambos os lados; à medida que o movimento crescia com as condições relativamente livres garantidas pela constituição de Outubro de 1905, Lenine ficou impressionado com a impaciência crescente dos escalões inferiores do partido face ao impasse¹⁴. «As anteriores disputas do período pré-revolucionário», escreveu ele pouco depois, «foram substituídas pela solidariedade em questões práticas»¹⁵. Imediatamente antes da queda do Soviete de Petersburgo, bolcheviques e mencheviques enterraram o machado de guerra ao ponto de publicarem três números de um jornal comum em seu apoio, *Severnyi Golos*. Em Dezembro de 1905, uma conferência de bolcheviques em Tammenfors, na Finlândia—foi a ocasião do primeiro aparecimento de Estaline numa conferência ou congresso panrusso do partido e do seu primeiro encontro com Lenine—aprovou uma fusão entre os comités centrais das duas facções com vista a organizar um congresso conjunto do partido¹⁶. Em Janeiro e Feve-

de Lenine (Sochineniya, VIII, 513, nota 175, baseada numas memórias inéditas, de que Lenine falou no comité executivo sobre a resolução, é ainda mais improvável. Krupskaya não se «lembra de Vladimir Ilitch falar no Soviete de Deputados Operários» (*Memories of Lenine*, (I) (trad. ingl. 1930), p. 154); e ele não foi de certeza membro do comité executivo.

¹³ Krasine esclarece que os bolcheviques de Peterbusgo estiveram ainda a trabalhar de harmonia com os mencheviques até Fevereiro de 1905 (*Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 1 (36), 1925, pp. 83-4).

¹⁴ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 379.

¹⁵ *Ibid.* IV, 123.

¹⁶ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941) I, 57-8. Não sobreviveram nenhuma actas desta conferência, mas estão reunidas reminiscências dela em *Trudy Pervoi Vsesoyuznoi Konferentsii Istorikov-Marksistov* (1930), I, 210-47. Um delegado descreve a atitude de Lenine em relação à fusão da seguinte forma: «Parecia que a revolução estava a fazer desaparecer a linha divisória entre as fracções e muitos acreditavam nisto. Mas Lenine não o acreditava. Se aceitou a união como completamente inevitável, em vista da voz das massas e da necessidade formal dela, concordou, não obstante, com a união a contragosto e não a levou a sério» (*ibid.*, I, 234-5). Mas isto dá a impressão de ser um juízo *ex post facto*.

reiro de 1906, o novo comité comum pôde anunciar activos preparativos para o congresso, que reuniu em Estocolmo, em Abril¹⁷. Oficialmente qualificado como o congresso «da unidade», não teve na altura nenhum número exacto na série do partido (visto que os mencheviques contestavam a validade do terceiro congresso exclusivamente bolchevique de 1905), embora fosse conhecido na literatura posterior como o quarto. Em Abril-Maio de 1907, reuniu-se em Londres um outro congresso conjunto (depois conhecido como o quinto). O congresso «da unidade» de Estocolmo de Abril de 1906 reuniu no auge da atmosfera de optimismo gerada pela constituição de Outubro e pela convocação da primeira Duma e produziu uma maioria menchevique. No congresso de Londres, os bolcheviques excederam os mencheviques em número, embora o equilíbrio fosse mantido por grupos mais pequenos, enquanto Trotsky, aparecendo num congresso pela primeira vez desde 1903, proclamava estar «fora das fracções».

Mesmo antes do Congresso de Londres de 1907, tinham rebentado de novo recriminações entre bolcheviques e mencheviques. Lenine acusou Dan e outros dirigentes mencheviques de um contrato com os cadetes acerca das eleições para a Duma que estigmatizou como «vender votos operários» e foi convocado para se defender perante um tribunal do partido da acusação de difamar camaradas do partido¹⁸. Uma quinzena depois do Congresso de Londres se ter desfeito, a dissolução da segunda Duma em Petersburgo terminou com o simulacro de governo constitucional e levou ao período de reacção e repressão de Stolypine. A unidade formal foi preservada numa conferência do partido que teve lugar em Paris em fins de Dezembro de 1908¹⁹ e, durante o ano seguinte, apareceram vários números de um novo jornal do partido, *Sotsial-Demokrat*, de cujo corpo redactorial Martov fazia parte, juntamente com Lenine, Kamenev e Zinoviev. A boa vontade de Lenine, nesta altura, em contemporarizar com os mencheviques não deixava provavelmente de se relacionar com problemas dentro da ala bolchevique do partido. Bogdanov e Lunatcharsky eram os mentores principais de um desvio «idealista» que procurava conciliar o socialismo com a reli-

¹⁷ Os dois anúncios do comité encontram-se em *Chetvertyi (Ob' 'edinitel'nyi) S' 'ezd RSDRP* (1934), pp. 572-6.

¹⁸ Lenin, *Sochineniya*, XI, 216-28.

¹⁹ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 125-32.

gião e foi ferozmente demolido por Lenine na sua única obra filosófica extensa, *Materialismo e Empiriocriticismo*. Este desvio tinha também um pendor político, estando associado com uma exigência de boicote da terceira Duma pelos sociais-democratas — o primeiro exemplo na história do partido desse fenómeno depois familiar, uma «oposição de esquerda»²⁰. Lenine venceu persistentemente todos os seus adversários e, se os bolcheviques conseguiram, durante estes anos, manter a sua existência como grupo coerente e organizado, a sua sobrevivência deveu-se apenas à confiança em si próprio, dirigida para um único objectivo e persistente, de um só homem. Entretanto, uma reunião do comité central do partido em Paris, em Janeiro de 1910, reafirmou de novo a unidade do partido, desta vez sem o voto de Lenine²¹.

Debaixo das formas externas de unidade do partido, mantidas com dificuldade crescente de 1906 a 1911, havia divergências que se tornaram mais, não menos, profundas com o decorrer do tempo e a consciência frustrante da derrota. O colapso das gloriosas esperanças de 1905 tinha sido um rude golpe para o partido. Mas uma análise lúcida do que tinha acontecido nesse ano só servia para mostrar quão inconciliáveis se tinham tornado os pontos de vistas das facções. Mesmo as próprias facções se começaram a desintegrar, de forma que já não era possível falar de dois campos nitidamente definidos e opostos, e foi talvez esta confusão geral, mais que qualquer unidade de opinião subjacente, que impediu um corte declarado. Os mencheviques permaneceram um grupo numeroso, mas tenuemente ligado, mantido unido por uma filosofia comum, mais que por um programa de acção comum. Os bolcheviques tinham mais coesão e uma política mais claramente definida, mas deviam estas vantagens exclusivamente à forte determinação do seu chefe. Entre os que não pertenciam nem a uma nem a outra das duas principais facções, a figura dominante era Trotsky, cuja agudeza intelectual lhe conferia uma posição no campo da teoria inde-

²⁰ Em 1920, Lenine pôs o episódio de 1908 ao lado da controvérsia sobre Brest-Litovsk dez anos mais tarde, como os dois exemplos mais importantes de desvios «de esquerda» no partido (Sochineniya, XXV, 182).

²¹ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 154-60. O que mais enfiou Lenine foi que o compromisso envolvia o fecho do «centro» bolchevique separado e do jornal *Proletarii*, que ele tinha vindo a publicar à guisa de correctivo ao *Sotsial-Demokrat*.

pendente tanto dos bolcheviques como dos mencheviques, embora não tivesse o apoio de quaisquer partidários permanentes. As controvérsias no Partido Operário Social-Democrata Russo, durante estes anos, sobre as lições de 1905 e os destinos futuros da revolução russa giravam à volta de três aplicações diferentes da doutrina marxista, propostas, respectivamente, pelos mencheviques, pelos bolcheviques e por Trotsky.

A experiência de 1905, embora deixando intacto o problema da aplicação da análise marxista à revolução russa, levantou novas questões e mostrou velhas questões a uma nova luz. Kautsky descreveu-a como «uma revolução burguesa, numa época em que os ideais burgueses chegaram à bancarrota completa, em que a democracia burguesa perdeu toda a fé em si própria, em que é só no solo do socialismo que podem florescer ideais e desenvolver-se energia e entusiasmo»²². A força motriz da revolução veio dos operários e, intermitentemente, dos camponeses. As suas realizações experimentadas — a outorga de uma constituição, a Duma, a formação de partidos políticos — tinham sido burguesas. Tinha falhado — e, por volta de 1908, quase não restava nada dela — porque a burguesia tinha sido incapaz, não apenas de fazer uma revolução, mas de colher os frutos de uma revolução feita para ela por outros. O reconhecimento da incapacidade da burguesia russa era ponto comum a todos os grupos. Mas, quanto às conclusões a tirar deste reconhecimento as opiniões estavam completamente divididas. Exigia ele uma reavaliação da relação teórica da revolução socialista com a burguesia e, por conseguinte, em termos políticos, da relação do proletariado e do seu partido com a burguesia? Deveria o esquema marxista ser estreitamente seguido no desenvolvimento da revolução russa ou podia ele sofrer alguma modificação, quer devido à preponderância do campesinato na economia russa e às características peculiares do problema agrário, quer devido ao amadurecimento da revolução socialista em países europeus mais avançados? Finalmente, a velha questão da natureza, funções e organização do partido surgia constantemente e não perdia nada da sua acuidade no novo contexto.

²² *Chetvertyi (Ob' 'edinitel'nyi) S' 'ezd RSDRP* (1934), p. 594.

Dos três grupos, os mencheviques tinham sido os menos afectados pela experiência de 1905. Nada do que aconteceu na Rússia nesse ano podia alterar a sua fidelidade ao que lhes parecia o princípio fundamental do marxismo. A revolução socialista só podia ser obra de um proletariado forte; o proletariado russo só podia tornar-se forte através do desenvolvimento do capitalismo russo; o capitalismo russo só podia desenvolver-se pela vitória da revolução burguesa. Este silogismo implicava não só a separação teórica das duas revoluções (que todos os grupos estavam prontos a admitir), mas um intervalo de tempo entre elas. Punha de parte qualquer política de preparação imediata para uma revolução socialista e condenava o proletariado, nessa fase, ao papel de aliado subsidiário da burguesia. Os mencheviques não acreditavam que o proletariado russo pudesse apressar o destino marxista conseguindo a aliança das massas camponesas. O campesinato permanecia para os mencheviques uma força essencialmente anti-revolucionária: qualquer política revolucionária que contasse com o seu apoio era uma reversão à heresia *narodnik* de uma revolução camponesa. Este argumento podia ser reforçado pela experiência de 1848, por numerosos passos de Marx e Engels e pela experiência de 1905 em que, como o próprio Trotsky disse, a revolução proletária foi dominada «na ponta das baionetas do exército camponês»²³. No que se refere às perspectivas de revolução europeia, os mencheviques tinham-se comprometido, na sua conferência de Maio de 1905:

Só num caso a social-democracia empregaria os seus esforços por sua própria iniciativa para tomar o poder e conservá-lo por tanto tempo quanto possível — no caso de a revolução se estender aos países avançados da Europa Ocidental, onde as condições para a realização do socialismo já atingiram uma certa maturidade. Neste caso, os limites históricos restritos da revolução russa podem ser consideravelmente alargados e ocorrerá a possibilidade de avançar na via das transformações socialistas²².

Mas a expressão «uma certa maturidade», que Lenine criticou como injustificavelmente pessimista²⁵, era típica da

²³ L. Trotsky, *1905* (segunda ed. 1922), p. 267.

²⁴ *Iskra*, n.º 100, 15 de Maio de 1905 (Prilozhenie).

²⁵ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 83.

prudência menchevique. Esta resolução, adoptada num momento em que as perspectivas de 1905 estavam ainda sem mácula, ficou como a única declaração menchevique sobre o assunto e a revolução europeia nunca ocupou um lugar notável no pensamento menchevique — talvez porque os mencheviques nunca a consideraram como iminente.

A consequência era que uma tendência de resignação pessimista era inerente ao menchevismo deste período. Como Axelrod disse no Congresso de Estocolmo:

As relações sociais na Rússia estão, até agora, maduras apenas para uma revolução burguesa e o impulso da história empurra os próprios operários e revolucionários com muito maior força para o revolucionarismo burguês, que torna tanto uns como os outros servos involuntários da burguesia, que para um revolucionarismo que seja, em princípio, socialista e prepare tática e organizacionalmente o proletariado para a supremacia política²⁴.

E Martynov, no mesmo congresso, definiu a função do partido no período que estava a decorrer como sendo «agitar a democracia burguesa para a vida política, fazê-la andar para a frente e radicalizar a sociedade burguesa»²⁷. Em termos de organização do partido, isto significava oposição contínua à acção conspirativa ou a preparativos para a insurreição armada e, conseqüentemente, a toda a concepção de Lenine de um partido de revolucionários profissionais. Lenine descreveu desdenhosamente os mencheviques como homens que «fazem um passo atrás ou marcam passo no mesmo sítio ... sem saberem como definir as condições de uma vitória decisiva»²⁸.

O diagnóstico bolchevique de 1905 e das lições a tirar daí era radicalmente diferente. O massacre de 9 de Janeiro de 1905 tinha trazido para a cena uma «terceira força» da política russa, o proletariado, que estava destinada um dia a eclipsar tanto a autocracia como a burguesia:

O proletariado mostrou que é... uma força não só interessada no esmagamento da autocracia, mas pronta a passar a um esmagamento autêntico da autocracia. Desde 9/22 de Janeiro, o

²⁶ *Chetvertyi (Ob' 'edinitel'nyi) S' 'ezd RSDRP* (1934), p. 260.

²⁷ *Ibid.*, p. 204.

²⁸ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 99.

nosso movimento operário está a tornar-se aos nossos olhos num movimento nacional²⁷.

Lenine aceitava tão inequivocamente como os mencheviques o carácter burguês da incipiente revolução e a necessidade de passar pela fase da democracia burguesa no caminho para o socialismo:

Quem procura avançar para o socialismo por qualquer outro caminho, passando por cima da democracia burguesa, chega inevitavelmente a conclusões absurdas e reaccionárias tanto económica, como politicamente... Nós, marxistas, deveríamos saber que não há nem pode haver outra via para a verdadeira liberdade para o proletariado e para o campesinato, senão a via da liberdade e do progresso burgueses²⁸.

Mas argumentava que a burguesia russa não era capaz nem estava disposta, por si própria, a completar a revolução democrático-burguesa, não só porque era fraca, mas porque o seu apoio à revolução era «inconsistente, egoísta e cobarde»; devido ao seu medo do proletariado, estava já a meio caminho de se tornar contra-revolucionária. A política de adiamento menchevique, longe de melhorar as perspectivas da revolução, tornaria a resistência burguesa tanto mais obstinada. De futuro, o proletariado era a única classe consistentemente revolucionária: «só ele é capaz de continuar até ao fim de modo a inspirar confiança, porque está preparado para ir muito além da revolução democrática». Tinha, portanto, de tomar a seu cargo, primeiro que tudo, a tarefa de completar a revolução burguesa³¹.

A tarefa imposta ao proletariado de completar a revolução democrático-burguesa como prelúdio da consumação da sua própria revolução socialista podia ser cumprida, com duas condições; a elaboração destas era o tema principal da obra mais importante de Lenine do Verão de 1905, *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*: A primeira era uma aliança entre o proletariado e o campesinato. O campesinato, embora não revolucionário no sentido suposto pelos *narodniks* de ser hostil ao capitalismo como tal, estava, «no momento presente, menos interessado na

²⁹ Ibid., VII, 109-10.

³⁰ Ibid., VIII, 41, 104.

³¹ Ibid., VIII, 94.

defesa incondicional da propriedade privada que em lançar mão da terra dos senhores, que é uma das principais formas dessa propriedade»³². Por isso, o campesinato podia ser aproveitado pelo proletariado como seu aliado nesta fase; e isto permitiria ao proletariado derrubar a autocracia e completar a revolução democrático-burguesa, a despeito da indiferença ou oposição burguesa. O resultado desta vitória seria, não uma ditadura socialista do proletariado, mas uma «ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato»³³. Lenine estava contudo, em condições de olhar ainda para além disto. Uma vez que a revolução burguesa tivesse sido realizada por esta combinação, o campesinato já não seria revolucionário no seu conjunto e não apoiaria o proletariado no seu avanço para a revolução socialista. Nessa fase, seria necessário que o proletariado, tomando mais uma vez a chefia, dividisse o campesinato contra si próprio e atrásse o apoio dos elementos semi-proletários, isto é, os camponeses pobres e sem terra, contra os camponeses ricos, que seriam os que mais teriam lucrado com a divisão dos bens dos proprietários. Todo o programa resumido num passo em itálico de *Duas Tácticas da Social-Democracia*:

*O proletariado tem que levar a cabo até ao fim a revolução democrática unindo a si próprio a massa do campesinato, para esmagar pela força a oposição da autocracia e paralisar a instabilidade da burguesia. O proletariado tem que completar a revolução socialista unindo a si a massa de elementos semi-proletários da população, para quebrar pela força a oposição da burguesia e paralisar a instabilidade do campesinato e da pequena burguesia*³².

A segunda condição não era discutida em nada que se parecesse com a mesma extensão, provavelmente porque Lenine estava, como de costume, a expor a sua doutrina em forma de polémica e a segunda condição, ao contrário da primeira, não era contestada pelos seus adversários mencheviques. Mas já tinha sido expressa tentativamente num artigo de Abril de 1905 e era repetida com suficiente clareza

³² Ibid., VIII, 94.

³³ Esta expressão foi criada por Lenine num artigo de Abril de 1905 (ibid., VII, 196-203) e repetida várias vezes em *Duas Tácticas da Social-Democracia*.

³⁴ Ibid., VIII, 96.

em dois passos de *Duas Tácticas da Social-Democracia*. Um resultado da revolução democrática seria «levar a conflagração revolucionária à Europa»; nada «encurtaria tão vigorosamente o caminho para a vitória completa» na Rússia. O estabelecimento da «ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato» «dar-nos-ia a possibilidade de sublevar a Europa, e o proletariado socialista europeu, libertando-se do jugo da burguesia, ajudar-nos-á, por sua vez, a completar a revolução socialista»³⁵.

Lenine tinha o cuidado, ao longo de *Duas Tácticas da Social-Democracia*, de manter a distinção, prática e teórica, entre as duas fases da revolução. Escrevia até que «esta revolução democrática não enfraquecerá, antes fortalecerá, a dominação da burguesia»³⁶ — uma predição que parecia comprometê-lo com a crença menchevique num intervalo extenso entre as duas fases para a continuação do desenvolvimento do capitalismo. Apesar disso, ele apontava especificamente para dois elementos da transição da fase democrática para a socialista — o apoio da parte semi-proletária do campesinato e o apoio de uma revolução socialista na Europa e mostrava como se podia esperar que estes dois elementos fossem consequência da ditadura democrático-revolucionária que coroaria a primeira fase. Tratava mesmo as duas fases, por conseguinte, como, de certo modo, um processo contínuo. Três meses mais tarde, em Setembro de 1905, num curto artigo sobre *A Relação da Social-Democracia com o Movimento Campesino*, ele citava a célebre fórmula de Marx de 1850:

Da revolução democrática, começaremos imediatamente e na medida das nossas forças — as forças do proletariado consciente e organizado — a fazer a transição para a revolução socialista. Somos pela revolução ininterrupta. Não pararemos a meio caminho³⁵.

³⁵ Lenin, *Sochineniya*, VII, 191, VIII, 62, 83.

³⁶ *Ibid.*, VIII, 37.

³⁷ Lenin, *Sochineniya*, 186. Marx escreveu «*permanente Revolution*»; os autores russos usavam umas vezes «*permanentnaya*» e outras vezes a palavra russa vulgar para «ininterrupta», «*nepreryvnaya*». Na controvérsia posterior, fez-se uma tentativa para distinguir entre a defesa da revolução «permanente» por Trotsky e a aceitação da revolução «ininterrupta» por Lenine. Mas não há qualquer significado na variação de terminologia.

Não parece que ele tenha jamais voltado a usar a expressão. Mas a ideia ficou. Nos finais de 1905, numas notas que foram publicadas vinte anos depois, ele delineou de novo as fases da revolução na sua sequência lógica. O proletariado, aliado ao campesinato, completaria a revolução burguesa. Esta realização levaria a uma nova fase em que os camponeses ricos e «uma parte substancial do campesinato médio» se passariam para a burguesia e o proletariado, com a simpatia do campesinato pobre, lutaria «pela preservação da sua vitória democrática no interesse de uma revolução socialista». Esta luta seria sem esperança, «*a não ser que o proletariado socialista europeu viesse em auxílio do proletariado russo*». Esta era a chave da vitória final. «Os operários europeus mostrar-nos-ão 'como se faz' e então nós, juntamente com eles, faremos a revolução socialista»³⁸.

De todos os principais sociais-democratas russos, Trotsky foi o único a desempenhar um papel notável nos acontecimentos da Revolução de 1905. Era, portanto, natural que fosse fortemente influenciado pelas suas lições; a este respeito, estava no extremo oposto dos mencheviques. A sua colaboração com os mencheviques, depois da cisão com Lenine, em 1903, foi breve. Ele não experimentava nenhuma simpatia natural pela tendência passiva da doutrina menchevique:

*A nossa luta pela revolução (escreveu ele logo após 9 de Janeiro de 1905), a nossa preparação para a revolução, será, ao mesmo tempo, uma luta implacável contra o liberalismo pela influência sobre as massas, pelo papel dirigente do proletariado na revolução. Nesta luta, teremos ao nosso lado uma grande força: a lógica da própria revolução*³⁹.

Em Fevereiro de 1905, Trotsky voltou à Rússia como revolucionário activo. Foi no Outono desse ano, no auge do

³⁸ Ibid., VIII, 427-7. Esta concepção da interacção do Leste e do Oeste na feitura da revolução socialista tinha também uma ascendência russa reconhecível. Herzen escreveu a Proudhon em 1855: «A Rússia, menos activa que a Sabóia, não *fará da se*, precisa da solidariedade dos povos da Europa, do seu auxílio; mas, por outro lado, estou convencido de que a liberdade não chegará ao Ocidente enquanto a Rússia permanecer alistada como soldado a soldo do imperador de Petersburg (*Polnoe Sobranie Sochinei ii Pisem*, ed. M. K. Lemke, VIII (1919), 196).

³⁹ Trotsky, *Sochineniya*, II, i, 57.

seu trabalho no Soviete de Petersburgo, que ele delineou a sua teoria, em termos que aumentavam a precisão da fórmula da «revolução ininterrupta» esboçada por Lenine em Setembro:

A posição de vanguarda da classe operária na revolução, a ligação directa entre ela e o campo revolucionário, a fórmula com que conquista o exército — tudo isto a empurra inevitavelmente para o poder. A vitória completa da revolução significa a vitória do proletariado. Isto, por sua vez, significa a continuação do avanço ininterrupto da revolução. O proletariado realiza as tarefas fundamentais da democracia e a lógica da sua luta imediata para salvaguardar a supremacia política faz que problemas puramente socialistas surjam num momento dado. Entre os programas mínimo e máximo da social-democracia estabelece-se uma continuidade revolucionária. Isto não é uma simples penada, não é um dia nem um mês, é toda uma época histórica⁴⁰.

E, nos princípios de 1906, depois da sua prisão, Trotsky escreveu na cadeia uma análise minuciosa com o título *Balanço e Perspectivas*, que indicou mais tarde como «a única obra em que expus mais ou menos sistematicamente os meus pontos de vista sobre o desenvolvimento da revolução»⁴¹.

Na opinião de Trotsky, a peculiaridade da estrutura social russa era que a indústria capitalista se tinha desenvolvido lá como resultado de pressão estrangeira e sob o patrocínio do estado: por isso se tinha criado um proleta-

⁴⁰ Citado de um artigo em *Nachalo* (Outubro de 1905) de L. Trotsky, *Permanentnaya Revolyutsiya* (Berlim, 1930), pp. 58, 90-1.

⁴¹ L. Trotsky, *Permanentnaya Revolyutsiya* (Berlim, 1930), p. 39. *Balanço e Perspectivas* (*Itogi i Perspektivi*, título tirado do artigo de Parvus referido adiante, na p. ???) foi publicado pela primeira vez em Petersburgo, em 1906, num volume de ensaios de Trotsky com o título *Nasha Revolyutsiya*; não pudemos dispor nem do original nem de uma reedição publicada depois da Revolução de Outubro. Nos finais de 1917, este ensaio foi reeditado isoladamente em russo, em Berlim, com o título *Perspektivi Russkoi Revolyutsyi*; o último capítulo e as duas últimas frases do penúltimo capítulo, que prediziam uma revolução socialista europeia como resultado da guerra e declaravam que isto era essencial para a vitória da revolução russa, foram omitidas por respeito pela censura alemã. As referências das notas adiante são a esta edição. Em 1918, foi publicada uma tradução inglesa abreviada do volume de Trotsky de 1906, com o título *Our Revolution* (N. I., 1918), que incluía a maior parte deste ensaio; as frases do penúltimo capítulo e a maior parte do último capítulo, omitidos na edição de Berlim, aparecem nesta versão.

riado sem uma classe burguesa independente de empresários. Por esta razão, «num país economicamente atrasado, o proletariado pode encontrar-se no poder mais cedo que num país capitalista importante» e, «na Rússia, o 'operário' pode encontrar-se no poder mais cedo que o seu 'patrão'»⁴². E Trotsky não encarava isto simplesmente como possível em teoria. A experiência de 1905 convenceu-o de que isto tinha de facto que acontecer. Ele tinha visto os proprietários de fábricas russos responder à reivindicação do dia de oito horas declarando um lock-out. Os trabalhadores só puderam fazer valer a sua exigência, que era uma reivindicação legítima e necessária da revolução burguesa, tomando conta das fábricas. «Uma vez no poder, o proletariado será levado inevitavelmente por toda a lógica da sua posição a administrar a economia como assunto do estado»⁴³. Supor que os sociais-democratas tomariam a chefia da consecução da revolução burguesa e se retirariam depois «dando lugar aos partidos burgueses», era «utopismo da pior espécie, uma espécie de utopismo filisteu-revolucionário»; o proletariado, tendo tomado o poder, «lutaria por este poder até ao fim»⁴². A realização da revolução burguesa envolveria automaticamente uma transição para a revolução socialista.

Num artigo posterior, escrito em 1909, Trotsky definiu o ponto em que mencheviques e bolcheviques diferiam respectivamente da sua análise:

Se os mencheviques, partindo da abstracção «a nossa revolução é burguesa» chegam à ideia de adaptar toda a táctica do proletariado à conduta da burguesia liberal antes da sua conquista do poder de estado, os bolcheviques, partindo de uma abstracção igualmente estéril, uma ditadura democrática, não socialista, chegam à ideia de uma autolimitação democrático-burguesa do proletariado, em cujas mãos repousa o poder de estado. É certo que há uma diferença muito significativa entre eles a respeito: enquanto os aspectos anti-revolucionários do menchevismo estão já plenamente patentes agora, os traços anti-revolucionários do bolchevismo só ameaçam um perigo enorme no caso de uma vitória revolucionária⁴⁴.

É inegável que Trotsky, num golpe de misteriosa perspicácia, predisse neste passo de modo exacto a atitude adop-

⁴² L. Trotsky, *Perspektivi Russkoi Revolyustsii* (Berlim, s. d. (1917), pp. 36, 40).

⁴³ *ibid.*, p. 41.

⁴⁴ *ibid.*, pp. 51, 55.

tada pela maioria dos dirigentes bolcheviques em Petrogrado, antes do regresso de Lenine, em Abril de 1917. Não pode sustentar-se tão facilmente que o próprio Lenine tenha continuado até à Revolução de Fevereiro a aderir à mesma doutrina da «autolimitação». Lenine não adoptou, é verdade, uma posição tão clara e decidida como Trotsky sobre esta questão; o facto de não o ter feito foi o principal responsável pela confusão nas fileiras bolcheviques depois de Fevereiro de 1917. Depois de 1906, Lenine tomou parte em polémicas, em duas ou três ocasiões, contra a teoria da «revolução permanente» de Trotsky. Mas Trotsky tinha provavelmente razão em sustentar que Lenine nunca tinha lido *Balanço e Perspectivas*, que citava em segunda mão de um artigo de Martov⁴⁵; e estas afirmações pouco fizeram para clarificar a sua própria posição. Lenine, tal como Trotsky, não rejeitava a perspectiva de uma transição directa da revolução burguesa para a socialista. Mas, ao passo que Trotsky acreditava que esta transição se iniciaria automática e inevitavelmente pela lógica da própria revolução, Lenine apegava-se mais firmemente à *terra firme* da revolução burguesa e sustentava que a transição para o socialismo dependeria da realização das duas condições externas que ele tinha constatado em 1905: o apoio do campesinato e o apoio de uma revolução socialista europeia. A principal diferença de doutrina entre Lenine e Trotsky, nesta altura, era que Lenine tornava o começo da transição para o socialismo dependente de condições que Trotsky só considerava necessárias para a sua vitória final.

No que se refere ao campesinato, a concepção marxista da incapacidade do campesinato para constituir um partido revolucionário tinha sido o ponto de partida da polémica de Plekhanov contra os *narodniks* e estava firmemente enraizada na doutrina do partido. Em vésperas de 1905, Trotsky tinha chamado ao campesinato «um vasto reservatório de energia revolucionária potencial»⁴⁶ — o que era o mais longe que qualquer social-democrata era capaz de ir naquela altura.

⁴⁵ L. Trotsky, 1905 (segunda ed. 1922), p. 285. Trotsky, na segunda edição, juntou à última frase uma nota de rodapé mencionando que isto não aconteceu porque «o bolchevismo, sob a chefia de Lenine, empreendeu o seu rearmamento ideológico (não sem luta interna), na Primavera de 1917».

⁴⁶ Lenin, *Sochineniya*, XIV, 44-7; L. Trotsky, *Permanentnaya Revolyutsiya* (Berlim, 1930), pp. 39-40.

A experiência de 1905, que inspirou a brilhante análise de Trotsky do papel do proletariado na revolução, tinha-lhe dado uma visão preconceituosa do papel do campesinato. Insurreições camponesas tinham acompanhado e apoiado as primeiras fases do movimento revolucionário. Mas, no momento crítico, tinha sido o camponês em uniforme que, permanecendo fiel ao czar e aos seus oficiais, tinha esmagado a revolução do proletariado urbano. Aceitava a importância indispensável de uma insurreição camponesa como auxiliar da tarefa principal do proletariado. Mas isto não implicava que o campesinato fosse uma força política independente aliada em pé de igualdade com o proletariado: a fórmula correcta era que o proletariado faria a revolução burguesa «apoiado pelo elemento camponês e conduzindo-o»⁴⁷ — fórmula que Lenine aceitou mais tarde como idêntica em substância à sua⁴⁸. Tampouco concordava Trotsky com a fórmula de Lenine para o governo resultante desta revolução — uma «ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato» — rejeitou-a em *Balanço e Perspectivas* como «irrealizável»⁴⁹. A revolução dirigida pelo proletariado podia apenas resultar num «governo operário», no sentido de um governo em que representantes dos operários ocupassem a «posição dominante e de chefia»⁵⁰. Ainda menos possível era contar com uma aliança proletário-camponesa como instrumento para levar a cabo a revolução socialista. Um conflito fundamental de interesses destruiria a associação no próprio limiar da acção comum, porque o governo revolucionário seria levado, na sua política agrária, à «organização da produção cooperativa sob controle comunal ou directamente por conta do estado»⁵¹ e teria que impor estas medidas socialistas ao campesinato. Trotsky levantava, assim, objecções — embora a

⁴⁷ Trotsky, *Sochineniya*, II, i, 20. Na edição completa, publicada em 1926, a frase está impressa em itálico, que não aparece na versão original (L. Trotsky, *Do Devyatogo Yanvaryaya* (Genebra, 1905), p. 18).

⁴⁸ Trotsky, *Sochineniya*, II, i, 448.

⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XIV, 42.

⁵⁰ L. Trotsky, *Perspektivi Russkoi Revolyutsii* (Berlim, s. d. (1917)), p. 48.

⁵¹ *ibid.*, p. 43. Parvus, um social-democrata alemão de origem russa, tinha escrito no seu prefácio ao opúsculo anterior de Trotsky, *Do Devyatogo Yanvaryaya*, em Janeiro de 1905: «Se a social-democracia se colocar à cabeça do movimento revolucionário do proletariado russo, então este governo (isto é, o «governo revolucionário provisó-

divergência entre eles fosse muito exagerada mais tarde — a ambas as partes da fórmula dupla de Lenine de uma aliança com o campesinato no seu conjunto para a consecução da revolução burguesa e de uma aliança com os elementos «semi-proletários» do campesinato para a realização da revolução socialista. A principal responsabilidade caberia, em ambas as fases, ao proletariado.

Quanto à necessidade de uma revolução socialista na Europa como segunda condição para a consumação da revolução socialista na Rússia, mencheviques, bolcheviques e Trotsky estavam de pleno acordo. Trotsky enunciou esta condição inequivocamente perto do fim de *Balanço e Perspectivas*:

Sem o apoio estatal directo do proletariado europeu, a classe operária da Rússia não poderá manter-se no poder e converter a sua supremacia temporária numa ditadura socialista duradoura. Não podemos duvidar disto por um momento. Por outro lado, não há dúvida de que uma revolução socialista no Ocidente nos permitiria transformar imediatamente a supremacia temporária da classe operária numa ditadura socialista⁵².

Lenine ia ainda mais além nesta altura. Ele não acreditava que o proletariado russo pudesse sequer começar — quanto mais manter — uma revolução socialista na Rússia sem o apoio do proletariado europeu. Mas tanto Lenine como Trotsky aceitavam sem reservas a necessidade da revolução europeia para a vitória final do socialismo na Rússia; nenhum deles teria tido nada que ver, nesta altura, com a concepção de uma revolução socialista vitoriosa na Rússia sem uma revolução socialista na Europa.

rio) será social-democrata». Acrescentava: «O governo provisório social-democrático não pode completar a revolução socialista na Rússia, mas o próprio processo de liquidação da autocracia e o estabelecimento da república democrática dar-lhe-ão um terreno favorável para trabalho político». Este passo continha o cerne da teoria da «revolução permanente» de Trotsky. No mesmo prefácio, dizia Parvus acerca dos camponeses: «Eles estão apenas em situação de aumentar a anarquia política no país e enfraquecer, assim, o governo. Não podem formar um exército revolucionário coerente. Um artigo de Parvus em termos semelhantes, intitulado *Itogi i Perspektivi*, apareceu na *Iskra*, n.º 85, 27 de Janeiro de 1905. Trotsky afirmou, muito tempo depois, que as suas opiniões de 1905 «confinavam de perto com as de Parvus sem, no entanto, serem idênticas a elas». (*Permanentnaya Revolyutsiya* (Berlim, 1930), pp. 64-5).

⁵² L. Trotsky, *Perspektivi Russkoi Revolyutsii* (Berlim, s. d. (1917)), p. 54.

Enquanto, contudo, Trotsky ocupava, quanto a questões de doutrina, posições só vagamente distinguíveis das de Lenine, quanto à questão da organização tinha permanecido fiel, desde a cisão de 1903, ao ponto de vista menchevique. Não partilhando a concepção de Lenine de um partido pequeno, altamente organizado e disciplinado, continuava a considerar a cisão injustificada e a trabalhar para a restauração da unidade do partido, escolhendo para si o papel de conciliador «fora das fracções». Esta atitude aliou sempre Trotsky, apesar de todas as divergências doutrinárias, com os mencheviques, cuja concepção de um partido de massas não era intolerante contra diferentes matizes de opinião dentro dele, e, envolveu-o, de forma igualmente constante, em conflito com Lenine, cujas ideias sobre a unidade do partido não tinham vacilado desde 1903. Ao longo do período de 1909 a 1914, os esforços de Trotsky para voltar a unir as fracções foram repetidamente combatidos por Lenine em nome da pureza doutrinária e da eficiência da organização e a persistência desta contenda produziu uma exacerbação mútua e um rico vocabulário de insultos recíprocos. Em 1903-4, tinha sido Trotsky o agressor na guerra de palavras⁵³. Agora, nas amargas controvérsias de 1911-14, foi a vez de Lenine de falar das «frases retumbantes mas vazias» de Trotsky⁵⁴ e do seu «incrível estilo bombástico»⁵⁵. A recusa em se submeter à disciplina do partido levava à instabilidade de opinião. «É impossível discutir com Trotsky sobre qualquer questão importante, visto que ele não tem opiniões»; está sempre «a arrastar-se pelo estrondo desta ou daquela controvérsia e a correr de um lado para o outro»⁵⁶. Trotsky foi, nesta altura, menos virulento que Lenine no debate público, mas compensou isto numa carta particular ao menchevique georgiano Tchkeidze, na qual escreveu que «toda a base do leninismo está cons-

⁵³ L. Trotsky, *Perspektivi Russkoi Revolyutsii* (Berlim, s. d. (1917). termina com o primeiro período deste passo (ver atrás, p. 75, nota 41); os dois períodos restantes são citados de L. Trotsky, *Our Revolution* (N. I., 1918), p. 137.

⁵⁴ Ver atrás, p. 47-8.

⁵⁵ Lenin, *Sochineniya*, XV, 11. A mesma frase ocorre mais tarde (ibid., XVIII, 381).

⁵⁶ ibid., XV, 546. A palavra russa *khlestakovshchina* é forte, derivada do Khlestakov de Gogol, o impostor empolado de *Revizor*; numa carta deste período a Gorky, Lenine chama a Trotsky «poseur» (ibid., XXVIII, 523).

truída, no momento presente, sobre a mentira e a falsificação e transporta em si o elemento envenenado da sua própria desintegração»⁵⁷. A reconciliação de 1917 nunca apagou esta disputa acrimoniosa da memória dos adversários de Trotsky no partido.

Quando, em Janeiro de 1912, Lenine reuniu, em Praga, uma pequena conferência dos seus adeptos e simpatizantes da Rússia e da Europa Ocidental, as divisões no partido eram, portanto, agudas e os seus destinos estavam numa situação embaraçosa. Embora só tivessem estado presentes catorze delegados com direito a voto, todos bolcheviques excepto dois, ela proclamou-se a si própria «conferência geral do partido» e «órgão supremo do partido». Registou o facto melancólico da «desintegração e colapso da maioria das organizações do partido» com o peso da repressão contra-revolucionária, intensificada pela ausência prolongada de «um centro do partido em funcionamento»; condenou como «liquidacionistas» os que não aceitavam a política bolchevique de acção e organização; e insistiu na «necessidade de trabalho intensificado para edificar de novo o Partido Operário Social-Democrata Russo». Também não negligenciou as possibilidades de actividade legal, apresentando três palavras de ordem do partido — todas bem dentro dos limites da revolução burguesa — para as eleições prestes a realizar-se para a quarta Duma: «república democrática, dia de trabalho de oito horas e confiscação da terra de todos os proprietários». Mas o passo mais significativo dado pela Conferência de Praga dizia respeito à organização do partido. O comité central do partido eleito pelo Congresso de Londres de 1907 e representativo dos diferentes grupos desse congresso não se tinha reunido desde há dois anos e era virtualmente inexistente. A conferência, arrogando-se as funções de um congresso do partido, elegeu um novo comité central de seis membros, incluindo Lenine, Zinoviev e Ordjonikidze e cinco substitutos ou «candidatos», que incluíam Bubnov e Kalinine. Era uma medida inconstitucional. Mas marcava claramente a pretensão dos bolcheviques de formar sozinhos, e com exclusão de todos os «liquidacionistas», mencheviques e outros, o Partido Operário Social-Democrata Russo. Fez-se de novo o que tinha sido tentado no terceiro congresso, em 1905. E, desta vez, não houve voltar

⁵⁷ *ibid.*, XV, 304, XVII, 469.

atrás. A partir desta altura, os bolcheviques já não eram uma facção dentro do partido, mas o próprio partido⁵⁸.

Uma alteração feita pela conferência ao estatuto do partido permitia ao comité central agregar membros adicionais. Em conformidade com este regulamento, Estaline foi agregado pouco tempo depois da conferência⁵⁹ e tornou-se também membro de um recém-eleito «secretariado russo» para se encarregar do trabalho na própria Rússia. O momento era crucial. Em 4 de Abril de 1912, forças militares dispararam sobre trabalhadores em greve das minas de ouro do Lena e houve mais de quinhentos mortos. Era o pior massacre deste tipo desde 9 de Janeiro de 1905 e abriu uma nova era de inquietação e agitação industrial. Um dos sintomas da renovada actividade do partido foi a fundação em Petersburgo de um novo jornal bolchevique, *Pravda*, cujo primeiro número apareceu em 22 de Abril de 1912. Outro foi a decisão pessoal de Lenine de mudar o seu local de residência de Paris para Cracóvia, na Polónia austríaca, para estar mais perto do cenário da acção. A tensão crescente na Rússia durante os dois anos seguintes não só aumentou as possibilidades e as perspectivas da acção revolucionária na própria Rússia como aprofundou a brecha entre bolcheviques e mencheviques. A acção arbitrária de Lenine em Praga provocou indignação entre outros grupos do partido. Mas nada abalou a sua determinação de prosseguir um rumo independente. Em Agosto de 1912, Trotsky convocou, em Viena, uma reunião de sociais-democratas russos de todos os matizes de opinião, na esperança de preparar mais uma vez o caminho para a reunificação. Mas o encontro foi denunciado e ridicularizado pelos bolcheviques, com o resultado

⁵⁸ *Lenin o Trotskom i o Trotskizme*, ed. M. Olmsky (segunda ed 1925), pp. 217-19. Esta carta, interceptada pela censura foi descoberta nos arquivos depois da revolução e a sua publicação foi uma das sensações da campanha contra Trotsky, depois da morte de Lenine.

⁵⁹ As resoluções da conferência foram publicadas num opúsculo (*Vserossiiskaya Konferentsiya Ros.-Dem. Rab. Partii 1912 goda* (Paris, 1912) e reproduzidas em *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 177-91. Por razões de sigilo, não continham a lista de membros e candidatos eleitos para o comité central. Mas estes aparecem, com ligeiras variações entre as duas categorias, em todas as histórias do partido até aos princípios da década de 1930, por exemplo, em N. Popov, *Outline History of the Communist Party of the Soviet Union* (trad. ingl. s. d. I, 274) e em Lenine, *Sochineniya*, XV, 651-4, nota 167.

de que o «bloco de Agosto» se tornou uma coligação temporária de mencheviques, trotskistas e grupos de menor importância contra os bolcheviques. Não teve consequências, a não ser exacerbar ainda mais as relações entre Lenine e Trotsky. Nunca escreveram um acerca do outro em linguagem mais amarga e venenosa que nos dezoito meses que se seguiram à conferência de Agosto.

A guerra de 1914 estava destinada a servir de estufa para as sementes da revolução. O efeito imediato da sua eclosão foi complicar imensamente a tarefa dos revolucionários e desmembrar a organização rudimentar que possuíam. Em Petersburgo, os deputados bolcheviques e mencheviques da Duma uniram-se momentaneamente numa declaração comum em nome do Partido Operário Social-Democrata Russo, recusando-se a votar a favor dos créditos de guerra; do lado do governo, a primeira medida foi a supressão da imprensa antigovernamental, com inclusão do *Pravda* bolchevique. Mesmo na Europa Ocidental, a liberdade de propaganda foi limitada a um punhado de pequenos países neutros. Lenine, preso e ameaçado de internamento na Áustria, refugiou-se na Suíça e, tendo-se-lhe juntado Zinoviev, estabeleceu em Berna o que de depressa foi reconhecido como centro oficial do bolchevismo.

Lenine não tinha dúvidas sobre a atitude do partido em relação à guerra. Desde o congresso de Estugarda de 1907, a Segunda Internacional, a instigação de Lenine, tinha-se comprometido a uma prescrição aos sociais-democratas para, em caso de guerra, «utilizarem a crise económica e política causada pela guerra para ... apressarem a destruição da dominação de classe da classe capitalista»⁶⁰. A defecção dos socialistas e sociais-democratas da Europa Ocidental que, quase sem excepção, apoiaram os respectivos governos nacionais, em Agosto de 1914, foi a mais negra das traições. Não abalou de forma alguma as convicções de Lenine. Ele chegou a Berna em 5 de Setembro de 1914; no dia seguinte, reuniu

⁶⁰ As fontes referidas no fim da nota anterior, bem como Krupskaya, *Memories of Lenin*, II (trad. ingl. 1932), 79 registam a agregação de Estaline «pouco depois da conferência». A história oficial de 1938 (*History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks)*, trad. ingl. 1939, p. 141), em desafio a todos os testemunhos anteriores, inclui Estaline e Sverdlov entre os que foram eleitos para o comité central pela conferência e é seguida em relatos oficiais posteriores.

o pequeno grupo de bolcheviques que se pôde juntar e leu-lhes um conjunto de teses sobre a guerra, em que declarava explicitamente que «do ponto de vista da classe operária e das massas trabalhadoras de todos os povos da Rússia a derrota da monarquia czarista e dos seus exércitos seria o mal menor» e expunha as palavras de ordem que os sociais-democratas deviam proclamar:

Propaganda ilimitada, alargada ao exército e ao teatro das operações militares, pela revolução socialista e pela necessidade de voltar as armas, não contra os próprios irmãos, os escravos mercenários de outros países, mas contra os governos reaccionários e burgueses de todos os países. Necessidade absoluta de organizar células e grupos ilegais nos exércitos de todas as nações para essa propaganda em todas as línguas. Luta implacável contra o chauvinismo e o patriotismo da burguesia de todos os países sem excepção⁶¹.

Em Fevereiro de 1915, uma conferência mais ampla de bolcheviques, em Berna, a que estiveram presentes Bukharine, Krylenko e Pyatakov, bem como Lenine e Zinoviev, aceitou e publicou uma série de resoluções em linhas semelhantes⁶². Mas continuavam a ser um grupo isolado. Plekhanov pregava a defesa nacional como prelúdio necessário à reforma, adoptando, assim, uma posição indistinguível da dos partidos sociais-democratas ou trabalhistas da Segunda Internacional, que tinham sido estigmatizados por Lenine como «sociais-chauvinistas», e as posições menchevistas iam deste esta posição «direitista» de Plekhanov à posição «esquerdista» de Martov, que se declarava internacionalista e se uniu a Lenine na denúncia da «guerra imperialista». Mas entre o bolchevismo e este menchevismo de esquerda havia ainda uma diferença essencial. Lenine queria acabar a guerra por uma revolução socialista em toda a Europa que permitisse à Rússia transitar directamente da revolução burguesa para a socialista. Martov queria acabar a guerra com uma paz democrático-burguesa na base da autodeterminação nacional e sem anexações nem indemnizações; nenhum menchevique, dada a aceitação do dogma incondicional do carácter burguês da revolução vin-

⁶¹ A atitude do partido em relação à guerra será discutida na Parte V.

⁶² Lenin, *Sochineniya*, XVIII, 44-6. As teses apareceram em forma corrigida e aumentada num artigo do jornal do partido, *Sotsial-Demokrat*, de 1 de Novembro de 1914 (ibid., XVIII, 61-6).

doura na Rússia, podia ir além disto. Tanto Martov como Lenine assistiram à famosa conferência de socialistas internacionais adversários da guerra que se reuniu em Zimmerwald em Setembro de 1915. A diferença entre eles era a diferença entre a «maioria de Zimmerwald» e a «esquerda de Zimmerwald».

Na Rússia, depois da medida inicial de cooperação entre bolcheviques e mencheviques, a pressão dos acontecimentos e da opinião separou gradualmente os dois grupos e a superior organização clandestina dos bolcheviques, que, embora severamente limitada pela perseguição da polícia, nunca deixou completamente de funcionar, jogava a seu favor. Em fins de Setembro de 1914, cinco deputados bolcheviques da Duma e outros delegados bolcheviques de várias partes da Rússia reuniram uma conferência secreta na Finlândia. Inspirados pelas teses de Lenine de 24 de Agosto/6 de Setembro de 1914, adoptaram uma resolução que condenava — em termos algo gerais, é verdade — o governo e a guerra. Um mês depois, os deputados bolcheviques e outros bolcheviques proeminentes, entre os quais Kamenev, que se tinham reunido para outra conferência, foram presos e, nos princípios de 1915, exilados para a Sibéria⁶³. As instâncias do tribunal, tanto Kamenev como dois dos deputados declararam que não concordavam com as teses de Lenine na medida em que elas impunham ao partido que trabalhasse por uma derrota nacional na guerra⁶⁴. Mas, onde os bolcheviques vacilavam, os mencheviques da Rússia desintegraram-se quase por completo e tornaram-se indistinguíveis de outros «progressistas», combinando uma atitude patriótica em relação à guerra com uma exigência de reformas «democráticas».

A deportação de todos os bolcheviques destacados de Petrogrado para a Sibéria, onde Sverdlov, Estaline e Ordjonikidze estavam já a cumprir sentenças de exílio antes da eclosão da guerra, desmantelou virtualmente a organização central bolchevique na Rússia. Durante dezoito meses, o chamado «secretariado russo» do comité central deixou de existir. Na Primavera ou Verão de 1916, foi reconstituído por um militante do partido chamado Chlyapnikov que, vivendo em Paris no início da guerra, tinha assistido à Conferência

⁶³ Lenin, *Sochineniya*, XVIII, 124-8; Krupskaya, *Memories of Lenin*, II (trad. ingl. 1932), 156-7.

⁶⁴ E. Yaroslavsky, *Istoriya VKP(B)*, III (1929), 220-3.

de Berna de 1915 e tinha sido mandado mais tarde à Escandinávia por Lenine para organizar o envio clandestino de propaganda do partido para a Rússia. Chlyapnikov voltou agora a Petrogrado e, agregando dois jovens membros do partido, suficientemente apagados até então para terem evitado ser molestados, Zalutsky e Molotov (um jovem intelectual de Kazan, cujo verdadeiro nome era Skryabine e que tinha feito a sua estreia no partido na redacção do *Pravda*, em 1912), formou um novo «secretariado russo»⁶⁵. Havia, no entanto, pouco a fazer. Comitês locais de alguns grandes centros efectuavam ainda propaganda subreptícia. Mas as comunicações com o comité central na Suíça eram intermitentes e precárias, embora números do jornal do partido, *Sotsial-Demokrat*, publicado por Lenine a intervalos irregulares, às vezes passassem. Na Rússia, o partido não tinha nenhuma publicação desde a supressão do *Pravda* quando do rebentar da guerra.

Entretanto, Lenine permanecia na Suíça, escrevendo, observando e esperando. Nos princípios de 1916, mudou-se de Berna para Zurique, onde encontrou material mais facilmente disponível para *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, a sua obra mais importante durante a guerra. Escreveu também muito sobre a atitude dos socialistas em relação à guerra e sobre a questão da autodeterminação nacional, que tinha sido posta em realce pela propaganda aliada e sobre a qual a opinião do partido estava vivamente dividida. Em Abril de 1916, assistiu a uma segunda conferência do grupo de Zimmerwald, em Kienthal. Os debates pareceram mostrar um ligeiro movimento para a esquerda entre os socialistas que se opunham à guerra, mas nenhuma unidade real de opinião ou objectivos. A confiança de Lenine no carácter justo da sua doutrina nunca enfraqueceu. Mas a monotonia limitada da existência e a incapacidade de agir minaram alguma coisa do seu optimismo. No Outono de 1911, no que parecia o momento mais sombrio da reacção, ele tinha visto sinais crescentes de que «a época do domínio do chamado pacífico parlamentarismo burguês aproxima-se do fim, para dar lugar à época das lutas revolucionárias de um proletariado organizado e preparado no espírito das ideias marxistas que derrubará o governo da burguesia e estabelecerá

⁶⁵ Para a condenação desta acção por Lenine ver *Sochineniya*, XVIII, 129.

a ordem comunista»⁶⁶. Em Janeiro de 1917, dirigindo-se a um auditório suíço, tinha dúvidas sobre se «nós, os velhos» (Lenine tinha quarenta e seis anos) viveriam «para ver as batalhas decisivas da revolução vindoura»⁶⁷. Umás seis semanas mais tarde, a revolução rebentou na Rússia e, depois de mais de um mês de espera ansiosa e difíceis negociações, Lenine, com um grupo de cerca de vinte bolcheviques, entre os quais Zinoviev, Radek, Sokolnikov e Safarov, viajou através da Alemanha para a Suécia, por acordo com as autoridades alemãs, numa carruagem do caminho de ferro fechada à comunicação com o mundo exterior⁶⁸. O grupo chegou a Petrogrado em 3 de Abril de 1917.

⁶⁶ E. Yaroslavsky, VKP(B), III (1929), 234-5.

⁶⁷ Lenin, *Sochineniya*, XV, 265.

⁶⁸ *ibid.*, XIX, 357.

⁶⁹ Em Fritz Platen, *Die Reise Lenins durch Deutschland* (s. d. (?1925)) há um relato completo das negociações e da viagem. A ocorrência foi menos dramática e sinistra do que depois se fez parecer. Pouco tempo depois, um grupo muito maior de *émigrés* russos, entre os quais um grupo menchevique encabeçado por Martov, fez a mesma viagem nas mesmas condições.

DE FEVEREIRO A OUTUBRO¹

A Revolução de Fevereiro de 1917 que derrubou a dinastia dos Romanov foi a explosão espontânea de uma multidão exasperada pelas privações da guerra e pela manifesta desigualdade na distribuição dos sacrifícios. Foi bem recebida e utilizada por um largo estrato da burguesia e da classe dos funcionários, que tinham perdido a confiança no sistema autocrático de governo e especialmente nas pessoas do czar e dos seus conselheiros; foi deste sector da população que saiu o governo provisório. Os partidos revolucionários não esperaram e ficaram, de início, um tanto desorientados por ela. A criação, no momento da revolução, de um Soviete de Deputados Operários de Petrogrado foi um acto espontâneo de grupos de trabalhadores sem direcção central. Foi uma ressurreição do Soviete de Petersburgo que tinha desempenhado um papel curto, mas glorioso, na Revolução de 1905 e era, como o seu predecessor, uma organização apartidária eleita por operários fabris, estando socialistas-revolucionários, mencheviques e bolcheviques todos representados nela. Não

¹ É urgentemente necessária uma história deste período vital. Para além de documentos oficiais, *Revolutsiya 1917 goda: Khronika Sobytiy* (6 vols. de vários compiladores, 1923-30) é uma colectânea inestimável; e há um vasto aparato de outro material em primeira mão, incluindo, do seu próprio ponto de vista, o brilhante esboço de Milyukov em *Istoriya Vtoroi Russkoi Revolutsii* (Sofia, 1921) e a *História da Revolução Russa* de Trotsky.

aspirava, a princípio, ao poder governamental, em parte porque os seus dirigentes partilhavam da opinião até então aceita de que a Rússia apenas estava madura para uma revolução burguesa e ainda não para uma revolução socialista e, em parte, porque não tinha consciência da sua própria competência ou preparação para governar. A atitude do Soviete foi depois qualificada por Lenine de «renúncia voluntária ao poder de estado a favor da burguesia e do seu Governo Provisório»². No entanto, o facto de o mandato do Soviete ser reconhecido por um número sempre crescente de operários e soldados conferia-lhe, em que pese a ele próprio, uma posição de autoridade que não podia ser ignorada; e foi esta a base prática e quase acidental do chamado «duplo poder» instaurado pela Revolução de Fevereiro, quando a autoridade pública era de certo modo exercida por dois órgãos cuja atitude recíproca oscilava agitadamente entre a rivalidade e a cooperação: o Governo Provisório, que era o sucessor legal do governo czarista e reconhecido como tal pelo mundo exterior, e o Soviete de Deputados Operários, autoconstituído e, portanto, revolucionário. O exemplo de Petrogrado foi seguido pela constituição de sovietes em Moscovo e outras grandes cidades e, um pouco mais tarde, em distritos rurais; isto, por sua vez, levou à convocação de uma primeira «conferência panrussa» de sovietes, em fins de Março de 1917.

Das duas facções do Partido Operário Social-Democrata Russo, foi a menchevique, que, a princípio, mais aproveitou da Revolução de Fevereiro. Como em 1905, a promessa de governo constitucional parecia justificar o seu programa e dava-lhe vantagem sobre os bolcheviques. Um regime revolucionário burguês que beneficiava do apoio crítico dos bons marxistas, até à altura em que o capitalismo burguês tivesse esgotado as suas potencialidades e o caminho para a revolução socialista estivesse aberto — era esta, precisamente, a visão menchevique da primeira fase do processo revolucionário. Na verdade, o «duplo poder», considerado como associação constitucional entre governo burguês e «oposição legal» proletária era essencialmente de concepção menchevique. O principal ponto de dificuldade para os mencheviques era

² Lenin, *Sochineniya*, XX, 114. V. Chernov, *The Great Russian Revolution* (trad. ingl. N. I., 1936), pp. 99-109, fornece uma análise semelhante.

a sua atitude em relação à guerra, sobre a qual não estavam de acordo entre si. Mas uma política de pressionar o governo burguês para acabar com a guerra na base de um programa democrático, sem entrar em detalhes precisos quanto às formas e meios de lhe pôr fim, parecia, de momento, satisfazer todas as necessidades. Os mencheviques depressa surgiram numa posição predominante no Soviete de Petrogrado: o seu primeiro presidente era o menchevique georgiano Tchkhéidze. Os principais rivais dos mencheviques eram os socialistas-revolucionários. Não demorou muito tempo até os soviets de deputados operários se tornarem soviets de deputados operários e soldados; e, à medida que os exércitos se dissolviam em massas agitadas de camponeses que clamavam por paz e terra e confiavam nos socialistas-revolucionários, o partido tradicional da revolução camponesa, para satisfazer as suas ambições, a estrela dos socialistas-revolucionários (ou SRs, como vulgarmente lhes chamavam) continuava a subir.

Os bolcheviques pareciam ser os que menos tinham ganho. O carácter repentino da revolução tinha deixado a determinação da política bolchevique nas mãos de três homens (dois deles jovens e sem experiência) isolados não só do centro do partido na Suíça mas também dos outros dirigentes experientes do partido desterrados na Sibéria. A posição era embaraçosa. Por um lado, estavam comprometidos pelas teses de Lenine de 1914, e por tudo o que tinha escrito desde então, com a política espectacular, conhecida como desagradável mesmo para muitos bolcheviques, de advogar a guerra civil e o derrotismo nacional. Por outro lado, a resolução do partido de 1905 tinha considerado a constituição de um governo revolucionário provisório como resultado de uma revolução democrática e admitido que a cooperação bolchevique em tal governo poderia ser desejável «para uma luta implacável contra todos os ataques contra-revolucionários e a defesa dos interesses independentes da classe operária»³. Com estas e só estas directrizes, Chlyapnikov, Zalutsky e Molotov, que constituíam o secretariado russo do comité central, redigiram um manifesto do partido que foi publicado como panfleto em 26 de Fevereiro de 1917

³ Ver atrás, p. 62.

e apareceu dois dias depois como suplemento do primeiro número dos *Izvestiya do Soviete de Petrogrado*⁴.

Considerando todos os aspectos da questão, era um esforço digno de elogio. Visto que nenhum governo provisório tinha ainda sido proclamado, a questão de definir relações com ele não surgia. O manifesto convidava a classe operária e o exército revolucionário a criar um «governo revolucionário provisório», que estabeleceria uma república, introduziria reformas democráticas tais como o dia de oito horas, a confiscação de propriedades e a criação de uma assembleia constituinte na base do sufrágio universal e voto secreto, confiscaria e distribuiria reservas de alimentos e «entraria em negociações com o proletariado dos países beligerantes para uma luta revolucionária dos povos de todos os países contra os seus opressores e escravizadores ... e para o fim da sangrenta carnificina humana que foi imposta aos povos escravizados». Incitava-se os operários fabris e os seus representantes para este governo revolucionário provisório. O apelo terminava com saudações à «bandeira vermelha da revolução», «à república democrática», «à classe operária revolucionária» e «ao povo revolucionário e exército insurgente». Lenine, que leu excertos deste manifesto na imprensa alemã enquanto estava ainda na Suíça a tentar organizar a sua viagem para a Rússia, notou como «especialmente importante e especialmente actual» a «ideia perfeitamente correcta do nosso comité central de que a coisa indispensável para a paz são as relações com os proletários de todos os países beligerantes».

A Revolução de Fevereiro tinha removido todos os obstáculos a uma reparaçãõ do jornal do partido, salvo a carência de potencial humano. A publicação do *Pravda* foi retomada em 5 de Março de 1917, dirigido por um corpo redactorial composto por Molotov que, como membro do secretariado do comité central, assumia a principal responsabilidade, Kalinine, apreciado talvez, então como mais tarde, menos pelas suas qualidades intelectuais que pelo seu prestígio como membro utilizável do partido de origem camponesa, e Eremeev, de quem pouco se sabe, a não ser que tinha sido colaborador

⁴ O texto encontra-se em Lenin, *Sochineniya*, 600-1; ver também *ibid.*, XX, 634.

⁵ O texto encontra-se em Lenin, *Sochineniya*, XX, 31.

do *Pravda de 1912*⁶. O primeiro número foi distribuído gratuitamente, do segundo venderam-se 100 000 exemplares⁷. Os pontos de vista expressos nos sete primeiros números eram, em termos gerais, os do manifesto do partido. Denunciava o Governo Provisório existente como «um governo de capitalistas e terratenentes» e pensava que o soviete deveria convocar uma assembleia constituinte para estabelecer uma «república democrática». Sobre a questão da guerra, publicou, em 10 de Março de 1917, uma resolução do secretariado que advogava uma transformação da guerra imperialista em guerra civil para a libertação dos povos do jugo das classes dominantes, embora se abstinhasse ainda de defender expressamente o derrotismo nacional. Mas não era imune a recaídas. O mesmo número que publicou esta resolução publicou um artigo de Olminsky que concluía:

A revolução (burguesa) ainda não está completa. Vivemos sob a palavra de ordem de «ferir juntos». Em assuntos de partido, cada partido por si; mas todos como um só homem pela causa comum.

A situação complicou-se com o restabelecimento do comité local do partido de Petrogrado, que, tendo pela primeira vez adquirido estatuto legal, tinha atraído largo número de novos membros e exhibia uma desconcertante variedade de opiniões. Em geral, o comité de Petrogrado manteve-se mais à direita que o secretariado. Quando, em 5 de Março de 1917, o jovem Molotov apareceu numa das suas sessões como delegado do secretariado e propôs uma resolução que atacava o Governo Provisório como contra-revolucionário e exigia a sua substituição por um governo capaz de levar a cabo um programa de revolução democrática, não conseguiu convencer a maioria do comité, que adoptou um texto prometendo não se opor ao Governo Provisório enquanto «as suas acções corresponderem aos interesses do proletariado e das amplas massas democráticas do povo»⁸.

Esta situação confusa complicou-se para pior com a che-

⁶ A. Shlvapnikov, *Semnadtsatyi God*, II (1924), 178.

⁷ *ibid.*, II, 114.

⁸ *Pervyi Legal'nyi PK Bol'shevikov* (1927), pp. 18-19. O comité do partido manteve o nome de «Petersburgo» no seu título, recusando-se a reconhecer a mudança de nome feita em 1914 «com fins chauvinistas» pelo governo czarista (*ibid.*, p. 5).

gada a Petrogrado, vindos da Sibéria, em 13 de Março de 1917 — o dia em que apareceu o sétimo número do *Pravda* — de Kamenev, Estaline e Muranov. Kamenev era um escritor experiente e tinha sido designado director do órgão central do partido — nessa altura a *Rabochaya Gazeta* — pela Conferência de Praga de 1912; Estaline, membro do comité central do partido desde 1912, substituiu Chlyapnikov como organizador superior do partido em Petrogrado; Muranov era um dos deputados bolcheviques à quarta Duma. Todos os três tinham trabalhado anteriormente no velho *Pravda*⁹. Arrebataram imediatamente as rédeas da autoridade a Chlyapnikov e aos seus jovens companheiros: o *Pravda* de 15 de Março de 1917 trazia uma notícia de que Muranov tinha assumido a direcção do jornal e que Estaline e Kamenev tinham entrado para o corpo redactorial. É de supor que os anteriores membros do corpo redactorial permaneceram, embora com influência e prerrogativas diminuídas.

Estas medidas, por mais desagradáveis que fossem para os dirigentes substituídos, que se tinham saído bem numa situação difícil¹⁰, eram perfeitamente naturais e teriam despertado pouco interesse se não fosse o facto de os recém-chegados terem levado a cabo uma controversa mudança de política. Um curto artigo de Estaline no *Pravda* de 14 de Março de 1917 era menos notável pelo que se dizia do que pelo que se omitia. Incitava operários, camponeses e soldados a juntarem-se aos sovietes «como órgãos da união e do poder das forças revolucionárias da Rússia». Mas não mencionava nem o Governo Provisório nem a guerra e o prudente apelo a «manter os direitos conquistados para abater finalmente os velhos poderes e fazer a revolução russa avançar» aproximava-se mais da fórmula menchevique de empurrar a burguesia por trás do que da fórmula bolchevique de tomar a

⁹ Segundo N. Popov, *Outline History of the Communist Party of the Soviet Union* (trad. ingl. s. d.), I, 277, todos os três eram membros do comité redactorial de 1912. Estaline tomou parte na publicação do primeiro número (Stalin, *Sochineniya*, V, 130) e foi preso no dia em que ele apareceu, 22 de Abril de 1912. Kamenev foi mandado para Petersburgo, em princípios de 1914, para ficar encarregado do *Pravda* (Krupskaya, *Memories of Lenin*, II (trad. ingl. 1932), 126).

¹⁰ Chlyapnikov exteriorizou o seu sentimento de agravo nas suas memórias, aliás valiosas; Molotov ficou calado — hábito que lhe foi vantajoso ao longo da sua carreira.

direcção ¹¹. O número do dia seguinte, que continha o anúncio das modificações no conselho de redacção, trazia na primeira página uma proclamação emitida pelo Soviete de Petrogrado «Aos Povos de Todo o Mundo», anunciando que «defenderemos resolutamente a nossa própria liberdade» e que «a revolução russa não vacilará perante as baionetas dos agressores ¹². Isto era seguido por um artigo assinado por Kamenev:

Quando um exército enfrenta outro exército, sugerir a um destes exércitos que depusesse as armas e fosse embora seria a política mais inane. Isto não seria uma política de paz, mas uma política de escravatura, que seria rejeitada como repulsa por um povo livre.

Um povo livre podia apenas «responder bala por bala, granada por granada». Esta adesão sincera à defesa nacional confirmava a afirmação de Kamenev no tribunal, mais de dois anos antes, de que não partilhava a posição de Lenine ¹³.

Segundo Chlyapnikov, que, neste ponto, se torna a nossa única autoridade, a mudança de frente do *Pravda* lançou a consternação entre os operários fabris bolcheviques e fez-se uma reunião em que o secretariado, o comité de Petrogrado e os exilados da Sibéria estavam todos representados. No decorrer da discussão, Estaline e Muranov repudiaram as opiniões de Kamenev, que «se submeteu à decisão geral e passou a assumir uma 'posição moderada' na organização» ¹⁴. O que resultou da discussão parece ter sido menos um compromisso que um ponto morto, visto que, embora o *Pravda* não publicasse mais artigos tão declaradamente a favor da defesa nacional como o de Kamenev, absteve-se igualmente de qualquer ataque fundamental ao Governo Provisório ou à sua política de guerra ¹⁵. Um conselho de redacção mais

¹¹ Stalin, *Sochineniya*, III, 1-3.

¹² Reproduzido em A. Shlyapnikov, *Semnadtsatyi God*, II (1924), 291.

¹³ Ver atrás p. 85; o artigo encontra-se em Lenin, *Sochineniya*, XX, 601-2.

¹⁴ A. Shlyapnikov, *Semnadtsatyi God*. II (1924), 185.

¹⁵ A diferença entre os outros redactores e Kamenev era que eles assumiram uma posição neutra, nem apoiando nem se opondo ao Governo Provisório, ao passo que Kamenev considerava esta posição como «impossível» e desejava um apoio declarado (ver o seu discurso em *Pervyi egal'nyi PK Bol'shevnikov*, (1927), 50).

velho e prudente tinha reprimido o ardor patenteado nos números anteriores e retirado para uma posição mais confortável de expectativa. Quando se realizou uma conferência do partido para decidir a linha a adoptar na primeira conferência panrussa de soviets, em fins de Março de 1917, a proposta apresentada por Estaline de «apoiar o Governo Provisório na sua actividade apenas enquanto ele seguir o caminho de satisfazer a classe operária e o campesinato revolucionário» mal diferia em substância da fórmula aprovada pela maioria menchevique na conferência de soviets; e a maioria dos bolcheviques partilhava o ponto de vista expresso por Estaline de que era possível a unificação «numa linha Zimmerwald-Kienthal» com os mencheviques que eram contra o «defensismo» nacional¹⁶.

Mais de sete anos depois, no auge da sua controvérsia com Trotsky, Estaline confessou o seu erro desta altura. Depois de argumentar que o partido não podia nem procurar o derrube do Governo Provisório, visto que este estava vinculado aos soviets, nem apoiá-lo, visto que era um governo imperialista, Estaline continuava:

O partido—a sua maioria—... adoptou uma política de pressão dos soviets sobre o Governo Provisório quanto à questão da paz e não decidiu imediatamente dar o passo em frente da velha palavra de ordem da ditadura do proletariado e do campesinato para a nova palavra de ordem de poder aos soviets. Esta política híbrida destinava-se a dar aos soviets a oportunidade de detectar a natureza imperialista do Governo Provisório nas questões concretas da paz e afastá-los, assim, dele. Mas era uma posição profundamente errada, visto que alimentava ilusões pacifistas, deitava achas na fogueira do defensismo e entravava o levantamento revolucionário das massas. Partilhei esta posição errada com outros camaradas do partido e só renunciei completamente a ela em meados de Abril, quando aderi às teses de Lenine¹⁷.

¹⁶ Os debates da conferência panrussa de soviets estão descritos em A. Shlyapnikov, *Semnadtsatyi God*, III (1927), 211-49, e as suas resoluções reproduzidas *ibid.*, III, 360-74. Os debates da conferência do partido nunca foram publicados oficialmente, mas não há razão para duvidar da autenticidade das anotações incompletas publicadas por Trotsky, *Stalinskaya Shkola Falsifikatsii* (Berlim, 1932), pp. 225-90, que as obteve de Zinoviev e Kamenev, em 1925; para as citações das observações de Estaline, que fez o principal relatório na conferência, ver *ibid.*, pp. 235, 265-6.

¹⁷ Stalin, *Sochineniya*, VI, 333-4.

A argumentação não é particularmente convincente e atribui a uma subtilidade de intenções o que se devia a simples confusão. Mas pode sentir-se simpatia para com os que procuravam forjar uma política bolchevique consistente, em Petrogrado, nos dias de Março de 1917. Ninguém tinha ainda contestado a ideia de que a revolução russa não era e não podia ser outra coisa senão uma revolução burguesa. Esta era a sólida e aceite estrutura doutrinal a que a política tinha que ajustar-se. Era difícil, no entanto, descobrir nesta estrutura qualquer razão convincente para rejeitar imediatamente o Governo Provisório, que era indubitavelmente burguês, ou para exigir a transferência do poder para os soviets, que eram essencialmente proletários, ou — menos que tudo — denunciar a busca de uma paz «democrática» e pregar a guerra civil e a derrota nacional. Não se podia fazer a quadratura do círculo. Caberia a Lenine, ante os olhos dos seus partidários atónitos, fazer a estrutura em pedaços.

A cena da chegada de Lenine à estação da Finlândia em Petrogrado, na tarde de 3 de Abril de 1917, foi relatada por, pelo menos, quatro testemunhas oculares¹⁸. Tinha sido recebido em Beloostrov, a última estação antes de Petrogrado, por um grupo que representava o secretariado russo do comité central, encabeçado por Chlyapnikov. No comboio, Lenine assediou Chlyapnikov com perguntas «sobre a situação das coisas no partido... sobre as causas da viragem do *Pravda* para o 'defensismo', sobre a posição de determinados camaradas». A chegada a Petrogrado, foi saudado por membros

¹⁸ *Izvestiya*, 5 de Abril de 1917; A. Shlyapnikov, *Semnadtsatyi God*, III (1927), 257-9; Raskolnikov em *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 13, 1923, pp. 220-6; N. Sukhanov, *Zapiski o Revolyutsii* (Berlim, 1922), III, 14-15. O relato de Chlyapnikov demonstra ansiedade em acentuar o seu próprio papel como mestre de cerimónias e em superar Kamenev; Raskolnikov era um bolchevique vulgar dos escalões inferiores; Sukhanov era um escritor brilhante, embora verboso, de afinidades mencheviques, que deixou o relato mais vivo e detalhado existente dos aspectos exteriores da revolução. Krupskaya, *Memories of Lenin*, II (trad. ingl. 1932), 211, regista o encontro de Beloostrov. Tanto Raskolnikov como Zalejsky (em *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 13, 1923, p. 155) observam a presença de Kollontai. Nenhum dos primitivos relatos nomeia qualquer bolchevique importante, a não ser Chlyapnikov, Kamenev e Kollontai, como tendo estado presente para receber os viajantes.

do comité central e do comité de Petrogrado do partido e da redacção do *Pravda*. Entre eles, estava Kamenev, a quem ele começou imediatamente a censurar com bom humor: «Que coisas são estas que você está a escrever no *Pravda*? Vimos alguns dos seus artigos e insultámo-lo francamente». «Alexandra Kollontai ofereceu um ramo de flores que Lenine transportou desajeitadamente e o grupo seguiu para a antiga sala de espera imperial. Aqui, Lenine foi saudado oficialmente por Tchkhaidze, presidente do Soviete de Petrogrado, que, com poucas palavras cuidadosamente escolhidas, exprimiu as suas esperanças de «um cerrar fileiras da democracia» em defesa da «nossa revolução». Lenine, voltando-se distraidamente do grupo oficial para a multidão reunida no exterior, dirigiu-se a eles como «queridos camaradas, soldados, marinheiros e operários», saudou nas suas pessoas «a vitoriosa revolução russa», declarou que «a guerra imperialista de pilhagem» era o começo de uma guerra civil em toda a Europa e concluiu:

Qualquer dia, senão hoje ou amanhã, pode acontecer o esmagamento de conjunto do imperialismo europeu. A revolução russa, feita por vós, começou-o e abriu uma nova época. Viva a revolução socialista mundial¹⁹.

Como observa Sukhanov, não era uma resposta a Tchkhaidze. Não se enquadrava sequer «no 'contexto' da revolução russa como todos sem excepção que a tinham presenciado ou tomado parte nela a entendiam». Lenine tinha falado; e as suas primeiras palavras tinham sido, não sobre a revolução burguesa, mas sobre a socialista.

Na praça em frente da estação, havia uma manifestação em massa de bolcheviques, encabeçada por um carro blindado com a bandeira do partido. Lenine, de pé em cima do carro blindado, dirigiu-se em termos semelhantes à multidão que o aclamava e, depois, na mesma tarde, falou por duas horas a um auditório do partido, na sede deste. A estupefacção pouco a pouco crescente com que as suas palavras foram

¹⁹ A alocução de Tchkhaidze foi publicada nos *Izvestiya* de 5 de Abril de 1917. O discurso de Lenine à multidão não foi transcrito e este motivo sugere que foi feito antes, não depois, do discurso de Tchkhaidze.

recebidas pelos outros dirigentes do partido foi descrita por uma testemunha ocular, dez anos depois:

Tinha-se esperado que Vladimir Ilitch chegaria e chamaria à ordem o secretariado russo do comité central e especialmente o camarada Molotov, que ocupava uma posição particularmente irreconciliável frente ao Governo Provisório. Revelou-se, no entanto, que era Molotov quem mais se aproximava de Ilitch²⁰.

No dia seguinte, houve mais discussões no apartamento da sua irmã e nos escritórios da redacção do *Pravda*²¹; e, à tarde, falou numa reunião de sociais-democratas — bolcheviques, mencheviques e independentes — no Palácio Tauride, onde tinham lugar as sessões do soviete. Foi nesta última ocasião que Lenine leu pela primeira vez as famosas «Teses de Abril», que resumiam os seus pontos de vista; que Bogdanov o interrompeu com gritos de «delírio, o delírio de um louco»; que Goldenberg, outro antigo bolchevique, declarou que «Lenine se tinha proposto como candidato para um trono europeu vago há trinta anos, o trono de Bakunine»; e que Steklov, o director dos *Izvestiya*, que em breve se juntaria aos bolcheviques, acrescentou que o discurso de Lenine consistia em «construções abstractas» que ele depressa abandonaria quando se tivesse familiarizado com a situação russa. O discurso de Lenine foi atacado de todos os lados, só Kollontai tendo falado a seu favor, e ele deixou a sala sem exercer o direito de resposta²². Na mesma noite, releu as teses a uma assembleia de dirigentes bolcheviques e achou-se de novo completamente isolado²³. As teses «Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução» foram publicadas no *Pravda* de 7 de Abril de 1917²⁴.

A chave da posição de Lenine estava na segunda das suas teses:

A peculiaridade do actual momento na Rússia consistê na transição da primeira fase da revolução, que deu o poder à

²⁰ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 4 (63), (1927), p. 157.

²¹ A. Shlyapnikov, *Semnadtsatyi God*, III, (1927), 264.

²² N. Sukhanov, *Zapiski o Revolyutsii* (Berlim, 1922), III, 28-42; ver também Lenin, *Sochineniya*, XX, 99.

²³ N. Sukhanov, *Zapiski o Revolyutsii* (Berlim, 1922), II, pp. 49-51; foram preservadas notas das observações de Lenine nesta ocasião, que se encontram em *Sochineniya*, XX, 76-83.

²⁴ *ibid.*, 87-90.

burguesia como resultado da consciência e organização insuficientes do proletariado, *para a sua segunda fase*, que deve pôr o poder nas mãos do proletariado e dos estratos mais pobres do campesinato.

A conclusão negativa disto era rejeitar o Governo Provisório e o seu apoio à guerra e abandonar a loucura de exigir que «este governo de capitalistas *deixe* de ser imperialista». A conclusão positiva era explicar às massas que «o soviete de deputados operários é a *única* forma *possível* de governo revolucionário». Enquanto o soviete estivesse «sujeito à influência da burguesia», isto é, enquanto contivesse uma maioria não-bolchevique, este trabalho de educação era a tarefa principal do partido. Mas o objectivo era claro:

Não uma república parlamentar—um retorno do soviete de deputados operários a isso seria um passo atrás—mas uma república de sovietes de deputados operários, camponeses pobres e camponeses, em todo o país, de baixo para cima.

Lenine dava a entender que o momento em que os bolcheviques, por meio da educação das massas, assegurassem uma maioria no soviete seria o momento da passagem da revolução para a sua fase segunda ou socialista. Esta conclusão implícita era introduzida nas teses económicas, que propunham a nacionalização de toda a terra e a transformação das grandes propriedades em herdades modelo sob o controle do soviete, a fusão dos bancos existentes num banco nacional (uma perífrase mais suave para a nacionalização dos bancos) e acrescentava como terceiro ponto:

Não 'introdução' do socialismo como nossa tarefa *imediate*, mas transição imediata apenas para o *contrôle* pelo soviete de deputados operários da produção social e distribuição de produtos.

As teses terminavam com uma proposta de revisão do programa do partido e de mudança do nome do partido de «social-democrata» para «comunista» e com o pedido de criação de uma Internacional revolucionária.

A fraseologia prudente de Lenine deixava lugar a uma certa imprecisão quanto ao momento preciso da transição para o socialismo, mas nenhum lugar a dúvidas sobre que esta transição era o objectivo principal; foi sobre este ponto que se travou imediatamente batalha. No dia seguinte à publi-

cação das teses, o *Pravda* trazia o que parecia ser uma nota da redacção, assinada por Kamenev, acentuando que elas representavam apenas a «opinião pessoal» de Lenine e concluindo:

No que respeita ao esquema geral de Lenine, ele parece-nos inaceitável, visto que parte da suposição de que a revolução burguesa está *terminada* e conta com a transformação imediata desta revolução numa revolução socialista²⁵.

No mesmo dia, o comité de Petrogrado do partido discutiu as teses de Lenine e rejeitou-as por treze votos contra dois, com uma abstenção²⁶. O desafio tinha ainda que ser aceite na conferência do partido de «toda a cidade» de Petrogrado, em 14 de Abril de 1917, e na conferência panrusa que se seguiria dez dias depois. Entretanto, Lenine desenvolveu os seus pontos de vista num outro artigo no *Pravda* e em dois opúsculos, embora o segundo destes não fosse publicado senão alguns meses depois.

Na análise de Lenine, o «duplo poder» consistia em dois governos distintos. O Governo Provisório era o governo da *burguesia*; os soviets eram uma ditadura formada «pelo proletariado e pelo campesinato (vestidos com uniformes de soldados)»²⁷. Visto que a transferência do poder para esta autoridade dupla tinha tido lugar, era verdadeiro, «neste sentido», que «a revolução burguesa ou democrático-burguesa está *terminada*», embora não tivessem sido ainda levadas a cabo todas as necessárias reformas democrático-burguesas; «a ditadura revolucionário-democrática do proletariado e do campesinato foi realizada» («de certa forma e até certo ponto», acrescentava Lenine prudentemente numa nota de rodapé)²⁸. A peculiaridade da situação era o «entrelaçamento» (Lenine usava esta palavra diversas vezes) do poder burguês do Governo Provisório e da (potencial, se não real) ditadura revolucionária dos soviets. O futuro dependia da luta entre a burguesia e o proletariado pelas massas camponesas²⁹.

²⁵ Reproduzido em Lenin, *Sochineniya*, XX, 607-8.

²⁶ *Pervyi Legal'nyi PK Bol'shevikov* (1927), pp. 83-8.

²⁷ Lenin, *Sochineniya*, XX, 94.

²⁸ *ibid.*, XX, 100-1.

²⁹ «Nos últimos vinte anos», escreveu Lenine, alguns meses depois, «correu por toda a história política da Rússia como um fio condutor a questão de se a classe operária há-de conduzir os campo-

De momento, «o facto da cooperação *de classe* entre a burguesia e o campesinato» era decisivo; os sovietes eram ainda, segundo o ponto de vista menchevique, «um anexo do governo burguês». Mas, se e quando o campesinato se apoderasse da terra para si (significando, em termos de classes, que o campesinato se separaria da burguesia e se aliaria com o proletariado revolucionário e, em termos políticos, que os bolcheviques ganhariam uma maioria nos sovietes), então esta será uma nova fase da revolução democrático-burguesa»³⁰. O convincente argumento de Lenine implicava mais uma vez a transição para o socialismo, embora não chegasse a proclamá-lo explicitamente. Ele considerava ainda prematuro exigir o derrubamento do Governo Provisório. Mas acentuava que o «duplo poder» não podia ser mais que uma fase de luta transitória que teria que acabar com a vitória de um lado ou do outro. «*Não pode haver dois poderes no estado*»³¹. A concepção menchevique de colaboração era inviável. Mais cedo ou mais tarde, os sovietes tinham que derrubar o Governo Provisório ou serem eles próprios destruídos.

A conferência do partido de Petrogrado mostrou-se uma espécie de ensaio para a conferência panrussa do partido, de forma que as questões foram debatidas duas vezes seguidas pelos mesmos protagonistas e com os mesmos resultados na assembleia mais pequena e na mais ampla. Os debates demonstraram de novo o imenso poder de Lenine sobre o partido, poder que assentava, não na retórica, mas num raciocínio lúcido e incisivo, que transmitia uma impressão irresistível de domínio incomparável da situação. «Antes de Lenine chegar», disse um delegado na conferência de Petrogrado, «todos os camaradas vagueavam na escuridão»³². Agora, só Kamenev apresentou uma defesa coerente da política aceite por todos os bolcheviques proeminentes de Petrogrado, antes da apresentação das teses de Abril. O principal ponto controverso restringiu-se à questão de se, como Lenine propunha, o partido deveria trabalhar para a transferência do poder

neses em frente para o socialismo, ou se a burguesia liberal há-de arrastá-los para trás, para um compromisso com o capitalismo» (ibid., XXI, 109-10).

³⁰ Lenin, *Sochineniya*, XX, 102-3.

³¹ ibid., XX, 114.

³² *Sed'maya («Aprel'skaya») Vserossiiskaya i. Petrogradskaya. Obshchegorodskaya Konferentsii RSDRP(B) (1934)*, p. 11.

para os soviets ou se, como Kamenev desejava, se satisfaria com «o mais vigilante controle» sobre o Governo Provisório por parte dos soviets, mostrando-se Kamenev particularmente severo quanto a tudo o que pudesse ser interpretado como incitamento ao derrubamento do governo. Na votação decisiva, a emenda de Kamenev foi derrotada por vinte votos contra seis, com nove abstenções³³.

A conferência panrusa do partido (conhecida na história do partido como «Conferência de Abril») reuniu dez dias depois, sob a sombra de uma crise ministerial. A nota de Milyukov de 18 de Abril de 1917, que prometia fidelidade às garantias dadas aos aliados pelo governo czarista, tinha levantado uma tempestade de protestos que levou à sua demissão forçada. Na conferência, o vento soprou ainda mais fortemente a favor de Lenine. Estaline, com brevidade, e Zinoviev, mais longamente, apoiaram-no contra Kamenev³⁴. A certa altura, Lenine estendeu um ramo de oliveira a Kamenev dizendo que, embora o Governo Provisório tivesse que ser derrubado, não podia ser derrubado «imediatamente nem da forma habitual»³⁵. As resoluções principais foram aprovadas por maiorias esmagadoras dos 150 delegados. Apenas com sete abstenções, a conferência declarou que o advento do Governo Provisório «não mudou nem podia mudar» o carácter imperialista da participação da Rússia na guerra e comprometeu-se a ajudar «à transferência de todo o poder de estado em todos os países beligerantes para as mãos do proletariado revolucionário». A isto seguiu-se uma resolução, aprovada com apenas três oposições e oito abstenções, que condenava o Governo Provisório pela sua «colaboração aberta» com a «contra-revolução dos burgueses e latifundiários» e reclamava preparativos activos entre os «proletários da cidade e do campo» para realizar «a rápida transferência de todo o poder de estado para as mãos dos soviets de deputados operários e soldados ou de outros órgãos que exprimissem directamente a vontade da maioria do povo (órgãos de governo autónomo local, assembleia constituinte, etc.)»³⁶. A oposição

³³ *ibid.*, p. 29.

³⁴ *ibid.*, pp. 87, 89-91; Stalin, *Sochineniya*, III, 48-9.

³⁵ *Sed'maya («Aprel'skaya») Vserossiiskaya i Petrogradskaya Obshchegorodskaya Konferentsii RSDRP (B) (1934)*, pp. 97 8; Lenin, *Sochineniya*, XX, 253.

³⁶ *VKP (B) v Rezolyutsiyakh (1941)*, I, 226-9.

mais substancial foi manifestada à resolução que continha uma análise da «situação presente» porque, mesmo depois de ter aceitado a política de Lenine, o partido, longo tempo sintonizado com a concepção de uma revolução burguesa como o objectivo imediato, tinha ainda as suas hesitações em proclamar a transição para a fase socialista da revolução. Esta resolução declarava que «as condições objectivas da revolução socialista, que estavam indubitavelmente presentes antes da guerra nos países mais avançados, amadureceram mais e continuam a amadurecer, em consequência da guerra, com extrema rapidez»; que «a revolução russa é apenas a primeira fase da primeira das revoluções proletárias que resultarão inevitavelmente da guerra»; e que a acção comum dos operários de diferentes países era a única forma de garantir «o desenvolvimento mais regular e o sucesso mais seguro da revolução socialista mundial». Voltava então ao velho argumento de que, embora a imediata realização da «transformação socialista» não fosse possível na Rússia, o proletariado devia, não obstante, recusar-se a apoiar a burguesia e devia tomar ele próprio a chefia na conclusão das reformas práticas necessárias para completar a revolução burguesa. Esta resolução foi aprovada apenas por uma maioria de setenta e um contra trinta e nove, com oito abstenções³⁷. E também respondeu à questão que só Rykov parece ter levantado:

Donde surgirá o sol da revolução socialista? Penso que, com todas as condições existentes, com o nosso padrão de vida, o começo da revolução socialista não nos pertence. Não temos a força nem as condições objectivas para isso³⁸.

A adopção na Conferência de Abril da palavra de ordem «todo o poder aos soviets», embora não sugerisse uma acção revolucionária imediata, deu, pela primeira vez, forma concreta e carácter constitucional ao esquema bolchevique de revolução. A atitude algo indiferente de Lenine em relação aos soviets, em 1905, tinha sido modificada pelo seu vigor e sucesso em mobilizar apoio popular e pelo prestígio que

³⁷ VKP (B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 236-7.

³⁸ *Sed'maya* («*Aprél'skaya*») *Vserossiskaya i Petrogradskaya Obshchegorodskaya Konferentsii RSDRP (B)* (1934), p. 93. A conferência elegeu também um novo comité central de nove membros — Lenine (104 votos), Zinoviev (101), Estaline (97), Kamenev (95), Milyutine, Noguine, Sverdlov, Smilga, Federov (*ibid.*, p. 190).

lhes ficou ligado, mesmo depois da sua queda. Na Primavera de 1906, referiu-se a eles como «novos órgãos de poder revolucionário»:

Estes órgãos foram fundados exclusivamente pelos estratos revolucionários da população, foram fundados à margem de todas as leis e regulamentos, de forma inteiramente revolucionária, como produto da criatividade popular primitiva, como exibição da acção independente do povo³⁹.

Eles podiam, portanto, ser considerados como uma aproximação à concepção de Lenine de uma ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato e como o «começo de facto de um governo provisório»⁴⁰. Mas, no período subsequente de reacção e desânimo, a memória dos soviets desvaneceu-se e pouco se ouvia sobre eles em discussões do partido. Quando Lenine fez uma longa conferência sobre a Revolução de 1905 a um auditório suíço, em Janeiro de 1917, os soviets foram despachados em três ou quatro frases, embora se reivindicasse ainda para eles que, nalguns sítios, tinham «realmente funcionado na qualidade de novo poder de estado»⁴¹.

Foi, portanto, compreensível que o renascimento do Soviete de Petrogrado, em Fevereiro de 1917, não tivesse, a princípio, em vista da predominância menchevique nas suas fileiras, agitado grandemente o grupo bolchevique da capital; não era mencionado na primeira proclamação bolchevique, de 26 de Fevereiro. Mas aqui ocorre um paralelo curioso entre Marx e Lenine. A «ditadura do proletariado» de Marx permaneceu, nos vinte anos seguintes a tê-la enunciado pela primeira vez, uma concepção abstracta e incorpórea, até Marx descobrir afinal a sua incarnação numa instituição criada por homens que não eram, pela maior parte, seus discípulos e olhada a princípio pelo próprio Marx com mal disfarçada suspeita: a Comuna de Paris. Lenine tinha estabelecido todos os pontos essenciais da sua teoria da revolução antes de se ouvir falar dos soviets e a sua atitude para com o primeiro Soviete de Petersburgo — um empreendimento apartidário ou, pior ainda, menchevique — foi tão

³⁹ Lenin, *Sochineniya*, IX, 116.

⁴⁰ *ibid.*, X, 18.

⁴¹ *ibid.*, XIX, 353.

hesitante como a de Marx em relação à Comuna. Os soviets, contudo, elevados ao apogeu pelo seu desafio à autocracia em 1905, tornaram-se, na Primavera de 1917, os repositórios predestinados do poder revolucionário com que Lenine sonhava. A primeira das suas *Cartas de Longe*, escritas da Suíça, em Março de 1917, e a única delas a ser publicada antes da sua chegada a Petrogrado, saudava o Soviete de Petrogrado como um «governo operário novo, não-oficial, pouco desenvolvido, ainda comparativamente fraco, que expressa os interesses do proletariado e de toda a parte mais pobre da população da cidade e do campo»; esta opinião implicava, como Lenine viu, que a situação estava já «em transição da primeira para a segunda fase da revolução»⁴². Estava, assim, preparado o caminho para as teses de Abril em que o reconhecimento desta transição estava claramente relacionado com a nova palavra de ordem de «todo o poder aos soviets». Foi nesta altura que Lenine proclamou que os soviets eram «um poder *do mesmo tipo* da Comuna de Paris de 1871» — um poder cuja fonte não era «uma lei previamente discutida e aprovada por um parlamento, mas uma iniciativa directa das massas populares a partir da base e no local, uma 'usurpação' directa, para empregar a expressão corrente»⁴³. Lenine ligava-se, assim, triunfantemente a Marx e os soviets à Comuna. Os soviets não eram apenas uma realização da «ditadura democrático-revolucionária»; eram, como a Comuna, uma prefiguração da ditadura do proletariado marxista⁴⁴.

Mas a linha do partido continuou a ser fluída quanto a

⁴² Lenin, *Sochineniya*, XX, 18.

⁴³ *ibid.*, XX, 94. O mesmo paralelo foi extensamente repetido (*ibid.*, XX, 107). Tinha já sido traçado num artigo de autoria desconhecida publicado em *Proletarii*, em Julho de 1905, com um postscriptum de Lenine (*ibid.*, VIII, 467-70). Lunatcharsky recordava, muito tempo depois, «com que excitação e entusiasmo» Lenine tinha descoberto no Soviete de Petrogrado nos últimos dias de 1905, «um ressurgimento da melhor tradição da Comuna de Paris» e tinha declarado que «cobrir efectivamente toda a Rússia com soviets de deputados operários e, depois, operários e camponeses, era realizar a melhor parte dos planos políticos da Comuna que tinham conquistado a aprovação de Marx» (*Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 11 (46), 1925, pp. 56-7); mas este passo, escrito depois da morte de Lenine, não é praticamente confirmado por testemunhos da altura.

⁴⁴ É engraçado lembrar que Lenine tinha escrito uma vez, de modo algo condescendente, sobre a Comuna de Paris que era um órgão que «não podia distinguir os elementos de uma revolução demo-

um ponto. As palavras finais do programa do partido adoptado em 1903 e ainda inalterado em 1917 reclamavam «uma assembleia constituinte eleita por todo o povo»; e o terceiro congresso do partido bolchevique, de 1905, tinha reclamado mais uma vez «a convocação por via revolucionária de uma assembleia constituinte na base de sufrágio universal, igual e directo e voto secreto»⁴⁵. É verdade que Lenine zombava ao mesmo tempo dos que acreditavam no «nascimento imediato» de uma assembleia constituinte e declarava que «sem insurreição armada, uma assembleia constituinte é um fantasma, uma frase, uma mentira, uma charlatanice»⁴⁶. Mas esta instituição essencialmente democrático-burguesa continuou, no entanto, a ocupar um lugar primordial no esquema de revolução de Lenine. Em Abril de 1917, teria sido possível argumentar que este artigo da plataforma do partido pertencia a um período em que a revolução burguesa repousava no futuro e tinha sido tornado obsoleto pelo advento da Revolução de Fevereiro. Mas este argumento nunca foi usado, sem dúvida porque nem o próprio Lenine nem — ainda menos — os seus companheiros estavam prontos a comprometer-se com a opinião de que a revolução burguesa estava terminada. A resolução da Conferência de Abril tinha mencionado tanto os sovietes como a assembleia constituinte como recipientes potenciais do poder, sem aparentemente escolher entre eles; e, ao longo do período de Fevereiro a Outubro de 1917, os bolcheviques, juntamente com todos os grupos de esquerda, continuaram a exprimir a reivindicação da assembleia constituinte e a censurar o Governo Provisório pela demora em a convocar, inconscientes de qualquer contradição entre esta reivindicação e a palavra de ordem paralela «todo o poder aos sovietes». Se esta contradição — ou esta incapacidade de escolher — tivesse sido aprofundada até às raízes, podia ter lançado luz sobre as dissensões iniciais no partido sobre as teses de Abril. Mas, de momento, reflectia, não uma divisão de opiniões, mas uma incerteza e falta de definição no espírito dos dirigentes do partido, incluindo Lenine, sobre o carácter do processo revolucionário em curso. Caberia aos acontecimentos preparar a clarificação final.

crática e de uma socialista» e «confundia as tarefas da luta por uma república com as tarefas da luta pelo socialismo» (*Sochineniya*, VIII, 81).

⁴⁵ VKP(B) v. *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 45.

⁴⁶ Lenin, *Sochineniya*, VIII, 195, 242.

Desde a altura da Conferência de Abril, todas as jogadas no tabuleiro de xadrez político pareciam ir beneficiar os bolcheviques e justificar os cálculos mais ousados de Lenine. A nota de Milyukov de 18 de Abril tinha sido uma bofetada na cara, não tanto para os bolcheviques, como para os elementos mais moderados do soviete, que, embora rejeitassem a política bolchevique de paz pela guerra civil e derrota nacional, insistiam, no entanto, numa renúncia a designios «imperialistas» e em esforços imediatos para assegurar uma paz «democrática». A demissão de Milyukov provocou a queda do governo. No primeiro Governo Provisório, Kerensky tinha sido o único ministro socialista e a sua posição equívoca tinha sido marcada pelas suas tentativas frequentes para negar responsabilidade por actos de outros ministros. Nos princípios de Maio, formou-se um novo governo em que, embora Lvov permanecesse primeiro-ministro, foram incluídos seis ministros socialistas como representantes do soviete: duas pastas pertenciam a SRs, duas a mencheviques e duas a socialistas independentes.

Este reajustamento destinava-se ostensivamente a aumentar o poder e prestígio do soviete reforçando o controle deste sobre o governo. Os resultados foram completamente diferentes. O novo governo, ainda prisioneiro de uma máquina administrativa gerida pela burguesia e pela velha classe de funcionários, duramente pressionado pelos aliados e defrontado pelo problema perfeitamente insolúvel de uma paz democrática, pouco podia fazer para satisfazer os soldados e trabalhadores que clamavam cada vez mais por uma prova de que estava perto um fim para a guerra. O soviete tinha sido até então uma coligação de partidos socialistas para a defesa dos interesses dos trabalhadores contra a burguesia. Agora, já não podia ganhar crédito aos olhos deles hostilizando um governo burguês em que estava fortemente representado⁴⁷. Produziram-se cisões nos partidos SR e menchevique entre os que apoiavam e os que atacavam os ministros socialistas. Mais importante que tudo era que os bolcheviques eram agora o único partido não comprometido pela

⁴⁷ Milyukov, irritado pela sua expulsão do governo, observa sarcasticamente que «os socialistas moderados tomaram sob a sua protecção o princípio da democracia burguesa que a burguesia tinha deixado cair das mãos» (P. N. Milyukov, *Istoriya Vtoroi Russkoi Revolyutsii* (Sófia, 1921, I, 57).

participação numa débil coligação burguesa-socialista e que oferecia uma política claramente definida de paz a qualquer preço. O processo pelo qual acabaram por ganhar a confiança da vasta maioria dos soldados e trabalhadores e se tornaram o poder dominante nos soviets tinha começado.

Nos princípios de Maio, tinha ocorrido outro acontecimento significativo. Entre os exilados que agora afluíam de volta em grande número, chegou a Petrogrado Trotsky, vindo dos Estados Unidos, depois de ter sido demorado por cinco semanas pelas autoridades britânicas. No dia seguinte à sua chegada, falou no Soviete de Petrogrado e o seu prestígio como figura dominante do primitivo soviets de 1905 converteu-o imediatamente em dirigente potencial⁴⁸. Juntou-se a um pequeno grupo social-democrata denominado «sociais-democratas unidos» (mais correntemente conhecidos como *Mezhraiontsy*), que tinha existido em Petrogrado desde 1913 e se declarava independente tanto dos bolcheviques como dos mencheviques. No passado, o seu intelecto e temperamento incansáveis tinham-no levado a discutir com qualquer direcção do partido. Mas agora estava sedento de acção e via em Lenine o único homem de acção em cena, ao passo que desprezava igualmente os SRs, os mencheviques e os bolcheviques irresolutos que tinha hesitado em responder ao chamamento de Lenine. Quase desde o momento da sua chegada, foi claro que seria fechada uma aliança. A própria Conferência de Abril tinha reconhecido a importância da «aproximação e união com grupos e movimentos que se encontram verdadeiramente no campo do internacionalismo»⁴⁹. Em 10 de Maio de 1917, Lenine foi em pessoa a uma reunião dos *Mezhraiontsy* e ofereceu-lhes um lugar no comité redactorial do *Pravda* e no comité organizador do congresso do partido que ia realizar-se, propondo também alargar a oferta ao grupo de mencheviques «internacionalistas» de Martov. Segundo notas tomadas por Lenine na altura, Trotsky replicou que estava de acordo «na medida em que o bolchevismo se internacionalize ele próprio», mas acrescentou orgulhosamente: «Os bolcheviques desbolchevizaram-se eles próprios e não posso chamar-me bolchevique. É impossível exigir de nós um reconhecimento do bolchevismo»⁵⁰. A reunião não levou a nenhum resultado.

⁴⁸ *Revolyutsiya 1917 goda*, (ed. N. Avdeev, 1923), 108, 111-12.

⁴⁹ *VKP(B) v Revolyutsiyakh* (1941), I, 234.

⁵⁰ *Leninskii Sbornik*, IV, (1925), 301-3.

Com efeito, Trotsky, fiel à sua velha política de reconciliação geral, queria um amalgamamento dos grupos em termos iguais e com um novo nome. Lenine não tinha qualquer intenção de enfraquecer ou diluir o instrumento que tinha criado; o partido tinha que permanecer supremo e intacto. Podia permitir-se esperar.

O Verão de 1917 em Petrogrado foi um período de conferências incessantes. Um congresso camponês panrusso, em Maio, foi dominado pelos SRs e votou firmemente pelo apoio ao Governo Provisório. Por outro lado, uma conferência de operários fabris de Petrogrado, no fim do mesmo mês, foi o primeiro órgão representativo de que saiu uma maioria bolchevique — prefiguração do que iria acontecer. O começo de Junho trouxe o Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes. Dos seus 822 delegados com direito a voto, os SRs respondiam por 285, os mencheviques por 248 e os bolcheviques por 105. Perto de 150 delegados pertenciam a vários grupos menores e quarenta e cinco não declararam qualquer filiação partidária — uma indicação de que as afinidades políticas de muitos soviets afastados eram ainda fluidas. Os dirigentes bolcheviques estavam presentes em toda a força; Trotsky e Lunatcharsky estavam entre os dez delegados dos «sociais-democratas unidos» que apoiaram solidamente os bolcheviques ao longo das três semanas do congresso.

O momento mais dramático do congresso ocorreu no segundo dia, durante o discurso do Ministro menchevique dos Correios e Telégrafos, Tsereteli, e foi relatado do seguinte modo nas actas oficiais:

No momento presente, não há nenhum partido político que pudesse dizer: «Ponde o poder nas nossas mãos, ide embora, tomaremos o vosso lugar. Não existe tal partido na Rússia». (Lenine, do seu lugar: «Existe») ⁵¹.

A pretensão, ou a ameaça, não foi tomada muito a sério. Os bolcheviques eram uma pequena minoria no congresso e o discurso principal de Lenine foi frequentemente interrompido. O congresso aprovou um voto de confiança ao Governo Provisório, rejeitando uma resolução bolchevique que recla-

⁵¹ *Pervyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1930), I, 65.

mava «a transferência de todo o poder de estado para as mãos do Soviete Panrusso de Deputados Operários, Soldados e Camponeses»⁵². A decisão de dar a si próprio uma constituição regular não foi a menos importante do congresso. O congresso reuniria de três em três meses e criou para a acção ordinária um «órgão central», na forma de um «Comité Central Panrusso» (Vserossiiskii Tsentral'nyi Ispolnitel'nyi Komitet ou, em iniciais, VTsIK)⁵³ cujas decisões seriam vinculativas de todos os sovietes nos intervalos entre congressos. O VTsIK foi eleito imediatamente, numa base proporcional: dos seus 250 membros, trinta e cinco eram bolcheviques⁵⁴.

A afirmação por Lenine da disposição dos bolcheviques de tomar o poder era uma declaração de guerra ao Governo Provisório e destinava-se a sê-lo. A autoridade da coligação estava a esgotar-se; era o período do que Trotsky chamou «a dupla impotência»⁵⁵. O passo seguinte era testar o estado de espírito dos operários e soldados de Petrogrado. Os bolcheviques convocaram os seus partidários para uma manifestação de rua, em 9 de Junho de 1917, mas anularam-na em face da oposição do congresso. O próprio congresso organizou então uma gigantesca manifestação de rua de apoio aos sovietes, em 18 de Junho de 1917. Mas não mais que um punhado de cartazes exprimia confiança no Governo Provisório e disse-se que os slogans inscritos em noventa por cento deles eram bolcheviques⁵⁶. Em 3 de Julho de 1917, começou um levantamento popular mais sério, no momento em que o governo, fortemente pressionado pelos aliados, tinha ordenado uma ofensiva militar em larga escala na Gália. As manifestações duraram quatro dias e tornaram-se seriamente ameaçadoras. Acreditava-se francamente que isto era o início de uma séria tentativa bolchevique para tomar o poder, embora os dirigentes do partido insistissem que era uma manifestação espontânea que eles próprios tinham lutado por manter dentro dos limites; e o próprio Lenine afirmava que era impossível agir enquanto uma maioria acreditasse ainda na «política pequeno-burguesa controlada pelos capita-

⁵² Ibid., I, 285-9.

⁵³ Ibid., II, 62, 70.

⁵⁴ Uma lista completa dos membros encontra-se *ibid.*, II, 423-6.

⁵⁵ Trotsky, *Sochineniya*, III, i, 61.

⁵⁶ Krupskaya, *Memories of Lenin*, II (trad. ingl. 1932), 225.

listas dos mencheviques e SRs»⁵⁷. Desta vez, contudo, o governo aceitou o desafio. Foram destacadas tropas leais para a capital; o *Pravda* foi suprimido; e emitiram-se ordens para a prisão dos três principais chefes bolcheviques. Kamenev foi apanhado; Lenine e Zinoviev esconderam-se e fugiram para a Finlândia.

Nos dias imediatamente seguintes, a ofensiva da Galícia fracassou, com pesadas perdas; outra crise ministerial levou à demissão de Lvov e à nomeação de Kerensky para primeiro-ministro. Trotsky e os *Mezhraiontsy*, em número de cerca de quatro mil, entraram finalmente para o partido bolchevique⁵⁸; e houve uma torrente de outras prisões, incluindo Trotsky, Lunatcharsky e Kollontai. No fim de Junho de 1917, com Lenine e outros dirigentes ainda na clandestinidade ou na prisão, reuniu-se em Petrogrado o sexto congresso do partido — o primeiro desde o Congresso de Londres de 1907. Sverdlov presidiu e coube a Estaline e Bukharine fazer os relatórios políticos principais⁵⁹. Lenine tinha fornecido orientação, num pequeno opúsculo escrito depois de se retirar para a clandestinidade, *Sobre as palavras de Ordem*,⁶⁰ em que argumentava a favor da retirada da palavra de ordem «todo o poder aos soviets». Esta tinha sido concebida numa altura em que ainda parecia possível uma transferência pacífica para soviets representativos do proletariado e dos camponeses. Desde as desordens de Julho, era evidente que a burguesia se tinha declarado a favor da contra-revolução e que lutaria: os soviets existentes eram instrumentos da burguesia. O congresso, habilmente conduzido por Estaline face a alguma oposição quanto a este ponto, declarou que «todo o poder aos soviets» era «a palavra de ordem do desenvolvimento pacífico da revolução, da transferência indolor do poder da burguesia

⁵⁷ Lenin, *Sochineniya*, XX, 551.

⁵⁸ O carácter especial desta adesão foi depois reconhecido por um regulamento segundo o qual seria permitido aos *Mezhraiontsy* contar o seu período de membros da organização como equivalente à qualidade de membros do partido, para efeito de nomeações para as quais era necessário um certo tempo de pertença ao partido (ver, por exemplo, *Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* n.º 33, Outubro de 1921, p. 41).

⁵⁹ Trotsky tinha sido designado, antes da sua prisão, para fazer o relatório sobre a situação política, feito afinal por Bukharine, *Protokoly S'ezdov i Konferentsii VKP (B): Shestoi S'ezd (1927)*, p. 9.

⁶⁰ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 33-8.

para os operários e camponeses» e que nada seria válido agora, a não ser a liquidação completa da burguesia contra-revolucionária. Quando Noguine, fazendo-se eco da dúvida expressa por Rykov na Conferência de Abril, perguntou se o país tinha «realmente dado um tal salto em dois meses que já está preparado para o socialismo», Estaline replicou com ousadia que «seria pedanteria indigna exigir que a Rússia 'espere' com a sua transformação socialista até a Europa 'começar' e que «não está excluída a possibilidade de a Rússia poder ser o país a apontar o caminho para o socialismo» — aceitação da tese de Trotsky de 1906. Ao mesmo tempo, havia uma advertência contra ser-se provocado para uma «luta prematura»⁶¹. Com os dirigentes dispersos e o próprio partido ameaçado a todo o momento de perseguição oficial, o congresso pouco podia fazer para além de marcar passo.

O principal acontecimento de Agosto de 1917 foi uma «conferência de estado» de todos os partidos convocada em Moscovo por Kerensky para dar conselho sobre o estado da nação. Composta por mais de dois mil delegados oriundos de uma série de órgãos e organizações públicas, mostrou-se um fracasso palavroso. Foi seguida, no fim de Agosto, pela única tentativa deste período de um golpe militar das direitas — a insurreição de Kornilov. Embora a conjura falhasse ignominiosamente sem se desferir um único golpe, provocou um frémito de alarme em todos os partidos e grupos de esquerda. Até Lenine ofereceu um compromisso aos mencheviques e SRs: os bolcheviques retomariam o seu apoio aos soviets se eles, por seu lado, rompessem finalmente com os partidos burgueses. Mas isto não levou a nada⁶². Os mencheviques e os SRs convocaram uma «conferência democrática» como réplica à «conferência de estado» de Moscovo, que criou um «con-

⁶¹ VKP(B) v Rezolyutsiyakh (1941), I, 255-6; Stalin, *Sochineniya*, III, 174, 186. Estaline citou mais tarde esta ocasião como uma daquelas em que o partido tinha razão contra Lenine, que depreciou demasiado apressadamente o valor dos soviets (ibid., VI, 340-1).

⁶² A proposta hesitante de Lenine tomou a forma de um artigo escrito na Finlândia, em 1 de Setembro de 1917. Quando apareceu no jornal do partido, *Rabochii Put'*, em 6 de Setembro de 1917, trazia um postscriptum que continha o passo seguinte: «Talvez a proposta de um compromisso venha já tarde demais. Talvez os poucos dias em que era ainda possível uma evolução pacífica tenham também passado. Sim, é evidente por todos os indícios que eles já passaram» (Lenin, *Sochineniya*, XXI, 132-6).

selho da república» (o chamado «pré-parlamento»), destinado a preencher a lacuna até a assembleia constituinte reunir. Por esta altura, a estrela bolchevique estava em rápida ascensão. Depois do caso de Kornilov, os bolcheviques conseguiram maiorias nos Sovietes de Petrogrado e de Moscovo, embora os SRs e os mencheviques ainda dominassem o VTsIK. No campo, à medida que os soldados, desmobilizados por iniciativa própria, regressavam às suas casas, a fome de terra tornava-se mais aguda e as desordens camponesas e a pilhagem de propriedades mais frequentes; e, a par disto, ia um des crédito dos SRs, que não tinham feito nada, e uma mudança da simpatia para os bolcheviques, que prometiam tudo. As condições que Lenine tinha previsto nas suas teses de Abril como justificando a transição para a segunda fase da revolução estavam a amadurecer rapidamente.

A primeira reacção de Lenine foi reavivar a palavra de ordem «todo o poder aos soviets». Isto foi feito num artigo escrito na primeira quinzena de Setembro e publicado, em 14 de Setembro de 1917, em *Rabochii Put'*⁶³. Depois, em 12, 13 e 14 de Setembro, cada vez mais impaciente no seu retiro forçado, Lenine escreveu duas cartas secretas, uma a seguir à outra, ao comité central do partido, declarando que o tempo estava maduro para os bolcheviques tomarem o poder pela força das armas⁶⁴. Trotsky, solto da prisão em meados de Setembro, foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, que se tornou o principal foco de militância bolchevique. No decorrer do mês seguinte, a batalha sobre as teses de Abril repetiu-se num novo contexto. O primeiro conflito no comité central ocorreu sobre a participação na «conferência democrática». Kamenev e Rykov apoiavam-na e Trotsky e Estaline exigiam um boicote. A decisão foi a favor da participação e foi severamente censurada por Lenine, que aplaudiu a posi-

⁶³ Ibid., XXI, 142-8.

⁶⁴ Estas cartas foram publicadas pela primeira vez em 1921, com o título «Os Bolcheviques Têm que Tomar o Poder» e «Marxismo e Insurreição» e aparecem na edição completa das obras de Lenine, *Sochineniya*, XXI, 193-9. Os debates do comité central, que recebeu as cartas em 15 de Setembro de 1917, estão registados brevemente em *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), pp. 64-5. Kamenev propôs que se rejeitassem as propostas de Lenine; o comité ficou manifestamente embaraçado e, embora rejeitasse a moção de Kamenev, adiou a questão principal.

ção de Trotsky⁶⁵. Para os fins de Setembro de 1917, Lenine, cada vez mais nervoso e decidido, mudou-se de Helsingfors para Viborg para estar mais perto do cenário da acção. Um curto artigo em *Rabochii Put'*, intitulado *A Crise Está Madura*, repetia argumentos anteriores e acrescentava um novo: desordens crescentes nos países beligerantes e o começo de motins no exército e armada alemães tornavam claro que «estamos no limiar de uma revolução proletária mundial»⁶⁶. Mas a parte mais significativa do artigo era um postscriptum, que não se destinava a publicação, mas a ser comunicado aos membros do comité central. Acusava-os de ignorarem as suas anteriores comunicações e apresentava a sua demissão do comité central para reconquistar a liberdade de agitação entre os escalões inferiores; «porque é minha convicção profunda que, se 'esperamos' pelo congresso dos soviets e deixamos escapar o momento presente, deitaremos a perder a revolução»⁶⁷.

A ameaça de Lenine parece ter, mais uma vez, reduzido o comité central a um silêncio embaraçado; não há registo de qualquer resposta. O toque pessoal era necessário para abalar a inércia ou cepticismo prevalecentes. Em 9 de Outubro de 1917, Lenine veio disfarçado a Petrogrado e apareceu, no dia seguinte, numa reunião do comité que estava destinada a tornar-se histórica. A sua presença e acusações de «indiferença pela questão da insurreição» foram suficientes para inverter a balança. Por uma maioria de dez votos (Lenine, Trotsky, Estaline, Sverdlov, Uritsky, Dzerjinsky, Kollontai, Bubnov, Sokolnikov, Lomov) contra dois (Kamenev e Zinoviev, unidos agora pela primeira vez numa aliança inglória), o comité decidiu preparar a insurreição armada e nomear um «secretariado político» para executar a decisão. Este «polítburo» (o primeiro germe do que se tornou mais tarde uma instituição permanente) era composto por sete pessoas: Lenine, Zinoviev, Kamenev, Trotsky, Estaline, Sokolnikov e Bubnov⁶⁸. É significativo do sentido de solidariedade entre os dirigentes

⁶⁵ *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP (1929)*, pp. 70-71; Lenin, *Sochineniya*, XXI, 219. Os bolcheviques retiraram-se depois do «pré-parlamento», na primeira reunião, fazendo Trotsky uma declaração de desconfiança (Trotsky, *Sochineniya*, III, i, 321-3).

⁶⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 235-6.

⁶⁷ *Ibid.*, XXI, 241.

⁶⁸ *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP (1929)*, 99-101.

do partido nesta altura e das exigências da disciplina do partido que os dois que tinham votado contra a decisão fossem, não obstante, incluídos com toda a naturalidade no órgão executivo. Seis dias depois, o Soviete de Petrogrado criou um «comité militar revolucionário» sob a presidência de Trotsky, como presidente do Soviete, com Podvoisky como seu substituto efectivo; e foi este órgão, mais que o «politburo» do partido, que fez os preparativos militares para a revolução⁶⁹.

A batalha ainda não estava, contudo, definitivamente ganha. Em 11 de Outubro de 1917, Kamenev e Zinoviev fizeram circular uma carta a todas as principais organizações bolcheviques, protestando contra a decisão a favor da «insurreição armada»⁷⁰. Em 16 de Outubro, Lenine defendeu mais uma vez a tomada imediata do poder, numa reunião alargada do comité central a que estiveram presentes bolcheviques do comité do partido de Petrogrado, da organização militar do Soviete de Petrogrado e dos sindicatos e comités de fábrica. Desde o caso de Kornilov, afirmou, as massas tinham apoiado o partido. Mas a questão não era de maioria formal:

A situação é clara. Ou uma ditadura de Kornilov ou uma ditadura do proletariado e dos estratos mais pobres do campesinato. Não podemos ser guiados pela disposição das massas; essa é volúvel e enigmática. Temos que ser guiados por uma análise e avaliação objectivas da revolução. As massas deram a sua confiança aos bolcheviques e exigem-lhes, não palavras, mas actos.

Lenine dedicava de novo a sua atenção à situação internacional, especialmente a alemã, que justificava a conclusão

⁶⁹ A decisão do Soviete de Petrogrado de criar um «comité militar revolucionário» precedeu a decisão de 10 de Outubro do comité central; longe de estar relacionado com a preparação da insurreição armada, teve verdadeiramente a sua origem nos mencheviques. Depois de 10 de Outubro, os bolcheviques apoderaram-se dele e transformaram-no para servir os seus objectivos. Este comité foi designado formalmente em 16 de Outubro de 1917 e começou a trabalhar quatro dias depois; nesta altura, era exclusivamente bolchevique, com excepção de um único SR de esquerda (Trotsky, *Sochineniya*, III, ii, 91-2; *Istoriya Russkoi Revolyutsii*, II (Berlim, 1933), ii, 121-2; segundo esta obra (II, ii, 171), o «politburo» designado pelo comité central nunca reuniu).

⁷⁰ *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), pp. 102-8; Lenin, *Sochineniya*, XXI, 494-8.

de que «se nos lançarmos agora, teremos ao nosso lado toda a Europa proletária». A discussão mostrou que, embora o comité central pudesse ter sido hesitantemente convencido pelo magnetismo de Lenine, as dúvidas de Kamenev e Zinoviev eram ainda partilhadas em círculos mais amplos do partido. Zinoviev e Kamenev repetiram as suas objecções. Estaline e outros membros do comité central apoiaram Lenine.

Eis aqui duas linhas (disse Estaline): uma está dirigida para a vitória da revolução e apoia-se na Europa; a outra não acredita na revolução e só conta com ser uma oposição. O Soviete de Petrogrado já tomou a sua posição na via da insurreição ao recusar-se a sancionar o afastamento dos exércitos⁷¹.

O debate era algo fictício. Estavam a ser apressados activos preparativos pelo Soviete de Petrogrado e pelo seu comité militar revolucionário. Mas não podiam discutir-se preparativos militares em tal assembleia e nem Trotsky nem Podvoisky falaram, se é que estiveram presentes. A reunião reafirmou por dezanove votos contra dois a decisão de continuar com os preparativos para uma insurreição imediata, embora uma proposta de Zinoviev para se esperar pela reunião do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes, convocado para 20 de Outubro (mas adiado depois para 25 de Outubro), obtivesse seis votos contra quinze⁷². No fim da assembleia, o comité central reuniu sozinho e nomeou um «centro militar revolucionário» composto por Sverdlov, Estaline, Bubnov, Uritsky e Dzerjinsky, que faria parte do comité militar revolucionário do Soviete de Petrogrado⁷³. Este foi um primeiro e curioso exemplo da fusão de instituições do partido e instituições soviéticas. Os testemunhos da época não fazem qualquer outra menção ao centro; destinava-se evidentemente a ser um grupo de contacto, mais que um

⁷¹ Faz-se referência a uma tentativa do Governo Provisório de mandar certos regimentos da guarnição de Petrogrado para a frente; a guarnição de Petrogrado declarou, no começo da revolução, a sua fidelidade ao Soviete de Petrogrado e recusou-se a receber ordens não ratificadas por ele.

⁷² *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), pp. 111-25. A acta desta reunião é mais completa que de costume, mas consiste, como as outras, em notas de secretários e não pretende ser completa nem textualmente exacta.

⁷³ *Ibid.*, p. 124.

órgão separado, e, como o «politburo» designado uma semana antes, não parece ter jamais chegado a existir.

No fim da reunião de 16 de Outubro de 1917, Kamenev demitiu-se do seu cargo no comité central⁷⁴. Dois dias depois, publicou em *Novaya Zhizn'*, um jornal sem partido das esquerdas, uma carta a protestar de novo, em seu próprio nome e no de Zinoviev, contra a decisão. A carta era não só uma quebra da disciplina do partido (visto que Kamenev era ainda membro do partido), mas também uma denúncia pública da decisão do partido — embora, no estado de desorganização e impotência em que o Governo Provisório tinha agora caído, a revelação de preparativos para uma insurreição contra ele fosse talvez tão susceptível de intensificar o pânico como de provocar medidas eficazes em contrário. O partido, na véspera da acção decisiva que iria submeter os seus destinos ao teste supremo, estava ameaçado com uma grave crise interna. Lenine, depois da reunião de 16 de Outubro, tinha-se refugiado de novo na clandestinidade. Mas, em 18 de Outubro — o dia da publicação em *Novaya Zhizn'* — escreveu uma carta a membros do partido qualificando o acto de Kamenev e Zinoviev como «fura-greves» e «um crime» e declarando que já não os considerava como camaradas e que exigiria a sua exclusão do partido. Isto foi seguido, no dia seguinte, por uma carta no mesmo sentido, mais detalhada, ao comité central⁷⁵. Trotsky, numa tentativa de encobrir a indiscrição de Kamenev, negou publicamente no Soviete de Petrogrado que tivesse sido tomada qualquer decisão de insurreição armada⁷⁶. Kamenev, acreditando ou fingindo acreditar que Trotsky se tinha convertido à sua opinião, declarou que concordava palavra por palavra com o que Trotsky tinha dito e Zinoviev escreveu no mesmo sentido ao jornal do partido, *Rabochii Put'*. A sua carta foi publicada, na manhã de 20 de Outubro de 1917, no mesmo número que trazia a última parte de um artigo de Lenine que atacava vigorosamente as opiniões de Kamenev e Zinoviev, embora

⁷⁴ Ibid., p. 125.

⁷⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 350-6. Estas cartas foram publicadas pela primeira vez em 1927.

⁷⁶ Trotsky, *Sochineniya*, III, ii, 31-3. Trotsky explicou ao comité central o motivo da sua declaração (*Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), p. 123); Lenine sancionou, mais tarde, a sua acção (*Sochineniya*, XXI, 353).

sem os nomear⁷⁷. Estaline tentou lançar água na fervura acrescentando um editorial nos seguintes termos:

Nós, por nossa vez, exprimimos a esperança de que a declaração do camarada Zinoviev (tal como a declaração do camarada Kamenev no Soviete) possa ser considerada como final da questão. O tom severo do camarada Lenine não altera o facto de que, nos pontos fundamentais, permanecemos de acordo⁷⁸.

Os ânimos estavam, portanto, exacerbados quando o comité central reuniu, em 20 de Outubro de 1917, na ausência de Lenine. Sverdlov leu a carta de Lenine ao comité. Depois de um debate, a demissão de Kamenev foi aceite por uma maioria de cinco votos contra três; e emitiu-se uma ordem específica a Kamenev e Zinoviev para não fazerem novas declarações públicas contra decisões do comité central. O pedido de Lenine para a sua expulsão do partido não foi aceite. Entretanto, Trotsky protestou não só contra as declarações de Kamenev e Zinoviev, mas também contra o editorial de *Rabochii Put*, que parecia ilibá-los. Sokolnikov declarou que, embora membro do comité de redacção, tinha apresentado a sua demissão do comité. O comité decidiu prudentemente não discutir o assunto nem aceitar a demissão e passou a outros assuntos⁷⁹. Foi o primeiro conflito aberto entre os futuros rivais⁸⁰.

O momento crítico estava agora perto, sendo fixado pela decisão de desferir o golpe antes do Segundo Congresso

⁷⁷ A carta de Zinoviev encontra-se em *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), p. 137; o artigo de Lenine em *Sochineniya*, XXI, 334-49.

⁷⁸ *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), p. 137. A nota não aparece nas obras completas de Estaline, mas a sua autoria é incontroversa.

⁷⁹ *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta. RSDRP* (1929), pp. 127-9.

⁸⁰ Estaline tinha-se lançado *con amore* na amarga controvérsia entre Lenine e Trotsky, no Outono de 1912, chamando a Trotsky, nas colunas do *Pravda*, «campeão com falsos músculos» e «comediante» (Stalin, *Sochineniya*, II, 260); a primeira expressão repete-se algumas semanas depois, *ibid.*, II, 279). O primeiro encontro pessoal entre eles (embora estivessem ambos no Congresso de Londres, em 1907) ocorreu, ao que parece, em Viena, nos princípios de 1913, altura em que Trotsky se recordava, muito tempo depois, de um «reflexo de animosidade» nos «olhos amarelos» de Estaline (L. Trotsky, *Stalin*, (N. I., 1946), p. 244).

Panrusso de Sovietes se reunir, na tarde de 25 de Outubro. Na véspera do dia designado, o comité central reuniu para dar os últimos retoques a alguns preparativos práticos e Kamenev — tendo sido revogada ou esquecida a decisão de quatro dias antes — reocupou o seu lugar. Trotsky pediu para membros do comité central serem agregados ao comité militar revolucionário do Soviete de Petrogrado para cuidarem das comunicações postais, telegráficas e ferroviárias e para vigiarem o Governo Provisório. Dzerjinsky foi destacado para os caminhos de ferro, Bubnov para os correios e telégrafos, Sverdlov para o Governo Provisório; Milyutine ficou encarregado dos fornecimentos de víveres. Estava a ganhar forma dentro do comité do partido uma administração embrionária. Na manhãzinha de 25 de Outubro de 1917, as forças bolcheviques passaram à acção. Os pontos-chave da cidade foram ocupados; os membros do Governo Provisório foram aprisionados ou fugiram; à tarde, Lenine anunciou a uma reunião do Soviete de Petrogrado o triunfo da «revolução dos operários e camponeses»⁸¹; ao cair da noite, o Segundo Congresso Panrusso de Sovietes proclamou a transferência de todo o poder na Rússia para os soviets de deputados operários, soldados e camponeses⁸². Ao fim da tarde de 26 de Outubro de 1917, a segunda e última reunião do congresso adoptou os decretos sobre a paz e a terra e aprovou a composição do Conselho de Comissários do Povo, conhecido popularmente como Sovnarkom — o primeiro Governo Operário e Camponês.

O Soviete de Petrogrado e o seu comité militar revolucionário foram responsáveis pela organização da vitória quase sem derramamento de sangue de 25 de Outubro — 7 de Novembro de 1917. Foi o comité militar revolucionário que tomou o poder quando este caiu das mãos inermes do Governo Provisório e proclamou ao mundo o triunfo da revolução⁸³. Como Estaline disse mais tarde, o congresso de soviets «só recebeu o poder das mãos do Soviete de Petrogrado»⁸⁴. Todos os testemunhos da época prestam tributo à energia e capacidade demonstradas por Trotsky nesta altura e aos seus serviços à causa revolucionária. Mas a estratégia suprema da revolução tinha sido dirigida por Lenine através do seu instrumento

⁸¹ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 45.

⁸² *Ibid.*, XXII, 11-12.

⁸³ *Ibid.*, XXII, 3.

⁸⁴ Stalin, *Sochineniya*, VI, 347.

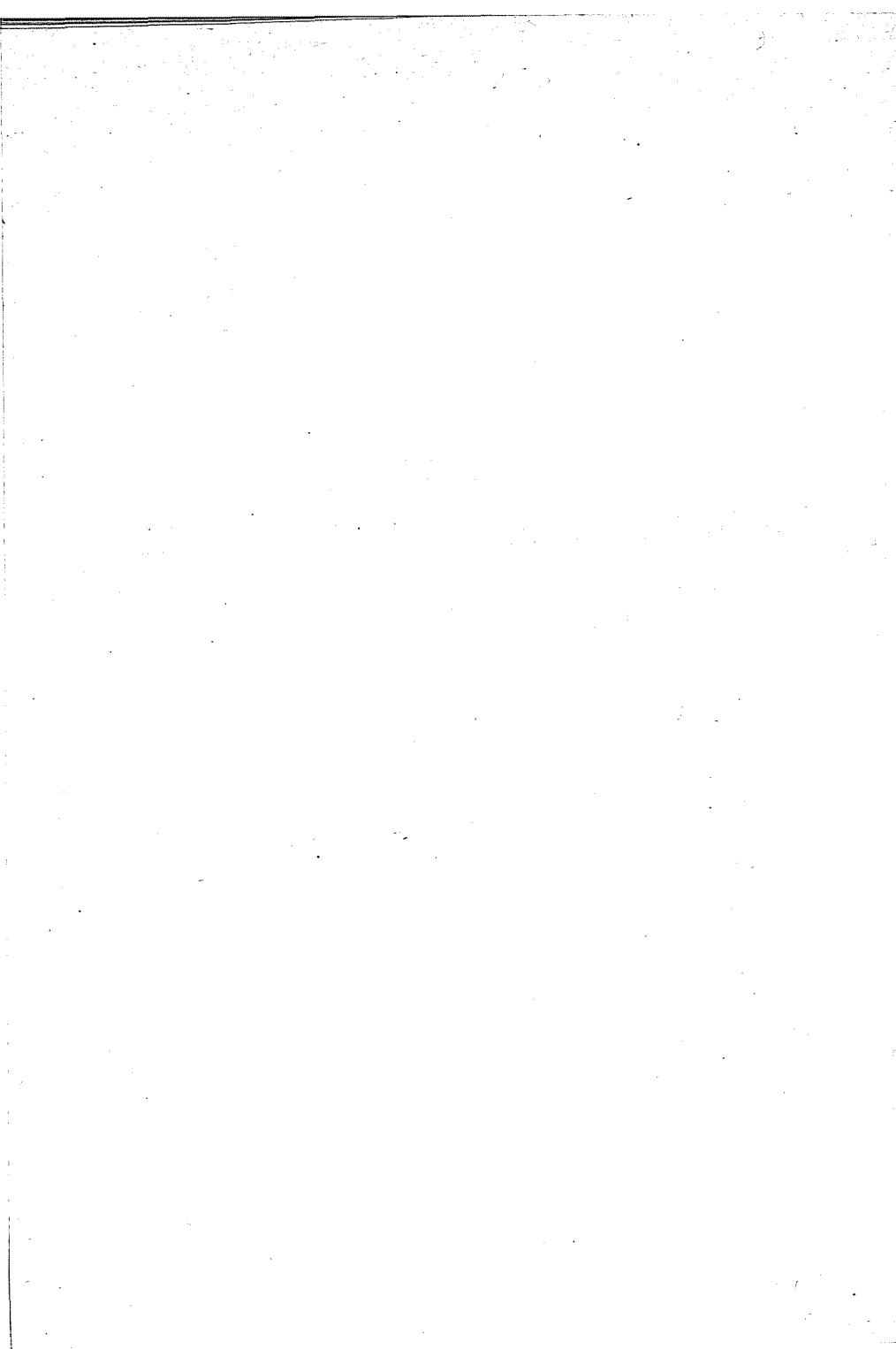
escolhido, a ala bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo. A vitória, embora conquistada sob a palavra de ordem «todo o poder aos soviets» era uma vitória não só para os soviets, mas também para Lenine e para os bolcheviques. Lenine e o partido, o homem e o instrumento, eram agora indissolivelmente um. O triunfo do partido parecia devido quase exclusivamente ao êxito consequente de Lenine em imprimir nele a sua vontade pessoal e em conduzir no seu rasto os seus companheiros, frequentemente relutantes. O prestígio do nome de Lenine tinha-se estabelecido firmemente; tinham sido lançadas as bases do domínio no partido do chefe único.

A relação da política de Lenine com as questões mais amplas levantadas pela Revolução Russa abre um debate infundável. A decisão prefigurada nas teses de Abril de Lenine e levada a cabo, por sua instigação, seis meses depois, de tomar o poder com base num programa socialista e sobre os alicerces de uma revolução burguesa inacabada tem sido o tema de volumes de comentários e controvérsias. Tem sido considerada como um prolongamento da linha marxista prosseguida coerentemente pelo partido desde 1903, embora os bolcheviques de Petrogrado, na confusão da Revolução de Fevereiro e na ausência do seu chefe, se tivessem desviado momentaneamente da linha: este continua a ser o ponto de vista oficial. Tem sido considerada como um abandono final por Lenine e pelos bolcheviques da linha marxista e um mergulho, em oposição à doutrina marxista, na aventura de uma revolução socialista não assente nos fundamentos de uma revolução burguesa anterior; este era o ponto de vista menchevique. Tem sido considerada como uma correcção de última hora de Lenine, baseada em verdadeiros princípios marxistas, de um velho desvio do partido devido a excessiva devoção aos aspectos formais do esquema de revolução de Marx: era este o ponto de vista de Trotsky. Como estas opiniões divergentes assentavam em textos diferentes de Marx, em interpretações diferentes do que Marx queria dizer e em avaliações diferentes do que era necessário para aplicar a ideia de Marx às condições russas, a discussão mostrou-se inexaurível e inconcludente. A questão ardorosamente debatida, anos mais tarde, entre bolcheviques e mencheviques sobre se o rumo adoptado por Lenine podia levar e levou ao objectivo socialista girava também à roda de uma questão de interpretação: o que se queria dizer com socialismo.

Mas, por trás destas discussões conduzidas em terminologia marxista, estava o problema real que os artífices da Revolução de Outubro tinham que enfrentar. Pode bem ter sido verdade, como a rápida desintegração da Revolução de Fevereiro parecia mostrar, que a democracia burguesa e o capitalismo burguês de modelo europeu, que era o que os mencheviques queriam e esperavam, não podia enraizar-se em solo russo, de forma que a política de Lenine era a única concebível nos termos empíricos da política russa corrente. Rejeitá-la como prematura, era repetir, como Lenine disse uma vez, «o argumento dos proprietários de servos sobre a falta de preparação dos camponeses para a liberdade»⁸⁵. Mas aquilo a que esta política comprometia os seus responsáveis era nada menos que fazer uma transição directa das formas mais atrasadas para as mais avançadas de organização económica e política. Politicamente, o programa envolvia uma tentativa de transpor o fosso entre autocracia e democracia socialista sem a longa experiência e educação em cidadania que a democracia burguesa, com todos os seus defeitos, tinha proporcionado no Ocidente. Economicamente, significava a criação de uma economia socialista, num país que nunca tinha possuído os recursos em equipamento essencial e operários especializados característicos de uma ordem capitalista desenvolvida. Estas graves desvantagens tinham ainda que ser superadas pela vitoriosa Revolução de Outubro. A sua história é o relato dos seus êxitos e fracassos nesta empresa.

⁸⁵ Lenin, *Sochineniya*, XX, 120.

II PARTE
A ESTRUTURA CONSTITUCIONAL



AS DUAS REVOLUÇÕES

A Revolução de Outubro tinha triunfado com os bolcheviques ainda divididos quanto ao alcance da revolução e incertos em se considerá-la como democrático-burguesa ou socialista-proletária. A revolução, ao derrubar o Governo Provisório, tinha consagrado os sovietes como repositórios supremos do poder revolucionário. Mas isto não implicava a rejeição da autoridade última de uma assembleia constituinte, que era o órgão característico da democracia burguesa e a cuja convocação breve os bolcheviques, tal como o Governo Provisório, estavam comprometidos. O decreto de 26 de Outubro/8 de Novembro de 1917, que instituiu o Conselho de Comissários do Povo, descrevia-o como «governo provisório de operários e camponeses» que exercia a autoridade «até à convocação da Assembleia Constituinte»¹. É verdade que um lacónico decreto da mesma data proclamando que «todo o poder pertence aos sovietes» não acrescentava tais reservas²; e a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, promulgada alguns dias depois, anunciava os princípios de uma futura «união voluntária e honrosa dos povos» e prometia a elaboração imediata de «decretos concretos» para os pôr em efeito, sem de qualquer modo se referir aos

¹ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (segunda ed.), arts. 1, 3.

² *Ibid.*, n.º 1 (segunda ed.), art. 5.

poderes da Assembleia Constituinte³. Mas no calor da revolução, não era natural que se reparasse em tais contradições formais. O Governo Provisório, muito mais pedante que o seu sucessor com respeito às normas constitucionais, tinha ele próprio monopolizado flagrantemente as funções da assembleia constituinte pelo seu decreto de 1 de Setembro de 1917 que proclamava a Rússia uma república.

O investigador dos arquivos documentais da Revolução de Outubro ficará imediatamente impressionado com o aparecimento pouco frequente e imperceptível das palavras «socialismo» e «socialista» nas suas primeiras proclamações. Defender «a revolução» ou «a revolução dos operários e camponeses» é uma definição de objectivos suficiente; «revolucionário» é, por si só, um adjectivo de recomendação («ordem revolucionária», «justiça revolucionária»), «contra-revolucionário», a quintessência do mal⁴. Derivados da palavra neutra «democracia», igualmente aceitável para os partidários da revolução burguesa e da socialista, aparecem quatro vezes na proclamação inicial do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes de 25 de Outubro/7 de Novembro de 1917 («uma paz democrática», «democratização do exército») e repetidas vezes no decreto sobre a paz, do dia seguinte. «Como governo democrático», disse Lenine ao apresentar o decreto sobre a terra à mesma sessão do congresso, «não podemos esquivar-nos à decisão das massas populares, mesmo se não estivermos de acordo com ela»⁵. Os primeiros passos vitais do regime foram, assim, dados sob a bandeira, não do socialismo, mas da democracia. Pouco tempo depois, usou-se o epíteto «democrático» para recomendar o sistema de eleição para os soviets e para a Assembleia Constituinte e especialmente o «direito de revogação»⁶, bem como o princípio da eleição dos juizes⁷.

Esta insistência na democracia era acompanhada por uma proclamação do socialismo como objectivo final. A prova mais reveladora da atitude de Lenine no momento da revolução é o seu discurso no Soviete de Petrogrado, na tarde de 25 de Outubro/7 de Novembro de 1917, anunciando o

³ *Ibid.*, n.º 2, art. 18.

⁴ O mesmo fervor quase religioso estava ligado às palavras «revolução» e «revolucionário» na altura da Revolução Francesa.

⁵ *Lenin, Sochineniya*, XXII, 23.

⁶ *Sobranie Uzakoneniya*, 1917-1918, n.º 3, art. 49.

⁷ *Ibid.*, n.º 4, art. 50.

trunfo da «revolução operária e camponesa». Depois de declarar que esta terceira revolução russa tem que levar, como resultado final, à «vitória do socialismo», voltava, nas suas palavras finais, às duas condições para a transição para o socialismo que há muito tinha formulado — o apoio dos camponeses e o apoio da revolução mundial:

Ganharemos a confiança dos camponeses com um único decreto a abolir o direito de propriedade dos terratenentes. Os camponeses compreenderão que a salvação do campesinato está apenas na união com os operários... Nós temos a força de massas da organização que conquistará tudo e conduzirá o proletariado à revolução mundial.

Na Rússia, temos que nos ocupar imediatamente com a construção do estado socialista proletário.

Viva a revolução socialista mundial!⁸

O aspecto internacional da revolução estava presente no espírito de Lenine com especial clareza, no momento da sua vitória na Rússia. Dez dias depois, declarou, na qualidade de presidente do Sovnarkom:

«Marcharemos firme e inabalavelmente para a vitória do socialismo, que será selada pelos operários avançados dos países mais civilizados e dará aos povos uma paz sólida e a libertação de toda a opressão e de toda a exploração»⁹.

E a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, elaborada por Lenine nos princípios de Janeiro de 1918, proclamava «a organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países» como parte da «tarefa fundamental» da ordem soviética¹⁰. A realização do socialismo era ainda pensada por Lenine, nesta altura, fundamentalmente em termos de revolução mundial.

Estas hesitações sobre o alcance e carácter da Revolução de Outubro reflectem-se na terminologia constitucional primitiva. Tendo sido abandonada a palavra «Rússia», houve dificuldades em encontrar um nome apropriado para a nova autoridade. Chamou-se a si própria «Governo Provisório de Operários e Camponeses» ou simplesmente «governo revolu-

⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 45. O único registo deste discurso é, infelizmente, uma curta notícia de jornal.

⁹ *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), p. 34.

¹⁰ *Sobranie Uzakonenii*, 1917-1918, n.º 15, art. 215.

cionário» assente no «poder soviético» e no triunfo da palavra de ordem «todo o poder aos soviets». Só uma vez, num contexto especial, se referiu a si própria como «governo socialista da Rússia»¹¹. A primeira declaração constitucional fundamental da história soviética está contida na Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, que abre com as palavras:

Declara-se a Rússia uma república de soviets de deputados operários, soldados e camponeses. Todo o poder central e local pertence a estes soviets.

E o artigo seguinte chama pela primeira vez ao país «república soviética russa». Poderia ser perigoso tirar conclusões de uma terminologia tão flutuante e incerta. Mas, seja o que for que o próprio Lenine possa ter pensado, a palavra «socialista» era ainda um espantinho para muitos dos seus partidários e aliados¹². Uma minoria substancial, se não uma maioria, do partido parece manifestamente ter aderido, nesta altura, à opinião, mantida ardentemente tanto pelos mencheviques como pelos SRs, de que a revolução não tinha ainda completado de todo a sua fase burguesa e estava, por conseguinte, ainda imatura para a transição para o socialismo. Sob este ponto de vista, a Revolução de Outubro era apenas uma continuação e aprofundamento da Revolução de Fevereiro e não diferia dela nem em princípio nem em objectivos.

¹¹ A ocasião foi o ultimato de 4/17 de Dezembro de 1917 à Rada ucraniana (ver adiante p. 331); o objectivo era distinguir-se claramente do governo burguês da Ucrânia. Estaline, no seu discurso no congresso do Partido Social-Democrata Finlandês, em 14/27 de Novembro de 1917, tinha-se referido ao «novo governo socialista» (Stalin, *Sochineniya*, IV, 2). Lenine, nas suas «Teses sobre a Assembleia Constituinte», mencionou a luta entre o Governo Soviético e o «nacionalismo burguês da Rada ucraniana, do Seim finlandês, etc., como um dos factores que apressaram «o novo agrupamento das forças de classe» e a consequente transição da revolução burguesa para a socialista (Lenin, *Sochineniya*, XXII, 132-3).

¹² Steinberg, então Comissário do Povo para a Justiça, socialista revolucionário de esquerda, afirma, nos seus incompletos e de modo algum de confiança *Souvenirs d'un Commissaire du Peuple, 1917-18*, (Paris, 1930), pp. 65-6, que a redacção original dada por Lenine à frase inicial da Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado inseria a palavra «socialista» antes de «república» e que ela foi excluída a instâncias dos SRs de esquerda, que pensavam que um documento tão solene não devia «conter qualquer exagero».

Sob este ponto de vista, era legítimo ansiar pela Assembleia Constituinte como a realização culminante da revolução democrática.

As oscilações dentro do partido não tinham terminado com a vitória da revolução. No momento da vitória, tinha sido proclamado um governo inteiramente bolchevique. Mas, nos primeiros dias, a sua autoridade não estava estabelecida muito para além de Petrogrado e, sob pressão do comité executivo do sindicato dos ferroviários (Vikzhel, em abreviatura), que controlava as comunicações e aspirou durante algumas semanas a actuar como poder independente que ditasse condições ao governo, o comité central do partido concordou em abrir negociações com os SRs e os mencheviques para um governo de coligação de todos os partidos representados nos soviets. Para Lenine, isto era apenas uma manobra táctica¹³; para Kamenev e Zinoviev, era admitir o carácter correcto da posição assumida por eles, na véspera de 25 de Outubro, de que a altura não estava ainda madura para uma revolução especificamente proletária. Quando, portanto, Lenine propôs, em 1/14 de Novembro de 1917, abandonar as negociações por fúteis, enfrentou forte oposição de Kamenev, Zinoviev e Rykov. No debate no comité central do partido, só recebeu apoio inequívoco de Trotsky; mas a maioria votou solidamente a favor de uma resolução que estabelecia condições que conduziriam necessariamente à ruptura das negociações¹⁴. Kamenev e Zinoviev, na qualidade de delegados bolcheviques ao VTsIK, não actuaram conformemente à decisão. Numa declaração de 3/16 de Novembro de 1917, Lenine colocou a questão no plano da disciplina do partido e, três dias depois, o comité central emitiu um ultimato

¹³ Lenine qualificou-o de «manobra diplomática para desviar a atenção das operações de guerra» (*Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), p. 152).

¹⁴ *Ibid.* (1929), pp. 148-56; Lenin, *Sochineniya*, XXII, pp. 36-7. Foi no mesmo dia, segundo Trotsky, que Lenine, falando numa reunião do Soviete de Petrogrado sobre a impossibilidade de uma coligação, disse: «Trotsky compreendeu isto e, desde essa altura, não houve melhor bolchevique». Foi publicado em L. Trotsky, *Stalinskaya Shkola Falsifikatsii* (Berlim, 1932), pp. 116-24, o que pretende ser um registo estenografado da reunião que contém estas palavras; segundo Trotsky (*ibid.*, pp. 112-16), foi impresso realmente para inclusão no volume *Pervyi Legal'nyi PK Bol'shevikov* (1927), mas omitido à última hora por ordem do comité central; ele reproduz em facsimile parte da prova impressa com anotações à margem.

formal aos seus membros recalcitrantes. Cinco membros do comité, Kamenev, Zinoviev, Rykov, Milyutine e Noguine, demitiram-se imediatamente. Os três últimos demitiram-se dos seus cargos de Comissários do Povo e vários membros menos importantes do governo demitiram-se também. Dos recalcitrantes, só Zinoviev se retractou imediatamente e foi reintegrado no comité central¹⁵. Tinha, mais uma vez, ocorrido uma cisão considerável entre os dirigentes do partido, num momento crítico, sobre uma questão táctica que era também uma questão de doutrina.

Tendo superado esta crise e estendido gradualmente a sua autoridade às províncias setentrionais e centrais da Rússia europeia, o regime tinha agora que enfrentar as eleições para a Assembleia Constituinte, fixadas pelo Governo Provisório, antes da sua queda, para 12/25 de Novembro de 1917. Não se sabe com certeza o que Lenine pensava sobre elas nesta altura¹⁶. Mas o partido estava profundamente comprometido a elas pelas suas repetidas afirmações entre a Revolução de Fevereiro e a de Outubro; a máquina oficial estava em movimento e ter-se-ia mostrado difícil voltar atrás no último momento. Um dos primeiros actos do Sovnarkom tinha sido confirmar a data estabelecida pelo Governo Provisório¹⁷. Uritsky, um dos principais bolcheviques, foi nomeado comissário para superintender no trabalho da comissão eleitoral designada pelo Governo Provisório. A comissão, por seu lado, recusou-se a colaborar com Uritsky e queixou-se de ter sido colocada sob coacção¹⁸. Mas as eleições foram para a frente e parecem ter sido conduzidas sem interferências de qualquer lado, embora, em alguns distritos remotos, nem sequer tenham tido lugar.

Os resultados justificaram quaisquer apreensões que pudessem já ter sido sentidas nas fileiras bolcheviques. Dos

¹⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 38-9, 57, 551-2; *Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), pp. 170-7.

¹⁶ Segundo Trotsky, *O Lenine* (s. d. (1924)), pp. 91-2, Lenine desejava adiá-las, mas foi vencido por Sverdlov e outros; o próprio Lenine, escrevendo em 1920, defendeu a participação bolchevique nas eleições pela razão de que ela tinha ajudado a «mostrar às massas recuadas porque é que parlamentos desses merecem ser dissolvidos» (*Sochineniya*, XXV, 202).

¹⁷ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (segunda ed.), art. 8.

¹⁸ *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I. S. Malchevsky (1930), pp. 150-1.

707 membros eleitos da assembleia (de um total de 808 originalmente estabelecido) os SRs podiam reivindicar uma maioria confortável — 410 ao todo. Os bolcheviques conseguiram pouco menos que um quarto dos lugares, quer dizer, 175. A maioria dos oitenta e quatro membros dos «grupos nacionais», dos quais os ucranianos formavam o maior, era fortemente anti-bolchevique. Os cadetes, o único partido burguês sobrevivente, tinham dezassete lugares, os mencheviques dezasseis¹⁹. Se isto se podia interpretar como um veredicto sobre o governo implantado pela Revolução de Outubro, era um voto de desconfiança esmagador.

O primeiro efeito da derrota foi convencer Lenine da necessidade de um compromisso quanto à questão de uma coligação. Na altura das eleições, estava em reunião em Petrogrado um Congresso Panrusso de Deputados Camponeses. No Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Junho de 1917, um grupo de SRs de esquerda tinha-se já revoltado contra a chefia do partido e apoiado a minoria bolchevique, embora isto tivesse tido pouco efeito sobre o partido no seu conjunto. Agora, no Congresso Panrusso de Deputados Camponeses, Lenine e os outros delegados bolcheviques conseguiram provocar uma cisão nas fileiras dos SRs. Chegou-se a acordo para uma coligação entre os bolcheviques e a ala esquerda, que assegurava uma maioria no congresso e cuja figura mais notável era Spiridonova. Era um acordo, como Lenine observou enfaticamente, «apenas possível numa plataforma socialista»²⁰. Em 15/28 de Novembro de 1917, teve lugar uma reunião conjunta do VTsIK, do Soviete de Petrogrado e do comité executivo do congresso dos camponeses, para celebrar o acto de união²¹. O VTsIK já era composto por 108 membros eleitos pelo Segundo Congresso Panrusso de Sovietes de Deputados Operários e Soldados. O seu número de membros foi agora duplicado pela adição de um número igual de delegados eleitos pelo congresso dos camponeses; e juntaram-se às suas fileiras cem delegados do exército e da

¹⁹ Os números são tirados de *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I: S. Malchevsky (1930), p. 115. As actas nunca foram completadas e, noutros sítios, citam-se números diferentes, por exemplo, em M. V. Vishnyak, *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie* (Paris, 1932); mas as variações são insignificantes.

²⁰ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 88.

²¹ *Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva* (1918), p. 64.

marinha, bem como cinquenta dos sindicatos, elevando o número para qualquer coisa acima de 350. Tornou-se então no «Comité Executivo Central Panrusso dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses». Para completar a coligação, foram designados SRs de esquerda para três Comissariados do Povo — Agricultura, Justiça e Correios — que implicavam qualidade de membro do Sovnarkom, bem como para vários postos governamentais de menor importância. Mais ou menos por essa altura, os comissariados foram transferidos do quartel-general do partido, em Smolny, para os edifícios dos velhos ministérios; o governo bolchevique estava a adaptar-se rapidamente ao quadro tradicional do poder de estado.

O acordo com os SRs de esquerda não só reforçou a posição dos bolcheviques como lhes proporcionou também o argumento mais forte para explicar satisfatoriamente os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte — o carácter potencialmente ilusório do voto SR. Os SRs tinham ido às urnas como um único partido, apresentando uma lista de candidatos. O seu manifesto eleitoral estava cheio de princípios e fins elevados mas, embora publicado um dia depois da Revolução de Outubro, tinha sido elaborado antes daquele acontecimento e não definia a atitude do partido em relação a ele²². Agora, três dias depois da eleição, a maior parte do partido tinha feito uma coligação com os bolcheviques e tinha-se cindido formalmente da outra parte que mantinha a sua amarga inimizade contra os bolcheviques. A proporção entre SRs de direita e de esquerda na Assembleia Constituinte — 370 para 40 — era fortuita. Era inteiramente diferente da proporção correspondente no número de membros do congresso dos camponeses e não representava necessariamente as opiniões dos eleitores sobre um ponto vital que não tinha sido presente. «O povo», disse Lenine, «votou por um partido que já não existia»²³. Examinando de novo toda a questão, dois anos mais tarde, Lenine encontrou outro argumento que

²² O texto, reproduzido do jornal do partido, *Delo Naroda*, de 26 de Outubro/8 de Novembro de 1917, encontra-se em *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I S. Malchevsky (1930), pp. 165-8.

²³ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 97. O argumento foi desenvolvido mais extensamente no discurso de Lenine no congresso dos ferroviários, em Janeiro de 1918, imediatamente a seguir à dissolução da assembleia (*ibid.*, XXII, 226-31); aqui, Lenine atribuiu algo tenden-

era mais convincente do que parecia à primeira vista. Observou que, nas grandes cidades industriais, os bolcheviques tinham estado, quase em toda a parte, à frente dos outros partidos. Conseguiram uma maioria absoluta nas duas capitais em conjunto, ficando os cadetes em segundo e os SRs num insignificante terceiro lugar. Mas, em matéria de revolução, aplicava-se o famoso princípio: «a cidade conduz inevitavelmente o campo atrás de si; o campo segue inevitavelmente a cidade»²⁴. As eleições para a Assembleia Constituinte, se não tinham registado a vitória dos bolcheviques, tinham apontado claramente o caminho para ela para os que tivessem olhos para ver.

Os resultados das eleições tornaram certo que a Assembleia Constituinte serviria de ponto de reunião para a oposição ao regime soviético de ambos os lados — dos partidários burgueses sobreviventes do Governo Provisório e dos socialistas dissidentes. Os bolcheviques, bem versados em história revolucionária, estavam plenamente conscientes do precedente da Assembleia Constituinte francesa de Maio de 1848, cuja função, três meses depois da Revolução de Fevereiro, tinha sido, segundo uma conhecida expressão do «Dezoito do Brumário» de Marx, «rebaixar os resultados da revolução a um padrão burguês»²⁵ e preparar o caminho para o massacre dos trabalhadores por Cavaignac. Fez-se uma tentativa, em nome dos antigos ministros do Governo Provisório, e em desafio ao Governo Soviético, para convocar a assembleia, em 28 de Novembro/11 de Dezembro de 1917. Resistiu-se a isto pela força. Forças anti-soviéticas comandadas por antigos generais czaristas, estavam a concentrar-se no Sul da Rússia e o Sovnarkom, agora perfeitamente alarmado, publicou um decreto que acusava os cadetes de proporcionar «uma cobertura «legal» à insurreição contra-revolucionária cadetes-Kaledine», declarava o partido cadete «um partido de inimigos do povo» e anunciava que «os chefes políticos da guerra civil contra-revolucionária» seriam presos²⁶. Embora

ciosamente o resultado, «em primeiro lugar e principalmente», ao facto de as eleições terem tido lugar «de acordo com listas compostas antes da Revolução de Outubro».

²⁴ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 634.

²⁵ Marx i Engels, *Sochineniya*, VIII, 329.

²⁶ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 4, art. 64.

os SRs de direita e muitos dos mencheviques alinhassem com os cadetes, os bolcheviques não se arriscavam, por enquanto, a aplicar medidas de repressão a outros partidos socialistas.

A partir desta altura, o destino da Assembleia Constituinte foi tema de constante preocupação em círculos do partido²⁷. Num discurso ao VTsIK, em 1/14 de Dezembro de 1917, Lenine fez o que parece ter sido o primeiro aviso das intenções bolcheviques:

Podem-nos para convocar a Assembleia Constituinte como originalmente concebida. Não, obrigado! Ela foi concebida contra o povo e levámos a cabo a insurreição para termos a certeza de que ela não será usada contra o povo... Quando uma classe revolucionária está a lutar contra as classes proprietárias que oferecem resistência, essa resistência tem que ser suprimida, e suprimi-la-emos pelos mesmos métodos com que as classes proprietárias suprimiam o proletariado. Não se inventaram ainda novos métodos²⁸.

E fez seguir a esta declaração um conjunto de *Teses sobre a Assembleia Constituinte*, que apareceram anonimamente no Pravda de 13/26 de Dezembro de 1917 e constituem a mais importante breve análise da sua pena sobre o carácter da Revolução de Outubro.

As *Teses sobre a Assembleia Constituinte* punham firmemente a claro o que tinha estado implícito em tudo o que Lenine tinha escrito desde as famosas teses de Abril, oito meses antes — a convicção de que a revolução burguesa na Rússia era uma força esgotada e que o rumo certo era voltar-lhe resolutamente as costas e continuar o caminho para o socialismo. Começava por admitir que, «numa república burguesa, a assembleia constituinte é a forma mais elevada do

²⁷ Em 29 de Novembro/12 de Dezembro de 1917, teve lugar uma discussão no comité central que não levou a nenhuma conclusão. Nesta altura, achava-se provável que a Assembleia Constituinte pudesse dividir-se em dois grupos, um reconhecendo o Governo Soviético, o outro hostil a ele. Bukharine levantou a questão de se a assembleia deveria absolutamente ser convocada. Respondeu a isto afirmativamente, visto que «as ilusões constitucionais estão ainda vivas nas grandes massas». Quis então expulsar os cadetes (os SRs de direita não foram mencionados) e transformar o resto da esquerda numa «convenção revolucionária», noutras palavras, efectuar a transição da revolução burguesa para a socialista por intermédio da Assembleia Constituinte. Lenine não parece ter tomado parte nesta discussão (*Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929, pp. 180-4).

²⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 109-10.

princípio democrático», de modo que o seu aparecimento em anteriores programas do partido, redigidos antes da realização da revolução burguesa, era «perfeitamente legítimo». Desde a Revolução de Fevereiro de 1917, contudo, a «socialdemocracia revolucionária» tinha vindo a insistir que «uma república de soviets é uma forma mais elevada do princípio democrático do que a costumeira república burguesa com a sua assembleia constituinte»; era, na realidade, «a única forma capaz de assegurar a transição menos dolorosa para o socialismo». Este processo de transição tinha sido ajudado, primeiro, pelo reagrupamento das «forças de classe» devido à infiltração de ideias revolucionárias no exército e no campesinato, em segundo lugar pela luta entre o poder soviético e o regime burguês da Ucrânia (e, em parte, também, na Finlândia, Rússia Branca e Cáucaso) e, em terceiro lugar, pelo levantamento contra-revolucionário de Kaledine e dos cadetes, que tinha «afastado toda a possibilidade de solucionar as questões mais agudas de um modo formalmente democrático». Este desenrolar dos acontecimentos tinha criado um conflito inevitável entre a Assembleia Constituinte e «a vontade e interesse das classes trabalhadoras e exploradas que começaram, em 25 de Outubro, a revolução socialista contra a burguesia». Assim, «qualquer tentativa, directa ou indirecta, de encarar a questão da Assembleia Constituinte do ponto de vista formal e jurídico, dentro do quadro da democracia burguesa», era traição ao proletariado, um erro em que «alguns dos dirigentes bolchevistas caem por não serem capazes de avaliar o levantamento de Outubro e as tarefas da ditadura do proletariado». Tudo o que restava à Assembleia Constituinte era «uma declaração incondicional de aceitação do poder soviético, da revolução soviética». De outra forma, «uma crise em relação com a Assembleia Constituinte só pode ser solucionada por meios revolucionários»²⁹.

Não há registo da discussão das teses de Lenine no comité central do partido; mas, tenha ou não tido lugar uma discussão formal, elas tornaram-se, a partir de então, doutrina aceite do partido. Para os bolcheviques, as *Teses sobre a Assembleia Constituinte* de Lenine eram um rasgar definitivo da máscara do constitucionalismo burguês. Para

²⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 131-4.

os outros partidos socialistas, foram necessários acontecimentos penosos para lhes mostrar claramente o que significava a revolução proletária. A aceitação das teses teve dois resultados práticos. Em primeiro lugar, tornou irrevogável o fosso entre os bolcheviques e os partidos socialistas que (com excepção dos SRs de esquerda) aderiam à opinião de que a revolução estava ainda na sua fase democrática; uma vez aceite o carácter proletário da revolução, os que mantinham o ponto de vista democrático tornavam-se lógica e inevitavelmente contra-revolucionários, em intenção, se não em actos. Em segundo lugar, decidiu o destino da Assembleia Constituinte, o cume da revolução democrática, mas um anacronismo, uma vez superada essa fase pela revolução socialista proletária. A questão candente do «duplo poder», o conflito entre os soviets e os órgãos representativos da democracia burguesa que tinha lavrado desde a Revolução de Fevereiro, estava finalmente resolvida. A Assembleia Constituinte só tinha agora que se render ou ser varrida. Tem que ser rejeitada como errónea qualquer sugestão de que a acção levada a cabo contra a assembleia tenha sido resultado de uma decisão súbita ou impremeditada inspirada por qualquer coisa acontecida depois de a assembleia reunir. A acção dos bolcheviques foi o resultado de uma política ponderada e de visão perfeitamente clara da evolução progressiva da revolução da fase democrático-burguesa para a fase socialista-proletária.

A publicação das *Teses sobre a Assembleia Constituinte* de Lenine tinha o aspecto de uma declaração de guerra à assembleia e aos partidos políticos que eram susceptíveis de a controlar. As acções das três semanas seguintes foram outras tantas medidas tácticas, numa campanha cuja estratégia principal tinha sido decidida. Em 17/30 de Dezembro de 1917, deu-se a prisão do dirigente SR de direita, Avxentiev, juntamente com alguns dos seus partidários, não, como um artigo de fundo dos *Izvestiya* explicava, «na qualidade de membro da Assembleia Constituinte», mas «pela organização de uma conspiração contra-revolucionária»³⁰. Era a primeira ocasião em que se applicava tais medidas a representantes de um partido socialista. Em 20 de Dezembro de 1917/2 de Janeiro de 1918, um decreto do Sovnarkom convocou a Assem-

³⁰ *Izvestiya*, 22 de Dezembro de 1917/4 de Janeiro de 1918.

bleia Constituinte para 5/18 de Janeiro de 1918, com a condição de se alcançar um quorum de 400 membros³¹; e, dois dias depois, foi decidido por uma resolução do VTsIK convocar o Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes para 8/21 de Janeiro de 1918 e um congresso panrusso de deputados camponeses alguns dias depois. Zinoviev, agora de novo obediente homem de confiança de Lenine, sublinhou a decisão com uma enunciação clara da doutrina leninista:

Nós vemos na rivalidade da Assembleia Constituinte e dos soviets a controvérsia histórica entre duas revoluções, a revolução burguesa e a revolução socialista. As eleições para a Assembleia Constituinte são um eco da primeira revolução burguesa de Fevereiro, mas não certamente da revolução do povo, da socialista.

Os termos da resolução eram um desafio confesso. Denunciava a palavra de ordem «todo o poder à Assembleia Constituinte» como ponto de convergência de «elementos todos sem excepção contra-revolucionários» e como cortina para a palavra de ordem «abaixo os soviets»; o objectivo da resolução era «apoiar com toda a força organizada dos soviets a metade esquerda da Assembleia Constituinte contra a metade direita, burguesa e de colaboracionistas»³². O menchevique Sukhanov expôs friamente o dilema lógico. Se os acontecimentos em curso eram parte da revolução burguesa, então a Assembleia Constituinte devia ser plenamente apoiada; se eram de facto a revolução socialista, ela não devia absolutamente ser convocada³³. Mas a tática escolhida, embora possivelmente resultado de um compromisso nas deliberações do partido, era mais dramática. Foi correctamente diagnosticada num protesto emitido pelos sobreviventes não-bolcheviques do primeiro VTsIK eleito pelo Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, que mantinha uma existência apagada e uma pretensão de legitimidade ainda mais apagada: o Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes estava a ser convocado «para torpedear a Assembleia Constituinte»³⁴.

³¹ *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I. S. Malchevsky (1930), pp. 144-5.

³² *Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva* (1918), pp. 176-7.

³³ *Ibid.*, p. 179.

³⁴ A existência do primeiro VTsIK tinha sido oficialmente terminada pela resolução do segundo VTsIK na sua primeira reunião,

Os preparativos para a campanha foram completados numa reunião do VTsIK, em 3/16 de Janeiro de 1918³⁵, na qual se redigiu a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado para ser aprovada pela Assembleia Constituinte. A declaração abria com a proclamação constitucional já citada:

1. Declara-se a Rússia uma república de sovietes de deputados operários, soldados e camponeses. Todo o poder central e local pertence a estes sovietes.

2. A República Soviética Russa é instituída na base de uma livre união de nações livres, como uma federação das repúblicas soviéticas nacionais.

A seguir, numa longa enunciação de princípios que era um aval, posto na boca da Assembleia Constituinte, à política e legislação soviéticas, introduzia dois parágrafos que constituíam um acto de abdicação por parte da assembleia:

Eleita com base em listas de partidos compiladas antes da Revolução de Outubro, quando o povo não podia ainda levantar-se em massa contra os exploradores e, não tendo ainda experimentado toda a força da resistência dos exploradores em defesa dos seus privilégios de classe, não tinha ainda empreendido de forma prática a construção de uma sociedade socialista, a Assembleia Constituinte, consideraria fundamentalmente incorrecto, mesmo de um ponto de vista formal, levantar-se contra o poder soviético ...

Apoiando o poder soviético e os decretos do Conselho de Comissários do Povo, a Assembleia Constituinte reconhece que as suas funções se limitam à elaboração geral dos princípios fundamentais da reconstrução socialista da sociedade³⁶.

E para que a moral disto não passasse em claro, os *Izvestiya* de 4/17 de Janeiro de 1918, o dia anterior à reunião da assembleia, traziam o texto de uma resolução emanada também do VTsIK e vazada em termos breves e inequívocos:

em 27 de Outubro/9 de Novembro de 1917 (*Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva*, 1918, p. 4). Continuou, não obstante, a reunir e as actas das suas reuniões de 6/19 de Novembro de 1917 a 11/24 de Janeiro de 1918 foram publicadas em *Kransnyi Arkhiv*, n.º 3 (10), 1925, pp. 99-113; a maioria dos seus membros era menchevique ou SR de direita.

³⁵ Falta a acta desta reunião nos protocolos do segundo VTsIK.

³⁶ *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I. S. Malchevsky (1930), pp. 4-6.

Na base de todas as realizações da Revolução de Outubro e de acordo com a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado adoptada na sessão do Comité Central Executivo de 3 de Janeiro de 1918, todo o poder na república russa pertence aos soviets e instituições soviéticas. Por conseguinte, qualquer tentativa seja de que pessoa ou instituição for para usurpar esta ou aquela função do poder de estado será considerada como acto contra-revolucionário. Qualquer tentativa semelhante será esmagada por todos os meios ao dispor do poder soviético, incluindo o uso de força armada³⁷.

A proscricção dos cadetes e a prisão de vários dirigentes SRs de direita tinha embotado o principal poder ofensivo potencial da Assembleia Constituinte. Todavia, uma certa nota de precaução no procedimento adoptado devia-se ao receio sentido por alguns bolcheviques, embora não justificado pelos acontecimentos, do suposto prestígio da Assembleia Constituinte entre as massas. Quando a assembleia reuniu, em 5/18 de Janeiro de 1918, Sverdlov expulsou da tribuna o membro mais velho da assembleia que, de acordo com a tradição, estava para abrir a sessão e, em nome do VTsIK, declarou aberta a assembleia. A Revolução Francesa, disse ele, tinha emitido a sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que era «uma declaração dos direitos à livre exploração dos que não possuíam os instrumentos e meios de produção»; a Revolução Russa tinha que emitir a sua própria declaração de direitos. Leu então o projecto preparado, dois dias antes, pelo VTsIK e solicitou brevemente à assembleia que o aprovasse.

O resto dos debates serviu sobretudo para ilustrar o carácter fictício da assembleia e as diferenças fundamentais de doutrina entre os que a compunham. Tchernov, o dirigente SR de direita, foi eleito presidente por uma maioria substancial em relação a Spiridonova, SR de esquerda, que tinha apoio bolchevique. Bukharine, pelos bolcheviques, falou eloquentemente sobre as questões imediatas da revolução socialista:

A linha divisória que, neste momento, separa esta assembleia em ... dois campos irreconciliáveis, campos de princípio — esta linha divisória corre ao longo desta fronteira, pelo socialismo ou contra o socialismo.

³⁷ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918, n.º 14, art. 202.*

Tchernov, no seu discurso da presidência, tinha proclamado a «vontade de socialismo»:

Mas de que socialismo estava o cidadão Tchernov a falar? Do socialismo que virá dentro de duzentos anos, que será feito pelos nossos netos? Estava a falar deste socialismo? Nós falamos de um socialismo vivo, activo, criador, sobre o qual não queremos apenas falar, mas que queremos também realizar. E isso, camaradas, é o que se chama ser um socialista activo.

Steinberg, o porta-voz dos SRs de esquerda, que era Comissário do Povo para a Justiça no Sovnarkom, iludiu a questão de princípio, mas afirmou que tinha passado o momento de uma discussão sobre política (que era o que os SRs de direita propunham) e que a única função da assembleia, como «filha do povo», era «submeter-se à vontade do povo trabalhador exposta no programa do soviete de deputados operários e soldados». O discurso de Tsereteli, em nome dos mencheviques, colocou-se num alto plano de irrefutabilidade e consistência teóricas. Argumentou durante imenso tempo, como os mencheviques tinham argumentado ao longo de catorzè anos, contra as «tentativas anárquicas de introduzir uma economia socialista num país atrasado» e protestou que «a luta de classes dos trabalhadores pela libertação final» só podia ser conduzida em condições de «soberania popular baseada em sufrágio universal e igual»³⁸. A produção de discursos continuou sem desfalecimentos durante cerca de doze horas. Mas pouco do que se disse tinha qualquer relação com o mundo exterior. O duro desafio implícito na declaração do soviete foi ignorado; o mesmo aconteceu com a concentração do poder efectivo nas mãos do proletariado e do Governo Soviético. Não se sugeriu nem podia ter-se sugerido qualquer governo alternativo capaz de exercer o poder. Nestas circunstâncias, o debate não podia ter saída.

A meia-noite, a declaração bolchevique foi rejeitada por uma maioria de 237 contra 138, a favor de uma moção dos SRs de direita para se discutirem questões correntes de política. O debate continuou. Então, às primeiras horas da manhã, um bolchevique, Raskolnikov, anunciou que, em vista da

³⁸ *Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I. S. Malchevsky (1930, pp. 29-30, 34-5, 50-1).

«maioria contra-revolucionária» da assembleia, os bolcheviques abandoná-la-iam. Uma hora depois, os SRs de esquerda retiraram-se também. Então, o comité central do partido bolchevique, que tinha continuado reunido noutra parte do edificio, decidiu agir. O marinheiro que comandava a guarda militar, de nome Jeleznyakov, anunciou ao presidente da assembleia que tinha recebido instruções para encerrar a reunião «porque a guarda está fatigada»³⁹. Na confusão que se seguiu, foram lidos à assembleia e declarados aprovados uma resolução sobre a questão agrária e um apelo às potências aliadas a favor da paz. Foi característico da bancarrota da assembleia que ela não tivesse podido fazer mais que repetir em substância o que o Segundo Congresso Panrusso de Sovietes tinha feito a seguir à revolução, dez semanas antes. Depois, um pouco antes das cinco da manhã, a sessão foi suspensa por doze horas. Nunca voltou a reunir-se. Mais tarde, no mesmo dia, o VTsIK, depois de ouvir um discurso de duas horas de Lenine⁴⁰, decretou a sua dissolução formal. Impediu-se que voltasse a reunir pelo simples método de colocar uma guarda à porta do Palácio Tauride.

Marx, ao discutir o *coup d'état* de Luís Bonaparte de 2 de Dezembro de 1851, comentou, num passo famoso sobre o procedimento dos predecessores daquele:

Cromwell, quando dissolveu o Longo Parlamento, caminhou sozinho até ao seu centro, puxou do relógio para que a instituição não continuasse a existir um minuto para além do prazo que lhe tinha fixado e expulsou cada membro por si com invectivas joviais e jocosas. Napoleão, mais pequeno que o seu modelo, foi pelo menos ao órgão legislativo, no dezoito do Brumário, e, embora com voz trémula, leu-lhe a sentença de morte⁴¹.

Todos os períodos da história têm os seus próprios símbolos dramáticos. A dissolução da Assembleia Constituinte Panrusso por um marinheiro armado «porque a guarda está fatigada» é um deles. O gesto de desprezo mascarava um certo nervosismo em círculos bolcheviques quanto às possíveis consequências da sua acção despótica. Uma manifes-

³⁹ Ibid., p. 110. Parece que as instruções foram recebidas directamente de Lenine (ibid., p. 217).

⁴⁰ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 184-7.

⁴¹ Marx e Engels, *Sochineniya*, VIII, 398.

tação a favor da Assembleia Constituinte, no momento da sua reunião, tinha sido dispersa pelas tropas e várias pessoas, descritas diversamente como «manifestantes pacíficos» e «conspiradores armados», foram mortas⁴². Mas o acto de dissolução passou-se quase sem protestos e o veredicto de um membro de direita do soviete, que não simpatizava nem com os SRs nem com os bolcheviques, parece reflectir fielmente o estado de espírito dominante:

A impressão da 'injustiça' cometida pelos bolcheviques contra a Assembleia Constituinte era atenuada em grande parte pela insatisfação em relação à própria Assembleia Constituinte, pelo seu (como se dizia) «comportamento indigno» e pela timidez e fraqueza do seu presidente, Tchernov. A Assembleia Constituinte era mais acusada do que os bolcheviques que a dissolveram⁴³.

Era mais uma demonstração da falta de qualquer base sólida ou qualquer largo apoio popular na Rússia para as instituições e princípios da democracia burguesa.

Quando, por conseguinte, o Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes abriu, no Palácio Tauride, em 10/23 de Janeiro de 1918, achou-se herdeiro natural, embora autoconstituído, da Assembleia Constituinte, cuja dissolução formal imediatamente confirmou. Depois de se cantar *A Internacional*, tocou-se também *A Marselhesa* «como recordação histórica do caminho percorrido». O simbolismo é explicado pelo entusiástico compilador das actas oficiais do congresso: «*A Internacional* tinha conquistado *A Marselhesa*, tal como a revolução proletária deixa atrás de si a revolução burguesa»⁴⁴. A tarefa do congresso, como informou Sverdlov, seu presidente, no discurso de abertura, era «construir a nova vida do futuro e criar um poder panrusso»; tinha que «decidir se este poder há-de ter qualquer ligação com a ordem burguesa ou se a

⁴² *Pravda*, 6/19 de Janeiro de 1918. Segundo Sokolov, um membro SR da Assembleia Constituinte, a manifestação foi organizada pelos SRs e os manifestantes estavam desarmados; acrescenta que a população de Petrogrado ficou passiva: «não pudemos atirá-los contra o movimento bolchevique» (*Arkhiv Russkoi Revolyutsii*, Berlim, XIII (1924), 65-6).

⁴³ V. B. Stankevich, *Vospominaniya, 1914-1919* (Berlim, 1920), p. 302; a análise de Sokolov no relato citado na nota anterior é surpreendentemente semelhante.

⁴⁴ *Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 3.

ditadura dos operários e camponeses será afinal e irrevogavelmente constituída»⁴⁵. Lenine foi, como de costume, cauteloso na análise, mas firme na conclusão:

Quem compreendeu o significado da luta de classes, o significado da sabotagem organizada pelos funcionários, sabe que não podemos dar subitamente o salto para o socialismo... Não tenho ilusões sobre o facto de que apenas começámos o período de transição para o socialismo, de que não chegámos ainda ao socialismo. Mas agireis correctamente se disserdes que o nosso estado é uma república socialista de soviets⁴⁶.

Martov repetiu de novo o argumento menchevique:

A completa transformação socialista só é possível depois de um trabalho prolongado provocado pela necessidade de recriar toda uma organização política da sociedade, de fortalecer a posição económica do país e só depois disso passar à realização das palavras de ordem do socialismo⁴⁷.

Lenine, em resposta, traçou o rumo percorrido nos doze anos anteriores:

Os bolcheviques falavam da revolução democrático-burguesa em 1905. Mas agora, quando os soviets estão no poder, quando os operários, soldados e camponeses... disseram «tomaremos todo o poder e empreenderemos nós mesmos a construção de uma nova vida», num tal momento não pode haver questão de revolução democrático-burguesa. E isto já foi dito pelos bolcheviques, em congressos e reuniões e conferências, em resoluções e por uma decisão, em Abril do ano passado⁴⁸.

Politicamente, o argumento de Lenine dificilmente podia ser refutado. A Revolução de Outubro tinha resolvido a questão para bem ou para mal. Quer a revolução burguesa tivesse ou não sido completada, quer a altura estivesse ou não madura para a revolução proletária — e fossem quais fossem as consequências últimas se estas perguntas tivessem que ser respondidas negativamente — a revolução proletária tinha de facto ocorrido. Depois de Outubro de 1917, ninguém podia desfazer o que se tinha feito ou forçar a revolução a recuar para um molde democrático-burguês. O desenvolvimento político pare-

⁴⁵ Ibid., p. 5.

⁴⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 209, 212.

⁴⁷ *Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918, p. 35).

⁴⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 221.

cia ter-se adiantado ao desenvolvimento económico. Foi esta, na realidade, a conjectura que Lenine fez em vésperas de Outubro:

Graças à revolução, a Rússia alcançou em poucos meses os países avançados na sua organização *política*. Mas isto não é suficiente. A guerra é inexorável e põe a questão com implacável agudeza: ou perecer ou alcançar e ultrapassar os países avançados também *economicamente*⁴⁹.

Mas a hipótese de uma maturidade política subitamente adquirida violentava de certo modo tanto os factos como a doutrina marxista. O próprio Lenine não estava inconsciente da dificuldade porque, na sua retrospectiva da situação, no Outono de 1918, forneceu uma análise substancialmente diferente da exposta no Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Janeiro do mesmo ano:

Sim, a nossa revolução é uma revolução burguesa, *enquanto* marchamos *com* o campesinato *no seu conjunto*... Primeiro, com 'todo' o campesinato contra a monarquia, contra os proprietários de terras, contra o medievalismo (e, até aqui, a revolução permanece burguesa, democrático-burguesa). Depois, com o campesinato mais pobre, com o semi-proletariado, com todos os explorados *contra o capitalismo*, o que significa também contra os camponeses ricos, os *kulaks* e os especuladores; e, nesta medida, a revolução torna-se *socialista*⁵⁰.

E Lenine continuava, ressuscitando, depois de um longo intervalo, a ideia de Marx (embora não a expressão em si) da revolução «permanente» ou «ininterrupta»:

Tentar levantar uma Muralha da China artificial entre uma e outra, separar uma da outra por qualquer elemento *que não seja* o grau de preparação do proletariado e o grau da sua unidade com os pobres dos campos, é a maior perversão do marxismo, a sua vulgarização, a sua substituição pelo liberalismo⁵¹.

E estas dificuldades de análise também não eram puramente escolásticas. Reflectiam o dilema persistente de uma

⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 191.

⁵⁰ *Ibid.*, XXIII, 390-1. Em Março de 1919, Lenine datou a transição com mais precisão: «A nossa revolução, até à formação dos comités dos pobres, quer dizer, até ao Verão ou mesmo ao Outono de 1918, era, em larga medida, uma revolução burguesa» (*ibid.*, XXIV, 125).

⁵¹ *Ibid.*, XXIII, 391.

revolução socialista que lutava retrospectivamente para preencher o lugar vazio da democracia burguesa e do capitalismo burguês no esquema marxista.

Quando terminaram os debates no Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, o congresso adoptou a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, despojada dos dois últimos parágrafos, que se tinham tornado supérfluos; e, de acordo com a moção do Comissário do Povo para as Nacionalidades, Estaline, aprovou, com apenas 24 votos discordantes e 3 abstenções, num congresso de cerca de 900 delegados, uma resolução *Sobre as Instituições Federais da República Russa*, cujo primeiro parágrafo acrescentava uma nova pedra basilar à ordem soviética:

É criada a República Soviética Socialista Russa, com base na união voluntária dos povos da Rússia, na forma de uma federação das repúblicas soviéticas destes povos⁵².

A palavra «provisório», até então ligada oficialmente ao título do Governo Operário e Camponês, desapareceu. O congresso deu instruções ao VTsIK para preparar um projecto dos «princípios fundamentais da constituição da República Federal Russa» para ser submetido ao congresso seguinte.

⁵² *Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 82.

CAPÍTULO VI

A CONSTITUIÇÃO DA «RSFSR»

A decisão por parte do até então anónimo «Governo Operário e Camponês» de abandonar o seu estatuto provisório, de dar a si próprio uma designação tanto geográfica como ideológica e de redigir para si próprio uma constituição formal, marcou um momento decisivo simbólico na sua história. A nova constituição, mais que criar novas formas de governo, registava e regularizava as que estavam em vias de ser estabelecidas por iniciativa descoordenada, na sequência do levantamento revolucionário. Os debates na comissão redactora reflectiram os atritos de um processo natural de crescimento; e a mesma flexibilidade permitiu-lhe sobreviver, ao longo de uma série de ajustes e transformações, durante dezoito anos revolucionários. Seria, no entanto, fácil exagerar a sua importância aos olhos dos seus autores. O entusiasmo dos primeiros meses de revolução não tinha grande respeito por formas constitucionais. O período da redacção da constituição foi de graves e contínuas crises tanto na política económica como na internacional, que ameaçaram a existência do regime e deixaram pouco vagar para preocupações menores. Por último, a república para a qual se estava a projectar a constituição era ainda considerada pelos seus governantes como uma breve fase transitória no caminho para uma república ou federação de repúblicas de amplitude mundial. Pouco se esperava que a constituição durasse como instrumento de trabalho. O seu carácter e objectivos são talvez des-

critos da melhor maneira por uma expressão aplicada por um historiador moderno à constituição jacobina de 1793 — um «prospecto político»¹.

Nestas circunstâncias, não surpreende que os dirigentes principais não tomassem eles próprios parte pessoal no trabalho. A revisão do programa do partido, muito discutida nesta altura, embora não empreendida de facto senão um ano depois, ocupava muito mais a atenção dos círculos do partido. Pesquisar-se-ão em vão os abundantes discursos e escritos de Lenine destes meses em busca de qualquer referência à elaboração da constituição. Era o período da crise de Brest-Litovsk e da apressada transferência da capital de Petrogrado para Moscovo. Durante mais de dois meses, se exceptuarmos alguns esboços de constituição preparados nos comissariados dos Assuntos Internos e da Justiça e noutros sítios², não se fez nenhum progresso; e nada estava pronto para o Quarto Congresso Panrusso de Sovietes quando ele reuniu em Março. Então, em 1 de Abril de 1918, o VTsIK decidiu, após breve debate, criar uma comissão para redigir uma constituição. O presidente era Sverdlov, o factótum do partido e presidente do VTsIK, e os outros membros eram Estaline, o especialista do partido sobre a questão nacional e o único representante do Sovnarkom na comissão, Bukharine e Pokrovsky, ambos intelectuais do partido, Steklov, antigo indeciso entre os bolcheviques e os mencheviques, que tinha sido secretário do comité executivo do Soviete de Petrogrado depois da Revolução de Fevereiro e era agora director dos *Izvestiya*, e representantes dos comissariados dos Assuntos Internos, da Justiça, das Nacionalidades, da Guerra e da Economia Nacional³. A comissão trabalhou durante três meses e apresentou um texto com acordo geral. O resultado do seu trabalho foi publicado em 3 de Julho de 1918, o mesmo dia em que foi submetido para aprovação ao comité central do partido, como preliminar para a sua apresentação ao Quinto Congresso Panrusso de Sovietes.

¹ R. R. Palmer, *Twelve Who Ruled* (Princeton, 1941), p. 42.

² Vários destes esboços estão conservados em apêndices a G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923); Gurvitch era membro da comissão redactora e o seu livro é a fonte principal no que se refere à redacção da constituição.

³ *Protokoly Zasedanii VTsIK 4go Sozyva* (1920), pp. 4, 72-3. Não havia, a bem dizer, nenhum Comissariado da Economia Nacional; Bukharine representava o Conselho Supremo da Economia Nacional.

A constituição começa com princípios gerais. Os primeiros quatro capítulos repetiam textualmente a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado aprovada pelo Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes. O capítulo 5 enunciava uma série de «proposições gerais», que incluíam o carácter federal da república; a separação da igreja e do estado e do ensino e da igreja; liberdade de expressão, de opinião e reunião para os trabalhadores, assegurada pela colocação ao seu dispor dos meios técnicos de produzir jornais, panfletos e livros, bem como locais de reunião; a obrigação de todos os cidadãos de trabalhar, baseada no princípio «quem não trabalha não come»; a obrigação para todos os trabalhadores de cumprir o serviço militar em defesa da república; o direito de cidadania para todos os trabalhadores que vivessem em território russo e de asilo para estrangeiros perseguidos por crimes políticos ou religiosos; e a abolição de toda a discriminação por motivos de raça ou nacionalidade. A constituição voltava-se então para disposições práticas. Os capítulos 6 a 8 tratavam da organização no centro. O poder supremo era o Congresso Panrusso de Sovietes, composto por representantes dos soviets urbanos na base de um deputado para 25 000 votantes e dos soviets de província na base de um deputado para cada 125 000 habitantes. O Congresso Panrusso elegia o Comité Executivo Central Panrusso (VTsIK) de não mais de 200 membros, que exercia todos os poderes do congresso quando este não estava reunido. O VTsIK elegia o Conselho de Comissários do Povo (Sovnarkom), cuja função era a «administração geral dos assuntos da RSFSR», mas se estendia também à promulgação de «decretos, ordens e instruções». O nono capítulo definia as funções do Congresso Panrusso e do VTsIK, enquanto os capítulos 10 a 12 diziam respeito à organização dos congressos regionais, provinciais, de comarca e de distrito de soviets e à formação de soviets urbanos e de aldeias⁴. O capítulo 13 limitava os direitos políticos aos que «ganham a vida pela produção de trabalho socialmente útil», soldados e pessoas inválidas, excluindo

⁴ A tradução «soviets de aldeia» está consagrada pelo uso, mas pode ser seriamente enganadora, como se demonstra pela prescrição para «aldeias» de qualquer coisa desde 300 a «mais de 10 000 habitantes». Um *selo* é uma localidade rural habitada de área e população indefinidas.

especificamente as pessoas que empregam trabalho assalariado, que vivem de rendimentos, comerciantes privados, monges e padres e os funcionários e agentes da antiga polícia. Os restantes artigos ocupavam-se com questões rotineiras e de pormenor.

A elaboração de constituições é normalmente um campo de batalha de objectivos opostos e o produto acabado traz na face cicatrizes mais ou menos evidentes do conflito. A controvérsia subjacente à elaboração da primeira constituição da RFSSR assumiu três formas que frequentemente mal se distinguiam. Era um conflito entre os que procuravam um enfraquecimento e os que procuravam um fortalecimento do poder do estado; entre os que desejavam uma dispersão do poder e da iniciativa por autoridades locais e os que desejavam uma concentração da autoridade e da disciplina no centro; e entre os que procuravam tornar o federalismo efectivo e os que, fosse sob que forma fosse, procuravam estabelecer a república «una e indivisível». O primeiro grupo era composto em parte por SRs de esquerda, que representavam tradicionalmente estas tendências, mas não exclusivamente por eles; o seu porta-voz mais eficiente na comissão redactora era Reisner, representante do Commissariado do Povo da Justiça. As suas opiniões estavam, contudo, eivadas de um utopismo pouco prático, de forma que os realistas mais rígidos teriam provavelmente saído vitoriosos mesmo se não tivessem encontrado um argumento irrefutável na situação crítica de um regime revolucionário em luta e gravemente ameaçado. Mas o modelo de muita controvérsia política soviética subsequente foi estabelecido nos debates da comissão sobre o projecto da constituição.

A doutrina bolchevique do estado estava enredada numa contradição já inerente à doutrina marxista. Marx e Engels aceitavam plenamente a tradicional hostilidade socialista contra o estado opressivo, que culminava na crença de que o estado depereceria totalmente em condições de socialismo; ao mesmo tempo, reconheciam a necessidade de estabelecer uma poderosa máquina estatal para consumir e firmar a vitória da revolução através da ditadura do proletariado. Lenine, que, em vésperas da revolução, dedicou uma das suas obras mais qualificadas, com o título «O Estado e a Revolução», a uma análise da doutrina marxista do estado, enfrentou o dilema

encarando a ditadura do proletariado como um expediente temporário, necessário enquanto não tivessem ainda sido extirpados os restos do poder burguês, mas destinado, como qualquer outra forma de estado, a deperecer quando o objectivo final do comunismo fosse alcançado⁵. Os dirigentes bolcheviques podiam, assim, ao mesmo tempo que mantinham a tradição socialista profundamente enraizada de hostilidade contra o estado, defender como medida transitória esse fortalecimento do poder do estado, a necessidade soberana do qual se tornou cada vez mais evidente no sombrio Inverno de 1917-18 e no Verão ainda mais sombrio de 1918.

A desconfiança em relação ao estado e a oposição ao parlamentarismo burguês que estavam na base da teoria marxista impeliam muitos, mesmo dos bolcheviques, na direcção do sindicalismo; e os SRs de esquerda tinham marcadas inclinações sindicalistas. Enquanto a democracia burguesa fosse uma tradição viva, os bolcheviques e os sindicalistas podiam encontrar uma certa porção de terreno comum denunciando-a. Ambos consideravam o «cidadão» da democracia burguesa como uma abstracção atomizada e tratavam o homem essencialmente como membro de uma classe de produtores. Não foi, portanto, surpreendente que os ataques mais fortes à concepção de um estado soviético poderoso tivessem tido um carácter sindicalista. Na realidade, os próprios sovietes, que eram na sua origem organizações mais profissionais que territoriais, entregavam-se facilmente a esta tendência⁶. Um projecto de constituição emanado, em Janeiro de 1918, do Commissariado da Justiça era um exemplo puro de sindicalismo. Propunha uma república cujos membros constituintes seriam cinco federações de trabalhadores — «trabalhadores agrícolas, trabalhadores industriais, empregados de instituições comerciais, empregados do estado e empregados de pessoas privadas»⁷. Que isto não era uma mera extravagância, demonstra-o o discurso do porta-voz dos SRs de esquerda, Trutovsky, na reunião do VTsIK que designou

⁵ Ver Nota A: «A Teoria do Estado de Lenine», pp. mais à frente.

⁶ Lenine qualificou uma vez «a teoria de que a representação devia ser por indústrias» como «o germe do sistema soviético» (A. Ransome, *Six Weeks in Russia in 1919*, (1919), pp. 80-1). O princípio de «contrôle operário» na indústria promulgado nos primeiros meses do regime tinha também implicações sindicalistas potenciais.

⁷ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), pp. 102-7.

a comissão redactora. Trutovsky afirmou explicitamente que uma constituição era uma concepção burguesa, que o estado socialista só podia ser um «centro regulador das relações produtivas e económicas» e que a função da comissão era elaborar «não propriamente uma constituição, mas as relações mútuas que têm de existir entre órgãos diferentes do poder, tanto quanto podemos falar de poder sobre pessoas»⁸. Não se fez nenhuma votação sobre a questão de princípio no VTsIK; e Reisner continuou, ao longo de Abril de 1918, a sustentar estas ideias na comissão redactora:

É indispensável ter presente que a organização territorial e o federalismo territorial não podem servir de base para a solução de questões de estado numa república socialista. A nossa federação não é uma aliança de governos ou estados territoriais, mas uma federação de organizações sócio-económicas. Está fundada, não em fetiches territoriais do poder do estado, mas nos interesses reais das classes trabalhadoras da república russa⁹.

No debate final sobre a constituição, no Quinto Congresso Panrusso de Sovietes, um orador quis pôr de parte os termos «federação» e «república» por saberem à velha concepção abandonada do estado e chamar à nova entidade «Comuna dos Trabalhadores de Todas as Rússias»¹⁰.

Estas aberrações sindicalistas levaram à intervenção de Estaline, que apresentou um conjunto de teses à comissão redactora e obteve a sua adopção por voto maioritário como base de trabalho. Continham uma advertência de que «o plano da constituição agora a ser elaborado pela comissão tem que ser temporário, visto que é projectado para o período de transição da ordem burguesa para a socialista», e de que ele tinha, portanto, que tomar em conta «as questões da ditadura do proletariado e do campesinato pobre, da organização do poder como expressão desta ditadura, etc. — questões que não têm qualquer relação com uma ordem estabelecida onde não haverá classes nem instrumentos de poder»¹¹. O depercimento do estado permanecia como ideal último. Mas, no período intermédio, a forma de estado da

⁸ *Protokoly Zasedanii VTsIK 4 go Sozyva* (1920), pp. 70-2.

⁹ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), p. 142.

¹⁰ *Pyatyi Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1918), p. 193.

¹¹ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), pp. 33, 146-7; estas teses não estão incluídas nas obras completas de Estaline.

República Socialista Soviética tinha que se conformar com um padrão de soberania territorial habitual no mundo capitalista. O artigo 9 da constituição acabada combinava habilmente um reconhecimento do carácter transitório do poder de estado soviético com uma advertência de que, enquanto durasse, tinha que ser forte:

O principal objectivo da constituição da RSFSR, que se destina ao presente período de transição, consiste no estabelecimento da ditadura do proletariado urbano e rural e do camponato mais pobre na forma de um forte poder soviético panrusso, com o fim de esmagar completamente a burguesia, abolir a exploração do homem pelo homem e instaurar o socialismo, sob o qual não haverá nem divisão em classes nem poder de estado.

Como, no entanto, «a instauração do socialismo» só podia conceber-se como acontecimento internacional, a federação russa era apenas a primeira unidade de uma federação mundial final de repúblicas socialistas¹². Neste sentido, também, marcava um «período de transição».

O conflito subjacente entre a concepção de um estado em transição para a sua própria desapareição final e uma ditadura do proletariado suficientemente forte para esmagar a oposição burguesa reflectia-se também na luta entre governo autónomo local e centralização. A peculiaridade da estrutura soviética consistia no facto de que estava edificada em volta de sovietes que tinham já tomado forma e adquirido um certo grau de organização antes do poder de estado. Acentuou-se muitas vezes que a constituição apenas registava formas espontaneamente desenvolvidas pelas próprias massas. Nas palavras do *rapporteur* ao Quinto Congresso Panrusso de Sovietes, ela «foi realizada na prática muito antes de ter sido escrita no papel»¹³. Os sovietes eram inicialmente, e,

¹² Era, assim, lógico que a constituição alargasse os direitos de cidadania «aos estrangeiros que trabalham no território da RSFSR, desde que pertençam à classe operária ou ao camponato que não emprega trabalho assalariado» (art. 20). Esta cláusula teve origem num decreto do VTsIK destinado principalmente a beneficiar prisioneiros de guerra alemães e austro-húngaros (*Protokoly Zasedanii VTsIK 4go Sozyva* (1920), pp. 62-6).

¹³ *Pyaty Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 190.

em parte, permaneceram sempre, assembleias flexíveis e informais sem funções claramente definidas. Os sovietes de aldeia, criados sem regras fixas ou uniformes¹⁴, combinavam-se para formar congressos de sovietes de distrito rural (*volost*) e estes, por sua vez, para formar congressos de sovietes de comarca (*uezd*)¹⁵; os congressos de comarca combinavam-se com sovietes de cidade, criados numa fase diferente e predominantemente profissional, para formar congressos de sovietes provinciais; e estes, por sua vez, combinavam-se para formar congressos regionais (*oblast'*)¹⁶. O Congresso Panrusso de Sovietes compunha-se de delegados, quer de congressos provinciais, quer de regionais, e dos sovietes das cidades maiores, que estavam além dos escalões mais baixos do sistema de congressos. O soviete local, urbano ou rural, era a fonte suposta de poder, sendo os congressos de sovietes, a diferentes níveis, e o congresso panrusso de sovietes, no topo, emanações dele. Lenine considerava precisamente a informalidade do sistema como a sua principal recomendação:

Todas as formalidades e limitações burocráticas desaparecem das eleições e as próprias massas determinam a ordenação e a regulação temporal das eleições com livre direito de demissão dos eleitos¹⁷.

Os sovietes constituíam, como a Comuna de Paris, uma «nova espécie de estado», livre das características odiosas do velho estado burocrático e destinado a substituí-lo. «Todo o poder no local», rezava a proclamação do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes, no momento da revolução, «passa para

¹⁴ Os sovietes mais pequenos eram exemplos de «democracia directa», quer dizer, órgãos compostos por todos os cidadãos (ou, no caso de sovietes de fábrica, por todos os operários da fábrica); os sovietes maiores consistiam em delegados eleitos pelos cidadãos ou operários para os representarem e, nos primeiros tempos, distinguíam-se às vezes dos sovietes puros e simples pelo uso do termo «Sovdepi» (soviete de deputados). Entre os russos «brancos» «Sovdepi» era a alcunha corrente do território da república soviética.

¹⁵ Uma emenda votada pelo Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes em Dezembro de 1919, determinou que os congressos de comarca de sovietes fossem compostos por delegados tanto dos sovietes de cidade como dos sovietes rurais da comarca (*S' 'ezdy RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), p. 149).

¹⁶ O *oblast'* era um estádio facultativo e não geral da organização (*Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 99, art. 1019).

¹⁷ Lenine, *Sochineniya*, XXII, 645.

os sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, que têm que assegurar a verdadeira ordem revolucionária»¹⁸.

Esta concepção idealizada da autoridade não sobreviveu ao teste da experiência. Precisamente a espontaneidade do movimento que tinha criado sovietes nas fábricas e aldeias por todo o país significava que os seus actos independentes eram irregulares, descoordenados e disruptivos da administração ordenada. Depois da Revolução de Outubro, fez-se uma tentativa, num decreto do Commissariado do Povo dos Assuntos Internos, para definir a posição dos sovietes locais na nova ordem:

Localmente, os sovietes são os órgãos da administração, os órgãos do poder local; têm que pôr sob o seu controle todas as instituições de carácter administrativo, económico, financeiro e cultural-educativo...

Todas estas organizações, até à mais pequena, são completamente autónomas em questões de carácter local, mas conformam a sua actividade com os decretos e resoluções gerais do poder central e com as resoluções das organizações soviéticas mais amplas em cuja composição entram. Cria-se, assim, um organismo coerente da república dos sovietes, uniforme em todas as suas partes¹⁹.

Mas era mais fácil, nas primeiras semanas da revolução, emitir tais decretos que assegurar o seu cumprimento. Na primeira metade de 1918, quando a constituição da RSFSR estava em elaboração, eram manifestos em toda a Rússia sinais de um colapso e dispersão gerais da autoridade. O próprio Lenine podia pretender aclarar o que acontecia quando «algum soviete local implanta uma república independente» e chamar a isto «doença de crescimento» e «fenómeno perfeitamente natural da transição da Rússia czarista para a Rússia das organizações soviéticas unidas»²⁰. Mas não era possível ignorar seriamente a necessidade de restaurar qualquer tipo de autoridade central efectiva, se o país queria sobreviver às dificuldades que se aglomeravam sobre ele de todos os lados.

As condições do momento, por conseguinte, favoreciam os que argumentavam na comissão redactora a favor da causa da centralização. O debate inicial girou à volta da questão de se se começaria por definir os poderes dos sovie-

¹⁸ Ibid., XXII, p. 11.

¹⁹ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 12, art. 79.

²⁰ Lenin, *Sochineniya*, XXIII, 19.

tes locais ou os dos órgãos centrais. Diz-se que Estaline desviou a discussão — não se sabe bem como — invocando o princípio federal²¹. Uma antítese verbal significativa entre o artigo 10 e o artigo 1 da constituição na versão definitiva pode reflectir a veemência do debate. Segundo um, «toda a autoridade no território da RSFSR cabe a toda a população trabalhadora organizada em sovietes urbanos e rurais»; segundo o outro, «toda a autoridade no território da RSFSR cabe ao congresso panrusso de sovietes e, no espaço de tempo entre congressos, ao VTsIK». Mas a mesma antítese formal entre a proveniência da autoridade de baixo e o exercício da autoridade a partir de cima está implícita em qualquer constituição que pretenda assentar numa base de soberania popular e o texto da constituição não deixava lugar a dúvidas. De acordo com a instrução do Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, os «assuntos locais» seriam «decididos exclusivamente pelos sovietes locais» e ficaria para as autoridades centrais o controle da execução dos «princípios fundamentais da federação», bem como de «medidas de importância nacional». O modo como esta instrução foi executada no texto final foi decisivo. Compôs-se uma enumeração longa e completa de dezassete «questões de importância nacional» que caíam dentro da competência do Congresso Panrusso de Sovietes e do VTsIK, de forma a ser mais ilustrativa que exaustiva, seguida pela cláusula precatória de que, «além das questões atrás mencionadas, o Congresso Panrusso de Sovietes e o VTsIK podem decidir sobre qualquer outro assunto que considerem dentro da sua jurisdição»²². Esta cláusula era na

²¹ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), pp. 22-5.

²² Segundo G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), p. 76, «o carácter ilustrativo e secundário da enumeração era plenamente reconhecido pelos seus autores». A enumeração estava expressa em termos que não aspiravam a significado legal preciso: competia às autoridades centrais estabelecer os «princípios gerais» da política agrária e da educação, os «fundamentos» do sistema judicial e as «leis fundamentais» do trabalho e da cidadania. A dificuldade para os comentadores ocidentais resulta da tentativa de enquadrar estas disposições num esquema de ideias que lhes é totalmente estranho. A questão foi bem posta num estudo inglês sobre o governo local de Moscovo: «O princípio geral que se aplica a todas as autoridades governativas da União Soviética é que não se põe nenhuma limitação específica aos seus poderes. Não há nada que corresponda à doutrina inglesa de *ultra vires* nem é necessária uma autorização expressa de algum texto legal ou órgão soberano para permitir que se empreenda

constituição o que mais se parecia com uma atribuição de poderes residuais.

Um capítulo posterior da constituição definia em termos gerais as funções dos sovietes locais e dos congressos de sovietes regionais, provinciais, de comarca e de distrito, com os seus comités executivos. Eram elas:

- a) Levar a efeito todas as resoluções dos órgãos superiores correspondentes do poder soviético;
- b) tomar todas as medidas para melhorar o território em questão cultural e economicamente;
- c) resolução de todas as questões de alcance puramente local;
- d) a unificação de toda a actividade soviética no território em questão.

O fim da última disposição era encorajar os sovietes a absorverem os órgãos-revolucionários de governo local e a transformarem-se eles próprios em órgãos de governo local do tipo normal. O capítulo da constituição referente ao orçamento, que foi tema de controvérsia entre os Comissariados do Povo dos Assuntos Internos e das Finanças, contribuiu para o mesmo resultado. Um decreto aprovado enquanto a comissão redactora estava ainda a trabalhar proibia aos sovietes locais lançar impostos sobre órgãos locais dos comissariados centrais que servissem necessidades gerais do estado²³. A constituição reconhecia o direito dos sovietes locais a lançar «impostos e contribuições exclusivamente para as necessidades da economia local». Mas todas as receitas e despesas locais eram postas sob contróle central directo ou indirecto, sendo os orçamentos dos sovietes menores revistos pelos sovietes provinciais ou regionais ou pelos seus comités executivos, os orçamentos dos sovietes urbanos, provinciais e regionais, pelo Congresso Panrusso de Sovietes ou pelo VTsIK. O governo central gozava do que era efectivamente um monopólio das finanças e a concessão de créditos e subsídios era um meio poderoso de colocar os sovietes

uma acção. Por outro lado, todos os sovietes ou outros órgãos estão sujeitos ao controle máximo das autoridades superiores, não havendo autonomia absoluta seja em que esfera for... O soviete de cidade tem poderes muito mais extensos que qualquer municipalidade inglesa, mas, ao mesmo tempo, não possui uma autonomia absoluta nem uma liberdade de acção sem entraves relativamente a qualquer delas (E. D. Simon, etc., *Moscow in the Making* (1937), p. 36).

²³ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 31, art. 408.

locais sob a autoridade fiscalizadora do Commissariado do Povo dos Assuntos Internos²⁴.

Os soviets estavam, assim, firmemente assentes nos seus lugares na estrutura constitucional. Por um lado, eram a fonte formal de autoridade e os colégios eleitorais pelos quais, através de vários estádios intermédios, eram escolhidos os delegados ao supremo Congresso Panrusso de Soviets. Por outro lado, eram órgãos de governo local que gozavam de uma ampla medida de iniciativa local, mas sujeitos em todas as suas funções a um controle último, através dos mesmos órgãos intermédios de autoridade do governo central. Foi este segundo e novo aspecto da sua situação que causou, a princípio, alguns problemas. Em Junho de 1918, a interpretação da palavra de ordem «todo o poder aos soviets» como significando «todo o poder aos soviets locais» foi declarada «nociva» e «uma coisa do passado» por um comentador com autoridade²⁵. Mas a indisciplina dos soviets locais custou a morrer. Seis meses depois, era ainda necessário exortá-los a «executar sem hesitação e com estrita exactidão todas as decisões e ordens das autoridades centrais»²⁶.

A terceira questão — entre o estado federal e o unitário — não foi levantada explicitamente nos debates sobre a cons-

²⁴ Isto é explicitamente afirmado por um autor oficial, em *Pyat' Let Vlasti Sovetov* (1922), p. 262. As informações sobre o verdadeiro funcionamento dos soviets locais e congressos de soviets são escassas no que respeita aos primeiros anos da revolução. A melhor fonte é M. Vladimírsky, *Sovety, Ispolkomy i S' ezdy Sovetov* (I, 1920, II, 1921), baseado no material do Commissariado do Povo dos Assuntos Internos. Ela mostra que os congressos de soviets provinciais e de comarca, bem como os seus comités executivos, reuniram regularmente e funcionaram da forma prevista na constituição, embora com algumas irregularidades de composição e actuação, mas que os congressos de soviets regionais e de distrito (o grau mais elevado e o mais baixo, respectivamente) estavam já a cair em desuso. Por outras palavras, a experiência prática aliviou rapidamente a incómoda estrutura constitucional despreendendo os suportes supérfluos. Pouco se sabe do funcionamento dos soviets «de aldeia» locais. Parece que se encontram mais informações numa obra posterior, *Sovety y Epokhu Voennogo Kommunizma*, ed. V. P. Antonov-Saratovsky (1928), que não tive à minha disposição.

²⁵ *Sovetskoe Pravo*, n.º 3 (9), 1924, p. 29.

²⁶ Resolução do Conselho de Defesa dos Operários e Camponeses citada em R. Labry, *Une Législation Communiste* (1920), p. 22.

tituição, mas estava implícita em discussões sobre a interpretação a dar ao termo «federal» no nome da RSFSR. As palavras «federal» e «federação», embora tenham um significado preciso na lei constitucional, são politicamente de cor neutra. Na Revolução Americana, os federalistas eram os que eram a favor da união e de uma autoridade central forte: na Revolução Francesa, eram os girondinos, que defendiam uma dispersão da autoridade e se opunham à política de centralização jacobina²⁷. Foi a tradição da Revolução Francesa que influenciou as ideias socialistas sobre a «federação» do século dezanove. Na sua alocução de 1850 à Liga Comunista, Marx tinha escrito que, enquanto os democratas burgueses alemães apoiavam a federação e procuravam enfraquecer o poder central fortalecendo a independência das regiões, «os trabalhadores têm de usar a sua influência não só a favor da república alemã una e indivisível, mas a favor de uma decisiva centralização da força dentro dela nas mãos do poder do estado»²⁸. Engels, mesmo no fim da vida, atacando o sistema de «estados insignificantes» sob as constituições federais da Alemanha e da Suíça, sustentava que «o proletariado não pode fazer uso senão da forma da república una e indivisível»²⁹. Por outro lado, Proudhon e os anarquistas, invocando o outro aspecto da tradição revolucionária francesa, usavam livremente as palavras «federal» e «federação» sem precisão constitucional, mas com um forte sabor de aprovação emocional, para indicar uma associação voluntária e flexível de unidades locais — a antítese do estado forte e centralizado. A situação complicou-se com o facto de que os comunardos de 1871, que, sendo pela maior parte mais proudhonistas que marxistas, tinham considerado a «federação» como a forma de união entre comunas livres e sido conhecidos popularmente como «*les fédérés*», também receberam a benção de Marx:

²⁷ H. Hintze, *Staatseinheit und Föderalismus im alten Frankreich und in der Revolution* (1928) é uma exposição erudita do conflito contínuo entre «federalismo» e a concepção da «nação una e indivisível» em fases sucessivas da Revolução Francesa; a vitória da centralização deveu-se, não a preferências ideológicas, mas a pressões militares e económicas. Surgem por si mesmos paralelos interessantes com a Revolução Russa.

²⁸ Marx e Engels, *Sochineniya*, VIII, 487.

²⁹ *Ibid.*, XVI, ii, 109-10.

A comuna seria a forma política da aldeia mais pequena... As comunas rurais de cada distrito administrariam os seus assuntos comuns por meio de uma assembleia de delegados na cidade central e estas assembleias de distrito mandariam representantes à «delegação nacional» em Paris... As poucas, mas importantes, funções que ficariam para o governo central... seriam endossadas a funcionários comunais, quer dizer, estritamente responsáveis.

Este projecto, que serviu de modelo aos soviets russos, ajustava-se razoavelmente à concepção de governo autónomo local e de democracia directa como antídoto para um executivo burocrático e tirânico. Mas o contexto tornava claro que Marx estava a pensar aqui em termos do deprecimento do estado. A questão não era desmembrar uma grande nação numa «federação de pequenos estados como tinham sonhado Montesquieu e os girondinos»; pelo contrário, a unidade da nação «tornar-se-ia uma realidade pela destruição do poder do estado»³⁰.

As objecções marxistas ao federalismo foram herdadas por Lenine e pelos bolcheviques e reforçadas pela longa luta com o Bund judeu que, seguindo o precedente da social-democracia austríaca, queria introduzir o princípio federal na organização do partido. Mesmo mais tarde, quando os preconceitos contra uma constituição federal para o estado tinham sido vencidos, o bolchevismo nunca vacilou na sua insistência num partido comunista russo unitário e centralizado. Mas, de início, as objecções ao federalismo foram tão rigidamente mantidas na organização do estado como na do partido. Em 1903, Lenine censurou sociais-democratas arménios por advogarem uma república federal russa³¹. Em 1913, observou que «os marxistas são, é claro, hostis à federação e à descentralização» (não traçava, evidentemente, uma distinção clara entre elas) pela razão de que «o capitalismo exige para o seu desenvolvimento estados tão vastos e altamente centralizados quanto possível»³²; e, uma carta do mesmo ano, declarou-se «contra a federação, em princípio», acrescentando que ela «enfraquece o laço económico e é uma forma imprópria para um único estado»³³. O argumento não era constitucional, mas prático. A federação significava descentraliza-

³⁰ Marx i Engels, *Sochineniya*, XIII, ii, 314.

³¹ Lenin, *Sochineniya*, V, 242-3.

³² *Ibid.*, XVII, 154.

³³ *Ibid.*, XVII, 90.

ção; o estado unitário era louvado como instrumento de centralização.

Como outros princípios políticos, a oposição à federação nunca foi para Lenine uma regra absoluta. Tinha, por exemplo, que ser confrontada com o princípio da autodeterminação nacional.

Somos incondicionalmente, *sendo iguais as outras condições*, a favor da centralização e contra o ideal burguês de relações federais (escrevia Lenine, em Dezembro de 1914). Não obstante, mesmo neste caso... não é da nossa conta, nem da conta dos democratas (para não falar dos socialistas) ajudar Romanov-Bohrinsky-Purichkevitch a estrangular a Ucrânia, etc.³⁴.

A tradição do partido continuou, contudo, a pesar fortemente contra a federação. Estaline, num artigo de Março de 1917, *Contra o Federalismo*, declarava que a tendência era, em toda a parte, para a centralização.

Está agora claro (concluía ele) que o federalismo não resolve nem pode resolver na Rússia a questão nacional, que ele apenas a confunde e complica com ambições quixotescas de fazer andar para trás a roda da história³⁵.

A ortodoxia do partido só se modificou com a vitória da revolução. Em primeiro lugar, o sistema soviético, que pretendia seguir o precedente da Comuna de Paris e se baseava declaradamente na organização voluntária de órgãos locais para constituir uma autoridade central, era a própria essência do que os autores socialistas do século dezanove tinham entendido por federalismo. Em segundo lugar, a federação era o único conceito político que podia ser invocado para satisfazer as aspirações das antigas nações dependentes do império czarista e, ao mesmo tempo, mantê-las numa estrutura soviética; uma vez proclamado o direito à autodeterminação nacional, o federalismo tornava-se um corolário — ou antídoto — indispensável. O ponto decisivo coincidiu com *O Estado e a Revolução* de Lenine, escrito na véspera da Revolução de Outubro. Engels, na crítica ao programa de Erfurt, em que se tinha declarado tão sem cerimónia a favor da «república una e indivisível», tinha, não obstante, admi-

³⁴ Ibid., CVIII, 82.

³⁵ Stalin, *Sochineniya*, III, 27; Estaline repudiou mais tarde este ponto de vista (ibid., III, 28-31).

tido que, «na Inglaterra, onde quatro nações vivem em duas ilhas», a federação seria «um passo em frente». Lenine, citando este passo, qualificou a federação como «uma excepção e um entrave ao desenvolvimento» que pode, apesar disso, ser «um 'passo em frente', em certas condições especiais». E, «entre estas condições especiais, a questão nacional aparece em lugar de evidência»³⁶. Mas a discussão que se seguia tornava claro que a questão do estado federal era ainda para Lenine uma questão, não de forma constitucional, mas de centralização ou descentralização do poder; e era significativo que esta conversão condicional à federação ocorresse numa obra em que ele se ocupava largamente do deprecimento do estado.

Era este o pano de fundo dos aspectos federais da elaboração da constituição soviética. A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, redigida pelo VTsIK e apresentada à guisa de ultimato à Assembleia Constituinte, proclamava a República Soviética Russa como «uma federação de repúblicas soviéticas nacionais»; e, depois da dissolução da Assembleia Constituinte, o Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes deu instruções ao VTsIK para elaborar «os princípios fundamentais da constituição da República Federal Russa». O uso do termo devia-se sem dúvida em parte ao seu atractivo popular. Encorajou até fantasias sindicalistas de uma «federação de organizações sócio-económicas»³⁷. Mas a posição foi clarificada numa declaração de Estaline que foi publicada no *Pravda*, em 3 de Abril de 1918, enquanto a comissão redactora estava em actividade. A federação soviética não representava, como as federações suíça ou americana, uma união de territórios divididos apenas pelo contorno geográfico ou por acidente histórico; era «uma união de territórios historicamente distintos, diferenciados por uma forma de vida especial, bem como pela sua composição nacional». Ao passo que, além disso, a federação burguesa era «um estádio transitório da independência para a unificação imperialista», a federação soviética representava uma transição, a ser efectuada «com o decorrer do tempo», da «unificação forçada» sob os czares para «a união voluntária e fraterna das massas trabalhadoras de todas as nações e povos da Rússia».

³⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 419.

³⁷ Ver atrás, p. 150.

O fim último era «o futuro unitarismo socialista»³⁸. Por proposta de Estaline, a comissão redactora adoptou uma resolução em termos semelhantes como base do seu trabalho³⁹. O que sobressaía claramente era a ideia de federação, não como um bem em si (isso teria estado demasiado em desacordo com a doutrina estabelecida do partido), mas como uma fase transitória conveniente, tornada necessária pelas condições especiais da questão nacional na Rússia, para algo de melhor. Esta ideia foi confirmada pelo programa do partido, adoptado um ano depois, que definia «uma união federal de estados organizados segundo o modelo soviético» como «uma das formas transitórias para a unidade completa»⁴⁰.

Estas incertezas reflectiam-se no facto curioso de que, embora se fizesse referência à RSFSR como uma federação e embora a palavra «federal» aparecesse no seu nome e nos capítulos iniciais da constituição dedicados a princípios gerais, a palavra não aparecia em parte alguma no corpo da constituição. O alcance e composição da federação, bem como muito do seu mecanismo constitucional, não eram definidos. Isto explicava-se facilmente pelas condições precárias em que a constituição foi elaborada. Na Primavera e princípios do Verão de 1918, os exércitos alemães ocupavam as antigas províncias bálticas, a maior parte da Rússia Branca e toda a Ucrânia e tinham penetrado até no norte do Cáucaso e na Transcaucásia, onde Baku resistia como ilhéu solitário do poder bolchevique. Um Turquestão bolchevique estava isolado de todas as comunicações com a Europa. A Sibéria, onde a autoridade bolchevique parecia, a certa altura, estar a consolidar-se lentamente, foi completamente separada, depois de Maio de 1918, pela revolta das legiões checas, que levou também à formação de um governo anti-bolchevique no Volga. Nestas circunstâncias, quase tudo permanecia necessariamente provisório na constituição. A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado tinha deixado

aos operários e camponeses de cada nacionalidade o direito de tomar uma decisão independente, no seu próprio congresso plenipotenciário de sovietes, sobre se desejam participar no

³⁸ Stalin, *Sochiveniya*, IV, 66-73.

³⁹ *Ibid.*, IV, 79-80; a redacção original de Estaline está preservada em G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), pp. 147-8.

⁴⁰ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 287.

governo federal e noutras instituições soviéticas e, em caso afirmativo, em que base.

A resolução do Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes sobre a elaboração da constituição estipulava que «a ordem e participação de repúblicas individuais e regiões separadas no governo federal» deveria ser determinada quando as repúblicas e regiões viessem a constituir-se. Mas isto não tinha ainda acontecido e uma constituição não podia ser elaborada adequadamente para uma federação de unidades indeterminadas ou inexistentes. O que se criou de facto em 1918 foi uma república russa de extensão territorial indefinida. Arranjou-se espaço nas disposições gerais da constituição para a incorporação nelas de «regiões autónomas»; e estabeleceu-se no Artigo 11 da constituição que os órgãos mais elevados de uma região autónoma, o seu congresso de soviets e comité executivo, teriam a mesma categoria e estatuto do congresso regional de soviets e do comité executivo de qualquer outra região, russa ou não-russa, da RSFSR. Por outras palavras, a federação era tratada na constituição, como nos primeiros escritos de Lenine e Estaline, como equivalente a descentralização. Era mais uma questão de organização administrativa que do carácter essencial da constituição. A resolução do partido de 1913 sobre a questão nacional não tinha sabido distinguir entre «ampla autonomia regional» e «governo autónomo local democrático»⁴¹; supunha-se ainda, no pensamento bolchevique, a identidade de ambas as coisas. Do mecanismo especificamente federal, enquanto distinto da divisão de poderes entre órgãos centrais e locais de governo, a constituição de 1918 não continha o mínimo vestígio. Estas disposições podem ter sido suficientemente bem esboçadas para assegurar um grau razoável de governo autónomo local a grupos nacionais sem pôr em perigo a unidade essencial da RSFSR. Mas não eram federais num sentido constitucional.

A questão do carácter federal da constituição da RSFSR ilustrou a natureza do abismo entre as teorias que lhe estavam subjacentes e as que inspiravam as constituições de estados ou federações burgueses. A própria noção de acto constitucional implicava no pensamento ocidental uma lei

⁴¹ Ibid., I, 211.

à qual o próprio estado estava sujeito; esta concepção era incompatível com uma doutrina que considerava a lei criação do estado. A maioria das constituições do mundo ocidental tinha-se baseado na suposição de que o poder do estado era uma coisa que necessitava de ser limitada e circunscrita por textos legais para impedir abusos. Arrancavam-se constituições a monarcas relutantes; formavam-se federações por parte de unidades decididas a permitir as menores usurpações possíveis da sua autoridade pelo governo federal. Nas constituições burguesas, essas limitações podiam reconhecidamente ter algum valor, por proporcionarem aos trabalhadores uma certa protecção contra o estado burguês. Mas nenhuns compromissos dessa ordem tinham qualquer lugar na constituição soviética. Nas palavras de Estaline, «ela nasceu não como resultado de um acordo com a burguesia, mas como resultado de uma revolução vitoriosa»⁴². Era a expressão, não de qualquer equilíbrio ou contrato entre forças em conflito, mas da ditadura do proletariado. O carácter absoluto da teoria bolchevique estava representado na expressão «a autocracia do povo» — uma espécie de paródia ao título de «autocrata» (*samoderzhavets*) do czar — que figurava bem à vista no programa do partido de 1903 e foi muito tempo corrente em círculos do partido. Todos os estados e todos os governos eram instrumento da supremacia de uma classe dominante. A ditadura do proletariado, como todas as outras formas de estado, era, segundo a expressão de Lenine, «um tipo especial de moca, nada mais»; o seu fim era abater e esmagar as classes exploradoras. Daqui resultava que os poderes conferidos a este estado pela constituição eram, em essência, ilimitados, indivisos e absolutos.

Deduzia-se desta ideia que a constituição soviética não envolvia nenhum reconhecimento de «salvaguardas constitucionais» ou de direitos de cidadãos individuais frente ao estado. A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado não era uma declaração de direitos no sentido convencional; era uma proclamação de uma política social e económica. Isto era perfeitamente lógico. O marxismo rejeitava a ideia burguesa de que a liberdade do individuo só podia ser garantida pela não-intervenção do estado nas suas actividades; uma liberdade dessas, em condições de domínio

⁴² Stalin, *Sochineniya*, VII, 70.

de classe, permanecia formal e sem efeito. Para dar verdadeira liberdade aos trabalhadores, era necessária uma acção positiva. Assim, sob a constituição da RSFSR, assegurava-se liberdade de consciência aos trabalhadores pela separação da igreja e do estado e do ensino e da igreja; a liberdade de expressão, assegurando aos trabalhadores «todos os meios técnicos e materiais para a publicação de jornais, panfletos, livros e todas as obras impressas de outra espécie» e para a sua distribuição por todo o país; liberdade de reunião, pondo à disposição dos trabalhadores «todos os locais apropriados para realizar reuniões populares, com equipamento, iluminação e aquecimento»; acesso ao saber, por meio de «educação completa, universal e gratuita». A liberdade do trabalhador devia ser afirmada, não contra o estado, mas através da acção do estado. O que a constituição proporcionava era a promessa e garantia desta acção. A noção de uma antítese entre indivíduos e estado era a suposição natural de uma sociedade de classes. O interesse do trabalhador individual era o interesse da classe trabalhadora no seu conjunto; teria sido ilógico e incongruente colocá-lo em oposição ao estado operário.

O resultado era também que a constituição não reconhecia nenhuma igualdade formal de direitos. Não existia tal tradição na prática constitucional russa. Os súbditos do czar tinham sido divididos em cinco «estados» legalmente estabelecidos, cada um dos quais gozava de estatuto legal diferente⁴³. Um decreto de 10/23 de Novembro de 1917 aboliu estas distinções e criou uma única categoria legal de cidadãos⁴⁴. Mas, enquanto existissem de facto classes económicas, a igualdade entre membros individuais de classes desiguais, tal como era reconhecida nas constituições democrático-burguesas, continuava, segundo a doutrina bolchevique, a ser essencialmente fictícia. A igualdade entre indivíduos só se podia tornar real na sociedade sem classes. O fim da ditadura do proletariado não era estabelecer a igualdade

⁴³ Estes «estados» (a palavra russa *soslovie* não pode traduzir-se adequadamente por «casta», «classe» ou «corporação», pois partilha do carácter de todas três) eram 1) «alta nobreza» ou «pequena nobreza», 2) clero, 3) comerciantes, 4) pequena burguesia (lojistas, empregados, artesãos, 5) campesinato, incluindo os que trabalhavam como operários não-especializados em cidades e fábricas. O proletariado urbano como tal não tinha existência legal.

⁴⁴ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 3, art. 31.

formal entre membros individuais da burguesia e das classes trabalhadoras, mas destruir a burguesia como classe. Os sovietes, que eram a encarnação dessa ditadura, eram órgãos de classe dos operários e camponeses. Só eram recrutados para o Exército Vermelho operários e camponeses. Os direitos conferidos pela constituição eram, assim, logicamente conferidos aos «trabalhadores» ou à «classe operária e campesina pobre» — e apenas a eles. A proclamação de «princípios gerais» justificava especificamente a discriminação:

No interesse geral da classe operária, a RSFSR priva indivíduos ou grupos separados de quaisquer privilégios que possam ser usados por eles em detrimento da revolução socialista.

A partir desta altura, não se concedia validade a princípios da democracia burguesa como «um homem, um voto» e o direito de voto «deixa de ser um direito e transforma-se numa função social dos eleitores»⁴⁵. A constituição da RSFSR excluía do direito de voto «os que empregam outros com fins de lucro», «os que vivem de rendimento não resultante do seu próprio trabalho», «negociantes privados» e «monges e padres», bem como criminosos e doentes mentais. A decisão de não excluir indivíduos com profissões liberais e intelectuais do direito a voto foi muito contestada e inspirava-se, como observa um comentador, «não em considerações da chamada justiça social e ainda menos em motivos sentimentais», mas em considerações de utilidade prática⁴⁶. O direito de voto discriminatório permaneceu em vigor até 1936.

Um exemplo mais complicado de discriminação era a diferença entre as regras de votação para o Congresso Panrusso de Sovietes na cidade e no campo. Nas cidades, o número de delegados ao congresso estava fixado em um por cada 25 000 *eleitores*, no campo, em um por cada 125 000 *habitantes*. A diferença tinha a sua origem histórica. O Congresso Panrusso de Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, que era o órgão soberano da RSFSR, resultava da fusão do Congresso Panrusso de Sovietes de Deputados

⁴⁵ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), p. 46.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 47. Um dos primeiros projectos estipulava um sistema de votação por *curiae*, segundo o qual os votos dos operários e camponeses teriam tido mais peso que os de artífices, funcionários do governo, cientistas, artistas e especialistas; mas este requinte foi abandonado na versão final (*ibid.*, pp. 161-2).

Camponeses com o Congresso Panrusso de Sovietes de Deputados Operários e Soldados que teve lugar quando se chegou a acordo entre os bolcheviques e os SRs de esquerda, em Novembro de 1917. Era natural que tanto os soviets de cidade como os rurais mantivessem o método de cálculo a que estavam acostumados — os primeiros, pelo número de operários pertencentes ao soviete, os segundos, pelo número de habitantes da área coberta. A única dificuldade era fixar a proporção entre eles. O que de facto se fez foi manter o número de um delegado por 25 000 eleitores adoptado pelos organizadores do Primeiro Congresso Panrusso de Deputados Operários e Soldados, em Junho de 1917⁴⁷, e elevar o número de um delegado por 150 000 habitantes utilizado pelo Congresso Panrusso de Sovietes de Deputados Camponeses para um número de um por 125 000. A proporção de um para cinco assim estabelecida foi defendida por Steklov na sessão do VTsIK que aprovou a constituição como não dando primazia às cidades e tornando a sua representação quase igual à do campo⁴⁸. Este argumento era insustentável⁴⁹ e não foi sustentado por nenhum outro porta-voz soviético. Lenine falou da «desigualdade dos operários e camponeses» sob a constituição e justificou-a pela sua origem na história dos soviets⁵⁰. O programa do partido adoptado em 1919 observava especificamente que «a nossa constituição soviética» reflectia o papel dirigente do operário na revolução «ao manter uma certa preferência pelo proletariado industrial em comparação com as massas pequeno-burguesas mais dispersas

⁴⁷ *Pervyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1930), I, XXIII-IV.

⁴⁸ *Pyatyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 193.

⁴⁹ Como cinquenta e um por cento da população eram adultos com mais de vinte anos, a proporção correcta de «eleitores» para «habitantes» deveria ter sido *prima facie* aproximadamente de um para dois: foi esta a proporção adoptada para as eleições para a Assembleia Constituinte ao atribuir lugares aos círculos eleitorais civis com base na população e aos círculos eleitorais do exército e da armada com base no número de eleitores (*Proekt Polozheniya o Vyborakh v Uchreditel'noe Sobranie* (1917), II, 33-6). Mesmo tomando em consideração a questão posta por Steklov de que a percentagem de adultos era maior nas cidades que no campo, a proporção aritmeticamente correcta não podia ter sido mais baixa que dois para cinco: a Delegação Trabalhista Britânica de 1920 foi informada de que era um para três (*British Labour Delegation to Russia, 1920: Report* (1920), p. 128).

⁵⁰ Lenine, *Sochineniya*, XXIV, 146.

do campo»⁵¹. Questões destas tinham sempre que ser consideradas do ponto de vista empírico, não do da igualdade formal ou abstracta. A consciência de classe mais altamente desenvolvida dos operários urbanos e, conseqüentemente, a sua maior eficácia na luta contra a burguesia autorizava-os a direitos políticos privilegiados no estado revolucionário.

O carácter absoluto do poder do estado significava que este poder não era ilimitado, mas indivisível. Marx, numa das primeiras obras, definiu a doutrina constitucional habitual da «separação de poderes» como o produto de uma época em que «o poder real, a aristocracia e a burguesia estão a lutar pela supremacia», elevado a «lei eterna»⁵². Mais tarde, qualificou o golpe de estado de Luís Bonaparte de 2 de Dezembro de 1851 de «vitória do poder executivo sobre o legislativo», no sentido de que era a vitória de uma clique dominante sobre o órgão representativo da burguesia no seu conjunto⁵³. Mas estas distinções seriam varridas numa revolução socialista. Marx louvou a Comuna de Paris por ter sido, «não uma corporação parlamentar, mas de trabalho, que legislava e executava as leis ao mesmo tempo»⁵⁴. Lenine considerava a separação do poder executivo do legislativo como uma característica específica do parlamentarismo e a sua fusão como um mérito particular do sistema soviético⁵⁵. Sob a ditadura do proletariado, os órgãos do poder de estado eram apenas instrumentos diferentes manejados por ou em nome dos trabalhadores para a realização do mesmo objectivo. A questão foi exposta, na altura da elaboração da constituição, por Reisner, o porta-voz do Commissariado do Povo da Justiça:

A separação dos poderes em legislativo, executivo e judicial... corresponde à estrutura do estado burguês, em que a tarefa principal é o equilíbrio das principais forças políticas, isto é, das classes possidentes, por um lado, e das massas trabalhadoras, por outro. Sendo inevitavelmente por natureza um

⁵¹ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 286.

⁵² *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, Ier Teil, V, 36.

⁵³ Marx i Engels, *Sochineniya*, VIII, 403.

⁵⁴ *Ibid.*, XIII, ii, 314.

⁵⁵ Lenine, *Sochineniya*, XXI, 258; XXII, 371. A mesma ideia aparece no programa do partido de 1919, que qualifica a divisão entre poder legislativo e executivo como um dos «aspectos negativos do parlamentarismo» (VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 285).

compromisso entre exploradores e explorados, o estado burguês tem que equilibrar e dividir o poder...

A república socialista russa não tem interesse em qualquer divisão ou equilíbrio de forças políticas, pela simples razão de que se baseia na dominação de uma força política que tudo abrange, isto é, o proletariado russo e as massas camponesas. Esta força política está empenhada na realização de um único fim, o estabelecimento de uma ordem socialista, e esta luta heróica requer unidade e concentração do poder e não divisão⁵⁶.

Era, portanto, lógico que a constituição da RSFSR não reconhecesse a separação das funções legislativa e executiva. A comparação predilecta do VTsIK com o parlamento e do Sovnarkom com o ministério ignora a ausência de qualquer distinção, tanto nos termos como no funcionamento da constituição, entre as funções dos dois órgãos, que eram igualmente legislativas e executivas; na realidade, havia lógica numa proposta feita durante as discussões sobre a constituição a favor da fusão dos dois órgãos⁵⁷. Tão pouca justificação poderia encontrar-se na teoria constitucional para um poder judicial separado e independente como para um executivo separado e independente. A constituição da RSFSR não consignava absolutamente nenhuma disposição especial para o exercício da função judicial; a organização e controle directos do poder judicial pelo Commissariado do Povo da Justiça marcava claramente a sua subordinação ao executivo⁵⁸. Todas as funções do governo eram uma só; devia ser exercida com um único propósito por uma única autoridade indivisa.

As definições da competência do Congresso Panrusso de Sovietes do VTsIK e do Sovnarkom respectivamente, que apareciam na constituição, representavam, assim, essencialmente diferenças, não de função, mas de grau na hierarquia. As funções do Congresso Panrusso e do VTsIK eram defi-

⁵⁶ Citado em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918*, (Stanford, 1934), p. 578.

⁵⁷ Foi feita originalmente por Latsis, em Abril de 1918 (G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), p. 73), e repetida por Osinsky, no oitavo congresso do partido, em 1919 (*Vos'moi S' ezd RKP(B)* (1933), p. 197).

⁵⁸ Reisner, no relatório já citado, observava que a independência dos juizes em estados burgueses apenas os tornava «defensores mais acérrimos e intolerantes da classe dominante» (Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), p. 578).

nidas conjuntamente, no Artigo 49 da constituição, sem qualquer tentativa geral de distinguir entre elas. Apenas duas funções — «o estabelecimento, acrescentamento e modificação dos elementos fundamentais da constituição soviética» e «a ratificação de tratados de paz» — eram reservadas pelo Artigo 51 para o Congresso Panrusso, com exclusão do VTsIK. Como, no entanto, o Artigo 49 já tinha conferido ao VTsIK poder para tratar da «confirmação, modificação e acrescentamento da constituição», a primeira destas exceções pareceria ter levantado a questão delicada de saber que partes da «lei fundamental» da RSFSR eram «elementos fundamentais» e quais não eram. A exceção feita para a ratificação de tratados seguia provavelmente o precedente de Março de 1918, quando um Congresso Panrusso de Sovietes extraordinário foi convocado para ratificar o tratado de Brest-Litovsk. Mas, de uma maneira geral, o resultado da constituição foi conferir ao VTsIK o exercício de todos os poderes, excepto quando o congresso soberano, amplo e de difícil funcionamento, estava de facto reunido⁵⁹.

Os atritos de pouca importância entre o Congresso Panrusso e o VTsIK que se reflectiam nestas minúcias constitucionais eram de pouco peso comparados com os ressentimentos mais graves entre o VTsIK e o Sovnarkom. Segundo um comentador da época, a primeira metade de 1918 foi «uma altura de atrito muito visível entre as instituições centrais do estado e especialmente entre o VTsIK e o Sovnarkom» e «a relação mútua destas duas instituições supremas estava a encaminhar-se, não sem alguma luta interna, para a predominância *de facto* do Sovnarkom na política interna e externa»⁶⁰: Quando o Sovnarkom conferiu, pela primeira vez, poderes legislativos a si próprio pelo decreto de 30 de Outubro/12 de Novembro de 1917, admitiu duas reservas: os poderes eram válidos apenas «de agora até à convocação da Assembleia Constituinte»; e o VTsIK tinha o direito de

⁵⁹ Sverdlov, no Quinto Congresso Panrusso de Sovietes, referindo-se à abolição da pena de morte por decreto do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes, chegou a argumentar que o VTsIK, sendo «o órgão supremo do poder supremo entre os congressos», podia não só rejeitar, mas também anular decretos do congresso (*Pyatyi Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1918), p. 49).

⁶⁰ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), p. 67.

«deferir, modificar ou anular» qualquer decreto do Sovnarkom⁶¹. Uma semana depois da aprovação deste decreto, os SRs estavam a protestar no VTsIK contra a publicação de decretos pelo Sovnarkom sem prévia submissão ao VTsIK. Depois de um debate em que tanto Lenine como Trotsky tomaram parte, foi aprovada uma resolução que reconhecia o direito do Sovnarkom a publicar decretos urgentes «sem prévia discussão por parte do VTsIK» por uma escassa maioria de 29 contra 23⁶². Mas a mesma queixa repetiu-se em quase todas as reuniões do VTsIK de Novembro e Dezembro de 1917. A partir daqui, a prática adquiriu gradualmente a força do hábito; a crise que se acumulava e a inclinação consequente para uma autoridade centralizada, que multiplicava o número de decretos e intensificava a necessidade de decisão e acção rápidas, influiu poderosamente a favor do órgão mais pequeno. Mas a usurpação da autoridade pelo Sovnarkom foi um agravo importante dos SRs de esquerda e mesmo de alguns bolcheviques quando da elaboração da constituição.

O texto da constituição, embora reflectisse esta disputa, pouco ou nada fez para a solucionar. Pelo Artigo 31, ignorando momentaneamente o Congresso Panrusso, tornou o VTsIK «o supremo órgão legislativo, administrativo e de contróle da RSFSR» e, pelo Artigo 32, deu-lhe «a direcção geral do Governo Operário e Camponês e de todos os órgãos governamentais em todo o país». Segundo os Artigos 37 e 38, o Sovnarkom «tem a superintendência geral dos assuntos da RSFSR» e «publica decretos, ordens e instruções e toma todas as medidas necessárias para assegurar uma administração diligente e ordenada». Segundo os Artigos 40 e 41, todas as decisões «de alcance político geral» deveriam ser submetidas ao VTsIK para «exame e ratificação» e o VTsIK retinha o direito de «anular ou suspender» qualquer ordem do Sovnarkom. Mas estas cláusulas formais eram atenuadas por uma «nota» que permitia que «medidas de extrema urgência» fossem «postas em vigor apenas pela autoridade do Sovnarkom». A constituição, com efeito, não mudou nada

⁶¹ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (segunda ed.), art. 12.

⁶² *Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva* (1918), pp. 28-32; Lenin, *Sochineniya*, XXII, 45-6; Trotsky, *Sochineniya*, III, ii, 106-8.

e deixou que as relações entre os três órgãos principais do poder central se forjassem à luz da experiência. O perigo de um impasse, a que os próprios termos da constituição pareciam convidar, era afastado pela única autoridade por trás dela: a autoridade do partido governante.

Um observador tão perspicaz das realidades políticas como Lenine não podia deixar de ver na concentração do poder no centro uma ameaça ao princípio da autoridade emanada «a partir de baixo» e um encorajamento ao mal endémico da burocracia. Fez-se uma tentativa na constituição para conjurar este mal agregando a cada Comissário do Povo um «colégio» de cinco pessoas, aparentemente na qualidade de assessores leigos, que tinham direito de recurso ao Sovnarkom ou ao VTsIK contra as decisões do comissário. Não obstante, embora este sistema escapasse ao descrédito geral que se apoderou rapidamente do mesmo sistema aplicado à gestão industrial, mostrou-se de pouco significado prático. Lenine não confiava verdadeiramente em tais salvaguardas. O que ele acreditava era que a centralização da autoridade trazia consigo o seu próprio antídoto. O efeito da fusão das funções legislativa e executiva significaria o desaparecimento do administrador profissional enquanto diferenciado e divorciado do legislador eleito. A vantagem da fusão seria «unir nas pessoas dos representantes eleitos do povo as funções legislativa e executiva» — combinação que era a essência da «democracia directa»⁶³. O programa do partido revisto de 1919 incluía entre «os aspectos negativos do parlamentarismo» não só «a separação dos poderes legislativo e executivo», mas também «o divórcio entre as instituições representativas e as massas». Os soviets pareciam a Lenine encarar a noção das massas de operários e camponeses a legislarem para si próprios, a executarem as suas próprias decisões e a administrarem os seus próprios assuntos e este quadro altamente idealizado da «democracia directa» ajudava a mascarar a realidade cada vez mais obstinada de um aumento imenso de poder burocrático no centro. Mas também aí a sanção final repousava no partido, cuja autoridade podia sempre ser invocada para remediar falhas constitucionais.

⁶³ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 258.

O funcionamento prático de uma constituição depende normalmente não só dos princípios que inspiraram os seus autores ou das regras por eles estabelecidas, mas ainda mais das condições políticas em que é posta em prática. As transformações que ocorreram na Rússia Soviética durante a preparação da constituição eram a continuação de um processo que tinha estado a desenvolver-se desde o começo do regime. Mas eram significativas e decisivas. Quando os princípios fundamentais da futura constituição foram enunciados, no Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, depois da dissolução da Assembleia Constituinte, em Janeiro de 1918, o governo era ainda uma coligação de bolcheviques e SRs de esquerda. Quando a comissão redactora reuniu, em Abril, os SRs de esquerda, embora tivessem deixado o governo, continuavam nos soviets e estavam representados na comissão. Quando o Quinto Congresso Panrusso de Sovietes aprovou finalmente a constituição, em Julho de 1918, os SRs de esquerda tinham acabado de ser expulsos e postos fora da lei e a guerra civil tinha começado. O crescimento do estado de partido único e o impacto da guerra civil, que, nos dois anos seguintes, pôs a sobrevivência da república em risco quase diário, destruiu os fundamentos optimistas em que a constituição tinha sido construída e lançou na sombra a maioria das controvérsias que tinham ocupado a comissão redactora. As necessidades do exército em campanha e da segurança interna criaram uma atmosfera adversa a subtilidades constitucionais. A experiência de muita legislação soviética dos primeiros tempos patenteava um profundo abismo entre os princípios idealistas e as duras realidades da prática. Se isto também era verdade com respeito à constituição da RSFSR, as circunstâncias do seu nascimento explicavam em larga medida esse abismo.

O projecto de constituição foi examinado, em 3 de Julho de 1918, pelo comité central do partido, que fez algumas emendas de somenos importância. Por proposta de Lenine, a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado foi incorporada na constituição como preâmbulo⁶⁴. Feito isto, o projecto foi apresentado ao Quinto Congresso Panrusso de Sovietes. O congresso foi interrompido por três

⁶⁴ G. S. Gurvich, *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii* (1923), pp. 90-1; Trotsky, *O Lenine* (s. d. (1924)), pp. 113-14, regista também esta intervenção.

dias pela séria crise originada pelo assassinio do embaixador alemão, Mirbach. Mais tarde, em 10 de Julho de 1918, ouviu uma exposição da nova constituição por Steklov e aprovou-a unanimemente.⁶⁵ Entrou em vigor com a publicação oficial nos *Izvestiya* de 19 de Julho de 1918 como a «Constituição (Lei Fundamental) da República Soviética Federal Socialista Russa».

⁶⁵ *Pyaty Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 183-95.

A CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA

O termo «ditadura do proletariado»¹ aplicado pelos bolcheviques ao regime por eles estabelecido na Rússia depois da Revolução de Outubro não comportava implicações constitucionais específicas. Definia a classe dominante, mas era neutro quanto à forma de governo pela qual essa classe exercia o poder. Não havia oposição, neste sentido, entre ditadura e governo representativo: a «ditadura da burguesia», que era a antítese da ditadura do proletariado, era geralmente exercida por intermédio de um governo representativo. As conotações emocionais da palavra «ditadura», enquanto associada ao governo de alguns ou de um só, estavam ausentes do espírito dos marxistas que usavam a expressão. Pelo contrário, a ditadura do proletariado seria o primeiro regime na história em que o poder seria exercido pela classe que constituía uma maioria da população — condição que se satisfaria na Rússia atraindo a massa do campesinato para uma aliança com o proletariado industrial. Para além disso, como a ditadura do proletariado era o governo da vasta maioria, exigiria, uma vez abatida a burguesia, menos coacção para a manter do que qualquer outra

¹ A sua origem é incerta. Em 1849, Marx qualificou o «socialismo revolucionário» de Blanqui como «uma ditadura de classe do proletariado» (Marx e Engels, *Sochineniya*, VIII, 81); em 1852, adoptou ele próprio o termo (ver adiante, p. 264).

ordem social anterior. Longe de ser um domínio da violência, prepararia o caminho para o desaparecimento do uso da violência como sanção social, quer dizer, para o desaparecimento do estado.

Nada abalou nos primeiros dias da revolução este estado de espírito idealista e otimista. O sucesso quase sem esforço do golpe de Petrogrado de 25 de Outubro de 1917 parecia mostrar que tinha realmente atrás de si a vasta maioria da população². A jactância dos bolcheviques de que a revolução em si custou notavelmente poucas vidas e de que a maioria destas se perderam em tentativas dos seus adversários para lhes arrancar a vitória quando ela já tinha sido ganha era justificada. Por um daqueles actos de generosidade que muitas vezes acompanham as primeiras horas de uma revolução, os jovens oficiais cadetes capturados no Palácio de Inverno foram deixados ir em liberdade mediante a promessa de «nunca mais pegar em armas contra o povo»³. Krasnov, o general «branco» que ajudou Kerensky a organizar a sua vã contra-ofensiva de Gatchina e ali foi capturado, foi libertado sob palavra — que ele quebrou algumas semanas depois para participar na guerra civil no Sul; e uma afirmação de Lenine, dez dias depois da vitória bolchevique, mostra que esta clemência não era nenhum capricho accidental:

Censuram-nos por usarmos o terror. Mas não usamos um terror como o que foi utilizado pelos revolucionários franceses, que guilhotinavam pessoas desarmadas, e, espero, não o usaremos... Quando fizemos prisões, dissemos: «Deixá-lo-emos ir se assinar um papel prometendo não cometer actos de sabotagem». E fazem-se essas assinaturas⁴.

Os membros do Governo Provisório que tinham sido presos e alojados na fortaleza de Pedro e Paulo no dia da revolução depressa foram libertados e sujeitos apenas a uma forma nominal de vigilância, que não os impediu de

² Em Moscovo, continuou durante uma semana uma resistência bastante séria, principalmente por parte dos corpos de instrução dos jovens oficiais; em quase todos os outros sítios, a transferência do poder para os bolcheviques, embora atrasada, nos centros mais remotos, por algumas semanas, teve lugar pacificamente.

³ John Reed, *Ten Days that Shook the World* (N. I., 1919), p. 101.

⁴ Lenine, *Sochineniya*, XXII, 50.

conspirarem activamente contra o novo regime. Impostos sobre o capital ou empréstimos forçados arrancados mais ou menos ao acaso à burguesia ou incidentes como o da ameaça de mandar quinze abastados capitalistas de Kharkov para o fundo das minas do Donetz se não fornecessem um milhão de rublos para pagar aos operários de Kharkov⁵, eram exemplos não tanto de ferocidade calculada como do dilema de homens inexperientes e decididos a tentar criar uma máquina administrativa que funcionasse, a partir de material inexistente ou recalcitrante. No caos desesperado das primeiras semanas da revolução, os novos governantes tinham pouco tempo para uma acção combinada ou mesmo para pensar e planejar de modo consequente; quase todos os passos que davam eram ou reacção a alguma emergência premente ou represália por alguma acção ou ameaça de acção contra eles⁶. Ao procurar dominar a tempestade eram eles próprios arrastados à sua frente. Ocorreram muitos casos de violência de multidões nas cidades e em todo o país. Foram cometidas muitas brutalidades e atrocidades por revolucionários⁷, bem como pelos seus adversários. Mas não parecem ter tido lugar execuções regulares, quer por julgamento sumário, quer por processo judicial normal, nos três primeiros

⁵ Antonov-Ovseenko, *Vospominaniya Grazhdanskoi Voiny* (1924); I, 178-9.

⁶ Isto é particularmente verdade no que respeita ao estabelecimento de contróles económicos, que serão discutidos na Parte 4. Numa outra esfera, mesmo uma medida tão óbvia como a separação da igreja e do estado só foi anunciada quando o arcebispo Tikhon lançou um anátema contra o regime (*Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 18, art. 263; A. I. Vvedensky, *Tserkov'i Gosudarstvo* (1923), pp. 114-16); mesmo então, segundo J. Sadoul, *Notes sur la Révolution Bolchevique* (1919), p. 222, foi combatida por muitos comissários, com receio de que «uma guerra religiosa se juntasse à guerra estrangeira e à guerra civil».

⁷ A mais notória destas, o assassinio de dois antigos ministros cadetes quando estavam no hospital, em 7/20 de Janeiro de 1918, foi fortemente condenada na imprensa oficial (Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), pp. 386-7). Os marinheiros tinham uma notoriedade pouco invejável pela perpetração de atrocidades na revolução; foram os marinheiros da esquadra do Mar Negro, que tendo tomado Sebastopol, em Fevereiro de 1918, levaram a cabo um massacre da sua população burguesa que durou três dias. Mas há também muitos relatos de unidades militares que se tornaram impossíveis de controlar. A reputação das várias forças «brancas» não era melhor; os cossacos, incluindo muitos dos chefes cossacos, eram particularmente temidos pela sua crueldade.

meses do regime. O primeiro acto legislativo do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes, no dia a seguir à revolução, tinha sido abolir a pena de morte na frente, onde tinha sido restabelecida por Kerensky, em Setembro de 1917, sob pressão militar, depois da sua abolição total na altura da Revolução de Fevereiro⁸. A tradição revolucionária de oposição à pena de morte só enfraqueceu e desapareceu depois da eclosão da guerra civil e da insurreição aberta contra o regime soviético⁹!

Seria, contudo, um erro de natureza diferente sugerir que as medidas de repressão eventualmente aplicadas em defesa

⁸ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (segunda ed.), art. 4.

⁹ Poderia escrever-se um ensaio curioso sobre a atitude da Revolução Russa em relação à pena capital. O preconceito russo contra a aplicação da sentença de morte por processo judicial estava profundamente enraizado; tinha uma origem religiosa e foi reforçado pelas doutrinas de escritores ocidentais do século XVIII que, através de Catarina II e dos seus sucessores, deixaram a sua marca no pensamento político, embora raramente nas instituições políticas russas. Até meados do século dezanove, o preconceito era normalmente rodeado por condenações ao crime ou, no caso de soldados amotinados, a passar entre filas, que eram no efeito, mas não na forma, sentenças de morte. Quando o sistema de júris foi instituído na Rússia, na década de 1860, os júris eram notoriamente relutantes em pronunciar veredictos que implicassem a sentença de morte. Os grupos terroristas russos, incluindo os SRs, não viam incoerência em advogar o assassinio como arma política e, ao mesmo tempo, denunciar a pena capital como instituição judicial. A princípio, os bolcheviques rejeitaram resolutamente esta tradição. Eles eram contra o assassinio político; mas, no segundo congresso do Partido Social-Democrata, em 1903, uma proposta para a inclusão da abolição da pena de morte no programa do partido foi rejeitada por grande maioria entre gritos de «e para Nicolau II?» (*Vtoroi S'ezd RSDRP* (1932, pp. 193-4). Não obstante, muitos sociais-democratas russos vieram, com o decorrer do tempo, a ser afectados pelo mesmo humanitarismo liberal ocidental do século dezanove que influenciou os partidos sociais-democratas e trabalhistas da Europa Ocidental: a Segunda Internacional, no seu Congresso de Copenhaga, em 1910, tinha condenado unanimemente a pena capital. A Revolução de Fevereiro na Rússia estava eivada de ideias liberais e sociais-democráticas ocidentais e a oposição à pena capital tornou-se um ponto importante do seu programa. A restauração da pena de morte na frente, em Setembro de 1917, deu lugar à famosa réplica de Kerensky, na «conferência democrática», face à crítica, de que seria altura de o condenar quando uma sentença de morte fosse realmente executada. O código criminal soviético de 1922 prescrevia a pena de morte para crimes contra-revolucionários sem a mencionar: fazia-se-lhe referência simplesmente como «a medida de castigo mais extrema».

da revolução vitoriosa foram impostas a dirigentes bolcheviques relutantes a despeito das suas convicções mais caras. O princípio do terror estava implantado na tradição revolucionária. Robespierre tinha rejeitado, em palavras de que Lenine se teria feito eco, os processos normais da lei como insuficientes para defender uma revolução:

É com o código criminal na mão que se têm que julgar as precauções salutares exigidas pela segurança pública, em termos de crise provocada precisamente pela impotência da lei?

E de novo:

Se o atributo do governo popular na paz é a virtude, o atributo do governo popular na revolução é ao mesmo tempo *a virtude e o terror*, virtude sem a qual o terror é funesto, terror sem o qual a virtude é impotente. O terror não é nada mais que a justiça, pronta, severa, inflexível; é, portanto, emanação da virtude¹⁰.

No Outono de 1848, Marx declarou que, depois do «canibalismo da contra-revolução», havia «apenas um meio de *cercear*, simplificar e localizar a agonia sangrenta da velha sociedade e as sangrentas dores de parto da nova, apenas um meio — o terror revolucionário¹¹; e, mais tarde, prestou tributo à Hungria como a primeira nação desde 1793 que ousava «enfrentar a raiva covarde da contra-revolução com paixão revolucionária, a *terreur blanche* com a *terreur rouge*»¹². A sociedade burguesa, «por pouco heróica que possa parecer agora», tinha, no seu tempo, «precisado de heroísmo, auto-

¹⁰ *Discours et Rapports de Robespierre*, ed. C. Vellay (1908), pp. 197, 332. Lenine disse, em 1920, ao comunista francês Frossard: «Um francês não tem nada a rejeitar na Revolução Russa, que, nos seus métodos e modo de proceder reinicia a Revolução Francesa» (*Humanité*, 10 de Setembro de 1920). Compare-se com a defesa do terror por Jefferson: «Na luta que foi necessária, muitas pessoas culpadas caíram sem as formalidades do julgamento e, com elas, alguns inocentes. Estes deploro-os tanto como qualquer outra pessoa e deplorarei alguns deles até ao dia da minha morte. Mas deploro-os como teria feito se tivessem caído em combate. Foi necessário usar o braço do povo, uma máquina não tão cega como balas e bombas, mas cega até certo ponto» (*The Writings of Thomas Jefferson*, ed. P. L. Ford (N. I.), VI (1895, 153-4).

¹¹ *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, Ier Teil, VII, 423.

¹² Marx i Engels, *Sochineniya*, VII, 271.

sacrifício, terror, guerra civil e sangrentos campos de batalha para a trazer ao mundo»¹³. Na segunda metade do século dezanove, o desenvolvimento do sentimento humanitário estendeu-se a vastos sectores da classe operária, particularmente na Inglaterra e na Alemanha; podem encontrar-se traços dele nos últimos escritos de Engels¹⁴. O programa do Partido Comunista Alemão, redigido por Rosa Luxemburgo, em Dezembro de 1918, rejeitava especificamente o terror:

Nas revoluções burguesas, o derramamento de sangue, o terror e o assassinio político foram a arma indispensável das classes em ascensão. A revolução proletária não precisa do terror para os seus fins, odeia e abomina o assassinio¹⁵.

Mas, na Rússia, em qualquer caso, a doutrina do terror revolucionário nunca foi negada por nenhum partido revolucionário. A controvérsia que grassou a este respeito entre os sociais-democratas russos e os socialistas-revolucionários girava, não à volta do princípio do terror, mas da conveniência do assassinio de pessoas individuais como arma política. Os mencheviques, devido, em parte, à sua descrença na praticabilidade imediata de uma revolução proletária e, em parte, às suas afinidades mais estreitas com os sociais-democratas ocidentais, estavam talvez menos predispostos que os bolcheviques ao uso do terror. Depois de 1918, quando os bolcheviques começaram, pela primeira vez, a usar esta arma contra outros partidos socialistas, os mencheviques, juntamente com os partidos sociais-democratas da Europa Ocidental, figuraram entre os seus críticos mais vigorosos e implacáveis.

Educado nas escolas jacobina e marxista da revolução, Lenine aceitava o terror em princípio, embora, de acordo

¹³ Ibid., VIII, 324.

¹⁴ O melhor exemplo desta corrente de pensamento na segunda geração da social-democracia alemã é Kautsky, cujo *Terrorismus und Kommunismus: ein Beitrag zur Naturgeschichte der Revolution* (1919) era uma diatribe contra o terror bolchevique. Kautsky citava passos do Engels da última fase, mas omitia o passo mais antigo em que Engels recordava com satisfação que «durante o curto período da Revolução Francesa em que o proletariado esteve ao leme do estado sob o governo da Montanha, levou a cabo a sua política por todos os meios à sua disposição, incluindo a metralha e a guilhotina» (*Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*. Ier Teil, VI, 348).

¹⁵ *Bericht über den Gründungsparteitag der Kommunistischen Partei Deutschlands (Spartakusbund)* (s. d. (1919)), p. 52.

com todos os marxistas, condenasse como inúteis actos terroristas isolados:

Em princípio (escrevia em 1901) nunca renunciámos ao terror nem a ele podemos renunciar. É uma daquelas acções militares que podem ser totalmente vantajosas e mesmo essenciais num certo momento da batalha, numa certa situação do exército e em certas condições. Mas o fundo da questão é que o terror é aplicado presentemente, não como uma das operações de um exército em campanha, intimamente relacionada e coordenada com o plano global da luta, mas como um método independente de ataque individual separado de qualquer exército¹⁶.

Dois meses antes da Revolução de Outubro, advertiu os seus partidários de que «qualquer tipo de governo revolucionário dificilmente poderia passar sem a pena de morte aplicada aos *exploradores* (quer dizer, proprietários de terras e capitalistas)» e lembrou-lhes que «os grandes revolucionários burgueses da França, há 125 anos, tornaram a sua revolução grande por meio do *terror*»¹⁷. Em conformidade com esta ideia, diz-se que Lenine exprimiu consternação quando o Segundo Congresso Panrusso de Sovietes, sob proposta de Kamenev, aboliu apressadamente a pena de morte na frente¹⁸. Lenine tinha os seus momentos de utópico. Mas tinha uma apreciação mais realista do que Kamenev do que significava a revolução, embora algumas observações meio irónicas sobre o assunto que lhe são atribuídas dificilmente tenham o peso que se lhes deu¹⁹. As declarações mais combativas das primeiras semanas da revolução vinham de Trotsky, cujo papel no comité militar revolucionário e na organização militar do golpe de Outubro lhe conferiam um direito especial a falar. Foi Trotsky que, depois do aniquilamento da revolta dos

¹⁶ Lenin, *Sochineniya*, IV, 108.

¹⁷ *Ibid.*, XXI, 173, 186.

¹⁸ L. Trotsky, *O Lenine*, (s. d. (1924)), p. 101.

¹⁹ Diz-se que a seguinte *boutade* data de 1908: «Perguntaremos à pessoa 'Qual é a sua posição quanto à revolução? É por ela ou contra ela?' Se for contra ela, encostá-la-emos ao muro. Se for a favor dela, acolhê-la-emos entre nós para trabalhar connosco» (V. Adoratsky, *Vospominaniya o Lenine* (1939), pp. 66-7). Depois da revolução, perguntou à maneira de Henrique II: «É impossível encontrar entre nós um Fouquier-Tinville para subjugar os nossos ferozes contra-revolucionários?» (V. Bonch-Bruevich, *Na Boevykh Postaky Fevral'skoi i Oktyabr'skoi Revolyutsii* (1930), p. 195).

cadetes militares, no dia a seguir à revolução, publicou uma violenta advertência pública:

Mantemos os cadetes como prisioneiros e reféns. Se os nossos homens caírem nas mãos do inimigo, que ele saiba que por cada trabalhador e cada soldado exigiremos cinco cadetes... Pensavam que permaneceríamos passivos, mas mostrámo-lhes que podíamos ser impiedosos quando se trata de defender as conquistas da revolução²⁰.

«Não entraremos no reino do socialismo com luvas brancas sobre um chão encerado», disse ele ao Congresso Panrusso de Deputados Camponeses²¹; e, na ocasião da proscrição do partido cadete, lançou outra advertência:

Na altura da Revolução Francesa, homens mais honestos que os cadetes foram guilhotinados pelos jacobinos por se oporem ao povo. Não executámos ninguém e não pretendemos fazê-lo, mas há momentos em que a fúria do povo é difícil de controlar²².

Foi Trotsky que, interpelado no VTsIK acerca de prisões e buscas levadas a cabo pelo novo regime, retorquiu que «pedidos para renunciar a todas as repressões em tempo de guerra civil são pedidos para abandonar a guerra civil»²³. Depois da supressão do partido cadete, acrescentou ainda mais ominosamente:

Protestais contra o terror brando que estamos a aplicar contra os nossos inimigos de classe. Mas devíeis saber que, antes que passé um mês, o terror assumirá formas muito violentas, segundo o exemplo dos grandes revolucionários franceses. A guilhotina, e não apenas a prisão, estará pronta para os nossos inimigos²⁴.

²⁰ *Izvestiya*, 30 de Outubro/12 de Novembro de 1917, citado em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), p. 153.

²¹ Trotsky, *Sochineniya*, III, ii, 202.

²² *Izvestiya*, 6/19 de Dezembro de 1917.

²³ *Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva* (1918), p. 24. Trotsky desenvolveu mais tarde este argumento na sua polémica contra Kautsky (*Terrorizm i Kommunizm* (1920), pp. 60-1).

²⁴ Citado em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), p. 362, a partir de um jornal SR. O discurso não aparece nas actas do VTsIK, onde se afirma ter sido pronunciado.

Uma semana depois do seu discurso, nasceu a Cheka Panrussa. Era a herdeira do comité militar revolucionário de Petrogrado que tinha organizado a Revolução de Outubro. Depois de conquistada a vitória, o comité foi transformado num comité do VTsIK e continuou encarregado de várias operações destinadas a consolidar a vitória e a combater a contra-revolução, incluindo abusos como «sabotagem, dissimulação de víveres, retenção deliberada de carregamentos, etc.»²⁵. Entre os seus deveres, figurava o exame de suspeitos presos sob acusação de actividades contra-revolucionárias e, para se ocupar disto, estabeleceu uma secção especial dirigida por Dzerjinsky que, sendo comandante militar de Smolny, estava ligado às questões de segurança²⁶. Quando o comité militar revolucionário foi finalmente dissolvido, esta secção continuou e, por decreto do Sovnarkom de 7/20 de Dezembro de 1917, foi reorganizado como «a Comissão Extraordinária Panrussa» (Cheka, em abreviatura) com o fim de «combater a contra-revolução e a sabotagem»²⁷. A comissão compunha-se de oito membros sob a presidência de Dzerjinsky²⁸. Um dos seus primeiros actos foi emitir uma circular aos sovietes locais informando-os da sua fundação, pedindo-lhes para «lhe enviarem toda a informação sobre organizações e pessoas cuja actividade se dirige contra a revolução e a autoridade popular» e sugerindo que deveriam criar comissões locais semelhantes²⁹. Alguns dias depois, um outro decreto criava um

²⁵ Estas últimas atribuições foram acrescentadas por uma ordem do Sovnarkom de 12/25 de Novembro de 1917 (Lenin, *Sochineniya*, XXII, 78).

²⁶ Estas actividades são descritas por Joffe num artigo em *Kommunisticheskii Internatsional*, n.º 6, Outubro de 1919, cols. 777-82; ele e Uritsky eram delegados do comité central do partido no comité. O relato que aparece em *The History of the Civil War in the USSR*, II, (trad. ingl. 1947), 599-601, baseia-se em fontes oficiais inéditas.

²⁷ Parece que o decreto foi conservado secreto e foi publicado pela primeira vez no *Pravda*, 18 de Dezembro de 1927, citado em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), pp. 297-8.

²⁸ M. Latsis, *Chrezvychainye Komissii po Bor'be s Kontrrevolyutsiei* (1921), p. 8.

²⁹ *Izvestiya*, n.º 252 de 15/28 de Dezembro de 1917, citado em *Revolutsiya 1917 goda*, VI, (ed. I. N. Lyubimov, 1930), 350. Rigorosamente falando, a comissão local era a Cheka, o órgão central a Ve-Che-Ka (Comissão Extraordinária Panrussa); mas a abreviatura Cheka applicava-se de ordinário indiferentemente aos órgãos centrais ou aos locais.

tribunal revolucionário para julgar os «que organizem revoltas contra a autoridade do Governo Operário e Camponês, que o combatam abertamente ou não lhe obedecerem, ou que convidem outros a combatê-lo ou a desobedecer-lhe», bem como funcionários públicos culpados de sabotagem, destruição ou dissimulação de propriedade pública. O tribunal fixaria penas de acordo com «as circunstâncias do caso e os ditames da consciência revolucionária»³⁰.

No momento crítico de uma luta encarniçada, a instituição destes organismos dificilmente pode considerar-se insólita. Seis semanas depois da revolução, exércitos cossacos e outras forças «brancas» estavam já a concentrar-se no Sudeste da Rússia; a Ucrânia, incitada por promessas francesas e britânicas, estava num estado de hostilidade total, embora não declarada, contra o poder soviético; os alemães, apesar do armistício, eram uma ameaça permanente a oeste. O perigo militar tornava essencial pôr ordem no caos interno. A primeira utilização de trabalho forçado foi a de homens e mulheres da burguesia mandados cavar trincheiras para a defesa da capital contra os alemães. Os três abusos contra os quais a Cheka voltou as suas primeiras energias eram, segundo um dos seus membros, a sabotagem da administração pela burguesia, a destruição e motins por multidões embriagadas (os chamados «pogroms ébrios») e o banditismo «sob o estandarte do anarquismo»³¹. Lenine reservou, nesta altura, os seus anátemas mais violentos para os especuladores e demolidores da frente económica. É verdade que não publicou um artigo, escrito em Janeiro de 1918 e encontrado mais tarde entre os seus papéis, em que defendia, entre outras medidas, pôr na prisão dez ricos, uma dúzia de vigaristas e meia-dúzia de operários que se mantenham afastados do caminho do trabalho «e fuzilar no próprio local um de cada dez homens considerados culpados de vadiagem»³². Mas, pouco depois, na luta contra a armazenagem de alimentos, declarou que «enquanto não aplicarmos o terror — fuzilamento no próprio local — aos especuladores, não conseguiremos nada»³³; e, três meses depois, estava ainda a exigir «a prisão e fuzilamento dos que aceitam subornos, dos vigaristas, etc.» e a argumentar que

³⁰ *Sobranie Uzakonenii 1917-1918*, n.º 12, art. 170.

³¹ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 10 (33), 1924, pp. 7-8.

³² Lenin, *Sochineniya*, XXII, 166-7.

³³ *Ibid.*, XXII, 243.

não haveria fome na Rússia se as reservas fossem controladas e «qualquer violação das regras estabelecidas for seguida da mais severa punição»³⁴.

O desenvolvimento da Cheka foi um processo gradual e, em grande parte, impremeditado. Foi a consequência de uma série de situações de emergência. Quando os alemães denunciaram o armistício, em Brest-Litovsk, e retomaram o seu avanço, a famosa proclamação de 22 de Fevereiro de 1918 declarando «a pátria socialista em perigo» foi seguida por uma ordem da Cheka a todos os soviets locais para «procurarem, prenderem e fuzilarem imediatamente» todos os agentes do inimigo, agitadores contra-revolucionários e especuladores³⁵. Nesta altura, os efectivos totais da sede da Cheka não excediam 120 pessoas³⁶ e o grau de organização das comissões locais era, como quase tudo o resto nestes primeiros tempos, sobretudo uma questão de acaso. Foi a transferência da sede do governo de Petrogrado para Moscovo que conferiu pela primeira vez à Cheka os atributos de um vasto e independente departamento do estado. Dzerjinsky que, como principal oficial de segurança, estava encarregado da mudança, estabeleceu o seu próprio quartel-general em Moscovo, não no Kremlin, mas no edifício de uma grande companhia de seguros na Praça de Lubyanka e organizou dentro dele uma «prisão interior» para suspeitos. Assim equipada, a Cheka encontrou rapidamente trabalho. Até essa altura, o governo tinha sido salvo por uma confusão e falta de coesão que afligiam os seus adversários ainda mais que ele próprio: não existia ainda organização contra-revolucionária. Mas o quadro cedo ia mudar. Os SRs de esquerda tinham votado no Quarto Congresso Panrusso de Sovietes contra a ratificação do tratado de Brest-Litovsk e, quando ele foi aprovado contra eles, retiraram os seus membros do Sovnarkom³⁷. Deste modo, res-

³⁴ Ibid., XXII, 449, 493.

³⁵ *Pravda*, 23 de Fevereiro de 1918, citado em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), p. 576.

³⁶ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 10 (33), 1924, p. 11. Em 1920, o vice-presidente da Cheka disse à delegação trabalhista britânica que ela tinha nessa altura «por todo o país um quadro de pessoal de 4 500 trabalhadores assistidos por todos os membros do partido, que consideram como um dever informar a comissão de quaisquer actos hostis ao governo» (*British Labour Delegation to Russia, 1920: Report* (1920), p. 55).

³⁷ *Chetvertyi Chrezvychainyi Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1920), pp. 56-7.

taurou-se o governo de um só partido e, embora os SRs de esquerda continuassem nos soviets e no VTsIK, a sua lealdade estava em dúvida a partir de então. Em Abril de 1918, começou a intervenção estrangeira, com o desembarque japonês em Vladivostoque, proporcionando uma esperança e um ponto de reunião para todos os elementos que, na própria Rússia, eram adversários do regime. Na Primavera e no Verão de 1918, Moscovo tornou-se um foco à volta do qual agentes aliados e os partidos da esquerda sobreviventes teciam todos as suas diferentes e, às vezes, conjuntas conspirações e intrigas contra o governo soviético³⁸.

A primeira acção combinada da Cheka foi empreendida contra os anarquistas — um nome que compreendia idealistas sinceros cuja filosofia não encontrava saída na acção, bem como bandos organizados cujo credo político pouco menos era que uma capa para o bandoleirismo. Na noite de 11 para 12 de Abril de 1918, centros anarquistas conhecidos de Moscovo foram cercados por agentes da Cheka e tropas soviéticas e intimados a entregar as armas em seu poder; em alguns locais, houve resistência, que foi esmagada pela força. Foram presas cerca de seiscentas pessoas, das quais um quarto foi imediatamente libertado. Os delinquentes foram estigmatizados, não como anarquistas, mas como «elementos criminosos»³⁹.

³⁸ O anarquista ucraniano Makhno, ele próprio antigo prisioneiro político, lança uma luz subsidiária sobre preocupações menos correntes da Cheka, no Verão de 1918: «A comissão da Cheka que investigava sobre antigos internados políticos da prisão de Moscovo dirigiu-se a todos os antigos hóspedes da prisão com um pedido de qualquer informação sobre vigilantes tirânicos. Estes foram então detidos por ordem da Cheka e estavam, nessa altura, a ser submetidos a exame» (N. Makhno, *Pod Udarami Kontrrevolyutsii* (Paris, 1936), pp. 113-15).

³⁹ Em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), pp. 582-6, estão recolhidas informações sobre esta acção contra os anarquistas: ver também R. H. Bruce Lockhart, *Memoirs of a British Agent* (1932), pp. 258-9, onde se descreve o golpe como «primeiro passo para o estabelecimento da disciplina»; e J. Sadoul, *Notes sur la Révolution Bolchévique* (1919), pp. 275-6, em que se afirma que as «massas anarquistas» tinham sido «recrutadas entre a escória da população» e encorajadas pelos «reaccionários». Segundo uma declaração de Dzerjinsky, nos *Izvestiya* de 16 de Abril de 1918, não eram «anarquistas ideológicos» mais de um por cento dos detidos. O ponto de vista oficial foi exposto no VTsIK por um porta-voz da Cheka que era ele próprio, não bolchevique, mas SR de esquerda, em resposta a uma interpelação (*Protokoly Zasedanii VTsIK 4go Sozyva* (1920), pp. 153-6).

Encorajados pela perspectiva da intervenção aliada, os SRs de direita advogaram abertamente, na conferência do seu partido em Moscovo, em Maio de 1918, uma política destinada a «derrubar a ditadura bolchevique e a estabelecer um governo baseado em sufrágio universal e disposto a aceitar auxílio aliado na guerra contra a Alemanha»⁴⁰. Os mencheviques, a quem faltava a tradição SR de conspiração e acção violenta, contemporizavam. Desde Dezembro de 1917, o partido tinha sido dilacerado por dissensões internas. Os velhos «defensistas» chefiados por Potresov tinham abandonado o partido, deixando dois grupos de «internacionalistas» chefiados respectivamente por Martov e Dan a tentarem conseguir um compromisso difícil. Os seus modos de proceder reflectiam a dificuldade de tentar a um e ao mesmo tempo, condenar a chamada «orientação alemã» dos bolcheviques (legado da oposição menchevique a Brest-Litovsk) e rejeitar a «orientação anglo-francesa», que era a única base efectiva de uma política antibolchevique; e a sua resolução só era intransigente num ponto — a hostilidade ao regime⁴¹. As suas incoerências não os salvaram. Por um decreto de 14 de Junho de 1918, o VTsIK excluiu tanto os SRs de direita como os mencheviques das suas fileiras por motivo da sua associação como «contra-revolucionários notórios» que procuravam «organizar ataques armados contra os operários e os camponeses» e recomendava a todos os soviets que os excluíssem, eliminando-os deste modo virtualmente da participação na máquina governamental⁴².

Esta medida deixou apenas dois partidos importantes em existência efectiva: os próprios bolcheviques e os SRs de esquerda, anteriormente, embora, a partir de Brest-Litovsk, deixassem de o ser, membros da coligação governamental. Em Junho de 1918, contudo, as relações entre estes dois partidos estavam também perto do ponto de ruptura. Em pri-

⁴⁰ S. A. Piontkovsky, *Grazhdanskaya Voyna v Rossii, 1918-1921* (1925), pp. 154-6.

⁴¹ A resolução encontra-se em *Novaya Zhizn'*, 10 de Junho de 1918, pp. 79-81; I. Maïsky, que foi expulso do comité central menchevique por tomar parte no chamado «governo de Samara», faz uma crítica penetrante às hesitações mencheviques nesta altura, *Demokraticheskaya Kontrrevolyutsiya* (1923), pp. 8-11.

⁴² *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 44, art. 536. A publicação do decreto foi precedida por um longo debate no VTsIK (*Protokoly Zasedanii VTsIK 4go Sozyva* (1920), pp. 419-39).

meiro lugar, os bolcheviques, fortemente pressionados para conseguir fornecimentos adequados de cereais do campo, tinham-se envolvido na política de organizar comités de camponeses contra os mais ricos, entre os quais os SRs contavam os seus mais sólidos adeptos⁴³; em segundo lugar, tinha-se acendido entre eles uma nova polémica sobre a aplicação da pena de morte. Desde Fevereiro, quando a «pátria socialista» tinha sido proclamada em perigo, tinham sido levadas a cabo execuções pela Cheka — em que número, não pode determinar-se⁴⁴ — sem qualquer processo judicial regular ou público. Tanto os SRs de direita como os mencheviques tinham protestado de tempos a tempos contra esta forma de proceder. Os SRs de esquerda, que mantinham a sua qualidade de membros do VTsIK e dos soviets, embora não do Sovnarkom, estavam ainda representados na Cheka e tinham a sua quota-parte de responsabilidade pelas acções dela. Mas quando o tribunal revolucionário pronunciou pela primeira vez uma sentença de morte — contra um almirante contra-revolucionário chamado Chtchastny⁴⁵ — os SRs de esquerda procuraram que a sentença fosse anulada pelo VTsIK e, quando não o conseguiram, retiraram os seus representantes do tribunal. É importante, contudo reconhecer as razões por que a objecção foi posta. Ela não se fundava em considerações humanitárias. A acusação de serem «tolstoianos» foi negada com indignação, visto que não só os SRs de esquerda tinham participado no trabalho da Cheka como tinham sido, no passado, os principais instigadores do assassinio como arma

⁴³ Esta questão será discutida na Parte 4.

⁴⁴ Sverdlov afirmou, em Julho de 1918, que «dezenas de sentenças de morte foram executadas por nós em todas as cidades: em Petrogrado, em Moscovo e nas províncias» (*Pyatyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 49). A sua discussão contra os SRs de esquerda obrigava-o a acentuar a frequência dos casos; faltavam os motivos habituais para a atenuação dos factos. O número de vinte e dois para os primeiros seis meses fornecido por M. Latsis, *Chrezvychainye Komissii po Bor'be s Kontrrevolyutsiei* (1921), p. 9, só pode referir-se plausivelmente à Cheka central de Moscovo; de outra forma, é decerto demasiado baixo.

⁴⁵ Encontra-se uma análise do caso Chatchastny em D. F. White, *The Growth of the Red Army* (Princeton, 1944), pp. 71-2; se Chtchastny tentou apenas «salvar» a esquadra do Báltico dos bolcheviques ou vendê-la aos alemães, é uma questão não muito relevante. A descrição das acusações contra ele em E. Sisson, *One Hundred Red Days* (Yale, 1931), p. 437, é de autenticidade duvidosa.

política. A sua argumentação apoiava-se em parte na alegação que os bolcheviques rejeitavam como relevante de que a sentença de morte tinha sido abolida por decreto do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes⁴⁶, mas principalmente na oposição à imposição de uma sentença de morte por processo judicial. Os SRs de esquerda admitiam que era por vezes legítimo e necessário matar adversários, quer por assassinio, quer por qualquer processo especial como o da Cheka. Mas opunham-se irredutivelmente à restauração do «velho princípio execrável do estado burguês» implicado num processo regular de condenação e execução por um tribunal⁴⁷. O argumento parecia subtil e Krylenko replicou habilmente que o almirante não tinha sido «condenado à morte», mas apenas mandado fuzilar⁴⁸. Mas era uma expressão lógica e consequente do fundo anarquista do pensamento socialista-revolucionário, que aceitava o terrorismo, mas rejeitava o estado⁴⁹.

A situação era, por conseguinte, extremamente tensa quando se reuniu em Moscovo o Quinto Congresso Panrusso de Sovietes, num momento crítico da história, em 4 de Julho de 1918. Dos 1132 delegados com direito a voto, os bolche-

⁴⁶ Sverdlov refutou a alegação formal por dois motivos: que o VTsIK, em virtude dos seus poderes absolutos, podia revogar qualquer resolução do congresso e que o congresso tinha abolido a pena de morte na frente, mas não nos outros sítios (*Pyaty Vserssiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 49). O segundo ponto era equívoco: o Segundo Congresso Panrusso de Sovietes acreditava indubitavelmente que estava a abolir a única forma de pena de morte ainda em vigor.

⁴⁷ A questão foi largamente discutida por Spiridonova, no Quinto Congresso Panrusso de Sovietes (*Pyaty Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 59-61).

⁴⁸ *Izvestiya*, 23 de Junho de 1918.

⁴⁹ Os mencheviques, embora não comprometidos com uma defesa do terrorismo individual, eram também incitados a uma indignação mais funda por uma única sentença de morte pronunciada por um tribunal legalmente constituído que pelas dúzias de execuções levadas a cabo secretamente pela Cheka. Foi a sentença contra Chichastny que provocou um virulento panfleto de Martov intitulado *Doloi Smertnyuyu Kazn'* («Abaixo a Pena de Morte»): «A fera lambeu quente sangue humano. A máquina homicida põe-se em movimento... Párias contaminados pela peste... carrascos canibais.» Quando as autoridades mencheviques de Tiflis dispararam contra uma assembleia de trabalhadores, Lenine replicou iradamente: «Quando usamos os fuzilamentos, tornam-se tolstoianos e vertem lágrimas de crocodilo pela nossa crueldade. Esqueceram-se de que ajudaram Kerensky a empurrar os trabalhadores para a matança, conservando os tratados secretos escondidos nos bolsos» (Lenin, *Sochineniya*, XXII, 426).

viques contavam com 745, os SRs de esquerda com 352, representando as restantes diversas pequenas fracções⁵⁰. Os debates transformaram-se imediatamente num duelo entre os dois partidos mais importantes. A questão camponesa foi levantada, mas estava menos em evidência que a indignação pela supressão dos partidos rivais e pelo uso da pena de morte. Os protestos mais violentos de todos foram contra o tratado de Brest-Litovsk e a subserviência do governo soviético para com a Alemanha; e os conflitos mais animados do congresso ocorreram sobre a insistência de Trotsky em que seria loucura tolerar qualquer ataque às forças alemãs da Ucrânia. Em 6 de Julho de 1918, aparentemente na esperança de forçar uma cisão, dois SRs de esquerda assassinaram o embaixador alemão, Mirbach. O assassinio foi planeado por membros SRs da Cheka e os assassinos conseguiram chegar junto do embaixador mostrando papéis pretensamente assinados por Dzerjinsky⁵¹. Este golpe foi seguido por uma tentativa para tomar o poder em Moscovo e por insurreições em vários centros provinciais, das quais a de Yaroslavl foi a mais séria. Savinkov, o conhecido terrorista SR, reivindicou mais tarde ter sido o organizador destas revoltas e ter sido financiado por fundos fornecidos através do adido militar francês em Moscovo⁵².

Confrontado com traição a esta larga escala, num momento em que forças aliadas estavam a desembarcar em Murmansk e Vladivostoque, em que as legiões checas tinham iniciado hostilidades declaradas contra os bolcheviques e em que a ameaça de guerra estava a assomar de todos os lados, o governo soviético não se sentia minimamente tentado a recorrer a meias medidas. O motim de Moscovo foi rapidamente dominado. A maioria dos delegados SR de esquerda ao Quinto Congresso Panrusso de Sovietes foi presa, incluindo Spiridonova, que admitiu que os assassinos de Mirbach tinham

⁵⁰ *Pyaty Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1918), p. 163.

⁵¹ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 10 (33), 1924, p. 16. As actas do comité central dos SRs de esquerda de 24 de Junho de 1918, altura em que foi tomada a decisão de «organizar uma série de ataques terroristas contra os principais representantes do imperialismo alemão» foram publicadas em *Krasnaya Kniga Ve-Che-Ka* (1920), I, 129.

⁵² *Boris Savinkov pered Voennoi Kollegiei Verkhonogo Suda SSSR* (1924), pp. 55-9. Por outro lado, Savinkov negou ter tido conhecimento antecipado do assassinio de Mirbach, que foi obra dos SRs de esquerda.

agido segundo instruções suas; treze deles, que tinham sido membros da Cheka, foram fuzilados⁵³. Vários jornais foram suprimidos. Depois de três dias de confusão, o congresso retomou as suas sessões, e, depois de exprimir aprovação pelas acções do governo, aprovou uma resolução cautelosamente redigida no sentido de que «na medida em que certas secções do partido da esquerda SR se associam à tentativa de envolver a Rússia na guerra pelo assassinio de Mirbach e o levantamento contra o poder soviético, estas organizações não podem ter lugar nos sovietes de deputados operários e camponeses»⁵⁴. O acto final do congresso, em 10 de Julho de 1918, foi aprovar a constituição da RSFSR, que entrou, assim, em vigor no momento mais sombrio e perigoso da história da república, quando a rebelião aberta do último grande partido independente tinha feito o regime dar um grande passo em frente no caminho para o estado de partido único.

Os relatos de medidas punitivas tomadas pela Cheka são quase sempre fragmentários e de pouca confiança. Mas existe alguma informação autêntica sobre as represálias que se seguiram ao aniquilamento das extensas revoltas provinciais do Verão de 1918. Os insurrectos de Yaroslavl aguentaram-se durante quinze dias e, quando a cidade foi finalmente tomada, trezentos e cinquenta foram fuzilados⁵⁵. Na cidade vizinha de Murom, onde a revolta foi imediatamente sufocada, dez dirigentes foram fuzilados e uma contribuição de um milhão de rublos imposta à burguesia⁵⁶. Em Nijn-Novgorod, setecentos «oficiais e gendarmes» foram presos e a Cheka local «desarticulou a organização dos guardas brancos ... prendendo quase todos os seus membros e fuzilando parte deles»⁵⁷. Na noite de 16/17 de Julho de 1918, o antigo czar e a sua família foram fuzilados em Ekaterimburgo por ordem do soviete regio-

⁵³ *Krasnaya Kniga Ve-Che-Ka* (1920). I 200-1; I. Steinberg, *Spiridonova: Revolutionary Terrorist* (1935), p. 216. Spiridonova foi libertada alguns meses depois, dedicou-se de novo à propaganda contra o regime (*Pravda*, 19 de Dezembro de 1918) e acabou por ser exilada para Tás-quente.

⁵⁴ *Pyatyi Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1918), p. 209.

⁵⁵ *Pravda*, 23 de Julho, 26 de Julho de 1918, citado em J. Bunyan, *Intervention, Civil War, and Communism in Russia* (Baltimore, 1936), pp. 194, 228.

⁵⁶ *Ezhenedel'nik Chrezvychainykh Komissi*, n.º 2, 1918, pp. 30. Só apareceram seis números deste periódico único.

⁵⁷ *Ibid.*, n.º 1, 1918, pp. 21-2.

nal do Ural. Quando os checos tomaram a cidade, dez dias depois, a Cheka regional do Ural mudou-se para Vyatka, onde prendeu mais de quatrocentas pessoas e fuzilou trinta e cinco que estavam «envolvidas em conspirações contra-revolucionárias»⁵⁸. Quando ocorreu um «motim *kulak*» em Penza, em Agosto de 1918, o próprio Lenine telegrafou instruções para «levar a efeito um terror de massas implacável contra *kulaks*, padres e guardas brancos e prender os suspeitos num campo fora da cidade» e recomendou que se fizessem reféns que «responderiam com a vida» por fornecimentos de cereais prontos e exactos⁵⁹. Estes testemunhos secos escondem indubitavelmente horrores e brutalidades cometidos tanto no ardor da batalha como a sangue frio e comuns a todos os partidos, embora os relatos específicos deles raramente sejam convincentes. Acontecimentos destes, bem como a multiplicação, exagero e pura invenção deles pelos adversários, são o acompanhamento invariável da guerra e da revolução travadas com o desespero fanático que marcou a luta desencadeada na Rússia pelos acontecimentos de Outubro de 1917.

As sanções assim aplicadas eram francamente descritas pelos seus autores como «terror» e justificadas como medidas de guerra. «O poder soviético tem que garantir a sua recta-guarda», rezava uma resolução aprovada pelo VTsIK, em 29 de Julho de 1918, depois de discursos de Lenine e Trotsky, «pondo a burguesia sob vigilância e levando a cabo um terror de massas contra ela»⁶⁰. E Dzerjinsky disse, numa entrevista à imprensa, nesta altura:

A Cheka não é um tribunal. A Cheka é a defesa da revolução, tal como o Exército Vermelho; tal como na guerra civil o Exército Vermelho não pode parar para perguntar se pode causar dano a indivíduos particulares, antes tem que tomar em conta apenas uma coisa, a vitória da revolução sobre a burguesia, também a Cheka tem que defender a revolução e dominar o inimigo mesmo que a sua espada caia ocasionalmente sobre as cabeças inocentes⁶¹.

Mas o auge do terror foi provocado por mais um recurso dos SRs ao método do assassinio político desta vez contra

⁵⁸ Ibid., n.º 1, 1918, pp. 18-9.

⁵⁹ Lenine, *Sochineniya*, XXIX, 489.

⁶⁰ *Protokoly Zasedanii VTsIK 4go Sozyva* (1920), p. 83.

⁶¹ Citado em K. Radek, *Portrety i Pamflety* (1933), I, 50.

os bolcheviques. Volodarsky, um dirigente bolchevique famoso no seu tempo como orador de multidões, tinha sido morto em Petrogrado, em Junho de 1918. Em 20 de Agosto de 1918, Uritsky foi também assassinado em Petrogrado, e Lenine seriamente ferido em Moscovo. Todas estas agressões podiam atribuir-se a SRs de uma facção ou da outra. A indignação e o medo provocados por elas colocou novas armas nas mãos da Cheka⁶². No dia seguinte, o representante britânico em Moscovo foi preso sob uma acusação de cumplicidade britânica em conspirações contra-revolucionárias⁶³ e o adido britânico foi morto num ataque à embaixada da Grã-Bretanha em Petrogrado. Em 2 de Setembro de 1918, o VTsIK aprovou uma resolução sobre o assassinio de Uritsky e a agressão a Lenine, que concluía:

Todos os contra-revolucionários e todos os que os inspiraram serão considerados responsáveis por qualquer atentado contra os trabalhadores do Governo Soviético e os defensores dos ideais da revolução socialista. Ao terror branco dos inimigos do Governo Operário e Camponês, os operários e camponeses responderão com o terror vermelho massivo contra a burguesia e os seus agentes⁶⁴.

Mais que uma coincidência de data recorda o terror de Paris de 2 de Setembro de 1793, quando, a seguir à proclamação do Duque de Brunswick que ameaçava com a intervenção estrangeira e a repressão implacável da revolução, começaram em Paris represálias maciças em que se diz terem perecido três mil aristocratas. Em ambas as revoluções, esta data marcou o ponto decisivo depois do qual o terror, até

⁶² Entre os telegramas de protesto dirigidos ao VTsIK havia um da frente de Tsaritsyne assinado por Estaline e Vorochilov: «O conselho militar do sector de guerra do Norte do Cáucaso, tendo tido conhecimento do criminoso atentado de mercenários da burguesia contra a vida do maior revolucionário do mundo, o chefe experimentado e educador do proletariado, o camarada Lenine, replica a este torpe e desleal atentado com a organização do terror declarado, massivo e sistemático contra a burguesia e os seus agentes» (Stalin, *Sochineniya*, IV, 128).

⁶³ R. H. Bruce Lockhart, *Memoirs of a British Agent* (1932), pp. 314-16, contém o que é virtualmente uma admissão de cumplicidade: *se Britain's Master Spy: Sidney Reilly's Narrative Written By Himself* (1933) é autêntico, a cumplicidade foi muito longe.

⁶⁴ *Pyatyi Sozvy VTsIK* (1919), p. 11.

então esporádico e desorganizado, se tornou um instrumento deliberado de política.

Não se pode fazer nenhum cálculo seguro do total dos que sofreram com o «terror vermelho» do Outono de 1918. O maior número de execuções registado na mesma altura e lugar foram os quinhentos e doze «contra-revolucionários e guardas brancos» (designados, por outro lado, como «reféns») fuzilados em Petrogrado logo a seguir ao anúncio do terror⁶⁵. Os fuzilados em Moscovo incluíam «muitos ministros czaristas e uma lista completa de altas personagens»⁶⁶. De numerosas informações da província, a mais reveladora talvez veio de Kazan. Depois de afirmar que «foram enviadas expedições punitivas a todas as comarcas», continuava:

Propriamente em Kazan só foram fuziladas sete ou oito pessoas por ordem do tribunal. Isto explica-se pelo facto de que toda a burguesia, incluindo a pequena burguesia, os padres e os monges, fugiram da cidade. Metade das casas estão desertas. Os bens dos fugitivos estão a ser confiscados em benefício dos pobres da cidade⁶⁷.

A essência do terror era o seu carácter de classe. Seleccionava as suas vítimas com base, não em crimes específicos, mas na sua qualidade de membros das classes possidentes.

Os burgueses ingleses (exclamava Lenine na sua carta aos operários americanos) esqueceram-se do seu 1649, os franceses do seu 1793. O terror era justo e legítimo quando era aplicado pela burguesia em seu próprio benefício contra os senhores feudais. O terror tornou-se monstruoso e criminoso quando os operários e camponeses pobres ousaram aplicá-lo contra a burguesia⁶⁸.

A Cheka, como um dos seus membros explicava, «não julga, fere». Os que comparavam a Cheka com a Okhrana czarista «dormiram durante as Revoluções de Fevereiro e de Outubro e esperam que outros façam todo o trabalho sujo necessário para a construção da nova ordem comunista, de forma a poderem entrar nela com mãos impolutas e colari-

⁶⁵ *Izvestiya*, 3 de Setembro, 7 de Setembro de 1918. *Ezhenedel'nik Chrezvychainykh Komissii*, n.º 6, 1918, p. 19, indica 800 como o número total dos que foram executados em Moscovo durante o terror.

⁶⁶ *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 10 (33), 1924, p. 32).

⁶⁷ *Ezhenedel'nik Chrezvychainykh Komissii*, n.º 4, 1918, p. 25.

⁶⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXIII, 185.

nhos limpos e engomados». Além disso, como «os contra-revolucionários actuam em todas as esferas da vida ... não há esfera em que a Cheka não opere»⁶⁹.

Os acontecimentos do Verão de 1918 deixaram os bolcheviques sem rivais nem comparsas como partido dominante no estado; e possuíam na Cheka um órgão de poder absoluto. Persistia, contudo, uma forte relutância em usar esse poder sem restrições. Não tinha ainda chegado o momento para a extinção final dos partidos excluídos. O terror era, nesta altura, um instrumento caprichoso e era normal encontrar partidos contra os quais tinham sido pronunciados os mais violentos anátemas e tomadas as medidas mais drásticas a continuarem a sobreviver e a gozarem de uma certa medida de tolerância. Um dos primeiros decretos do novo regime tinha autorizado o Sovnarkom a encerrar todos os jornais que pregassem «aberta resistência ou desobediência ao Governo Operário e Camponês»⁷⁰ e, em princípio, a imprensa burguesa deixou de existir. Apesar deste decreto, contudo, e apesar da proscricção do partido cadete, em fins de 1917, o jornal cadete *Svoboda Rossi* estava ainda a publicar-se em Moscovo, no Verão de 1918⁷¹. O jornal menchevique de Petrogrado, *Novyi Luch*, foi suprimido, em Fevereiro de 1918, pela sua campanha de oposição ao tratado de Brest-Litovsk. Não obstante, reapareceu, em Abril, em Moscovo, com o nome de *Vpered* e continuou durante algum tempo a sua carreira sem interferências. Publicavam-se em Moscovo jornais anarquistas muito tempo depois da acção da Cheka contra os anarquistas, em Abril de 1918. Makhno, o anarquista ucraniano, veio a Moscovo no Verão de 1918, entrevistou-se com Lenine e Sverdlov e visitou livremente os anarquistas de Moscovo, entre os quais encontrou uma atmos-

⁶⁹ M. Latsis, *Chrezvychainye Komissii po Bor'be s Kontrevolyutsiei* (1921), pp. 8-23.

⁷⁰ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (segunda ed.), art. 17.

⁷¹ Foi este jornal que pôs em circulação um suposto decreto de um «clube anarquista» de Saratov que declarava todas as mulheres «propriedade do estado» (citado em J. Bunyan, *Intervention, Civil War, and Communism in Russia* (Baltimore, 1936), p. 556); esta notícia, em várias formas mais ou menos deturpadas, percorreu a imprensa estrangeira.

fera de «revolução de jornal»⁷². Em toda a parte, a prática era menos consistente que a teoria. Antes do fim de 1918, outros factores estavam a conduzir a alguma atenuação dos excessos do terror. A sede de vingança tinha sido satisfeita; os receios da contra-revolução interna eram menos agudos; a derrocada alemã tinha, pelo menos momentaneamente, aliviado as pressões externas. Por outro lado, a instalação da Cheka em quase todos os ramos da administração excitava o ressentimento ciumento dos soviets locais e de alguns departamentos centrais, particularmente os Commissariados da Justiça e Assuntos Internos⁷³; e os responsáveis pela política económica, que estavam a achar os técnicos não-bolcheviques cada vez mais indispensáveis como «especialistas», pouca simpatia podiam ter por uma política de terror indiscriminado contra os adversários políticos.

Era este o estado de espírito quando, na véspera do primeiro aniversário da revolução, se reuniu o Sexto Congresso Panrusso de Sovietes, o primeiro congresso quase exclusivamente bolchevique. Aprovou imediatamente o que se qualificou como uma «amnistia», ordenando a libertação de todos os «detidos pelos órgãos de combate à contra-revolução», a não ser que fosse apresentada contra eles uma acusação definitiva de actividades contra-revolucionárias nas duas semanas a seguir à sua prisão, e de todos os reféns, excepto os mantidos pela Cheka central como garantia específica por «camaradas nas mãos do inimigo». A mesma resolução resolveu uma questão controversa de competência, dando ao VTsIK e aos comités executivos locais o direito de fiscalizar a sua execução⁷⁴. Tendo assim — pelos menos no papel — cortado as asas à Cheka, o congresso aprovou outra resolu-

⁷² N. Makhno, *Pod Udarami Kontrrevolyutsii* (Paris, 1936), pp. 92-107, 119, 135; no que se refere a Makhno, ver adiante, p. 338-340. Desde a época de *O Estado e a Revolução*, Lenine mostrou sempre uma certa afeição pelos anarquistas; em Agosto de 1919, escreveu que «um bom número de operários anarquistas estão agora a tornar-se os partidários mais sinceros do poder soviético» e atribuiu a sua hostilidade anterior à traição dos princípios marxistas pela Segunda Internacional (*Sochineniya*. XXIV, 437-8).

⁷³ Em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution. 1917-1918* (Stanford, 1934), pp. 580-1 e Bunyan, *Intervention, Civil War, and Communism in Russia* (Baltimore, 1936), pp. 259-60, citam-se provas desta querela burocrática; constitucionalmente, a Cheka só era responsável perante o Sovnarkom e o VTsIK.

⁷⁴ *S' ezdy Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), pp. 116-17.

ção «Sobre a Legalidade Revolucionária», que impunha a «todos os cidadãos da república e a todos os órgãos e funcionários do poder soviético» uma observância estrita das leis e conferia aos cidadãos o direito de recurso contra qualquer negligência ou violação dos seus direitos por parte de funcionários. A ordem aos funcionários e instituições públicas para observarem as leis era, é verdade, restringida por uma excepção cuidadosamente guardada, a favor de medidas requeridas pelas «condições especiais de guerra civil e da luta contra a contra-revolução»⁷⁵. Mas as resoluções do Sexto Congresso Panrusso de Sovietes representavam a primeira de uma série de tentativas sinceras, embora, em última análise, ineficazes, para controlar o exercício do poder arbitrário pelos órgãos de segurança da república e confiná-los dentro dos limites da legalidade.

Ao congresso seguiu-se um outro passo digno de nota no caminho para a conciliação. Foi decidido estender um ramo de oliveira aos partidos socialistas excluídos — ou aceitá-lo, quando estendido por eles. A exclusão dos mencheviques do VTsIK e dos soviets não tinham impedido o comité central do partido de reunir uma conferência de cinco dias, em Moscovo, no final de Outubro de 1918. A eclosão da guerra civil e a ameaça declarada ao regime colocaram-nos numa posição embaraçosa, visto que, apesar de toda a sua hostilidade contra os bolcheviques, tinham ainda menos a esperar de uma restauração. Escolheram uma vez mais o caminho do compromisso. A conferência aprovou uma série de «teses e resoluções» reconhecendo a Revolução de Outubro como «historicamente necessária» e como «um fermento gigantesco que tinha posto o mundo inteiro em movimento» e renunciando a «toda a cooperação política com classes hostis à democracia»; ao mesmo tempo, embora promettesse «apoio directo às acções militares do Governo Soviético contra a intervenção estrangeira», a resolução exigia «a revogação dos órgãos extraordinários de repressão policial e dos tribunais extraordinários» e «a cessação do terror político e económico»⁷⁶. Uma proclamação pública dos mencheviques denunciando a contra-

⁷⁵ Ibid., p. 119. Para maior solenidade, esta resolução apareceu como decreto em *Sobranie Uzakonenii*, 1917-1918, n.º 90, art. 908.

⁷⁶ As resoluções, que apareceram na imprensa, estão resumidas em Lenin, *Sochineniya*, XXIII, 571-2. O protesto contra o terror foi respondido por Estaline, num longo artigo no *Pravda* (Stalin, *Sochi-*

-revolução e a intervenção estrangeira⁷⁷ foi seguida por um discurso invulgarmente conciliatório de Lenine, que declarava que nada mais se pedia aos mencheviques e SRs que «neutralidade e boas relações de vizinhança» e que era importante «fazer uso daqueles elementos hesitantes que as bestialidades do imperialismo estão a impelir na nossa direcção»⁷⁸. Em 30 de Novembro de 1918, o VTsIK aprovou uma resolução que anulava a exclusão decretada contra os mencheviques no anterior mês de Junho, embora exceptuasse deste acto de clemência «os grupos de mencheviques que continuam a aliar-se com a burguesia russa e estrangeira contra o poder soviético»⁷⁹. Os SRs apressaram-se a seguir o exemplo menchevique. Como partido declaradamente revolucionário e terrorista, tinham ainda menos a esperar que os mencheviques dos antigos generais czaristas e dos seus protectores estrangeiros: Koltchak tinha acabado de castigar sem demora com toda a severidade os SRs que tinha apanhado na Sibéria ocidental. Em Fevereiro de 1919, uma conferência de SRs em Petrogrado «rejeitou determinantemente qualquer tentativa de derrubar o poder soviético por meio da luta armada» e denunciou os partidos burgueses russos e «os países imperialistas da Entente»; e, mais ou menos na mesma altura, o grupo de antigos membros SRs da Assembleia Constituinte que tinham formado, em 1918, o chamado governo de Samara renderam-se e concedeu-se-lhe uma amnistia⁸⁰. Estas demonstrações de boa vontade suscitaram uma resolução do VTsIK de 25 de Fevereiro de 1919 que restabelecia os SRs, com a mesma reserva contra «todos os grupos que, directa ou indirectamente, apoiam a contra-revolução externa»⁸¹.

neniya IV, 134-45: «Como é possível reconhecer a 'necessidade histórica' da Revolução de Outubro e, não obstante, não reconhecer os resultados e consequências inevitáveis que dela decorrem?»).

⁷⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXIII, 571. A data da proclamação dada aí como 26 de Setembro de 1918, devia ser 14 de Novembro de 1918, como se afirma correctamente *ibid.*, XXIV, 760; foi publicado no *Pravda*, n.º 251, de 19 de Novembro de 1918 (não, como se afirma erradamente *ibid.*, XXIII, 571, no de 26 de Novembro, que foi a data do discurso de Lenine).

⁷⁸ *Ibid.*, XXIII, 318-9, 323.

⁷⁹ *Ibid.*, XXIV, 760.

⁸⁰ *Ibid.*, XXIV, 760.

⁸¹ *Ibid.*, XXIV, 760-1. A reunião do VTsIK que tomou esta decisão está descrita em A. Ransome, *Six Weeks in Russia in 1919 (1919)*, pp. 108-12.

Este compromisso instável, baseado no princípio de tolerância para com os mencheviques e SRs «leais» durou, até certo ponto, por dois anos — enquanto o prolongamento da guerra civil proporcionou um motivo de restrição. Mas a reserva de que não se aplicava a quem «directa ou indirectamente» apoiasse a contra-revolução dava-lhe uma fluidez de que as autoridades se aproveitavam livremente. Quando reuniu o oitavo congresso do partido, em Março de 1919, a atmosfera era já menos amistosa para com os partidos minoritários. Um delegado protestou abertamente contra a «legalização» dos mencheviques e SRs⁸² e o próprio Lenine falou numa linguagem completamente diferente daquela que tinha usado no Novembro anterior:

São-nos exigidas mudanças muito frequentes na nossa linha de conduta, que, para o observador superficial, podem parecer estranhas e incompreensíveis. «Que é isto?», dirá ele. «Ontem estáveis a fazer promessas à pequena burguesia, e hoje Dzerzhinsky declara que os Senhores de esquerda e os mencheviques serão encostados ao muro. Que contradição!» Sim, uma contradição. Mas há também uma contradição no comportamento desta mesma democracia pequeno-burguesa que não sabe onde se sentar, tenta sentar-se entre duas cadeiras, salta de uma para a outra e cai, ora para a direita, ora para a esquerda... Dizemos-lhe: «Vós não sois um inimigo sério. O nosso inimigo é a burguesia. Mas se marchardes com ela, então teremos que vos aplicar também as medidas da ditadura proletária»⁸³.

Logo a seguir, os SRs deitaram lenha na fogueira ao dividir-se de novo em várias facções, uma empenhada em colaborar com os bolcheviques, uma hostil a eles, enquanto um terceiro grupo, sob a direcção do velho chefe SR Tchernov, procurava estabelecer «uma terceira força, igualmente afastada do bolchevismo e da restauração»⁸⁴. A partir desta altura, a Cheka brincou ao gato e ao rato com os partidos da oposição, atormentando-os e protegendo-os alternativamente, prendendo e libertando alternadamente os seus dirigentes e tornando a sua existência organizada quase,

⁸² *Vos'moi S' 'ezd RKP(B)* (133), pp. 33-4.

⁸³ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 120.

⁸⁴ O manifesto do grupo pró-bolchevique apareceu nos *Izvestiya* de 3 de Maio de 1919 (extractos em Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 780); este grupo separou-se do partido quando o conselho deste voltou, em Junho de 1919, a uma política de oposição ao regime (*ibid.*, XXIV, 788-9).

mas nunca absolutamente, impossível. Dan, um dos dirigentes mencheviques, deixou um relato detalhado das suas aventuras do período de 1919 a 1921, durante o qual foi alternadamente preso e libertado, foi expulso da capital sob o pretexto de nomeações profissionais mais ou menos míticas nas províncias (ele era médico), voltou a Moscovo ilicitamente para reuniões políticas e, numa ocasião, foi lá chamado de novo oficialmente para assistir ao Congresso Panrusso de Sovietes⁸⁵. Estas tácticas de desgaste não deixavam de produzir efeito. Tanto quanto dizia respeito aos mencheviques dos escalões inferiores, Estaline não exagerava provavelmente muito quando os descreveu nesta altura como «passando pouco a pouco para o campo da república soviética»⁸⁶.

Foi nestas condições que os dirigentes mencheviques estiveram presentes, por convite, embora não como delegados eleitos, no Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1919. Dan fez um breve discurso de cerimónia em que falou com simpatia das vitórias soviéticas na guerra civil e do desaire de Yudenitch frente a Petrogrado e saudou «a frente revolucionária única ... em tudo o que diz respeito à defesa da revolução»⁸⁷. O discurso mais controverso foi reservado para Martov, que atacou as violações da constituição soviética, diagnosticou «uma apatia das massas alimentada e reforçada por séculos de escravidão sob os czares e os proprietários de servos, uma paralisia da consciência cívica, uma facilidade para atirar toda a responsabilidade pela própria sorte para os ombros do governo» e leu uma declaração que exigia «uma restauração do funcionamento da constituição ... liberdade de imprensa, de associação e de reunião ... inviolabilidade da pessoa ... abolição das execuções sem julgamento, de prisões administrativas e do terror oficial»⁸⁸. Lenine, num discurso de resposta eficaz, replicou que a declaração de Martov significava «o regresso à democracia burguesa e nada mais» e que «quando ouvimos tais declarações de pessoas que anunciam a sua simpatia para connosco, dizemos a nós próprios: 'Não, tanto o terror como a Cheka são absolutamente indispensáveis'»⁸⁹.

⁸⁵ F. Dan, *Dva Goda Skitanii* (Berlim, 1922).

⁸⁶ Stalin, *Sochineniya*, IV, 243-4.

⁸⁷ *Ti Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1920), p. 20.

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 60-3.

⁸⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 612-13.

Ao longo de 1920, os mencheviques tiveram sedes do partido e um clube em Moscovo (embora «a Cheka assaltasse de vez em quando os edifícios, os selasse, confiscasse documentos e prendesse os que estavam reunidos») e publicaram folhas informativas e proclamações, por intermédio de tipografias amigas, com a assinatura do comité central do partido. Nas eleições daquele ano para os soviets locais, obtiveram 46 lugares no Soviete de Moscovo, 250 em Kharkov, 120 em Yaroslavl, 78 em Kremenchug e números mais pequenos na maioria das outras grandes cidades⁹⁰. Em Maio de 1920, concedeu-se aos membros da delegação trabalhista britânica de visita a Moscovo «completa liberdade para visitarem políticos de partidos da oposição»⁹¹ e assistiram até a uma sessão do comité central menchevique. Alguns deles estiveram depois presentes num comício de 3 000 trabalhadores organizado pelo sindicato dos tipógrafos, predominantemente menchevique, e em que falaram oradores tanto mencheviques como bolcheviques. No decorrer da reunião, Tchernov, o dirigente SR, já procurado pela Cheka, apareceu disfarçado na tribuna e fez uma arenga em que comparava o socialismo com o cristianismo primitivo e a degenerescência dos bolcheviques com a da igreja medieval. Segundo Dan, foi «o último comício deste tipo na Moscovo bolchevique»⁹². Em Agosto de 1920, realizou-se abertamente em Moscovo uma conferência do partido menchevique que foi até referida na imprensa soviética⁹³. Mais tarde ainda, os mencheviques continuaram a controlar sindicatos importantes e a agir como grupo organizado em congressos do conselho central dos sindicatos. O Oitavo

⁹⁰ Y. Martov, *Geschichte der Russischen Sozial-Demokratie* (1926), p. 318. Em G. K. Gins, *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), II, 564-5, está publicada uma declaração do grupo menchevique do Soviete de Moscovo, de 6 de Março de 1920, que contesta, entre outras coisas, a lisura das eleições.

⁹¹ B. Russell, *The Practice and Theory of Bolshvism* (1920), p. 26.

⁹² F. Dan, *Dva Goda Skitanii* (Berlim, 1922), pp. 11-13. Tchernov cita o texto do seu discurso em *Mes Tribulations en Russie* (Paris, 1921), pp. 55-60; Dan qualifica-o de «não muito feliz» e «excessivamente literário e abstracto». Encontra-se um breve relato do comício, juntamente com o texto de um discurso de Kefali, um membro do comité central menchevique, em *British Labour Delegation to Russia, 1920: Report* (1920), pp. 63-5; segundo uma informação posteriormente dada à delegação, os membros do conselho do sindicato dos tipógrafos foram presos no mês seguinte (*ibid.*, p. 71).

⁹³ F. Dan, *Dva Goda Skitanii* (Berlim, 1922), pp. 57-9.

Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1920, foi, no entanto, o último a admitir, sem direito a voto, delegados dos mencheviques e dos SRs, bem como de alguns grupos de importância secundária⁹⁴. O tom dos oradores da oposição foi mais irreconciliável e a sua recepção pela esmagadora maioria bolchevique do congresso mais vivamente hostil que no ano anterior. Martov tinha já deixado a Rússia e tinha pronunciado, no Outono de 1920, no congresso dos socialistas independentes alemães de Halle, um discurso polémico de efeito contra Zinoviev e os bolcheviques⁹⁵. A política de tolerância limitada dos partidos dissidentes nos soviets estava obviamente a chegar ao fim.

Os primeiros meses de 1921 trouxeram a mais grave crise interna da história soviética desde o Verão de 1918. O fim da guerra civil revelou o alcance total das perdas e destruição que ela tinha ocasionado e eliminou as restrições da lealdade que a guerra normalmente impõe; o descontentamento com o regime tornou-se, pela primeira vez, fora dos círculos políticos, alargado e expresso, estendendo-se tanto a camponeses como a operários fabris; o motim de Kronstadt do princípio de Março de 1921 foi a sua expressão e o seu símbolo. No décimo congresso do partido, no mesmo mês, que aprovou a Nova Política Económica (NEP), a disciplina do partido foi reforçada para fazer face à emergência. A tolerância de minorias dissidentes fora do partido tornou-se cada vez mais anómala. Não foi publicado nenhum decreto formal semelhante ao de Junho de 1918. Mas o próprio Lenine parece ter dado o sinal. Num opúsculo em defesa da NEP publicado em Maio de 1921, escreveu:

Quanto às pessoas sem partido que não são nada mais que mancheviques e SRs vestidos com trajos modernos, de Kronstadt, apartidários, ou os manteremos em segurança na prisão ou os mandaremos a Martov, em Berlim, para livre gozo de todas as amenidades da democracia livre e livre troca de ideias com Tchernov, Milyukov e os mancheviques georgianos⁹⁶.

⁹⁴ Um delegado qualificou-se a si próprio de porta-voz dos «dissidentes comunistas» (*Vos'moi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1921), pp. 226-8) — produto curioso da confusão política dos primeiros anos da revolução e do encorajamento dado por pouco tempo aos dissidentes religiosos como arma contra a Igreja Ortodoxa.

⁹⁵ Este episódio será discutido na Parte V.

⁹⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 352.

Segundo uma fonte menchevique, o resultado desta alusão foi imediato:

Começaram por toda a Rússia repressões contra social-democratas. A única forma de evitar ser perseguido era escrever uma declaração ao jornal bolchevique repudiando qualquer ligação com o Partido Social-Democrata. Muitos submeteram-se; mas também muitos foram exilados para Solovki, para Suzdal, para a Sibéria, o Turquestão, e assim por diante⁹⁷.

Os mártires parecem ter sido poucos. Não foram postos obstáculos à partida dos dirigentes mencheviques para Berlim, onde, na Primavera de 1921, se estabeleceu um importante centro menchevique com um semanário, *Sotsialisticheskii Vestnik*. A massa anónima do partido submeteu-se na sua maior parte ou abandonou a actividade política. Há no entanto, uma certa ironia no facto de a extinção da oposição política organizada ao bolchevismo a partir do exterior ter coincidido com o desenvolvimento da mais importante oposição organizada dentro do partido desde o tempo de Brest-Litovsk. Continuavam a existir agudas diferenças de opinião. Mas estavam agora concentradas dentro do partido. O partido tinha atraído para dentro de si toda a vida política do país. Os seus assuntos internos eram, daí em diante, a história política da nação.

E, no entanto, uma vez mais significativo da flexibilidade da política soviética e do seu empirismo na escolha dos meios que esta mesma Primavera e este mesmo Verão de 1921, que viram a extinção virtual de todos os partidos independentes da Rússia Soviética, tivessem presenciado as duas tentativas mais sérias realizadas para lograr um entendimento entre o poder soviético e os sobreviventes da intelligentsia burguesa que tinham permanecido em solo soviético. Do lado soviético, a NEP era o sintoma de uma disposição em contemporizar que se podia supor que tinha uma contrapartida política; do outro lado, muitos dos russos até então hostis ao poder soviético, quer na Rússia quer já na emigração, viam na NEP uma renúncia aos princípios até então inflexíveis do bolchevismo, que poderia preparar o caminho

⁹⁷ Y. Martov, *Geschichte der Russischen Sozial-Demokratie* (1926), p. 319. O autor (F. Dan, nesta parte do livro) cita as palavras de Lenine de forma ligeiramente inexacta e atribui-as erradamente ao discurso de Lenine no congresso do partido.

para uma reconciliação parcial. Em Abril de 1921, foi apresentada uma proposta para uma reunião pública conjunta seguida por um banquete entre representantes do Governo Soviético e da intelligentsia burguesa, no qual os oradores oficiais explicariam o significado da NEP e os oradores da intelligentsia saudariam a mudança de política. O plano falhou devido à intransigência dos representantes da intelligentsia, que não estavam dispostos a comprometer-se com nenhuma aceitação pública da acção soviética⁹⁸. No fim de Junho de 1921, começaram a chegar a Moscovo notícias da fome catastrófica que ameaçava as províncias orientais da Rússia Europeia e um grupo de homens públicos e intelectuais entrou em contacto com as autoridades soviéticas com propostas de um pedido de socorro a países estrangeiros. A magnitude do desastre iminente e a convicção de que um gesto conciliatório impressionaria favoravelmente a opinião estrangeira fez que o Governo Soviético fosse sensível ao projecto. Um decreto de 21 de Julho de 1921 constituiu um Comité Panrusso de Auxílio às Vítimas da Fome, composto por cerca de sessenta pessoas. Estas incluíam Kamenev, o presidente do comité, Rykov, Lunatcharsky, Krasine, Máximo Gorky e alguns outros bolcheviques, dois antigos ministros do Governo Provisório, Kichkine e Prokopovitch, alguns cadetes importantes e um grande número de intelectuais sem partido. Deveria recolher fundos tanto de contribuições voluntárias como de um subsídio do estado, reunir víveres tanto na Rússia como no estrangeiro e cuidar da sua distribuição⁹⁹.

Um comité deste tipo era único na história do regime soviético e as dificuldades que lhe eram inerentes depressa se revelaram. A imprensa russa *émigré* saudou a iniciativa como prova de que o regime soviético estava em dificuldades desesperadas e já não era capaz de se manter sem apoio burguês, o representante britânico, recentemente chegado a Moscovo, entrou em relações com o comité passando por cima do Governo Soviético; e os governos estrangeiros mostraram uma inclinação evidente para o tratarem como governo alternativo, que poderia suceder-se no poder, uma vez derrubado o regime soviético. O comité, de facto, pouco fez, a não ser reunir

⁹⁸ A principal fonte para este episódio pouco documentado é um artigo de E. Kuskova, um dos representantes da intelligentsia envolvidos nas negociações (*Volya Rossii* (Praga), n.º 3, 1928, p. 56).

⁹⁹ *Izvestiya*, 23 de Julho de 1921.

informações e fazer publicidade no país e no estrangeiro. Em 20 de Agosto de 1921, o Governo Soviético concluiu um acordo com a Administração de Assistência Americana (AAA) de Hoover para a organização da assistência à fome. Este êxito tornou a continuação da existência do comité, do ponto de vista soviético, não só supérflua como perigosa, porque a AAA esperava claramente usar o programa de assistência para enfraquecer a posição do Governo Soviético e procuraria tanto quanto possível negociar com o comité predominantemente burguês de preferência a negociar com as autoridades bolcheviques. Numa primeira fase, tinham sido feitos planos para que delegados do comité seguissem para Londres e outros países estrangeiros para solicitar auxílio. Isto estava agora fora de questão. O Governo Soviético informou o comité de que o seu trabalho em Moscovo estava terminado e de que os seus membros deveriam tomar o seu lugar na organização de assistência nas regiões atingidas. Quando a maioria do comité se recusou a aceitar esta decisão e insistiu no plano de mandar delegados ao estrangeiro, ele foi formalmente dissolvido por decreto de 27 de Agosto de 1921 e os seus principais membros burgueses presos¹⁰⁰. Assim terminou a primeira e última tentativa de cooperação entre o regime soviético e os elementos sobreviventes da velha ordem. Ela ilustrou tanto a intensidade da animosidade mútua entre eles como a forma como qualquer força independente na Rússia Soviética se tornava, ou podia plausivelmente ser suspeita de se tornar, um foco de intervenção estrangeira contra o regime¹⁰¹.

Antes de voltar ao desenvolvimento do partido na sua relação com o estado, há que registar dois outros episódios como fases marcantes na consolidação da ditadura. O primeiro foi a abolição e transformação da Cheka, que ocorreu na Primavera de 1922. O segundo foi o julgamento público dos dirigentes SR, três meses depois.

A hostilidade contra a Cheka vinha de duas origens, ambas

¹⁰⁰ O anúncio da dissolução, com uma breve exposição dos motivos, apareceu nos *Izvestiya* de 30 de Agosto de 1921.

¹⁰¹ O relato mais longo e conexo do episódio é um artigo de E. Kuskova, um dos membros do comité, em *Volva Rossii* (Praga), n.º 3, 4, 5, 1928; a argumentação bolchevique contra o comité foi exposta nos *Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 34, 15 de Novembro de 1921, p. 2.

bem representadas no partido: dos idealistas que desaprovavam o terror e os procedimentos extrajudiciais como instrumento regular de governo, embora os tivessem aceitado como necessários numa emergência, e dos direitos estabelecidos de outros ramos da administração que objectavam à intrusão de uma instituição privilegiada e irregular nas suas funções normais. Ao nível do centro, esta última objecção era formulada pelos Commissariados dos Assuntos Internos e da Justiça; nas regiões, as comissões locais da Cheka levantavam da forma mais aguda o problema constitucional crónico da responsabilidade dos órgãos locais para com os sovietes locais. De um modo mais geral, o fim da guerra civil tinha sido seguido por um relaxamento de tensão, de que a NEP era o sintoma no campo económico. Sentia-se que a desmobilização do exército deveria ser coroada pela desmobilização do órgão que tinha conduzido a campanha, agora vitoriosamente completada, na frente da rectaguarda. No Nono Congresso Panrusso de Sovietes, Smirnov, um velho bolchevique que tinha estado ligado a movimentos de oposição no partido desde os «comunistas de esquerda», de 1918¹⁰² em diante, propôs, no mais breve dos discursos, uma moção que, se as actas estão completas, foi aprovada sem debate. Rezava assim:

O Congresso dos Sovietes regista a heróica obra realizada pelos órgãos da Cheka nos momentos mais agudos da guerra civil e os imensos serviços por ela prestados à tarefa de reforçar e defender as conquistas da Revolução de Outubro contra ataques de dentro e de fora.

O Congresso considera que o actual fortalecimento do poder soviético interna e externamente torna possível diminuir o alcance da actividade da Cheka e dos seus órgãos, reservando para os órgãos judiciais a luta contra as violações das leis das repúblicas soviéticas.

Por conseguinte, o Congresso dos Sovietes encarrega o presidente do VTsIK de rever, no mais curto espaço de tempo, o estatuto da Cheka e dos seus órgãos, no sentido de os reorganizar, de restringir a sua competência e de reforçar os princípios da legalidade revolucionária¹⁰³.

A não ser no calor e entusiasmo iniciais de uma revolução, as questões fundamentais da mecânica do poder raramente

¹⁰² Ver adiante, p. 215.

¹⁰³ *Sobranie Uzakonenii, 1922, 1922, n.º 4, art. 42; Devyatyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov (1922), p. 254.*

são discutidas em público pelos que o exercem. O futuro da Cheka era uma questão destas. Não pode determinar-se até que ponto a aceitação da resolução de Smirnov pelos dirigentes do partido no congresso de 1921 foi uma manobra tática, até que ponto as opiniões foram modificadas posteriormente pela fome desesperada cujos efeitos não atingiram o auge antes dos primeiros meses de 1922, ou que forças foram responsáveis pela decisão final. Mas é difícil de acreditar que, numa altura em que a introdução da NEP, pela sua tolerância de elementos capitalistas e pequeno-burgueses, tinha aumentado a necessidade de vigilância, os dirigentes do partido pudessem ter pensado seriamente em dispensar um instrumento de segurança tão poderoso. Em 8 de Fevereiro de 1922, o VTsIK publicou um decreto que abolia a Cheka e as suas comissões locais, transferindo as suas funções para o Commissariado do Povo dos Assuntos Internos e criando no commissariado uma «administração política do estado» (Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie ou GPU) para exercer estas funções, com «secções políticas» correspondentes nas províncias e repúblicas e regiões autónomas da RFSSR. A responsabilidade dupla destas secções perante a GPU, em Moscovo, e perante o comité executivo soviético, no próprio local, era definida nos termos vagos habituais que não deixavam qualquer dúvida séria sobre a sua subordinação ao órgão central. Punham-se à disposição da GPU «destacamentos especiais do exército» e, entre as suas funções, mencionava-se a tarefa de «combater o crime no exército e nos caminhos de ferro». Finalmente, estabelecia-se que qualquer pessoa presa pela GPU tinha, ao fim de dois meses, de ser ou libertada ou entregue às autoridades judiciais para julgamento, a não ser que se obtivesse do presidium do VTsIK autorização especial para o prolongamento da sua detenção¹⁰⁴. Esta última disposição era a cláusula de escape que permitia à GPU, quando necessário, evitar os embaraços do procedimento legal. Mas não parece que mesmo esta formalidade tenha sido observada por muito tempo e, depois da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no ano seguinte, a ligação nominal ao Commissariado dos Assuntos Internos desapareceu também. A transformação de Fevereiro de 1922, embora pretendesse transferir as funções quase judiciais da Cheka para

¹⁰⁴ *Sobranie Uzakonenii*, 1922, n.º 16, art. 160.

os tribunais, afastava de facto totalmente os crimes políticos do alcance do procedimento judicial e deixava à GPU poderes mais arbitrários para se ocupar de tais crimes do que a defunta Cheka jamais tinha reivindicado ou exercido. A GPU não tinha dois meses de idade quando Lenine, no décimo-primeiro congresso do partido, a criticou por intervir numa transacção económica que não parecia dizer-lhe respeito ¹⁰⁵.

O segundo acontecimento marcante de 1922 foi o julgamento dos dirigentes SR. As medidas de repressão aplicadas aos mencheviques, no ano anterior, tinham caído igualmente sobre os SRs. Mas os SRs eram de raça diferente e não tão fáceis de eliminar. Eram um partido revolucionário com uma tradição de conspiração clandestina e, quando foi retomada a política de oposição, pelo menos alguns deles voltaram a esta tradição. A recém-criada GPU depressa interveio. Em Fevereiro de 1922, foi anunciado que quarenta e sete SRs destacados tinham sido presos sob a acusação de conspirarem contra o poder soviético e seriam levados a julgamento. O anúncio provocou alguma agitação no estrangeiro, especialmente em círculos socialistas. Em Abril de 1922, a questão foi levantada numa reunião em Berlim entre representantes das três Internacionais — tentativa solitária de compromisso entre estas organizações rivais ¹⁰⁶. Bukharine e Radek, que representavam o partido russo na delegação do Comintern, garantiram que não seria pedida a pena de morte contra os SRs e foram reprovados publicamente por Lenine, pelo seu consentimento nesta intrusão em assuntos internos soviéticos, embora admitisse que o compromisso tinha que ser respeitado ¹⁰⁷.

Antes de o julgamento ter podido começar, Lenine tinha sido derrubado pelo primeiro ataque. O julgamento abriu em 8 de Junho de 1922, durou dois meses e obteve publicidade internacional pela presença do socialista belga Vandervelde como principal advogado dos acusados. Foi o primeiro grande julgamento político do regime. A acusação geral contra os SRs era formidável. Através de Kerensky, eram sobre-carregados com a responsabilidade por todos os actos do Governo Provisório; tinham desempenhado um papel impor-

¹⁰⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 249.

¹⁰⁶ Na Parte V, será dado um relato desta reunião.

¹⁰⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 277-80.

tante em mais que um governo «branco» durante a guerra civil; os assassinos de Mirbach e o autor do atentado contra a vida de Lenine tinham sido SRs; quando não podiam provar-se actos concretos, havia muitas declarações de destacados SRs a favor de actos de terrorismo contra o poder soviético. Vandervelde e os seus colegas estrangeiros abandonaram a defesa, ao fim de alguns dias, «a pedido dos acusados» e publicaram uma declaração a denunciar o tribunal e a acusação por violação do acordo de Berlim¹⁰⁸. Dos trinta e quatro réus, alguns foram absolvidos e muitos condenados à morte. Dois destes foram indultados por decreto do VTsIK e as sentenças dos outros suspensas. É digno de nota que, ao longo do processo, não foi alegado que o partido SR era, em si próprio, uma instituição ilegal; foram apresentadas contra os acusados provas de actos que teriam sido criminosos sob qualquer sistema de governo. O decreto de VTsIK de 8 de Agosto de 1922 que confirmava e suspendia as sentenças continuava a implicar o reconhecimento de um partido legal:

Se o partido dos SRs, em actos e na prática, suspender a sua actividade terrorista conspiratória e clandestina e de espionagem militar orientada para a insurreição contra o poder dos operários e camponeses, livrará, ao fazê-lo, de sofrer a punição suprema aqueles dos seus principais membros que, no passado, chefiaram esta obra e reservaram, no próprio julgamento, o direito de a continuarem¹⁰⁹.

A ficção de uma oposição legal estava, contudo, morta há muito tempo. A sua morte não pode assacar-se imparcialmente a um só partido. Se foi verdade que o regime bolchevique não se mostrou disposto, ao fim dos primeiros meses, a tolerar uma oposição organizada, foi também verdade que nenhum partido da oposição estava disposto a permanecer em limites legais. A premissa da ditadura era comum a ambos os lados da questão.

¹⁰⁸ E. Vandervelde et A. Wauters, *Le Procès des Socialistes-Révolutionnaires à Moscou* (Bruxelas, 1922), pp. 133-4.

¹⁰⁹ *Protsess P. SR: Rechi Gosudarstvennykh Obvinitel'ei* (1922), pp. 243-4.

CAPITULO VIII

A SUPREMACIA DO PARTIDO

A evolução da ala bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo, que não tardaria a tornar-se o «Partido Comunista Russo (Bolcheviques)», depois de Outubro de 1917, foi um processo tanto de continuidade como de mudança. Ao longo da sua história, o partido continuou a trazer a marca que Lenine lhe tinha imprimido e voltou constantemente às tradições e controvérsias dos seus primeiros tempos. A Revolução de Outubro transformou-o de algumas formas evidentes e de algumas mais subtis. Mas também aqui é difícil distinguir entre as transformações inerentes à sua natureza como partido, ou, em especial, como partido revolucionário, e as transformações características dele ou da situação em que teve de actuar. Os três principais factos novos que marcaram o período entre a Revolução de Outubro e a morte de Lenine foram o aumento da autoridade nas mãos de uma pequena direcção central do partido, a transformação do partido, de uma organização revolucionária orientada para o derrubamento das instituições existentes no núcleo directivo de uma máquina governamental e administrativa e, finalmente, a criação a seu favor de uma posição de monopólio pela eliminação dos outros partidos.

A tendência para concentrar o poder no centro de qualquer grande organização e a necessidade de concentração como condição de funcionamento eficiente tem sido um lugar-comum dos partidos políticos modernos¹. Partidos, como

¹ Ver atrás, pp. 50-1.

os anarquistas, que lhe resistiram condenaram-se à esterilidade política; outros partidos tiveram, de uma maneira geral, um sucesso proporcional à sua disposição em aceitar a disciplina de uma autoridade e direcção central fortes. Este facto tem implicações perturbadoras para partidos que pretendem estar organizados em linhas democráticas. Todos os partidos políticos organizados — e particularmente os partidos que representam as massas, em que os escalões inferiores estão largamente separados dos dirigentes pelas qualificações intelectuais e técnicas requeridas para a chefia — tenderam, por mais democráticos que fossem os princípios em que se apoiavam, a evoluir no sentido de uma oligarquia fechada de dirigentes. Um sociólogo cujo material proveio principalmente do estudo do Partido Social-Democrata Alemão e do Partido Socialista Italiano antes de 1914 diagnosticou os sintomas:

Em todas as relações sociais, a própria natureza cria a dominação e a dependência. Assim, qualquer organização de partido representa uma poderosa oligarquia assente em bases democráticas. Em toda a parte, existem eleitores e eleitos. Mas, em toda a parte, também, existe o poder da direcção eleita sobre as massas eleitorais. A estrutura oligárquica do edificio esconde os alicerces democráticos².

Quando os bolcheviques se tornaram um partido de massas, depois de 1917, este processo iniciou-se rapidamente. Foi, sem dúvida, acelerado pelas tradições de sigilo e disciplina estabelecidas no partido antes de 1917, pela posição especial que ele conquistou gradualmente depois de 1917 como partido de monopólio no estado e talvez também pelo atraso político e inexperiência dos operários russos em comparação com os seus congéneres ocidentais. Mas a perspectiva ficará seriamente distorcida se o processo for encarado como caracteristicamente russo ou caracteristicamente bolchevique.

² R. Michels, *Zur Soziologie des Parteiwesens* (segunda ed. 1925), p. 504. E mais: «Quanto mais se estende o aparelho oficial, isto é, quantos mais membros uma organização consegue e quanto mais se enchem os seus cofres e cresce a sua imprensa, tanto mais a democracia é nele atirada para o lado e substituída pela omnipotência dos comités» (ibid., p. 98). A acusação de «bizantinismo» — um sarcasmo favorito dos críticos dos bolcheviques — já se ouvia no Partido Social-Democrata Alemão em 1908 (ibid., p. 148).

Ele foi comum, em maior ou menor grau, a todos os partidos políticos da primeira metade do século vinte.

A evolução de um partido revolucionário para partido governamental foi uma característica de todas as revoluções vitoriosas e produz algumas consequências tão habituais que podem chamar-se estereotipadas. O partido, voltando-se da tarefa de destruição para a da administração, descobre as virtudes da lei e da ordem e da submissão à autoridade legítima do poder revolucionário e é atacado da esquerda por aqueles que querem continuar a revolução em nome dos antigos princípios revolucionários que se afirma agora que o governo da revolução está a trair. Este modelo foi seguido na história da Revolução Russa. Mas da nova interacção de partido e estado resultou uma característica diferente e mais distintiva. A associação entre partido e estado envolveu o partido directamente em todas as crises nacionais e transformou todos os apelos à unidade e à chefia nacionais num apelo à unidade do partido e à lealdade ao dirigente do partido. Cerrar fileiras era, tanto para o partido como para a nação, a reacção natural ao perigo nacional. E também não era possível separar Lenine, dirigente do partido, de Lenine, chefe da nação. A influência que ele exercia era mais de autoridade moral que de poder externo. Mas ajudou a instituir tanto no partido como no estado uma tradição de chefia pessoal de que era difícil libertar-se.

A terceira transformação importante foi a aquisição pelo partido do que era efectivamente um monopólio político no território soviético. Nenhuma teoria política nega a um partido político o direito de impor condições rígidas, quer de conduta, quer de doutrina, aos seus membros e de excluir os que não se sujeitam a elas. Este direito, no entanto, tinha pressuposto até então que o individuo tinha a opção de mudar a sua filiação partidária e que qualquer partido alternativo tinha uma oportunidade comparável de influir nos assuntos públicos. Antes da revolução, os bolcheviques dissidentes podiam, e faziam-no, tornar-se mencheviques ou entrar para outros partidos ou grupos políticos. Nos primeiros meses a seguir à revolução, esta fluidez de membros entre os partidos sobreviventes — bolcheviques e mencheviques, SRs de esquerda e de direita — era ainda efectiva até certo ponto. Os bolcheviques eram o partido dominante, mas ainda um de entre vários partidos. Mas, depois do Verão de 1918, os outros partidos políticos existiam somente por tolerância,

tornando-se o seu estatuto cada vez mais precário, e, a partir de 1921, desapareceram virtualmente. A demissão ou expulsão do único partido restante significava, a partir de então, normalmente — no melhor dos casos — exclusão de qualquer forma legal de actividade política. Por conseguinte, as discussões dentro do partido estavam sujeitas a tornarem-se cada vez mais azedas, quer porque não havia outro canal pelo qual pudessem ser expressas opiniões dissidentes, quer porque tais opiniões podiam agora ser plausivelmente atribuídas a antigos mencheviques ou SRs que tinham entrado para o partido por motivos insinceros ou interesseiros³. Tornou-se fácil e natural tratar a dissidência como deslealdade. No estado unipartidário, as concepções de unidade do partido e disciplina do partido desenvolveram implicações até então insuspeitas.

Estas transformações desenvolveram-se por fases. Apesar da prolongada insistência de Lenine na submissão à doutrina e disciplina do partido para a fazer cumprir, o estatuto original do partido adoptado pelo segundo congresso do partido de 1903 e confirmado, numa forma ligeiramente revista, pelo terceiro congresso de 1905 deixava implícita a obrigação dos membros de se submeterem às decisões do partido. No estatuto revisto do partido adoptado pelo sexto congresso, em Agosto de 1917, esta obrigação foi tornada explícita pela primeira vez. O que é talvez surpreendente é que a vitória da revolução pareceu, a princípio, relaxar os laços da disciplina do partido e levar a uma erupção de discórdia e controvérsia sem peias, sem precedentes nos anais do partido bolchevique, e talvez rara nos de qualquer outro. Estas controvérsias dentro do partido, vivas como eram, desenvolviam-se de acordo com a regra reconhecida de que os membros do partido mantinham a sua liberdade de acção até, mas apenas até, ter sido tomada a decisão do partido. O delito pelo qual Kamenev e Zinoviev tinham sido ameaçados de expulsão, em vésperas da revolução, não era terem exprimido opiniões dissidentes nos debates do comité central que

³ A resolução do décimo congresso do partido atribuía o aumento do fraccionismo à «entrada para as fileiras do partido de elementos que não absorveram completamente o ponto de vista comunista» (*VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 375). A redacção original desta resolução por Lenine mencionava especificamente «antigos mencheviques» (*Sochineniya*, XXVI, 262).

precederam a decisão, mas terem contestado publicamente essa decisão quando, pelo voto de uma maioria, ela tinha ido contra eles⁴. Não se podia razoavelmente negar a nenhum partido confrontado com um desafio destes o direito de aplicar sanções. Alguns dias depois da vitória da revolução, Lenine enfrentou uma outra revolta, chefiada mais uma vez por Kamenev e Zinoviev, contra a política (que foi atenuada pouco tempo depois a favor dos SRs de esquerda) de excluir os outros partidos do Governo Soviético; e esta crise só terminou com um ultimato e várias demissões⁵. Um Inverno de livre expressão e dura pancadaria no comité central do partido culminou nos famosos debates de Fevereiro e Março de 1918 sobre as negociações de Brest-Litovsk com a Alemanha e a assinatura do tratado de Brest-Litovsk. Estes debates chegaram ao auge quando Dzerjinsky exprimiu pesar por o partido não ser suficientemente forte para se arriscar à demissão de Lenine e Lomov, pronto a enfrentar mesmo esta contingência, disse abertamente que «temos que tomar o poder sem Vladimir Ilitch»⁶.

Enquanto, contudo, o efeito inicial da revolução tinha sido encorajar uma liberdade e publicidade de discussão raramente praticada por qualquer partido sobre questões vitais de política pública, depressa começaram a trabalhar outras forças no sentido contrário. O entusiasmo acrítico gerado pelo triunfo da revolução evaporou-se; na Primavera de 1918, as dificuldades económicas eram já agudas e começou a surgir oposição de grupos de esquerda dentro do

⁴ Do mesmo modo, na questão dos sindicatos de 1920-21, o erro de Trotsky estava, não no facto de ter apresentado propostas insustentáveis, mas no facto de, quando estas propostas foram rejeitadas pela maioria do comité central, se ter recusado a fazer parte da comissão designada para preparar uma solução (ibid., XXVI, 88).

⁵ Ver atrás, p. 129-130. O ultimato apresentado pelo comité central, em 6/19 de Novembro de 1917, a Kamenev, Zinoviev, Ryazanov e Larine exigia que eles «imediatamente e por escrito aceitassem submeter-se às decisões do comité central e executar a política dele em todos os seus actos públicos ou se abstivessem de toda a actividade pública do partido e renunciassessem a todos os postos responsáveis no movimento operário até ao próximo congresso do partido» (*Protokoly Tsentral'nogo Komiteta RSDRP* (1929), p. 170). Zinoviev respondeu com uma carta de submissão; os outros três permaneceram obstinados e foram excluídos do comité central (ibid. pp. 175-7). Rykov, Milyutine e Noguine demitiram-se também do comité central e dos seus lugares no Sovnarkom.

⁶ Ibid., pp. 249-50.

partido que acusavam os dirigentes do partido de tendências oportunistas e de abandono dos princípios bolcheviques. Nestas condições, as controvérsias sobre Brest-Litovsk deram lugar ao nascimento de um grupo de «comunistas de esquerda» que, durante uma quinzena, publicou em Petrogrado um jornal diário de oposição, *Kommunist*, e atraiu o furor de Lenine no sétimo congresso do partido, convocado para ratificar o tratado de Brest-Litovsk, em Março de 1918:

A séria crise por que o nosso partido está a passar em relação à formação dentro dele de uma oposição de esquerda é uma das maiores crises que a Revolução Russa atravessou⁷.

Derrotada no caso de Brest-Litovsk, ela voltou a sua atenção para a crítica situação económica, atacando a política de Lenine sobre questões como o emprego de especialistas, a formação de cartéis industriais e a gestão individual na indústria; e era, não sem que fosse natural, embora talvez injustamenté, acusada de intrigar com os SRs de esquerda que tinham deixado o Sovnarkom por causa da questão de Brest-Litovsk⁸. O grupo obteve o contróle da organização do partido em Moscovo e publicou, em Abril de 1918, dois números de um novo jornal com o título de *Kommunist*, qualificado de «Órgão do Secretariado Regional de Moscovo do Partido Comunista Russo (Bolchevique)». Os editores eram Bukharine, Obolensky, Radek e V. Smirnov. O primeiro número publicava um longo manifesto sobre a situação económica que tinha sido lido numa reunião do grupo com os dirigentes do partido, incluindo Lenine, em 4 de Abril

⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 321.

⁸ Durante as azedas controvérsias no partido em Dezembro de 1923, Zinoviev alegou que os SRs de esquerda tinham proposto, nesta altura, prender Lenine e outros membros do Sovnarkom, que o plano tinha sido considerado seriamente pelos comunistas de esquerda e que Pyatakov tinha sido designado para suceder a Lenine (*Pravda*, 16 de Dezembro de 1923). Estaline referiu-se também à mesma alegação (ibid., 15 de Dezembro de 1923). Um grupo de antigos comunistas de esquerda, incluindo Pyatakov e Radek, replicou com uma declaração de que a história não tinha mais fundamento que algumas observações feitas por brincadeira (ibid., 3 de Janeiro de 1924). Em 1937, Bukharine foi acusado de ter organizado uma importante conjura contra Lenine nesta ocasião.

⁹ Entre outros participantes mencionados no frontispício, estavam Bubnov, Kosior, Kuibychev, Pokrovsky, Preobrajensky, Pyatakov, Sapronov, Safarov, Uritsky, Unchlikht e Yaroslavsky.

de 1918¹⁰. No mês seguinte, o grupo foi alvo de uma das bordoadas mais formidáveis de Lenine, num artigo intitulado *Sobre o Infantilismo «de Esquerda» e o Espírito Pequeno-Burguês*, e esfumou-se, no Verão de 1918, quando a conspiração dos SRs e o começo da guerra civil obrigou o partido pelo receio a restabelecer a unidade e autodisciplina sob a chefia de Lenine¹¹.

O sétimo congresso do partido, que decidiu ratificar Brest-Litovsk, levou também a efeito a proposta feita por Lenine um ano antes, nas suas teses de Abril, de mudar o nome do partido de «social-democrata» para «comunista». Marx e Engels tinham exprimido o seu desagrado pelo velho título quando o partido operário alemão o adoptou, em 1875; já nessa altura, o termo «democracia», mesmo qualificado pelo adjectivo «social», estava a começar a perder a sua conotação revolucionária. A partir de 1914, os sociais-democratas da Europa, com a excepção de uma minoria insignificante, tinham abandonado a causa da revolução proletária mundial e tinham-se tornado «reformistas e «chauvinistas» burgueses. Em Dezembro de 1914, Lenine tinha perguntado se não seria melhor abandonar o nome «manchado e degradado» de «sociais-democratas» e voltar ao nome marxista de «comunistas»¹². Era altura de marcar o abismo entre eles e de reivindicar para os revolucionários a herança marxista voltando à velha denominação marxista de «comunista». A mudança tinha um significado duplo. Internamente,

¹⁰ Segundo uma declaração do *Kommunist*, n.º 1, 20 de Abril de 1918, p. 13, Lenine leu nesta ocasião um grupo de contra-teses e prometeu publicá-las, mas não o fez. O manifesto do grupo está reproduzido em Lenine, *Sochineniya* XII, 561-71; o seu conteúdo será discutido na Parte IV.

¹¹ É um sintoma do espírito deste período que, no auge desta controvérsia aparentemente azeda, Bukharine aparecesse como delegado principal do comité central do partido no primeiro Congresso Panrusso dos Conselhos da Economia Nacional e que Radek fizesse nele um relatório sobre «as consequências económicas do tratado de Brest-Litovsk» (*Trudy i Vserossiiskogo S' ezda Sovetov Narodnogo Khozyaistva* (1918), pp. 7, 14-23). Esta elasticidade devia-se, em parte, à extrema escassez de pessoas qualificadas no partido, mas, em parte, também à forte tradição de que, embora os membros do partido pudessem discutir entre eles, falavam, em organizações exteriores ao partido, em nome deste. Ryazanov censurou Radek, nesta ocasião, por argumentar contra si próprio e «executar um *Eiertanz*» (*ibid.*, p. 34).

¹² Lenine, *Sochineniya*, XVIII, 73.

o partido voltava finalmente as costas à fase burguesa da revolução e virava-se resolutamente para o objectivo comunista. Externamente, a mudança marcava a divisão no movimento operário europeu entre os que persistiam em políticas burguesas de reforma e os que eram pela revolução através do proletariado: a cisão que Lenine tinha ocasionado no partido russo, em 1903, repetia-se agora à escala internacional. Tinha havido alguma relutância dentro do partido em alterar o nome tradicional; mas, em Março de 1918, os adeptos de Lenine deixaram finalmente de se chamar a si próprios o «Partido Operário Social-Democrata Russo» — um título discutido partilhado durante muito tempo com os mencheviques e agora abandonado a eles — e tornaram-se o «Partido Comunista Russo (Bolcheviques)»¹³.

Tinha também chegado a altura de reforçar a organização do partido. O sistema de organização tinha sido definido durante muito tempo nos círculos do partido como «centralismo democrático»¹⁴, termo destinado a denotar esse duplo processo pelo qual a autoridade dimanava para cima a partir das células do partido na cidade, fábrica ou aldeia, através dos comités locais ou regionais intermédios, até atingir o seu cume no comité central, que era o órgão do congresso soberano, e pelo qual a disciplina fluía para baixo pelos mesmos canais, estando cada órgão do partido subordinado ao órgão acima dele e, em última análise, ao comité central. Com o triunfo da revolução, a transformação do partido numa organização legal e o grande aumento do seu número de membros, esta concepção pôde finalmente ser realizada

¹³ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 297.

¹⁴ O termo (para o qual ver atrás, p. 50) foi incorporado no estatuto do partido pelo quinto congresso, de 1907 (*ibid.*, I, 108); em 1934 inclui-se pela primeira vez uma definição precisa no estatuto do partido (*ibid.*, II, 591), nos seguintes termos:

a) A aplicação do princípio electivo a todos os órgãos dirigentes do partido, do mais elevado ao mais baixo;

b) A prestação periódica de contas dos órgãos do partido às suas respectivas organizações do partido;

c) Estrita disciplina partidária e subordinação da minoria à maioria;

d) O carácter absolutamente vinculativo da decisão dos órgãos mais elevados para órgãos inferiores e para todos os membros do partido.

por completo em linhas muito semelhantes à organização dos sovietes. O órgão supremo, o congresso do partido, reunia-se em princípio — e, durante os primeiros anos a seguir à revolução, de facto — anualmente. O comité central, que era o principal órgão executivo, reunia-se, segundo o estatuto de 1917, «em intervalos não superiores a dois meses». Quando a revolução permitiu ao partido estender a sua rede por toda a Rússia, criou-se uma vasta hierarquia de organizações centrais e locais. Abaixo do congresso «panrusso» e do seu comité central, cada república ou região (*oblast*) tinha a sua conferência regional e o seu comité regional; abaixo deles, estavam as conferências e comités provinciais; vinham então as conferências e comités de comarca (*uezd*) e as conferências e comités de distrito (*volost*); e, por último, vinham as células do partido, cada qual com o seu «secretariado», em fábricas, em comunidades rurais, no Exército Vermelho, nas instituições soviéticas — em toda a parte, na verdade, onde se podiam reunir dois ou três membros do partido. Embora situadas no grau mais baixo da hierarquia, as células não eram de forma alguma o elemento menos importante da máquina do partido. É ainda mais difícil obter um quadro autêntico delas do que dos sovietes locais que constituíam o grau mais baixo do sistema soviético. Mas, em muitos aspectos, elas herdaram a dura tradição dos pequenos grupos clandestinos por meio dos quais o partido tinha feito sentir a sua influência na Rússia czarista; e toda a estrutura dependia, pelo menos nas primeiras fases da revolução, da sua lealdade e eficácia ¹⁵.

Dada a composição do partido e as condições turbulentas em que ele foi precipitado, poucos meses após o seu triunfo revolucionário, a sua evolução foi inevitável. No conflito latente no termo «centralismo democrático» — o conflito entre o dimanar da autoridade da periferia para o centro e a imposição da disciplina pelo centro à periferia, entre democracia e eficácia — o segundo estava sujeito a aparecer como factor predominante. Enquanto Lenine segurou firmemente as rédeas, as duas forças puderam conciliar-se e trabalhar em conjunto e ele próprio mostrou-se sempre impaciente para com os que tentavam traçar um contraste entre

¹⁵ Uma importante resolução do décimo congresso enumerava as funções das células (*ibid.*, I, 370-1).

autoridade «a partir de cima» e a «partir de baixo»¹⁶. Mas o domínio crescente da personalidade notável e autoconfiante de Lenine nos anos críticos por que o novo regime teve que passar justificou a tradição de chefia forte e ajudou a afirmar a necessidade dela. Outras forças estavam também em acção. A mais forte delas todas era o peso opressivo de toda a tradição administrativa e da estrutura social russa. É fora de questão que Lenine desejava, em princípio, e tentou até na prática, iniciar os escalões inferiores do partido e, posteriormente, do proletariado na participação activa nos assuntos do partido e da nação; e quando falava, como fez em muitas ocasiões nos seus últimos anos, do «atraso» e «falta de cultura» do povo russo, estava a pensar em parte no seu fracasso em realizar este sonho. Era provável que fosse necessária mais que uma geração para ter qualquer influência séria numa tradição tão profundamente arreigada de direcção administrativa a partir de cima. E o Partido Comunista Russo também não diferia tanto a este respeito como por vezes se supõe dos partidos políticos doutros países, onde os pontos controversos são debatidos e a linha do partido determinada por um círculo estreito de dirigentes, mais que por qualquer consulta efectiva aos escalões inferiores.

Não foi, por conseguinte, surpreendente que a mesma tendência irresistível para a concentração da autoridade que afectava os órgãos soviéticos atacasse igualmente — embora

¹⁶ Em 1920, depois de descrever a forma como o partido trabalhava através do aparelho soviético, ele prosseguiu: «É este o mecanismo geral do poder de estado proletário visto «de cima», do ponto de vista da realização prática da ditadura. O leitor compreenderá, assim o esperamos, porque é que o bolchevique russo, que conhece este mecanismo e observou como ele cresceu, durante um período superior a vinte e cinco anos, a partir de pequenos grupos ilegais e clandestinos, não pode deixar de encarar toda a conversa sobre «a partir de cima» ou «a partir de baixo», a ditadura dos dirigentes ou a ditadura das massas, como disparate ridículo e infantil, comparável à discussão sobre se é a perna esquerda ou o braço direito de um homem que lhe é mais útil» (*Sochineniya*, XXV, 193). Alguns meses depois, o comité central emitiu uma circular sobre a «questão candente» das alas «superiores» e «inferiores» do partido em que atribuía a agudeza da questão, em parte, ao grande afluxo recente de membros jovens e inexperientes e, em parte, aos «métodos de trabalho incorrectos e, muitas vezes, perfeitamente intoleráveis adoptados por alguns membros responsáveis do partido» (*Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 21, 4 de Setembro de 1920, pp. 1-3).

um pouco mais tarde — os do partido. O congresso do partido, formalmente soberano, embora se reunisse anualmente de 1917 a 1924, tornou-se demasiado embaraçoso e as suas reuniões demasiado raras para o exercício de poder efectivo e o seu declínio seguiu, embora com um certo intervalo, o da sua contrapartida estatal, o Congresso Panrusso de Sovietes. O sétimo congresso do partido, de Março de 1918, que votou pela ratificação de Brest-Litovsk, foi o último que decidiu uma questão vital de política por um voto de maioria. Os poucos congressos imediatamente a seguir continuaram a debater questões cruciais e testemunharam ocasionalmente violentas trocas de opiniões; isto verificou-se particularmente no décimo-segundo congresso, de 1923 — o primeiro desde a Revolução de Outubro a que Lenine não esteve presente. Mas, mesmo quando havia discussões na tribuna do congresso, as verdadeiras decisões eram tomadas noutro sítio. Já em Outubro de 1917 tinha sido o comité central que tinha tomado a decisão vital de tomar o poder e foi o comité central que herdou a autoridade do congresso. Mas mesmo o comité central — como o VTsIK, a sua contrapartida no sistema soviético — não conseguiu, por sua vez, conservar o poder que em breve seria minado por órgãos mais pequenos e eficientes. Quando, em 1923, Zinoviev declarou entusiasticamente que «o comité central do nosso partido, em virtude da tradição, em virtude da história dos seus vinte e dois anos de existência, constitui um grupo que absorve em si tudo o que é mais autorizado no partido», estava a descrever uma situação que estava prestes a passar à história¹⁷.

A questão da centralização dentro do partido veio pela primeira vez ao de cima no oitavo congresso do partido, que reuniu em Março de 1919, no auge da guerra civil. Por esta altura, o processo tinha ido muito longe. Osinsky queixou-se no congresso de que todo o trabalho do partido estava centrado à volta do comité central e de que «mesmo o comité central, como órgão colegial, a bem dizer não existe», visto que «os camaradas Lenine e Sverdlov decidem as questões correntes em conversa um com outro ou com camaradas individuais encarregados deste ou daquele ramo do trabalho dos soviets»¹⁸. A guerra civil, no entanto, colocava

¹⁷ *Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 207.

¹⁸ *Vos'moi S' 'ezd RKP(B)* (1933), pp. 165-6.

o partido, como uma resolução do congresso admitia, «numa situação em que o centralismo mais estrito e a mais severa disciplina são uma necessidade absoluta»;¹⁹ e foi particularmente pouca sorte que Sverdlov, até então o administrador competente da máquina do partido, tivesse morrido em vésperas do congresso. O congresso, aceitando a necessidade de reforçar a autoridade central, esforçou-se por equipar o comité central para a sua tarefa, quer limitando os seus membros a dezanove (com oito «candidatos»), quer prescrevendo reuniões quinzenais. Mas deu ao mesmo tempo o passo fatídico de criar três novos órgãos que, embora nominalmente emanações do comité central, estavam destinados, nos três ou quatro anos seguintes, a dividir entre si as funções dele e a usurpar tudo, excepto os ornamentos exteriores da autoridade.

O primeiro destes órgãos foi um Politburo de cinco membros, cujo nome e carácter recordavam o secretariado político criado anteriormente, num momento de crise, em vésperas da Revolução de Outubro. A sua função era «tomar decisões sobre questões que não admitam demora» e informar a reunião quinzenal do comité central. Mas quase não é preciso dizer que a restrição formal da sua competência a questões urgentes, como a restrição semelhante dos poderes do Sovnarkom na constituição da RFSSR, se mostrou completamente fictícia; o Politburo depressa se tornou a fonte principal das decisões políticas importantes, que eram executadas por intermédio do mecanismo do estado. O segundo novo órgão foi um «secretariado organizacional» (Orgburo), também de cinco membros, que reuniria três vezes por semana e «dirigiria todo o trabalho organizacional do partido». O terceiro órgão foi um «secretariado do comité central», composto por um «secretário responsável» e cinco assistentes «técnicos», cujas funções não eram definidas além disso²⁰. Os perigos de um choque entre Politburo, Orgburo e secretariado foram reduzidos pelo expediente de um entrelaçamento dos seus membros. Krestinsky, que se tornou o primeiro «secretário responsável», tinha também um lugar no Orgburo. Um membro do Politburo seria também membro do Orgburo; Estaline

¹⁹ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 305.

²⁰ *Ibid.*, I, 304. Até então, o secretariado tinha sido um mero órgão de rotina supervisionado por Sverdlov (Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 127-8).

foi escolhido para este duplo papel. No congresso seguinte, em 1920, deu-se mais um passo fatídico. Foi decidido reforçar o secretariado dando-lhe um número de membros de três «trabalhadores permanentes», todos membros do comité central, e confiando-lhe «a orientação das questões correntes de carácter organizacional e executivo», reservando-se apenas «a direcção geral do trabalho organizacional» para o Orgburo.²¹ O secretariado reforçado seria composto por Krestinsky, Preobrajensky e Serebryakov.

Não se tinha previsto, de modo geral, que as principais questões que defrontariam este secretariado inexperiente seriam questões de disciplina do partido. O desaparecimento do movimento comunista de esquerda, no Verão de 1918, sob o impacto da guerra civil, não era sinal do fim da oposição dentro do partido. A Revolução Russa tinha atingido o ponto, comum à experiência de todas as revoluções, em que o partido que tinha feito a revolução era confrontado com a tarefa de consolidar o seu poder e de reforçar a máquina do estado; e, em tal momento, a oposição de esquerda em nome dos velhos princípios revolucionários era inevitável e persistente. No oitavo congresso do partido, de Março de 1919, com a guerra civil no auge, uma «oposição militar» contestou sem êxito a política de Trotsky de edificar um novo exército nacional por recrutamento com oficiais profissionais tirados em parte do velho exército czarista. No nono congresso, de Março de 1920, um grupo que usava a palavra de ordem do partido de «centralismo democrático» pôs objecções à introdução da administração individual na indústria e obteve o apoio dos sindicatos na pessoa de Tomsky. Isto veio a ser o ponto de partida de um novo movimento de oposição. O seu crescimento durante o Verão de 1920 estava esboçado num relatório do comité central ao congresso do partido da Primavera seguinte. Uma vez, tomou a forma de conflitos dentro do mesmo órgão do Partido, outras vezes, de desconfiança de um comité provincial pelas organizações da comarca, outras, de insatisfação entre «a parte operária de certos comités provinciais», outras, de discussões entre organizações operárias e camponesas. O problema era atribuído a várias causas — «a terrível exaustão das massas trabalhadoras» pela guerra, guerra civil, desorganização económica, frio e fome;

²¹ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 344.

a admissão no partido de «operários e camponeses sinceros, dedicados, mas politicamente inexperientes»; e a admissão no partido de antigos membros de outros partidos²². Para o fim do Verão, foi designada uma comissão para examinar o assunto, incluindo dois dos que tinham figurado na oposição no congresso anterior, Ignatov e Saprónov, e uma resolução elaborada por esta comissão foi aprovada por uma conferência panrusa do partido, em Setembro de 1920. A resolução falava em termos gerais da necessidade de melhorar o contacto entre os escalões inferiores e a autoridade central e de transmitir novo vigor e vitalidade à vida do partido. Mas a sua recomendação mais concreta era a de estabelecer uma «comissão de contróle paralelamente ao comité central»; a função da comissão era «receber e examinar queixas de todas as espécies», discuti-las, se necessário, juntamente com o comité central e responder-lhes. Até ao congresso do partido seguinte, a comissão principal de contróle seria composta por Dzerjinsky, Muranov, Preobrajensky e quatro membros designados pelas maiores organizações locais do partido; subseqüentemente, estabeleceu-se que «em geral, não devem ser eleitos membros do comité central para fazer parte da comissão de contróle»²³. Comissões semelhantes seriam também adstritas aos comités provinciais do partido. Estabeleceu-se uma «comissão de contróle do Kremlin» especial para investigar «os privilégios do Kremlin», que estavam a dar origem à queixas dentro do partido, e «para os situar, na medida em que fosse impossível eliminá-los totalmente, dentro de limites que pudessem ser compreendidos por todos os camaradas do partido»²⁴. A comissão central de contróle inaugurou o seu trabalho com uma circular a todos os membros do partido convidando-os a «comunicar-lhe todos os delitos cometidos contra o partido pelos seus membros, sem por um momento se embaraçarem com a posição ou função das pessoas incriminadas»²⁵.

²² *Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 29, 7 de Março de 1921, pp. 4-6, reproduzido em *Rabochaya Oppozitsiya: Materialy i Dokumenty* (1926), pp. 21-2.

²³ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 351-3.

²⁴ *Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 26, 20 de Dezembro de 1920, p. 2.

²⁵ *Ibid.*, n.º 25, 11 de Novembro de 1920, p. 1.

Estas medidas nada fizeram para acalmar a agitação crescente. No Outono de 1921, quando a guerra civil estava virtualmente acabada, nasceu o mais formidável grupo dissidente organizado dentro do partido desde a revolução, com o nome de «oposição operária». Era mais forte em número que em dirigentes ou programa. Os seus únicos chefes conhecidos eram Chlyapnikov, que, ele próprio anteriormente operário metalúrgico e Comissário do Povo do Trabalho no primeiro Governo Soviético, se constituiu em campeão dos «operários» e Kollontai, cujo prestígio já não era tão grande como nos primeiros dias da revolução. O seu programa era uma mescla de descontentamentos correntes, dirigidos principalmente contra a crescente centralização dos contrôles económicos e políticos, contra a crescente eficiência e desumanidade da máquina. Propunha a transferência do contrôle da indústria e da produção do estado para os sindicatos, apelando assim para a vaga exigência de «contrôle operário» e para a tendência sindicalista endémica em certos sectores do partido, protestava contra a predominância de intelectuais no partido e exigia uma drástica depuração dos não-operários e queria eleição aberta para todos os postos do partido e discussões livres dentro dele, com facilidades para a difusão de pontos de vista dissidentes. Estas críticas e propostas, depois de amplamente ventiladas na imprensa e noutros locais, durante o Inverno de 1920-21, foram incorporadas num opúsculo, *A Oposição Operária*, de Kollontai, que foi distribuído aos membros do partido, na altura do décimo congresso do partido, em Março de 1921²⁶.

Os pontos de vista da oposição operária tornaram-na uma das alas principais da controvérsia sobre o papel dos sindicatos que agitou o partido ao longo do Inverno de 1920-21.

²⁶ Este opúsculo já não é fácil de obter, mas está largamente citado em *Rabochaya Oppozitsiya: Materialy i Dokumenty* (1926) e em *Platforma XXVI, 632-4; XXVII, 494-6*. Há uma tradução inglesa, *The Workers' Opposition in Russia* (s. d.). A generalização de R. Michels sobre as dissensões em partidos, escrita originalmente antes de 1910, aplica-se de modo preciso à oposição operária: «A palavra de ordem da maioria é 'centralização', a das minorias 'autonomia'; para atingirem o seu objectivo, as minorias são levadas a conduzir uma luta que, por vezes, toma a forma de uma luta pela liberdade e usa até a terminologia dos heróis da liberdade que saem à liça contra a tirania dos tiranos» (*Zur Soziologie des Parteiwesens* (segunda ed. 1925), p. 228).

Enquanto a «oposição operária» defendia a independência dos sindicatos e a sua supremacia no sistema económico, Trotsky, alinhado publicamente contra Lenine pela primeira vez desde Brest-Litovsk, desejava a sua franca subordinação ao estado. No decorrer do mês de Janeiro de 1921, o *Pravda* publicou dia após dia, artigos polémicos em que os principais dirigentes do partido exibiam opiniões diametralmente opostas. O partido publicou dois números de uma *Folha de Discussão* especial para proporcionar uma tribuna para uma troca de ideias mais detalhada. Lenine alarmou-se. Num opúsculo intitulado *A Crise do Partido*, falou da «febre» que estava a abalar o partido e perguntou se o organismo deste era «capaz de se curar completamente e tornar impossível uma repetição da doença ou se a doença se tornará crónica e perigosa». Acusava Trotsky de «criar uma fracção sobre uma plataforma errada» e, voltando-se para a «oposição operária», enunciava a regra do partido até então aceite, com uma restrição que foi depois usada para a anular:

Constituírmo-nos em grupos diferentes (especialmente antes de um congresso) é, naturalmente, lícito (assim como angariar votos). Mas tem que ser feito dentro dos limites do comunismo (e não do sindicalismo) e de forma a não provocar o riso.

Terminava com uma conhecida advertência sobre a exploração por inimigos externos das dissensões internas do partido:

Os capitalistas da Entente tentarão indubitavelmente tirar vantagem da doença do nosso partido para desencadear um novo ataque e os socialistas-revolucionários para organizarem conspirações e motins. Não temos receio, visto que nos uniremos todos como um só homem, não receando reconhecer a doença, mas conscientes de que ela exige de nós mais disciplina, mais comedimento, mais firmeza em todos os postos²⁷.

Antes de o longamente aguardado congresso do partido se reunir, em 8 de Março de 1921, o motim de Kronstadt — a mais séria ameaça interna ao regime desde a revolução — tinha justificado os receios de Lenine e dado acuidade a todos os apelos para cerrar as fileiras do partido.

²⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 87-94.

O décimo congresso do partido, de Março de 1921, foi decisivo na história do partido e da república. Reuniu-se numa altura em que as esperanças fáceis suscitadas pelo fim triunfante da guerra civil se tinham desfeito, em que a crise económica tinha aparecido na dura forma da escassez de víveres e em que a insurreição política tinha levantado a cabeça pela primeira vez desde o Verão de 1918. O sentimento da precaridade da situação impregnava o congresso. A menor das suas realizações foi a resolução da controversa disputa sobre os sindicatos; o anúncio da NEP veio numa fase adiantada dos debates e não foi discutido de nenhuma forma extensa; o verdadeiro motivo condutor, repisado por Lenine em quase todas as suas numerosas alocuções, foi a necessidade primordial de unidade no partido. Atacou o assunto dramaticamente, no seu breve discurso de abertura:

Camaradas, vivemos um ano notável, permitimo-nos o luxo de discussões e disputas dentro do nosso partido. Para um partido que está rodeado pelos mais fortes e poderosos inimigos, que incluem todo o mundo capitalista, para um partido que carrega aos ombros um fardo inaudito, este luxo foi verdadeiramente de espantar. Não sei como o avaliareis agora. Este luxo, na vossa opinião, foi plenamente compatível com os nossos recursos materiais e morais?

E, mais tarde, voltou-se com fúria inusitada contra a oposição:

Todas estas reflexões sobre liberdade de expressão e liberdade crítica que... abundam em todos os discursos da 'oposição operária' constituem nove décimos do sentido de discursos que não têm nenhum verdadeiro sentido — nada, a não ser palavras desta espécie. Camaradas, não falemos apenas sobre palavras, mas sobre o seu conteúdo. Não nos podeis intrujar com palavras como 'liberdade crítica'. Quando dissemos que o partido mostra sintomas de doença, queríamos dizer que este diagnóstico merece atenção tripla; não há dúvida de que a doença existe. Ajudai-nos a curar esta doença. Digam-nos como se pode curá-la. Gastámos uma quantidade de tempo em discussões e devo dizer que agora é muito melhor 'discutir com espingardas' que com as teses da oposição. Não precisamos de oposição, camaradas, não é agora a altura! Deste lado ou daquele — com uma espingarda, não com a oposição²⁸.

²⁸ Lenine, *Sochineniya*, XXVI, 200, 227.

A terminologia era vaga. O contexto deixava supor que tudo o que Lenine estava a pedir era a exclusão dos que persistissem na sua oposição e que se poderia esperar logicamente que estivessem do outro lado das barricadas. Ele comunicava, contudo, e pretendia comunicar, que, dentro das fileiras do partido, a liberdade de crítica era um «luxo» que degenerava facilmente numa «doença» e que, fora dessas fileiras, o único instrumento eficaz para resolver as divergências era a espingarda. Estas conclusões podem bem ter sido correctas, nas condições de crise e insurreição armada que ensombravam o décimo congresso. Tinham as suas raízes na doutrina do partido; e Lenine ajudou a firmá-las na tradição dele.

O congresso aprovou duas resoluções sobre o tema da unidade e disciplina do partido. Uma, com o título «Sobre o Desvio²⁹ Sindicalista e Anarquista no Nosso Partido», declarava que a difusão das ideias da «oposição operária» era «incompatível com a qualidade de membro do Partido Comunista Russo». A resolução acrescentava, um pouco inconsequentemente, que «deveria achar-se lugar em publicações especiais, miscelâneas, etc., para a mais detalhada troca de opiniões entre membros do partido sobre os assuntos em questão»³⁰; e o congresso, numa curta resolução separada, recusou-se a aceitar a demissão dos membros da «oposição operária» que tinham sido reeleitos para o comité central e intimou-os a «submeterem-se à disciplina do partido»³¹. A outra resolução importante, «Sobre a Unidade do Partido», insistia em que todas as questões controversas do partido fossem submetidas «não à discussão por grupos formados sobre esta ou aquela plataforma, mas à discussão de todos os membros do partido». O comité central recebeu instruções

²⁹ Parece que foi este o primeiro aparecimento desta palavra famosa no vocabulário do partido. Lenine explicou-a no congresso como se segue: «Um desvio (*uklon*) não é um movimento completamente constituído. Um desvio é uma coisa que pode ser corrigida. As pessoas afastaram-se um pouco do caminho ou estão a começar a afastar-se, mas é ainda possível corrigir isso. Na minha opinião, isso exprime-se com a palavra russa *uklon*» (Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 267).

³⁰ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 366-8.

³¹ *Ibid.*, I, 368.

para conseguir «a completa abolição de todo o fraccionismo»³²:

O congresso ordena a imediata dissolução de todos os grupos sem excepção que se constituam sobre esta ou aquela plataforma e instrui todas as organizações para insistirem rigorosamente na inadmissibilidade de qualquer espécie de actividades fraccionistas. O não cumprimento desta decisão do congresso deve implicar a exclusão incondicional e imediata do partido.

Finalmente, o congresso acrescentou uma cláusula secreta, que se tornou famosa como o «ponto 7», nos seguintes termos:

Para levar a cabo uma disciplina rigorosa dentro do partido e em todo o trabalho dos soviets e conseguir a maior unidade possível pela supressão de todo o fraccionismo, o congresso dá plenos poderes ao comité central, em caso(s) de qualquer quebra de disciplina ou restauração ou tolerância do fraccionismo, para aplicar todos as medidas de sanção do partido, incluindo a expulsão ou, no que respeita a membros do comité central, transferência para o estatuto de candidatos ou até, como medida extrema, exclusão do partido. A aplicação a membros e candidatos do comité central e a membros da comissão de contróle de medida tão extrema está dependente da convocação de uma sessão plenária do comité central para a qual serão convidados todos os candidatos do comité central e membros da comissão de contróle. Se esta reunião geral dos dirigentes responsáveis do partido reconhecer, por maioria de dois terços, a necessidade de transferir um membro do comité central para o estatuto de candidato ou de o excluir do partido, tal medida deverá ser executada imediatamente³³.

A redacção perifrástica, as precauções contra uma acção precipitada e a decisão de manter secreto este parágrafo final

³² A palavra «fraccionismo» tornou-se popular no vocabulário do partido durante os anos imediatamente seguintes. Era definida na resolução como «o aparecimento de grupos com plataformas especiais e com a ambição de formar em algum grau uma unidade e estabelecer a sua própria disciplina de grupo». Portanto, os «grupos» não eram, em si próprios, ilegítimos; as «fracções» eram.

³³ *Ibid.*, I, 364-6. A resolução, na forma em que foi submetida ao congresso por Lenine, encontra-se em *Lenin, Sochineniya*, XXVI, 259-61. O congresso fez apenas alterações secundárias de redacção; o «ponto 7» ficou na forma em que estava originalmente redigido, presumivelmente pelo próprio Lenine.

da resolução³⁴ eram prova da relutância com que o congresso adoptou esta medida cominatória. A hesitação justificava-se. A resolução, embora consequência lógica da passagem do poder efectivo do congresso para o comité central, era capital para o futuro do partido.

O décimo congresso do partido foi um marco no desenvolvimento do poder do aparelho do partido. A doutrina corrente de disciplina partidária exigia ao membro do partido, e especialmente ao membro do comité central, que acausasse lealmente as decisões dele uma vez tomadas, sob pena da punição extrema de exclusão do partido. Até a decisão ser tomada, ele permanecia inteiramente livre, de acordo com o estatuto de 1919³⁵, para difundir as suas opiniões. Até Janeiro de 1921, Lenine tinha reconhecido o direito dos membros do partido a formar grupos e angariar votos «dentro dos limites do comunismo». Dois meses depois, as nuvens a carregarem-se da crise política e económica causaram a retirada deste reconhecimento, no décimo congresso. A partir de então, seria tolerada a crítica de pessoas ou mesmo de grupos dentro do partido, mas a oposição não deveria organizar-se: isso seria cometer o pecado de fraccionismo. Mesmo a composição do comité central era, em último recurso, afastada da competência exclusiva do congresso soberano, visto que dois terços dos seus membros estavam agora em posição de expulsar colegas recalcitrantes. A summa destas medidas, aprovadas e patrocinadas pelo próprio Lenine na atmosfera de crise do décimo congresso do partido, de

³⁴ A conferência do partido de Janeiro de 1924, alguns dias antes da morte de Lenine, decidiu, sob proposta de Estaline, convidar o comité central a publicar o parágrafo secreto *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 545).

³⁵ O passo que vem ao caso dizia: «As decisões dos centros do partido devem ser executadas pronta e exactamente. Ao mesmo tempo, a discussão dentro do partido de todas as questões controversas da sua vida é completamente livre, até ao momento em que tenha sido tomada uma decisão.» O estatuto continuava, enumerando, em escala ascendente, penalidades para a falta de obediência às decisões dos órgãos mais elevados do partido — «censura do partido, censura pública, afastamento temporário de trabalho responsável no partido ou nos sovietes, expulsão do partido e expulsão do partido juntamente com comunicação do delito às autoridades administrativas e judiciais». Não se tratava, nesta altura, de convidar os dissidentes a renunciarem às suas opiniões ou a confessarem-se errados: tudo o que se exigia era obediência na acção.

Março de 1921, foi aumentar enormemente o poder disciplinar do grupo interno dos dirigentes do partido.

Estas medidas, nascidas da situação de emergência do partido, eclipsaram uma multidão de boas intenções inspiradas pelo fim da guerra civil e tornaram os parágrafos introdutórios de uma longa resolução sobre a organização do partido algo fictícios. A resolução referia-se à «militarização», ao «extremo centralismo organizacional» e ao «sistema de ordens de combate» que tinham necessariamente dominado os assuntos do partido durante a guerra civil e admitia que um «aparelho altamente centralizado criado com base no nível cultural muito atrasado das massas» tinha sido uma das «contradições do comunismo de guerra». Terminada agora a guerra civil, o décimo congresso já não sentia necessidade destas anomalias e aprovou uma resolução a favor da «democracia operária» dentro do partido. Os membros do partido revezar-se-iam no banco ou no arado; encorajar-se-ia a discussão de questões do partido, tanto particulares como gerais, pelas organizações locais do partido; e tudo se faria para realizar «um contróle constante da opinião pública do partido sobre o trabalho dos seus órgãos dirigentes e uma constante interacção na prática entre estes e todo o partido no seu conjunto, com, ao mesmo tempo, a promoção da estrita responsabilidade dos comités correspondentes do partido, não só para com as organizações mais elevadas, mas também para com as mais baixas»³⁶.

Mas estas aspirações reflectiram-se francamente nas alterações feitas na organização e na composição dos órgãos centrais do partido. O congresso confirmou a resolução da conferência de Setembro sobre o estabelecimento de um sistema de comissões de contróle e tentou definir o seu alcance e funções³⁷, embora se tornasse claro que a multiplicação de órgãos centrais do partido era pouco ao gosto de muitos

³⁶ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 357-8, 360-1.

³⁷ *Ibid.*, I, 368-9. Os delitos são definidos na resolução como «burocratismo, carreirismo, abuso por membros do partido da sua posição no partido ou no poder soviético, violação das relações de camaradagem dentro do partido, difusão de boatos infundados e não verificados, insinuações ou outras informações que prejudiquem o partido ou membros individuais dele e sejam destrutivos da unidade e auto-riedade do partido».

dos membros dos escalões inferiores do partido³⁸. Os órgãos centrais existentes sofreram modificações de pouca importância, mas significativas. As reuniões quinzenais do comité central, prescritas pelo oitavo congresso, em 1919³⁹, tinham caído em desuso. O décimo congresso só lhe exigiu que reunisse de dois em dois meses. Isto tornou mais fácil aumentar o número de membros para vinte e cinco. O número de «candidatos», autorizados a assistir às reuniões do comité, mas não a votar, não foi determinado; nesta ocasião, foram eleitos quinze⁴⁰. Estas modificações não indicavam nenhuma evolução nova; eram passos na gradual transformação do comité central, do principal órgão actuante do partido, num grande conselho de chefes do partido. Foi talvez mais significativo o facto de o décimo congresso ter elevado o número de membros tanto do Politburo como do Orgburo para sete, com quatro «candidatos». A constituição do secretariado ficou intacta, mas fez-se uma limpeza dos três secretários dos doze meses anteriores, que não tinham conseguido fazer frente à oposição e tinham apoiado Trotsky na questão dos sindicatos. Krestinsky, Preobrajensky e Serebryakov não só desapareceram do secretariado como não foram sequer reeleitos para o comité central — sinal seguro de desgraça. Os três novos secretários foram Molotov, Yaroslavsky e Mikhailov, que foram também eleitos pela primeira vez como membros do comité central, com uma alta percentagem de votos — bem acima de velhos dirigentes do partido como Zinoviev e Kamenev⁴¹. Que rivalidades e que cálculos possam ter estado por trás destas eleições, pode apenas conjecturar-se.

³⁸ Isto ressalta de observações de porta-vozes da direcção do partido no congresso (*Desyatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii* (1921), pp. 27, 42).

³⁹ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 304.

⁴⁰ *Ibid.*, I, 363; *Desyatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii* (1921), p. 330. O comité central eleito pelo sexto congresso do partido, em Agosto de 1917, compunha-se de 21 membros e 8 candidatos (dos quais 12 — 11 membros e um candidato) — estavam presentes na famosa reunião de 10 de Outubro que decidiu a insurreição armada). O sétimo congresso, em Março de 1918, reduziu o número de membros a quinze, com oito candidatos. A partir de então, o número de membros aumentou continuamente e foi fixado por uma resolução do décimo segundo congresso, em 1923, em 40 membros e 15-20 candidatos (*VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), 501). Mais tarde, elevou-se ainda mais.

⁴¹ A lista dos eleitos, com os votos que cada um somou, era: Lenine, 479; Radek, 475; Tomsky, 472; Kalinine, 470; Rudzutak, 467;

Talvez valha a pena notar que os três membros desalojados do secretariado se tornariam inimigos de Estaline e dois dos três novos membros, os seus partidários mais fiéis. Pode reconhecer-se pela primeira vez com alguma plausibilidade a mão de Estaline em eleições cruciais no partido. Algumas curiosas observações de Ryazanov no próprio congresso mostram quão pouca atenção, contudo, se prestava geralmente no partido a estas questões. Ryazanov queixava-se de que «o nosso simpático camarada Bukharine», que era um puro teórico, tivesse sido chamado a fazer o relatório sobre a organização do partido e deduzia que «não há especialistas em organização no comité central e o lugar deixado vago por Sverdlov está ainda por preencher»⁴². Entretanto, reflectia-se no seu pessoal constantemente em aumento. Tinha encetado as suas funções, em Maio de 1919, com trinta colaboradores. Na altura do nono congresso do partido, em Março de 1920, tinha 150 funcionários; um ano depois, em vésperas do décimo congresso, o número tinha subido para 602, além de um destacamento militar de 140 homens para servir de guardas e mensageiros⁴³.

Quase tão importante como a reorganização e reforço do secretariado foi o início pelo décimo congresso da primeira «purga»⁴⁴ sistemática nas fileiras do partido. A ideia estava implícita na concepção do partido de Lenine. «É melhor», tinha ele já dito no congresso de 1903, «que dez operários não se intitulem membros do partido... do que, um fala-barato tenha o direito e a possibilidade de ser membro do partido»⁴⁵. A qualidade vinha antes da quantidade; acima de tudo, o partido tinha que se conservar puro. O seu crescimento foi, durante muito tempo, extremamente lento. Em

Estaline, 458; Rykov, 458; Komarov, 457; Molotov, 453; Trotsky, 452; Mikhailov, 449; Bukharine, 447; Yaroslavsky, 444; Dzerjinsky, 438; Ordojonikidze, 438; Petrovsky, 436; Rakovsky, 430; Zinoviev, 423; Frunze, 407; Kamenev, 406; Vorochilov, 383; Kutuzov, 380; Chlyapnikov, 354; Tuntal, 351; Artem, 283. O lugar elevado de Tomsky e Rudzutak explicava-se pela proeminência da questão dos sindicatos no congresso (*Desyatyi S'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (1921)*).

⁴² Ibid., p. 161.

⁴³ *Izvestiya, Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 29, 7 de Março de 1921, p. 7; é indicada a distribuição dos 602 membros do pessoal (ibid., n.º 28, 5 de Março de 1921, p. 23).

⁴⁴ A tradução tradicional é ligeiramente mais forte que o original russo *chistka*, que significa limpeza ou purificação.

⁴⁵ Lenine, *Sochineniya*, VI. 32-3.

vésperas da Revolução de 1905, a ala bolchevique do partido não reivindicava mais de 8 400 membros. Em vésperas da Revolução de Fevereiro de 1917, o número era de 23 000. Um ano mais tarde, depois de duas revoluções, tinha subido para 115 000; a partir daí, subiu com regularidade para 313 000, no começo de 1919, com números correspondentes de 431 000 e 585 000 para Janeiro de 1920 e Janeiro de 1921⁴⁶. Mas condizia com a tradição do partido que o entusiasmo por este aumento de forças fosse temperado pelo reconhecimento dos seus perigos.

Foi no oitavo congresso do partido, de Março de 1919, que se tocou pela primeira vez a nota de alarme. Noguine, membro do comité central, falou de «factos horrorosos sobre a embriaguez, devassidão, corrupção, roubo e comportamento irresponsável de muitos militantes do partido, de tal forma que se fica simplesmente com os cabelos em pé⁴⁷»; e uma resolução do congresso registou a sua conclusão em termos enfáticos, embora não tão coloridos:

Estão a afluir ao partido em larga corrente elementos que não são suficientemente comunistas ou são mesmo claramente parasitas. O Partido Comunista Russo está no poder e isto atrai inevitavelmente para ele, juntamente com os melhores elementos, também elementos carreiristas...

É indispensável uma séria *purga* nas organizações soviéticas e do partido⁴⁸.

Lenine voltou ao tema na conferência do partido de Dezembro de 1919. Depois de saudar os novos membros, «esses milhares e centenas de milhares que se juntaram a nós enquanto Yudenitch estava a poucas verstas de Petrogrado e Denikine a norte de Orel», prosseguiu:

Agora que levámos a cabo uma tal expansão do partido, temos que fechar os portões, temos que ser particularmente cautelosos. Temos que dizer: Agora que o partido está a ganhar,

⁴⁶ Estes números são citados das estatísticas oficiais da secção de estatística do comité central do partido por A. S. Bubnov, *VKP(B)* (1931), p. 612. Os números anunciados em congressos do partido eram quase sempre substancialmente mais elevados (no décimo congresso, em Março de 1921, por exemplo, reivindicou-se um total de 730 000), mas é de presumir que não resistiam ao escrutínio dos técnicos em estatística do partido. Nenhum destes primeiros números pode ter tido muitas pretensões de exactidão precisa.

⁴⁷ *Vos'moi S'ezd RKP(B)* (1933), p. 170.

⁴⁸ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 307.

não precisamos de novos membros. Sabemos perfeitamente bem que, numa sociedade capitalista em dissolução, uma massa de elementos nocivos se agarrará ao partido⁴⁹.

O recomeço da guerra civil, em 1920, adiou mais uma vez a acção e foi o décimo congresso do partido, de Março de 1921, que sancionou finalmente a purga. Mesmo então, a fraseologia cautelosa da resolução sugere a necessidade de apaziguar opositores dos escalões inferiores:

Existe uma extrema necessidade de virar o nível da política do partido decididamente para o recrutamento de trabalhadores e para a depuração do partido de elementos não-comunistas por meio de um exame preciso de cada membro individual do Partido Comunista Russo, tanto à luz do desempenho do trabalho que lhe foi atribuído como na sua qualidade de membro do Partido Comunista Russo⁵⁰.

Seria um exame minucioso tanto da conduta como das convicções; o próprio Lenine deu-se ao trabalho de registar a opinião de que «dos mencheviques que entraram para o partido depois do início de 1918, não deveria ficar nele mais de um por cento e todos os que ficarem deveriam ser examinados três ou quatro vezes»⁵¹.

Em Outubro de 1921, o comité central do partido anunciou o começo do exame, que seria conduzido sob a supervisão de um «comité central de verificação» de cinco membros, incluindo Zalutsky como presidente e Chlyapnikov como representante da oposição, e cinco «candidatos», incluindo Molotov e Preobrajensky⁵². Pode supor-se que este comité actuou como tribunal de apelação das organizações locais do partido encarregadas da tarefa de passar pelo crivo e interrogar os seus membros no próprio local e supervisou o aspecto político da purga. Este aspecto foi, contudo, mantido em segundo plano nesta ocasião. O relatório sobre a depuração feito ao décimo-primeiro congresso do partido, em Março de 1922, insistia no mau comportamento e negligência dos deveres para com o partido como os principais delitos que tinham merecido a expulsão. O anátema de Lenine

⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 572.

⁵⁰ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 359.

⁵¹ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 13.

⁵² *Odinnadtsatyi S'ezd RKP(B)* (1936), pp. 722-5; Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 532.

contra os mencheviques dificilmente pode ter sido ignorado; mas a proeminência de antigos mencheviques no partido, em data posterior, sugere que ele não pode ter sido aplicado completamente. Numericamente, a depuração foi severa. De algo mais de 650 000 membros, vinte e quatro por cento foram expulsos, pondo o número total de membros em pouco menos de 500 000⁵³. O cálculo de que, em consequência dela, a proporção de operários e camponeses no partido subiu, nas províncias industriais, de 47 para 53 por cento e, nas províncias agrícolas, de 31 para 48 por cento, mostra que a depuração caiu de modo ligeiramente mais severo sobre os intelectuais que sobre os operários e camponeses.⁵⁴

A depuração de 1921-22 coincidiu com um novo período de tensão interna e de dissensão dentro do partido, centradas em torno das vivas controvérsias provocadas pela introdução da NEP. As severas resoluções do décimo congresso, de Março de 1921, sobre a disciplina do partido e o reforço da organização partidária esmagaram a «oposição operária» como grupo declarado. Mas os membros dela não tinham sido convencidos e a agitação no partido não tinha sido acalmada. A primeira perturbação notória parece ter partido da revolta de um só homem. Um certo Myasnikov, de origem operário de Perm, que tinha conquistado partidários em círculos do partido tanto em Petrogrado como nos Urais, começou a promover agitação a favor da «liberdade de imprensa, dos monárquicos aos anarquistas inclusive». Em Maio de 1921, escreveu um memorando em apoio das suas ideias ao comité central do partido e fez-lhe seguir a publicação de um artigo. Era suficientemente importante para receber uma carta pessoal de Lenine a tentar dissuadi-lo do erro dos seus métodos⁵⁵. Myasnikov, contudo, continuou a promover agitação e, quando chamado à ordem pelo Orgburo, publicou,

⁵³ O relatório sobre a depuração encontra-se em *Odinadststyi S' 'ezd RK(B)* (1936), pp. 725-30. Os resultados do Turquestão e de duas províncias da RSFSR não chegaram a tempo de serem incluídos e os números fornecidos no relatório são, por essa razão, mais baixos que os das estatísticas correntes do partido.

⁵⁴ A. S. Bubnov, *VKP(B)*, (1931), p. 557.

⁵⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 472-5; a história do *affaire Myasnikov* encontra-se *ibid.*, XXVI, 683-4, nota 221.

na sua Perm natal, a sua própria carta e artigo, a resposta de Lenine e a sua resposta a Lenine, juntamente com um protesto de membros locais do partido contra a censura do Orgburo. Isto era manifestamente demais. O mecanismo moveu-se lentamente. Mas, em 20 de Fevereiro de 1922, o Politburo expulsou Myasnikov do partido, com o direito de requerer a readmissão ao fim de um ano. Tinha-se aplicado cautelosamente, pela primeira vez, a pena aprovada pelo décimo congresso para «actividades fraccionistas».

Este episódio teria sido insignificante se não tivesse sido acompanhado por uma erupção de descontentamento renovado no partido, inspirada pela aplicação da NEP; a direcção do partido estava a abandonar o comunismo, estava a fazer concessões ao campesinato à custa do proletariado e estava a tornar-se ela própria contra-revolucionária e burguesa. A proposta outorga de concessões a capitalistas estrangeiros era o objecto de crítica mais popular; e Chlyapnikov, ainda membro do comité central, foi mais uma vez o protagonista da oposição. Em Agosto de 1921, Lenine convocou uma reunião conjunta do comité central e da comissão de contrôle, de acordo com o «ponto 7» da resolução de Março, e propôs a expulsão de Chlyapnikov do partido.

Não conseguiu por pouco, contudo, obter a necessária maioria de dois terços — sinal mais uma vez da extrema aversão por medidas severas contra membros destacados do partido — e Chlyapnikov escapou com uma advertência⁵⁶. A isto seguiu-se a fundação em Moscovo de um «clube de discussão» do partido, que se tornou rapidamente um foco de oposição à NEP. Uma conferência do partido, em Dezembro de 1921, exortou os colaboradores do partido a explicarem aos membros deste «o significado e o papel da solidariedade e da disciplina do partido» e a «ilustrarem a necessidade da disciplina pelo exemplo das nossas vitórias e derrotas ao longo do período do desenvolvimento histórico do partido»⁵⁷. O clube de discussão de Moscovo foi dissolvido, por iniciativa da comissão central de contrôle do partido, em Janeiro de 1922⁵⁸.

⁵⁶ Ibid., XXVII, 538; de 27 presentes na reunião do comité central, 17 votaram a favor da expulsão — menos um que os dois terços necessários (*Odinnadtsatyi S'ezd RKP(B)* (1936), p. 182).

⁵⁷ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 413.

⁵⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 536-7.

Parecia provável, portanto, que, embora a oposição operária de 1921 estivesse morta e enterrada, o décimo primeiro congresso do partido, que se reuniria em Março de 1922, teria de enfrentar pelo menos uma crítica tão forte e uma ameaça tão grave à unidade e disciplina do partido como o seu predecessor. Em vésperas do congresso, os críticos da política oficial começaram a organizar-se e, conscientes da fraqueza da sua posição, tiveram a ideia desesperada de procurar mobilizar o apoio de comunistas estrangeiros por um apelo ao comité executivo do Comintern (IKKI). O apelo, que veio a ser conhecido como «a declaração dos vinte e dois», explicitava em certa extensão as razões de queixa da oposição, em termos que lembravam claramente a antiga oposição operária, à qual metade dos actuais signatários tinha pertencido:

Numa altura em que as forças do elemento burguês fazem pressão sobre nós de todos os lados, em que penetram até no partido, cuja composição social (40 por cento de trabalhadores, 60 por cento de não-proletários) favorece isto, os nossos centros dirigentes conduzem uma luta implacável e demolidora contra todos aqueles, especialmente os proletários, que se permitem formar a sua própria opinião e aplicam todas as espécies de medidas repressivas à expressão de tal opinião em círculos do partido.

A tentativa de arrastar as massas proletárias para o estado é apelidada de (anarco-sindicalismo) e os seus defensores são sujeitos a perseguições e ao opróbio... As forças unidas do partido e da burocracia dos sindicatos, aproveitando-se da sua posição e do seu poder, ignoram as decisões dos nossos congressos sobre o pôr em prática dos princípios da democracia operária.

A declaração terminava:

A situação no nosso partido é tão grave que nos impele a voltarmo-nos para vós em busca de auxílio e a afastar desta forma a ameaça de uma cisão que paira sobre ele⁵⁹.

Não foi difícil compor as coisas no IKKI com uma resolução suavizante que declarava que a direcção do partido russo reconhecia plenamente estes perigos e condenava moderadamente a oposição por pôr em perigo a unidade do

⁵⁹ *Rabochaya Oppozitsiya: Materialy i Dokumenty* (1926), pp. 59-60.

partido «batendo a uma porta aberta»⁶⁰. Mas o décimo primeiro congresso do partido assumiu uma posição mais séria. Uma comissão composta por Dzerjinsky, Zinoviev e Estaline não encontrou dificuldades em declarar os vinte e dois culpados de organizarem uma fracção e recomendou a expulsão do partido dos cinco chefes de fila (além de Myasnikov, que já tinha sofrido essa punição): Kollontai, Chlyapnikov, Medvedev, Mitine e Kuznetsov⁶¹. De acordo com este relatório, o congresso resolveu expulsar os dois últimos, que eram relativamente obscuros, e repreendeu os três primeiros. É significativo que nesta altura, apesar das resoluções do décimo congresso, o mais elevado órgão do partido — o último congresso do partido em que Lenine esteve presente — tinha ainda relutância em aplicar a pena de expulsão a membros conhecidos e experimentados do partido. Não obstante as condições de crise e os fortes apelos dos dirigentes, a tradição de tolerância dentro do partido morreu com dificuldade.

Apesar de esta brandura para com pessoas caídas em erro, o décimo primeiro congresso do partido não mostrou hesitação em reforçar uma vez mais o mecanismo de contróle centralizado dentro do partido. Solts, porta-voz da comissão central de contróle, expôs o ponto de vista favorável à disciplina do partido com uma analogia brutalmente franca:

Soubemos muito bem falar sobre a democratização de um exército que tínhamos que dispersar. Mas, quando necessitámos do nosso próprio exército, implantámos nele a disciplina que é forçosa em qualquer exército⁶².

Mas foi Lenine que provocou a sensação do congresso voltando em termos muito mais explícitos ao tema do ano anterior da «discussão com espingardas». No seu relatório principal, descreveu a NEP como uma retirada, uma difícil operação militar que exigia a mais rígida disciplina:

Então, a disciplina tem que ser mais consciente e é cem vezes mais necessária, porque, quando um exército inteiro retira, não é claro para ele, ele não vê onde parará, só vê a retirada; então, bastam às vezes algumas vozes de pânico para pôr toda a gente a correr. Nessa altura, o perigo é imenso. Quando uma

⁶⁰ *Kommunisticheskii Internatsional v Dokumentakh* (1933, pp. 275-6.

⁶¹ *Odinnadtsati S' 'ezd RKP(B)* (1936), pp. 693-700.

⁶² *Ibid.*, p. 177.

retirada destas está a ser executada com um verdadeiro exército, saca-se das metralhadoras e, quando a retirada se torna desordenada, dá-se a ordem: «Fogo». E com perfeita razão... Num momento desses é indispensável punir estrita, severa e implacavelmente a mais leve quebra de disciplina.

Depois de explicar que esta necessidade se applicava «não só a alguns dos nossos assuntos no seio do partido»; Lenine lançou um ataque contra os mencheviques, SRs e os seus simpatizantes estrangeiros e declarou que «pela exhibição pública de menchevismo os nossos tribunais revolucionários devem fuzilar»⁶³. Uma vez mais, o texto era ambíguo. Mas o uso do que pareciam ser as mesmas ameaças contra membros indisciplinados do partido e contra mencheviques e SRs era novo e surpreendente. Chlyapnikov queixou-se de que Lenine tinha ameaçado a oposição com «metralhadoras»⁶⁴; e Lenine, no seu discurso final, atenuou a impressão penosa explicando que as metralhadoras se destinavam «àquelas pessoas a que chamamos mencheviques e SRs» e que, no que dizia respeito ao partido, «é uma questão de medidas disciplinares do partido»⁶⁵ — tais como a pena de expulsão aprovada pelo congresso anterior.

As conclusões finais do discurso de Lenine não foram, portanto, tiradas no congresso e o próprio Lenine ter-se-ia talvez esquivado a elas. Não obstante, a atmosfera tinha mudado — mesmo em relação ao congresso do ano anterior. Uma enorme resolução «Sobre o Fortalecimento e as Novas Tarefas do Partido» denunciava as «cliques e agrupamentos que, nalguns sítios, reduziram o trabalho do partido à completa paralisia» e exortava o comité central a «na luta contra fenómenos desses, não vacilar perante expulsões do partido»⁶⁶. O congresso adoptou um novo estatuto para as comissões de contrôle do partido e declarou que «o trabalho das comissões de contrôle tem que continuar a actividade das comissões de verificação», implicando que a depuração de 1921-2 se transformaria de uma única operação num processo contínuo⁶⁷. Mais surpreendente foi talvez um alargamento das

⁶³ Lenine, *Sochineniya*, XXVII, 239-40.

⁶⁴ *Odinnadtsatya S'ezd RKP(B)* 1936), p. 107.

⁶⁵ Lenine, *Sochineniya*, XXVII, 262.

⁶⁶ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 434.

⁶⁷ *Ibid.*, I, 441-2.

funções da comissão central de contrôle que foi anunciado no congresso seguinte, um ano depois:

Coordenámos o nosso trabalho com organismos que, pela natureza da sua actividade, estão em íntimo contacto com a comissão de contrôle; são eles os órgãos judiciais e os órgãos da GPU... De tempos a tempos, são processados nos tribunais membros do partido ou caem nas mãos da GPU. Com esse fim, estabelecemos contacto com o supremo tribunal. Ele informa-nos de qualquer camarada acusado num tribunal... O mesmo se passa com a GPU. Arranjámos as coisas de forma a termos o nosso investigador na GPU e, logo que é apresentado o caso de um comunista, ele condu-lo como investigador da comissão de contrôle⁶⁸.

A conveniência era mútua. A GPU obtinha apoio directo do partido; a comissão de contrôle do partido podia invocar a assistência da GPU em auxílio da sua própria tarefa. Não é incorrecto dizer que a principal diferença, em última análise, entre a Cheka e a GPU era que, ao passo que aquela orientava as suas actividades exclusivamente contra inimigos fora do partido, a GPU actuava imparcialmente contra todos os inimigos do regime, entre os quais os membros dissidentes do partido eram agora normalmente os mais importantes. A diferença devia-se, não a qualquer mudança do carácter da instituição, mas à transformação que sobreveio na cena política quando o partido conquistou um monopólio político no estado soviético. Estava a tornar-se cada vez mais difícil distinguir entre deslealdade ao partido e traição contra o estado.

Mal o décimo primeiro congresso terminou, teve lugar outro acontecimento. O comité central empreendeu nova remodelação do secretariado. Em 4 de Abril de 1922, dois dias depois do fecho do congresso, o *Pravda* trazia dois modestos parágrafos na primeira página, no espaço habitualmente reservado para notícias de rotina do partido:

O comité central eleito pelo décimo primeiro congresso do Partido Comunista Russo confirmou o secretariado do comité central como se segue: Camarada Estaline (secretário-geral), camarada Molotov e camarada Kuibychev.

O secretariado fixou o seguinte horário de recepção no comité central de 12 a 3: segunda-feira — Molotov e Kuibychev;

⁶⁸ *Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), pp. 221-2.

terça-feira — Estaline e Molotov; quarta-feira — Kuibychev e Molotov; quinta-feira — Kuibychev; sexta-feira — Estaline e Molotov; sábado — Estaline e Kuibychev.

A única novidade aqui era que o comité central tinha um secretário-geral com dois auxiliares em vez de três secretários equiparados. Molotov tinha sido secretário e membro do Politburo durante o ano anterior. Kuibychev era um recém-chegado; o décimo primeiro congresso tinha acabado de o eleger como membro candidato do Politburo. A nomeação de Estaline não tinha sido discutida publicamente, embora tivesse presumivelmente sido debatida em círculos do partido. Nada sugere que ela tivesse suscitado qualquer oposição, a não ser talvez uma observação mal-humorada de Preobrajensky no congresso, que, mencionando Estaline pelo nome, perguntou se era «pensável que um homem pudesse ser capaz de responder pelo trabalho de dois comissariados, bem como pelo trabalho no Politburo, no Orgburo e numa dúzia de comités do partido»⁶⁹. A notícia do *Pravda* não parece ter atraído grande atenção.

Quase dois meses depois da nomeação do novo secretário-geral, em 26 de Maio de 1922, Lenine teve um ataque que resultou numa incapacidade permanente que o impediu de retomar o trabalho, excepto durante um breve período e com forças muito diminuídas, no Outono e Inverno seguintes. Estes dois acontecimentos marcaram uma época na história do partido. Durante mais de doze meses, as disputas acrimoniosas dos dois anos anteriores foram interrompidas ou continuadas apenas nos bastidores. As incertezas pelo futuro causadas pela doença de Lenine, a mão forte e eficiente de Estaline ao leme e a melhoria marcada da situação económica depois da colheita de 1922, podem ter contribuído para este intervalo de relativa calma. Quando, no Verão e Outono de 1923, rebentaram de novo agudas dissensões, tomaram a nova forma de uma luta sem disfarce pelo poder, cujo prémio era o contróle supremo, não apenas do partido, mas do estado. O próprio Lenine tinha combinado de tal forma as duas funções que já não era possível distingui-las. Tal como o partido, destruindo os seus rivais, tinha parecido absorver o estado, assim o estado absorvia agora o partido em si próprio.

⁶⁹ *Odinnadtsatyi S' 'ezd RKP(B)* (1936), p. 89.

PARTIDO E ESTADO

A concentração do poder dentro do partido correspondia a um processo semelhante nos órgãos do estado. Os mesmos homens, partilhando as mesmas tradições e o mesmo objectivo, dirigiam os assuntos do partido e do estado; a mesma crise incessante e a mesma pressão ininterrupta dos acontecimentos pesou igualmente, entre 1917 e 1921, sobre as instituições do partido e sobre as soviéticas. Os progressos salientes destes anos no aparelho do estado — a concentração da autoridade central nas mãos do Sovnarkom em detrimento do Congresso Panrusso de Sovietes e do VTsIK e a concentração da autoridade no centro em detrimento dos soviets locais e congresso de soviets e dos seus órgãos — tinham verdadeiramente precedido os progressos correspondentes na organização do partido. Por algum tempo, as linhas de desenvolvimento do partido e do estado correram paralelas. Depois, por um processo inevitável, começaram a convergir e, finalmente, a coincidir. Este processo tinha-se completado virtualmente antes da morte de Lenine.

A alteração no equilíbrio do poder, dentro da máquina soviética central, entre os diferentes órgãos centrais, estava muito adiantada quando se elaborou a constituição de 1918. Como já então era manifesto, o soberano Congresso Panrusso de Sovietes — uma reunião maciça de mais de 1 000 delegados — podia reinar, mas não governar. A intenção original de o convocar de três em três meses foi silenciosamente aban-

donada, depois de 1918, a favor de reuniões anuais¹; e um orador queixou-se no Quinto Congresso Panrusso, em Julho de 1918, de que nem o presidente do VTsIK nem o presidente do Sovnarkom se tinham dado ao incómodo de fazer um relatório ao congresso sobre as actividades destes órgãos desde o congresso anterior². Mas, como a constituição alargava quase todas as funções do congresso conjuntamente ao VTsIK, a transferência do poder para o VTsIK tomou lugar, de uma maneira geral, fácil e tranquilamente. O mesmo destino recaiu sobre os congressos de sovietes provinciais e de comarca. Apesar de uma resolução do oitavo congresso do partido, em 1919, que deplorava a tendência para relegar decisões importantes dos sovietes para comités executivos³, o processo continuou incontrolado, passando o poder efectivo dos congressos de sovietes para os comités executivos eleitos por eles.

O poder assim transmitido do Congresso Panrusso de Sovietes para o VTsIK não permaneceu, contudo, nas mãos desse órgão. O auto-engrandecimento do Sovnarkom, que tinha começado nos primeiros dias do regime, já não podia ser controlado; e o VTsIK estava destinado a experimentar, bastante antes do comité central do partido, o mesmo processo de expansão numérica e de perda da autoridade real. O número de membros do VTsIK, fixado pela constituição de 1918 em «não mais de 200», foi aumentado de novo para 300 por um decreto do Oitavo Congresso Panrusso de Sovietes, em 1920⁴. Destinado originalmente a permanecer em sessão mais ou menos permanente, as suas reuniões tornaram-se progressivamente mais raras e, depois de 1921, ficaram limitadas a três sessões por ano⁵. O Sétimo Congresso Panrusso, em Dezembro de 1919, fez uma tentativa para restaurar a autoridade do VTsIK conferindo poderes especiais ao seu presidium, até então um comité administrativo informal dos seus principais funcionários, incluindo o seu presidente, cujo prestígio derivava do facto de ser necessário, em raras ocasiões de cerimónia, para desempenhar os deveres formais de chefe de

¹ Só em 1921 é que o Nono Congresso Panrusso de Sovietes tornou as reuniões anuais regra geral tanto para o Congresso Panrusso como para os congressos provinciais, de comarca e de distrito.

² *Pyatyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 81-2.

³ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 306.

⁴ *S'ezd Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), p. 176.

⁵ *Ibid.*, p. 219.

estado — posto ocupado por Sverdlov e, depois da sua morte, em 1919, por Kalinine. Por uma emenda constitucional adoptada pelo sétimo congresso, o presidium do VTsIK adquiriu funções específicas, incluindo o direito de, nos intervalos entre as sessões do VTsIK, «ratificar as decisões do Sovnarkom, bem como suspender a execução de tais decisões»⁶; e, no Oitavo Congresso Panrusso, conferiu-se ao presidium o direito adicional de anular resoluções do Sovnarkom e de «publicar através de canais administrativos regulamentos necessários em nome do VTsIK»⁷. Mas estas inovações, ao mesmo tempo que, em última análise, enfraqueciam o VTsIK dando ao seu presidium poderes quase ilimitados para agir em seu nome, não fizeram nada para abalar a posição agora inexpugnável do Sovnarkom, que não era mais submisso ao contróle do presidium do VTsIK do que ao do próprio VTsIK.

A cláusula da constituição de 1918 de que «medidas de extrema urgência podem ser postas em vigor pela única autoridade do Sovnarkom» mostrou-se, como indubitavelmente se pretendia que se mostrasse, a cláusula de escape pela qual o Sovnarkom podia fugir ao contróle canhestro do VTsIK. Num período de guerra civil e de emergência nacional, todas as decisões importantes, quer legislativas, quer executivas, eram susceptíveis de serem «medidas de extrema urgência»; e Lenine, como presidente do Sovnarkom e activo participante no seu trabalho, conferia o seu prestígio pessoal à instituição. De meados de 1918 ao princípio do Verão de 1922, quando a doença de Lenine o afastou da direcção activa dos assuntos, o Sovnarkom, fosse qual fosse a autoridade do partido exercida sobre ele nos bastidores, foi o governo da RSFSR. Gozava não só de completa autoridade executiva, mas também de poderes ilimitados de legislação, por decreto⁸, e devia apenas contas formais ao VTsIK ou ao órgão nominalmente soberano — o Congresso Panrusso de Sovietes. Em Dezembro de 1920, o Conselho de Trabalho e Defesa (STO), órgão relacionado até então com os abaste-

⁶ Ibid., p. 148.

⁷ Ibid., p. 176.

⁸ Segundo G. Vernadsky, *A History of Russia* (nova ed. revista, N. I., 1944), p. 31r, foram publicados 1615 decretos, entre 1917 e 1921, pelo Sovnarkom e apenas 375 pelo VTsIK.

cimentos para o exército⁹, foi transformado numa comissão do Sovnarkom e tornou-se, sob contróle directo do Sovnarkom, uma espécie de estado-maior económico; foi sob a autoridade do STO que a primeira comissão de planificação estatal seria dentro em breve criada. Durante 1921, a pressão do trabalho no Sovnarkom era tão grande que se criou um «pequeno» Sovnarkom para reunir simultaneamente com o órgão principal e tirar das mãos dele os assuntos de rotina¹⁰. O Sovnarkom tinha-se tornado a central a partir da qual todo o mecanismo do governo era posto e mantido em movimento.

A concentração do poder soviético central foi acompanhada por um segundo processo que tinha também o seu paralelo nos assuntos do partido: uma concentração de autoridade no centro a expensas dos órgãos locais. Esta evolução também já tinha ido longe quando se elaborou a constituição da RSFSR. A sua evolução posterior, contudo, envolvia uma questão que tinha sido ignorada nessa constituição. A constituição tornava claro que os congressos de soviets e os seus comités executivos estavam sujeitos ao contróle das instituições correspondentes de categoria mais elevada — os soviets de aldeia aos congressos de soviets dos distritos rurais, os congressos de distrito aos congressos de comarca e provinciais, e assim por diante. Mas nada se dizia sobre a subordinação dos soviets locais, dos congressos de soviets ou dos seus comités executivos a outros órgãos centrais. A questão parece ter começado por se tornar aguda no campo económico. Sapronov queixou-se, no oitavo congresso do partido, em Maio de 1919, de que o Conselho Supremo da Economia Nacional (Vesenkha) estava a seguir uma política de «criar Sovnarkhozy locais e separá-los dos comités executivos provinciais», dizendo a estes quando eles protestavam: «Vós não percebeis patavina da produção». E o

⁹ Foi criado por decreto de 30 de Novembro de 1918 como Conselho de Defesa dos Operários e Camponeses (*Sobranie Uzakonenii*, 1917-18, n.º 91-2, art. 924) e rebatizado de Conselho do Trabalho e Defesa em Abril de 1920, quando passou também a ocupar-se com a mobilização de mão-de-obra para trabalho civil (Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 619-20, nota 23).

¹⁰ O primeiro reconhecimento oficial deste órgão ocorre, ao que parece, num decreto de 6 de Outubro de 1921 (*Sobranie Uzakonenii*, 1921, n.º 68, art. 532).

mesmo orador acusou os órgãos centrais de usarem a arma financeira para porem os soviets locais de joelhos¹¹. Na emergência da guerra civil, foram estabelecidos «comités revolucionários» por decreto do Sovnarkom de 24 de Outubro de 1919, em regiões afectadas pela guerra, e todos os órgãos soviéticos locais receberam instruções para lhes obedecerem¹². Esta medida foi denunciada como inconstitucional, no Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1919. A queixa foi rejeitada. Mas o número de decretos do ano seguinte sobre o estatuto e direitos dos soviets locais¹³ mostra a sensibilidade da opinião local ante as usurpações do poder central e a dificuldade em conseguir um acordo que funcionasse; e, no nono congresso do partido, em Março de 1920, Sapronov contrastou mais uma vez o «centralismo vertical» corrente com o «centralismo democrático» que era a suposta base da organização do partido e dos soviets¹⁴. Em Dezembro de 1920, os direitos dos comités executivos provinciais a este respeito foram enfim definidos formalmente pelo Oitavo Congresso Panrusso de Sovietes. Estes comités (mas não órgãos soviéticos inferiores) podiam suspender a execução de regulamentos emitidos por comissariados do povo particulares (mas não pelo Sovnarkom no seu conjunto) «em circunstâncias excepcionais ou quando esse regulamento estiver em clara violação de uma decisão do Sovnarkom ou do VTsIK ou, noutros casos, por resolução do comité executivo provincial». O comité podia, contudo, ser considerado colectivamente responsável por qualquer acto de suspensão deste tipo¹⁵.

A solução do dilema encontrou-se finalmente num chamado sistema de «dupla subordinação», satisfazendo-se os órgãos locais forçosamente com uma autoridade formal que não era normalmente exercida. Mas a questão continuou a

¹¹ *Vos'moi S' 'ezd RKP(B)* (1933), 205, 313-5; cf. atrás, p. 156-7.

¹² *Sobranie Uzakonenii*, 1919, n.º 53, art. 508.

¹³ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 1-2, art. 5; n.º 11, art. 68; n.º 20, art. 108; n.º 26, art. 131.

¹⁴ *Devyatyi S' 'ezd RKP(B)* (1934), p. 56.

¹⁵ *S' 'ezdy Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), p. 177. Diz-se que, durante o ano seguinte, ocorreram vários casos de «impugnação perante o Supremo Tribunal Judicial de departamentos de abastecimento locais, conselhos económicos, departamentos de saúde, etc., por desprezarem arbitrariamente duma forma ou doutra as decisões da autoridade central» (A. Rothstein, *The Soviet Constitution* (1923), pp. 86-7). Isto sugere que não se encorajava a suspensão.

causar atritos de tempos a tempos; ainda em 1922, o próprio Lenine teve que intervir numa séria disputa sobre a organização judicial. Em Maio de 1922, o Comissário do Povo da Justiça, Krylenko, redigiu um decreto que estipulava que os procuradores deveriam ser nomeados em todo o país pelo procurador-geral e ser responsáveis perante ele e não perante o comité executivo das áreas em que exercessem as suas funções. Esta proposta foi sujeita a crítica hostil no VTsIK, em 13 de Maio de 1922, solicitando-se o sistema de «dupla subordinação» tanto perante o procurador-geral como perante o comité executivo local. Alguns dos bolcheviques partilhavam este ponto de vista e Lenine veio em apoio de Krylenko com um memorando que argumentava que, visto que «a legalidade tem que ser uma só» em toda a RSFSR, a argumentação favorável à designação e contrôle de funcionários judiciais pela autoridade central era irrefutável. Chamado assim à ordem, o VTsIK aceitou a proposta, em 26 de Maio de 1922, na ocasião da aprovação do primeiro código criminal da RSFSR; e dera-se mais um passo no sentido da concentração formal do poder¹⁶.

Por essa altura, contudo, as questões de competência surgidas entre diferentes órgãos soviéticos tinham-se tornado fictícias ao ponto de o poder de decisão definitivo não depender de nenhum dos contendores, mas do órgão apropriado do partido. As linhas de desenvolvimento paralelas das instituições do partido e do estado tinham convergido até ao ponto de já não se poderem traçar distinções claras. Se o sistema de «dupla subordinação» funcionava, era porque os órgãos soviéticos centrais e os comités executivos locais reconheciam ambos, em última análise, uma autoridade fora do sistema soviético. Como tudo o resto na RSFSR, as relações entre o Partido Comunista e o estado soviético e as suas instituições não tinham sido traçadas anteriormente à revolução. Tinham que se elaborar gradualmente na pressão e tensão de um período de crise aguda. Foram formuladas pela primeira vez em termos categóricos pelo oitavo congresso do partido, em Março de 1919:

O Partido Comunista é a organização que reúne nas suas fileiras apenas a vanguarda do proletariado e do campesinato

¹⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 298-301, 544-5.

mais pobre — a parte destas classes que luta conscientemente para realizar na prática o programa comunista.

O Partido Comunista assume a tarefa de conquistar influência decisiva e a direcção completa em todas as organizações dos trabalhadores: em sindicatos, cooperativas, comunas de aldeia, etc. O Partido Comunista luta especialmente para estabelecer o seu programa e a sua chefia total nas organizações do estado contemporâneo, que são os soviets.

... O Partido Comunista Russo tem que conquistar para si o domínio político integral nos soviets e contrôlê prático de todo o seu trabalho¹⁷.

Estes objectivos estavam já em vias de realização quando esta resolução foi aprovada. Foram alcançados mediante dois processos diferentes e distintos. Ao nível mais elevado, o comité central do partido — que em breve seria suplantado pelo Politburo criado pelo próprio oitavo congresso — era o árbitro decisivo da política pública e o tribunal de apelação final em toda a complexa estrutura do governo. A níveis inferiores, o partido procurava penetrar e permear todas as instituições administrativas, públicas e semipúblicas.

Seria um erro considerar a remessa de todas as decisões políticas de importância para órgãos do partido como resultado de qualquer plano premeditado. Nas primeiras semanas da revolução, Lenine mostrou todas as intenções de tornar o Sovnarkom o principal instrumento de governo e, de facto, tomaram-se nele decisões importantes. Os bolcheviques tinham sido os primeiros a fazer aparecer a palavra de ordem «todo o poder aos soviets» e, quando se conquistou a vitória, tornaram os soviets o repositório do poder soberano do estado. Mas os soviets não eram exclusivamente — ou, a princípio, sequer maioritariamente — bolcheviques; durante algum tempo, a presença de membros de outros partidos até

¹⁷ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 306. Zinoviev exprimiou o ponto de vista ainda mais sem cerimónias na discussão que precedeu a aprovação da resolução: «As questões fundamentais de política, internacional e interna, têm que ser decididas pelo comité central do nosso partido, isto é, o Partido Comunista, que, deste modo, põe em prática estas decisões através dos órgãos soviéticos. Põe-nas em prática, é claro, inteligentemente e com tacto, não de forma a pisar os calos ao Sovnarkom e a outras instituições soviéticas» (*Vos'moi S'ezd VKP(B)* (1933), p. 250); Zinoviev não ocupava nenhum posto governamental a não ser o de presidente do Soviete de Petrogrado.

no Sovnarkom¹⁸ separou os seus debates dos conselhos internos do partido. A função essencial do partido tornou-se, assim, nos termos da resolução de 1919, «conquistar para si o domínio político integral nos soviets». A grande decisão de soltar as forças da revolução em Outubro de 1917 tinha sido tomada no comité central do partido. A questão controversa seguinte de importância comparável — a conclusão da paz em Brest-Litovsk — foi resolvida, quase como coisa natural, no mesmo comité central. Tão cedo como isto na história do regime, veio a considerar-se assente que a função de tomar decisões políticas cabia ao partido.

Hoje (disse Trotsky ao segundo congresso do Comintern, em 1920) recebemos propostas do governo polaco para a conclusão da paz. Quem decide esta questão? Temos o Sovnarkom, mas ele tem que estar sujeito a um certo contrôle. Que contrôle? O contrôle da classe operária como massa caótica informe? Não. O comité central do partido foi convocado para discutir a proposta e decidir se se lhe responde¹⁹.

Quando a evolução dos assuntos do partido transferiu esta autoridade gradualmente do comité central do partido para o Politburo, este firmou rapidamente a sua supremacia sobre o Sovnarkom e os outros órgãos importantes do governo²⁰. Os sucessivos congressos do partido dedicavam cada vez mais a sua atenção a questões de política pública, grandes e pequenas. A decisão importantíssima de lançar a NEP foi a primeira anunciada publicamente por Lenine ao décimo congresso do partido. Os congressos do partido faziam recomendações explícitas mesmo sobre questões de organização perfeitamente de segunda ordem²¹ e, por vezes, apro-

¹⁸ O Sovnarkom original era exclusivamente bolchevique; em Novembro de 1917, entraram para ele três SRs de esquerda, mas demitiram-se depois da aceitação do tratado de Brest-Litovsk pelo Quarto Congresso Panrusso de Sovietes, em Março de 1918.

¹⁹ *Der Zweite Kongress der Kommunist-Internationale* (Hamburgo, 1921), p. 94.

²⁰ Um especialista que trabalhava para o Governo Soviético nesta altura deixou um depoimento específico neste sentido: «Os dois órgãos mais elevados de governo que eu conhecia — o Conselho de Comissários do Povo e o Conselho de Trabalho e Defesa — discutiam formas práticas de levar a efeito medidas já decididas por este santuário interno do partido, o Politburo» (S. Liberman, *Building Lenin's Russia* (Chicago, 1945), p. 13).

²¹ Pode citar-se como amostra o seguinte parágrafo das resoluções do oitavo congresso do partido: «As funções do presidium

vavam até resoluções formais a sancionar a política do Governo Soviético ou decretos específicos do Sovnarkom²².

O contrôle pelo partido da política governamental ao mais alto nível era completado e tornado efectivo pela introdução organizada de membros do partido em todos os níveis de todas as ramificações do aparelho administrativo. As posições-chave na administração eram preenchidas por nomeação do partido²³. Muito tempo depois de os mencheviques e SRs terem sido eliminados dos órgãos centrais do poder, uma proporção substancial dos membros dos sovietes locais e, ainda mais, de outras instituições públicas inferiores, continuavam sem partido ou não-bolcheviques. Isto tornava tanto mais necessário que a minoria bolchevique dessas instituições fosse altamente organizada e disciplinada. A resolução do oitavo congresso do partido tinha estabelecido este princípio:

Em todas as organizações soviéticas, é essencial formar fracções do partido estritamente sujeitas à disciplina do partido. Nestas fracções têm que entrar todos os membros do Partido Comunista Russo que trabalham numa dada instituição soviética²⁴.

E outra resolução do mesmo congresso ordenava ao partido que «introduzisse mais milhares dos seus melhores militantes na rede da administração do estado (caminhos de ferro, abastecimentos, contrôle, exército, tribunais de justiça, etc.)». Ao mesmo tempo, deram-se instruções aos membros do partido para se tornarem membros activos dos seus sindicatos²⁵. No congresso seguinte do partido, celebrado quando

do VTsIK não estão determinadas na constituição soviética. No próximo congresso de sovietes é indispensável, com fundamento em toda a experiência prática, formular precisamente os direitos e obrigações do presidium do VTsIK e distinguir a sua esfera de acção da do Sovnarkom» (*VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 305-6). Em teoria, tais resoluções eram instruções para a fracção do partido no congresso; na prática, vinculavam o próprio congresso.

²² Encontrar-se-á um exemplo nas resoluções do décimo congresso do partido, de 1921 (*ibid.*, I, 391).

²³ Zinoviev explicou, no décimo segundo congresso do partido, de 1923, que os presidentes dos comités executivos dos sovietes provinciais (*gubispolkomi*) eram designados pelo comité central do partido e que, se isto fosse alterado, «a partir desse momento, ficaria tudo de pernas para o ar» (*Dvenadtsatyi S'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 207).

²⁴ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 306.

²⁵ *Ibid.*, I, 303-4.

a primeira fase da guerra civil tinha sido transposta vitoriosamente, prescreveram-se novas esferas de actividade para os membros do partido — em fábricas e oficinas, nos transportes, «no estabelecimento de variadas formas de disciplina do trabalho», em organizações de combustíveis e em questões como cantinas públicas, comités de prédios, banhos públicos, escolas e instituições de assistência²⁶. «Nós administramos a Rússia», disse Kamenev neste congresso, «e é apenas por intermédio de comunistas que podemos administrá-la»²⁷. Entretanto, a última página do estatuto do partido aprovado em 1919, «Sobre as Fracções em Instituições e Organizações Exteriores ao Partido», prescrevia os deveres e funções de membros do partido participantes em «congressos, conferências ou órgãos electivos (soviete, sindicato, cooperativa, e assim por diante)». Ordenava-se-lhes que se constituíssem em «fracções organizadas» e que «votassem solidamente unidos na reunião geral da organização em questão». As exigências de disciplina eram mais fortes que nunca quando membros do partido se encontravam em contacto com membros, não pertencentes a ele, de organizações oficiais ou semi-oficiais. As fracções estavam «completamente subordinadas às organizações correspondentes do partido» e pautavam a sua acção pelas decisões e instruções do partido²⁸.

Não fazia parte das intenções originais dos que fizeram estas disposições suprimir a linha divisória entre partido e estado. A resolução do oitavo congresso do partido que tinha definido pela primeira vez as relações entre eles estabelecia que a confusão das suas funções conduziria a «resultados desastrosos»; era dever do partido «*dirigir* a actividade dos soviets, mas não substituí-los»²⁹. O desempenho deste

²⁶ Ibid., I, 342.

²⁷ *Devyatyi S' 'ezd RKP(B)* (1934), p. 325.

²⁸ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 322-3. Em toda a parte, os partidos de esquerda têm insistido particularmente em que os seus delegados em assembleias representativas votem, não de acordo com as convicções particulares, mas segundo a decisão do partido. No Partido Social-Democrata do Reichstag alemão, fazia-se cumprir rigorosamente o *Fraktionszwang*. A famosa votação de 4 de Agosto de 1914 em apoio dos créditos de guerra foi unânime, mas foi precedida por uma discussão no seio da fracção em que 78 votaram a favor do apoio e 14 contra ele; Haase, que leu a declaração do partido no Reichstag, era, na realidade, um dos que tinham votado contra na fracção.

²⁹ Ibid., I, 306.

dever, contudo, tendia inevitavelmente cada vez mais a depositar a responsabilidade última das decisões nos órgãos do partido, mais que nos do estado. Lenine queixou-se, no décimo primeiro congresso do partido, do hábito de apelos constantes do Sovnarkom ao Politburo e falou da necessidade de «aumentar a autoridade do Sovnarkom»³⁰. Ainda em Março de 1922, o décimo primeiro congresso, na sua principal resolução, declarava «possível e indispensável aliviar o partido de uma série de questões de carácter puramente soviético que ele tomou sobre os seus ombros no período precedente», pedia «uma distinção muito mais precisa entre o seu trabalho corrente e o trabalho dos órgãos soviéticos, entre o seu próprio aparelho e o aparelho dos soviéticos» e exprimia o seu desejo de «elevantar e fortalecer a actividade do Sovnarkom»³¹. Mas estes piedosos desejos proporcionavam um pretexto àqueles que — especialmente no campo económico — procuravam desligar os órgãos administrativos do estado do contróle do partido e o congresso seguinte achou necessário fazer uma advertência contra a interpretação tão lata destes textos que pudesse criar perigos para a autoridade primordial do partido³².

A corrente da intrusão do partido nas funções dos soviets era, na verdade, demasiado forte para ser contida e Lenine, com o seu realismo habitual, encarou e aceitou o que não se podia alterar. «Como partido governante», tinha já ele escrito em 1921, «não pudemos evitar fundir as 'autoridades' soviéticas com as 'autoridades' do partido — estão e estarão fundidas connosco»³³. Num dos seus últimos artigos no *Pravda*, nos princípios de 1923, invocava a direcção dos assuntos externos como exemplo bem sucedido de unidade entre instituições do partido e dos soviets:

Porque é que, na verdade, não haveriam os dois de estar unidos, se é isto o que o interesse dos negócios exige? Já alguém deixou de notar que, num comissariado como o Narkomindel, uma união dessas produz vantagens enormes e foi praticada logo desde o início? Não discute o Politburo do ponto de vista do partido muitas questões, pequenas e grandes, das 'jogadas' do nosso lado em resposta a 'jogadas' de potências estrangeiras,

³⁰ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 257-8.

³¹ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 416.

³² *Ibid.*, I, 473.

³³ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 208.

para neutralizar a sua — bem, digamos, inteligência, para não usar uma expressão menos cortês? Não é esta união flexível de elementos soviéticos e do partido uma fonte de enorme força na nossa política? Penso que uma coisa que se justificou a si própria, se estabeleceu na nossa política externa e se torna tanto um hábito que, nesta esfera, não deixa qualquer lugar a dúvidas, estará pelo menos igualmente no lugar apropriado (creio que muito mais no lugar apropriado) se aplicada a todo o nosso aparelho de estado³⁴.

Depois da morte de Lenine, a tradição de fusão tinha-se estabelecido tão firmemente que as decisões importantes vieram a ser anunciadas quase indiferentemente pelo partido ou pelo governo e, por vezes, publicavam-se decretos conjuntamente em nome do comité central do partido e do VTsIK ou do Sovnarkom.

Se Lenine foi levado por necessidades práticas a reconhecer uma concentração de autoridade constantemente crescente, não há mostras de que tenha vacilado na sua crença no antídoto da «democracia directa». Mas começou a compreender que o avanço seria mais lento do que tinha esperado a princípio e o espectro da burocracia mais difícil de conjurar. O sistema soviético era agora louvado pela sua função educativa:

Só nos soviets é que a massa dos explorados começa realmente a aprender, não dos livros, mas da sua própria experiência prática, as questões da construção socialista, a criação da nova disciplina social, a livre união de trabalhadores livres³⁵.

Em Abril de 1921, o Sovnarkom publicou um decreto cujo motivo declarado era «manter o elo entre as instituições

³⁴ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 413. Três meses depois, no debate sobre a Geórgia do décimo segundo congresso do partido, foram feitas por Enukidze algumas observações significativas: «Estou perfeitamente familiarizado com as relações mútuas entre órgãos soviéticos centrais e o órgão central do partido da RSFSR e direi sem rodeios que nenhuma instituição soviética no território da RSFSR goza de uma liberdade de acção como a do Sovnarkom georgiano ou o TsIK georgiano na Geórgia. Lá, toda uma série de questões importantíssimas de significado para a república é examinada sem o conhecimento do comité central (do partido) georgiano ou do comité da região transcaucásica — coisa que não acontece connosco e não deveria acontecer enquanto o partido dirigir toda a política» (*Dvenadtsatye S' 'ezd Rossiïskoi Kommunisticheskoi Partii* (1923), pp. 538-9).

³⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXV, 315.

soviéticas e as amplas massas dos trabalhadores, para vivificar o aparelho soviético e libertá-lo gradualmente de elementos burocráticos». O decreto procurava, entre outras coisas, trazer mulheres operárias e camponesas para as secções dos comités executivos dos congressos de sovietes; as mulheres seriam empregues em trabalho administrativo durante dois meses, depois do que seriam devolvidas à sua ocupação normal, a não ser que se desejasse retê-las permanentemente. Mas o ponto mais interessante com respeito a um projecto pouco prático era que as mulheres seriam seleccionadas «através das secções operárias femininas do Partido Comunista Russo»³⁶. O último acto público da carreira de Lenine foi um plano ousado para amalgamar as funções do partido e do estado de uma forma destinada a neutralizar os males da burocracia. Sob os czares, o posto de controlador do estado, originalmente criado para fiscalizar as irregularidades financeiras, tinha adquirido uma supervisão geral sobre o funcionamento da administração. Algumas semanas depois da revolução, publicou-se um decreto que fundava um Comissariado do Povo de Contrôlo do Estado e, por um decreto de Março de 1918, deram-se poderes adicionais à instituição³⁷. Mas não foi designado nenhum comissário do povo e o comissariado não parece ter existido a não ser no papel. Passado pouco tempo, o partido interveio na questão. A resolução do oitavo congresso do partido, de Março de 1919, que tentou pela primeira vez definir as relações entre o partido e o estado, continha um parágrafo que prescrevia que «o contrário deve ser radicalmente reorganizado, na república soviética, para criar um contrário prático genuíno de carácter socialista», acrescentando que o principal papel no exercício deste contrário tinha que caber às «organizações do partido e sindicatos»³⁸. Zinoviev, que apresentou a resolução, sugeriu que o novo órgão deveria «introduzir os seus tentáculos em todos os ramos do edifício soviético e ter uma secção especial encarregada da simplificação e aperfeiçoamento da nossa máquina»³⁹. Outro orador descreveu o contrário do estado

³⁶ *Sobranie Uzakoneniï, 1921*, n.º 35, art. 186. Este é talvez o primeiro exemplo de atribuição de uma função ao partido num decreto oficial.

³⁷ *Sobranie Uzakoneniï, 1917-1918*, n.º 6, arts. 91-2; n.º 30, art. 393.

³⁸ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh (1941)*, I, 306.

³⁹ *Vos'moi S'ezd RKP(B) (1933)*, p. 251.

existente como «uma instituição antediluviana que continua com todos os seus velhos funcionários, com todas as espécies de elementos contra-revolucionários, etc.»⁴⁰. A resolução redundou num decreto conjunto do VTsIK e do Sovnarkom, de 9 de Abril de 1919, que estabelecia um Comissariado do Povo de Contrôlo do Estado⁴¹. Desta vez, a decisão entrou em vigor. O comissário do novo departamento, como Zinoviev já tinha anunciado no congresso⁴², era Estaline, que obteve, assim, simultaneamente com a sua dupla nomeação para os recém-criados Politburo e Orgburo do partido⁴³, a sua primeira posição de comando no mecanismo do estado.

A tarefa do novo comissariado era, no entanto, delicada e controversa e não sobreviveu muito tempo na sua forma existente. Por um decreto de 7 de Fevereiro de 1920, foi transformado num Comissariado do Povo da Inspeção Operária e Camponesa (Rabkrin ou RKI) e foi-lhe dado um carácter inteiramente novo. Enquanto o comissário do povo permanecia sem modificação, «a luta contra o burocratismo e a corrupção nas instituições soviéticas» seria agora prosseguida por operários e camponeses eleitos pelos mesmos eleitores que votaram delegados para os soviets. As eleições seriam apenas por períodos curtos, «de modo que, gradualmente, todos os operários, homens e mulheres, de uma determinada empresa e todos os camponeses possam ser chamados para as tarefas da inspecção»⁴⁴. Era esta a concepção de Lenine do uso da democracia directa como salvaguarda contra a burocracia. Uma cláusula curiosa do decreto dava aos sindicatos o direito de protestar contra qualquer candidato eleito para trabalhar no Rabkrin e de propor a sua substituição por qualquer outra pessoa. Em Abril de 1920, o terceiro Congresso Panrusso dos Sindicatos decidiu participar activamente no trabalho do Rabkrin⁴⁵. Pode presumir-se que a participação dos sindicatos era um meio de dar coerência

⁴⁰ *ibid.*, p. 210.

⁴¹ *Sobranie Uzakonenii*, 1919, n.º 12, art. 122.

⁴² *Vos'moi S'ezd RKP(B)* (1933), p. 225.

⁴³ Ver atrás, p. 221.

⁴⁴ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 16, art. 94. O decreto baseava-se numa proposta apresentada originalmente por um delegado de Moscovo, no Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1919 (*7i Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1920), p. 211).

⁴⁵ *Tretii Vserossiiskii S'ezd Professional'nykh Soyuzov* (1921), I, 118.

ao que, de outra forma, poderia ter sido um projecto nebuloso e impraticável.

A carreira do Rabkrin continuou a ser tempestuosa. Em Outubro de 1920, reuniu em Moscovo uma primeira «conferência panrussa de trabalhadores responsáveis do Rabkrin» onde Estaline fez um discurso afirmando que ele tinha incorrido «no ódio de alguns funcionários mesquinhos e até de alguns comunistas que tinham dado ouvidos a estes funcionários»⁴⁶. Uma das dificuldades era o recrutamento de pessoal adequado para este retardatário entre os comissariados. Mesmo Lenine, que contava com o Rabkrin como instrumento importante na luta contra a burocracia, admitia que ele «existe mais como uma aspiração», visto que «os melhores trabalhadores foram levados para a frente»⁴⁷. No Outono de 1921, um relatório do Rabkrin sobre a falta de combustíveis incorreu na censura de Lenine e Estaline replicou na qualidade de chefe de departamento que defende com diplomacia um subordinado⁴⁸. O Rabkrin era encarado com suspeita crescente em muitos círculos do partido. Lenine tinha defendido Estaline contra o ataque de Preobrajensky, no décimo primeiro congresso do partido, em Março de 1922⁴⁹; mas quando, algumas semanas depois, propôs tornar o Rabkrin o canal para um novo sistema para fiscalizar a execução de decretos do Sovnarkom e do Conselho do Trabalho e Defesa, Trotsky lançou um ataque feroz contra aquele, observando que «os que trabalham no Rabkrin são principalmente trabalhadores que não se deram noutros campos» e queixando-se de «um extremo predomínio da intriga nos órgãos do Rabkrin que há muito se tornou proverbial em todo o país». Lenine replicou calmamente que o que era preciso era melhorar o Rabkrin, não aboli-lo⁵⁰.

⁴⁶ Stalin, *Sochineniya*, IV, 368.

⁴⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXV, 495.

⁴⁸ *ibid.*, XXVII, 14-20, 501. A carta de Estaline não está incluída nas suas obras completas, presumivelmente porque já não era próprio, vinte e cinco anos depois, ter divergido de Lenine, mesmo num assunto de rotina.

⁴⁹ Ver atrás, p. 241; Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 263-4.

⁵⁰ A proposta original de Lenine encontra-se em *Sochineniya*, XXVII, 287; a carta de Trotsky *ibid.*, XXVII, 542-3. O comentário de Lenine à crítica de Trotsky é um dos poucos documentos das obras completas publicadas — sem explicação — apenas em extracto e fora da ordem cronológica (*ibid.*, XXVII, 289). Lenine menciona o número de funcionários do Rabkrin nesta altura como 12 000.

Seria arriscado especular sobre se foi o crescente descontentamento geral em relação ao Rabkrin ou a forte desconfiança pessoal que Lenine contraiu por Estaline que foi principalmente responsável pelo que parece ter sido uma súbita alteração da atitude de Lenine durante os últimos meses da sua vida activa. Os seus dois últimos artigos, escritos ou ditados nas primeiras semanas de 1923, eram um ataque sem rebuços contra o Rabkrin na sua forma de então e uma proposta ao décimo segundo congresso do partido, prestes a realizar-se, para o fundir com a comissão central de contróle do partido. O segundo artigo, o último que Lenine escreveu, era particularmente severo:

O Commissariado do Povo da Inspeção Operária e Camponesa não goza presentemente do mais ligeiro vestígio de autoridade. Toda a gente sabe que não há instituições pior equipadas que as instituições do nosso Rabkrin e que, nas condições em que estão, não se pode esperar absolutamente nada deste commissariado ... Ou não vale a pena perder tempo numa daquelas reorganizações, de que tivemos tantas, de uma empresa tão desesperada como o Rabkrin ou temos realmente de nos atribuir a tarefa de criar, por métodos lentos, difíceis e inusitados, e não sem repetida verificação, alguma coisa verdadeiramente exemplar, alguma coisa capaz de inspirar respeito a todos e a cada um — e não apenas porque categorias e títulos o exigem⁵¹.

Estaline contornou habilmente a censura implícita aprovando calorosamente o plano de reforma de Lenine. O décimo congresso, que reuniu em Abril de 1923, depois de Lenine ter sido prostrado pelo segundo ataque, aprovou um arranjo em forma entrelaçada que equivalia a uma fusão completa das instituições do estado e do partido. Em primeiro lugar, o carácter da comissão de contróle do partido, restrita até aí como o Politburo e o Orgburo a sete membros, foi completamente alterado pelo alargamento dos seus membros a cinquenta, «principalmente operários e camponeses», e pela eleição de um presidium de nove para o dirigir. Em segundo lugar, estabeleceu-se que o Commissário da Inspeção Operária e Camponesa seria designado pelo comité central do partido e tirado, se possível, do presidium da comissão de contróle. Em terceiro lugar, os membros da comissão de contróle seriam designados para os colégios dos diversos commissariados

⁵¹ Lenine, *Sochineniya*, XXVII, 406-18.

do povo, tal como para o Rabkrin⁵². O comissariado recebeu poderes alargados quando foi transformado, por decreto de 12 de Novembro de 1923, num comissariado da URSS⁵³. Mas, em essência, a sua actividade tinha-se fundido com a da comissão central de contróle do partido. A comissão de contróle, reforçada pelo seu recente acordo de trabalho com a GPU⁵⁴, estava, assim, em posição de exercer, através do Rabkrin, fiscalização constitucional directa sobre todas as actividades da administração soviética.

O relatório de Estaline sobre organização ao décimo segundo congresso do partido atraía a atenção para a importância crescente de outra instituição. Como Estaline ingénua, mas significativamente, observou, uma «boa linha política» era apenas metade da batalha: era também necessário recrutar os militantes apropriados para executarem as directivas⁵⁵. A partir de 1920, um dos três secretários do partido tinha estado encarregado do que se designava por «secção de registo e distribuição» (Uchraspred), que registava o potencial humano do partido e fiscalizava a sua distribuição — «mobilizações, transferências e nomeações de membros do partido»⁵⁶. Com o fim da guerra civil e o processo de desmobilização, o âmbito do Uchraspred alargou-se e o seu relatório ao décimo congresso do partido, em Março de 1921, mostrava que, em pouco menos de doze meses, tinha sido responsável por transferências e nomeações de 42 000 membros do partido⁵⁷. Nesta altura, ocupava-se mais com «mobilizações de massas» que com nomeações individuais, que eram deixadas aos comités regionais e provinciais. Mas, à medida que a máquina administrativa crescia, e a administração da economia nacional se tornava uma das suas principais funções, as nomeações especializadas tornaram-se mais importantes e era indispensável, como Estaline observou, «conhecer cada trabalhador por

⁵² *VKP(O) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 502. Estas decisões são precedidas por uma longa resolução «Sobre as Tarefas do RKI e da Comissão Central de Contróle» (ibid., I, 498-9).

⁵³ *Sobranie Uzakonenii*, 1923, n.º 109-10, art. 1042.

⁵⁴ Ver atrás, p. 240.

⁵⁵ Stalin, *Sochineniya*, V, 210-13.

⁵⁶ O primeiro relatório do Uchraspred encontra-se nos *Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 22, 18 de Setembro de 1920, pp. 12-15, uma breve descrição das suas funções, ibid., n.º 23, 23 de Setembro de 1920, p. 1.

⁵⁷ ibid., n.º 28, 5 de Março de 1921, p. 13.

dentro e por fora». Com este fim, o comité central decidiu, algum tempo antes do décimo segundo congresso, «ampliar» o aparelho do Uchraspred, «para dar ao partido a possibilidade de equipar os órgãos dirigentes das nossas principais empresas com comunistas e tornar, assim, real a chefia do partido no aparelho do estado». O Uchraspred tornou-se, portanto, um foco pouco notado, mas forte, do contróle exercido pelo partido sobre os órgãos do estado, políticos e económicos. Mostrou-se também, sob a administração do secretário-geral, um instrumento útil para edificar a autoridade pessoal de Estaline tanto no aparelho do estado como no do partido. As observações de Estaline no décimo segundo congresso foram um dos raros vislumbres concedidos ao mundo exterior das alavancas com que se accionava o mecanismo.

Antes do fim da vida de Lenine, por conseguinte, a autoridade do partido sobre todos os aspectos da política e todos os ramos da administração tinha sido abertamente reconhecida e proclamada. Ao nível mais elevado, a predominância do partido como fonte última da política era assegurada pela supremacia do Politburo; no funcionamento da máquina administrativa, os comissariados estavam sujeitos ao contróle do Comissariado da Inspeção Operária e Camponesa e, através dele, da comissão central de contróle do partido; ao nível mais baixo, «fracções» do partido, sujeitas às instruções e à disciplina do partido, participavam activamente no trabalho de todo o órgão oficial ou semi-oficial de alguma importância. Para além disso, o partido exercia, em organizações como os sindicatos e as cooperativas, e mesmo em estabelecimentos industriais importantes, as mesmas funções de chefia que desempenhava em relação ao estado. Precisamente como a autonomia das repúblicas e territórios constituintes da RSFSR (e, mais tarde, da União Soviética) estava limitada pela dependência de todos das decisões políticas tomadas pelas autoridades centrais do omnipresente partido, também a independência de que os sindicatos e cooperativas gozavam em relação aos órgãos do estado era limitada pela mesma subordinação comum à vontade do partido.

A fórmula em que se exprimia este complicado nexo de instituições e funções variava de tempos a tempos. Segundo Lenine:

O partido, por assim dizer, encarna em si a vanguarda do proletariado. Esta vanguarda converte a ditadura do proleta-

rido em realidade; e, sem ter um alicerce como os sindicatos que tornam a ditadura real, é impossível dar realidade às funções governamentais. A realidade é-lhes dada através de uma série de instituições especiais de tipo novo, nomeadamente através do mecanismo dos soviets⁵⁸.

Em 1919, replicou de modo mordaz aos que atacavam a «ditadura de um só partido»:

Sim, a ditadura de um só partido! Defendêmo-la e não podemos abandonar este ponto de vista, que este é o partido que, no decurso de décadas, conquistou para si a posição de vanguarda de todo o proletariado fabril e industrial⁵⁹.

Ridicularizava os que tratavam «a ditadura de um só partido» como um papão e acrescentava que «a ditadura da classe operária é posta em prática pelo partido dos bolcheviques que, desde 1905 ou antes, esteve unido a todo o proletariado revolucionário»⁶⁰. Mais tarde, qualificou a tentativa de distinguir entre a ditadura da classe e a ditadura do partido como prova de «uma incrível e inextricável confusão de pensamento»⁶¹. A fórmula continuou a satisfazer o partido, durante alguns anos. No décimo segundo congresso, em 1923, em que Lenine já não estava presente, Zinoviev menosprezou «os camaradas que pensam que a ditadura do partido é uma coisa para realizar na prática, mas não para se falar sobre ela» e passou a desenvolver a doutrina da ditadura do comité central:

Precisamos de um *único* comité central forte e poderoso que seja dirigente de tudo ... O comité central é o comité central porque é o mesmo comité central para os soviets, para os sindicatos, para as cooperativas, para os comités executivos provinciais e para toda a classe operária. Nisto consiste o seu papel de chefia, nisto se exprime a ditadura do partido⁶².

E a resolução do congresso declarava que «a ditadura da classe operária não pode ser assegurada senão sob a forma de ditadura da sua vanguarda dirigente, o Partido Comunista»⁶³.

⁵⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 64. Uma situação confusa revela-se por uma rudeza de estilo rara nos escritos de Lenine: o verbo *osushchestvlyat'* (tornar real) ocorre quatro vezes em quatro linhas.

⁵⁹ *ibid.*, XXIV, 423.

⁶⁰ *ibid.*, XXIV, 436.

⁶¹ *ibid.*, XXV, 188.

⁶² *Dvenadtsatyi S'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), pp. 41, 207.

⁶³ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 473.

Desta vez, contudo, a falta de jeito de Zinoviev provocou a correspondente reacção. Estaline, pela sua parte, estava preocupado com opor-se à intrusão, não do partido no estado (isso era, de qualquer forma, uma causa perdida), mas do comité central nos órgãos em funcionamento do partido, incluindo o secretariado, e a ditadura do comité central era uma doutrina pouco a seu gosto⁶⁴. No congresso, qualificou prudentemente a opinião de que «o partido dá ordens... e o exército, isto é, a classe operária, executa essas ordens» como «radicalmente falsa» e desenvolveu largamente a metáfora das sete «correias de transmissão» do partido para a classe operária: sindicatos, cooperativas, confederações da juventude, conferências de delegados femininos, escolas, a imprensa e o exército⁶⁵. Um ano depois, qualificou ousadamente a ditadura do partido de «disparate» e atribuiu o seu aparecimento na resolução do décimo segundo congresso a um «lapso»⁶⁶. Mas, fosse qual fosse a fórmula do momento, o facto essencial não era posto em causa em parte alguma. Era o Partido Comunista Russo (Bolcheviques) que dava vida, direcção e força motriz a todas as formas de actividade pública na URSS e cujas decisões eram vinculativas para todas as organizações de carácter público ou semi-público. Toda a luta significativa pelo poder teve lugar, a partir de então, no seio do partido.

⁶⁴ Segundo L. Trotsky, Stalin (N.I., 1946), p. 367, foi imediatamente a seguir ao décimo segundo congresso que Zinoviev começou a delinear planos para reduzir a importância do secretariado no mecanismo do partido.

⁶⁵ Stalin, *Sochineniya*, V, 198-205. Quase três anos depois, Estaline desenvolveu esta ideia de uma forma ligeiramente diferente: há agora cinco «cabos condutores» ou «alavancas» através dos quais se torna efectiva a ditadura do proletariado — sindicatos, sovietes, cooperativas, a confederação da juventude e o partido (ibid., VIII, 32-5).

⁶⁶ Stalin, *Sochineniya*, VI, 258.

A TEORIA DO ESTADO DE LENINE

A concepção do estado como um mal necessário com origem na natureza degradada do homem estava enraizada na tradição cristã. A Idade Média reconhecia um equilíbrio entre o poder eclesiástico e o político, cada qual supremo na sua esfera, mas gozando aquele de proeminência. Foi só quando a Reforma subordinou a igreja ao estado e o estado moderno nasceu que o protesto contra os abusos do poder político passou para o braço secular. Thomas More, na sua *Utopia*, atribuiu os males do governo à instituição da propriedade privada e foi o precursor de uma análise do estado que veio a ser largamente aceite mais de três séculos depois:

Devo, portanto, dizer que, pela minha salvação, não posso ter outra noção dos governos que vejo ou que conheço a não ser que eles são uma conspiração dos ricos que, sob pretexto de administrar os assuntos públicos, apenas perseguem os seus objectivos particulares e inventam todos os processos e artimanhas que podem encontrar; primeiro, para que possam preservar sem perigo tudo o que adquiriram de tão má forma e, depois, para que possam empregar os pobres para mourejar e trabalhar para eles a preços tão baixos quanto possível e oprimi-los quanto lhes apetercer.

Isto ficou, contudo, como um relâmpago isolado de intuição e foi só no século dezoito que a moderna concepção socialista do estado começou a tomar forma. Segundo a tradição cristã, o estado era mau, mas necessário, porque a

natureza do homem era má; segundo a fé racional na natureza pregada pelo Iluminismo, o estado era antinatural e, por conseguinte, mau. Encontram-se traços marcados desta concepção, entre outros, em Morelly e Rousseau; mas foi William Godwin que, no seu *Enquiry Concerning Political Justice* («Inquérito sobre a Justiça Política»), criou o que se classifica com razão como bíblia do anarquismo. Segundo Godwin, a propriedade, o casamento e o estado são todos crimes contra a natureza e a razão.

Sobretudo (escreve ele), não deveríamos esquecer que o governo é um mal, uma usurpação do juízo privado e da consciência individual do género humano, e que, embora possamos ser obrigados a admiti-lo por agora como um mal necessário, nos compete, como amigos da razão e da espécie humana, admitir a menor quantidade possível deles e observar cuidadosamente se, em consequência da iluminação gradual do espírito humano, esse pouco não pode, daqui em diante, ser diminuído¹.

E, mais adiante, na mesma obra, torna-se mais ousado e propõe claramente «aniquilar o charlatanismo do governo». A partir desta altura, os principais autores radicais e socialistas — Saint-Simon, Robert Owen, Fourier, Leroux, Proudhon — preocupam-se todos com a supressão do estado e a sua transformação numa sociedade de produtores e consumidores. Coube a Moses Hess, um companheiro radical do jovem Marx, traduzir estas ideias na terminologia hegeliana que era modelo comum entre os jovens intelectuais alemães da década de 1840. Ele acreditava que, enquanto existisse o estado, fosse qual fosse a forma do governo, haveria sempre senhores e servos e que esta oposição continuaria «até o estado, que é a condição da polaridade, se abolir dialecticamente e dar lugar à vida social unificada, que é a condição da comunidade»².

Marx chegou rapidamente à concepção do estado como o instrumento mediante o qual a classe dominante prosseguia e protegia os seus interesses. Num dos seus primeiros escritos contra os proprietários de quintas da Renânia, descrevia «os órgãos do estado», no estilo hiperbólico do seu período de juventude, como «os ouvidos, olhos, mãos e pernas pelos quais o interesse do proprietário de florestas ouve, vê,

¹ Godwin, *Enquiry Concerning Political Justice* (1793), p. 380.

² *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz* (Zurique, 1843), p. 88.

julga, defende, confisca, corre»³. O estado moderno «existe apenas em benefício da propriedade privada»; não é «mais que a forma de organização que os burgueses necessariamente adoptam tanto para fins externos como internos, para garantia mútua das suas propriedades e interesses»⁴. Mas a propriedade privada, na sua fase capitalista, produz a sua própria antítese, o proletariado sem bens que está destinado a destruí-la. Como Hess tinha dito, o estado é a expressão desta contradição, deste conflito entre classes. Quando esta contradição for resolvida pela destruição da propriedade privada e a vitória do proletariado (que, pela consumação da sua própria vitória, deixará de ser proletariado), a sociedade deixará de estar dividida em classes e o estado não terá mais *raison d'être*. O estado é, assim, um «substituto» do colectivismo⁵. A primeira exposição concisa do ponto de vista de Marx teve lugar em *A Miséria da Filosofia*, publicada em 1847:

«Em lugar da velha sociedade burguesa, a classe operária estabelecerá, no decurso de seu desenvolvimento, a espécie de organização que exclui as classes e a sua oposição mútua; não haverá mais qualquer poder político propriamente dito, visto que é o poder político que é a expressão oficial da oposição de classes no interior da sociedade burguesa»⁶.

A primeira obra da maturidade de Marx, o *Manifesto Comunista*, registava as mesmas conclusões, ansiando pelo dia em que, varrida a diferença entre as classes, «o poder social perderá o seu carácter político». Mas ocupava-se de modo mais imediato com o passo prático seguinte, que era que o proletariado deveria «firmar a sua supremacia derrubando a burguesia» e o estado identificar-se com «o proletariado organizado como classe governante». Foi esta a ideia que Marx cristalizou quatro anos mais tarde na famosa palavra de ordem da «ditadura do proletariado». Mas acrescentou ao mesmo tempo que esta ditadura era «apenas uma transição para a abolição de todas as classes e para a sociedade sem

³ *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, I^o Teil, I, i, 287.

⁴ *ibid.*, V, 52.

⁵ *ibid.*, V, 64.

⁶ *ibid.*, VI, 227.

classes»⁷. Vinte anos mais tarde, quando Marx, no famoso discurso sobre *A Guerra Civil em França*, descobriu na Comuna de Paris um protótipo imperfeito, mas reconhecível, da ditadura do proletariado, escreveu então sobre o estado como «uma excrescência parasitária» e sobre a «abolição do poder de estado», que «se torna agora supérfluo»⁸; e Engels acrescentou, mais tarde, o comentário mais detalhado:

O proletariado vitorioso, como a Comuna, será imediatamente obrigado a cercear as partes piores deste mal, até uma geração que tenha crescido em novas condições sociais livres se encontrar em posição de atirar pela borda fora toda esta barafunda do estado⁹.

Marx nunca, portanto, desmentiu, nem podia ter desmentido, a opinião de que o poder de estado é uma expressão de antagonismos de classe — um mal que desaparecerá na eventual sociedade sem classes. Mostrou, todavia, menos interesse pessoal na descrição deste objectivo final que na análise das medidas imediatas necessárias para estabelecer a ditadura do proletariado e coube a Engels elaborar a exposição mais acabada da teoria marxista do estado:

Quando já não houver classes sociais que tiverem que ser mantidas subjugadas, quando já não houver um domínio de uma classe sobre outra e uma luta pela existência enraizada na anarquia presente da produção, quando os conflitos e a violência dela resultantes tiverem sido eliminados, então não haverá ninguém para esmagar e reprimir e então a necessidade do poder de estado, que desempenha presentemente esta função, desaparecerá. O primeiro acto em que o estado aparecerá como verdadeiro representante de toda a sociedade — a conversão dos meios de produção em propriedade social — será o seu último acto independente na qualidade de estado. A intervenção do poder de estado nas relações sociais tornar-se-á gradualmente supérflua e acabará por si. A administração dos homens será

⁷ Marx i Engels, *Sochineniya*, XXV, 146; o passo ocorre numa carta particular de 5 de Março de 1852 a Weydemeyer. Marx não voltou a utilizar a expressão até escrever, mais de vinte anos depois, na *Crítica do Programa de Gotha* de 1875, que, durante o período de transição do capitalismo para o comunismo, o estado não seria «nada mais que a ditadura revolucionária do proletariado» (ibid., XV, 283). A *Crítica* era conhecida em círculos do partido, mas não foi publicada em vida de Marx.

⁸ Marx i Engels, *Sochineniya*, XIII, ii, 315-16.

⁹ ibid. XVI, ii, 94.

substituída pela administração das coisas e pela gerência dos processos produtivos. O estado não é «abolido», deprece ¹⁰.

Foi também Engels que escreveu, alguns anos mais tarde:

Com o desaparecimento das classes, o estado desaparecerá inevitavelmente. A sociedade, que organizará a produção de nova forma, com base numa associação livre e igual de produtores, mandará todo o aparelho de estado para o lugar que lhe competirá então: para o museu de antiguidades, juntamente com a roda de fiar e o machado de bronze ¹¹.

A doutrina do estado que ressaltava dos escritos de Marx e Engels tinha, portanto, duas faces. A longo prazo, a ideia socialista tradicional do estado como um mal em si, um produto de contradição e um instrumento de opressão, que não pode ter lugar na ordem comunista do futuro, mantinha-se na sua integridade. A curto prazo, argumentava-se que o proletariado, depois de destruir o instrumento do estado burguês por meios revolucionários, teria que estabelecer um instrumento estatal temporário próprio — a ditadura do proletariado — até à altura em que os últimos vestígios da sociedade burguesa tivessem sido extirpados e a ordem socialista sem

¹⁰ Marx i Engels, *Sochineniya*, XIV, 284. A distinção entre o «governo do homem» e a «administração das coisas» há muito que era conhecida no pensamento socialista. Foi popularizada por Saint-Simon, que escreveu que a sociedade humana estava «destinada a passar do regime governamental ou militar ao regime *administrativo* ou *industrial*, depois de ter feito suficientes progressos nas ciências positivas e na indústria» (*Oeuvres de Saint-Simon et d'Enfantin*, XXXVII (1875), 87). A frase tinha já implicações anarquistas. Noutro local, Saint-Simon escreveu: «Nenhuma acção útil é exercida pelo homem que não seja a acção do homem sobre as coisas. A acção do homem sobre o homem é sempre, em si própria, prejudicial à espécie» (*ibid.*, XX (1869), 192).

¹¹ Marx i Engels, *Sochineniya*, XVI, I, 149. Um autor moderno compara a atitude de Marx com a de Santo Agostinho: «O estado torna-se a expressão de um princípio imoral, de um interesse egoísta de classe... O estado — esta *civitas diaboli* — tem, portanto, que ser vencido, tem que «extinguir-se» e dar lugar a uma condição de «sociedade» sem classes e sem estado, uma *civitas dei*. Entre a concepção de Santo Agostinho e a do marxismo há realmente apenas a diferença de que aquela afasta prudentemente o seu ideal para o outro mundo, ao passo que esta o impõe a este mundo por uma lei causal de desenvolvimento» (H. Kelsen, *Sozialismus und Staat* (segunda ed. 1923), pp. 32-3). A essência da filosofia marxista, a sua derivação causal da utopia a partir da realidade, do *sollen* a partir do *sein*, reside nesta «diferença».

classes firmemente estabelecida. Traçava-se, assim, uma distinção funcional entre a sociedade comunista final, em que todas as desigualdades entre os homens teriam desaparecido e o estado já não existiria, e o que veio a ser conhecido de várias maneiras como «socialismo» ou «o primeiro estágio do comunismo», em que os últimos vestígios da ordem burguesa não estavam ainda extirpados e o estado tomava a forma de uma ditadura do proletariado. Esta distinção viria um dia a assumir uma importância capital na doutrina do partido.

Uma outra clarificação da doutrina marxista do estado influenciou particularmente Lenine. A essência do estado era a divisão da sociedade em duas classes em luta — governantes e governados. Engels, na sua denúncia da «aliança» revolucionária secreta de Bakunine, acusou-o de abrir um fosso entre os que dirigiam e os que eram dirigidos e de restaurar o «estado autoritário»¹²; e, na sua *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, qualificou o estado como uma «força que procede da sociedade, mas que se coloca acima dela e se dissocia cada vez mais dela»¹³. Isto levantava o conhecido problema da burocracia. Na opinião de Engels, a Comuna de Paris tinha encontrado as respostas para ela:

Em primeiro lugar, nomeou para todos os postos oficiais da administração, da magistratura, da educação pública, pessoas eleitas por sufrágio universal e introduziu também o direito de distinguir os eleitos em qualquer altura por decisão dos eleitores. Em segundo lugar, pagou a todos os funcionários, do mais elevado ao mais baixo, apenas o mesmo salário pago aos outros trabalhadores.

Engels descrevia estas medidas como «fazer saltar o velho poder de estado e substituí-lo por um novo poder verdadeiramente democrático»¹⁴. Foi esta a origem da tese favorita de Lenine sobre a necessidade de substituir a burocracia, como instrumento característico do estado, pela autogestão dos trabalhadores.

Nos trinta anos que se seguiram à morte de Marx, a doutrina do estado tornou-se uma pedra de toque que dividiu o movimento operário europeu em dois grupos radicalmente opostos — os anarquistas e os socialistas estatais.

¹² Marx i Engels, *Sochineniya*, XIII, ii, 550-1.

¹³ *ibid.*, XVI, i, 145.

¹⁴ *ibid.*, XVI, ii, 93.

Os anarquistas partiam da tradicional rejeição socialista do estado. Rejeitavam-no precisamente pela mesma razão que Marx, a saber, que ele era um instrumento nas mãos de uma classe dominante e opressora. Confiavam também na mesma solução final — a substituição do estado «pela organização das forças produtivas e dos serviços económicos»¹⁵. Mas alargavam a sua rejeição do estado a qualquer forma provisória ou temporária de estado. Lenine citava um comentário de Engels a este respeito:

Os anti-autoritários exigem que o estado político autoritário seja destruído imediatamente, mesmo antes da destruição das relações sociais que lhe deram origem. Exigem que o primeiro acto da revolução social seja a destruição da autoridade. Alguma vez viu esta gente uma revolução? Uma revolução é, sem dúvida alguma, a coisa mais autoritária que se possa imaginar¹⁶.

A sua firme rejeição da autoridade tornou os anarquistas inimigos irredutíveis da «ditadura do proletariado» — uma questão que se exprimiu na polémica entre Marx e Bakunine. Os sindicalistas, aperfeiçoando o rude dogmatismo dos anarquistas, acreditavam que a organização futura da sociedade se basearia, não em qualquer sistema de estados territoriais, mas numa ligação de sindicatos e associações de produtores. O objectivo do sindicalismo, como o definiu o seu filósofo mais notável, era «arrancar ao estado e à comuna, uma a uma, todas as suas atribuições, para enriquecer as organizações proletárias em vias de formação, particularmente os sindicatos»¹⁷ ou, dito mais concisamente, «suprimir o estado»¹⁸. Em matéria de tácticas imediatas, o movimento sindicalista rejeitava todas as formas de acção política. O estado sucumbiria como resultado da acção económica revolucionária dos trabalhadores, na forma de greve geral; todo o programa construtivo para o estado contradizia a natureza e princípios do sindicalismo. Estas tendências predominaram na França e nos outros países latinos, onde o marxismo nunca tinha lançado raízes firmes.

¹⁵ Bakunin, *Oeuvres*, II (1907), 39.

¹⁶ Marx e Engels, *Sochineniya*, XV, 136-7; *Sochineniya*, XXI, 412.

¹⁷ G. Sorel, *Matériaux d'une théorie du prolétariat* (1919), p. 132.

¹⁸ G. Sorel, *Reflections on Violence* (trad. ingl. 1916), p. 190.

Por outro lado, os sociais-democratas alemães dirigiram-se não menos decididamente para uma interpretação do marxismo diametralmente oposta às opiniões dos anarquistas e sindicalistas. Criados num respeito prussiano-hegeliano pelo poder do estado e num desprezo marxista pelos discípulos de Bakunine, permitiram-se deixar-se convencer pela política astuta de Bismarck e pela eloquência inflamada de Lassalle de que se podia forçar o estado a servir os interesses dos trabalhadores. Cedo começaram a divergir da posição estritamente marxista, em dois pontos significativos. Relegavam para o limbo da utopia toda a noção do «deperecimento» do estado, abandonando assim a tradição socialista fundamental do estado; e, em vez de insistirem, como Marx, em que o proletariado tinha que esmagar o aparelho de estado burguês por meios revolucionários e estabelecer um instrumento de estado próprio — a ditadura do proletariado —, acabaram por acreditar na possibilidade de tomar conta do aparelho de estado existente e de o transformar e converter para fins proletários. Na década de 1890, Eduard Bernstein tornou-se o chefe de um grupo revisionista do Partido Social-Democrata Alemão, defendendo abertamente a consecução do socialismo por um processo de reforma, em cooperação com o estado burguês. A força inerente a este movimento patenteou-se no facto de que Kautsky e os seus discípulos, que o combateram originalmente em nome do marxismo ortodoxo, acabaram por mudar para uma posição, impossível de distinguir dele. A rejeição do estado por Marx era posta de parte, nas palavras de Lenine, «como uma ingenuidade que tinha sobrevivido à sua época», tal como os cristãos, uma vez atingida a posição de religião do estado, «se esqueceram das ingenuidades do cristianismo primitivo com o seu espírito revolucionário democrático»¹⁹. O social-democrata alemão aproxima-se, assim, mais do ponto de vista dos radicais ingleses, sindicalistas e fabianos, que nunca tinham sido marxistas e nunca tinham aderido de todo o coração à tradição anti-estatal do socialismo europeu. A influência conjunta dos grupos alemão e inglês na Segunda Internacional preparou o caminho para a aliança entre socialismo e nacionalismo que fez a Internacional em pedaços quando eclodiu a guerra, em 1914.

¹⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 398-9. Os comunistas russos de uma época posterior não estavam totalmente imunes da tentação que tinha dominado os cristãos e os sociais-democratas alemães.

Lenine permaneceu, pelo menos até à Revolução de Outubro, marxista coerente na sua atitude para com o estado, seguindo um rumo constante entre o Cila do anarquismo e o Caribdis do culto do estado. Explicou a sua posição com clareza exemplar numa das *Cartas de Longe* que escreveu da Suíça, no intervalo entre a Revolução de Fevereiro e o seu regresso à Rússia:

Necessitamos de *poder* revolucionário, necessitamos (durante um certo período de transição) do estado. Nisto diferimos dos anarquistas. A diferença entre marxistas revolucionários e anarquistas não reside apenas no facto de que aqueles são partidários da produção comunista maciça e centralizada, ao passo que estes defendem a produção descentralizada em pequena escala. Não, a diferença quanto à autoridade do governo e ao estado consiste nisto, em que somos a favor da utilização revolucionária de formas revolucionárias do estado na nossa luta pelo socialismo, ao passo que os anarquistas são contra ela.

Precisamos do estado. Mas não precisamos de nenhum dos tipos de estado que variam de uma monarquia constitucional à mais democrática república que a burguesia estabeleceu em qualquer sítio. Aqui reside a diferença entre nós e os oportunistas e kautskistas dos velhos e decadentes partidos socialistas que corromperam ou esqueceram as lições da Comuna de Paris e a análise destas lições por Marx e Engels²⁰.

Na altura do seu regresso à Rússia, em princípios de Abril de 1917, acrescentou ainda mais enfaticamente:

O marxismo distingue-se do anarquismo pelo seu reconhecimento do carácter indispensável do estado e do poder de estado no período revolucionário em geral e na era da transição do capitalismo para o socialismo em particular.

O marxismo distingue-se da 'social-democracia' oportunista pequeno-burguesa dos Srs. Plekhanov, Kautsky e Cia. pelo seu reconhecimento da indispensabilidade, nos períodos mencionados, não de um estado como uma república parlamentar vulgar, mas de um estado como a Comuna de Paris²¹.

Quando, no entanto, em fins do Verão de 1917, Lenine, então escondido na Finlândia, se pôs a escrever a sua obra mais importante sobre a doutrina marxista do estado, estava mais preocupado com a segunda que com a primeira destas heresias. As objecções anarquistas e sindicalistas à acção política ou a uma eventual ditadura do proletariado não eram

²⁰ Lenin, *Sochineniya*, XX, 34-5.

²¹ *ibid.*, XX, 120.

muito relevantes²²; era a lealdade dos chamados sociais-democratas ao estado nacional, o seu abandono do princípio socialista fundamental de hostilidade ao estado, que tinha quebrado a solidariedade internacional dos trabalhadores da Europa e os tinha levado a empenharem-se em luta fratricida à ordem das classes dominantes das suas respectivas nações. Por isso, a tónica de *O Estado e a Revolução*, escrito por Lenine em Agosto/Setembro de 1917, mas só publicado no ano seguinte, era um tanto unilateral. A argumentação contra os anarquistas em defesa da ditadura do proletariado ocupava apenas alguns parágrafos apressados; o grosso do opúsculo era um ataque contra aqueles pseudomarxistas que se recusavam a reconhecer, em primeiro lugar, que o estado é um produto de antagonismos de classe e um instrumento de dominação de classe, condenado a desaparecer com o desaparecimento das próprias classes, e, em segundo lugar, que o objectivo imediato é, não apoderar-se do aparelho de estado burguês, mas destruí-lo e substituí-lo por uma ditadura transitória do proletariado que preparará o caminho para a desparição final das classes e do estado. A ditadura do proletariado cobria o período do derrubamento revolucionário do estado burguês ao estabelecimento final da sociedade sem classes e sem estado, «do estado ao não-estado»²³. E isto não se applicava menos à democracia que a qualquer outra forma de estado. Pelo contrário, «todo o estado é não-livre e não-popular» e «quanto mais completa é a democracia, mais próximo está o momento em que ele se torna supérfluo»²⁴.

Tudo isto vinha directamente de Marx e Engels e os passos mais interessantes de *O Estado e a Revolução* eram os que lançavam alguma luz sobre a forma como Lenine concebia a transição. Ele escarnecia dos anarquistas, com palavras tiradas de Engels, por suporem que o estado pode ser abolido «de um dia para o outro»;²⁵ a transição ocuparia «todo um período histórico»²⁶. Este período, contudo, era

²² Lenine atribuía a «influência insignificante» do anarquismo na Rússia da altura, em parte, à campanha bolchevique contra ele, em parte, ao facto de que o anarquismo na Rússia tinha tido ampla oportunidade, na década de 1870, para demonstrar a sua falibilidade e futilidade (ibid., XXV, 180).

²³ ibid., XXI, 408.

²⁴ ibid., XXI, 382, 557.

²⁵ ibid., XXI, 410.

²⁶ ibid., XXI, 393.

concebido em termos finitos; em 1918, calculou-o em «dez anos ou talvez mais» e, no seu discurso na Praça Vermelha, em 1 de Maio de 1919, predisse que «uma maioria dos presentes que não passaram da idade dos trinta ou trinta e cinco verão a aurora do comunismo, do qual ainda estamos longe»²⁷. Mais tarde, escreveu que «dez ou vinte anos mais cedo ou mais tarde não fazem diferença, quando medidos pela escala da história universal»²⁸. Mas mais importante que qualquer questão de tempo era a afirmação enfática de Lenine, em *O Estado e a Revolução*, de que o «deprecimento» do estado começará imediatamente:

Segundo Marx, do que o proletariado precisa é apenas de um estado em processo de extinção, isto é, constituído de tal forma que começará imediatamente a deperecer e não pode evitar deperecer... O estado proletário começará a extinguir-se imediatamente depois da sua vitória, visto que, numa sociedade sem contradições de classe, o estado é desnecessário e impossível²⁹.

Fosse qual fosse a duração do processo, Lenine esperava manifestamente nesta altura que ele fosse progressivo e contínuo.

Estas opiniões teóricas influenciaram a atitude de Lenine depois da revolução em relação à estrutura constitucional da ditadura transitória do proletariado. A estrutura do estado edificada pela revolução vitoriosa tinha que satisfazer fins divergentes que continuam desde o início os germes de uma incompatibilidade mútua. Tinha que ser forte e implacável para esmagar a última resistência da burguesia e completar a repressão da minoria no interesse da maioria; tinha, ao mesmo tempo, que se preparar para a sua própria extinção e até para começar esse processo imediatamente:

Este período é inevitavelmente um período de luta de classes de dureza sem precedentes, de formas inauditamente agudas dela; por consequência, o estado deste período tem inevitavelmente que ser democrático *de um novo modo* (para proletários e para os desprovidos de propriedades em geral) e ditatorial *de um novo modo* (contra a burguesia)... A ditadura de uma classe é indispensável, não apenas para toda a sociedade classista, não apenas para o *proletariado* quando derrubou a

²⁷ *ibid.*, XXII, 466, XXIV, 270.

²⁸ *ibid.*, XXV, 199.

²⁹ *ibid.*, XXI, 385, 388.

burguesia, mas para todo o período histórico que separa o capitalismo da «sociedade sem classes», do comunismo³⁰.

Lenine nunca reconheceu nenhuma dificuldade de princípio em harmonizar a associação quase voluntária dos trabalhadores implícita no deperecimento do estado com a concentração de poder necessária para o exercício de uma ditadura implacável sobre a burguesia. Do carácter implacável da ditadura falou em termos inflexíveis. Reconhecia que uma das causas da derrota da Comuna foi a sua negligência em esmagar a resistência burguesa «com suficiente decisão»³¹. A ditadura do proletariado, como qualquer outro estado, seria um instrumento, não de liberdade, mas de repressão — a repressão não, como noutros estados, da maioria, mas de uma minoria intransigente. Lenine citava duas vezes, no seu ensaio, um passo incisivo de Engels:

«Enquanto o proletariado *precisar* ainda do estado, precisa dele, não no interesse da liberdade, mas no interesse da repressão dos seus adversários, e, quando se torna possível falar em liberdade, o estado como tal deixa de existir»³².

E o próprio Lenine acrescentava epigramaticamente:

Enquanto o estado existir, não há liberdade; quando existir liberdade, não haverá estado³³.

Mas, por repressiva que fosse a ditadura do proletariado, tinha um carácter único por ser uma ditadura exercida por uma maioria sobre uma minoria; e isto não só lhe conferia o seu carácter democrático³⁴ como simplificava enormemente o seu funcionamento:

A repressão de uma minoria de exploradores por uma maioria de antigos escravos do salário é tão relativamente

³⁰ *ibid.*, XXI, 392-3.

³¹ *ibid.*, XXI, 398.

³² *ibid.*, XXI, 414, 431.

³³ *ibid.*, XXI, 436. Numa expressão famosa usada mais de uma vez por Lenine, o estado é «uma máquina ou um cacete», «um cacete especial, nada mais», que a classe dominante usa para esmagar outras classes (*ibid.*, XXIV, 377, XXV, 5).

³⁴ A ditadura do proletariado distinguia-se, assim, de todas as formas de ditadura assentes na concepção de uma elite superior e privilegiada; mesmo «a ditadura do partido», embora a expressão fosse em certa altura empregada por Lenine, foi mais tarde condenada como heterodoxa (ver atrás, p. 261).

simples, fácil e natural, que custará muito menos sangue que a repressão de revoltas de escravos, servos e trabalhadores assalariados e resultará muito mais barata para a humanidade. E coincide com a extensão da democracia a uma maioria tão esmagadora da população que a necessidade de um *mecanismo especial* de repressão começa a desaparecer. Os exploradores não estão, naturalmente, em posição de esmagar o povo sem uma máquina complicadíssima para executar a tarefa. Mas o povo pode esmagar os exploradores com «mecanismo» muito simples, quase sem «mecanismo», sem um aparelho especial, através da *simples organização das massas armadas* (como os soviets de deputados operários e soldados)³⁵.

Deste ângulo abordava Lenine o velho problema da burocracia. O mau do estado como algo, nas palavras de Engels, «que procede da sociedade, mas se coloca acima dela»³⁶ era condensado por Lenine na «posição privilegiada dos funcionários como órgãos do poder do estado»³⁷. Ele parece ter concebido a burocracia como especificamente burguesa. «Da Rússia absolutista semi-asiática até à culta, livre e civilizada Inglaterra», escrevia ele numa das primeiras obras, «em toda a parte vemos esta instituição a constituir o órgão indispensável da sociedade burguesa»³⁸. A burocracia e o exército permanente eram descritos, em *O Estado e a Revolução*, como «as duas instituições mais características» do período burguês de «poder de estado centralizado»³⁹; em condições capitalistas, mesmo funcionários do partido e dos sindicatos «mostram tendência a corromperem-se como burocratas, quer dizer, pessoas privilegiadas divorciadas das massas e que se colocam *acima* das massas»⁴⁰. Nas teses de Abril, publicadas logo após o seu regresso a Petrogrado, Lenine exigia «abolição da polícia, do exército, da burocracia»⁴¹. Em *O Estado e a Revolução*, ele invocava o exemplo da antiga democracia, em que os próprios cidadãos eram administradores.

³⁵ Ibid., XXI, 432. Lenine podia talvez ter-se lembrado do aforismo de Rousseau no *Contrat Social*: «Il est contre l'ordre naturel que le grand nombre gouverne et que le petit soit gouverné.»

³⁶ Marx i Engels, *Sochineniya*, XVI, I, 145.

³⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 378.

³⁸ *ibid.*, II, 179.

³⁹ *ibid.*, XXI, 388.

⁴⁰ *ibid.*, XXI, 451.

⁴¹ *ibid.*, XX, 88.

Sob o socialismo, muito da democracia 'primitiva' renascerá inevitavelmente, visto que, pela primeira vez na história das sociedades civilizadas, a *massa* da população será elevada à participação *independente*, não apenas em votações e eleições, *mas na administração do dia a dia*. Sob o socialismo, *todos* administrarão à vez e acostumar-se-ão rapidamente a que ninguém administre ⁴².

Foi neste espírito que Lenine louvou os soviets, em Setembro de 1917, como a encarnação de uma nova forma de estado em que podia realizar-se uma «democracia directa» dos trabalhadores:

«Poder aos soviets» — isto significa uma remodelação radical de todo o velho aparelho de estado, daquele aparelho do funcionalismo que põe travões a tudo o que é democrático, a destruição desse aparelho e a sua substituição pelo aparelho novo e popular, quer dizer, verdadeiramente democrático, dos soviets, isto é, da maioria organizada e armada do povo, dos operários soldados e camponeses, a reserva para a maioria do povo da iniciativa e independência, não apenas na eleição de representantes, mas também na administração do estado, na realização de reformas e transformações» ⁴³.

Foi neste espírito que ele redigiu o seu apelo «A População», alguns dias depois da Revolução de Outubro:

Camaradas operários! Lembrai-vos de que *vós próprios* administrais agora o estado. Ninguém vos ajudará se *vós próprios* não vos unirdes e tomardes *todos os assuntos* do estado nas *vossas próprias* mãos. Os *vossos* soviets são, a partir de agora, os órgãos do poder de estado, órgãos de decisão ⁴⁴.

Se a burocracia era um produto específico da sociedade burguesa, então não havia nada de extravagante na suposição

⁴² *ibid.*, XXI, 452. Quase não é necessário recordar que Rousseau, no *Contrat Social*, considerava a democracia directa como a única democracia verdadeira («À l'instant q' un peuple se donne des représentants, il n'est plus libre»). Esta ideia era familiar a muitos socialistas do séculos dezanove, por exemplo, V. Considérant: «Si le peuple délègue sa souveraineté, il l'abdique. Le peuple ne se gouverne plus lui même, on le gouverne» (*La Solution, ou le gouvernement direct du peuple*, p. 13). O princípio da revogabilidade dos representantes pelos seus eleitores a todo o momento, como atenuação do mal do governo representativo, remonta pelo menos a Babeuf e encontrou lugar no Artigo 78 da constituição da RSFSR.

⁴³ Lenin, *Socheniniya*, XXI 143-4.

⁴⁴ *ibid.*, XXII, 55.

de que ela desapareceria quando essa sociedade fosse destruída.

Os mesmos princípios se aplicavam à administração dos assuntos económicos, da produção e da distribuição. Lenine expôs pela primeira vez as suas ideias a este respeito no opúsculo *Conservarão os Bolcheviques o Poder de Estado?*, escrito em Setembro de 1917. Para além do aparelho represivo do estado, «havia também no estado moderno um aparelho estreitamente relacionado com os bancos e sindicatos, aparelho que executa uma grande quantidade de contabilidade e registos». Este pertencia à categoria da «administração das coisas» e não podia nem devia ser destruído, porque era uma grande parte do mecanismo vital da ordem socialista. «*Sem os grandes bancos, o socialismo seria irrealizável*». Não haveria de surgir qualquer dificuldade, quer em ficar com os empregados agora ocupados neste trabalho, quer em recrutar as quantidades muito maiores que seriam necessárias sob o estado proletário, «visto que o capitalismo simplificou as funções de contabilidade e contróle, reduziu-as a registos comparativamente claros, compreensíveis para qualquer pessoa que saiba ler e escrever»⁴⁵. Em *O Estado e a Revolução*, repetiu enfaticamente esta crença e ligou-a a uma visão eloquente do processo pelo qual poderia esperar-se que o aparelho de estado se extinguisse:

«Assim, quando *todos* aprenderem a administrar e administrarem de facto independentemente a produção socializada e levarem a cabo independentemente a fiscalização e contróle dos mentecaptos, fidalgotes, vigaristas e outros que tais «defensores da tradição capitalista», então a fuga a esta fiscalização e contróle de todo o povo tornar-se-á inevitavelmente difícil, uma excepção tão rara, e será, com todas as probalidades, punida por tão rápido e condigno castigo (já que os trabalhadores armados são pessoas práticas e não intelectuais sentimentais e não deixarão que se brinque com eles) que a *necessidade* de observar as regras fundamentais e simples de toda a sociedade humana depressa se tornará um *hábito*»⁴⁶.

⁴⁵ *ibid.*, XXI, 260-1.

⁴⁶ Lenin, *Sochineniya*, XXI, 441. A noção da simplicidade da administração económica tem uma longa tradição, remontando à escola naturalista do século dezoito; Morelly, *Le Code de la Nature* (ed. É. Dolléans, 1910), p. 39, refere-se a ela como «une simple opération de calcul et de combinaison et, par conséquent, susceptible d'un très bel ordre»; Buonarotti, *Conspiration pour l'égalité, dite de Babeuf* (1828), I, 214, como «une affaire de calcul, susceptible

Em que medida foram as opiniões expressas por Lenine em vésperas da revolução modificadas pela experiência da revolução ela própria? O seu efeito imediato foi apressar a crença na possibilidade de uma transição imediata para o socialismo. Lançando um olhar retrospectivo do ponto vantajoso de 1921, Lenine confessou que, no Inverno de 1917-18, os chefes bolcheviques estavam, sem excepção, dominados por «pressuposições, nem sempre talvez abertamente expressas, mas sempre aceites silenciosamente como verdadeiras, sobre uma transição imediata para a construção do socialismo»⁴⁷. Mas em breve o quadro mudou radicalmente. Durante o Inverno, a máquina administrativa e económica estava a decair em proporções alarmantes. O perigo para a revolução vinha, não da resistência organizada, mas de um colapso de toda a autoridade. O apelo, em *O Estado e a Revolução*, para «esmagar a máquina estatal burguesa» parecia agora singularmente anacrónico; essa parte do programa revolucionário tinha sido bem sucedida para além de tudo o que se pudesse esperar. A questão era o que pôr no lugar da máquina que tinha sido destruída. «A necessidade de destruir o velho estado», disse Lenine a Bukharine, em Abril de 1918, era «uma questão de ontem»; o que era agora preciso era «criar o estado da comuna»⁴⁸. Lenine tinha estabelecido há muito tempo duas condições para a transição para o socialismo — o apoio do campesinato e o apoio de uma revolução europeia. A esperança de realizar estas condições tinha sido a base do seu optimismo. A esperança não se tinha realizado. Internamente, o campesinato tinha apoiado a revolução como o poder que lhes tinha dado a terra. Mas, uma vez conseguido isto, e agora que a principal exigência do regime revolucionário ao camponês era o fornecimento de alimentos às cidades sem nenhuma perspectiva visível de retribuição adequada, o campesinato recaiu numa obstrução obstinada e arrastou até uma parte dos trabalhadores urbanos com ele numa atitude de oposição passiva. No estrangeiro, o proletariado europeu deixava-se ainda conduzir pelos seus governos impe-

de l'ordre le plus exact et de la marche la plus régulière». A importância do papel dos bancos era uma ideia favorita de Saint-Simon; a sua influência na política económica do regime soviético será discutida na Parte IV.

⁴⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 60.

⁴⁸ *ibid.*, XXII, 488.

rialistas para uma carnificina mortífera e os primeiros débeis sintomas de revolução eram totalmente incapazes de amadurecer. O novo regime encontrou-se, assim, isolado internamente entre uma população rural predominantemente indiferente e por vezes hostil — a ditadura, não da «vasta maioria», mas de uma minoria determinada — e cercado por um mundo capitalista unido na sua hostilidade ao bolchevismo, embora temporariamente dividido contra si próprio. Lenine nunca admitiu abertamente estes desapontamentos nem talvez os admitiu sequer para si próprio. Mas eles foram responsáveis pelas contradições aparentes entre a teoria de *O Estado e a Revolução* e a prática do primeiro ano do regime. Lenine foi confrontado com uma situação em que a velha máquina estatal tinha sido destruída e as condições para a construção da ordem socialista não tinham conseguido amadurecer.

Foi nestas circunstâncias que Lenine deu um primeiro sinal de aviso no sétimo congresso do partido, em Março de 1918. Opôs-se por prematura à proposta de Bukharine de que o programa revisto do partido incluísse alguma descrição da «ordem socialista evoluída, em que não há estado»:

Por agora, defendemos incondicionalmente o estado; e quanto a fornecer uma descrição do socialismo na sua forma evoluída, em que não haverá estado — nada pode imaginar-se sobre ele, excepto que então se realizará o princípio «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades». Mas estamos muito longe disso... Acabaremos por lá chegar, se chegarmos ao socialismo.

E de novo:

Quando começará o estado a extinguir-se? Teremos tempo para realizar mais de dois congressos antes de podermos dizer «vejam como o nosso estado está a extinguir-se». Até então, é demasiado cedo. Proclamar antecipadamente o deprecimento do estado será uma violação da perspectiva histórica⁴⁹.

Algum tempo depois, Lenine acentuou mais uma vez que, «entre o capitalismo e o comunismo, existe um certo período de transição», que «é impossível destruir as classes subitamente» e que «as classes continuam e continuarão ao longo da época da ditadura do proletariado»⁵⁰. O Lenine de

⁴⁹ *ibid.*, XXII, 364-5.

⁵⁰ *ibid.*, XXIV, 507, 513.

O Estado e a Revolução tinha posto em relevo o deprecimento em perspectiva do estado e, em Janeiro de 1919, acreditava que «mesmo agora» a organização do poder soviético «mostra claramente a transição para a completa abolição de todo o poder, de todo o estado»⁵¹. Mas o Lenine dos anos de 1918 a 1922 estava mais preocupado com insistir na necessidade de reforçar o estado no período transitório da ditadura do proletariado.

O exemplo mais surpreendente da mudança de tónica encontrava-se na evolução da sua atitude em relação à burocracia. Num passo de *O Estado e a Revolução*, ele já se tinha mostrado consciente da acusação a que as suas esperanças optimistas poderiam expô-lo:

Não pode pensar-se em abolir a burocracia imediatamente, em toda a parte e definitivamente. Isso é utópico. Mas destruir imediatamente o velho aparelho burocrático e começar imediatamente a edificar uma nova máquina que permita a extinção gradual de toda a espécie de burocracia, isso não é utópico, isso é a experiência da Comuna, isso é a tarefa directa e objectiva do proletariado revolucionário⁵².

Mesmo antes da Revolução de Outubro, ele tinha escrito que seria necessário pegar nos «capitalistas» e «*obrigá-los a trabalhar* na nova estrutura da organização do estado ... pô-los ao serviço do novo estado»⁵³. Durante os três anos seguintes — o período da guerra civil — a luta pela eficiência na administração, o fiasco do contróle operário na indústria e a descoberta de que em todos os campos, desde a guerra à organização económica, a perícia técnica dos especialistas burgueses era indispensável ao funcionamento da máquina administrativa fizeram-no bater em retirada da concepção da gerência dos assuntos públicos pelos trabalhadores, no seu tempo livre. No princípio de 1921, em vésperas da introdução da NEP, Lenine exprimiu-se em termos que podem interpretar-se como um repúdio explícito da sua própria posição anterior:

Pode o trabalhador saber como administrar o estado? As pessoas práticas sabem que isto é um conto de fadas ... Os sindicatos são uma escola de comunismo e administração. Quando

⁵¹ *ibid.*, XXII, 215.

⁵² *ibid.*, XXI, 402.

⁵³ *ibid.*, XXI, 263.

eles (isto é, os trabalhadores) tiverem passado estes anos na escola, aprenderão, mas isso avança lentamente... Quantos trabalhadores estiveram ocupados na administração? Alguns milhares por toda a Rússia e não mais⁵⁴.

Era este dilema que, como Lenine confessou, tinha obrigado os bolcheviques, em vez de destruírem a velha máquina estatal de alto a baixo, a ficarem com «centenas de milhares de velhos funcionários, herdados do czar e da sociedade burguesa, que trabalham, em parte conscientemente, em parte inconscientemente, contra nós»⁵⁵.

Colocado perante estas dificuldades, Lenine voltou tanto mais persistentemente ao seu antídoto original — a participação activa da arraia-miúda na administração como única via para realizar a democracia e enfrentar a burocracia. O processo seria mais lento do que ele tinha esperado, mas era tanto mais necessário:

O desenvolvimento futuro da organização estatal soviética (escreveu ele em Abril de 1918) tem que consistir em todos os membros do soviete serem obrigados a encarregar-se de trabalho constante na administração do estado para além da sua participação nas assembleias do soviete e, conseqüentemente, em atrair toda a população individual e gradualmente tanto para a participação na organização soviética... como para tomar parte no serviço da administração do estado⁵⁶.

Nos dois ou três últimos anos da vida de Lenine, a campanha contra a burocracia assumiu imensa importância, não apenas para o Lenine administrador, mas também para o Lenine pensador político. Era a expressão prática da campanha contra o poder de estado de que *O Estado e a Revolução* tinha sido a exposição teórica. Dava a resposta prática à questão de como podia o estado extinguir-se de facto. Isto só podia acontecer quando todos os cidadãos estivessem dispostos e fossem capazes de arcar com a sua própria parte do trabalho da administração, simplificado como seria esse trabalho quando o «governo dos homens» tivesse sido transformado numa «administração das coisas». Nas palavras do programa do partido de 1919:

⁵⁴ *ibid.*, XXVI, 103.

⁵⁵ *ibid.*, XXVII, 353.

⁵⁶ *ibid.*, XXII, 465.

Conduzindo a mais decidida luta contra o burocratismo, o Partido Comunista Russo advoga as seguintes medidas para a completa superação deste mal:

1. Uma chamada obrigatória de todos os membros do soviete para a realização de uma tarefa definida na administração do estado;
2. Uma variação sistemática nestas tarefas para que elas possam cobrir gradualmente todos os ramos da administração;
3. Uma atracção gradual de toda a população activa individualmente para trabalhar na administração do estado.

A aplicação completa e universal de todas estas medidas, que representa mais um passo no caminho traçado pela Comuna de Paris, e a simplificação das funções da administração acompanhada por uma elevação do nível cultural dos trabalhadores levará à abolição do poder de estado⁵⁷.

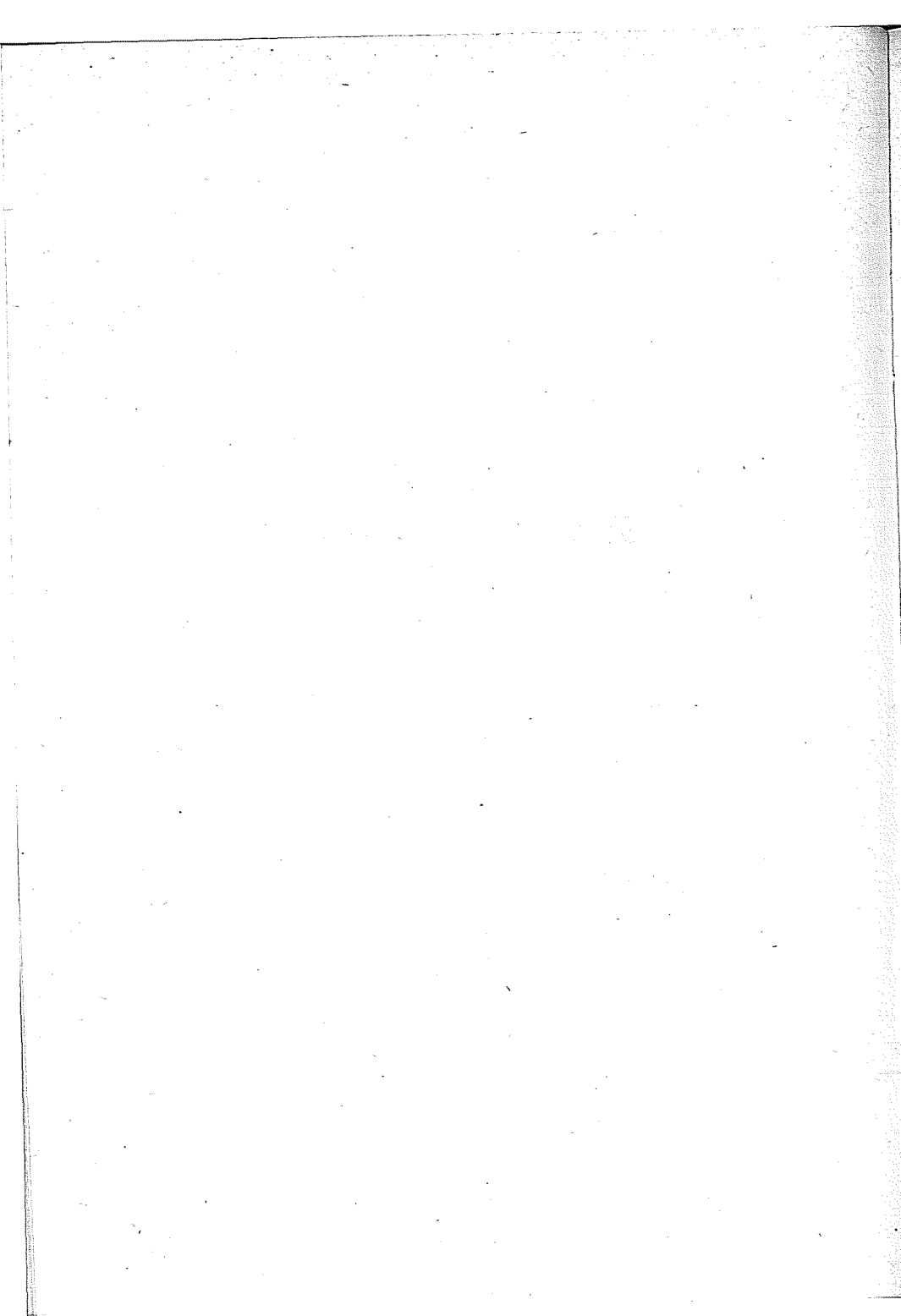
Seria, portanto, um erro fundamental supor que a experiência do poder ocasionou qualquer modificação radical na filosofia do estado de Lenine. A extinção do estado dependia, na doutrina marxista, da eliminação das classes e do estabelecimento de uma ordem socialista de planificação e abundância económica; e isto, por sua vez, estava dependente do preenchimento de condições que tinham que ser determinadas empiricamente em qualquer momento e qualquer lugar dados. A teoria não podia, por si só, dar fundamento a uma certeza sobre o rumo certo da acção ou a perspectiva para um futuro imediato. Lenine podia admitir perfeitamente bem, sem se contradizer nem desacreditar a teoria, que tinha calculado mal o ritmo do processo de transformação. Era também verdade, no entanto, que a teoria do estado de Lenine reflectia a dicotomia do pensamento marxista, que combinava uma análise altamente realista e relativista do processo histórico com uma visão inflexível do fim último e se esforçava por transpor o fosso entre elas por uma cadeia de evolução causal. Esta transformação da realidade em utopia, do relativo em absoluto, do conflito de classes incessante em sociedade sem estado era a essência daquilo em que Marx e Lenine acreditavam. Tanto quanto isto era inconsequente, a inconsequência era fundamental; e não há razão para declarar Lenine, como frequentemente se faz, cul-

⁵⁷ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 286.

pado de inconseqüência de detalhe na sua atitude com respeito ao estado.

E a teoria também não parece envolver a crença, como algumas vezes se sugere, numa transformação radical da natureza humana. A doutrina liberal da harmonia de interesses não dava a entender que a natureza dos homens se transformaria, mas que o seu egoísmo natural seria julgado em condições apropriadas para servir os interesses da sociedade. Esta é a doutrina política que tem analogias mais estreitas com a doutrina do deperecimento e Adam Smith não escapou, em anos recentes, à acusação de utopismo geralmente dirigida contra Marx, Engels e Lenine. Ambas as doutrinas supõem que o estado será supérfluo, na medida em que, dada a organização económica apropriada da sociedade, os seres humanos acharão natural trabalhar juntos uns com os outros para o bem comum. É o contexto em que a natureza humana se desenvolve, mais que a própria natureza humana, que será mudado. Neste sentido, ambas as doutrinas são consequentes com a crença numa ordem económica que determina a superestrutura da ideologia e comportamento políticos.

PARTE III
DISPERSÃO E REUNIÃO



POLÍTICA, DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO

a) *Linhas gerais da política*

Quando os bolcheviques dele tomaram posse, o grande Império Russo estava num processo de rápida desintegração — resultado da agitação interna e da derrota na guerra. O efeito imediato da revolução foi acelerar o processo. Durante várias semanas, as ordens de Petrogrado mal corriam fora das grandes cidades da Rússia Setentrional e Central. Os dois primeiros meses trouxeram os começos de uma expansão do poder soviético para o sul, através da Ucrânia, e para leste, para a Sibéria. Mas esta recuperação incipiente depressa se interrompeu. O tratado de Brest-Litovsk de Março de 1918 cerceou não apenas as dependências ocidentais do antigo reino czarista cuja independência o Governo Soviético tinha reconhecido espontaneamente, mas uma grande parte de território predominantemente russo. O Verão de 1918 viu o começo da guerra civil e da intervenção britânica, francesa, japonesa e americana, que durou muito para além do colapso alemão e, durante mais de dois anos, dividiu o país à força entre várias autoridades opostas. Em fins de 1918, a República Soviética Federal Socialista Russa estava confinada aproximadamente aos mesmos limites que a Moscóvia medieval antes das conquistas de Ivan o Terrível e poucas pessoas — poucos talvez até dos próprios bolcheviques — acreditavam que o regime podia sobreviver. Não obstante, preci-

samente quatro anos mais tarde, as diversas unidades do antigo império czarista estavam, com poucas exceções, reunidas de novo no seio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a coesão da unidade restabelecida estava destinada a mostrar-se pelo menos tão forte como a do extinto império. Esta realização, que ninguém poderia ter previsto nos dias sombios de 1918 ou 1919, era um tributo notável ao génio de Lenine como homem de estado construtivo.

A vasta massa territorial europeia e asiática que tinha constituído o Império Russo e, com algumas reduções de pouca importância, viria a formar a União Soviética, era habitada por uma população de extraordinária diversidade linguística e étnica. Dentro dos seus confins, os geógrafos e filólogos descobriram quase duzentos povos e línguas mais ou menos distintos¹. Segundo o censo de 1879, os Grão-Russos formavam apenas quarenta e três por cento da população total. Depois da revolução, a separação das províncias ocidentais não-russas deu-lhes uma pequena maioria no que restou: constituíam cerca de 75 000 000 ou cinquenta e dois por cento de uma população total de cerca de 140 000 000². Os grupos que se lhes seguiam em importância, os 30 000 000 de ucranianos (ou Pequenos Russos) e os 4 500 000 Russos Brancos estavam estreitamente unidos aos grão-russos em raça, fala e em modo de sentir. Estes três grupos eslavos, que possuíam uma larga medida de coesão natural básica, constituíam 110 000 000 dos 140 000 000 habitantes de todo o território. Os 30 000 000 não-eslavos não tinham qualquer espécie de coesão, racial, linguística ou política, entre eles. O maior grupo, os Uzebeques, contava apenas com 5 000 000 de membros e uns 8 000 000 a 10 000 000 dos não-eslavos estavam ainda na fase primitiva tribal ou nómada.

Este aglomerado de povos era mantido unido por uma casta governante militar e burocrática centrada à volta do «Czar de todas as Rússias». Certos elementos não-russos encontravam admissão fácil nesta casta, especialmente os

¹ Em F. Lorimer, *The Population of the Soviet Union* (Liga das Nações, Genebra, 1946), quadro 23, pp. 55-61, pode encontrar-se uma lista completa, juntamente com os totais de cada grupo segundo o censo de 1926.

² Estes cálculos foram citados por Estaline em 1921 (*Sochineniya*, V, 114) e foram amplamente confirmados pelos números do recenseamento de 1926, altura em que a população total se tinha elevado para 147 000 000.

proprietários alemães da Lectónia e Estónia e os proprietários polacos da Polónia, Lituânia, Rússia Branca e Ucrânia, mas as condições desta admissão eram o uso da língua russa e a assimilação da tradição e aspecto russos. As categorias mais baixas da administração, dilatadas pelo crescimento do aparelho burocrático, eram recrutadas na pequena burguesia, russa e — com as mesmas condições — não-russa; a um nível diferente, os khans, beis e mullahs nativos eram os agentes de um domínio indirecto sobre os povos muçulmanos mais primitivos dos território do czar. Assim, os grupos que poderiam ter fornecido a direcção de movimentos nacionais entre os povos dominados tendiam a ser absorvidos na máquina administrativa e a gozar do estatuto mais ou menos privilegiado que esta promoção implicava. Como a experiência de 1905 mostrou, estes grupos inibiam-se pela maior parte de um nacionalismo activo, por medo da violência revolucionária dos seus próprios operários e camponeses, contra a qual o poder czarista era uma protecção segura; e os mercados russos eram a base da sua prosperidade económica. Assim, as reivindicações feitas antes de 1917 em nome dos povos dominados raramente foram além de um grau moderado de autonomia. Foi só quando a revolução destruiu tanto os símbolos da unidade como a realidade de um interesse comum que todo o edifício se desfez em ruínas. O que aconteceu em 1917 deveu-se não tanto a uma separação deliberada da periferia como a uma desintegração do centro, «não a um decair das partes, mas a um colapso da velha Rússia»³.

³ V. Stankevich, *Sud'by Narodov Rossii* (Berlim, 1921), p. 16. As tendências «anárquicas» dos povos eslavos e a necessidade de um poder forte para lhes impor a forma de estado foram um tema favorito dos historiadores russos; ele ocorre num passo famoso das reminiscências de Tolstoy de Gorky: «O que se chama o 'anarquismo' de Tolstoy exprime essencial e fundamentalmente o nosso anti-estatismo eslavo, que, por sua vez, é realmente uma característica nacional e um desejo, arraigado na nossa carne desde tempos antigos, de nos esparmos nomadamente... Rompemos, sempre pela linha de menor resistência; vemos que isto é pernicioso, mas, não obstante, arrastamo-nos cada vez mais para longe uns dos outros — e a estas jornadas lúgubres de barata chama-se 'a história da Rússia', de um estado que foi estabelecido quase incidentalmente, mecanicamente, para surpresa da maioria dos seus bem intencionados cidadãos, pelas forças dos Varegues, Tártaros, Alemães do Báltico e condestáveis mesquinhos» (M. Gorky, *Reminiscences of Tolstoy, Chekhov and Andreev* (trad. ingl. 1934), p. 47).

A tarefa que se pôs aos bolcheviques de voltar a reunir os fragmentos espalhados do império czarista podia bem ter-se mostrado insuperável, se não fosse um factor natural propício. A diversidade racial e linguística que favoreceu a dispersão a princípio era compensada pela imensa preponderância do elemento grão-russo, que actuava como um íman sobre toda a massa. Foi esta circunstância que acabou por tornar possível parar e reverter a desintegração dos domínios dos Romanov depois de 1917, enquanto a dissolução do império Habsburgo se mostrou irreparável. A situação na Rússia tinha, em certos aspectos, uma semelhança mais próxima com a da Alemanha do Norte. Os Grão-Russos exerciam a mesma influência centralizadora coerciva sobre os Ucrânios e Russos Brancos que a que era exercida pela Prússia na Confederação Alemã; alguns Ucrânios, como os Bávaros, podem ter levado a mal a predominância dos seus parentes mais fortes e vigorosos, mas não eram nem suficientemente poderosos nem suficientemente unidos no seu separatismo para se afirmarem efectivamente por muito tempo. A primeira fase do processo de reunião consistiu, por conseguinte, em unir uns com os outros os três povos eslavos, que formavam quase quatro quintos do total. Uma vez que eles estivessem unidos, era provável que a força de atracção sobre a aglomeração descoordenada e muito menos altamente desenvolvida de povos não-eslavos se mostrasse irresistível. E, além disso, estas influências unificadoras eram reforçadas e era-lhes dada consistência social e económica pela concentração do poder comercial e industrial em mãos grão-russas. Os centros industriais que dominavam a vida económica de todo o país ou estavam situados dentro do núcleo grão-russo ou representavam postos avançados grão-russos em território «estranheiro».

Não tardou a entrar em cena outro factor. O reconhecimento crescente da necessidade prática de uma reunião dos territórios dispersos do império extinto coincidiu com um ressurgimento do patriotismo russo que apareceu como reforço paradoxal e inesperado da política bolchevique. A anarquia da revolução tinha levado à exigência extrema da separação e não tardou a tornar-se claro que essa exigência só podia manter-se com o apoio de armas e de dinheiro estrangeiro, de forma que aqueles cujo orgulho se tinha revoltado contra a dependência de Petrogrado ou Moscovo se encontravam na situação de satélites e mercenários da Alemanha ou

dos aliados ou sucessivamente de ambos. Foi isso o que aconteceu na Ucrânia, na Transcaucásia e mesmo nas margens do Báltico. Como tanto a Grã-Bretanha como o Japão eram suspeitos de quererem uma Rússia fraca, a opinião de que o nacionalismo burguês era um instrumento para o desmembramento da Rússia, às ordens e no interesse de potências estrangeiras, tornou-se difícil de refutar. Mesmo os generais «brancos» que procuravam reconstituir a unidade da Rússia caíram sob a mesma acusação de fazerem o jogo do estrangeiro. Na amargura da derrota, também eles se voltaram contra os seus patronos estrangeiros. O *locus classicus* sobre esta questão foi a observação atribuída a Koltchak, em vésperas da sua queda, numa discussão sobre a reserva de ouro nacional que ele detinha: «Preferia deixar o ouro aos bolcheviques que entregá-lo aos aliados»⁴. Especialmente depois da guerra polaca de 1920, os bolcheviques vieram a ser largamente aceites como defensores da herança russa e arquitectos de uma Rússia de novo unida.

Estes impulsos centralizadores não teriam, contudo, servido por si próprios para pôr em marcha o processo de reunião. O elemento eslavo, e especialmente o grão-russo, proporcionou o indispensável núcleo sólido à volta do qual os territórios dispersos puderam unir-se de novo. Mas o surpreendente foi que estes impulsos tivessem sido sentidos em tão larga escala tanto na periferia como no centro. Em 1918, as velhas fidelidades tinham parecido extintas entre os antigos povos dominados. A maré do nacionalismo estava em plena ascensão. Mas Lenine tinha reconhecido há muito tempo os factores revolucionários do nacionalismo e previsto que o único rumo seguro seria acolher e aproveitar a torrente. A guerra civil justificou brilhantemente a tese de Lenine. O reconhecimento incondicional do direito de secessão não só permitiu ao regime soviético — como nenhuma outra coisa podia ter feito — dominar a torrente de um nacionalismo disruptivo como elevou o seu prestígio muito acima do dos generais «brancos» que, criados na tradição panrussa dos czares, recusavam qualquer concessão às nacionalidades oprimidas. Nas regiões fronteiriças, onde predominavam elementos que não eram russos, ou não eram grão-russos, e onde se travaram as campanhas decisivas da

⁴ G. K. Gins, *Sibir' Soyuzniki in Kolchak* (Pequim, 1921), II, 332.

guerra civil, este factor manifestou-se fortemente a favor da causa soviética.

Não esqueçais (disse Estaline com um inusitado calor emocional) que, se na rectaguarda de Koltchak, Denikine, Wrangel e Yudenitch não tivéssemos tido os chamados 'estrangeiros', se não tivéssemos tido os antigos povos oprimidos que minaram a rectaguarda destes generais com a sua simpatia silenciosa para com o proletariado russo — e isto, camaradas, é um factor especial do nosso crescimento, esta simpatia silenciosa; ninguém a vê nem ouve, mas ela decide tudo — se não tivesse sido esta simpatia, não teríamos batido um só destes generais. Enquanto marchávamos contra eles, a derrocada começava na sua rectaguarda. Porquê? Estes generais confiavam no elemento 'colonizador' entre os cossacos, ofereciam aos povos oprimidos uma perspectiva de mais opressão, e os povos oprimidos foram obrigados a avançar e abraçar-nos, vendo que desfraldávamos o estandarte da libertação destes povos oprimidos⁵.

Para além disso, a identificação final do nacionalismo com a reforma social no programa bolchevique — que significava, na maior parte do antigo Império Russo, uma redistribuição da terra — foi um recurso de importância fundamental. Persuadiu camponeses cujo nacionalismo tinha sido sobretudo expressão de agravos sociais e económicos a enfileirar sob direcção bolchevique (mesmo se isto significava russa) contra tentativas contra-revolucionárias de restaurar a ordem social anterior. Quaisquer que fossem as diferenças nacionais ou linguísticas que pudessem separá-los, os camponeses opunham-se em toda a parte em esmagadora maioria a uma contra-revolução que teria devolvido a terra aos seus antigos proprietários; e, enquanto o medo da contra-revolução não se extinguiu, a comunidade de interesses entre os operários russos e as massas camponesas dos povos oprimidos em que a propaganda bolchevique insistia tinha uma base perfeitamente sólida. As mesmas forças estavam em acção nos centros industriais em que o desenvolvimento capitalista tinha dado origem a um proletariado não-russo — em Riga, em Reval, em Baku. A combinação entre o reconhecimento de um direito formal à autodeterminação nacional e o reconhecimento de uma necessidade real de unidade na prossecução de objectivos sociais e económicos comuns, que era a essência da doutrina bolchevique do nacionalismo, mostrou-se uma contribuição vital para a vitória soviética na guerra civil.

⁵ Stalin, *Sochineniya*, V, 246.

O décimo segundo congresso de 1923, ao passar em revista todo o processo, na altura da sua conclusão, distinguiu três fases sucessivas na política das nacionalidades soviética. A primeira fase foi o quebrar das «cadeias da opressão nacional» pela Revolução de Outubro, que «conquistou para o proletariado russo a confiança dos seus irmãos de outras nações, não apenas na Rússia, mas na Europa e na Ásia». A segunda foi o período de intervenção e guerra civil, em que os povos da Rússia se uniram pelas necessidades de autodefesa e a cooperação «assumiu desta vez o carácter de uma união económico-militar e política dos povos»⁶. Estas fases eram mais lógicas que cronológicas. Devido às condições locais e aos caprichos da guerra civil, a segunda fase estava muito avançada entre alguns dos povos ocidentais enquanto a primeira mal tinha começado no Oriente; e a abordagem da fase final, ordenada e calma nalgumas regiões, foi abrupta e violenta noutras. Mas a classificação tem o mérito de pôr em relevo tanto a regularidade do processo como a natureza confusa e contraditória dos fenómenos que para ele contribuíram. Os relatos posteriores tenderam a descrever um processo contínuo de evolução em que os movimentos iniciais de secessão e dispersão eram um prelúdio sagazmente premeditado do acto final de reunião. Isto era um erro de análise que exagerava a perspicácia dos dirigentes bolcheviques e ocultava o carácter duplo do processo. Em parte, sem dúvida, a política seguida foi uma expressão de lealdade ao princípio de autodeterminação nacional, imposto pela vontade de Lenine, como tantas outras linhas políticas desta altura, aos seus partidários hesitantes. Lenine compreendeu que era necessário aceitar e superar a doutrina burguesa da autodeterminação aplicando-a sem reservas às nações do Império Russo e que este plano ousado proporcionava a melhor e, verdadeiramente, a única oportunidade de acabar por reconstituir a antiga unidade, «não pela força, mas por acordo voluntário»⁷. Mas é também necessário lembrar que, nos primeiros três ou quatro meses posteriores a Outubro de 1917, as ordens do Governo Soviético mal circulavam fora de alguns centros importantes e que, entre o Verão de 1918 e o começo de 1920, ele esteve a lutar continuamente entre a espada e a parede. Num momento em que o Império Russo estava em dissolu-

⁶ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 492-3.

⁷ Lenin, *Sochineniya*, XX, 317.

ção e nenhum poder poderia tê-lo mantido unido, o reconhecimento indiscriminado das pretensões à independência nacional proporcionou uma excelente forma de fazer da necessidade virtude. Numa altura em que a guerra civil assolava os sectores remotos do território russo, que eram sobretudo ocupados pelos povos não-russos, era uma maneira de alistar populações locais como aliadas contra os que procuravam recriar o Império Russo. Finalmente, quando se conquistou a vitória na guerra civil e chegou a altura de restaurar a ordem a partir do caos, a política das nacionalidades soviética foi suficientemente flexível para proporcionar uma base em que Moscovo pudesse apoiar os seus amigos e aliados entre os povos não-russos e entrelaçar de novo os territórios espalhados numa estrutura de reunião voluntária. Mas atribuir todo o processo a um cálculo astuto dos dirigentes ou a uma manipulação deliberada da teoria no interesse da política é compreender mal a natureza das forças subjacentes em jogo.

b) *A evolução da doutrina*

A tomada do poder confrontou os bolcheviques com a tarefa de conciliar a contradição aparente entre as tendências desintegradoras da autodeterminação nacional e a necessidade de integração mais íntima implícita tanto no capitalismo internacional como no socialismo internacional. Os estadistas burgueses que lutavam, na mesma altura, com o mesmo problema só por razões de conveniência prática podiam explicar porque é que algumas nações deveriam ser encorajadas a exercer o direito de autodeterminação e outras não. Mas este critério puramente empírico estava vedado a marxistas. O que se fazia tinha que se apoiar numa base teórica; e esta encontrou-se numa abordagem histórica que reconhecia, não apenas fases de evolução no tempo, mas também a presença de diferentes fases simultaneamente em países diferentes, de forma que as variações de política podiam ser justificadas e necessariamente em períodos diferentes ou em locais diferentes no mesmo período. Uma flexibilidade consequente da prática bolchevique podia, assim, opor-se às inconsequências inexplicadas da posição burguesa face a diferentes reivindicações de autodeterminação.

A doutrina bolchevique da autodeterminação nacional,

como outras doutrinas bolcheviques de direito político, era condicional e dinâmica. O conteúdo preciso do direito de autodeterminação dependia do carácter da sociedade em que o direito era reivindicado e exercido. No século dezanove, ele tinha sido afirmado pela democracia burguesa contra os restos da autocracia feudal. Neste sentido, era progressista e a burguesia e os trabalhadores partilhavam um interesse comum na libertação do domínio estrangeiro; na Rússia, esta luta não tinha ainda terminado em 1917. No século vinte, o direito de autodeterminação nacional, embora essencialmente um direito democrático-burguês, estava também a ser afirmado pelos povos coloniais e semi-coloniais contra o imperialismo das potências democrático-burguesas mais avançadas, de forma que existia uma aliança natural entre o proletariado russo, que procurava, depois da defecção da burguesia, completar a revolução burguesa russa, e elementos burgueses e trabalhadores dos países coloniais, que procuravam criar a sua própria revolução burguesa mediante o processo de libertação nacional. Mas tudo isto tinha que ser entendido à luz da transição iniciada na Rússia, em Outubro de 1917, da fase burguesa para a fase socialista da revolução. O movimento operário era essencialmente internacional; para o proletariado, a realização da nacionalidade, embora um passo necessário e progressista, era válida apenas como parte componente do seu programa socialista internacional. Na fase socialista da revolução, enquanto a burguesia aparecia ainda como paladina da separação absoluta, os trabalhadores reconheciam as exigências superiores da solidariedade internacional da revolução proletária e, portanto, organizavam a nação de forma a torná-la um factor que contribuisse para a vitória do socialismo internacional. O direito à autodeterminação nacional era ainda reconhecido. Mas se os trabalhadores que agora falavam em nome da nação decidiram exercê-lo, e com que reservas, dependia da opinião formada sobre os interesses mais latos do proletariado em todo o mundo. Era esta a teoria da autodeterminação nacional elaborada por Lenine e os bolcheviques antes da Revolução de Outubro sobre os alicerces lançados por Marx⁸.

A sua aplicação prática foi um processo gradual. A conferência do partido de Abril de 1917, quando os chefes bolche-

⁸ Ver Nota B, «A Doutrina Bolchevique da Autodeterminação», adiante, pp. 455-6).

viques se reuniram em Petrogrado, depois da Revolução de Fevereiro, foi digna de nota pela primeira aparição de Estaline como *rapporteur* sobre a questão nacional. O partido no seu conjunto não tinha ainda tido tempo de assimilar os aperfeiçoamentos que Lenine tinha introduzido, a partir de 1914, na doutrina do partido e estava ainda no estado de confusão criado pelas teses de Abril de 1917 com o seu anúncio do avanço da revolução burguesa para a socialista. Estaline contentou-se ainda essencialmente com tratar a autodeterminação nacional como um problema da revolução burguesa contra o feudalismo e a opressão nacional como algo que podia ser eliminado progressivamente mesmo sob a democracia burguesa⁹. Pyatakov, que tinha voltado a Petrogrado com Lenine e conhecia bem as controvérsias recentes, condenou Estaline por só tomar em conta «a opressão nacional da antiga espécie... a opressão nacional do antigo período». Mas fez também ressurgir a «heresia polaca» ao negar que a autodeterminação nacional pudesse ter qualquer lugar num programa e encontrou tanto apoio na conferência que a comissão redactora, por sete votos contra dois, propôs uma resolução que declarava que a questão nacional apenas podia ser resolvida «pelo método da revolução socialista, sob a palavra de ordem 'fora com as fronteiras'», rejeitava a solução de «decompor grandes formações estatais em pequenos estados nacionais» e estigmatizava o direito à autodeterminação nacional como «uma simples expressão sem conteúdo definido»¹⁰. Esta revolta trouxe Lenine à cena, com um forte ataque a Pyatakov¹. Ele influenciou a conferência

⁹ Stalin, *Sochineniya*, III, 49-55. Num artigo no *Pravda*, em 25 de Março de 1917, Estaline tinha identificado explicitamente a libertação nacional com a revolução burguesa: «Afastar a aristocracia feudal da cena política, tirar-lhe o poder — isto significa liquidar a opressão nacional, criar as condições reais necessárias para a liberdade nacional» (ibid., III, 17).

¹⁰ *Sed'maya* («*Aprél'skaya*») *Vserossiiskaya i Petrogradskaya Obshchegorodskaya Konferentsii RSDRP(B)* (1934), pp. 194, 269-71; para a «heresia polaca» ver adiante, pp. 470-1. Rosa Luxemburgo manteve firmemente esta opinião até ao fim da vida: o nacionalismo ucraniano foi descrito por ela, no Outono de 1918, como «a farsa ridícula de alguns professores e estudantes universitários» que «Lenine e Cia. insuflaram artificialmente até às proporções de um factor político, com a sua agitação doutrinária em prol da autodeterminação até ao ponto de ..., etc.» (*Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* (Leipzig), XIII (1928), 285-6).

¹¹ Lenin, *Sochineniya*, XX, 275-8.

o suficiente para obter a rejeição do projecto de Pyatakov e a aprovação por substancial maioria de uma resolução em linhas convencionais que reafirmava o direito de «todas as nações que fazem parte da Rússia» à «livre separação e criação de um estado independente»¹². Mas a tarefa de desenvolver as implicações da autodeterminação nacional em regime socialista pertencia ainda ao futuro. E o partido também não foi chamado nesta altura a tomar qualquer posição prática sobre a autodeterminação, a não ser para condenar o Governo Provisório pela sua atitude contemporalizadora com respeito às pretensões da Finlândia e da Ucrânia¹³.

A tomada do poder pelos bolcheviques não tirou imediatamente a questão nacional da sua moldura burguesa. As semanas imediatamente a seguir à Revolução de Outubro deixaram pouco tempo, e não proporcionaram ocasião, para uma reconsideração da doutrina bolchevique da autodeterminação, quer aplicada à estrutura em rápida dissolução do império czarista, quer aos países estrangeiros semicoloniais em contacto com o novo Governo Soviético. A política das nacionalidades, como muitas políticas do novo regime, assumiu, a princípio, mais a forma de proclamações públicas que de acção administrativa. O decreto de paz do Segundo Congresso Panrusso de Sovietes exigia paz «sem anexações» e definia como anexação «qualquer união de uma nacionalidade pequena ou fraca com um estado grande ou poderoso sem o consentimento e desejo precisa, clara e voluntariamente expressos dessa nacionalidade», fossem quais fossem o momento e as condições em que tal união pudesse ter tomado lugar. A aplicação desta doutrina aos povos oprimidos do império czarista era indicada por uma referência, noutra passo, às «anexações dos Grão-Russos»¹⁴. A primeira proclamação específica foi a Declaração dos Direitos dos Povos da

¹² *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 233.

¹³ O Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Junho de 1917, que tinha uma maioria SR, insistiu com o Governo Provisório para publicar uma declaração a reconhecer «o direito à autodeterminação para todas as nações, até ao extremo da secessão», mas acrescentou a restrição «a ser conseguida por meio de acordo na assembleia constituinte de toda a nação» (*Pervyi Vserossiiskii S"ezd Sovetov* (1931), II, 168). Acrescentou uma reserva semelhante à sua resolução sobre a independência da Finlândia (*ibid.*, II, 184-5); Kollontai criticou ambas as resoluções, em nome dos bolcheviques.

¹⁴ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 1 (2.ª ed.), art. 2.

Rússia de 2/15 de Novembro de 1917¹⁵, seguida, algumas semanas depois, por um apelo especial «A Todos os Trabalhadores Muçulmanos da Rússia e do Oriente»¹⁶. Estes documentos proclamavam todos sem reservas ou restrições o direito à autodeterminação para todos os povos.

Dizem-nos (escreveu Lenine, nesta altura) que a Rússia será dividida, se desfará em repúblicas separadas, mas não temos razão para recear isso. Por mais repúblicas independentes que possa haver, não teremos medo. O que é importante para nós não é por onde passa a fronteira do estado, mas que a união dos trabalhadores de todas as nações seja preservada para a luta com a burguesia seja de que nação for¹⁷.

Por outro lado, a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de Janeiro de 1918, que foi aprovada pelo Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes e incorporada na Constituição da RSFSR, acrescentava que «todas as nações da Rússia» tinham «o direito de decisão livre sobre se e em que bases participar no governo federal e nas outras instituições soviéticas federais»¹⁸; e isto foi ampliado na resolução do mesmo congresso «Sobre as Instituições Federais da República Russa»¹⁹. Tão cedo como isto se estabeleceu a «federação» (usando-se a palavra sem ter em conta subtilezas constitucionais) como a forma apropriada através da qual os povos que se autodeterminavam podiam de novo reunir-se por sua própria livre vontade num só seio. Mas tudo isto continuava na órbita da revolução burguesa; era suficiente — e não custava nada — invocar princípios democrático-burgueses para desacreditar a pática democrático-burguesa.

A invocação do princípio da autodeterminação em antigos territórios do Império Russo não tardaria, contudo, a provocar questões embaraçosas. Algumas destas tinham sido previstas — por Estaline, entre outros. Em Abril de 1917, quando acentuava a validade das pretensões burguesas à autodeterminação nacional, Estaline parecia reconhecer claramente que não podia levantar-se nenhuma objecção à seces-

¹⁵ *ibid.*, n.º 2 (2.ª ed.), art. 18.

¹⁶ *ibid.*, n.º 6, anexo 2.

¹⁷ Lenin, *Sochineniya*, XXII, 100.

¹⁸ *Sobranie Uzakonenii*, n.º 15, art. 215.

¹⁹ *S'ezdy Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), pp. 44-5.

são da Transcaucásia, mesmo se isto fosse resultar no estabelecimento ali de um regime burguês.

Eu pessoalmente seria contra a secessão da Transcaucásia, tendo em mente o nível geral de desenvolvimento na Transcaucásia e na Rússia, as condições da luta do proletariado, e assim por diante. Mas se, não obstante, os povos da Transcaucásia pedissem a secessão, eles separar-se-iam, é claro, e não defrontariam oposição da nossa parte.²

Contudo, já em 1913 ele tinha levantado a questão embaraçosa do direito ou dever do partido de interferir exactamente nesta situação:

Os Tártaros transcaucásios como nação podem reunir-se, digamos, na sua Dieta e, sucumbindo à influência dos seus beis e mullahs, decidir restaurar o velho estado de coisas e separar-se do estado. De acordo com o significado da cláusula sobre a autodeterminação, eles têm todo o direito de o fazer. Mas será isto do interesse dos estratos trabalhadores da nação tártara? Podem os sociais-democratas permanecer indiferentes quando os beis e mullahs tomam a chefia das massas na resolução do problema nacional? Não deveriam os sociais-democratas interferir na questão e influenciar a vontade da nação de forma definida? Não deveriam eles adiantar-se com um plano definido para a solução do problema que fosse mais vantajoso para as massas tártaras?²¹

É verdade que Estaline, em 1913, estava a pensar simplesmente em termos de propaganda e da linha do partido, ao passo que, em 1917, estava já a pensar em termos de acção por parte do estado; pode ser verdade que, em 1913, ele falasse antes de tudo como membro de uma nação transcaucásica e, em 1917, já como grão-russo. É também certo que, em 1913, ele não respondeu às suas próprias perguntas retóricas francamente na afirmativa, antes procurou não se comprometer acrescentando que «todas estas são questões cuja solução dependerá das condições históricas concretas em que a nação determinada se encontre». Era evidente, no entanto, que este era um dos pontos em que os contornos da doutrina do partido eram confusos e incertos. Era também evidente, pela forma em que Estaline formulava a questão em

²⁰ Stalin, *Sochineniya*, III, 52-3.

²¹ *ibid.*, II, 312-13. Os «Tártaros transcaucásicos» são os Turcos do Azerbaijão: o hábito russo de lhes chamar «tártaros» não tem nenhuma justificação racial ou histórica.

1913, que a pressão do partido para «interferir» em casos duvidosos podia ser violenta.

A questão prática surgiu em Dezembro de 1917, quando um governo ucraniano burguês, cuja exigência de autodeterminação nacional o Governo Soviético não contestava, adoptou uma atitude hostil para com Petrogrado, conduziu negociações com uma missão militar francesa e prestou auxílio a Kaledine, o chefe cossaco que se tinha manifestado em oposição aberta ao poder soviético. Estaline tirou imediatamente o que parecia a conclusão do senso comum:

Invocar o princípio da autodeterminação para apoiar a revolta de Kaledine e a política de desarmar exércitos revolucionários soviéticos, como o secretariado geral agora faz, é transformar a autodeterminação e os princípios elementares da democracia numa farsa ²².

Esta resposta improvisada não punha, contudo, de parte as dificuldades doutrinárias. No Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, o dirigente menchevique Martov perguntou porque é que, nas negociações de Brest-Litovsk, se estavam a pedir plebiscitos nacionais «na Polónia, Curlândia, Lituânia, etc.», ao passo que se argumentava que «na Ucrânia, Cáucaso, Finlândia, etc.» o direito a voto devia ser dado apenas aos trabalhadores (a constituição da RSFSR, que continha uma limitação semelhante, não estava ainda redigida). A resposta dada por Preobrajensky foi que os países nomeados em primeiro lugar não tinham ainda «sacudido o jugo autocrático» e «atingido o estágio democrático», ao passo que a «Ucrânia, o Cáucaso, etc. ultrapassaram a fase do parlamentarismo burguês»; e, acrescentou Estaline, «não teria sentido exigir o poder soviético nas regiões ocidentais enquanto não existem ainda lá soviets, enquanto não há ali ainda nenhuma revolução socialista» ²³. Era a única resposta possível que se ajustava à doutrina do partido. Mas envolvia o pressuposto de que a revolução tinha agora transitado da fase burguesa para a socialista. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, esta conjectura podia — na realidade, devia — ser agora feita

²² *Revolyutsiya 1917 goda*, VI (ed. I. N. Lyubimov, 1930), 306.

²³ *Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 77, 80; Stalin, *Sochineniya*, IV, 36. A questão apresentada por Martov tinha já sido posta por Troyanovsky na sessão da Assembleia Constituinte (*Vserossiiskoe Uchreditel'noe Sobranie*, ed. I. S. Malchevsky (1930), p. 98).

abertamente. A doutrina bolchevique tinha que se reajustar à transição; a simples afirmação de um direito à autodeterminação para todas as nações, sem tomar em consideração a sua estrutura de classes ou estágio de desenvolvimento, já não bastava.

O relatório de Estaline ao congresso sobre a questão nacional era uma primeira tentativa deste reajustamento crucial. Afirmava ele que os conflitos entre o Sovnarkom e as regiões periféricas «tinham origem, não em torno de questões de carácter nacional, mas especificamente em torno da questão do poder»²⁴. Os governos burgueses estavam simplesmente a tentar «disfarçar com um aspecto nacional a luta contra o poder das massas trabalhadoras». A conclusão era clara:

Tudo isto aponta para a necessidade de interpretar o princípio da autodeterminação como um direito, não da burguesia, mas das massas trabalhadoras da nação dada. O princípio da autodeterminação tem que ser um instrumento da luta pelo socialismo e tem que se subordinar aos princípios do socialismo²⁵.

Era este o critério. Em vista desta afirmação, o proletariado da Ucrânia, da Rússia Branca, e dos países bálticos podia ser ajudado a exercer o direito à autodeterminação face às reivindicações rivais da burguesia local. Não era surpreendente que Estaline tivesse aderido a uma doutrina que gozava, nesta altura, de grande popularidade nos círculos do partido e estava especialmente associada ao nome de Bukharine²⁶. Em Dezembro de 1918, repetiu enfaticamente que «a palavra de ordem 'todo o poder à burguesia nacional'

²⁴ Não é claro o que Estaline queria exactamente dizer com esta distinção: levada à sua conclusão lógica, implicaria a tese austríaca de uma separação entre aspirações nacionais e poder político. Alguns meses depois, o próprio Estaline denunciou «a estupidéz dos sociais-democratas austríacos como Bauer e Renner», que «não conseguiram compreender o laço indissolúvel entre a questão nacional e a questão do poder» (*Sochneniya*, IV, 165).

²⁵ *ibid.*, IV, 31-2. As actas deste congresso estão incompletas e só se conservou um resumo, não um texto completo, dos debates.

²⁶ Apareceu em dois famosos manuais da altura, N. Bukharin, *Programma Kommunistov* (1918), cap. XIX, e Bukharin e Preobrazhensky, *AzbuKa Kommunizma* (1919), cap. VII, § 59; a linha divisória entre a tese de Bukharine de «autodeterminação para os trabalhadores» e a tese polaca de «nenhuma autodeterminação para as nações» era ténue e com tendência a desaparecer.

está a ser substituída pela palavra de ordem do socialismo proletário, 'todo o poder às massas trabalhadoras das nacionalidades oprimidas'²⁷. Este ponto de vista raramente encontrou expressão em documentos oficiais, mas um apelo ao povo carélio, em 1920, falava da «autodeterminação das massas trabalhadoras»²⁸.

Fez-se uma primeira tentativa pouco prometedora e abortada, na Primavera de 1918, para aplicar a tese da autodeterminação para os trabalhadores aos Tártaros e Básquiros²⁹. Depois da derrocada alemã de Novembro de 1918, aplicou-se a tese, sob a égide de Estaline, na Ucrânia (para a qual tinha sido originalmente formulada), na Rússia Branca (onde permaneceu grandemente fictícia) e nos estados bálticos (onde foi revogada, pouco mais de um ano depois, sob a pressão do poderio naval britânico, a favor do reconhecimento de governos nacionais burgueses). Em todas as regiões periféricas não-russas, a questão da autodeterminação tornou-se inextricavelmente entrelaçada com a questão da guerra civil. Se era verdade que nunca poderiam ter sido estabelecidos regimes bolcheviques na Ucrânia, na Rússia Branca ou nos estados bálticos sem a intervenção directa de Moscovo, era igualmente verdade que os regimes burgueses destes países que eram demasiadas vezes aceites sem qualquer dúvida na Europa Ocidental como qualificados para falar pelas massas silenciosas das suas nações, também nunca poderiam ter-se mantido sem o apoio de governos estrangeiros interessados em fomentar centros de oposição aos bolcheviques. O que se descreveu como uma luta entre um proletariado e campesinato nacionais e uma burguesia nacional, era na realidade, uma luta entre os bolcheviques russos, por um lado, e anti-bolcheviques russos e estrangeiros, por outro, pela influência controladora sobre o território em questão. A escolha não

²⁷ Stalin, *Sochineniya*, IV, 177.

²⁸ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 50, art. 72. Os anarquistas também defendiam a autodeterminação, «não no sentido de 'autodeterminação das nações', mas no sentido de 'autodeterminação dos trabalhadores'» (P. Arshinov, *Istoriya Makhnovskogo Dvizheniya* (Berlim, 1923), p. 204. Podem citar-se no mesmo sentido escritos juvenis de Lenine, por exemplo, *Sochineniya*, V, 243 («nós próprios estamos interessados, pela nossa parte, na autodeterminação, não de povos e nações, mas do proletariado de todas as nacionalidades», cf. *ibid.*, V, 337); mas não parece que ele tenha jamais voltado a esta fórmula depois de 1905.

²⁹ Ver adiante, p. 357.

era entre dependência e independência, mas entre dependência de Moscovo ou dependência dos governos burgueses do mundo capitalista. O poder relativo das forças locais nunca foi posto à prova nem podia tê-lo sido. Mesmo para estas forças locais, o nacionalismo estava também subordinado à questão social que lhe subjazia; tanto burgueses como revolucionários procuravam avidamente aliados externos na luta para defender ou derrubar a ordem social. Em toda a parte e fosse qual fosse a forma em que a batalha se travasse, a verdadeira questão era a vida ou morte da revolução. Lenine não estava mais predisposto nesta altura que qualquer outro bolchevique — ou que qualquer outro antibolchevique — a tratar a autodeterminação nacional como uma questão de princípio abstracto ou a tirá-la do contexto da guerra civil.

A palavra de ordem de 1918 de «autodeterminação para os trabalhadores» não estava, contudo, destinada a ser dura. Fosse qual fosse a sua utilidade nalgumas regiões que possuíam uma classe operária industrial de simpatias bolcheviques ou potencialmente bolcheviques, quer russas (como na Ucrânia), quer indígenas (como na Letónia e na Estónia), ela não podia aplicar-se tão apropriadamente às vastas populações não-russas da Europa Oriental ou da Ásia, entre as quais estava também a ouvir-se o apelo à autodeterminação nacional. Pela sua parte, Lenine nunca tinha abandonado a linha mais flexível estabelecida numa resolução do partido, já em 1913; e foi a ela que voltou, quando teve lugar a nova discussão séria da questão nacional, no oitavo congresso do partido, em Março de 1919, que redigiu e aprovou um novo programa do partido. Estaline, absorvido nesta altura por assuntos militares, não falou sobre esta ou qualquer outra parte do programa. Bukharine, citando algo maliciosamente a autoridade do relatório de Estaline ao Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, pediu mais uma vez «autodeterminação para as massas trabalhadoras de todas as nacionalidades». Admitiu que queria uma fórmula que abrangesse as reivindicações de «hotentotes, bosquimanos, negros e hindus», mas não as da burguesia polaca³⁰. Pyatakoff denunciou de novo a autodeterminação como um slogan burguês que «une todas as forças contra-revolucionárias» e exprimiu a opinião de que «desde o momento em que nos unirmos

³⁰ *Vos'moi S'ezd RKP(B)* (1933), p. 49.

economicamente e construirmos um aparelho, um Conselho Supremo da Economia Nacional, uma administração ferroviária, um banco, etc., toda esta famosa autodeterminação não vale um chavo»³¹ Lenine defendeu quase sem ajuda a velha posição do partido. A palavra de ordem de «autodeterminação para as massas trabalhadoras» era falsa porque se aplicava apenas onde se tinha já formado uma clivagem entre proletariado e burguesia. O direito à autodeterminação tinha que ser concedido a nações em que a clivagem ainda não se tinha produzido — por exemplo, os Bâsquires e outros povos atrasados do antigo império czarista — e ajudaria a apressá-la. Tinha que ser concedida a países como a Polónia, onde os comunistas não formavam ainda uma maioria da classe operária. Só assim podia o proletariado russo escapar à acusação de «chauvinismo grão-russo mascarado com o nome de comunismo»³².

Lenine levou a sua avante e os artigos sobre a questão nacional do programa do partido de 1919 constituíam a exposição breve mais autorizada da doutrina do partido sobre o assunto, na sua forma acabada. Os dois primeiros artigos estabeleciam pela primeira vez a identidade de princípio e política aplicados às nacionalidades do antigo império russo e às oprimidas por outras potências imperialistas — o elo entre a política interna e externa soviética:

1. A pedra angular é a política de aproximar os proletários e semiproletários das várias nacionalidades com o fim de empreender uma luta revolucionária conjunta para a derrota dos terratenentes e da burguesia.

2. Para vencer a desconfiança sentida pelas massas trabalhadoras de países oprimidos em relação ao proletariado dos estados que oprimem estes países, é necessário abolir todos os privilégios usufruídos por qualquer grupo nacional, seja ele qual for, instituir completa igualdade de colónias e nações não soberanas à secessão³³.

³¹ *ibid.*, pp. 80-1.

³² Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 135-9.

³³ Como Estaline salientou dois anos depois, esta resolução abandonou a «palavra de ordem absolutamente vaga» da autodeterminação e substituiu-a pela fórmula precisa de «secessão estatal» (Stalin, *Sochineniya*, V, 42-3). O termo «autodeterminação» continuou, não obstante, em uso oficial; aparecia, por exemplo, no tratado entre a RSFSR e Bokhara de 4 de Março de 1921 (*Sobranie Uzakonenii*, 1921, n.º 73, art. 595), no tratado de paz entre a RSFSR, a Ucrânia e a Polónia de 18 de Março de 1921 (*RSFSR: Sbornik Deistvuyushchikh*

A seguir, por uma transição um tanto abrupta, vinha um artigo que oferecia tentativamente um trampolim para a unidade final:

3. Com o mesmo objectivo em vista, o partido propõe, como uma das formas de transição para a unidade completa, uma união federal de estados organizados segundo o modelo soviético.

Finalmente, introduzia-se pela primeira vez numa resolução do partido sobre a questão colonial a distinção vital entre as duas épocas históricas das revoluções burguesa e socialista:

4. Quanto à questão de quem há-de exprimir a vontade da nação de se separar, o Partido Comunista Russo adopta o ponto de vista histórico de classe, tomando em consideração o estágio de desenvolvimento histórico da nação dada: se ela está a evoluir do medievalismo para a democracia burguesa, ou da democracia burguesa para a democracia soviética ou proletária, etc.

A resolução concluía com um parágrafo não numerado que combinava a advertência contra uma atitude «imperialista» de parte do proletariado das nações «opressoras» com mais uma lembrança da unidade como meta final:

Em qualquer caso, o proletariado das nações que têm vindo a oprimir nações tem que pôr especial cuidado e prestar especial atenção às sobrevivências de sentimento nacional entre as massas trabalhadoras das nações oprimidas ou não-soberanas. Só prosseguindo tal política será possível criar condições para uma unidade voluntária verdadeiramente duradoura entre elementos nacionalmente diferenciados do proletariado internacional, como a experiência da união de uma série de repúblicas nacionais em torno da Rússia Soviética mostrou³⁴.

Era o importantíssimo quarto parágrafo que proporcionava a fórmula para a transição da democracia burguesa

Dogovorov, II (1921), n.º 51, p. 43) e no tratado entre as três repúblicas transcaucásicas de 12 de Março de 1922 que formou a Federação Transcaucásica (*Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936, p. 208).

³⁴ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 286-7. O parágrafo final era um eco do argumento usado por Marx cinquenta anos antes ao realçar aos trabalhadores ingleses o dever de apoiarem a libertação da

para a proletária. Enquanto a burguesia nacional estivesse a lutar para se emancipar do «medievalismo», era ela o portador legítimo da «vontade da nação de se separar» e tinha o apoio do proletariado; e isto podia aplicar-se ao apoio dado pelo proletariado tanto à burguesia de outras nações como à da sua própria. Mas quando a luta contra o medievalismo (isto é, a revolução burguesa) estivesse terminada e a cena estivesse pronta para a transição «da democracia burguesa para a democracia soviética ou proletária», então o proletariado tornava-se o único portador legítimo da «vontade da nação de se separar» e esta seria obviamente exercida apenas com a mais cuidadosa consideração do princípio primordial da unidade internacional do proletariado e do derubamento das barreiras nacionais na ordem socialista. Os dois princípios potencialmente opostos do nacionalismo e do internacionalismo que tinham sido enunciados no *Manifesto Comunista* harmonizavam-se, assim, na realização da primeira revolução proletária. Aplicando esta doutrina à Revolução Russa, não havia nada de inconsequente numa política que começou, enquanto os últimos baluartes da ordem feudal não tinham ainda sido destruídos, pelo reconhecimento incondicional dos direitos à autodeterminação e secessão e que, depois, quando se tinha ganho a guerra civil e se tomou em mãos a construção da ordem socialista, passou à tarefa de voltar a reunir as unidades nacionais dispersas dentro da estrutura da União Soviética³⁵.

Irlanda. Lenine tinha usado o mesmo argumento, em 1918, com referência à Ucrânia: «Somos partidários da mais estreita união dos trabalhadores de todos os países contra os capitalistas — tanto os «seus» como os de outros países. Mas precisamente para que esta união possa ser voluntária, o trabalhador russo, que não tem em nenhum aspecto nem em nenhuma altura qualquer confiança, quer na burguesia russa, quer na ucraniana, defende o direito de autodeterminação dos ucranianos, não lhes impondo a sua amizade, mas ganhando-a ao tratá-los como um igual, um aliado e um irmão na luta pelo socialismo» (*Sochineniya*, XX, 535).

³⁵ O que parece ser a mesma diferença de atitude para com diferentes aspirações nacionais é expresso por um autor burguês: «Ao passo que, no Oriente, podemos ainda avaliá-lo (o nacionalismo), moral e economicamente, como uma força positiva e progressista, na Europa, ele já pertence, moral e economicamente, a uma fase passada de evolução. O progresso na Europa só pode vir da rejeição do nacionalismo político. O nacionalismo é o patriotismo de estado cumpriram aqui a sua função histórica e perderam o seu significado ético» (Hans Kohn, *Nationalism and Imperialism in the Hither East* (trad.

Na prática, a aplicação deste esquema teórico era, sem dúvida, menos simples. Em teoria, a escolha dependia da resposta à pergunta de se, na situação histórica dada, a decisão sobre a secessão cabia à nação burguesa ou independentemente ao proletariado da nação. Na prática, as duas políticas foram seguidas paralelamente. Na Estónia, Letónia e Lituânia, foram reconhecidas repúblicas soviéticas independentes, em 1918, e repúblicas burguesas independentes, em 1920. Na Geórgia, foi reconhecida uma república burguesa, em 1920, e uma república soviética, em 1921. Em geral, o reconhecimento inicial do direito de autodeterminação e secessão foi concedido, depois de 1917, de boa vontade, sinceramente e, de uma maneira geral, sem reservas. Mas onde os trabalhadores de uma unidade dissidente eram demasiado poucos, demasiado fracos ou demasiado pouco dignos de confiança para pôr em marcha o processo de reunião e reunificação (ou, por outras palavras, onde não havia sinais espontâneos do começo do segundo período) e onde as necessidades militares ou económicas tornavam imperativo apressar este processo, era manifestamente grande a tentação para o partido, nas palavras de Estaline de 1913, «de adiantar-se com um plano definido» para rectificar a situação no interesse último dos trabalhadores. E o partido podia, depois de 1917, como ainda não podia quando Estaline escreveu, pôr qualquer plano semelhante em execução invocando o poder do estado soviético. A intervenção nos países bálticos, no Inverno de 1918-19, pode ter-se devido a uma sobrestimação honesta das perspectivas bolcheviques, numa região em que o movimento operário sempre tinha sido forte. A intervenção da Ucrânia, em 1919 e, de novo, em 1920, pode ter sido uma medida legítima de autodefesa contra um governo que já tinha solicitado a intervenção estrangeira. A intervenção nas regiões atrasadas do Baixo Volga ou da Ásia Central pode ter sido inspirada pela necessidade absoluta de estabelecer alguma espécie de ordem. A intervenção na Geórgia, em 1921, foi uma conclusão da sovietação da Transcaucásia; e, com os aliados ainda de posse de Constantinopla, os receios de um recomeço da intrusão aliada no Cáucaso através de uma

ingl. 1932), p. 51). A distinção aqui traçada entre dois continentes em fases diferentes de desenvolvimento histórico é expressa mais precisamente pelos bolcheviques como uma distinção entre duas fases que normalmente se seguem uma à outra no mesmo país.

Geórgia amistosa e subserviente, eram menos quiméricos do que vieram a parecer mais tarde. No entanto, fossem quais fossem as razões que possam ter existido para justificar a intervenção em casos especiais, a escala em que ela ocorreu criou manifestamente alguma tensão na doutrina do partido sobre a autodeterminação nacional.

Embora, contudo, a política das nacionalidades bolcheviques não estivesse livre daquelas impurezas empíricas que normalmente distinguem a aplicação de uma teoria da teoria em si, era ainda possível assinalar progressos substanciais tanto sobre a prática como sobre a teoria burguesas. O reconhecimento do direito das nacionalidades oprimidas à emancipação política, que era o único conteúdo da teoria burguesa da autodeterminação nacional, tinha sido associado a uma crença no capitalismo do *laissez faire*, que implicava a continuação das desigualdades económicas existentes e da exploração, fosse sob que forma política fosse, das nacionalidades oprimidas pelas dominantes. O capitalismo burguês era, assim, uma barreira insuperável à criação das condições que eram as únicas em que a doutrina burguesa da autodeterminação nacional podia ter qualquer significado prático. Como resultado desta contradição, a «sociedade burguesa», segundo a expressão da resolução do décimo congresso do partido, de Março de 1921, «está em completa bancarrota no que respeita a uma solução da questão nacional»³⁶. O pressuposto subjacente à teoria e prática burguesas tinha sido que a emancipação política era a via para a prosperidade económica. Este pressuposto tinha-se mostrado falso. A teoria e prática bolcheviques baseavam-se no pressuposto de que o progresso económico era a via para a emancipação política e que a igualdade real (e não apenas formal) para as antigas nacionalidades oprimidas era a via do progresso económico³⁷.

Num artigo de Maio de 1921, dois meses depois do décimo congresso do partido, Estaline recapitulou os quatro traços distintivos da atitude comunista para com a questão nacional tal como tinha evoluído desde a Revolução de

³⁶ VKP(B) y Rezolyutsiyakh (1941), I, 383.

³⁷ Um administrador colonial britânico, aparentemente desconhecido da teoria e prática bolcheviques, tem algumas observações que vale a pena citar neste contexto: «Os liberais consideravam a liberdade a chave do progresso económico e consideravam o progresso económico como uma causa da prosperidade nativa que levava automaticamente à independência política. A teoria colonial moderna con-

Outubro. O primeiro era a associação íntima entre as questões «nacional» e «colonial», de forma que a emancipação dos povos da Europa se ligava à dos povos africanos e asiáticos; isto era sintomático da importância crescente dos povos orientais como ponto fundamental da política das nacionalidades soviética. O segundo era que a palavra de ordem «vaga» da autodeterminação tinha sido substituída pelo reconhecimento dos direitos das nações a separarem-se e a formarem estados independentes; isto liquidava a fingida solução austríaca de autonomia cultural nacional. O terceiro era a associação da opressão nacional com o capitalismo; a emancipação de ambos seria necessariamente simultânea (Estaline tinha percorrido um longo caminho nos quatro anos passados desde que, em Abril de 1917, tinha associado a opressão nacional fundamentalmente ao feudalismo). O quarto era a aceitação do princípio de «equiparação real e não apenas jurídica das nações (auxiliando e encorajando as nações atrasadas a elevarem-se ao nível cultural e económico das nações mais avançadas)», e Estaline concluía o artigo enunciando cinco pontos elementares necessários para tornar efectiva a igualdade nacional:

1. O estudo das condições económicas, vida social e cultura das nações e povos atrasados;
2. O desenvolvimento da sua cultura;
3. A sua educação política;
4. A sua incorporação gradual e insensível a formas mais elevadas de vida económica; e
5. A organização da cooperação económica entre os trabalhadores das nações atrasadas e das evoluídas³⁸.

Esta acentuação da igualdade «real» (referindo-se, em especial, à económica) entre as nações tornou-se, a partir daí, a essência da doutrina do partido sobre a autodeterminação nacional no socialismo. Lenine tinha definido o papel da autodeterminação nacional na ordem burguesa e no período

sidera o progresso económico como uma *condição* da prosperidade nativa e a prosperidade nativa como uma *condição* do progresso político, mas reconhece a necessidade da intervenção do estado para promover o progresso económico. Os liberais julgavam promover a prosperidade pela liberdade; a tendência moderna é promover a prosperidade mesmo a expensas da liberdade (J. S. Furnivall, *Colonial Policy and Practice* (1948), p. 288).

³⁸ Stalin, *Sochineniya*, V, 52:9.

de transição da ordem burguesa para a socialista. Mas, para além da hipótese anunciada no programa do partido de «unidade voluntária entre os elementos nacionalmente diferenciados do proletariado internacional», pouco se tinha dito sobre o lugar das nações no socialismo. Contudo, mesmo se as nações estavam eventualmente condenadas a desaparecer com a extinção do estado, haveria um longo período intermédio, durante o qual as nações conservariam certamente o seu significado³⁹. Segundo o raciocínio agora desenvolvido, o direito à autodeterminação, que se apresentava, no período da revolução burguesa, como uma exigência de libertação, tornava-se, no período socialista, uma exigência da igualdade de todos os grupos nacionais dentro da ordem socialista. Na maneira de ver bolchevique, o nacionalismo contemporâneo era sobretudo o produto das desigualdades entre as nações resultantes da opressão e exploração imperialistas e, nessas condições, a autodeterminação podia apenas assumir a forma de um direito de secessão. No socialismo, quando tivesse sido criada entre os homens e, por conseguinte, entre as nações, uma igualdade real e não apenas formal, o direito de secessão, embora não formalmente revogado, perderia todo o sentido e não seria exercido.

Sob o socialismo, portanto, o conteúdo do direito à autodeterminação nacional partilha essencialmente da natureza da igualdade; e a evolução da doutrina repete o dilema familiar aos que, desde a Revolução Francesa, procuraram harmonizar liberdade e igualdade. A busca da liberdade envolve desigualdade e a liberdade, se deixar de ser puramente formal, está limitada aos que beneficiam da divisão desigual. A aceitação de uma limitação da liberdade é uma condição da igualdade. A questão da liberdade para as nações reverte ao interminável debate sobre a natureza da liberdade política. A liberdade não pode ser mais incondicional para as nações que para os homens: depende do livre reconhecimento e aceitação das exigências necessárias da sociedade contemporânea⁴⁰. A expressão final da doutrina bolchevique da auto-

³⁹ «As diferenças nacionais e estatais entre povos e países ... permanecerão muito, muito tempo depois da realização da ditadura do proletariado à escala mundial» (Lenin, *Sochineniya*, XXV, 227).

⁴⁰ A autoridade britânica, já citada atrás, p. 306, pode ser de novo invocada sobre este ponto: «O ambiente mudou, não as pessoas; se abandonadas a si próprias, elas tentariam ainda reproduzir o seu

determinação nacional é uma união de nações iguais numa federação socialista.

c) Organização

O primeiro acto da revolução bolchevique com respeito à questão nacional foi nomear Josef Vissarianovitch Djugachvili-Estaline (usavam-se ainda ambos os nomes) Comissário do Povo para os Assuntos das Nacionalidades. A nomeação não tinha precedentes, embora o Governo Provisório, na sua última declaração sobre o assunto, tivesse prognosticado a formação de «um conselho para os assuntos nacionais, com representação de todas as nacionalidades da Rússia, com o fim de preparar material sobre a questão nacional para a Assembleia Constituinte»⁴¹. Destinava-se claramente a anunciar uma nova atitude. Dois meses antes, Lenine tinha descrito as «questões nacional e agrária» como «as questões básicas para as massas pequeno-burguesas da população da Rússia no momento presente»⁴². Estaline referiu-se, mais tarde, à «paz, revolução agrária e liberdade para as nacionalidades» como «os três factores principais que reuniram os camponeses de mais de vinte nacionalidades da vasta Rússia em redor da bandeira vermelha do proletariado russo»⁴³. E a importância da questão nacional também não era exclusivamente interna. A libertação e autodeterminação nacional dos povos oprimidos tornou-se também um ponto fundamental da política externa soviética.

O Comissariado do Povo das Nacionalidades (Narkomnats) foi o instrumento por intermédio do qual se aplicou a nova política. A sua organização inicial era a simplicidade em

velho ambiente. Mas foram postas em contacto com o mundo moderno e não podem escapar-lhe. Todos os cavalos e soldados do rei não podem atrasar o relógio. Só podem conseguir o que querem se querem o que, nas condições do mundo moderno, têm que querer. Um problema fundamental da autonomia é transformar as pessoas de forma a que elas venham a querer ou, pelo menos, a aceitar voluntariamente as condições que a prosperidade do mundo requer» (J. S. Furnivall, *Colonial Policy and Practice* (1948), p. 442).

⁴¹ *Revolutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 56.

⁴² Lenin, *Sochineniya*, XXI, 254.

⁴³ Stalin, *Sochineniya*, V, 113.

pessoa. Sempre que as questões de qualquer nação ou nacionalidade anteriormente pertencente ao Império Russo se agudizavam de qualquer forma, o Commissariado do Povo criava um departamento especial sob a direcção de um membro da nação em questão para tratar delas — uma forma de organização destinada, sem dúvida um tanto ingenuamente, dos de modo assaz sincero, a encorajar a administração dos assuntos nacionais pela nação interessada. Estes departamentos especiais foram primeiro descritos como «comissariados» e, depois, como secções. Mas formaram parte do Narkomnats desde o princípio e estavam subordinados a ele. O primeiro departamento deste tipo a ser estabelecido foi um commissariado polaco, em Novembro de 1917. As suas funções eram descritas como «assuntos de apuramento de contas, assuntos do exército, refugiados, etc.»; e, por um decreto subsequente, deram-se instruções às instituições governamentais para não publicarem quaisquer ordens ou decretos relacionados com assuntos polacos sem prévia consulta a este commissariado⁴⁴. O seu sucessor imediato foi um commissariado lituano, cuja criação foi aparentemente sugerida pelo número de refugiados evacuados da Lituânia face ao avanço alemão. Uma função dos commissariados parece ter sido vigiar e controlar as actividades das instituições nacionais existentes em solo russo. Assim, todas as instituições polacas foram colocadas sob a supervisão do commissário polaco; ordenou-se a todas as «instituições sociais, de caridade, religiosas e similares» letãs de Moscovo que se registassem no commissariado letão; e deu-se ao commissário arménio jurisdição sobre o Instituto Arménio de Moscovo⁴⁵. Em Janeiro de 1918, criou-se um «comissariado provisório para os assuntos nacionais judaicos» e um «comissariado para os assuntos internos muçulmanos»⁴⁶ com commissários respectivamente judeu e muçulmano. Estes decretos sugeriam uma inclinação para

⁴⁴ Ambos os decretos se encontram em *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 86, arts. 114, 116, o segundo, também em *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 4, art. 67.

⁴⁵ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 87, art. 118 (também em *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 19, art. 291); p. 52, art. 75; p. 16, art. 15 (também em *Sobranie Uzakonenii, 1919 nos. 10-11*, art. 109).

⁴⁶ Literalmente, «comissariado para os assuntos dos muçulmanos do interior da Rússia»; é digno de nota o desejo de rejeitar responsabilidade pelo mundo muçulmano em geral. Os dois decretos encontram-se em *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 17, arts. 243, 252.

experimentar uma abordagem não-territorial e «cultural» da questão nacional. Mas uma tal abordagem teria sido incompatível com a doutrina bolchevique fundamental e, mais tarde, os comissariados e secções organizaram-se exclusivamente numa base territorial⁴⁷.

O sistema experimentou o seu pleno desenvolvimento em 1918. Em Março de 1918, a criação dos comissariados russo branco e letão serviu para proporcionar um ponto de convergência para os russos brancos e letões que se tinham deslocado para a Rússia e para estimular a resistência nacional em territórios ainda sob ocupação alemã. Os mesmos motivos inspiraram a criação de comissariados ucraniano e estoniano, em Maio de 1918. Uma publicação oficial do Narkomnats regista que a sua principal actividade, nestes primeiros tempos, foi manter contacto, através de canais clandestinos, com os movimentos nacionais em territórios ocupados pelos alemães ou pelos contra-revolucionários⁴⁸. A seguir, aplicou-se o sistema para estimular e canalizar lealdades comunistas entre povos cuja situação geográfica e fase de desenvolvimento os qualificavam mais para a autonomia que para a independência. O Narkomnats não tardou a compreender comissariados ou secções para os Tártaro-Básquiros, os Cazaques, os Tchuvaches, os Montanhese do Cáucaso, os Muçulmanos da Transcaucásia (os Azerbaidjanos), os Mordves, os Alemães do Volga e outras unidades nacionais ainda mais pequenas. Até se criaram comissariados checoslovaco e jugoslavo para se ocuparem dos numerosos checos, eslovacos e eslavos meridionais em território soviético⁴⁹.

⁴⁷ O comissariado muçulmano desapareceu em 1920, depois de terem sido criados comissariados separados para a maioria das nacionalidades muçulmanas. O comissariado judaico, rebaptizado de «secção judaica», em 1920, continuou a existir e a emitir proclamações sobre assuntos judaicos de um modo geral, algumas vezes conjuntamente com a secção judaica do Partido Comunista Russo; algumas delas estão reunidas em *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 31-5.

⁴⁸ *Natsional'nyi Vopros v Sovetskoi Rossii* (1921), pp. 28-9. Ainda no Verão de 1920, o Narkomnats estava ocupado em organizar a publicação de artigos de jornal, folhetos e apelos em línguas locais contra os invasores polacos e em explicar «porque é que os guardas brancos estão a trazer as cadeias da escravatura moral e material antes de tudo às nações pequenas» (*Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 146-7, art. 180; p. 148, art. 184).

⁴⁹ Encontrar-se-ão referências aos decretos que criam outros comissariados e divisões nas secções pertinentes de *Politika Sovetskoi*

O Commissariado do Povo para os Assuntos das Nacionalidades era, assim, na sua forma exterior, uma galáxia de commissariados ou secções nacionais, cada qual sob a direcção do seu próprio chefe nacional⁵⁰. As aparências sugeriam que estes chefes eram considerados como embaixadores que defendiam as suas respectivas causas nacionais em Moscovo; a palavra «petição» é realmente aplicada num decreto do VTsIK de 1919 a um requerimento apresentado pelo commissariado para os assuntos cazaques⁵¹. Mas as aparências eram enganadoras. Estes postos, que eram extremamente difíceis de preencher⁵², tendiam a ir para bolcheviques seguros cuja lealdade ao partido era mais forte que as suas afinidades nacionais e que, estabelecidos no quartel-general de Moscovo, estavam mais interessados em executar a política do centro nas regiões nacionais que em impor incómodas aspirações nacionais no quartel-general. Pestovsky, deputado Commissário do Povo sob Estaline, deixou testemunho explícito sobre o predomínio de uma atitude «internacional» para com a questão nacional na hierarquia do Narkomnats:

Vlasti po Natsional'nomu Voprosu (1920). Criou-se dentro do Partido Comunista Russo uma organização correspondente de «secções nacionais» cada qual com o seu «bureau central» adjunto ao secretariado: em 1920, existiam secções checoslovaca, alemã, jugoslava, húngara, polaca, letã, lituana, estoniana, judaica e mari, bem como uma secção para os povos de língua turca. (*Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossijskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)*, n.º 28, 5 de Março de 1921, pp. 17-23).

⁵⁰ Estão registados dezoito commissariados ou secções, com os nomes dos seus chefes, em *Zhizn' Natsional' nostei*, n.º 1, 9 de Novembro de 1918; alguns dos commissariados ou divisões mais pequenos ou representantes das nacionalidades mais atrasadas parecem ter tido chefes russos, presumivelmente por falta de qualquer candidato nacional adequado.

⁵¹ *Politika Sovetskoj Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 42, art. 63.

⁵² «Lembro-me da organização do commissariado muçulmano», escreveu um dos principais funcionários do Narkomnats, dois anos mais tarde, «Como foi difícil encontrar bolcheviques aptos para pôr à frente dele! Só em conexão com a Assembleia Constituinte, quando chegaram delegados bolcheviques para ela, só graças a isso, é que conseguimos organizar um commissariado geral para todos os muçulmanos. Tivemos as mesmas dificuldades com a organização do commissariado russo branco e do judaico, visto que os velhos partidos socialistas que então existiam estavam todos contra nós» (*Zhizn' Natsional' nostei*, n.º 42 (50), 2 de Novembro de 1919).

O colégio do Commissariado do Povo das Nacionalidades compunha-se destes não-russos russificados que opunham o seu internacionalismo abstracto às necessidades reais de desenvolvimento das nacionalidades oprimidas. Na realidade, esta política apoiava a velha tradição de russificação e era um perigo especial nas condições da guerra civil⁵³.

Segundo Pestovsky, Estaline era, nesta altura, o único defensor da política de Lenine no colégio do Narkomnats e era frequentemente colocado em minoria pelos seus companheiros, que eram «esquerdistas» e partidários do «internacionalismo abstracto» da heresia polaca⁵⁴. Na Primavera de 1918, Estaline, sob as ordens do comité central do partido, arcou com a tarefa de impor uma república tártaro-básquiere a companheiros cépticos e a Tártaros e Básquiros recalci-trantes⁵⁵. Se o Narkomnats parecia a algumas das nacionalidades ser um paladino inadequado dos seus direitos e interesses, parecia a muitos velhos bolcheviques estar empenhado, sob a inspiração de Lenine e a direcção de Estaline, numa política reaccionária de criar nacionalidades e estimular sentimentos nacionais onde nem umas nem outros existiam.

A medida que o novo regime se consolidava e à medida que a questão nacional assumia uma premência nova sob o impacto da guerra civil, as funções e a organização do Narkomnats alargaram-se mais. Em Novembro de 1918, publicou o primeiro número de um jornal semanal, *Zhizn' Natsional'nostei* («Vida das Nacionalidades»), dedicado à política do commissariado⁵⁶. Um mês depois, deu início ao sistema de ligar secções suas aos órgãos administrativos dos territórios autónomos. Estas secções locais não tinham estatuto constitucional e estavam talvez mais na posição de

⁵³ Citado em L. Trotsky, *Stalin*, (N. I., 1946), p. 257.

⁵⁴ *ibid.*, p. 257. É digno de nota que ainda em Junho de 1919 o jornal oficial do Narkomnats trazia um artigo de fundo, assinado por Pestovsky, em que as opiniões de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional eram calorosamente elogiadas, sem uma alusão a que estas opiniões tinham sido criticadas duramente e com frequência por Lenine, durante os dez anos anteriores (*Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 22 (30), 15 de Junho de 1919).

⁵⁵ Ver adiante, p. 358, nota 102.

⁵⁶ *Zhizn' Natsional'nostei* continuou a ser publicado pelo commissariado, com regularidade gradualmente decrescente, até Fevereiro de 1922, altura em que mudou de formato e se transformou em periódico independente; continuou intermitentemente, até Janeiro de 1924.

embaixada de uma potência dominante num país nominalmente soberano, mas *de facto* dependente. Mas a definição das suas funções no decreto que as instituiu era a primeira tentativa de uma delimitação sistemática da competência do Narkomnats. As funções destas secções locais eram:

- a) Levar a efeito os princípios do poder soviético no meio das respectivas nações e na sua própria língua;
- b) Levar a efeito todas as decisões do Commissariado do Povo das Nacionalidades;
- c) Tomar todas as medidas para elevar o nível cultural e a consciência de classe das massas trabalhadoras das nações que habitam o território dado;
- d) A luta contra a contra-revolução nas suas manifestações nacionais (luta contra governos «nacional»-burgueses, etc) ⁵⁷.

O Narkomnats, nos termos de outro dos seus primeiros decretos, seria «um centro de ideias para trabalho socialista» ⁵⁸. Mas a radiação de ideias era principalmente do centro para as localidades, não vice-versa.

A derrota de Koltchak e Denikine, a recuperação de territórios perdidos e a criação dentro da RSFSR de numerosas repúblicas e regiões autónomas levou, em Maio de 1920, ao que se qualificou oficialmente de «reorganização do Commissariado do Povo das Nacionalidades» ⁵⁹. O efeito da reforma foi dar às nacionalidades, pelo menos no papel, uma maior medida de contróle sobre o órgão central. Cada nacionalidade, através do seu congresso de soviets nacional, elegeria doravante representantes para um Conselho das Nacionalidades e este órgão, presidido pelo Comissário do Povo das Nacionalidades, era colocado «à cabeça do» Narkomnats, tornando-se, nas palavras do jornal oficial do commissariado, «uma espécie de parlamento das nacionalidades» ⁶⁰. Para

⁵⁷ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional' nomu Voprosu* (1920), p. 145, art. 175.

⁵⁸ *ibid.*, p. 82, art. 108.

⁵⁹ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 45, art. 202. O decreto encontra-se também, juntamente com duas «instruções» do Narkomnats para a sua execução, em *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 147-8, arts. 181-3.

⁶⁰ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 15 (72), 23 de Maio de 1920. O estatuto do Narkomnats redigido em 1921 (*Konstitutsii i Konstitutsionnye Akty RSFSR, 1918-1937* (1940), pp. 106-8) definia-o, talvez com maior justeza, como «um órgão representativo consultivo adjunto ao Narkomnats».

além das «secções» nacionais do Narkomnats (que já não se chamariam «comissariados»), haveria uma única «secção de minorias nacionais» para cuidar de grupos não suficientemente compactos para terem territórios próprios — Finlandeses, Polacos, Letões, Chineses, Coreanos, etc. Como na maioria dos arranjos constitucionais do período, a divisão da autoridade era vaga e indeterminada. Por um lado, as nacionalidades podiam sentir razoavelmente que tinham obtido um canal mais directo de acesso ao centro; por outro lado, encontravam agora o seu acesso limitado a um único canal⁶¹. Finalmente, quando, no Outono de 1920, foi adoptada a política de assentar as relações entre a RSFSR e as repúblicas soviéticas afastadas na base de um tratado, o Narkomnats adquiriu o direito de manter os seus representantes «em repúblicas amigas que não entrem na composição da federação, com base em acordos feitos pelo VTsIK com estas repúblicas»⁶². Esta inovação constitucional dava ao Narkomnats uma posição firme no que eram teoricamente relações internacionais. Mas, por esta altura, a linha divisória entre as repúblicas nacionais autónomas dentro da RSFSR e as repúblicas nacionais independentes ligadas a ela por aliança estava a tornar-se imprecisa.

O primeiro estatuto formal do Narkomnats, aprovado pelo VTsIK e pelo Sovnarkom em Maio de 1921⁶³, definia as suas funções em linhas bem determinadas:

a) Garantir a coabitação pacífica e colaboração fraterna de todas as nacionalidades e tribos da RSFSR e também das repúblicas soviéticas do pacto de amizade;

b) Ajudar o seu desenvolvimento material e espiritual tendo em conta as peculiaridades do seu modo de vida, cultura e condição económica;

c) Fiscalizar a aplicação na prática da política nacional do poder soviético.

⁶¹ Isto foi tornado explícito por um decreto posterior de 4 de Novembro de 1920, que estipulava também que «a composição pessoal das representações é confirmada pelo VTsIK» (*Sobranie Uzakonienii, 1920, n.º 87, art. 438*). Até esta altura, algumas das nacionalidades tinham tido representantes especiais adjuntos ao VTsIK, que foram então afastados ou transferidos para o Narkomnats.

⁶² *ibid.*, n.º 99, art. 529.

⁶³ *Konstitutsii i Konstitutsionnye Akty RSFSR, 1918-1937* (1940), pp. 106-8.

As funções políticas do Narkomnats — o enquadramento das repúblicas e regiões autónomas na estrutura da RSFSR e a adaptação das repúblicas independentes a essa estrutura — permaneceram a parte mais importante e exigente da sua tarefa. Mas a extensão e variedade do seu trabalho podem ser ilustradas pelos seus múltiplos decretos e pelas colunas do seu jornal oficial. Ocupava-se com pormenores como uma instrução a sovietes de distrito e de aldeia da região tchuvache para organizarem reuniões da população para lhes ler jornais, folhetos e proclamações em tchuvache e para instituírem um «secretariado para recepção de queixas em língua tchuvache»⁶⁴ ou a admissão de votiaques numa escola do partido⁶⁵. Insistia-se continuamente na educação, na propaganda e no encorajamento da literatura nacional; e, em 1920, acrescentou-se à lista de funções «a preparação de novos quadros de trabalhadores soviéticos do grupo nacional em questão»⁶⁶. Finalmente, pelo estatuto de Maio de 1921, o Narkomnats foi encarregado da Sociedade de Estudo do Oriente, da recém-fundada Universidade Comunista de Trabalhadores do Oriente⁶⁷, e do Instituto de Línguas Vivas Orientais de Petrogrado — sintoma da importância que, desde 1920, os povos orientais tinham assumido nas políticas nacionais soviéticas.

Não decorreu muito tempo até a tónica mudar, da reconstrução política e cultural para a económica. Já em Abril de 1920, o autor de um artigo do jornal oficial do Narkomnats se queixava de que «quando se levanta a questão do Oriente, das repúblicas orientais ou das repúblicas em geral, ela é olhada primeiro que tudo com 'olhos económicos'. O Turquestão significa algodão, limões, etc., a Quirguízia, lã, gado; a Basquíria, madeira, peles, gado»⁶⁸. No ano seguinte, o início da NEP e as primeiras discussões do planeamento regional transformaram as questões económicas num ponto de importância primordial de toda a política soviética e foi nos territórios de algumas das repúblicas e

⁶⁴ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 130, arts. 162-3.

⁶⁵ *ibid.*, p. 26, art. 32.

⁶⁶ *ibid.*, p. 149, art. 186.

⁶⁷ Depois da abolição do Narkomnats, esta universidade foi colocada sob controlo do Comintern.

⁶⁸ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 11 (68), 18 de Abril de 1920.

regiões orientais da RSFSR que a terrível fome de Inverno de 1921-22 grassou de forma mais violenta.

Quando, no verão de 1922, se publicou um estatuto revisto do Narkomnats⁶⁹, tinha-se acrescentado uma nova cláusula à definição das suas funções:

Garantir condições favoráveis ao desenvolvimento dos recursos produtivos das unidades nacional-territoriais e defender os seus interesses económicos na nova estrutura económica.

No seu último período, o Narkomnats estava organizado, não apenas em secções nacionais, mas em departamentos funcionais de agricultura, trabalho, educação, exército, imprensa, silvicultura, segurança social, e assim por diante⁷⁰. Nada podia ser mais enganador que pensar que a política das nacionalidades soviéticas era sobretudo operante na esfera cultural. Os direitos nacionais implícitos na concepção soviética de autonomia nacional aplicavam-se tanto a questões políticas como a económicas. Se o Narkomnats parecia, em qualquer momento dado, mais preocupado com um aspecto da autonomia nacional que com outro, era simplesmente porque a política soviética no seu conjunto estava, nesse momento, dirigida especialmente para esse aspecto.

Por outro lado, à medida que o mecanismo administrativo soviético se tornava melhor organizado, um comissariado que não tinha funções administrativas directas próprias, antes entrava pelas da maioria dos outros comissariados, estava destinado a mostrar-se uma anomalia incómoda. Seis meses depois do decreto de Maio de 1920 que criava o Conselho das Nacionalidades, admitia-se que «devido a circunstâncias que escapam ao controle do Narkomnats», o Conselho não tinha ainda «entrado plenamente nas suas funções»⁷¹. Em Dezembro de 1920, no primeiro (e único) Congresso Pan-russo das Nacionalidades, o comissário em exercício, Kamensky, traçou um quadro sombrio da falta de pessoal do Narkomnats, da ausência constante dos seus dirigentes, incluindo Estaline, em missões especiais e da mobilização

⁶⁹ *Konstitutsii i Konstitutsionnee Akty RSFSR, 1918-1937* (1940), pp. 134-8.

⁷⁰ A lista é tirada do autorizado manual *Sovetskoe Gosudarstvennoe Pravo*, ed. A. Vyshinsky (1938), p. 364.

⁷¹ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 35 (92), 7 de Novembro de 1920.

para o serviço militar dos seus funcionários locais e levantou a questão de se ele não deveria ser encerrado totalmente⁷². Era sempre um ponto controverso se as nacionalidades considerariam o Narkomnats como seu advogado e protector ou apenas como o instrumento de um poder central que procurava organizar e limitar os seus direitos.

Para além disso, à medida que a tónica da política soviética, reflectida na condução dessa política pelo Narkomnats, mudava do cultural para o político e do político para o económico, as possibilidades de conflito entre o Narkomnats e outras instituições soviéticas multiplicavam-se inevitavelmente. O número de decretos e resoluções dos primeiros tempos a regular as relações entre o Narkomnats e o Commissariado do Povo da Educação⁷³ sugere a dificuldade em conseguir uma coordenação e funcionamento sem problemas, mesmo nesta esfera limitada. A documentação para o período posterior é escassa; mas dificilmente pode ter sido menos difícil harmonizar as pretensões do Narkomnats com as dos organismos políticos e económicos mais importantes. As relações entre os órgãos locais dos commissariados, nas províncias, e os sovietes locais e os seus comités executivos eram uma fonte constante de dificuldade nos primeiros anos do sistema soviético e é pouco provável que as secções locais do Narkomnats tenham sido uma excepção a essa regra. O atrito entre os representantes do Narkomnats e do Narkomindel nas repúblicas independentes levou a um decreto de 8 de Junho de 1922 que nomeou os primeiros «conselheiros» sobre a instituição diplomática⁷⁴. Atritos de outra espécie depreendem-se de uma ordem do Sovnarkom às autoridades de alojamento de Moscovo «para reservarem para o Narkomnats, como questão de extrema urgência, alojamento para todas as suas delegações»⁷⁵. O estatuto revisto de 1922 deu ao Narkomnats o direito «de estabelecer comités federais para os assuntos de Commissariados do Povo específicos», com o fim louvável de «harmonizar a actividade dos commissariados

⁷² *ibid.*, n.º 42 (98), 31 de Dezembro de 1920, n.º 1 (99), 13 de Janeiro de 1921.

⁷³ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 153-61, arts. 194-204.

⁷⁴ *Sobranie Uzakonenii*, 1922, n.º 40, art. 474.

⁷⁵ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 150, art. 189.

do povo centrais com o seu trabalho nas repúblicas e regiões autónomas»⁷⁶ — interferência que, embora perfeitamente justificada do ponto de vista das nacionalidades, não é provável que tenha sido bem recebida pelos comissariados em questão. A importância fulcral conferida agora à política económica e os primeiros progressos do planeamento, em particular, encorajavam a opinião de que a autoridade podia ser descentralizada mais eficientemente através de um sistema de regiões económicas que de um de regiões nacionais. Em geral, a questão das nacionalidades parecia, com a estabilização do sistema político, ter perdido alguma da sua agudeza e importância iniciais. As desvantagens de um Comissariado do Povo das Nacionalidades especial começaram a pesar mais que as vantagens. Quando se constituiu a União Soviética, na primeira metade de 1923, introduziu-se na nova constituição o Conselho das Nacionalidades como segunda câmara do VTsIK e, no dia seguinte ao da entrada em vigor da nova constituição, o Narkomnats foi abolido⁷⁷.

Numa visão retrospectiva, o Narkomnats foi um instrumento bem concebido para atrair o apoio das nacionalidades não-russas para a política de cooperação e, eventualmente, de unificação com Moscovo e para assegurar a execução desta política da forma mais susceptível de as apaziguar ou de não as ofender desnecessariamente. Nesse sentido, garantiu o respeito pelos direitos de grupos não-russos que permaneceram dentro do sistema soviético; encorajou as suas línguas e culturas e o desenvolvimento dos seus sistemas educativos; em questões económicas, proporcionou um canal para tornarem conhecidos os seus pontos de vista e podia, em linhas gerais, ser considerado como seu protector. Mas, com o decorrer do tempo, qualquer tendência para procurar a principal função das secções do Narkomnats na «defesa jurídica dos direitos legais das nacionalidades por elas representadas» foi expressamente desaprovada⁷⁸. Fosse qual fosse a sua intenção original, o carácter essencial do Narkomnats como

⁷⁶ *Konstitutsii i Konstitutsionnye Akty RSFSR, 1918-1937* (1940), p. 136.

⁷⁷ *Sobranie Uzakonenii, 1923*, n.º 66, art. 639. O decreto foi emitido pelo comité executivo central da RSFSR, não pelo novo VTsIK da URSS.

⁷⁸ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 148, art. 185.

órgão do governo central tornava-o primeiro que tudo um instrumento de centralização; a este respeito, o seu desenvolvimento pode associar-se sem parcialidade não só com toda a evolução da estrutura constitucional soviética, mas também com a personalidade e opiniões do seu primeiro e único comissário, que, por maior que fosse a sua lealdade à política nacional de Lenine, se revelou um forte centralizador. Foi um instrumento para manter um ponto de reunião entre os fragmentos dispersos do antigo Império Russo, durante tempos conturbados, e para os trazer quase todos de volta, quando passaram as dificuldades, para o seio da União Soviética. Tinha então, nos termos do decreto que o aboliu, «completado a sua missão fundamental de preparação para o labor de formar repúblicas e regiões nacionais e uni-las numa união de repúblicas»; e a sua existência tinha, logicamente, chegado ao fim.

A AUTODETERMINAÇÃO NA PRÁTICA

a) *As regiões periféricas ocidentais*

As únicas partes do império czarista em que a exigência de completa independência nacional se seguiu imediatamente à Revolução de Fevereiro foram a Polónia e a Finlândia. Ambos estes países possuíam uma classe dirigente nativa bem desenvolvida e numerosa — na Polónia, terratenente e feudal, na Finlândia, comercial e burguesa — que tinha conduzido o movimento nacional e era capaz de administrar os assuntos da nação. Antes de 1917, o que se tinha reivindicado em ambos os países tinha sido autonomia e não independência nacional; esta limitação devia-se, em parte, talvez ao receio da revolução social que a independência completa podia desencadear. Lenine tinha diagnosticado a segunda destas causas, alguns anos antes:

Há duas nações na Rússia que são cultivadíssimas e, em virtude de toda uma série de condições históricas e sociais, diferenciadíssimas e que poderiam facilíma e 'naturalísimamente' exercer o seu direito de separação. A experiência da Revolução de 1905 mostrou que, mesmo nestas duas nações, as classes dirigentes, os terratenentes e a burguesia, renunciaram à luta revolucionária pela liberdade e procuram uma aproximação com as classes dirigentes da Rússia e com a monarquia czarista *por medo* do proletariado revolucionário da Finlândia e da Polónia¹.

¹ Lenin, *Sochineniya*, XVI, 508. A Conferência de Praga de 1912 tinha aprovado uma resolução de «solidariedade total com o fraterno

Mas, desde que eclodiu a revolução na própria Rússia, estas inibições desapareceram e a exigência de independência nacional desenvolveu-se rapidamente. A reacção do Governo Provisório não foi, contudo, uniforme nos dois casos. A Polónia estava, por esta altura, totalmente ocupada pelos alemães e os Impérios Centrais estavam já a oferecer a independência a um estado polaco fantoche. O Governo Provisório russo dificilmente podia fazer menos e estava em posição de prometer sem qualquer obrigação imediata de cumprir. Emitiu uma proclamação em que se comprometia ao reconhecimento de uma Polónia independente, embora a proclamação não estivesse, como o prudente Milyukov, então Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, admitiu mais tarde, vazada em «linguagem jurídica precisa» e reservasse a uma futura assembleia constituinte russa o direito de «dar o seu consentimento à modificação do território russo que será indispensável para a formação de uma Polónia livre»². Com respeito à Finlândia, que estava ainda fora da zona de operações militares, o Governo Provisório procurou ganhar tempo e foi censurado mais de uma vez pelos bolcheviques pela sua atitude de má vontade³.

Depois da Revolução de Outubro, o Governo Soviético aceitou incondicionalmente a independência da Polónia e não se julgaram necessárias quaisquer medidas formais para a regularizar, embora, dez meses mais tarde, um decreto que cancelava uma longa lista de acordos anteriores com a Alemanha e a Áustria-Hungria, entre os quais acordos sobre assuntos como direitos de autor, extradição, reconhecimento mútuo de certificados consulares e inspecção sanitária, contivesse também a seguinte cláusula:

Todos os tratados e instrumentos concluídos pelo governo do antigo Império Russo com o governo do reino da Prússia

Partido Social-Democrata Finlandês» na luta comum pelo «derrubamento do czarismo e pela liberdade dos povos russos e finlandês». A questão da autodeterminação ou independência não foi levantada (*VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 191).

² P. Milyukov, *Istoriya Vtoroi Russkoi Revolyutsii* (Sofia, 1921), I, 64. A proclamação encontra-se em *Revolyutsiya il Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed S. M. Dimanshtein, III (1930), pp. 57-8; há traduções em S. Filasiewicz, *La Question Polonaise pendant la guerre mondiale* (1920), n.º 75 e P. Roth, *Die Entstehung des polnischen Staates* (1926), pp. 127-8.

³ Lenin, *Sochineniya*, XX, 323-5, 495.

ou do Império Austro-Húngaro que digam respeito à Polónia, em vista da sua incompatibilidade com o princípio da autodeterminação das nações e com o sentido revolucionário do direito do povo russo, que reconhece o direito inalienável do povo polaco à independência e unidade, são, por este meio, irrevogavelmente anulados⁴.

A Finlândia apresentava dificuldades mais sérias. Embora o governo burguês finlandês parecesse firmemente assente no poder, os sociais-democratas finlandeses eram um partido forte e organizado. Havia ainda na Finlândia tropas russas que poderiam ter ajudado os seus camaradas finlandeses. O momento pode perfeitamente ter parecido maduro para uma revolução proletária. Esta crença inspirou manifestamente o aparecimento de Estaline num congresso do Partido Social-Democrata Finlandês, em Helsingfors, em 14/27 de Novembro de 1917, onde fez o seu primeiro discurso público como Comissário do Povo das Nacionalidades⁵. Não obstante, o princípio da autodeterminação nacional, incluindo o direito de secessão, era claro e as promessas bolcheviques incontrovertíveis. Quando o governo finlandês insistiu com a sua pretensão, o Governo Soviético não teve outra opção que reconhecer a independência nacional da Finlândia. A resolução com esta finalidade, aprovada pelo Sovnarkom em 18/31 de Dezembro de 1917, foi confirmada pelo VTsIK, quatro dias depois⁶. Que a decisão causou algumas apreensões, demonstrou-a a sua defesa por Estaline, durante a discussão no VTsIK:

Na realidade, o Conselho de Comissários do Povo deu, contra sua vontade, liberdade, não ao povo, mas à burguesia da Finlândia, que, por uma estranha conjugação de circunstâncias, recebeu a independência das mãos da Rússia socialista. Os trabalhadores e sociais-democratas finlandeses encontravam-se na posição de terem de receber a liberdade, não directamente das mãos de socialistas, mas com a ajuda da burguesia finlandesa.

⁴ *Sobranie Uzakonenii. 1917-1918*, n.º 64, art. 698. A data do decreto é 29 de Agosto de 1918; é de presumir que teve origem na assinatura em Berlim, em 27 de Agosto de 1918, de três tratados germano-soviéticos suplementares ao de Brest-Litovsk.

⁵ Stalin, *Sochineniya*, IV, 1-5.

⁶ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 11, art. 163.

Estaline qualificou isto de «a tragédia do proletariado finlandês» e atribuiu-o à «indecisão e incompreensível cobardia» dos sociais-democratas finlandeses⁷.

Assim censurados e encorajados, os sociais-democratas finlandeses tentaram tomar o poder por um golpe revolucionário, em Janeiro de 1918, e, na guerra civil que se seguiu, receberam auxílio das forças soviéticas ainda na Finlândia. O Governo Soviético encontrou-se na situação anómala de reconhecer tanto o governo burguês de um país vizinho como um governo operário em embrião que procurava derrubar este. Em 1 de Março de 1918, concluiu-se mesmo um tratado entre a «República Soviética Federal Russa» e a «República Operária Socialista Finlandesa»⁸. Não foi a única, nem mesmo a primeira, ocasião deste tipo; uma situação semelhante tinha já surgido, algumas semanas antes, na Ucrânia. E não se tinha ainda inventado a oportuna divisão de funções entre o Governo Soviético e o Comintern. Mas este dilema não tinha relação com a questão formal da independência finlandesa, pois podia bem ter surgido igualmente num país estrangeiro. A guerra civil finlandesa foi travada com grande encarniçamento e só terminou com a chegada de tropas alemãs chamadas pelo Governo burguês finlandês para decidir a questão. A partir daí, ficou firmemente estabelecido na Finlândia o regime burguês e as relações entre a Rússia Soviética e a Finlândia foram as de estados separados e independentes.

Lenine, nos seus discursos de 1917, associava frequentemente a Ucrânia à Polónia e à Finlândia como uma nação cuja pretensão de independência era aceite sem reservas pelos bolcheviques. Num artigo de Junho de 1917, ele denunciou o Governo Provisório por não cumprir o seu «dever democrático elementar» declarando-se «pela autonomia e pela liberdade total de secessão da Ucrânia»⁹. O paralelo estava, contudo, longe de ser perfeito. A constituição e história peculiares da população ucraniana — campesinato, proletariado e intelligentsia — criavam no movimento nacional ucraniano

⁷ Stalin, *Sochineniya*, IV, 224.

⁸ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 120-1.

⁹ Lenin, *Sochineniya*, XX, 539-41.

ambiguidades e contracorrentes de que os movimentos polaco e finlandês estavam isentos.

O campesinato ucraniano não só era a vasta maioria da população como constituía a única parte que tinha atrás de si uma longa tradição. Os seus rancores sociais e económicos — sempre a base do nacionalismo camponês — dirigiam-se contra os proprietários de terras, predominantemente polacos, a oeste do Dnieper, e, nos outros sítios, russos, e contra os comerciantes e usurários, quase exclusivamente judeus. A sua religião ortodoxa unia-o à Igreja Russa e fazia com que tanto o catolicismo polaco como o judaísmo lhe fossem estranhos. O nacionalismo ucraniano era, por conseguinte, de carácter anti-semita e anti-russo. O chefe cossaco do século XVII Bohdan Khmelnytsky, que era um herói nacional popular, embora ele próprio de origem polaca, tinha conduzido os camponeses ucranianos contra os seus senhores polacos e prestado preito a Moscovo. Os camponeses ucranianos ou pequenos russos estavam conscientes do que os separava dos grão-russos, mas reconheciam-se como russos no sentido lato e falavam uma língua reconhecivelmente aparentada. Podia-se ressentir a supremacia política de Moscovo ou Petrogrado. Kiev era uma capital russa. Um nacionalismo ucraniano que contasse antes de mais nada com um sentimento de hostilidade em relação à Rússia não exercia grande atracção sobre o campesinato:

Ao nível seguinte, a situação complicava-se pela falta de um proletariado ucraniano indígena. Os novos centros industriais, que se tornaram cada vez mais importantes depois do dobrar do século, eram povoados em grande parte por imigrantes do Norte, tanto operários como administradores; Karkov, a maior cidade industrial da Ucrânia, era também a mais grão-russa. Este elemento, combinado com a classe dos funcionários e dos membros das profissões liberais, dava um fundo predominantemente grão-russo à cultura urbana da Ucrânia. O efeito sobre a situação de 1917 foi característico. Em toda a Rússia, a força dos bolcheviques residia na população urbana e nos trabalhadores da indústria. Na Ucrânia, estes grupos eram não só fracos em número — as eleições

¹⁰ Esta situação persistiu: ainda em 1923 se observava que «a composição do partido (na Ucrânia) é russo-judia» (*Dvenadtsatyi S'ezd. Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 562).

para a Assembleia Constituinte, em Novembro de 1917, deram aos bolcheviques apenas 750 000 votos na Ucrânia — como predominantemente grão-russos. Isto conferia aos bolcheviques na Ucrânia a dupla desvantagem de serem não só um movimento estrangeiro como também um movimento de cidadãos. A coincidência da divisão nacional com a clivagem entre a cidade e o campo mostrou-se tão embaraçosa para os nacionalistas como para os bolcheviques.

O movimento nacional ucraniano não suscitou, nesta fase, qualquer reacção ampla, quer do camponês, quer do trabalhador industrial. Permaneceu a criação de um pequeno, mas dedicado, grupo de intelectuais oriundos sobretudo das profissões docentes e literárias e do clero e que ia desde professores universitários a professores primários de aldeia; e recebeu encorajamento e apoio das mesmas classes da população ucraniana da Galícia Oriental, através da fronteira austríaca. Desta forma, o nacionalismo ucraniano dirigia-se contra a opressão, já não do terratenente polaco ou do comerciante judeu, mas do burocrata russo. Mas mesmo aqui é necessária alguma reserva. Os primeiros paladinos do movimento eram mais impulsionados pelo ódio aos czares que aos grão-russos como tais: eram tão revolucionários como nacionalistas, trazendo, como disse um governador-geral russo na década de 1880, as obras de Chevtchenko, o poeta nacional ucraniano, num bolso e as obras de Karl Marx no outro¹¹, embora a tradição e um fundo camponês os aliasse mais com os *narodniks* ou com os anarquistas que com os marxistas. A crescente prosperidade económica, bem como a força do exemplo estrangeiro, afastou gradualmente o movimento da causa da revolução social. Os primeiros anos do século XX testemunharam o crescimento, aqui como no resto da Rússia, de uma intelligentsia inspirada pelos ideais da democracia liberal, que se combinava bem facilmente com o nacionalismo ucraniano. Mas este grupo permaneceu demasiado pequeno, demasiado isolado das massas e, por conseguinte, demasiado ineficaz politicamente para formar o núcleo de uma classe dirigente nativa. Incapaz de exercer qualquer atracção social-revolucionária sobre as massas, foi forçado a confiar a sua força de atracção nacional a uma campanha contra a opressão política e cultural de Moscovo. Esta era bem real; a pros-

¹¹ Citado em W. Kolarz, *Myths and Realities in Eastern Europe* (1946), p. 68.

crição da literatura e dos jornais ucranianos, imposta na década de 1870, foi mitigada em 1905, apenas para voltar a ser imposta com todo o rigor em 1914. Mas estas restrições pouco significavam para o camponês e menos que nada para o trabalhador industrial grão-russo, de forma que o movimento, não tendo nenhum apoio sólido no interior, foi obrigado a procurar protecção estrangeira, voltando-se sucessivamente para os Austríacos¹², para os Franceses, para os Alemães e, finalmente, para os polacos, e estes expedientes acabaram por desacreditar um movimento cujos protagonistas se vendiam tão facilmente a potências estrangeiras. Por detrás destas fraquezas e dificuldades internas do nacionalismo ucraniano estava o facto patente da dependência económica da Ucrânia para qualquer estado russo. A Ucrânia compreendia um quinto da população da Rússia czarista; a sua terra era a mais fértil da Rússia, as suas indústrias contavam-se entre as mais modernas; a sua mão de obra industrial, bem como os quadros administrativos da indústria, era sobretudo grão-russa; o seu carvão e ferro, enquanto os recursos dos Urais estivessem relativamente pouco desenvolvidos, eram indispensáveis à indústria russa no seu conjunto. Se a reivindicação ucraniana de secessão tivesse sido tão definida como a da Polónia ou da Finlândia, teria sido muito mais difícil de harmonizar com as realidades económicas. Mas é justo reconhecer que as próprias reivindicações não eram comparáveis. Trotsky vituperou mais tarde a burguesia russa sob a direcção de Kerensky por ter mostrado relutância «em concordar com a 'autonomia' do trigo da Ucrânia, do carvão do Don e do minério de Krivoi Rog»¹³. Mas a interdependência económica da Rússia industrial e da Ucrânia era um facto que transcendia as formas de organização social ou política.

Este movimento nacional rudimentar recebeu um forte impulso da Revolução de Fevereiro. Encontrou três chefes: Hruचेvsky, um professor erudito cuja *História da Ucrânia* proporcionou uma base literária e histórica ao movimento; Vinnitchenko, um intelectual revolucionário que tinha desempenhado um certo papel nos acontecimentos de 1905; e

¹² A primeira «união para a libertação da Ucrânia» foi organizada em Viena, depois da eclosão da guerra, em 1914.

¹³ L. Trotsky, *Istoriya Russkoi Revolyutsii*, II (Berlim, 1933), ii, 48.

Petlyura, homem feito pelo seu próprio esforço que tinha tentado muitos ofícios, sendo o jornalismo o mais recente.

Os dois primeiros eram nacionalistas sinceros, o terceiro, um aventureiro enérgico. Em Março de 1917, constituiu-se, sob a presidência de Hruchevsky, uma Rada (ou Soviete) ucraniana central, que representava socialistas-revolucionários, sociais-democratas, federalistas sociais (um grupo radical ucraniano) e minorias nacionais. Em Abril, conseguiu o beneplácito de um congresso nacional ucraniano. Parece não ter tido carácter formalmente representativo e, a princípio, em conformidade com o carácter fundamentalmente social e cultural do movimento, não se reclamaram nem exerceram funções políticas. A pouco e pouco, porém, a Rada surgiu como uma assembleia nacional embrionária de cerca de 600 membros. Em 13 de Junho de 1917, depois de várias tentativas de negociar com o Governo Provisório de Petrogrado, publicou um decreto (o «primeiro universal»), que proclamava uma «república ucraniana autónoma», embora «sem separação da Rússia e sem rompimento com o estado russo» e instituiu um «secretariado-geral», com Vinnitchenko à cabeça, que não tardou a assumir a forma e funções de um governo nacional. O Governo Provisório de Petrogrado, cujas tácticas tinham, durante todo o tempo, sido de dilacção, concedeu parcial e relutantemente o direito de autonomia, sempre sujeito à decisão final da Assembleia Constituinte. Mas isto era mais um sintoma da fraqueza do Governo Provisório que de qualquer grande força da Rada e do secretariado geral¹⁴.

Depois da Revolução de Outubro, em Petrogrado, o colapso virtual da autoridade no centro estimulou ainda mais o movimento de independência. Em 7/20 de Novembro de 1917, a Rada proclamou uma República Popular Ucraniana, embora a proclamação (o «terceiro universal») repetisse especificamente a intenção de «não se separar da república russa e manter a sua unidade» e de a ajudar a «transformar-se numa federação de povos iguais e livres»¹⁵. O secretariado-

¹⁴ Em F. A. Golder, *Documents of Russian History*, (1927), pp. 435-43, estão traduzidos documentos deste período; a descrição mais completa dos partidos ucranianos é fornecida por B. Krupnycky, *Geschichte der Ukraine* (Leipzig, 1939), pp. 283-4. O «primeiro universal» encontra-se em *Revolutsiya in Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 161-4.

¹⁵ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 423-5; em *Revolutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*,

-geral tornou-se então um governo regular, com Vinnitchenko como primeiro-ministro e Petlyura como secretário para as questões militares. Mas, dada a política declarada do Governo Soviético, tudo isto não implicava necessariamente uma cisão entre Kiev e Petrogrado; e, durante algum tempo, mantiveram-se relações correctas. E o processo de separação também não foi levado muito longe na prática. Ainda em 29 de Novembro/12 de Dezembro de 1917, a Rada pedia em dos ao Banco Estadual de Petrogrado para pagar aos seus empregados dos caminhos de ferro¹⁶. A não anuência a esta solicitação obrigou a Rada a emitir o seu primeiro papel-moeda, em Dezembro de 1917¹⁷.

Antes de ter passado um mês sobre a revolução, contudo, as relações eram já seriamente tensas. Os soviets tinham feito a sua aparição em várias partes da Ucrânia, durante o Verão de 1917, especialmente um soviete de deputados operários e um soviete separado de soldados em Kiev.¹⁸ Depois da Revolução de Outubro, estes uniram-se e o encorajamento que lhes foi dado pelo Governo Soviético de Petrogrado¹⁹ levou a acusações de tentativas deliberadas para minar a autoridade da Rada. O ponto de ruptura deu-se com a organização de um exército antibolchevique no Don pelos generais «brancos» Kornilov e Kaledine, este último ataman dos cosacos do Don²⁰. As razões de queixa específicas do Governo

ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 196-7, cita-se erradamente uma proclamação sobre a defesa nacional como o «terceiro universal». Segundo um membro do Bund, foi a insistência dos membros bundistas e mencheviques da Rada que conseguiu a inclusão na proclamação da cláusula sobre a manutenção da unidade da Rússia (M. G. Rafes, *Dva Goda Revolyutsii na Ukraine* (1920), p. 57).

¹⁶ *Revolyuetsiya 1917 goda*, ed. I. N. Lyubimov, 1930), VI, 236-7.

¹⁷ Vinnichenko, *Vidrodzhenia Natsii* (Viena, 1920), II, 230.

¹⁸ E. Bosh, *God Bor'by* (1925), pp. 54-7.

¹⁹ Um artigo de Estaline na *Pravda* de 24 de Novembro/7 de Dezembro de 1917 continha um apelo urgente «em prol da criação de um congresso regional de deputados operários, camponeses e soldados na Ucrânia»; o artigo não está reproduzido nas obras completas de Estaline.

²⁰ Os cosacos eram descendentes de colonos fronteiriços que, em diferentes alturas, do século quinze ao dezoito, tinham adquirido terras, por conquista ou por doação dos czares, nas expostas regiões fronteiriças do império moscovita, conservando-as em troca da obrigação perpétua de cumprir serviço militar. No século dezanove, tinham-se tornado num esteio do regime. Estavam organizados numa dúzia de grandes comunidades militares, conhecidas como *voiska* ou

Petlyura, homem feito pelo seu próprio esforço que tinha tentado muitos ofícios, sendo o jornalismo o mais recente.

Os dois primeiros eram nacionalistas sinceros, o terceiro, um aventureiro enérgico. Em Março de 1917, constituiu-se, sob a presidência de Hruchevsky, uma Rada (ou Soviete) ucraniana central, que representava socialistas-revolucionários, sociais-democratas, federalistas sociais (um grupo radical ucraniano) e minorias nacionais. Em Abril, conseguiu o beneplácito de um congresso nacional ucraniano. Parece não ter tido carácter formalmente representativo e, a princípio, em conformidade com o carácter fundamentalmente social e cultural do movimento, não se reclamaram nem exerceram funções políticas. A pouco e pouco, porém, a Rada surgiu como uma assembleia nacional embrionária de cerca de 600 membros. Em 13 de Junho de 1917, depois de várias tentativas de negociar com o Governo Provisório de Petrogrado, publicou um decreto (o «primeiro universal»), que proclamava uma «república ucraniana autónoma», embora «sem separação da Rússia e sem rompimento com o estado russo» e instituiu um «secretariado-geral», com Vinnitchenko à cabeça, que não tardou a assumir a forma e funções de um governo nacional. O Governo Provisório de Petrogrado, cujas tácticas tinham, durante todo o tempo, sido de dilação, concedeu parcial e relutantemente o direito de autonomia, sempre sujeito à decisão final da Assembleia Constituinte. Mas isto era mais um sintoma da fraqueza do Governo Provisório que de qualquer grande força da Rada e do secretariado geral¹⁴.

Depois da Revolução de Outubro, em Petrogrado, o colapso virtual da autoridade no centro estimulou ainda mais o movimento de independência. Em 7/20 de Novembro de 1917, a Rada proclamou uma República Popular Ucraniana, embora a proclamação (o «terceiro universal») repetisse especificamente a intenção de «não se separar da república russa e manter a sua unidade» e de a ajudar a «transformar-se numa federação de povos iguais e livres»¹⁵. O secretariado-

¹⁴ Em F. A. Golder, *Documents of Russian History*, (1927), pp. 435-43, estão traduzidos documentos deste período; a descrição mais completa dos partidos ucranianos é fornecida por B. Krupnycky, *Geschichte der Ukraine* (Leipzig, 1939), pp. 283-4. O «primeiro universal» encontra-se em *Revolutsiya in Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 161-4.

¹⁵ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 423-5; em *Revolutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*,

-geral tornou-se então um governo regular, com Vinnitchenko como primeiro-ministro e Petlyura como secretário para as questões militares. Mas, dada a política declarada do Governo Soviético, tudo isto não implicava necessariamente uma cisão entre Kiev e Petrogrado; e, durante algum tempo, mantiveram-se relações correctas. E o processo de separação também não foi levado muito longe na prática. Ainda em 29 de Novembro/12 de Dezembro de 1917, a Rada pedia fundos ao Banco Estadual de Petrogrado para pagar aos seus empregados dos caminhos de ferro¹⁶. A não anuência a esta solicitação obrigou a Rada a emitir o seu primeiro papel-moeda, em Dezembro de 1917¹⁷.

Antes de ter passado um mês sobre a revolução, contudo, as relações eram já seriamente tensas. Os soviets tinham feito a sua aparição em várias partes da Ucrânia, durante o Verão de 1917, especialmente um soviete de deputados operários e um soviete separado de soldados em Kiev.¹⁸ Depois da Revolução de Outubro, estes uniram-se e o encorajamento que lhes foi dado pelo Governo Soviético de Petrogrado¹⁹ levou a acusações de tentativas deliberadas para minar a autoridade da Rada. O ponto de ruptura deu-se com a organização de um exército antibolchevique no Don pelos generais «brancos» Kornilov e Kaledine, este último ataman dos cossacos do Don²⁰. As razões de queixa específicas do Governo

ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 196-7, cita-se erradamente uma proclamação sobre a defesa nacional como o «terceiro universal». Segundo um membro do Bund, foi a insistência dos membros bundistas e mencheviques da Rada que conseguiu a inclusão na proclamação da cláusula sobre a manutenção da unidade da Rússia (M. G. Rafes, *Dva Goda Revolyutsii na Ukraïne* (1920), p. 57).

¹⁶ *Revolutsiia 1917 goda*, ed. I. N. Lyubimov, (1930), VI, 236-7.

¹⁷ Vinnichenko, *Vidrodzhenia Natsii* (Viena, 1920), II, 230.

¹⁸ E. Bosh, *God Bor'by* (1925), pp. 54-7.

¹⁹ Um artigo de Estaline na *Pravda* de 24 de Novembro/7 de Dezembro de 1917 continha um apelo urgente «em prol da criação de um congresso regional de deputados operários, camponeses e soldados na Ucrânia»; o artigo não está reproduzido nas obras completas de Estaline.

²⁰ Os cossacos eram descendentes de colonos fronteiriços que, em diferentes alturas, do século quinze ao dezoito, tinham adquirido terras, por conquista ou por doação dos czares, nas expostas regiões fronteiriças do império moscovita, conservando-as em troca da obrigação perpétua de cumprir serviço militar. No século dezanove, tinham-se tornado num esteio do regime. Estavam organizados numa dúzia de grandes comunidades militares, conhecidas como *voiska* ou

Soviético contra a Rada assumiram uma forma predominantemente militar. A Rada estava a tentar efectuar uma separação dos exércitos fazendo regressar todas as unidades ucranianas à Ucrânia e ajudando assim mais a desorganizar as frentes existentes e a confundir o processo de desmobilização; estava a desarmar unidades soviéticas e da Guarda Vermelha em solo ucraniano; e estava a recusar-se a permitir às forças soviéticas que passassem pela Ucrânia para formarem uma frente contra os «brancos», ao mesmo tempo que dava passagem a formações cossacas em marcha para se unirem a

hordas, que se estendiam desde o Don, através da Ásia Central, até à Sibéria Oriental. A frente de cada comunidade, havia um ataman eleito que gozava de poderes quase ditatoriais, embora fosse nominalmente responsável perante um conselho eleito. No dia a seguir à revolução de Outubro, Kaledine, ataman dos cossacos do Don, proclamou um governo cossaco independente no Don; medidas semelhantes foram tomadas pelos atamans dos cossacos de Kuban e de Terek. Dutov, ataman dos cossacos de Oremburgo, e Semenov, ataman dos cossacos do Ussuri, organizaram também forças antibolcheviques, no primeiro Inverno da revolução. Os cossacos do Sul da Rússia foram o núcleo do que se tornou, sob a chefia de Kornilov e, mais tarde de Denikine, o exército voluntário «branco».

As desigualdades na posse da terra tinham, no entanto, criado divisões de interesses entre cossacos ricos e pobres; e, estimulado pelo cansaço da guerra, começou, depois da Revolução de Fevereiro, a surgir descontentamento entre os cossacos de condição inferior.

M. Philips Price, em *War and Revolution in Asiatic Russia* (1918), pp. 294-5, descreve uma revolta dos cossacos do Norte do Cáucaso contra os seus chefes, em Março de 1917. Os bolcheviques puderam explorar este descontentamento. O decreto sobre a terra de 26 de Outubro/8 de Novembro de 1917 eximia da expropriação «terras de cossacos que são soldados rasos». Pouco depois, uma delegação de cossacos foi encorajada por Lenine e Trotsky a dividir as terras dos grandes proprietários e a formar sovietes cossacos (John Reed, *Ten Days That Shook the World* (N. L., 1919), p. 288). Em Novembro de 1917, entraram para o VTsIK cinco delegados cossacos e o congresso de sovietes, a partir da terceira sessão, tornou-se o «Congresso Pan-russo de Sovietes de Deputados Operários, Camponeses, Cossacos e Soldados» (*Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), p. 81). Em Dezembro de 1917, um decreto dirigido «A Todos os Trabalhadores Cossacos» aboliu a obrigação de serviço militar e as limitações à liberdade de movimento, ofereceu uniforme e equipamento aos que se dispusessem a servir voluntariamente e prometeu uma resolução da questão agrária (*Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 8, art. 68). Em Fevereiro de 1918, os cossacos do Don mais jovens tinham «sido sensíveis à propaganda bolchevique e tinham-se sublevado contra os pais e o governo de Kaledine» (*Foreign Relations of the United States, 1918: Russia, II* (1932), 621). Em Setembro de 1918, criou-se uma secção cossaca do VTsIK, que publicava um jornal intitulado *Klich Tridovyykh Kazakov*; o seu

Kaledine no Don²¹. A conclusão do armistício com os Impérios Centrais, em Brest-Litovsk, em 2/15 de Dezembro de 1917, aliviou a pressão sobre os escassos recursos militares do Governo Soviético. Em 4/17 de Dezembro de 1917, enviou-se e tornou-se simultaneamente pública uma extensa comunicação à Rada ucraniana. Começava por, em nome do princípio da autodeterminação, reconhecer a «República Popular Ucraniana», mas prosseguia com uma acusação à Rada de prosseguir uma «política burguesa equívoca que há muito se exprimiu numa recusa da Rada em reconhecer os soviets e o poder soviético na Ucrânia» e exigia o abandono imediato das três práticas acima enumeradas. Incluía também a exigência positiva de que a Rada «prestasse auxílio aos exércitos revolucionários na sua luta contra a sublevação anti-revolucionária cadetes-Kaledine». Se estas questões não fossem respondidas satisfatoriamente no prazo de quarenta e oito horas, considerar-se-ia que a Rada estava «em estado de guerra aberta contra o poder soviético na Rússia e na Ucrânia»²². E, por trás destas recriminações políticas, agitan-

relatório correspondente ao primeiro ano de actividades (*Kazachii Otdel: Kratkii Istoricheskii Oчерk i Otchet Kazach'ego Otdela VTsIK po Oktyabr' 1919 g.* (1919) é uma fonte valiosa. Durante a guerra civil, fizeram-se numerosos apelos aos cossacos para apoiarem a revolução, que culminaram num do Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes, em Novembro de 1919 (*7i Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1920), pp. 55-6). É difícil avaliar o efeito destes esforços: a verdade é que o grosso das forças cossacas estava do lado dos «brancos». Depois da guerra civil, as comunidades cossacas assimilaram-se gradualmente ao resto da população. Mas os cossacos mantiveram o seu título como um dos quatro grupos constituintes do poder soviético, até à fundação da URSS, altura em que os nomes dos grupos separados caíram em desuso. O papel dos cossacos na revolução forneceria assunto para uma útil monografia; em Bunyan and Fisher, *The Bolshevik Revolution, 1917-1918* (Stanford, 1934), pp. 401-6, citam-se outras fontes e há um artigo informativo em *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 6 (63), 15 de Fevereiro de 1920.

²¹ Num relatório posterior ao VTsIK, Estaline insistiu em que foram estas três questões e não a questão da autodeterminação (sobre a qual «o Sovnarkom vai mais longe que a Rada, admitindo mesmo o direito de separação») que causaram a cisão (Stalin, *Sochineniya*, V, 15-17).

²² O texto está publicado em *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 6, art. 90, e em Lenin, *Sochineniya*, XXII, 121-3. De acordo com as notas deste último, o corpo da declaração foi redigido por Lenine e o ultimato final, por Trotsky (ibid., XXII, 591). As causas da ruptura são discutidas mais extensamente por Estaline, num artigo do *Pravda* (Stalin, *Sochineniya*, IV, 6-14). Segundo M. Philips Price, *My Reminis-*

tava-se a ameaça crescente da fome em Petrogrado e Moscovo e a necessidade urgente de cereais ucranianos. «Se quereis comida», escreveu Radek no *Pravda*, «gritai 'morte à Rada'»²³.

A ameaça de Petrogrado produziu a reacção que se esperava. A tendência natural do movimento nacional ucraniano, confrontado com poder russo superior, a colocar-se sob protecção estrangeira foi, mais uma vez, exemplificada. Tinha permanecido algum tempo em Kiev uma missão militar francesa sob o comando do General Tabouis. Em que momento exacto começaram os esforços para induzir a Rada «a reconstituir uma força de resistência e continuar fiel aos aliados», não se sabe. Mas estes esforços são referidos no que parece ser a primeira comunicação formal do General Tabouis a Vinnitchenko, datada de 5/18 de Dezembro de 1917 — o dia a seguir ao ultimato de Petrogrado — e que pede pormenores do «auxílio financeiro e técnico» que a República Ucraniana desejava receber da França²⁴. O facto de um acordo franco-ucraniano depressa se tornou conhecido em Moscovo, onde Estaline publicou no *Pravda*, em 15/28 de Dezembro de 1917, o que pretendia ser um telegrama interceptado da missão francesa à Rada²⁵. Em Kiev, o General Tabouis anunciou a sua nomeação como comissário da República Francesa junto do governo da República Ucraniana e, em 29 de Dezembro de 1917/11 de Janeiro de 1918, informou Vinnitchenko de que a França apoiaria a República Ucraniana com todas as suas forças morais e materiais. Um representante britânico em Kiev fez, pela mesma altura, uma declaração semelhante²⁶.

cences of the Russian Revolution (1921), pp. 198-9, Pyatakov, ele próprio de origem ucraniana, foi o principal defensor da acção militar contra a Rada: ele era contra o princípio de autodeterminação nacional ver (atrás, pp. 294-5 e 301).

²³ *Pravda*, 2/15 de Janeiro de 1918.

²⁴ Vinichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 232-3.

²⁵ Stalin, *Sochineniya*, IV, 19-21. As opiniões correntes em Petrogrado na altura estão relatadas com vivacidade em M. Philips Price. *My Reminiscences of the Russian Revolution* (1921), pp. 192-5.

²⁶ Esta correspondência está publicada por Vinnitchenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 231-43, que tem o cuidado de salientar que ela é efectivamente anterior à proclamação da independência da Ucrânia, no «quarto universal» de 9/22 de Janeiro de 1918. Em 7 de Janeiro de 1918, o governo francês informou Washington de que tinha decidido reconhecer a Rada «como governo independente» (*Foreign Relations of the United States, 1918: Rússia*, II (1932), 655).

Do lado bolchevique, a decisão implícita no ultimato de 4/7 de Dezembro de 1917 de romper com a Rada requeria a pronta formação de uma autoridade alternativa na Ucrânia. No dia anterior ao ultimato, teve início um Congresso Pan-Ucraniano de Deputados Operários, Soldados e Camponeses. Em preparação para o congresso, o partido bolchevique local tinha-se reunido e tinha-se rebaptizado como «Partido Operário Social-Democrata Russo (Bolcheviques) da Social-Democracia da Ucrânia» — um título híbrido que procurava algo desajeitadamente harmonizar a unidade do partido com uma concessão ao sentimento nacional ucraniano; mas isto não salvou os bolcheviques de serem silenciados no congresso pelos partidários da Rada²⁷. Uma resposta insatisfatória da Rada ao ultimato²⁸ não foi seguida por uma ruptura declarada, em parte, porque nenhum dos lados queria verdadeiramente a guerra, em parte, porque o Governo Soviético tinha agora encontrado um meio melhor de dominar a situação. Os bolcheviques da Ucrânia saíram de Kiev, onde não era ainda possível desafiar o poder da Rada, para Kharkov, onde, em 11/24 de Dezembro de 1917, convocaram um novo Congresso Pan-Ucraniano de Sovietes. Dois dias mais tarde, um «comité central executivo da Ucrânia» eleito pelo congresso telegrafou ao governo de Petrogrado que tinha «assumido plenos poderes na Ucrânia»²⁹; compunha-se sobretudo de bolcheviques, com um punhado de SRs de esquerda³⁰.

A partir desta altura, o Governo Soviético seguiu abertamente uma política dupla. Por um lado, saudou esta nova autoridade como «o governo genuíno da República Popular Ucraniana» e dispôs-se a proporcionar-lhe todo o apoio possível tanto «na luta pela paz» como «na transferência de todas as terras, fábricas, oficinas e bancos para o povo trabalhador da Ucrânia»³¹. Não obstante, isto não impediu uma continuação das negociações, através de vários intermediários

²⁷ *Revolyutsiya 1917 goda*, VI, ed. I. N. Lyubimov (1930), 269-71.

²⁸ O texto desta resposta e da troca de correspondência que se lhe seguiu é fornecido *ibid.*, pp. 289-92.

²⁹ *Protokoly Zasedanii VTsIK 2 Sozyva* (1918), pp. 158-9; E. Bosh, *God Bor'by* (1925), p. 81, onde o telegrama está correctamente datado.

³⁰ Para a lista, ver *ibid.*, p. 91.

³¹ *Izvestiya*, 17/30 de Dezembro de 1917, citado em Lenin, *Sochineniya*, XXII, 592.

com a Rada³², nem o reconhecimento relutante das credenciais da delegação dela na conferência de paz de Brest-Litovsk, que não podiam ter sido recusadas sem lançar dúvidas sobre a sinceridade dos protestos bolcheviques de devoção à causa da autodeterminação nacional³³. Mas, nessa altura, como Vinnitchenko admitiu francamente, «a vasta maioria da população ucraniana estava contra nós»³⁴. A área da autoridade da Rada diminuía rapidamente, à medida que cada vez mais das suas forças se dispersavam para os bolcheviques. Em 9/22 de Janeiro de 1918, publicou um «quarto universal», que proclamava finalmente a república ucraniana como «um estado independente, livre e soberano do povo ucraniano», e a independência foi reconhecida pelo governo alemão, dez dias depois³⁵. Enquanto, contudo, se trocavam estas formalidades, exércitos soviéticos cercavam Kiev, onde entraram em 26 de Janeiro/8 de Fevereiro de 1918. A Rada foi derrubada e, alguns dias depois, instalou-se o novo Governo Soviético Ucraniano³⁶.

Não foi este, no entanto, o fim da história. O domínio do Governo Soviético Ucraniano durou menos de três semanas, durante as quais pouco fez para conquistar as boas graças

³² *Revolyutsiya 1917 goda*, VI, ed. I. N. Lyubimov (1930), 375-6, 414.

³³ O carácter anómalo da situação é exemplificado pelo facto de que, ainda em 28 de Dezembro de 1917/10 de Janeiro de 1918, muitos dias depois do reconhecimento por Petrogrado do regime soviético na Ucrânia, Trotsky declarou em Brest-Litovsk, em resposta a Kühlmann que, tendo reconhecido o direito à autodeterminação, a delegação russa não levantava qualquer objecção à participação da delegação ucraniana na conferência de paz (*Mirnye Peregovory v Brest-litovsk*, I, (1920), 52). Numa fase posterior, a delegação russa tentou introduzir delegados do governo de Kharkov na conferência, mas tanto a Rada como os alemães se opuseram a isto.

³⁴ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 216; Hrushevsky, *History of the Ukraine* (trad. ingl. Yale, 1941), pp. 534-5, escreve sobre o efeito da propaganda bolchevique nas forças armadas ucranianas.

³⁵ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 244-52.

³⁶ A autoridade principal para estes acontecimentos é a imprensa da altura; alguns excertos estão reunidos em Lenin, *Sochineniya*, XXII, pp. 591-2. Em Vinnichenko, op. cit., II, 252-6, e em M. Phillips Price, *My Reminiscences of the Russian Revolution* (1921), pp. 198-203, 233-5, encontrar-se-ão esclarecimentos interessantes. Em *Foreign Relations of the United States, 1918: Russia*, II (1932), 675-6, está publicado um relatório do cônsul dos Estados Unidos em Kiev sobre a conquista da cidade pelos bolcheviques.

da população ou para afastar a impressão de uma ocupação por «uma força estrangeira vinda do exterior»³⁷. No momento em que a Rada estava a ser desalojada de Kiev, os seus delegados estavam a assinar um tratado de paz com a Alemanha em Brest-Litovsk. Fiel à tradição de procurar protecção estrangeira contra o poder de Petrogrado, a Rada pediu auxílio à Alemanha, em 12 de Fevereiro de 1918³⁸. Os exércitos alemães varreram rapidamente a Ucrânia e, em 2 de Março de 1918, os bolcheviques abandonaram Kiev às forças da Rada comandadas por Petlyura. Mas nem a acção de graças religiosa celebrada por Petlyura nem a eloquência de Hruchevsky, que regressou a Kiev como presidente da Rada, escondiam a «amarga verdade», admitida por Vinnitchenko, de que a Rada devia a sua restauração aos «canhões alemães»³⁹. Tampouco a sua complacência a salvou por muito tempo. Em fins de Abril, a Rada foi desdenhosamente dissolvida a favor de um governo ucraniano mais eficaz ou mais condescendente, apadrinhado pelos alemães, sob a presidência do comandante militar Skropadsky.

O novo regime era de conveniência militar alemã. Tanto quanto tinha alguma importância na interacção de forças internas na Ucrânia, representava os interesses de grandes proprietários de terras e camponeses ricos, cujo excedente de produção oferecia às autoridades de ocupação a última esperança de voltar a encher os celeiros alemães vazios. Era um regime francamente reaccionário que pouco oferecia aos nacionalistas ucranianos e nada aos defensores da reforma social. Isto não impediu a continuação de negociações de paz entre ele e o Governo Soviético⁴⁰. Do ponto de vista soviético,

³⁷ M. G. Rafes, *Dva Goda Revolvutsii na Ukraine* (1920), p. 77; segundo M. Phillips Price, *My Reminiscences of the Russian Revolution* (1921), pp. 202-3, as poucas tropas soviéticas disciplinadas tinham sido mandadas para a frente do Don e os exércitos da Ucrânia eram levadas improvisadas de aventureiros de todas as espécies que «sem nenhum interesse nem conhecimento da Ucrânia... pretendiam agir como libertadores do povo ucraniano».

³⁸ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 301; texto em *Izvestiya*, 19 de Fevereiro de 1918. Segundo M. G. Rafes, *Dva Goda Revolvutsii na Ukraine* (1920), p. 70, tinha já havido uma forte fracção na Rada, na altura do acordo com o General Tabouis, em Dezembro de 1917, que acreditava que só o auxílio alemão podia conter os bolcheviques.

³⁹ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), II, 296, 299-302.

⁴⁰ Estaline, que esteve inicialmente encarregado destas negociações, defendeu-as numa exposição aos *Izvestiya* (*Sochineniya*, IV, 82-4).

não havia muito por onde escolher entre uma Rada apadrinhada pelos alemães e um comandante militar apadrinhado pelos alemães; e uma delegação soviética prosseguiu discussões inconcludentes, em Kiev, durante o Verão de 1918. A relutância dos bolcheviques em retomar a guerra contra os alemães na Ucrânia foi uma das razões de queixa que os SRs de esquerda repisaram no Quinto Congresso Panrusso de Sovietes, em Moscovo. O assassinio de Eichhorn, o general alemão na Ucrânia, foi, com o de Mirbach, uma tentativa sem êxito de perturbar as relações germano-soviéticas.

A autoridade de Skoropadsky sobre a Ucrânia durou até ao colapso militar alemão de Novembro de 1918. A partir daí, repetiu-se a história do Inverno anterior. Elementos da velha Rada reestabeleceram-se em Kiev como «directório ucraniano», com Vinnitchenko como presidente e Petlyura, a revelar-se agora com o carácter de um aspirante a ditador, como comandante-em-chefe. Invocou-se de novo o auxílio francês. Mas o General d'Anselm, que comandava as tropas francesas em Odessa, tinha pouco para oferecer a não ser palavras; e mesmo estas eram menos encorajadoras que as promessas do General Tabouis, um ano antes⁴¹. A única característica nova da situação foi a proclamação, agora que a autoridade dos Impérios Centrais se tinha desmoronado, da inclusão na República Ucraniana da chamada «Ucrânia Ocidental», a antiga província austríaca da Galícia Oriental. Criava-se, assim, um pomo de discórdia entre a Ucrânia e a Polónia.

Foi significativo da falta de apoio organizado aos bolcheviques na própria Ucrânia que, mesmo no caos criado pela queda do poderio alemão e pela fuga de Skoropadsky, eles foram incapazes de levar a efeito uma tomada directa do poder. Não obstante, as tácticas bolcheviques foram mais ousadas que anteriormente. Poucos dias depois do colapso alemão, constituiu-se em Kursk, na fronteira norte, um «governo provisório operário e camponês da Ucrânia», sob a presidência de Pyatakov. Em 29 de Novembro de 1918,

⁴¹ Em *Vinnichenko, Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), III, 267-8, cita-se uma declaração extremamente cautelosa do General d'Anselm a prometer auxílio francês a todos os «elementos favoravelmente inclinados» para a restauração da Rússia. Por outro lado, os bolcheviques, numa nota à conferência da paz de Paris de Fevereiro de 1919, faziam uma descrição circunstanciada de um alegado acordo entre Petlyura e o comando militar francês (*L'Ukraine soviétiste* (Berlim, 1922), pp. 15-16).

publicou um manifesto a anunciar que tinha assumido o poder e que transferia a terra para os camponeses e as fábricas para as «massas trabalhadoras ucranianas»⁴²; em Kharkov, um soviete tomou o poder, depois de uma greve geral de três dias, no princípio de Dezembro⁴³; e, pouco depois, exércitos bolcheviques começaram o seu avanço para sul. Em resposta a protestos do «directório», Tchitcherine, numa nota de 6 de Janeiro de 1919, negou responsabilidade pelo governo de Pyatakov e pelos seus exércitos, que eram «completamente independentes»⁴⁴. Dez dias depois, o «directório» declarou guerra a Moscovo, aparentemente contra o desejo de Vinnitchenko⁴⁵, que se demitiu pouco tempo depois. Mas isto não conseguiu de modo algum atrasar os exércitos soviéticos, que se instalaram em Kharkov e depois, em Fevereiro de 1919, abriram caminho para regressar a Kiev, como tinham feito precisamente um ano antes. Foram saudados pela população com todas as mostras de entusiasmo⁴⁶. Os membros do «directório» expulso transferiram as suas principais actividades para a conferência de paz de Paris, onde os seus apelos caíram nos ouvidos surdos de estadistas mais interessados na causa da Polónia ou dos generais «brancos» empenhados em reconstituir a unidade do Império Russo que na do nacionalismo ucraniano.

A capital da Ucrânia Soviética estabeleceu-se então em Kharkov, o seu centro industrial mais importante, e Pyatakov que, embora natural da Ucrânia, parece ter mostrado demasiado pouca simpatia pelas reivindicações de independência ucranianas⁴⁷, foi substituído por Rakovsky na presidência do governo soviético ucraniano. Em 10 de Março de 1919, foi

⁴² *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 109-11, art. 147; em *Sochineniya*, IV, 174-6, encontra-se um artigo de Estaline de 1 de Dezembro de 1918, intitulado «A Ucrânia está a ser libertada».

⁴³ Stalin, *Sochineniya*, IV, 180.

⁴⁴ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), III, 205-8; para a resposta de Vinnitchenko de 9 de Janeiro de 1919, acusando o governo de Moscovo de prosseguir a velha política czarista de imperialismo, ver *ibid.*, III, 213-18.

⁴⁵ *ibid.*, III, 230.

⁴⁶ *ibid.*, III, 328.

⁴⁷ É provavelmente este o significado de uma afirmação de um jornalista competente de que «as ideias do governo de Pyatakov eram mais esquerdistas que as dos seus partidários» (Arthur Ransome, *Six Weeks in Russia in 1919* (1919), p. 22).

oficialmente aprovado pelo Terceiro Congresso Pan-Ucraniano de Sovietes uma constituição da República Soviética Socialista Ucraniana. Não divergia em nenhum pormenor importante do seu modelo, a constituição da RSFSR⁴⁸. A debilidade de uma RSS Ucraniana independente revelava-se na lista dos membros do presidium do Terceiro Congresso Pan-Ucraniano de Sovietes que assinaram a constituição. Rakovsky, Pyatakov, Bubnov e Kvirng eram bolcheviques conhecidos, mas as suas credenciais como porta-vozes da nação ucraniana não eram muito substanciais⁴⁹. As condições externas eram, entretanto, pouco auspiciosas em todos os aspectos. A luta continuou durante algum tempo no Oeste, onde as forças em retirada de Petlyura se distinguiram por massacres desumanos da numerosa população judia⁵⁰. Na Ucrânia Oriental, um dirigente camponês de notáveis qualidades, o anarquista Nestor Makhno, tinha organizado um grupo de guerrilheiros, em 1918, para uma luta de guerrilhas contra Skoropadsky; este grupo transformou-se agora em movimento organizado, com um exército de alguns milhares de homens, controlando em diferentes alturas vastas porções de território e lutando, ora do lado dos bolcheviques, ora contra eles⁵¹. Bolsas de tropas alemãs permaneciam ainda, aqui e ali, em solo ucraniano. Tinham sido desembarcados destaca-

⁴⁸ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 113-16, art. 161; *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 115-21.

⁴⁹ Entre outros bolcheviques bem conhecidos incluídos no governo de Rakovsky, estavam Artem, Vorochilov, Mezhlauk e Podvoisyyk (lista completa em *L'Ukraine soviétiste* (Berlim, 1922), pp. 9-10). Alguns destes tinham, como Trotsky e Zinoviev, nascido na Ucrânia, mas mal se consideravam ucranianos. Rakovsky era de origem romena, tinha trabalhado no Partido Social-Democrata Romeno, durante a guerra de 1914-18, e apareceu no Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Janeiro de 1918, como portador das saudações da «social-democracia da Roménia» (*Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 10-11). Não havia nada de excepcional nisto; os funcionários do partido eram transferidos com facilidade de um campo para outro, numa altura em que os colaboradores de confiança eram poucos e as distinções nacionais pareciam sem importância. No Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, em Junho de 1917, Zinoviev tinha falado em nome da secção ucraniana do partido.

⁵⁰ Segundo um autor judeu, um membro da Rada chamou ao anti-semitismo, nesta altura, «o nosso principal trunfo» e disse que «nenhum bolchevique pode opor-se ao nosso anti-semitismo» (M. G. Rafev, *Dva Goda Revolyutsii na Ukraine* (1920), p. 122).

⁵¹ Nestor Makhno era um dos chefes de um grupo de «anarco-comunistas» estabelecido na aldeia ucraniana de Gulyai-Pole, na pro-

mentos franceses na costa do Mar Negro e na Crimeia. Em Julho, o «exército de voluntários» de Denikine, com apoio aliado, começou o seu avanço para norte. O Exército Vermelho retirou e, em Setembro, Kiev foi de novo ocupada pelas forças, primeiro, de Pletyura, depois, do próprio Denikine. A desorganização era completa. A fome, o tifo e outras doenças grassavam na Ucrânia⁵². Vários chefes militares independentes, dos quais Makhno era apenas o mais poderoso, percorriam o campo com grupos cujo carácter variava

víncia de Ekaterinoslav, em 1905. Dois anos depois, na sequência dos motins camponeses provocados pelas reformas de Stolypine, Makhno foi mandado para a Sibéria. Voltando em 1917, reorganizou o grupo segundo as linhas de uma comuna camponesa e, no Outono de 1918, formou uma organização de guerrilhas para fazer frente ao regime de Skoropadsky e aos seus protectores alemães e austríacos. As suas forças aumentaram rapidamente em número e, de 1918 a 1921, combateu sucessivamente, e, por vezes, simultaneamente, contra o directorio ucraniano, Denikine, Wrangel e os bolcheviques. As suas memórias em russo foram posteriormente publicadas em Paris, em três volumes (os dois últimos póstumos), com títulos diferentes: *Russkaya Revolyutsiya na Ukraine* (1929); *Pode Udarami Kontrrevolyutsii* (1936); *Ukrainskaya Revolyutsiya* (1937). As memórias terminam em Dezembro de 1918 e um quarto volume prometido, contendo as notas e artigos de Makhno sobre o último período, não parece ter sido publicado. O editor do segundo e terceiro volumes explica, no seu prefácio ao segundo, que Makhno «tinha apenas uma educação elementar e não dominava a linguagem literária», de forma que as memórias apresentam provavelmente uma descrição um tanto demasiado acabada e coerente de uma figura enigmática. Ele descreve-se como anarquista convicto que rejeitava toda a autoridade do estado como opressiva e contra-revolucionária; mas isto não o impediu de exercer uma rígida disciplina militar no seu próprio movimento. Idealizava o camponês, mas não era político, opondo-se igualmente aos terratenentes, aos cossacos, à burguesia, aos nacionalistas ucranianos (diz-se que não falava ucraniano) e à Assembleia Constituinte, a que chamava «um baralho de todos os partidos políticos» (*Russkaya Revolyutsiya na Ukraine* (1929), p. 18). Cooperou com os bolcheviques durante breves períodos, mas opôs-se a todas as tentativas deles para estabelecerem a sua autoridade na Ucrânia. As suas actividades limitaram-se sobretudo à Ucrânia a leste do Dnieper; não obstante o seu anarquismo, Makhno parece ter herdado alguma coisa da tradição cossaca de comunidades militares independentes que era particularmente forte nesta região. Um relato informativo do movimento por um dos seus partidários (P. Arshinov, *Istoriya Makhnovskogo Dvizheniya* (Berlim, 1923) é deformado por excessivo culto do herói; uma publicação soviética, M. Kabanda, *Makhnovshina* (s. d. (1925?)), fornece o antídoto.

⁵² Aparecem referências à severidade da epidemia de tifo do Inverno de 1919-20 em P. Arshinov, *Istoriya Makhnovskogo Dvizheniya* (Berlim, 1923), pp. 156, 158.

de exércitos organizados a bandos que se entregavam à pilhagem. Entre os camponeses, o descontentamento com o domínio soviético era esquecido pelo ódio à opressão mais cruel das forças de ocupação de Denikine.

A derrota de Denikine levou, em Dezembro de 1919, à reconquista de Kiev pelo Exército Vermelho. Por um decreto assinado por Rakovsky como presidente do Sovnarkom ucraniano, foi instituído um «comité militar revolucionário» de cinco membros, três dos quais bolcheviques⁵³ e, pela terceira vez, fez-se a tentativa de consolidar um regime soviético na Ucrânia. Por volta de Fevereiro de 1920, a autoridade soviética tinha sido restabelecida nos principais centros. Mas mesmo isto não foi o fim do período de dificuldades. Em Dezembro de 1919, o frustrado Petlyura, derrotado pelos bolcheviques, ignorado pelos aliados em Paris e tratado com desprezo por Denikine, voltou-se para a única alternativa concebível de apoio moral e material — a Polónia. A Polónia, oposta a uma reincorporação da Ucrânia numa Rússia unida, quer sob domínio soviético, quer sob o de Denikine, encontrou em Petlyura a única figura de proa do separatismo ucraniano que restava; Petlyura abandonou cinicamente as pretensões ucranianas sobre a Galícia Oriental em troca da ambição de governar a Ucrânia como unidade satélite de um Império Polaco. O acordo de Petlyura com o governo polaco, concluído em Varsóvia, em 2 de Dezembro de 1919⁵⁴, marcou a bancarota final do nacionalismo burguês ucraniano, visto que os sentimentos nacionais rudimentares do campesinato ucraniano tinham sido sobretudo estimulados pela hostilidade ao proprietário polaco. Mas abriu caminho para uma nova invasão da Ucrânia, desta vez por exércitos polacos, que ocuparam Kiev durante cerca de seis semanas, em Maio-Junho de 1920. Desta vez, contudo, a derrota e expulsão do invasor trouxe à Ucrânia imunidade à invasão estrangeira, durante duas décadas. Restaurar a ordem em toda a Ucrânia levou o melhor de outro ano⁵⁵ e a luta esporádica com guer-

⁵³ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 48 (56), 21 de Dezembro de 1919; *Oktjabr'skaya Revolyutsiya: Pervoe Pyatiletie* (Kharkov, 1922), p. 117.

⁵⁴ Vinnichenko, *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), III, 474-6.

⁵⁵ Em M. P. Frunze, *Sobranie Sochinenii*, I (1929), 176-80, encontra-se um ultimato enviado a Makhno, em Novembro de 1920, depois da derrota de Wrangel, pelo comandante soviético Frunze, exigindo a incorporação das forças de Makhno no Exército Vermelho; o ultimato foi rejeitado.

rilheiros só terminou quando Makno atravessou a fronteira para a Roménia, em 28 de Agosto de 1921, com os últimos restos das suas forças⁵⁶. Então, finalmente na posse indisputada do país, o regime soviético parecia oferecer à população ucraniana não apenas as bençãos da paz, mas também um governo mais tolerável que qualquer dos que ela tinha experimentado nestes anos turbulentos.

Assim se levou a cabo o difícil nascimento da Ucrânia Soviética. O direito à autodeterminação nacional e à secessão tinha sido reivindicado oficialmente. Mas, ao passo que, na Finlândia, a classe dirigente burguesa tinha sido suficientemente forte para conseguir o reconhecimento como representante da nação finlandesa, na Ucrânia, a revolução tinha sido feita avançar mais um passo e a burguesia despojada a favor de uma «ditadura das massas trabalhadoras e exploradas do proletariado e dos camponeses pobres» (a expressão aparece no primeiro artigo da constituição ucraniana), que se tornaram, assim, repositório da independência nacional ucraniana. O interesse de Petrogrado nesta solução era evidente. A evidência sustenta também, contudo, a conclusão de que o nacionalismo burguês ucraniano tinha sido pesado e achado em falta. Não tinha nenhum movimento operário nacional para que pudesse apelar. Não conseguiu conquistar os camponeses, devido à sua incapacidade em abraçar a causa, não apenas da revolução social, mas da reforma social em qualquer escala significativa — incapacidade franca e repetidamente admitida por Vinnitchenko, o mais honesto dos seus dirigentes⁵⁷. A sua fraqueza tornou-a constantemente submissa à pressão estrangeira e impossibilitou, assim, qualquer liberdade real de acção. A sua bancarrota final deu-se em 1920, quando o seu último dirigente activo, Petlyura, fez um pacto com os Polacos, os inimigos nacionais do camponês ucraniano.

⁵⁶ P. Arshinov, *Istoriya Makhnovskogo Dvizheniya* (Berlim, 1923), p. 200.

⁵⁷ As que se seguem são citações típicas de *Vidrodzheniya Natsii* (Viena, 1920), de Vinnitchenko: «Enquanto combatemos os bolcheviques russos, os moscovitas, fomos vitoriosos em toda a parte, mas, logo que entramos em contacto com os nossos próprios bolcheviques, perdemos toda a nossa força» (II, 155); a Rada não mostrou inclinação «a libertar as massas trabalhadoras da opressão social que era contrária à nação e à classe trabalhadora» (II, 158); o erro da Rada foi «desenvolver no espírito das massas um conflito entre a ideia nacional e a social» (II, 219). Vinnitchenko admite «a antipatia extraor-

A burguesia ucraniana tinha-se mostrado ainda menos capaz que a burguesia grão-russa de levar a cabo uma revolução burguesa. O seu fracasso deixou a sucessão em aberto. A não ser os bolcheviques, não havia candidatos sérios em campo e a desintegração, uma após outra, de todas as forças que se lhes opunham mostrou que os bolcheviques eram, em qualquer caso, aceites pelas massas ucranianas como o menor dos males possíveis. Isto, no entanto, não tornava fácil uma solução. A única escolha efectiva que se apresentava ao Governo Soviético, em princípios de 1918, e, de novo, em princípios de 1919, era entre a incorporação directa da Ucrânia na unidade da Rússia Soviética e uma tentativa de satisfazer as aspirações nacionais ucranianas criando uma unidade soviética ucraniana separada. A segunda alternativa era ditada pelos princípios que eles tinham proclamado publicamente antes da revolução e pela crença firmemente mantida por Lenine em que a mais ampla medida de dispersão em nome da autodeterminação nacional era o caminho mais seguro para uma união final dos corações. Há amplos testemunhos da luta pessoal de Lenine para dar realidade à política de uma Ucrânia Soviética independente. Quando a autoridade soviética estava prestes a ser restabelecida lá pela terceira vez, depois da derrota de Denikine, em Dezembro de 1919, foi submetida a uma conferência especial do partido, em Moscovo, uma resolução sobre «o poder soviético na Ucrânia», redigida por Lenine e aprovada pelo comité central. Ocupava-se principalmente da atitude da administração soviética em relação à questão nacional ucraniana e ao camponês ucraniano. Denunciava «tentativas artificiais para fazer recuar a língua ucraniana para um lugar secundário», pedindo que todos os funcionários soubessem falar ucraniano; e prescrevia a distribuição das antigas grandes propriedades aos camponeses, a criação de herdades soviéticas «só nas proporções

dinariamente viva das massas populares em relação à Rada central», na altura da expulsão desta pelos bolcheviques, em Fevereiro de 1918; e acrescenta a confissão patética de que «o que era terrível e estranho em tudo isto era que eles ridicularizavam ao mesmo tempo tudo o que era ucraniano — língua, música, escolas, jornais e livros ucranianos» (II, 259-60). A incapacidade em proporcionar um conteúdo social ao nacionalismo ucraniano acabou por desacreditar o resto das suas aspirações. M. G. Rafes, *Dva Goda Revolyutsii na Ukraine* (1920), p. 78, fala também da hostilidade suscitada pela política de «ucranização» da Rada.

estritamente necessárias» e a requisição de cereais «apenas em quantidades estritamente limitadas». Mas defrontou-se na conferência com firme oposição por parte dos dirigentes bolcheviques da Ucrânia. Rakovsky argumentava que as herdades soviéticas em larga escala seriam o fundamento da ordem soviética; Bubnov, um dos seus companheiros do Sovnarkom ucraniano, considerava a exigência de que os funcionários falassem ucraniano como um exagero da importância do nacionalismo ucraniano; e Bubnov, Manuilsky e outros protestavam contra qualquer compromisso com os *Borot'bisti*, um partido camponês ucraniano de constituição SR que estava a procurar uma aliança com os bolcheviques⁵⁸. A resolução de Lenine foi aprovada e, em Março de 1920, os *Borot'bisti* foram admitidos no Partido Comunista⁵⁹. Mas, num sítio onde a oposição dos funcionários locais era tão viva e de tão largo alcance, as dificuldades em aplicar a linha do partido não podiam ser vencidas facilmente.

Tampouco seria justo atribuir estas dificuldades à cegueira ou teimosia de algumas pessoas. As aspirações nacionais ucranianas não podiam ser satisfeitas dentro de um quadro burguês. Não obstante, quando os bolcheviques, ao criarem a RSS Ucraniana, anunciaram a transição da revolução burguesa para a proletária, o problema nacional ucraniano nativo, o conteúdo nacional da revolução social na Ucrânia continuava a ser artificial e, em certa medida, fictício. Para o intelectual burguês ucraniano, o defeito do novo regime era que os seus chefes eram ainda predominantemente grão-russos, em espírito e educação, senão por nascimento. Esta impressão não desapareceu rapidamente. A conquista de alguns dos antigos nacionalistas ucranianos, particularmente do veterano Hruchevsky, que voltou a Kiev, em 1923, para se tornar presidente da nova Academia das Ciências ucraniana, mal ocultava a composição grão-russa da administração da Ucrânia Soviética. Para o camponês ucraniano, a desvantagem do novo regime era que era um regime de cidadãos.

⁵⁸ A resolução encontra-se em *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 316-18 e Lenín, *Sochineniya*, XXIV, 552-4. As actas da conferência não foram publicadas e o principal discurso de Lenine sobre a questão ucraniana perdeu-se; em *Sochineniya*, XXIV, 557-8, há um breve resumo dele. Mais informações sobre os debates, procedentes de arquivos inéditos, podem encontrar-se *ibid.*, XXIV, 815-16, nota 171, 818-19, nota 178.

⁵⁹ Stalin, *Sochineniya*, IV, 304.

Esta desvantagem foi menos agudamente sentida no período de reconciliação com o campesinato simbolizado pela NEP. Mais tarde, quando se retomou a pressão proletária sobre o camponês e os motivos de descontentamento do camponês ucraniano coincidiram com os do intelectual ucraniano, demonstrou-se mais uma vez a verdade de que o problema nacional se agudizava quando adquiria um conteúdo social e económico.

A fundação de uma RSS da Rússia Branca, em Fevereiro de 1919, quase ao mesmo tempo que a da RSS Ucraniana, representou mais uma aplicação da política de dispersão em nome da autodeterminação nacional. O problema era mais simples que na Ucrânia, visto que não havia mais que os começos de um movimento nacionalista burguês russo-branco; mas este mesmo facto tornou a solução mais artificial. O modelo ucraniano foi seguido de perto. Já em Março de 1917 um congresso nacional russo-branco tinha publicado uma declaração a apoiar um «regime democrático republicano federal» para a Rússia e estabelecido um comité nacional russo-branco⁶⁰. Em Agosto de 1917, constituiu-se em Minsk uma Rada burguesa russo-branca⁶¹; e os seus delegados apareceram realmente, em princípios de Janeiro de 1918, no Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, apenas para verem que lhes era recusada audiência e que os seus mandatos não eram reconhecidos⁶². Nos últimos dias de 1917, tinham ocorrido em Minsk acontecimentos importantes. Um comité militar revolucionário bolchevique, que se formou depois da Revolução de Outubro, tinha derrubado a Rada, constituído um «Conselho de Comissários do Povo da região e frente ocidentais» e proclamado o direito do «povo trabalhador da Rússia Branca à autodeterminação nacional»⁶³. Durante

⁶⁰ *Revolutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 267, 271-2.

⁶¹ *Ibid.*, III, 275-6.

⁶² *Tretii Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1918), pp. 64, 87.

⁶³ *Revolutsiya 1917 goda*, VI, ed. I. N. Lyubimov, 1930, 457-8. Em Brest-Litovsk, Hoffmann constringiu as invocações de Trotsky do princípio da autodeterminação nacional alegando que «na noite de 30-1 de Dezembro, o primeiro congresso russo-branco de Minsk, que insistia no direito dos Russos Brancos à autodeterminação, foi dissolvido pelos bolcheviques com baionetas e metralhadoras» (*Mirnye Peregovory v Brest-Litovske*, I (1920), 95).

algumas semanas, governou em Minsk um governo soviético rudimentar⁶⁴. Mas, em Fevereiro de 1918, as tropas alemãs em avanço derrubaram-no e, ansiosas, por sua vez, por cortarem a doutrina em voga da autodeterminação, instalaram uma Rada russo-branca sua. Mais para o fim do ano, convocaram-se em Moscovo congressos de refugiados russo-brancos que proclamaram o seu desejo inalterável de união com a República Soviética Russa⁶⁵.

Não surgiu mais nenhuma questão até os exércitos alemães, para lá da fronteira aceite em Brest-Litovsk, começarem a desintegrar-se, em Novembro de 1918. Houve então que tomar disposições para o governo do território libertado e, como na Ucrânia, a escolha centrava-se aqui entre a sua incorporação na unidade russa e a criação de uma unidade russo-branca separada. As mesmas considerações ditaram a mesma decisão. Ela foi tomada pelo comité central do partido e as necessárias instruções foram comunicadas ao dirigente comunista local, de nome Myasnikov, por Estaline, em 25 de Dezembro de 1918⁶⁶. Em 1 de Janeiro de 1919, um «governo provisório da república soviética independente russo-branca» proclamou a sua autoridade em Minsk e declarou a «venal

⁶⁴ *Proletarskaya Revolyutsya*, n.º 3 (74), 1928, pp. 61-130.

⁶⁵ Em *Voprosy Istorii*, n.º 1, 1947, p. 11, citam-se referências da imprensa coeva a estes congressos.

⁶⁶ O relato mais completo de que se dispõe sobre a fundação de RSS Russo-Branca está contido num artigo dedicado à celebração do sexagésimo aniversário de Estaline (*Istoriik Marksist*, n.º 1, 1940, pp. 63-78). O que se segue é um breve resumo dos principais factos ali expostos:

Em 25 de Dezembro de 1918, depois da retirada dos exércitos alemães do território da Rússia Branca, Estaline teve uma conversa telefónica com Myasnikov, presidente do comité regional do Partido Comunista da região noroeste:

«O camarada Estaline informou Myasnikov da decisão do comité central sobre a fundação de uma República Soviética da Rússia Branca e convocou o presidente do comité regional a Moscovo ... Manifestou que as províncias de Kovno e de Vilna deveriam passar para o Governo Soviético lituano. O camarada Estaline propôs também os princípios fundamentais da formação da RSS da Rússia Branca e do trabalho do Partido Comunista da Rússia Branca.

As sugestões do camarada Estaline foram discutidas numa conferência do partido (da região noroeste), em que Myasnikov tomou parte. Constituíram a base da construção da RSS e do Partido Comunista da Rússia Branca e guiaram os bolcheviques da Rússia Branca na luta contra a sua burguesia nacionalista.

O governo da RSS da Rússia Branca compor-se-ia de quinze pessoas (subsequentemente o número de membros do governo foi

Rada burguesa russo-branca» fora da lei⁶⁷. Precisamente um mês depois, reuniu-se em Minsk, o primeiro Congresso Russo-Branco de Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, que, em 4 de Fevereiro de 1919, aprovou uma constituição da RSS Russo-Branca e estabeleceu um governo russo-branco⁶⁸. O trabalho foi feito com tal pressa que a constituição, estruturada segundo o mesmo plano que a da RSFSR, definia as funções do Congresso de Sovietes e de um comité executivo central, mas não incluía disposições nem para os soviets locais nem para um Sovnarkom.

Tal como a Ucrânia, a Rússia Branca tinha que passar por um período posterior de tribulações, mesmo depois da

aumentado para dezassete). O camarada Estaline ocupou-se também com o recrutamento individual das pessoas em questão.

Formou-se um secretariado central do Partido Comunista da República da Rússia Branca. O presidente do secretariado central era também presidente do comité central do partido e do Governo Soviético. O camarada Estaline redigiu o manifesto do Governo Soviético Provisório de Operários e Camponeses da Rússia Branca e fez-lhe uma série de correcções importantes.

Quando os membros do Governo Soviético da Rússia Branca partiram para Smolensk, o camarada Estaline escreveu a Myasnikov: «Hoje, os Russos Brancos partem para Smolensk. Levam com eles um manifesto. O comité central do partido e Lenine pedem-lhe que os receba como irmãos mais novos, talvez ainda inexperientes, mas dispostos a consagrar a sua vida ao trabalho no partido e nos soviets».

Depois destes preparativos, reuniu-se, em 31 de Dezembro, uma conferência extraordinária do partido da região noroeste, declarou-se imediatamente como primeiro congresso do Partido Comunista da Rússia Branca e decidiu proclamar uma república socialista independente da Rússia Branca. Alguns comunistas dissidentes («Jilunovitch e o seu grupo»), que, ao que parece, se opunham a este ensaio de autodeterminação nacional, demitiram-se do partido.

As circunstâncias em que este relato foi publicado podem ter justificado algum exagero do papel pessoal de Estaline, mas não há razão para duvidar da sua exactidão no essencial.

A. F. Myasnikov era um militante do partido que não tinha ligação pessoal com a Rússia Branca, já que era de origem arménia. Mais tarde, foi presidente do Sovnarkom da RSS Arménia, e, nessa qualidade, leu, no Nono Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1921, uma declaração em nome das três repúblicas transcaucasicas (*Devyatyi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1922), p. 186). Não confundir com G. I. Myasnikov, que foi expulso do partido por infracções à disciplina em Fevereiro de 1922 (ver atrás, p. 235-6).

⁶⁷ *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 99-102. A Rada retirou-se para Grodno, onde continuou, durante algum tempo, a gozar do patrocínio do governo polaco.

⁶⁸ A constituição encontra-se *ibid.*, pp. 111-14; a lista do governo, em *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 5 (13), 16 de Fevereiro de 1919.

sua constituição como república soviética socialista. Durante a Primavera de 1919, fizeram-se planos para uma federação entre as repúblicas russo-branca e lituana, igualmente jovens e quase igualmente débeis⁶⁹. Mas, em Abril de 1919, um avanço polaco pôs termo à RSS Lituana e tropas polacas ocuparam uma parte do território reivindicado pela Rússia Branca, tomando a própria Minsk, em Agosto de 1919. Na guerra polaco-soviética, de 1920, a república russo-branca foi libertada pelo avanço das tropas soviéticas na Polónia e celebrou a vitória, em 1 de Agosto de 1920, com uma empolada proclamação⁷⁰. O armistício polaco-soviético de Outubro de 1920 (confirmado, a este respeito, pelo tratado de Riga de 18 de Março de 1921) despojou de novo a Rússia Branca da parte ocidental do seu território. Mas, desta vez, a decisão era definitiva e começou um período de paz. Em Dezembro de 1920, o Segundo Congresso Russo-Branco de Sovietes reparou as omissões da constituição de Fevereiro de 1919 aprovando uma série de «suplementos»⁷¹.

«Para os russos brancos», observa um historiador recente, «a nacionalidade veio como um presente da Revolução Russa que quase não tinham solicitado»⁷². Um colaborador do jornal oficial do Narkomnats admitiu que os operários e camponeses russo-brancos «sempre se consideraram uma parte do povo trabalhador da Rússia e apenas uma parte insignificante da intelligentsia pequeno-burguesa russo-branca era partidária da independência da Rússia Branca»⁷³. Mas a nacionalidade era, segundo a teoria bolchevique, uma fase normal e útil, senão indispensável, da evolução histórica; e, se não existia ainda uma nação russo-branca, a analogia fazia supor que ela estava num estado avançado de gestação. Foi este o argumento bastante duvidoso com que Estaline se defendeu, dois anos mais tarde, num congresso do partido, contra a acusação de «cultivar artificialmente uma nacionalidade russo-branca»:

Há uns quarenta anos, Riga era uma cidade alemã; mas como as cidades crescem à custa do campo e é o campo que

⁶⁹ Stalin, *Sochineniya*, IV, pp. 228-9; *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 6 (14), 23 de Fevereiro de 1919.

⁷⁰ *Istoriya Sovetskoï Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 140-2.

⁷¹ *Ibid.*, pp. 155-60.

⁷² D. S. Mirsky, *Russia: A Social History* (1932), p. 278.

⁷³ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 10 (67), 6 de Abril de 1920.

preserva a nacionalidade, Riga é agora uma cidade puramente letã. Há uns cinquenta anos, todas as cidades da Hungria tinham carácter alemão; agora, estão magiarizadas. O mesmo acontecerá com a Rússia Branca, em cujas cidades ainda predominam elementos não russos brancos⁷⁴

Este foi talvez o exemplo mais extremo, pelo menos na Europa, da invocação do princípio da autodeterminação nacional com o fim de estimular a consciência nacional, mais que de satisfazê-la.

O caso da Estónia e da Letónia estava a meio caminho entre o da Finlândia, por um lado, e o da Ucrânia e da Rússia Branca, por outro. Ambos os países eram de dimensões liliputianas, com populações de, respectivamente, 1 250 000 e 1 750 000 habitantes! Mas as suas línguas, diferentes uma da outra e não aparentadas nem com as germânicas nem com as eslavas davam-lhes uma posição distintiva. Em ambos os países, tinha crescido um pequeno, mas autêntico, movimento nacionalista burguês, em protesto contra a dominação de comerciantes, industriais e terratenentes alemães — muito mais fracos e menos firmemente estabelecidos que os seus congéneres da Finlândia, mas mais fortes e mais decididos que na Ucrânia. Em ambos os países, tinham sido proclamados regimes soviéticos, por altura da Revolução de Outubro, mas tinham sido rapidamente varridos pelo avanço dos exércitos alemães. Com a derrota alemã, em Novembro de 1918, instalaram-se em Riga e em Tallinn governos nacionais burgueses. Mas a sua duração foi curta. Em 29 de Novembro de 1918, deu-se a proclamação de um governo soviético estoniano, em Narva, seguida pela proclamação de um governo soviético letão, três semanas depois. Vindos do leste, começaram a entrar tropas soviéticas, nativas e russas. Era o período em que estava oficialmente em curso a palavra de

⁷⁴ Stalin, *Sochineniya*, V, 49. Estaline reiterou, muito tempo depois, que já existiam «elementos de nações» no período pré-capitalista, embora apenas «em potência» (ibid., XI, 336). Em 1913, Lenine argumentava, referindo-se especificamente à «Polónia, Lituânia, Ucrânia, Rússia Branca, etc.» que «arrancar cidades, pela razão 'nacional', às aldeias e distritos que gravitam na sua direcção seria estúpido e impossível» (*Sochineniya*, XVII, 158); mas a única conclusão prática que ele tirou nesta altura foi que «os marxistas não devem permanecer total e exclusivamente na base do princípio 'nacional-territorial'».

ordem de «autodeterminação para os trabalhadores» e a declaração de política de Estaline foi clara e inequívoca:

A Rússia Soviética nunca encarou as regiões ocidentais como sua propriedade. Sempre considerou que estas regiões constituem propriedade inalienável das massas trabalhadoras das nacionalidades que as habitam, que estas massas têm pleno direito de determinarem livremente o seu destino político. É claro que isto não exclui — pressupõe — auxílio de toda a espécie da Rússia Soviética aos nossos camaradas estonianos, na sua luta pela libertação da Estónia dos trabalhadores do jugo da burguesia⁷⁵.

A República Soviética Estoniana foi reconhecida por Petrogrado em 8 de Dezembro de 1918, a República Soviética Letã, em 22 de Dezembro de 1918⁷⁶. Em princípios de Janeiro de 1919, o poder soviético tinha-se consolidado até Riga.

Por enquanto, tinha-se seguido o precedente ucraniano e, como Riga tinha um grande proletariado industrial nativo, os alicerces do poder soviético pareciam mais sólidos nas margens do Báltico que na Ucrânia. Mas aqui a ubiquidade do poderio naval britânico foi o factor decisivo. Com o fim das hostilidades contra a Alemanha, apareceram no Báltico unidades navais britânicas. A República Soviética Estoniana sucumbiu em Janeiro de 1919. A República Soviética Letã aguentou-se em Riga, durante cinco meses, e sucumbiu então à ameaça dos canhões dos barcos ingleses. Em ambos os países os governos burgueses restaurados sob patrocínio britânico, tiveram tempo para consolidar a sua autoridade. Posteriormente, uma vez liquidada a aventura de Yudenitch⁷⁷, o Governo Soviético reconsiderou a sua atitude. Os dois governos burgueses tinham mostrado maior força e coesão

⁷⁵ Stalin, *Sochineniya*, IV, 178. O artigo que contém esta declaração apareceu tanto no *Pravda* como em *Zhizn' Natsional'nostei*.

⁷⁶ As proclamações encontram-se em *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 52-4, art. 76; pp. 133-4, art. 168; os decretos de reconhecimento, em Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 206-8. Estes são decretos do Sovnarkom; para maior solenidade, foram confirmados por uma resolução do VTsIK (*ibid.*, II, 208-9).

⁷⁷ Em Outubro de 1919, o general «branco» Yudenitch, com apoio britânico, lançou uma ofensiva contra Petrogrado, a partir de bases na Estónia, que falhou por pouco o seu objectivo. Como os propósitos de Yudenitch incluíam a restauração do Império Russo dentro das suas antigas fronteiras, a sua campanha não encontrou simpatia de parte dos governos estónio e letão.

do que se tinha esperado e a sua hostilidade a Yudenitch tinha mostrado que não eram totalmente contrários à República Soviética. Sobretudo, agora que o comércio estrangeiro estava a começar a entrar na órbita da política soviética (o bloqueio aliado foi levantado em Janeiro de 1920), haveria alguma vantagem em tratar os portos de Riga e Tallinn como um espécie de terra de ninguém entre os mundos capitalista e soviético. Decidiu-se seguir o precedente finlandês e não o ucraniano, abandonar o projecto de repúblicas soviéticas na Estónia e na Letónia e reconhecer os governos burgueses como beneficiários do direito de autodeterminação nacional. Concluíram-se tratados de paz com a Estónia, em 2 de Fevereiro 1920⁷⁸, e com a Letónia, em 11 de Agosto de 1920⁷⁹. O regime assim estabelecido só durou vinte anos.

O terceiro país báltico, a Lituânia, seguiu o destino da Letónia e da Estónia, com algumas variantes. Durante o Inverno de 1917-18, constituiu-se um conselho nacional burguês, a Taryba. Como a Rada russo-branca de Fevereiro de 1918, era essencialmente uma criação alemã e, com a cumplicidade das autoridades de ocupação alemãs, proclamou a independência da Lituânia, em 16 de Fevereiro de 1918⁸⁰. Depois da derrota alemã, foi proclamado na Lituânia um governo provisório de operários e camponeses⁸¹ que — um tanto prematuramente — foi reconhecido por Petrogrado, na mesma altura que o seu sinónimo letão, mais plenamente desenvolvido, em 22 de Dezembro de 1918⁸². No mês seguinte, a Taryba burguesa foi realmente expulsa de Vilna e estabeleceu-se lá o poder soviético. Em Abril de 1919, a tomada de Vilna pelo exército polaco pôs fim tanto a projectos de uma federação entre as repúblicas soviéticas lituana e russo-branca como à existência da Lituânia Soviética. Um ano e três meses depois, quando os exércitos soviéticos reconquis-

⁷⁸ *Sobranie Uzakoneniï, 1920, n.º 7, art. 44.* A primeira abordagem soviética ao governo burguês estónio tinha sido feita em Setembro de 1919, mas fora rejeitada por este, com o pretexto de que não desejava agir independentemente dos seus vizinhos (Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika, II* (1926), 344-6, 387-8); aberturas semelhantes à Finlândia, Letónia e Lituânia, na mesma altura, foram, ao que parece, ignoradas (*ibid.*, II, 383-4).

⁷⁹ *Sobranie Uzakoneniï, 1920, n.º 95, art. 514.*

⁸⁰ Os documentos oficiais lituanos para este período estão recolhidos em P. Klimas, *Le Développement de l'état lithuanien* (Paris, 1919):

⁸¹ *Istoriik Marksist, n.º 2-3, 1935, pp. 50-2.*

⁸² *Sobranie Uzakoneniï, 1917-1918, n.º 98, art. 1006.*

taram Vilna, no decurso da guerra polaca, tinham entrado em moda outras opiniões. Em 12 de Julho de 1920, foi assinado com um governo lituano burguês um tratado de paz, paralelo aos tratados com a Estónia e a Letónia do mesmo ano⁸³; e, embora isto não salvasse a Lituânia de perder Vilna, no fim do mesmo ano, às mãos do flibusteiro polaco Zeligowski, não foi retirado o reconhecimento soviético ao governo lituano, que transferiu a sua sede para Kovno.

A Lituânia, embora ligeiramente maior e mais populosa que a Letónia ou a Estónia, era um país quase exclusivamente rural, sem proletariado e apenas com um pequeno punhado de intelectuais. A sua reivindicação de independência, tanto sob auspícios burgueses como soviéticos, assentava em bases precárias e ia buscar a maior parte do seu apoio moral e material a uma numerosa população lituana nos Estados Unidos. O interesse principal da independência lituana para a Rússia Soviética era negativo. Se a Lituânia não fosse independente, era provável que caísse na órbita polaca; por outro lado, uma Lituânia independente seria um espinho no flanco da Polónia. Aqui, por conseguinte, era do interesse soviético dar o alcance mais vasto possível ao princípio da autodeterminação nacional.

b) *As Regiões Periféricas Orientais*

As regiões periféricas ocidentais da RSFSR eram habitadas por povos que, quer eslavos, quer não eslavos, estavam compreendidos no vasto círculo da civilização europeia, partilhavam a tradição russa e tinham atingido padrões de cultura e bem-estar material não inferiores e, por vezes, apreciavelmente superiores aos dos próprios grão-russos. A questão da relação delas com uma unidade central predominantemente grão-russa era análoga à apresentada na Europa Ocidental, digamos, pelos Checos, no império Habsburgo, antes de 1918, ou pelos Eslovacos e Alemães dos Sudetas, na Checoslováquia, depois de 1918. As soluções alternativas de secessão, federação, autonomia ou incorporação integral estavam todas em aberto e podiam aduzir-se argumentos a favor de cada uma delas. Mas, fosse

⁸³ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 96, art. 515.

qual fosse a solução, as questões levantadas eram da mesma natureza das conhecidas da Europa Ocidental como questões de «minorias». As regiões periféricas orientais, quer dizer, as regiões da bacia do Volga e dos contrafortes setentrionais do Cáucaso e a Ásia Central para leste do Mar Cáspio, apresentavam problemas de ordem diferente. As populações destas regiões, pelas suas origens, pela sua língua e pelos vestígios que ainda subsistiam de uma civilização mongólica medieval, pertenciam mais à Ásia que à Europa. Cerca de dez milhões dos seus habitantes eram ainda nómadas e a organização tribal primitiva não estava extinta. Os padrões de vida e de cultura situavam-nos muito abaixo dos Russos e dos povos das regiões periféricas ocidentais. Aqui, os habitantes russos escassamente distribuídos, desempenhavam o papel de povoadores e colonizadores. Engels tinha escrito, na década de 1850, sobre estas regiões:

O domínio russo, mau grado todo o seu carácter desagradável, toda a sua negligência eslava, tem um sentido civilizador para os mares Negro e Cáspio, para a Ásia Central, para os Básquiros e Tártaros⁸⁴.

As questões levantadas pela sua relação com a unidade ou por projectos para a sua emancipação eram, em termos ocidentais, questões, não de «minorias», mas «coloniais». Na literatura soviética, as questões «nacional» e «colonial» estavam normalmente ligadas entre si.

Nas regiões periféricas ocidentais, a aplicação do princípio da autodeterminação tinha redundado, antes do fim de 1920, no reconhecimento de repúblicas não-soviéticas independentes na Polónia, Finlândia, Estónia, Letónia e Lituânia e na fundação das repúblicas soviéticas independentes ucraniana e russo-branca, em relações estreitas, mas ainda indefinidas, com a República Soviética Russa. No Leste, a solução era menos clara, devido, em parte, à complexidade inerente à situação e, em parte, à incidência variável da guerra civil. Mas, em traços largos, o modelo continuou a ser o mesmo em toda a parte. A primeira fase da revolução tinha proclamado o princípio da autodeterminação nacional, que tomava a forma prática e uma reivindicação de autonomia, mais que

⁸⁴ *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe, IIIer Teil, 206.*

de completa independência. Os bolcheviques, ao afirmarem estes princípio mais vigorosa e consistentemente que o Governo Provisório, conseguiram, a princípio, apoio incondicional dos movimentos nacionais dos povos orientais. Não obstante, quando estes mesmos bolcheviques depois da Revolução de Outubro, se revelaram como um governo russo (embora com um nome disfarçado), que manda de Petrogrado, e quando, passando para a segunda fase da revolução, desafiaram explícita ou implicitamente a ordem social existente, os dirigentes nacionais autoconstituídos transferiram a sua fidelidade para as forças da contra-revolução. Este passo teve, contudo, a mesma consequência que na Ucrânia. Nenhum dos generais «brancos» que conduziam a campanha contra o Governo Soviético tinha qualquer simpatia pelas aspirações nacionais dos povos atrasados do antigo Império Russo, que estavam a lutar para reconstituir, de forma que os dirigentes nacionais destes povos se encontraram entre o diabo, que lhes prometia apenas um regresso ao jugo czarista, e o mar profundo da revolução social. Por isso, a guerra civil selou a bancarrota daquilo a que pode chamar-se por analogia os movimentos nacionais «burgueses» dos povos orientais e apressou as autoridades soviéticas na via da transição da revolução nacional para a social.

Em termos gerais, a guerra civil marcou a linha divisória entre as duas fases da política soviética nas regiões periféricas orientais. Mesmo antes da Revolução de Fevereiro, tinha começado a fazer-se sentir agitação entre os povos muçulmanos do império czarista⁸⁵. Entre os Tártaros do Volga, os únicos que possuíam os rudimentos de uma classe média comercial, entre os seus vizinhos imediatos, os Básquires, antigamente nómadas, mas agora estabelecidos principalmente na agricultura e exploração florestal, e entre os Cazaques, ainda predominantemente nómadas (incorrectamente conhecidos pelos autores do século dezanove pelo

⁸⁵ S. M. Dimanshtein, funcionário do Narkomnats, tem uma descrição dos efeitos da Revolução de 1905 entre estes povos, em *Revolutsiya i Natsional'nosti*, n.º 8 e 9, 1930, e n.º 1, 1921. A sua afirmação de que eles se chamavam a si próprios muçulmanos porque os seus nomes tribais ou nacionais «não agradavam às autoridades russas» (ibid., n.º 1, 1931, p. 73) é, contudo, apenas parcialmente correcta: a consciência de muitos deles era tão religiosa como nacional.

nome mais familiar Quirguizes)⁶⁶, que ocupavam as vastas estepes que se estendem para leste de Kazan, até muito para o interior da Ásia Central, tinham existido movimentos nacionais incipientes, incentivados por minúsculos grupos de intelectuais, desde a Revolução de 1905. Estes movimentos foram alentados pela política de colonização do regime czarista que, em parte, fixando os nativos e, em parte, importando colonos doutros sítios, tinha procurado alargar e melhorar o cultivo do solo. O roubo aos Cazaques dos seus tradicionais terrenos de pasto para serem ocupados por colonos russos era uma fonte permanente de azedume e, seguida por tentativas de mobilizar a população para trabalhos durante a guerra, tinha levado a uma séria rebelião cazaque, em 1916. Mais para o sul, entre a população mais sedentária de Khiva, Bokhara e do Turquestão — relíquias do império medieval de Gengis Khan — actuava o mesmo fermento. Durante o Inverno de 1916-17, o Khan semi-independente de Bokhara tinha sido obrigado a chamar tropas russas para reprimir uma rebelião dos seus súbditos.

Estes sintomas foram os precursores do movimento geral de 1917. Em Maio desse ano, reuniu em Petrogrado o primeiro congresso muçulmano panrusso para reivindicar, não independência nacional, mas autonomia nacional, dando-se a principal controvérsia entre uma minoria que exigia «uma república democrática assente em princípios federais-nacionais-territoriais» e uma minoria para a qual teria bastado autonomia cultural, dentro de um estado russo unitário⁶⁷. Na confusão que então dominava por toda a Rússia, os diferentes povos muçulmanos deitaram mãos à obra para realizar as

⁶⁶ «Cazaque» era o nome original dos habitantes essencialmente nómadas e de língua turca das vastas e escassamente povoadas estepes centro-asiáticas, que se estendiam para leste e nordeste do Mar Cáspio. Nos séculos dezoito e dezanove, contudo, o nome foi atribuído popularmente às colónias de povoadores militares, sobretudo russos, das regiões remotas ou recém-conquistadas do império (no falar ocidental, «cossacos»); e os Cazaques originais vieram a ser chamados pelos autores russos e ocidentais «Quirguizes», nome de um povo muito mais pequeno, sedentário, mas, também de língua turca, da região montanhosa das fronteiras de Sinkiang. O governo e os autores soviéticos restituíram o verdadeiro nome aos Cazaques da Ásia Central e chamaram ao seu território Cazaquistão, embora o nome de quirguizes ainda lhes fosse oficialmente aplicado até finais dos anos vinte.

⁶⁷ *Revolyutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 294-305.

suas ambições. Um segundo congresso muçulmano panrusso, que se realizou em Kazan, em Julho de 1917, foi controlado principalmente pelos Tártaros que, como o mais avançado dos povos muçulmanos, procurava dominar o movimento nacional muçulmano e jogava até com aspirações panturanianas. Simultaneamente, realizou-se, em Oremburgo, um congresso básquire para reivindicar autonomia para os Básquires. Por volta da mesma altura, reuniu-se, também em Oremburgo, um congresso cazaque, que formou um conselho nacional, com o nome tradicional de Alash-Orda («a Horda de Alash», o antepassado, provavelmente mítico, dos Cazaques); e publicou-se um programa declarando que «a Rússia deveria tornar-se uma república federal democrática», com o Cazaquistão como unidade autónoma⁸⁸. Em diferentes datas do Verão de 1917, as nacionalidades muçulmanas mais pequenas da bacia do Volga, os Maris, os Votiaques e os Tchuvaches, realizaram congressos e apresentaram reivindicações semelhantes⁸⁹; e, em Maio e Setembro, tiveram lugar, em Vladikavkaz, dois congressos das tribos muçulmanas do Cáucaso Setentrional⁹⁰. Nenhum deles era revolucionário no sentido social e quase todos eles (o movimento cazaque era talvez uma excepção) tinham um sabor religioso mais ou menos marcado. Sabe-se do congresso básquire que era composto por *mullahs*, anciãos e *kulaks*, cobrando-se pela admissão uma taxa de cinquenta rublos por cabeça⁹¹; e os muçulmanos do Cáucaso Setentrional elegeram um *mullah* chamado Gotsinsky como chefe, com o título de Mufti⁹².

Nestas circunstâncias, não foi surpreendente que a questão nacional no Oriente se tivesse apresentado, a princípio, aos dirigentes soviéticos quase exclusivamente no seu aspecto muçulmano. O primeiro acto do Governo Soviético nesta esfera foi fazer seguir a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia por um apelo especial «A Todos os Trabalhadores Muçulmanos da Rússia e do Oriente». Depois de anunciar que o desejo ardente do povo russo era «obter uma paz honrosa

⁸⁸ Ibid., III, 315-17, 328, 363-5.

⁸⁹ *Revolyutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, e. S. M. Dimanshtein, III (1930), 414-28.

⁹⁰ Ibid., III, 372-7.

⁹¹ S. Atnagulov, *Bashkiriya* (1925), p. 57.

⁹² *Revolyutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty I Materialy*, e. S. M. Dimanshtein, III (1930), 377.

e auxiliar os povos oprimidos do mundo para lhes levar a independência», prosseguia:

Muçulmanos da Rússia, Tártaros do Volga e da Crimeia, Quirguizes (isto é, Cazaques) e Sartos da Sibéria e do Turquestão, Turcos e Tártaros da Transcaucásia, Tchetchenes e Montanheses do Cáucaso e todos vós cujas mesquitas e locais de oração foram destruídos, cujas crenças e costumes foram espezinhados aos pés dos czares e dos opressores da Rússia. As vossas crenças e usos, as vossas instituições nacionais e culturais são, a partir de agora, livres, e invioláveis. Organizai a vossa vida nacional em completa liberdade. Tendes o direito de o fazer. Sabei que os vossos direitos, como os de todos os povos da Rússia, estão sob a poderosa salvaguarda da revolução e dos seus órgãos, os soviets de operários, soldados e camponeses. Dai o vosso apoio à revolução e ao seu governo.

Passava depois para a causa dos muçulmanos do Oriente, para lá da velha fronteira russa, que eram conjurados a derubar os seus opressores e a quem também se prometia ajuda⁹³. Um decreto de 19 de Janeiro de 1918 criou o comissariado para os assuntos internos muçulmanos: o comissário era um tártaro e os seus principais auxiliares, um tártaro e um básquire, respectivamente⁹⁴. Um gesto significativo deste período foi a entrega ao «congresso regional de muçulmanos de Petrogrado» do chamado «sagrado Corão de Osman», que tinha sido trazido, em tempos, de Samarçanda para a biblioteca imperial⁹⁵. Outro foi a publicação pelo comissariado dos assuntos muçulmanos, por ocasião da ruptura em Brest-Litovsk e do reatamento da ofensiva alemã, de um apelo «ao povo revolucionário muçulmano» para «se precipitar para a bandeira vermelha do partido socialista muçulmano»⁹⁶. Um congresso de organizações comunistas muçulmanas realizado em Moscovo, em Novembro de 1918, formou um «secre-

⁹³ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 94-6; tradução francesa em *Revue du monde musulman*, LI (1922), 7-9. O facto de se mencionarem, na última parte da declaração, os agravos dos «indianos» e «arménios» dá a entender que o termo «muçulmano» se tinha tornado aos olhos dos bolcheviques, símbolo de todos os povos de Leste.

⁹⁴ *Sobranie Uzakonenii*, 1917-1918, n.º 17, artigo 243.

⁹⁵ *Ibid.*, n.º 6, artigo 103. O resultado final do gesto foi o desaparecimento deste famoso Corão, cujo actual paradeiro é desconhecido.

⁹⁶ *Politika Sovetskoi po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 80, artigo 99.

tariado central das organizações comunistas muçulmanas» que publicou material de propaganda em muitas línguas, incluindo um jornal diário em turco, enviou agitadores e organizou imprensas locais⁷⁷. Um segundo congresso, em Novembro de 1919, ouviu alocuções tanto de Lenine como de Estaline em pessoa⁷⁸.

A segunda fase da política soviética, iniciada nos princípios de 1918, foi marcada, tanto no Oriente como na Ucrânia, por uma intervenção activa contra os governos nacionais «burgueses» que se tinham formado no intervalo entre as revoluções de Fevereiro e de Outubro. Estes governos, tal como a Rada ucraniana, tendiam, depois de Outubro, a virarem-se contra o Governo Soviético de Petrogrado, quer porque se pensava que ele ameaçava a ordem social existente, quer porque, sendo um governo russo, era considerado como hostil por natureza aos antigos povos oprimidos. Um governo básquire, presidido por um tal Valídiv, que tinha proclamado um estado básquire autónomo, depois da Revolução de Outubro, passou-se para os cossacos de Oremburgo que estavam em guerra aberta contra o Governo Soviético⁷⁹; isto era típico da atitude dominante dos «nacionalistas». A cisão levou o Governo Soviético a procurar apoio entre os elementos «quase proletários» (termo, rigorosamente falando, tão inapropriado aqui como o termo «burguês») das regiões em causa e a fomentar o seu descontentamento e aspirações incipientes — a contrapartida oriental da política ocidental de «autodeterminação para os trabalhadores». Este período, ao contrário do antecedente, foi marcado por vigorosos ataques à religião muçulmana e às suas tradições e práticas, em parte, sem dúvida, por motivos ideológicos, mas, em parte, também, para destruir a influência dos *mullahs*, que tinham frequentemente sido a espinha dorsal dos movimentos nacio-

⁷⁷ *Vos'moi S' 'ezd RKP(B)* (1933), pp. 433-4). O nome do secretariado foi mudado, em Março de 1919, para «secretariado central das organizações comunistas dos povos do Oriente» (*Zhizn' Natsional' nostei*, n.º 8 (16), 9 de Março de 1919); por esta altura, tinha sido colocado sob a autoridade do Narkomnats.

⁷⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 542-51; Stalin, *Sochineniya*, IV, 279-80.

⁷⁹ S. Atnagulov, *Bashkiriya* (1925), pp. 56-9. Um artigo publicado em *Voprosy Istorii*, n.º 4, 1948, p. 26, indica a data do acordo entre Valídiv e Dutov, o ataman dos cossacos de Oremburgo, como 11/24 de Novembro de 1917.

nais «burgueses». Os governos autónomos dos Tártaros e Básquires foram substituídos pela proclamação, em Março de 1918, de uma «República Soviética Tártaro-Básquire da Federação Soviética Russa» conjunta¹⁰⁰, que teria também abrangido os Tchuvaches e os Maris, e isto foi seguido por um decreto de 13 de Abril de 1918 que dissolvia o antigo conselho nacional tártaro e pela prisão de dirigentes tártaros¹⁰¹. Segundo um testemunho, esta política foi adoptada pelo VTsIK e imposta por Estaline ao Narkomnats, face a forte oposição dos seus companheiros neste organismo¹⁰². Que ela se destinava a servir de precedente, mostrou-o uma importante declaração assinada por Estaline como Comissário do Povo das Nacionalidades e dirigida «Aos Sovietes de Kazan, Ufa, Oremburgo e Ekaterimburgo, ao Sovnarkom do Turquestão e outros». Observando que «a revolução iniciada no centro tem estado a espalhar-se nas regiões periféricas, especialmente nas regiões periféricas orientais, com algum atraso», a declaração nota que «são necessárias medidas especiais para arrastar as massas trabalhadoras e exploradas destas regiões periféricas para o processo de desenvolvimento revolucionário». Como «os grupos nacionais-burgueses pedem autonomia para a converterem numa arma para a opressão das suas próprias massas», a salvação só pode encontrar-se em «organizar congressos locais de soviets e proclamar a autonomia soviética»¹⁰³.

A política de sovietação forçada das regiões periféricas orientais, baseada no apoio hipotético de massas revolucionárias nativas hostis tanto ao nacionalismo burguês como ao Islão, mostrou-se um fiasco. Embora a influência dos *mullahs*

¹⁰⁰ A proclamação tomou a forma de um decreto do Sovnarkom (*Sobranie Uzakonenii*, 1917-1918, n.º 30, artigo 394). O «comissariado para os assuntos dos muçulmanos do interior da Rússia» designaria uma comissão para organizar e convocar um «congresso de soviets constituinte» para a nova república. Rigorosamente falando, não existia ainda nenhuma «Federação Soviética Russa»; a constituição da RSFSR estava, nesta altura, ainda em processo de elaboração.

¹⁰¹ *Revue du monde musulman*, LI (1922), 131.

¹⁰² Pestovsky, citado em L. Trotsky, *Stalin* (N. I., 1946), pp. 262-3. Isto parece ser confirmado por um artigo publicado em *Voprosy Istorii*, n.º 4, 1948, p. 34, que fala da «oposição, por um lado, dos nacionalistas burgueses básquires e, por outro lado, de bucharinistas que rejeitavam a autodeterminação nacional.

¹⁰³ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 8-9, artigo 4.

e dos intelectuais burgueses que encabeçavam os movimentos nacionais embrionários possa ser facilmente exagerada, especialmente entre os povos nómadas, havia ainda menos compreensão e simpatia pelos objectivos e métodos dos bolcheviques. Planos urdidos em Moscovo por homens familiarizados com as condições ocidentais exerciam pouca atracção em comunidades que se dedicavam a uma agricultura primitiva ou em nómadas cujos problemas eram a insuficiência dos seus rebanhos e a recusa de acesso a terrenos de pasto¹⁰⁴. Foi impossível conseguir qualquer apoio sério dos Tártaros ou dos Básquires para a proposta República Soviética-Básquire; os Tchuvaches, que, segundo um historiador local, não queriam nem independência nem autonomia, protestaram contra a sua inclusão nela¹⁰⁵; e, embora, em Maio de 1918, estivesse a ser feito trabalho preparatório em Moscovo¹⁰⁶, a república nunca chegou a existir realmente. A guerra civil caiu sobre um cenário de anarquia generalizada e de aspirações confusas e contraditórias e, em Junho, o governo anti-bolchevique de Samara começou a estender a sua autoridade sobre uma grande parte do médio e baixo Volga. A única realização construtiva do ano de 1918 em toda esta região dizia respeito a uma comunidade não-muçulmana dos confins ocidentais. Em Outubro de 1918, os 400 000 Alemães do Volga

¹⁰⁴ A situação no Cazaquistão, neste período, foi descrita por um redactor do jornal oficial do Narkomnats: «Os princípios da segunda revolução eram incompreensíveis para os Quirguizes (isto é, os Cazaques), porque, entre eles, não existiam nem capitalismo nem diferença de classes; mesmo o seu conceito de propriedade era diferente; por exemplo, muitos objectos vulgares de uso diário eram considerados na Quirguízia (isto é, no Cazaquistão) como propriedade comum». Ao mesmo tempo, a Revolução de Outubro horrorizava os Cazaques pelas suas manifestações externas. As formas que o movimento bolchevique assumiu na Rússia Central eram desconhecidas dos Cazaques, ao passo que, nas regiões periféricas, «ele foi seguido por violência, pilhagem e abusos, bem como por uma forma bem peculiar de ditadura. Na realidade, portanto, o movimento, nas regiões periféricas, foi frequentemente, não uma revolução, tal como geralmente se entende, mas anarquia pura». O mesmo autor acrescenta, com respeito às organizações soviéticas que tinham tomado o poder em Semipalátinsk e noutras cidades do Cazaquistão: «Os membros destas organizações eram simplesmente aventureiros que tomaram o nome de bolcheviques e se comportavam com frequência de forma chocante» (*Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 29 (37), 3 de Agosto de 1919).

¹⁰⁵ D. P. Petrov, *Chuvashiya* (1926), p. 70.

¹⁰⁶ Stalin, *Sochineniya*, IV, 85-92.

foram autorizados a constituírem-se em «comuna operária» autónoma, com congresso de soviets e comité executivo próprios¹⁰⁷.

Noutras comunidades muçulmanas, seguiu-se uma política semelhante, com os mesmos resultados pouco convincentes. Na Crimeia, um «directório» estabelecido por uma assembleia nacional tártara, formada no intervalo entre as revoluções de Fevereiro e de Outubro, foi derrubado pelos bolcheviques, em Janeiro de 1918, recordando-se durante muito tempo a tomada de Sebastopol pelas atrocidades que a acompanharam; em seu lugar, proclamou-se uma República Soviética Tártara da Crimeia. Mas esta teve vida curta. Os alemães, avançando através da Ucrânia, estabeleceram um governo fantoche na Crimeia, sob a presidência de um general russo chamado Sulkevitch, cujo regime, com o de Skoropadsky, na Ucrânia, terminou com a queda do poderio alemão, em Novembro de 1918. Na sequência disto, um grupo de refugiados «brancos» fugidos ao domínio bolchevique, a maioria deles cadetes, formou um governo da Crimeia que era de composição e simpatia panrussa e não tinha pretensões de representar os Tártaros da Crimeia. Este governo, dividindo a sua autoridade um tanto dificilmente com a administração militar de Denikine e gozando em certa medida de reconhecimento e apoio dos aliados, manteve a sua posição até depois da derrota de Denikine¹⁰⁸. No Cáucaso Setentrional e no Daguestão, travou-se uma luta intermitente, ao longo de 1918, entre bolcheviques e nacionalistas locais, estes ajudados e instigados pelos Turcos, até os exércitos de Denikine varrerem a região, na Primavera e Verão de 1919, excedendo todos os sofrimentos e horrores infligidos nas primeiras fases da luta¹⁰⁹.

¹⁰⁷ *Sobranie Uzakonenii, 1917-1918*, n.º 79, artigo 831. A comuna não tardou a transformar-se numa região autónoma da RSFSR e, mais tarde, no fim de 1923, numa RSS autónoma (*Sobranie Uzakonenii, 1924*, n.º 7, art. 33).

¹⁰⁸ Um relato deste breve governo da Crimeia foi depois publicado pelo seu ministro dos negócios estrangeiros (M. Vinaver, *Nashe Pravitel'stvo*, Paris, 1928).

¹⁰⁹ A fonte mais completa para a complicada história do Daguestão de 1917 a Abril de 1920 é E. Samursky, *Dagestan* (1925), pp. 61-76; ver também *Revue du monde Musulman*, LI (1922), 79-84; Stalin, *Sochineniya*, IV, 97-9, 106-14. Um delegado ao congresso dos povos do Oriente de Baku deixou um relato pitoresco, mas confuso, dos aconte-

As primeiras medidas soviéticas, depois da derrota total de 1918, foram ditadas pelas exigências da guerra civil e pelas oportunidades que ela ofereceu. Em Março de 1919, os centros da luta tinham-se afastado do Volga. Os Básquires, expostos às perseguições tanto de Koltchak como de Dutov, o ataman dos cossacos de Oremburgo¹¹⁰, estavam dispostos a dar ouvidos às propostas de Moscovo e concluiu-se um tratado entre a RSFSR e o governo de uma «República Soviética Autónoma Básquire», presidido por Validov, temporariamente a gozar de novo de favor¹¹¹. Mais para leste, actuavam influências semelhantes. A Alash-Orda cazaque cindiu-se em dois, passando uma parte para os bolcheviques. Em Junho de 1919, foi publicado um decreto que estabelecia um «comité revolucionário» para a administração do território cazaque, estipulando jurisdição separada para as comunidades russa e cazaque. O decreto tentava, pela primeira vez, ir ao encontro das queixas da agricultura cazaque. Embora não expulsasse os colonos russos já com propriedades, proibia qualquer fixação posterior à custa dos cazaques, mesmo em terras já cedidas para colonização — uma paragem no açambarcamento arbitrário de terras cazaques, embora não fosse uma solução radical e, ainda menos, revolucionária¹¹². Esta medida destinava-se claramente a congregar o apoio de cazaques hesi-

cimentos no Cáucaso Setentrional (*Iyi S' 'ezd Narodov Vostoka* (1921), pp. 93-5).

¹¹⁰ Segundo as notas a Stalin, *Marxism and the National Colonial Question* (trad. ingl., segunda edição 1936), p. 297, «a grande força de Koltchak, que, incidentalmente, publicou um decreto a abolir a autonomia da Basquíria, obrigou o governo de Validov, em 1919, sob a pressão das massas, a declarar fidelidade ao Governo Soviético»; isto é confirmado em substância por V. Chernov, *Mes Tribulations em Russie* (Paris, 1921), p. 10.

¹¹¹ *Sobranoe Uzakonenii*, 1919, n.º 46, art. 451. Durante o Verão de 1919, a Basquíria foi de novo invadida pelos «bandos de Koltchak» e não foi senão em Agosto de 1919 que a autoridade soviética foi finalmente estabelecida (*Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 19-20, artigos 18-19). Validov apareceu no Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes, em Moscovo, em Dezembro de 1919, como porta-voz do «proletariado básquire e dos camponeses pobres básquires e quirguizes» (isto é, cazaques) e glorificou os feitos do Exército Vermelho básquire na defesa «da capital proletária, Petrogrado» contra Yudenitch (*7i Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1920), p. 17). Nesta altura, afirmava-se comunista e estava a tentar formar um Partido Comunista Básquire independente (S. Atnagulov, *Bashkiriya* (1925), pp. 71-2). Para Validov, ver adiante, p. 365, nota 121.

¹¹² *Sobranie Uzakonenii*, 1919, n.º 36, artigo 354.

tantes na guerra civil. A Alash-Orda foi declarada dissolvida ¹¹³. Um mês depois, publicou-se uma proclamação aos Calmucos, um grupo isolado, principalmente nómada, de uns 20 000 membros, que falava uma língua mongol e era de religião budista e vivia em volta do topo do Mar Cáspio, perto de Astracã; anunciava a intenção de convocar um congresso de trabalhadores calmucos e apelava para o alistamento no Exército Vermelho para lutar contra Denikine ¹¹⁴. Isto foi seguido por um decreto, de linguagem quase idêntica ao publicado, alguns dias antes, para os cazaques, que assegurava ao «povo trabalhador calmuco» o pleno usufruto das suas terras e proibia a cedência de mais qualquer terra calmuca a colonos russos ¹¹⁵. Mas estas leis de 1919 serviam, na sua maior parte, mais fins de propaganda e incitamento que o estabelecimento de instituições sociais e políticas actuantes e, em todas as regiões periféricas orientais, pouco ou nada se criou, nesta altura, que se mostrasse durável.

A oposição que os bolcheviques continuaram a defrontar, quase em toda a parte, nas regiões periféricas orientais, até ao final de 1919, era, em grande parte, produto das flutuações da sorte militar. Enquanto o destino do regime soviético esteve pendente e o seu domínio sobre estas regiões se manteve intermitente e precário, não era provável que as populações locais aderissem a ele. Mas a oposição foi intensificada pela atitude intransigente dos emissários soviéticos em relação à religião muçulmana. Os dirigentes soviéticos tinham pouco conhecimento das partes orientais do vasto domínio que tão inesperadamente tinham adquirido. Tinham nos seus espíritos uma vaga imagem de povos oprimidos tão ansiosamente à espera da emancipação de *mullahs* supersticiosos como de administradores czaristas e ficaram espantados ao descobrir que, embora a influência do Islão sobre os povos nómadas

¹¹³ Castagné, uma testemunha hostil, menciona, de forma característica, a dissolução da Alash-Orda, mas não o decreto de Junho; acrescenta que «a luta que, em todos os outros sítios da Rússia, era uma questão de classes tornou-se, entre os Cazaques, uma luta de clãs e tribos». (*Revue du monde musulman*, LI (1922), 175-7).

¹¹⁴ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), pp. 38-9, artigo 56.

¹¹⁵ *Sobranie Uzakonenii*, 1919, n.º 37, art. 368. Em T. K. Borisov, *Kalmykia* (1926), encontra-se um relato da evolução da Calmúquia Soviética, talvez com pormenores demasiado cor de rosa, mas transmitindo um quadro geral claro.

e em partes da Ásia Central fosse pouco mais que nominal, continuava a ser, nos outros sítios, uma instituição firme e vigorosa que oferecia resistência muito mais feroz que a igreja ortodoxa a novas crenças e novas práticas¹¹⁶. Em regiões onde era forte — particularmente no Cáucaso Setentrional¹¹⁷ — a religião muçulmana era uma instituição tanto social, legal e política como religiosa, que regulava o modo de vida quotidiano dos seus membros em quase todos os pormenores. Os imãs e *mullahs* eram juizes, legisladores, professores e intelectuais, bem como chefes políticos e, por vezes, militares. O facto de esta autoridade ser normalmente exercida sobre uma população de baixo nível de vida económico e cultural dava aos bolcheviques um argumento contra eles; mas tornava o problema tanto mais difícil de enfrentar. Nos finais de 1919, as autoridades soviéticas parecem ter chegado à conclusão de que a única via era dividir os sacerdotes contra si próprios procurando obter o apoio dos membros mais jovens¹¹⁸. Isto implicava um compromisso com o Islão; por outras palavras, um abandono da rígida atitude ideológica do período da guerra civil e um regresso à tolerância do primeiro Inverno da Revolução.

O ano de 1920 marcou uma mudança nítida de relações entre Moscovo e as regiões periféricas orientais. Até então, a política soviética tinha cuidado acima de tudo do Ocidente, que tinha sido, a princípio, a fonte de esperanças para a revolução mundial e, mais tarde, a fonte de perigo para a sobrevivência do regime. Mas o perigo principal tinha agora passado, embora se reavivasse por um momento com a invasão polaca de 1920. A derrota de Koltchak e Denikine tornou possível, pela primeira vez, introduzir ordem nas regiões periféricas orientais e pôr em prática o projecto de Lenine de atrair as massas revolucionárias das nações exploradas do

¹¹⁶ Um conhecido bolchevique muçulmano deste período afirma que um *mechet'* ou circunscrição religiosa muçulmana tinha uma média de 700 a 1000 habitantes e tinha um *mullah* e dois ajudantes, ao passo que o sacerdote ortodoxo tinha uma média de 10 000 a 12 000 paroquianos (M. Sultan-Galiev, *Metody Antireligioznoi Propagandy Sredi Musul'man* (1922), p. 4).

¹¹⁷ E. Samursky, *Dagestan* (1925), pp. 126-37, traça um vivo quadro do poder muçulmano no Daguestão, onde este se opôs com êxito à penetração bolchevique, de 1917 a 1921.

¹¹⁸ E. Samursky, *Dagestan* (1925), pp. 133-6, dão-se exemplos desta política.

Oriente para uma aliança com os operários e camponeses revolucionários da Rússia. O peso da política soviética transferiu-se decisivamente do Ocidente para o Oriente. O congresso dos povos do Oriente, em Baku, em Setembro de 1920, inaugurou a cruzada das nações orientais, sob direcção soviética, contra o imperialismo do Ocidente.

O mesmo momento trouxe uma mudança correspondente de atitude entre os próprios povos orientais. Em todas estas regiões, o efeito, em última análise, da guerra civil movida pelos «brancos» com apoio estrangeiro tinha sido a consolidação do prestígio e autoridade do Governo Soviético russo. Tanto nas áreas russas como nas não-russas, a ambição mal velada dos generais «brancos» de restaurar o velho sistema de posse da terra e de propriedade industrial conquistou a simpatia de uma maioria de camponeses e operários para a causa soviética. Nas áreas não-russas, a sua determinação em restaurar a unidade do Império Russo, com a sua tradição da completa subordinação política e cultural dos elementos não-russos, fazia um contraste sombrio com as promessas soviéticas de livre autodeterminação nacional, por condicionadas que estas fossem por certos pressupostos políticos e sociais. Em 1918 e 1919, os povos muçulmanos tinham sido geralmente recalcitrantes ao poder soviético. A experiência da mão mais pesada dos exércitos «brancos» foi um dos factores que, de 1920 em diante, os tornou mais dóceis à pressão e direcção soviéticas.

No seguimento desta política, o VTsIK publicou, no decurso de Maio de 1920, decretos que criavam RSSs Autónomas Básquies e Tártara e uma Região Autónoma Tchuvache¹¹⁹; e estes foram seguidos, mais para o fim do ano, pela criação de uma RSS Autónoma Cazaque e de uma Região Autónoma Calmuca¹²⁰. Isto não significava que as dificuldades tinham terminado. A organização era embrionária em toda a parte e, muitas vezes, havia ainda fronteiras em disputa. Nalguns pontos, teve ainda que se esmagar pela força a oposição de elementos «nacionalistas burgueses». Na Basquiria, a criação, em Maio de 1920, da RSS Autónoma Básquie, que implicava o afastamento do competente e incómodo

¹¹⁹ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 45, artigo 203; n.º 51, artigo 222; n.º 59, artigo 267.

¹²⁰ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 44, artigo 65; p. 41, artigo 60.

Validov, foi seguida por sérios problemas, ao longo do Verão e Outono de 1920, incluindo um movimento para a restauração do governo de Validov. As condições de anarquia e guerra civil prevaleciam em todo o território; segundo uma autoridade, «evitou-se por pouco um levantamento geral básquire»¹²¹. No Cazaquistão, a questão agrária continuou a ser particularmente grave e, como os colonos russos e mesmo os Cazaques sedentários tendiam a apoiar o regime instituído por iniciativa de Moscovo, ao passo que os nómadas cazaques, tanto quanto, de qualquer forma, eram politicamente conscientes, consideravam os bolcheviques russos como o sucesor do czar russo, os obstáculos a qualquer reforma agrária de largo alcance eram sérios. Havia, além disso, sólidas razões para ser contra a extinção de herdades cultivadas com o fim de restituir terra aos cazaques nómadas, quer para pasto, quer para fixação, porque uma medida dessas, embora justa e politicamente vantajosa, dificilmente poderia resultar em

¹²¹ S. Atmagulov, *Bashkyriya* (1925), pp. 72-4; as notas a Stalin, *Marxism and the National and Colonial Question* (trad. ingl. segunda edição 1936), pp. 297-8 e Castagné, em *Revue du monde musulman*, LI (1922), 162-3, acrescentam mais pormenores. No Outono de 1921, o comité central do partido teve que tratar das disputas entre dois grupos militantes do partido na Basquíria que «tinham assumido um matiz nacional e se tinham envolvido numa feroz luta entre si». Golotchekine, membro do comité central, foi enviado à Basquíria, «mas não consegue apaziguar completamente estas disputas» (*Izvestiya Tsentral'nogo Komiteta Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* n.º 34, Novembro de 1921, p. 5). A Basquíria tornou-se uma espécie de pedra de toque e continuou a grassar controvérsia em torno dela, por exemplo, em *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.ºs 11 (58) e 12 (59), 1926; n.ºs 3 (74) e 5 (76), 1928. As reminiscências de participantes na guerra civil estão reunidas em *Grazhdanskaya Voina v Bashkirii* (Ufa, 1932). Um estudo mais aprofundado destas fontes poderia bem lançar nova luz sobre a política soviética nas regiões periféricas orientais, neste período. Validov era uma figura típica da reduzidíssima intelligentsia burguesa destas regiões. Nacionalista burguês oposto a uma revolução social de qualquer espécie de largo alcance, foi arrastado para os bolcheviques, durante a guerra civil, pelo desprezo dos «brancos» pelas pretensões das pequenas nacionalidades; quando a guerra civil acabou, tornou-se de novo antibolchevique. Juntou-se, depois, aos Basmiques da Asia Central (ver adiante, p. 371); tornou-se um propagandista panturânico conhecido e fixou-se numa universidade alemã; voltou à Turquia e foi ali condenado, em 1944, por actividades panturânicas de carácter traçoeiro; e, finalmente, fez as pazes com as autoridades turcas e publicou em turco, em 1948, uma história do Turquestão fortemente antibolchevique com o título de *Turkestan Tarihi*, de que está projectada uma tradução inglesa.

algo de diferente de um declínio imediato da produção. Não é possível obter dados exactos sobre em que medida teve de facto lugar uma distribuição de terra tirada aos cazaques. Mas é certo que a fome de 1921 assolou o Cazaquistão, bem como toda a região do Volga, com especial severidade¹²².

No Cáucaso Setentrional, conseguiu-se também uma estabilização geral antes do fim de 1920. Até ao Outono desse ano, a cena era ainda confusa. O *mullah* Gotsinsky desafiava ainda o poder soviético no Daguestão¹²³; e, mais para o oeste, os cossacos da região de Terek sublevaram-se à rectaguarda das forças soviéticas que enfrentavam Wrangel na bacia do Don e cortaram de novo as comunicações vitais entre Moscovo e Baku¹²⁴. Mas, em Outubro de 1920, foi assinado um armistício com a Polónia, os exércitos de Wrangel estavam em plena retirada em direcção à Crimeia e Estaline tinha definido no *Pravda* a nova política de «autonomia soviética»¹²⁵. No mesmo mês, Estaline partiu para uma larga digressão pelo Cáucaso Setentrional. Em 13 de Novembro de 1920, falou a um congresso dos povos do Daguestão, em Temir-Khan-Shure, sua capital temporária. O tom de autoridade era patente e inconfundível. Agora que Wrangel tinha sido derrotado e se tinha concluído a paz com a Polónia, «o Governo Soviético pode ocupar-se com a questão da autonomia do Daguestão». Seguiu-se que o Daguestão «deveria ser governado segundo as suas próprias características específicas, o seu próprio modo de vida e os seus costumes». Os costumes e práticas religiosas não seriam perturbados: «O Governo Soviético considera o *shariat* como lei consuetudinária plenamente válida». Por outro lado, «a autonomia do Daguestão não significa e não pode significar a sua separação da Rússia Soviética»¹²⁶. Quatro dias depois, teve lugar, em Vladikavkaz, um congresso semelhante dos povos da região de Terek, reunidos sob o nome comum de «Montanheses». Aqui, Estaline vinha «para proclamar a vontade do Governo Soviético no que se refere às condições de vida dos povos do Terek e às

¹²² Em *Revue du monde musulman*, LI (1922), 182-91, encontram-se algumas notas bastantes descontínuas de Castagné sobre acontecimentos no Cazaquistão, em 1920 e 1921; nesta altura, ele já não estava na Ásia Central.

¹²³ Stalin, *Sochineniya*, IV, 397.

¹²⁴ *Ibid.*, IV, 400.

¹²⁵ Ver adiante, p. 427.

¹²⁶ Stalin, *Sochineniya*, IV, 394-7.

suas relações com os cossacos». Tinha tantos castigos como recompensas para anunciar. A experiência tinha mostrado que «a convivência dos Montanhese e dos cossacos dentro dos limites de uma única unidade administrativa levou a distúrbios sem fim». A traição recente de alguns dos cossacos tinha obrigado as autoridades soviéticas a expulsar as comunidades culpadas e a fixar Montanhese nas terras delas. Tinha-se decidido agora completar o processo de separação entre cossacos e Montanhese, tornando o rio Terek a linha de demarcação entre a Ucrânia e uma nova República Soviética Socialista dos Montanhese autónoma¹²⁷. A consequência dos congressos de Temir-Khan-Shure e de Vladikavkaz foi a criação, dois meses depois, por decreto do VTsIK, de duas repúblicas soviéticas socialistas autónomas — o Daguestão e a República dos Montanhese; esta, que tinha a capital em Vladikavkaz, foi, mais tarde, dividida em várias regiões autónomas¹²⁸.

A estabilidade alcançada nas regiões periféricas orientais, no Inverno de 1920-1, era a consequência da vitória final das armas soviéticas na guerra civil. A questão do poder estava decidida. Moscovo era a fonte última de autoridade e era altura de assentar em formas de governo aceitáveis para Moscovo e com dirigentes que, quer russos, quer nativos, trabalhassem de harmonia com Moscovo. Em todos estes territórios, a autonomia era uma solução razoável do problema administrativo, já que não se podia dizer de forma alguma que qualquer deles possuísse os elementos da independência; e o grau de autonomia a ser desfrutado na prática era limitado não tanto pela mesquinhez do poder soberano, como pela capacidade limitada da autoridade local. A forma constitucional da solução era significativa. Não se fez nenhuma espécie de acordo ou convenção para qualquer destes terri-

¹²⁷ Ibid., IV, 399-403. Este exemplo de uma transferência de populações parece ter sido, em parte, uma represália e, em parte, uma precaução contra perturbações futuras. Não há documentos que mostrem em que escala foram realmente levadas a cabo as transferências e também não é claro se os Montanhese foram transferidos da margem norte para a sul do Terek assim como os cossacos do sul para o norte.

¹²⁸ Os protocolos de 20 de Janeiro de 1921 que constituem a RSS Autónoma do Daguestão e a RSS Autónoma dos Montanhese encontram-se em *Sobranie Uzakonenii, 1921*, n.º 5, artigo 39 e n.º 6, artigo 41; para as subdivisões finais, ver *Revue du monde musulman*, LI (1922), 95-100.

tórios entre o poder central e o local. A autonomia foi concedida, em cada caso, por decisão unilateral da autoridade central. Assim, a questão do estatuto estava estabelecida no âmbito da constituição da RSFSR; a questão da forma final de uma união mais ampla de repúblicas soviéticas socialistas não se pôs nas regiões periféricas leste-europeias.

De todas as zonas fronteiriças desta região, a Crimeia foi a última a estabilizar-se. A sua história durante os anos da revolução tinha sido particularmente variada. Foi o último refúgio de Wrangel, o último dos generais «brancos» e, depois da expulsão definitiva deste, nos finais de 1920, a turbulenta população tártara continuou, durante cerca de um ano, a desafiar a administração soviética. Finalmente, um decreto de 18 de Outubro de 1921 constituiu uma RSS Autónoma da Crimeia como membro da RSFSR ¹²⁹.

c) *Asia Central*

A região vulgarmente conhecida, antes de 1914, como Turquestão Russo era uma larga faixa de terra que se estendia para leste, desde o Mar Cáspio, ao longo das fronteiras setentrionais da Pérsia, Afeganistão e Índia e confinava com o Sinkiang (o chamado «Turquestão Chinês»), a leste. Tinha feito parte do império medieval de Gengis Khan e as suas principais cidades, Tásquente, Samarcanda, Kokand, Bokhara, Khiva e Merv, estavam cheias das tradições e monumentos de uma civilização antiga. A história, bem como um modo de vida sedentário, distinguiam, assim, nitidamente a população do Turquestão dos Cazaques nómadas da região de estepes a norte, dos quais pouco diferiam em origem racial e língua. Excepto no que se refere ao pequeno grupo iraniano de Tadjiques, no Sudeste, a população do Turquestão era uniformemente de origem turca e falava dialectos turcos. A divisão posterior em Turcomanos no Oeste, Uzbeques no centro e Quirguizes no Leste foi, em parte, uma questão de conveniência administrativa; era um produto de ressentimentos locais, mais que de profundas diferenças raciais, linguísticas ou históricas. O Turquestão tinha sido incorporado no império czarista apenas na década de 1870; o emir de Bokhara e o

¹²⁹ *Soobranie Uzakonenii*, 1921, n.º 69, artigo 556.

Khan de Khiva tinham conservado até ao fim uma independência nominal. O afastamento destas províncias e a sua aquisição comparativamente recente tornavam o contróle russo aqui anormalmente débil. Mas o Turquestão tinha-se transformado num centro comercial importante, especialmente com a introdução do cultivo do algodão, e uma população total de cerca de 12 000 000 habitantes incluía 500 000 imigrantes russos.

Tásquente era o centro administrativo do Turquestão e a sede da colónia russa mais importante; era através de Tásquente que se irradiava principalmente a influência da Europa. As influências perturbadoras da guerra de 1914 foram intensificadas pela rebelião cazaque de 1916, ao longo da fronteira norte, e pela presença no Turquestão de grandes massas de prisioneiros de guerra alemães e, especialmente, austríacos, que, mesmo antes da revolução, não estavam sujeitos a nenhum contróle muito efectivo. A Revolução de Fevereiro foi seguida pela formação, em Tásquente, de um «comité do Turquestão», composto por funcionários e partidários do Governo Provisório e de um soviete de deputados operários e soldados de composição mais radical, cujo presidente, de nome Broido, um velho bolchevique de há muito, viria a desempenhar um certo papel na política oriental soviética dos anos imediatamente seguintes¹³⁰. Ambos estes organismos eram de composição exclusiva ou principalmente russa. O único partido muçulmano organizado do Turquestão, a Ulema, compunha-se de *mullahs* e proprietários de terras e estava ainda menos inclinado para a causa da revolução social que os movimentos muçulmanos da bacia do Volga. Como nas outras partes do Império Russo, a derrocada geral da autoridade precipitou uma reivindicação de autonomia. Já em Setembro de 1917, um golpe local do comité executivo central do Soviete de Tásquente derrubava as autoridades do Governo Provisório. Tásquente tornou-se, assim, a sede do primeiro governo soviético (embora ainda não bolchevique) a ser estabelecido nos antigos domínios dos czares.¹³¹ Algumas semanas passadas sobre estes acontecimentos, um levantamento dos cossacos de Oremburgo, sob a chefia do seu

¹³⁰ Broido era um dos cinco membros do colégio do Narkomnats e tornou-se, depois, director da Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente, em Moscovo.

¹³¹ *Proletarskaya Revolyutsya*, n.º 10 (33), 1924, pp. 138-61.

ataman, Dutov, cortou as comunicações entre a Europa e a Ásia Central por quase dois anos. Durante este tempo, a Rússia Europeia esteve privada de petróleo e do algodão do Turquestão e o Turquestão esteve privado de fornecimentos essenciais de cereais, de forma que sobreveio a fome em grandes porções da Ásia Central. Nestas difíceis condições, a revolução do Turquestão foi deixada a organizar-se, com pouca ou nenhuma interferência do poder central¹³².

O movimento revolucionário de Tásquente limitou-se, a princípio, à colónia russa. Uma resolução do Congresso de Sovietes de Tásquente de 19 de Novembro/2 de Dezembro de 1917 excluía expressamente os muçulmanos de postos governamentais¹³³ e um dos primeiros actos do novo governo foi suprimir uma revolta nos bairros nativos da cidade. Entretanto, contudo, tinha-se reunido em Kokand, a principal cidade da província de Fergana, um congresso de muçulmanos, que tinha proclamado um Turquestão autónomo «em união com uma república russa democrática federal»¹³⁴. O governo de Tásquente tomou a ofensiva e, depois de uma luta feroz, derrotou o seu rival e tomou Kokand¹³⁵. Durante

¹³² A autoridade mais satisfatória para o período é G. Safarov, *Kolonial'naya Revolyutsiya: Opyt' Turkestana* (1921); há também uma narrativa concisa de Castagné (que esteve pessoalmente no Turquestão, até ao verão de 1920), em *Revue du monde musulman*, L (1922), 28-73. Não tive acesso ao que deveria ser uma fonte valiosa para estes acontecimentos, *Pobeda Velikoi Oktyabr'skoi Sotsialisticheskoi Revolyutsii v Turkestanne: Sbornik Dokumentov* (Tásquente, 1947). Um crítico desta obra, em *Partiinaya Zhizn'* n.º 4, 1948, queixa-se de que ela dá impressão «de que a luta dos trabalhadores do Turquestão esteve separada da luta revolucionária panrussa e de que, no primeiro período de existência do poder soviético, o Turquestão, cercado por todos os lados por inimigos, foi abandonado à sua sorte», mas não apresenta nenhuma prova séria de que esta impressão não corresponde aos factos. Safarov chamou ao Turquestão de 1917 a 1919 «o 'estado comercial fechado' ideal de Johann Gottlieb Ficht» (op. cit., p. 75). O próprio Broido escreveu, num jornal da época: «Durante quase dois anos, o Turquestão foi abandonado a si próprio. Durante quase dois anos, não só não chegou nenhum auxílio do Exército Vermelho do centro, em Moscovo, como não houve praticamente absolutamente nenhuma relações.» (*Novyi Vostok*, II (1922), 79).

¹³³ G. Safarov, *Kolonial 'naya Revolyutsiya: Opyt' Turkestana* (1921), p. 70.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 71.

¹³⁵ P. Alexenkov, em *Revolutsiya v Srednei: Sbornik* (Tásquente), I (1928), 21-40; II (1929), 43-81, faz um relato completo sobre o governo de Kokand e a sua sorte, incluindo o acto de rendição, assinado

os cinco anos seguintes, Fergana esteve num estado de anarquia, aterrorizada pelos Basmaques — nome regional genérico de bandos de foras-da-lei e aventureiros que se refugiavam nas montanhas e viviam sobretudo do banditismo¹³⁶. Por outro lado, uma ofensiva soviética contra Bokhara, que contou em vão com o auxílio de um partido da «jovem Bokhara», grupo nacionalista burguês com pretensões panturianas, fracassou, e, em 25 de Março de 1918, o governo de Tásquente concluiu um tratado com o emir, reconhecendo-o como potência independente¹³⁷. Mais para oeste, o Khan de Khiva foi também deixado em gozo temporário da sua independência¹³⁸; e, no território turcomano a leste do Cáspio, estabeleceu-se, em Junho de 1918, com o auxílio de uma pequena força britânica, que subiu através da Pérsia e ocupou Merv, um governo russo antibolchevique de curta duração, composto sobretudo por SRs¹³⁹. Entrementes, o governo de Tásquente estava completamente cercado por território hostil ou potencialmente hostil. Em Tásquente, em Janeiro de 1919, ocorreu outra séria rebelião contra ele, que provocou ferozes represálias. A sua sobrevivência quase parece ter sido obra de alguns homens capazes e implacáveis, numa situação em que não se oferecia prontamente nenhum poder alternativo.

O Partido Comunista era, no Turquestão, uma organização jovem. Antes da Revolução de Outubro, os sociais-democratas eram raros no Turquestão e não se fazia distinção entre bolcheviques e mencheviques. Não foi senão em Junho de 1918 que os bolcheviques do Turquestão realizaram o seu primeiro e modesto congresso de cerca de quarenta delegados.

em 22 de Fevereiro de 1918. Entre os pontos do programa do governo de Kokand, estava a manutenção da propriedade privada, do *shariat* e do isolamento das mulheres. Recebeu apoio de alguns russos burgueses hostis aos bolcheviques. Mas, nesta luta entre russos revolucionários e muçulmanos conservadores, o sentimento nacional parece ter sido, em geral, o que mais contou.

¹³⁶ Para curtas descrições, em primeira mão, dos Basmaques, ver *Revue du monde musulman*, II (1922), 236-43; *Novyi Vostok*, II (1922), 274-8.

¹³⁷ *Revue du monde musulman*, LI (1922), 217-18.

¹³⁸ Os acontecimentos em Khiva, de 1917 a 1920, estão descritos em *Novyi Vostok*, III (1923), 241-57.

¹³⁹ Em *Revue du monde musulman*, LI (1922), 192-201, Castagné faz uma descrição deste «governo», que durou de Agosto de 1918 a Março ou Abril de 1919; para a participação britânica, ver *Journal of the Central Asian Society*, IX (1922), II, 96-110.

A escassez em número era, aliás, a menor das fraquezas do novo partido. Nascido depois da vitória da revolução, não tinha feito a sua aprendizagem como organização de combate. Era, por assim dizer, um partido «oficial» desde o início e a qualidade dos seus membros sofria em conformidade. A colónia russa do Turquestão dividia-se em duas categorias principais. A primeira consistia em funcionários, comerciantes e membros da intelligentsia; a segunda, em operários russos, na sua maioria ferroviários. Ambos estes grupos tinham as suas razões para entrarem para o partido, que também incluía, segundo uma testemunha, figuras anómalas como «o padre comunista, o polícia russo e o *kulak* de Semirechie que ainda emprega dúzias de trabalhadores assalariados, tem centenas de cabeças de gado e persegue Cazaques como animais selvagens»¹⁴⁰. Os bolcheviques do Turquestão, inflamados pelo exemplo russo, depressa obtiveram a supremacia, mas, abandonados aos seus próprios recursos e privados da orientação directa de Moscovo, caíram em duas heresias importantes. Em primeiro lugar, como os mencheviques, consideravam os camponeses como essencialmente contra-revolucionários e rejeitavam a doutrina leninista de aliança entre o proletariado e o campesinato pobre para levar a cabo a revolução contra os terratenentes e a burguesia. Em segundo lugar, conservavam o suficiente da mentalidade de raça dominante para olharem com sobranceria para as massas muçulmanas e para as excluírem tanto quanto possível da participação activa em assuntos do governo¹⁴¹, com a consequência natural de que os poucos membros muçulmanos do partido adquiriram, por seu lado, um sentimento fortemente nacionalista. O partido revelava, portanto, amostras tanto de um «chauvinismo grão-

¹⁴⁰ *Desyatyi S' 'ezd Rossiiskov Kommunisticheskoi Partii* (1921), p. 105. Semirechie era a província nordeste do Cazaquistão; os *kulaks* eram os camponeses russos estabelecidos em terra tirada aos Cazaques.

¹⁴¹ O Quinto Congresso de Sovietes, em Maio de 1918, tinha levantado formalmente a interdição à admissão de muçulmanos para postos governamentais, mas «só representantes ocasionais dos Quirguizes e Uzbeques ou, mais frequentemente, dos Tártaros, chegaram a posições de poder» (G. Safarov, *Kolonial 'naya Revolyutsiya: Opyt' Turkestana* (1921), p. 85); os sindicatos só admitiam trabalhadores russos (*ibid.*, p. 115). A cláusula da constituição da RSFSR que excluía quem empregasse trabalho assalariado do direito de voto soviético não era aplicada no Turquestão.

-russo» como de um nacionalismo muçulmano, que eram igualmente reprovados pela doutrina sã do partido.

Chauvinismo grão-russo militante (escreveu Broido, em 1920) e o nacionalismo defensivo das massas coloniais escravizadas injectado de desconfiança em relação aos grão-russos — é esse o traço fundamental e característico da realidade do Turquestão¹⁴².

Entretanto, tinha-se reunido em Moscovo, em Março de 1919, o oitavo congresso do partido central que, no decurso da aprovação de um novo programa do partido, tinha tido uma longa discussão sobre a política das nacionalidades. Embora o Turquestão não fosse mencionado, alguns delegados podem ter estado conscientes de uma discrepância entre o que se passava em Tásquente e os princípios enunciados no congresso e foi nesta altura que Moscovo começou, pela primeira vez, a tomar conhecimento dos acontecimentos da remota Ásia Central. Em 1 de Junho de 1919, um artigo do Jornal oficial do Narkomnats chamava a atenção para a importância do Turquestão como ponto de partida para a libertação do Oriente; e, uma quinzena mais tarde, um outro artigo declarava que «o Turquestão, o posto avançado do comunismo na Ásia, está à espera de auxílio do poder central»¹⁴³. Em 12 de Julho de 1919, um telegrama do comité central do partido chamava a atenção do governo de Tásquente para a necessidade de «trazer a população nativa do Turquestão para as funções governamentais, numa ampla base proporcional» e de «parar com a requisição de propriedades muçulmanas sem o consentimento das organizações muçulmanas regionais»¹⁴⁴. Segundo um funcionário britânico colocado em Tásquente na altura, a primeira solicitação foi recebida com consternação; preencher noventa e cinco por cento dos postos admi-

¹⁴² *Zhizn 'Natsional' nostei*, n.º 23 (80), 18 de Julho de 1920. P. Antropov, em *Revolyuetsiya v Srednei Azii: Sbornik* (Tásquente), I (1928), 7-20, II (1929), 10-42, descreve o crescimento do partido e os seus dois primeiros congressos (Junho e Dezembro de 1918). A melhor exposição das suas divisões e vícios doutrinários está contida nalgumas notas de Frunze escritas durante a sua estadia no Turquestão (1919-20) e publicadas nas suas obras completas (M. P. Frunze, *Sobranie Sochinenii*, I (1929, 119-21).

¹⁴³ *Zhizn 'Natsional' nostei*, n.º 20 (28), 1 de Junho de 1919; n.º 22 (30), 15 de Junho de 1919.

¹⁴⁴ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 811.

nistrativos com nativos do Turquestão teria significado «o fim do governo bolchevique»¹⁴⁵. A compreensão mútua entre Moscovo e Tásquente foi uma evolução lenta. Em Outubro de 1919, quando, depois de um intervalo de quase dois anos, foram de novo estabelecidas as comunicações¹⁴⁶ o VTsIK e o Sovnarkom, por uma resolução conjunta, nomearam uma comissão para ir ao Turquestão, numa tentativa de esclarecer o estado de coisas¹⁴⁷. A resolução lembrava-lhe que:

A autodeterminação dos povos do Turquestão e a abolição de toda a desigualdade nacional e de todos os privilégios de um grupo nacional sobre outro constituem a base de toda a política do Governo Soviético da Rússia e servem de princípio orientador em todo o trabalho dos seus órgãos... É apenas por um trabalho desses que a desconfiança das massas trabalhadoras nativas do Turquestão para com os operários e camponeses da Rússia, gerada pela dominação de muitos anos do czarismo russo, pode ser finalmente vencida¹⁴⁸.

O mandato da comissão era reforçado por uma carta de Lenine aos «camaradas comunistas do Turquestão», exortando-os a «estabelecer relações de camaradagem com os povos do Turquestão» e a «extirpar todos os traços de imperialismo grão-russo»¹⁴⁹. No fim de Janeiro de 1920, partiu de Moscovo para o Turquestão o primeiro «comboio vermelho», com uma guarnição completa de propagandistas e de literatura nas línguas locais¹⁵⁰.

A chegada da comissão e, sem dúvida, o reforço do prestígio e poder do governo central pela derrota de Koltchak e Denikine levaram a uma rápida melhoria no decurso de 1920. Dispunha-se agora, pela primeira vez, de unidades do Exército Vermelho para reforçar o recrutamento local e os principais de Khiva e de Bokhara, até então independentes, podiam

¹⁴⁵ F. M. Bailey, *Mission to Tashkent* (1946), pp. 190-1.

¹⁴⁶ A retomada de Achkabad pelos bolcheviques, em Outubro de 1919, abriu a rota através do Cáspio; a via férrea através de Oremburgo só foi limpa na Primavera seguinte.

¹⁴⁷ Os membros da comissão incluíam Eliava (um georgiano recentemente convertido do menchevismo). Frunze (que foi nomeado comandante-em-chefe da frente do Turquestão), Kulbychev, Rudzutak, Boky e Golochtchekine (G. Safarov, *Kolonia l' naya Revolyutsiya: Opyt' Turkestana* (1921), p. 105).

¹⁴⁸ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 810-11.

¹⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 531.

¹⁵⁰ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 4 (61), 1 de Fevereiro de 1920.

ser feitos entrar na linha. O khan de Khiva foi afastado e Abril de 1920 viu o nascimento de uma república soviética, embora ainda não socialista, de Khorezm (restauração do antigo nome de Khiva)¹⁵¹. Por volta da mesma altura, o emir de Bokhara sucumbiu ao movimento da «jovem Bokhara», enquanto forças bolcheviques, sob o comando de Frunze, avançavam para a sua capital¹⁵² e, em 5 de Outubro de 1920, reuniu-se, no velho palácio do emir de Bokhara, o primeiro «congresso dos trabalhadores de Bokhara»¹⁵³. Foi neste momento, segundo um testemunho, que a influência do movimento da «jovem Bokhara», que se compunha da «geração mais jovem de comerciantes esclarecidos que iam buscar a sua inspiração aos jovens turcos e sonhavam com um renascimento nacional» começou a ceder à de um partido comunista de Bokhara embrionário, cujo chefe era Faizulla Khozaev¹⁵⁴. Em Dezembro de 1920, apareceu em Moscovo um delegado de Bokhara para trazer as saudações da «Bokhara soviética» ao Oitavo Congresso Panrusso de Sovietes¹⁵⁵. O estabelecimento de regimes soviéticos em Khorezm e em Bokhara foi rapidamente seguido pela conclusão de tratados com a RSFSR¹⁵⁶.

A comissão de Moscovo — e particularmente Frunze, o seu membro militar — tinha evidentemente desempenhado um papel importante na organização destas vitórias. Mostrou-se, difícil, contudo, impor mais que uma aparência externa de unidade e ortodoxia ao partido local ou aplicar no Turquestão a política «oriental» de procurar obter a aliança dos povos muçulmanos que tinha sido adoptada nas outras regiões limítrofes orientais, a partir de 1920. No Verão daquele ano, uma carta do comité central do partido a organizações do partido no Turquestão declarava que era «acima de tudo dever dos comunistas ganhar a confiança dos povos trabalhadores e

¹⁵¹ Castagné (*Revue du monde musulman*, LI (1922), 207) coloca estes acontecimentos na primeira metade de 1919, mas acrescenta que se lhes seguiram imediatamente negociações para um tratado com Moscovo (que foi concluído em Setembro de 1920); parece que datou com o erro de um ano.

¹⁵² M. P. Frunze, *Sobranie Sochinenii*, I (1929), 142-3; *Revue du monde musulman*, LI (1922), 219.

¹⁵³ *Novyi Vostok*, II (1922), 272.

¹⁵⁴ A. Barmine, *One Who Survived* (1945), p. 103.

¹⁵⁵ *Vos'moi Vserossiiskii S' 'ezd Sovetov* (1921), p. 225-6.

¹⁵⁶ Ver adiante, p. 431-2.

oprimidos»¹⁵⁷. Fizeram-se tentativas para acabar com a discriminação nacional¹⁵⁸. Mas havia poucos comunistas experimentados no Turquestão e as doutrinas ditadas de Moscovo pareciam inaplicáveis num país em que o princípio da igualdade e não-discriminação nacional subordinaria uma minoria russa, pequena e relativamente progressista, às massas camponesas atrasadas, representadas por um punhado de intelectuais muçulmanos inclinados para o nacionalismo. A situação convidava a abusos que não podiam ser rapidamente extirpados. Safarov, um dos poucos «velhos bolcheviques» que tinham visitado o Turquestão, escreveu em 1920:

Desde os primeiros dias da revolução, o poder soviético estabeleceu-se no Turquestão como o poder de um delegado estrato de operários ferroviários russos. Mesmo agora, está espalhada a impressão de que só os russos podem ser os titulares da ditadura proletária no Turquestão... Encontra-se a cada passo desigualdade nacional no Turquestão, desigualdade entre europeus e nativos... No Turquestão, houve alguns comunistas esquisitos e eles ainda não desapareceram todos¹⁵⁹.

Algumas semanas depois, um delegado muçulmano do Turquestão fez um discurso sincero sobre o mesmo tema, no congresso dos povos do Oriente de Baku. Queixando-se de que Zinoviev, Radek e outros dirigentes revolucionários nunca tinham estado no Turquestão e referindo-se às «imperfeições» da política soviética dos três anos anteriores, pediu

¹⁵⁷ G. Safarov, *Kolonial'naya Revolyutsiya: Opyt' Turkestana* (1921), p. 133.

¹⁵⁸ Dois exemplos de uma política mais conciliatória citados por Castagné (*Revue du monde musulman*, L (1922), 68-9) ilustram as complicações da vida no Turquestão: no Inverno de 1920-1, substituiu-se o domingo pela sexta-feira como dia de descanso semanal e as autoridades locais aceitaram, pela primeira vez, telegramas em línguas locais.

¹⁵⁹ *Pravda*, 20 de Junho de 1920. No décimo congresso do partido, em Moscovo, em Março de 1921, Safarov contou que, no Verão anterior, tinha visto o seguinte aviso numa pequena cidade do Turquestão: «Como o serviço divino é hoje oficiado por um padre comunista, todos os membros do Partido Comunista estão convidados para assistirem a ele» (*Desyatyi S' 'ezd Rossijskoi Kommunisticheskoj Partii* (1921), p. 104). Broido observou a existência de comunistas muçulmanos que «rezam às horas determinadas» e de um arquimandrita russo que «preside a um comité de comarca e edita um jornal do partido e do soviete» (*Zhzn' Natsional'nostei*, n.º 23 (80), 18 de Julho de 1920).

o afastamento dos «vossos colonos, que agora operam sob o disfarce do comunismo» (a acta regista aplausos e gritos de «bravo», neste momento) e continuou:

Há entre vós, camaradas, pessoas que, sob a máscara do comunismo, arruinam todo o poder soviético e deitam a perder toda a política soviética no Oriente¹⁶⁰.

A acusação foi repetida no décimo congresso do partido de Março de 1921, em Moscovo, quando Safarov, na qualidade de um dos delegados do Turquestão, criticou de novo a composição do partido local e pediu uma luta mais activa tanto contra o chauvinismo grão-russo como contra o nacionalismo muçulmano⁶¹. Ainda em Janeiro de 1922 o comité central do partido estava a exortar publicamente os comunistas do Turquestão a desembaraçarem-se do «desvio colonialista» e a avisá-los de que não se podia permitir que o Turquestão se transformasse «num Ulster russo — a *fronde* dos colonos de uma minoria nacional que conta com apoio do centro»¹⁶².

O problema nacional estava, por conseguinte, ainda por resolver quando, em 11 de Abril de 1921, um decreto do VTsIK criou uma República Soviética Socialista do Turquestão como unidade autónoma da RSFSR¹⁶³, embora as hesitações que acompanharam a decisão se revelassem no envio para Tásquente de «uma comissão provisória para os assuntos do Turquestão», responsável perante o VTsIK e o Sovnarkom, para «a execução prática da política do regime soviético na questão nacional»¹⁶⁴. A nova república abrangia a parte da Ásia Central desde o Mar Cáspio, a oeste, até ao Sinkiang, a leste, desde as fronteiras da Pérsia e do Afeganistão, a sul,

¹⁶⁰ *Iyi S' 'ezd Narodov Vostoka* (1920), pp. 85-91.

¹⁶¹ *Desyatyi S' 'ezd Rossiskoi Kommunisticheskoi Partii* (1921), pp. 162-8. Estaline não deu nenhuma resposta directa a Safarov no congresso, ao mesmo tempo que aceitou a maioria das suas emendas à resolução sobre a questão das nacionalidades; numa ocasião anterior, Estaline tinha minimizado a acusação de «chauvinismo de grande potência» e falado em termos críticos das «reminiscências nacionalistas» entre os comunistas de língua turca (*Sochineniya*, V, 1-3).

¹⁶² *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 3 (132), 26 de Janeiro de 1922.

¹⁶³ *Sobranie Uzakonenii*, 1921, n.º 32, art. 172.

¹⁶⁴ *Ibid.*, n.º 32, art. 173. Os membros da comissão eram Tomsky e Rudzutak, recentemente protagonistas da questão dos sindicatos, no décimo congresso do partido, em Março de 1921; A. Barmine, *One Who Survived* (1945), p. 99, descreve uma visita a eles, em Tásquente.

até aos limites do Cazaquistão, a norte. O órgão supremo da república era o «Congresso de Sovietes de Deputados Operários, Dehkans, Camponeses, do Exército Vermelho e Cosacos»; a inclusão digna de nota dos «dehkans», ou camponeses muçulmanos, destinava-se manifestamente a proclamar a nova política de igualdade nacional. O novo regime não conseguiu obter uma paz imediata. No Outono de 1921, Enver Pachá apareceu subitamente em cena para se colocar à cabeça de uma séria rebelião na Bokhara Oriental. Fazendo apelo às aspirações panturanianas do movimento da «jovem Bokhara» e de muitas das comunidades muçulmanas do Turquestão, efectuou uma junção com os Basmaques e amotinou a parte oriental do país contra Tásquente¹⁶⁵. A revolta foi finalmente sufocada, depois de uma luta de muitos meses, no decurso da qual o próprio Enver foi morto, em 4 de Agosto de 1922 — fim trivial para uma carreira melodramática. A partir daí, a autoridade soviética restabeleceu-se gradualmente. Não foi senão depois da formação da União Soviética e da morte de Lenine que se decidiu facilitar o problema do governo do Turquestão e conceder um alcance mais lato às aspirações nacionais dividindo-o em quatro repúblicas nacionais separadas. Aproveitou-se também esta ocasião para cumprir uma promessa feita, em 1920, à recém-formada república autónoma cazaque de transferir para ela, «de acordo com uma declaração da vontade da população»¹⁶⁶, as terras cazaques até aí incluídas no Turquestão.

d) *As Repúblicas Transcaucásicas*

A situação na Transcaucásia complicava-se pelo carácter duplo do problema nacional. A região compreendia, como as regiões periféricas ocidentais, povos avançados cuja reivin-

¹⁶⁵ O relato mais completo da rebelião basmaque, com alguns pormenores pitorescos sobre as pretensões pan-islâmicas de Enver, encontra-se em *Novyi Vostok*, II (1922), 274-84. Segundo Castagné, *Revue du monde musulman*, LI (1922), 228-9, Enver foi convidado pelos bolcheviques para servir de intermediário com os rebeldes, mas, em vez disso, passou-se para eles; no entanto, o autor já não estava na Ásia Central, nesta altura, e as suas fontes nem sempre são de confiança.

¹⁶⁶ *Politika Sovetskoi Vlasti po Natsional'nomu Voprosu* (1920), p. 44, art. 65.

dicação de independência não podia ser rejeitada sem mais e, como as regiões periféricas orientais, povos primitivos cujo estágio de desenvolvimento os limitava às formas mais elementares de autonomia local. Além de uma substancial população imigrante de Russos e Turcos, a Transcaucásia era a pátria de uns oito grupos nacionais indígenas, dos quais os três maiores — os Georgianos, os Armênios e os Azerbaijanos — tinham todos menos de 2 000 000 membros; e a mistura de povos diferentes tinha sido uma fonte comum de conflito. A estrutura económica e social era igualmente variada. Os níveis de vida dos camponeses eram baixos, mesmo em comparação com a Rússia Europeia; os mais baixos de todos eram os do Azerbaijão. Entre os *beks* do Azerbaijão muçulmano e os príncipes da Geórgia cristã, sobreviviam sistemas feudais de posse da terra; a Arménia e, em grau muito menor, a Geórgia, possuíam uma classe comercial e uma intelligentsia radical, mas não tinham virtualmente proletariado, se exceptuarmos um punhado de ferroviários; em Baku, a indústria do petróleo tinha atraído uma grande colónia russa e arménia e um proletariado que era, em parte, indígena e, em parte, russo.

As fronteiras étnicas que dividiam os três mais importantes grupos nacionais eram, em muitos sítios, pouco definidas. A Arménia sofreu particularmente neste aspecto, devido à frequente perseguição e dispersão das populações arménias pela Turquia. Havia mais Armênios na Geórgia e no Azerbaijão que na república arménia tal como acabou por se constituir; Tiflis, a capital da Geórgia, tinha uma maior população arménia que qualquer outra cidade e continha mais Armênios que Georgianos. Nestas circunstâncias, as animosidades nacionais dirigiam-se tão frequentemente contra grupos nacionais rivais como contra o poder russo, comparativamente apagado:

Se... não há nenhum nacionalismo *anti-russo* sério na Geórgia (escreveu Estaline, em 1912) é acima de tudo porque não há lá terratenentes russos nem uma grande burguesia russa que forneçam o combustível para este nacionalismo entre as massas. Na Geórgia, há um nacionalismo *anti-arménio*; mas isto é porque existe lá uma grande burguesia arménia que, suplantando a burguesia georgiana, pequena e ainda não consolidada, arrasta esta para um nacionalismo anti-arménio¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Stalin, *Sochineniya*, II, 307.

A Revolução de Fevereiro, tanto ao estimular os movimentos nacionais como ao paralisar o controle russo, abriu as portas a um período prolongado de perturbação e caos. Em nenhuma parte do antigo império czarista, contudo, parecia uma solução em linhas nacionais menos promissora ou menos praticável, à primeira vista. Um congresso regional de bolcheviques caucasianos, realizado em Tiflis, em Setembro de 1917, chegou à conclusão de que, em vista da variedade, pequeno número e mistura geográfica das nações do Cáucaso, não podia «recomendar nem a separação nem a formação de estados federados pelas nacionalidades caucasianas»¹⁶⁸.

O primeiro resultado da Revolução de Outubro foi a constituição, em Tiflis, em 15/28 de Novembro de 1917, de um «comissariado transcaucásico», cuja autoridade provinha de uma assembleia transcaucásica, composta por uma combinação engenhosa dos delegados eleitos pelas províncias transcaucásicas para a Assembleia Constituinte de Petrogrado com delegados suplementares escolhidos pelos diferentes partidos, nas mesmas proporções. O comissariado personificava uma coligação difícil entre os chefes do Azerbaijão e os terratenentes georgianos, que esperavam substituir a sua autoridade à do defunto poder russo; e a intelligentsia radical georgiana, que alimentava aspirações nacionais e esperava também vir a constituir a classe dirigente de uma nação futura¹⁶⁹. A sua composição e força motriz eram predominantemente georgianas. O presidente era o político radical georgiano Gueguetchkori e funcionava lado a lado com um «centro regional» de soviets locais de deputados operários camponeses e soldados, que era presidido pelo dirigente menchevique georgiano Jordania. O comissariado não pretendeu, a princípio, constituir um governo ou reivindicar a independência para a Transcaucásia. A sua primeira proclamação, publicada em 18 de Novembro/1 de Dezembro de 1917, em nome da «democracia revolucionária transcaucásica», afirmava «a completa autodeterminação das nacionalidades proclamada pela Revolução Russa», mas só reivindicava o exercício da autoridade até à convocação da Assembleia Constituinte, em Petrogrado¹⁷⁰. Não obstante, o

¹⁶⁸ *Revoljutsiya i Natsional'nyi Vopros: Dokumenty i Materialy*, ed. S. M. Dimanshtein, III (1930), 411-12.

¹⁶⁹ *Stalin, Sochineniya*, IV, 53.

¹⁷⁰ A fonte mais completa para estes acontecimentos é o volume de *Dokumenty i Materialy po Vneshnei Politike Zakavkaz'ya i Gruzii*,

seu aspecto era essencialmente antibolchevique e a sua recusa, depois da dissolução da Assembleia Constituinte, em reconhecer o Governo Soviético russo dava-lhe, fossem quais fossem as suas declarações, um estatuto independente *de facto*.

Entrementes, tinha sido assinado um armistício com os Turcos, em 5/18 de Dezembro de 1917, e as últimas tropas da frente russa desvaneceram-se. O tratado de Brest-Litovsk de 2 de Março de 1918, na negociação do qual a Transcaucásia não tomou parte, continha uma cláusula para a cedência à Turquia das províncias georgianas de Kars e Batum e do distrito fundamentalmente arménio de Ardahan. Foi ruidosamente denunciado por destacados representantes georgianos¹⁷¹ e o comissariado transcaucásico protestou oficialmente contra a cedência de províncias transcaucásicas por um acto concluído sem o seu conhecimento nem aprovação¹⁷². A Turquia apressou-se a tomar conta dos seus novos ganhos, ocupando Batum, em 15 de Abril de 1918, e mostrou alguma ambição de ampliá-los. Confrontada com a necessidade de se opor à ameaça turca e sem esperança de apoio russo, a assembleia transcaucásica proclamou, em 22 de Abril, uma República Federal Transcaucásica independente¹⁷³. A sua autoridade pretendia abranger as províncias transcaucásicas do antigo império czarista, com excepção das áreas cedidas à Turquia em Brest-Litovsk e da cidade de Baku. Em Baku, graças sobretudo à grande colónia de operários, russos e outros, na indústria petrolífera, os bolcheviques obtiveram uma posição firme, no primeiro Inverno da revolução. Em Abril de 1918, constituiu-se um governo soviético regular, encabeçado por Chaumyan, um velho bolchevique e amigo de Lenine, que gozou do apoio de uma grande parte da substancial comunidade arménia, que receava a população turcófila azerbaijana do interior. Nestas condições, sobreviveu

publicado pelo governo georgiano, em Tiflis, em 1919; para a proclamação de 18 de Novembro/1 de Dezembro de 1917, ver pp. 8-10.

¹⁷¹ *Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 164, 168, 171.

¹⁷² Z. Avalishvili, *The Independence of Georgia in International Politics* (s. d. (1940?)), p. 27. É uma tradução inglesa de um livro de um diplomata burguês georgiano, publicado, em Paris, em russo, em 1924.

¹⁷³ Os debates da assembleia encontram-se em *Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 200-22. O presidente da assembleia era o conhecido menchevique georgiano Tchkhaidze; o primeiro ministro do novo governo, outro georgiano chamado Tchkhkeneli.

durante cerca de quatro meses. Por outro lado, uma declaração de Estaline, em Maio de 1918, de que Baku, como «a cidadela do poder soviético na Transcaucásia», tinha «agrupado à sua volta toda a Transcaucásia Oriental, de Lenkoran e Kuba a Elizavetpol»¹⁷⁴ parece ter sido pouco mais que um pensamento ditado pelo desejo de que assim fosse.

A experiência da unidade transcaucásica teve vida curta. Quando, em Maio de 1918, se reuniu em Batum uma conferência para concluir a paz com a Turquia, as animosidades latentes entre os três membros da República Transcaucásica depressa vieram à luz. Os Georgianos esperavam apoio incondicional dos seus companheiros na oposição às pretensões turcas sobre Batum. Mas os agravos arménios contra a Geórgia eram tão vivamente sentidos como as suas razões de queixa dos Turcos e os Azerbaidjanos preferiam os seus parentes e correligionários turcos aos seus associados cristãos. O ciúme pelo papel dominante da Geórgia na república era comum à Arménia e a Azerbaidjão. Em todos os três países, estes atritos nacionais eram atiçados e explorados pelo partido governante — os mencheviques, na Geórgia, os *Dashnaks*, na Arménia, e o partido Musawat («igualdade»), no Azerbaidjão. A cooperação depressa ruiu. Em 26 de Maio de 1918, a assembleia transcaucásica reuniu-se para dissolver a república e, no mesmo dia, uma assembleia nacional georgiana proclamou um república georgiana independente¹⁷⁵. Dois dias depois, foram proclamadas as repúblicas independentes da Arménia e do Azerbaidjão.

A independência destas novas criações mostrou-se ainda menos durável que a da República Transcaucásica. Poucas semanas depois, forças turcas invadiram a maior parte da Arménia e do Azerbaidjão. A Arménia independente deixou de

¹⁷⁴ Stalin, *Sochineniya*, IV, 96.

¹⁷⁵ Os discursos do porta-voz georgiano, Tsereteli, na última sessão da assembleia transcaucásica, encontram-se em *Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 317-30; a declaração da independência da Geórgia, *ibid.*, pp. 336-8; esta última encontra-se também em Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, II (1926), 435-6. A declaração censura ao Governo Soviético russo ter aberto «as fronteiras da Geórgia à invasão do inimigo e ter-lhe cedido território georgiano» e cita o decreto soviético que reconhecia «a liberdade de todos os povos que fazem parte da Rússia de escolherem um regime político adequado, incluindo inteira separação da Rússia». O tom debilmente apologeticó de ambos os documentos revela um forte traço de incerteza sobre as perspectivas finais da independência.

existir, mesmo nominalmente, e o governo do Azerbaijão tornou-se um fantoche do comando militar turco. A Geórgia salvou-se do mesmo destino procurando o patrocínio e protecção do aliado da Turquia, a Alemanha. Em 28 de Maio de 1918, foi assinado um tratado germano-georgiano, nos termos do qual a Geórgia aceitava as fronteiras de Brest-Litovsk, mas obtinha uma garantia tácita alemã contra posteriores invasões turcas. A Alemanha concordou com designar funcionários diplomáticos e consulares na Geórgia, embora se abstivesse de reconhecer formalmente a Geórgia independente, aparentemente por respeito pelas susceptibilidades russas ¹⁷⁶. A Alemanha assegurava, assim o contróle da importante via férrea transcaucásica, que transportava o petróleo de Baku para o Mar Negro, e a Geórgia concordou com pôr as suas matérias-primas, a mais importante das quais era, de longe, o manganésio, à disposição da Alemanha, enquanto durasse a guerra. Fortalecida por esta aliança, a Geórgia concluiu um tratado de paz com a Turquia, em 4 de Junho de 1918 ¹⁷⁷. Uma guarnição alemã estabeleceu-se em Tiflis e o tratado germano-soviético suplementar ao de Brest-Litovsk, que foi assinado em Berlim, em 27 de Agosto de 1918, continha uma cláusula pela qual o Governo Soviético aceitava o reconhecimento alemão de uma Geórgia independente.

A razão que permitiu à Geórgia afirmar uma independência nominal e, em certa medida, real, numa altura em que a Arménia e o Azerbaijão se extinguíram virtualmente como entidades independentes, foi, em parte, accidental. A Alemanha estava interessada no manganésio da Geórgia e estava também preocupada com manter a sua posição no Cáucaso para controlar o seu aliado pouco digno de confiança e para vigiar a Rússia e, por estas razões, estava deseiosa de lançar o manto do poder alemão sobre a República da

¹⁷⁶ Um incidente na curta carreira da República Transcaucásica foi um oferecimento do comandante alemão local, General von Lossow, para servir de medianoiro entre ela e a República Soviética Russa. Este oferecimento foi aceite por Tchitcherine, *Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 302-3, mas não levou a nada, presumivelmente devido à dissolução da República Transcaucásica.

¹⁷⁷ Os tratados germanos-georgianos estão publicados em *Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 339-42. O principal tratado georgiano turco é omitido, aparentemente por lapso, visto que há um corte no texto, entre as pp. 352 e 353. Há estranhas discrepâncias entre o texto e o índice, neste ponto: este omite completamente os tratados com a Alemanha.

Geórgia. Mas a Geórgia gozava também de certas vantagens próprias sobre os outros dois grupos nacionais transcaucásicos. A Geórgia possuía os restos de uma aristocracia georgiana nativa e os elementos de uma burguesia e intelligentsia nativas, que lhe davam uma certa coesão nacional. Na Geórgia, mesmo o partido Social-Democrata era um vigoroso produto nativo e produziu várias figuras notáveis para além do próprio Estaline, embora, como a maioria dos grupos sociais-democratas russos fora das grandes áreas industriais, fosse sobretudo de composição e direcção menchevique. A nomeação de Jordania, o chefe do partido e presidente do soviete, como chefe do governo, em Junho de 1918, terminou com a dualidade de governo e soviete e confirmou os mencheviques como força dirigente. A questão de saber se a Geórgia, na ausência de intervenção externa de qualquer lado, poderia ter firmado, nestes anos, uma independência efectiva como minúscula república burguesa continua a ser académica. Mas as suas pretensões eram algo menos artificiais que as dos outros dois principais povos transcaucásicos.

O Verão de 1918 tinha, portanto, visto a Transcaucásia dividida entre a Alemanha e a Turquia, com a Rússia totalmente excluída, excepto no que se refere ao precário domínio soviético sobre a cidade de Baku. A derrota dos Impérios Centrais, no Outono desse ano, teve o efeito de substituir o poder alemão e turco pelo britânico. Forças britânicas sob o comando do General Dunsterville tinham já avançado da Pérsia para o Azerbaijão e entrado de facto em Baku, em Agosto de 1918, apenas para retirarem, em 15 de Setembro, perante o avanço turco¹⁷⁸. Quando tanto a resistência alemã como a turca sucumbiram, seis semanas depois, forças britâ-

¹⁷⁸ Estas operações estão vivamente descritas, com comentários políticos ingénuos, mas, ocasionalmente, esclarecidos, em L. C. Dunsterville, *The Adventures of Dunsterforce* (1920). Uma tradução russa com o título *Britanskii Imperializm v Baku i Persii, 1917-1918* foi publicada, em Tiflis, em 1920. Os vinte e seis comissários soviéticos que tinham constituído o governo de Baku de Abril a Julho de 1918 fugiram antes da chegada das forças britânicas a Baku. Mas, em Setembro, caíram nas mãos das autoridades antibolcheviques da Transcaúpsia e foram assassinados — com, alegou-se, a cumplicidade ou aprovação tácita do comandante militar britânico local. Este acto tornou-se uma *cause célèbre* e a responsabilidade por ele estava ainda a ser discutida em correspondência entre os governos britânico e soviético quatro anos depois (Cmd 1846 (1923)).

nicas avançaram de novo e ocuparam Baku e as principais cidades da Transcaucásia, a tempo de matar à nascença, em Dezembro de 1918, uma guerra de fronteiras incipiente entre a Geórgia e a Arménia¹⁷⁹. Em 31 de Dezembro de 1918, o governo britânico informou uma delegação georgiana de que «encara com simpatia a proclamação da independência da República da Geórgia e está pronto a apressar o seu reconhecimento na conferência de paz» e os governos nacionais da Arménia e do Azerbaijão, ressuscitados pela queda da Turquia e gozando de um grau menos manifesto de protecção britânica, mandaram também delegações à conferência de paz de Paris. Aqui, contudo, a questão complicou-se pelo apoio dado a Koltchak e Denikine, que não estavam dispostos a reconhecer a independência transcaucásica. Foi só depois da derrota dos principais exércitos «brancos» que o Conselho Supremo decidiu, em Janeiro de 1920, a instâncias de Curzon, o reconhecimento *de facto* da Geórgia, Azerbaijão e Arménia. Mas lindas palavras em Paris pouco significavam na Transcaucásia. Antes do final de 1919, as tropas britânicas tinham-se retirado de toda a área (com excepção do porto de Batum, onde permaneceram até Julho de 1920). Na ausência de apoio estrangeiro, e mesmo de um acordo elementar entre si próprias, as repúblicas burguesas independentes transcaucásicas não tinham capacidade para sobreviverem.

O aspecto significativo da política transcaucásica desde a Revolução de Outubro tinha sido a ausência do poder soviético. O vácuo tinha sido preenchido, formalmente, por governos locais independentes, na realidade, pelo poder militar, primeiro, da Alemanha e da Turquia e, depois, da Grã-Bretanha. Quando a Grã-Bretanha se retirou finalmente, o poder russo estava pronto a ocupar o lugar dela. As três repúblicas transcaucásicas tinham sido boicotadas pelo Governo Soviético como fantoches de uma potência estrangeira. Sucumbiram agora, pela ordem da sua fraqueza. No fim de Abril de 1920, o governo do Azerbaijão deixado no poder pelas tropas britânicas em retirada, beneficiário do reconhecimento aliado

¹⁷⁹ É divertido registar que o governo georgiano, no mesmo dia em que mandou um protesto formal contra a entrada de tropas britânicas na Geórgia (22 de Dezembro de 1918) apelou também para a missão militar britânica pedindo auxílio para impedir ataques arménios a território georgiano (*Dokumenty i Materialy* (Tiflis, 1919), pp. 425-6, 478-9).

de 1920, foi derrubado sem muita dificuldade por uma insurreiçãocomunista em Baku. Um «comité militar revolucionário», actuando em nome do proletariado revolucionário de Baku e do campesinato trabalhador do Azerbaijão, denunciou os componentes do extinto governo como traidores e apelou para Moscovo para concluir «uma aliança fraterna para a luta comum contra o imperialismo mundial». Depressa apareceu auxílio. Foi proclamada uma República Soviética Socialista do Azerbaijão, e Kirov, Ordjonikidze e Mikoyan — um russo, um georgiano e um arménio — chegaram, para lançar as bases do poder soviético na Transcaucásia¹⁸⁰. Por enquanto, contudo, com a guerra com a Polónia ainda a começar, as autoridades soviéticas preferiram a prudência e abstiveram-se de procurar mais ganhos. Em 7 de Maio de 1920, assinaram algo inesperadamente um tratado com o governo burguês da Geórgia, que obteve assim reconhecimento soviético, ao preço de reconhecer ele próprio a República Soviética do Azerbaijão¹⁸¹. Do ponto de vista soviético, não era coisa nova; tinha-se seguido a mesma política nos acordos com os governos burgueses dos países bálticos. Mas, não obstante, era difícil acreditar que o poder soviético, depois de se ter implantado ao longo do Cáucaso, limitasse o seu âmbito ao Azerbaijão ou que a Geórgia pudesse permanecer indefinidamente como um pomo de discórdia sem dono, entre a Rússia Soviética e uma Turquia renascida.

A segunda fase teve lugar na Arménia. Devido ao medo e ódio aos Turcos, os Arménios eram tradicionalmente russófilos, sem ter em conta o regime do momento; exemplo único entre os governos transcaucásicos, o governo *dashnak* da

¹⁸⁰ O relato mais completo deste episódio encontra-se em M. D. Bagirov, *Iz Istorii Bol'shevistskoi Organizatsii v Baku i Azerbaidzhane* (1946), pp. 193-8; os apelos do comité militar revolucionário azarbaijano e do comité central do Partido Comunista Azerbajiano encontram-se em *Klyuchnikov i Sabanin, Mezhdunarodnaya Politika*, III, (1928), I, 21-2.

¹⁸¹ *Sobranie Uzakonenii*, 1920, n.º 64, art. 282. Em 30 de Abril de 1920, Jordania, falando na Assembleia Constituinte georgiana do golpe do Azerbaijão, tinha observado que «se o próprio povo simpatiza com a invasão do seu país por uma força estrangeira, agir contra essa força seria uma violação da nossa parte dos direitos do povo em questão» (Z. Avalishvili, *The Independence of Georgia in International Politics* (s. d. (1940?), p. 260). Esta declaração conciliatória preparou, sem dúvida, o caminho para o acordo soviético-georgiano.

Arménia tinha arranjado maneira de ter relações amigáveis com Denikine. O restabelecimento do poder russo, na forma de soviets, no Azerbaijão, teve um poderoso efeito na Arménia e provocou uma insurreição combinada camponesa e bolchevique, que foi facilmente suprimida¹⁸². Depressa, contudo, vieram complicações da Turquia. O apoio moral dos aliados e a esperança longamente adiada e que não chegou a realizar-se de um «mandato» americano ou aliado sobre a Arménia tinham sido o activo principal do governo arménio. No Verão de 1920, com a retirada das últimas forças aliadas da Transcaucásia, estes sonhos desvaneceram-se. A assinatura demorada do tratado de Sèvres concedeu à Arménia, em 10 de Agosto de 1920, o reconhecimento formal por parte do governo fantoche turco de Constantinopla, mas infligiu um insulto inesquecível a Kemal e aos nacionalistas turcos. Em Outubro de 1920, rebentou a luta por uma questão de fronteiras e tropas turcas tomaram Kars e Alexandropol. Na Arménia, acreditava-se amplamente que havia um conluio entre os nacionalistas turcos e a Rússia Soviética para derrubar o governo *dashnak*¹⁸³. Se esse conluio tivesse existido poder-se-iam ter esperado resultados mais favoráveis para a Rússia Soviética. Assim como estavam as coisas, o avanço turco continuou. Foi só em fins de Novembro, quando a vitória turca era praticamente completa e o governo arménio estava em dissolução, que forças soviéticas avançaram do nordeste, trazendo com elas um comité revolucionário que proclamou

¹⁸² B. A. Bor'yan, *Armeniya, Mezhdunarodnaya, i SSSR* (1929), descreve este episódio. O autor, um bolchevique arménio, é palavroso e está mais interessado em teorias que em factos, mas utiliza fontes de outra forma de difícil acesso, incluindo documentos arménios, e não é totalmente acrítico. Segundo *Kommunisticheskii Internatsional*, n.º 13, Setembro de 1920, col. 2549, um «comité revolucionário» bolchevique tomou o poder, em Alexandropol, em 3 de Maio de 1920, e, uma semana depois, proclamou uma Arménia Soviética, mas não conseguiu prosseguir o êxito inicial. A mesma fonte (*ibid.*, col. 2547) avalia o número de membros da secção arménia do Partido Comunista Russo (não havia nenhum partido comunista arménio independente), nesta altura, em 3 000, a maioria deles residentes fora da Arménia.

¹⁸³ B. A. Bor'yan, *Armeniya, Mezhdunarodnaya, i SSSR* (1929), assinala por duas vezes o predomínio desta crença (II, 121, 136), que atribui à propaganda *dashnak*; ele próprio rejeita-a. A literatura antibolchevique do período contém várias histórias circunstanciais sobre um tratado secreto entre a Rússia Soviética e a Turquia para a eliminação das repúblicas transcaucásicas; nenhuma delas se apoia em provas de confiança.

uma nova República Socialista Arménia, com a capital em Erevan¹⁸⁴. Um governo arménio reconstituído depressa recebeu reconhecimento oficial de Moscovo e, em 2 de Dezembro de 1920, assinou-se um tratado de paz com a Turquia¹⁸⁵. Uma Arménia truncada sobreviveu como república soviética independente. O regime, contudo, não se estabeleceu sem mais resistência. Em meados de Fevereiro de 1921, a população insurgiu-se contra os seus novos governantes, tomando Erevan e as outras principais cidades. O comité revolucionário, nas palavras do historiador bolchevique arménio, «reconhecendo a sua própria impotência, chamou a Rússia Soviética em seu auxílio e, salvando-se pela fuga, sob a protecção de um pequeno destacamento, endossou para o Exército Vermelho a tarefa de salvar a Arménia». Diz-se que a insurreição foi provocada pela severidade das requisições de cereais e não foi senão no princípio de Abril, depois da promulgação da NEP, que a ordem foi completamente restabelecida¹⁸⁶. Não se pode senão conjecturar os papéis respectivos desempenhados pelos descontentamentos de carácter económico e pelos de carácter nacional nesta rebelião.

A república menchevique georgiana existia ainda e, nos seus últimos meses de vida, fez algumas incursões inesperadas e declaradas na arena internacional. Em Setembro de 1920, recebeu uma delegação de alguns dos mais distintos dirigentes sociais-democratas e trabalhistas da Europa Ocidental, entre os quais Kautsky, Vandervelde e Ramsay MacDonald. Era um momento em que os comunistas de toda a Europa, incitados pelo Comintern, estavam a tentar dividir os partidos socialistas. Os ânimos andavam exaltados. O objectivo da visita à Geórgia era coligir material de propaganda antibolchevique; e os Georgianos eram fornecedores assíduos¹⁸⁷. A Geórgia, agora bem metida na política interna-

¹⁸⁴ «O comité revolucionário da Arménia formou-se na fronteira entre o Azerbaijão e a Arménia e não tinha poder real. O seu único acto público foi a publicação da declaração que proclamava a República Socialista da Arménia» (B. A. Bor'van, *Armeniya, Mezhdunarodnaya Diplomatija, i SSSR* (1929), II, 122-3).

¹⁸⁵ *Klyuchnikov i Sabanin, Mezhdunarodnaya Politika*, III (1928), I, 75.

¹⁸⁶ B. A. Bor'van, *Armeniya, Mezhdunarodnaya Diplomatija, i SSSR* (1929), II, 133-40, 158-9.

¹⁸⁷ A visita da delegação deixou atrás de si uma extensa literatura antibolchevique, entre a qual livros de Kautsky e Vandervelde.

cional, fez uma proposta insistente, embora sem êxito, para admissão na Liga das Nações, na sua primeira assembleia, em Dezembro de 1920, e obteve reconhecimento *de jure* do Conselho Supremo dos aliados, no mês seguinte. Esta ânsia de procurar obter favor junto dos principais inimigos da Rússia Soviética não era muito prudente. No Congresso de Baku dos Povos do Oriente, em Setembro de 1920, realizado no momento em que a Geórgia recebia os sociais-democratas ocidentais, um dos oradores bolcheviques lançou um violento ataque contra a atitude da república menchevique para com as suas minorias e os seus vizinhos. Fizeram-se acusações de «destruir e exterminar» os Ossetes, de «queimar aldeias inteiras», na Abcásia, e de formular reivindicações chauvinistas em relação a território azerbaijano e arménio e lembrou-se como a Geórgia, em fins de 1918, tinha «começado uma guerra com a Arménia que só foi detida pela intervenção da Inglaterra»¹⁸⁸. Estaline, durante a sua visita ao Cáucaso, em Outubro de 1920, observou que, com a conclusão da paz entre a Rússia Soviética e a Polónia, poderia esperar-se que a Entente transferisse as suas operações militares para o sul, «em cujo caso é perfeitamente possível que a Geórgia, de acordo com as suas obrigações como querida da Entente, não se recuse a prestar serviços»¹⁸⁹. Em Novembro de 1920, o jornal oficial do Narkomnats queixou-se de que, embora o partido comunista tivesse sido legalizado, na Geórgia, depois do tratado soviético-georgiano de Maio de 1920, tivessem sido presos tantos comunistas que não restava ninguém na sede do partido, em Tiflis, a não ser uma empregada¹⁹⁰.

Durante todo o Inverno, continuaram a aparecer na imprensa soviética censuras ameaçadoras e concentraram-se exércitos soviéticos em territórios adjacentes. Uma questão de fronteiras com a Arménia Soviética provocou um rebanar local das hostilidades. Em 21 de Fevereiro de 1921, forças bolcheviques soviéticas e georgianas atravessaram a fronteira; dois dias depois, a Turquia apresentou um ultimato, exigindo a cedência dos dois distritos de Ardahan e Artvin, que foi aceite; em 25 de Fevereiro de 1921, Tiflis caiu e foi proclamada pelos vencedores uma República Soviética Socialista

¹⁸⁸ *Iyi S' 'ezd Narodov Vostoka* (1920), p. 149.

¹⁸⁹ Stalin, *Sochineniya*, IV, 379-80.

¹⁹⁰ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 34 (91), 3 de Novembro de 1920.

Georgiana¹⁹¹. Se exceptuarmos campanhas de limpeza nas regiões conturbadas do Turquestão, foi a última operação militar do Exército Vermelho nos territórios que, em breve, iriam constituir a URSS; e foi o único exemplo de sovietação forçada, durante quase vinte anos, até a guerra com o estrangeiro assomar de novo ameaçadoramente no horizonte. A ansiedade inusitada de Lenine, nesta ocasião, expressava-se numa carta a Ordjonikidze de 3 de Março de 1921, que recomendava não só «uma política de concessões em relação à intelligentsia georgiana e aos pequenos comerciantes» como até «uma coligação com Jordania ou mencheviques georgianos semelhantes»¹⁹². A coligação não se realizou, embora se proclamasse uma amnistia para os mencheviques. Por meados de Março, tinha cessado a resistência em todo o país e os políticos burgueses e mencheviques georgianos fugido para Paris, onde o primeiro e último ministro da república georgiana tinha apresentado as suas credenciais, no dia em que Tiflis caiu nas mãos dos bolcheviques. No decurso de 1921, os três distritos minoritários de Adjária (incluindo o porto de Batum), Abcásia e Iugo-Ossécia constituíram-se como repúblicas autónomas e uma região autónoma, respectivamente, dentro da RSS Georgiana.

e) Sibéria

Nas regiões europeias, centro-asiáticas e transcaucásicas do antigo Império Russo em que se instituíram autoridades independentes, depois de 1917, tinham existido, embora embrionários, movimentos nacionais, de forma que o processo de dispersão, embora posto em marcha ou fomentado pelas condições de guerra civil e de invasão estrangeira, tinha, de qualquer forma, algumas bases nacionais aparentes. Na Sibéria, onde os habitantes da cintura desenvolvida, ao

¹⁹¹ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, III (1928), I, 86-7, 91.

¹⁹² Lenine, *Sochineniya*, XXVI, 187. Pode supor-se que Lenine, em vésperas da introdução da NEP e da assinatura do acordo comercial com a Grã-Bretanha, não estava a pensar muito na Geórgia e que esta surpreendente disposição de temporizar com os mencheviques se devia a um desejo de reduzir o perigo de complicações internacionais. Lenine continuou, até ao fim da vida, a considerar a Geórgia como um ponto sensível da política soviética.

longo do caminho de ferro, eram sobretudo colonos russos e as tribos nativas estavam dispersas por áreas vastas e escassamente povoadas, não surgiram movimentos nacionalistas ou separatistas efectivos. A Buriato-Mongólia tornou-se uma região autónoma, em 1922, e uma república autónoma, no ano seguinte¹⁹³. O vasto território dos Iacutes, no Nordeste da Sibéria, foi reconhecido como república autónoma, em 1922, embora uma grande parte do país estivesse ainda em rebelião aberta até ao fim de 1923¹⁹⁴. Mas, para além destas excepções pouco importantes, as autoridades independentes que faziam o seu aparecimento de vez em quando eram, quer produtos de expedientes políticos temporários, quer aspirantes professos a governar sobre um Império Russo reconstituído.

Os seis meses a seguir à Revolução de Outubro foram marcados, na Sibéria, por uma espécie de interregno. O poder soviético afirmava-se esporádica e espasmodicamente; os sovietes locais, com um contacto mais ou menos intermitente com Moscovo e com outras autoridades locais, civis ou militares, exerciam um contróle indefinido, na maioria das regiões. Esta situação indeterminada foi quebrada pela acção militar estrangeira. Em 5 de Abril de 1918, desembarcaram em Vladivostoque forças japonesas, com o pretexto de protegerem as vidas e propriedades japonesas¹⁹⁵, e avançaram seguidamente, ao longo do caminho de ferro transiberiano, até ao lago Baical. Em Maio de 1918, as legiões checas, constituídas por antigos prisioneiros de guerra checos, cuja evacuação por Vladivostoque tinha sido negociada com o Governo Soviético, chocaram-se com os bolcheviques, na Sibéria Ocidental, e empreenderam uma acção militar organizada para salvar a sua posição. Não sem encorajamento aliado, movimentaram-se para oeste, em direcção ao Volga, cerrando,

¹⁹³ Ver adiante, p. 400, nota 217.

¹⁹⁴ O relato desta rebelião, que durou de Fevereiro de 1921 a Novembro de 1923, em *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 5 (76), 1928, pp. 66-102, dá mais informações sobre incidentes que sobre as causas profundas. Mas a afirmação de que a rebelião foi iniciada por oficiais «brancos» é provavelmente verdadeira; segundo *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 18 (116), 16 de Setembro de 1921, ela «tinha um carácter nacionalista claramente marcado, embora houvesse entre os rebeldes não só oficiais russos como até alguns magiares».

¹⁹⁵ *Foreign Relations of the United States, 1918: Russia, II*, (1932), 100.

assim, toda a Sibéria ao poder soviético e anexando temporariamente à Sibéria certas regiões da Rússia Europeia Oriental. Em 8 de Junho de 1918, os checos ocuparam o ponto chave de Samara.

Nestas condições, começaram a definir-se por toda a Rússia este-europeia e asiática vários «governos» antibolcheviques. Um grupo de antigos membros da Assembleia Constituinte, todos socialistas, quase todos SRs de direita, mas incluindo alguns mencheviques, constituíram um governo provisório em Samara, sob a protecção da legião checa. Em Omsk, constituiu-se, em Julho de 1918, um governo siberiano de composição burguesa que, durante os quatro meses seguintes, exerceu uma certa autoridade sobre a Sibéria Ocidental¹⁹⁶. Mais para leste, Semenov, o ataman dos cossacos siberianos, reuniu um exército, em Harbin, durante o Inverno de 1917, e, em Março de 1918, marchou para a Sibéria. A sua movimentação inicial parece ter sido feita com apoio francês, mas, à chegada das forças de ocupação japonesas, no Verão de 1918, depressa se entendeu com elas e, com a sua conivência, instalou-se em Chita, donde dominava uma parte considerável da Transbaicália.

A primeira tentativa de consolidar estas intervenções separadas criando uma única autoridade antibolchevique foi feita numa conferência em Ufa, em Setembro de 1918. Semenov, sem dúvida a instâncias dos seus patronos japoneses, boicotou esta conferência. Mas assistiram a ela representantes do governo siberiano de Omsk, do governo de Samara, dos chamados governos nacionais cazaque, turco-tártaro e básquire, de vários governos militares cossacos e de outras autoridades menos importantes de jurisdição algo incerta e, em 23 de Setembro de 1918, assinou um protocolo que constituía um «governo provisório panrusso». Até à convocação de uma assembleia constituinte, o governo estaria nas mãos de um directório de cinco membros, com o dirigente SR de direita Avxentiev como presidente¹⁹⁷. Fixou a

¹⁹⁶ A descrição mais completa deste governo, escrita por um dos seus membros, encontra-se em G. K. Gins, *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), I, 102-31.

¹⁹⁷ Os relatos mais completos da Conferência de Ufa encontram-se em G. K. Gins, *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), I, 207-55, e V. G. Boldyrev, *Direktoriya, Kolchak, Interventy* (Novonikolaevsk, 1925), pp. 35-53; o texto do protocolo encontra-se em Boldyrev, op. cit.,

sua sede em Omsk. A conferência não tinha, contudo, passado sem presságios ameaçadores. Ao mesmo tempo que ela se realizava, exércitos soviéticos retomavam Kazan e Simbirsk aos checos. A própria Samara caiu, em princípios de Outubro ¹⁹⁸. A autoridade do novo governo «panrusso» depressa ficou confinada aos limites da Sibéria Ocidental. Aqui, manteve-se no poder durante menos de dois meses. Em 18 de Novembro de 1918, o Almirante Koltchak, recentemente chegado de Vladivostoque, derrubou-o pela força e, com auxílio britânico, assumiu o título de «governante supremo». Como resultado deste passo, a maioria dos membros sobreviventes do governo de Samara fez as pazes com os bolcheviques.

O episódio de Koltchak durou de Novembro de 1918 até aos primeiros dias de 1920. Semenov recusou-se a submeter-se-lhe, como se tinha recusado a submeter-se ao governo siberiano e, quando Koltchak, em Dezembro de 1918, publicou uma ordem que depunha Semenov do seu comando e exigia a sua obediência, as autoridades militares japonesas fizeram saber que não tolerariam qualquer interferência de Koltchak — a quem consideravam como instrumento dos Ingleses — para leste do lago Baical ¹⁹⁹. Mais para oeste, Koltchak gozou de fortuna variável, mas incompatibilizou-se com todos os partidos russos, com excepção dos da extrema-direita, pelo seu tratamento impiedoso dos adversários políticos e por ferozes expedições punitivas adoptadas como represália por repetidos motins camponeses. O auge da sua carreira foi atingido no Verão de 1919, quando obteve um reconhecimento condicional dos aliados como governante *de facto* da Rússia, aceitando os outros generais «brancos», incluindo Semenov, formalmente a sua autoridade suprema. Mas, no Outono de 1919, a situação à rectaguarda tornou-se crítica: «revoltas camponesas estenderam-se por toda a Sibéria como um mar

p. 493-7 (tradução em *Foreign Relations of the United States, 1918: Russia*, II (1932), pp. 406-9). Boldyrev era comandante das forças do directório. Depois do golpe de Koltchak, retirou-se para o Japão e reapareceu em Vladivostok, em 1920, como russo «branco» *persona grata* para o estado-maior japonês; em 1922, rendeu-se aos bolcheviques e foi amnistiado; as suas memórias, citadas atrás, foram publicadas por uma editora soviética.

¹⁹⁸ *Foreign Relations of the United States, 1918: Russia*, II (1932), 381, 409-10.

¹⁹⁹ G. K. Gins, *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), II, 38.

ininterrupto»²⁰⁰. Em Outubro, tropas soviéticas tomaram a ofensiva e a miscelânea das forças de Koltchak depressa começou a desintegrar-se. Omsk foi evacuada, em 10 de Novembro de 1919, e tomada pelos bolcheviques, alguns dias depois²⁰¹. Neste momento, as legiões checas, numa nota aos aliados, renunciaram a toda a responsabilidade posterior pela manutenção da ordem ao longo da linha do caminho de ferro e pediram imediata evacuação. O pedido era justificado por uma aberta denúncia do regime de Koltchak:

Sob a protecção das baionetas checoslovacas, os órgãos militares locais cometem actos que horrorizam todo o mundo civilizado. O incêndio de aldeias, o espancamento de pacíficos cidadãos russos por destacamentos militares, o fuzilamento sem julgamento de representantes da democracia por simples suspeita de não serem politicamente de confiança, são um fenómeno diário²⁰².

Em Irkutsk, onde Koltchak se instalou momentaneamente, a situação depressa se tornou desesperada. Em 24 de Dezembro de 1919, deu-se uma insurreição que terminou, em 5 de Janeiro de 1920, com a debandada formal do governo de Koltchak e a tomada do poder por um «centro político» local de composição predominantemente SR²⁰³. Koltchak, que tinha fugido para Verkhne-Udinsk, assinou uma ordem a entregar os seus poderes supremos a Denikine e a autoridade civil e militar sobre a Sibéria ao seu velho inimigo, Semenov²⁰⁴.

²⁰⁰ Ibid., II, 397.

²⁰¹ Ibid., II, 413 (onde «Outubro» é uma gralha em vez de «Novembro»); *Foreign Relations of the United States, 1919: Russia* (1937), p. 225.

²⁰² O texto da nota encontra-se em G. K. Gins, *Sibir' Soyuznik i Kolchak* (Pequim, 1921), II, pp. 441-2. Segundo a mesma autoridade, o delegado checo, quando membros do governo de Koltchak lhe censuraram o facto de que tropas checas tinham também participado nestes excessos, replicou: «Isso é verdade, e é precisamente porque o nosso exército está a ser desmoralizado pelo contacto com o vosso que estamos a tentar retirá-lo rapidamente» (ibid., II, 529).

²⁰³ *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), II, 501.

²⁰⁴ G. K. Gins, op. cit., II, 565-6; o protocolo que faz a transferência para Semenov está reproduzido em facsimile em B. Borisov, *Dal'nyi Vostok* (Viena, 1921), pp. 15-16. Um pequeno destacamento de tropas de Koltchak, sob o comando de um General Kappel, escapou à derrocada e, numa marcha sensacional através da Iacútia e pelo lago Baical gelado (referida mais tarde como a «campanha do gelo»), conseguiu reunir-se a Semenov (G. K. Gins, op. cit., II, 550-4). Os «Kappelevtsy» permaneceram unidos e continuaram a ser um ele-

Depressa se chegou à conclusão de que o «centro político» não tinha apoio sério e, em 22 de Janeiro de 1920, assinou-se um protocolo que transferia o poder para um «comité militar revolucionário», que empreendeu a convocatória de um soviete de deputados operários, soldados e camponeses²⁰⁵. Koltchak foi detido pelos checos, durante uma tentativa de fugir para leste, e rendeu-se ao comité militar revolucionário. Foi julgado e fuzilado, em 7 de Fevereiro de 1920²⁰⁶.

A queda de Koltchak, a conclusão da evacuação da legião checa e retirada das missões britânica e francesa deixaram os bolcheviques e os Japoneses frente a frente como únicas forças efectivas na Sibéria. O seguimento mostrou que esta confrontação inesperada era igualmente indesejável para ambos e que ambos se retraíam do conflito directo que ela ameaçava. Do lado russo, a vitória sobre Koltchak e Denikine tinha dado nova confiança e libertado grandes forças militares. Mas, na primeira metade de 1920, com perturbações cada vez mais sérias do aparelho administrativo e económico interno e com a ameaça crescente de um ataque da Polónia, o Governo Soviético tinha motivos para se retrair ante a responsabilidade de tomar conta de vastos territórios novos na Sibéria, para além da hostilidade certa, e oposição provável, do Japão a essa linha de acção. Por outro lado, o reconhecimento da autonomia ou independência de regiões afastadas estava agora firmemente enraizado na doutrina e prática bolchevique e uma acção estruturada nestas linhas era susceptível de exercer pronta atracção. Do lado japonês, uma intervenção isolada e visível na Sibéria depois da retirada dos outros aliados quadrava-se mal com a política cautelosa apoiada, neste período, pelo governo japonês. A situação do início de 1920 fez agudizar-se uma cisão que se abria gradualmente na política japonesa, entre um grupo militar que procurava prolongar indefinidamente a ocupação da Sibéria e um grupo civil, talvez apoiado pela influência da marinha, que queria ver o fim de um compromisso embaraçoso. O primeiro grupo insistia na conveniência de manter

mento turbulento na política da Sibéria Oriental, durante mais dois anos, distinguindo-se pelo seu tratamento particularmente impiedoso de quaisquer bolcheviques que encontrassem. Segundo um testemunho (*Revolyutsiya na Dal'nem Vostoke* (1923), p. 100), incluíam muitos Tártaros e Básquires originalmente recrutados em Ufa.

²⁰⁵ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), pp. 60-1.

²⁰⁶ Para o texto da sentença, ver *ibid.*, pp. 64-5.

a Rússia dividida e ter o bolchevismo ao alcance da mão; o segundo receava o antagonismo permanente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que a ocupação continuada poderia acarretar. Durante a primeira metade de 1920, o segundo destes grupos ganhou gradualmente a supremacia.

Foi este o fundo que conferiu realidade ao projecto aparentemente forçado de um «estado-tampão» para a Sibéria Oriental, que se originou durante o breve reinado do «centro político» de Irkutsk e era uma tentativa característica de criar uma estação intermédia entre o bolchevismo e o mundo burguês. O centro decidiu mandar uma delegação para fazer esta proposta ao comando militar soviético que agora avançava rapidamente para leste e convidou prudentemente o dirigente dos bolcheviques de Irkutsk, Kransnochtchekov, a acompanhar a delegação. Kransnochtchekov, que era de origem russo-judia, tinha passado muitos anos em Chicago e voltado para a Sibéria depois da Revolução de Fevereiro. As negociações tiveram lugar em Tomsk, em 19 de Janeiro de 1920, e foram brilhantemente bem sucedidas. O chefe SR da delegação de Irkutsk assegurou aos delegados bolcheviques, com base nas suas conversas com representantes americanos, que «a América estava pronta a admitir a existência de um estado-tampão com a inclusão no seu órgão de poder de um representante das forças comunistas». Chegou-se a acordo quanto à criação do estado-tampão, que se comprometeu a limpar o caminho de ferro de destacamentos militares estrangeiros «por meio de negociações diplomáticas» e a entregar Koltchak, o seu estado-maior e as reservas de ouro ao «poder soviético». Este acordo foi confirmado de Moscovo com as assinaturas de Lenine e de Trotsky, em 21 de Janeiro de 1920. Kransnochtchekov foi nomeado plenipotenciário do Governo Soviético junto do «centro político»²⁰⁷.

Foi o êxito do comité bolchevique de Irkutsk, durante a ausência de Kransnochtchekov, em derrubar o «centro político» que fez naufragar este engenhoso plano. Poucas semanas

²⁰⁷ O melhor relato deste episódio, incluindo o documento como publicado na imprensa de Irkutsk, encontra-se *ibid.*, pp. 55-7; ver também G. K. Gins, *Sibir', Soyuzniki i Kolchak* (Pequim, 1921), II, 545-6. H. K. Norton, *The Far Eastern Republic of Siberia* acrescenta pormenores aparentemente derivados de contactos individuais com pessoas em causa, mas falta-lhe compreensão política; engrandece constantemente o papel de Kransnochtchekov.

passadas, o Exército Vermelho tinha atingido Irkutsk e a autoridade do Governo Soviético era firmemente estabelecida até este ponto. Mas Kransnochtchekov, de forma alguma desencorajado, mudou-se para Verkhne-Udinsk e, em 6 de Abril de 1920, uma «assembleia constituinte» de delegados de «todos os povos do território transbaicálico» proclamou ali uma República do Extremo Oriente independente e democrática²⁰⁸. Kransnochtchekov, abandonando o seu papel diplomático, tornou-se primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros do governo do Extremo Oriente. Um dos seus colegas era «Bill» Shatov, um conhecido dirigente revolucionário americano, também de origem russo-judia. A nova república foi formalmente reconhecida pelo Governo Soviético, em 14 de Maio de 1920²⁰⁹.

A reacção japonesa foi mais hesitante. A decisão de evacuar a Sibéria tornou-se conhecida, ao que parece, em princípios de Março de 1920²¹⁰ e a retirada de posições avançadas começou por volta desta altura. A situação complicou-se, neste momento, pelo chamado «incidente de Nikolaevsk» de Março de 1920, quando o porto de Nikolaevsk, na embocadura do Amur, frente a Sacalina, caiu nas mãos de um chefe de guerrilheiros, de nome Tryapitsyne, com o aniquilamento ou captura da guarnição japonesa²¹¹. Aparente-

²⁰⁸ Em *A Short Outline History of the Far Eastern Republic* (Washington, 1922), pp. 40-2, encontra-se uma versão inglesa da declaração. Segundo H. K. Norton (*The Far Eastern Republic of Siberia* (1923), p. 136), foi redigida originalmente em inglês por Kransnochtchekov, que se sentia mais à vontade em inglês que na sua língua nativa.

²⁰⁹ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya, Politika*, III (1928), I. 24.

²¹⁰ *Revolyuetsiya na Dal'nem Vostoke* (1923), p. 102.

²¹¹ É difícil determinar exactamente o que aconteceu em Nikolaevsk, em Março de 1920. Nos finais de Fevereiro de 1920, o exército de Tryapitsyne ocupou a cidade e chegou a um certo *modus vivendi* com a guarnição japonesa. Segundo a maioria das versões soviéticas, os distúrbios de Março começaram com um ataque traiçoeiro dos Japoneses, em violação deste acordo; Tryapitsyne continuou na posse de Nikolaevsk até Maio, altura em que os Japoneses enviaram uma expedição por mar para o desalojar. Sabendo da aproximação de forças superiores, Tryapitsyne massacrou toda a população japonesa, incluindo os seus prisioneiros japoneses, saqueou a cidade e queimou-a de alto a baixo, antes de partir. Em princípios de Julho, foi capturado pelo Exército Vermelho e fuzilado, juntamente com os seus principais ajudantes. As incertezas do relato devem-se, em parte, a confusão entre os acontecimentos de Março e os de Maio e, em parte, ao facto de que os apologistas soviéticos, na ânsia de condenar as

mente como represália por este episódio, desembarcaram em Vladivostoque, em 4-6 de Abril de 1920, substanciais forças japonesas, que ocuparam outros centros da província marítima, entre cenas de violência e destruição desenfreadas; e, em 29 de Abril, foi imposto ao governo russo «branco» local um acordo humilhante, que estipulava uma ocupação prolongada da província marítima pelos Japoneses e uma retirada de todas as forças russas para uma distância de trinta verstas da zona japonesa²². Estas medidas marcaram uma vitória parcial para o partido militar japonês e uma decisão, que foi mantida durante os dois anos seguintes, de manter um domínio firme sobre Vladivostoque e a costa do Pacífico. Mas não alteraram a política geral de retirada das posições mais avançadas. Durante o Verão, as forças japonesas abandonaram gradualmente toda a Sibéria Oriental para lá da província marítima.

Esta política teve como corolário natural a aceitação do «estado-tampão». Em Maio de 1920, por volta da mesma altura do reconhecimento pelo Governo Soviético da República do Extremo Oriente, o comandante japonês da Sibéria publi-

represálias japoneses de Abril, não estão de acordo sobre se justificar a acção de Tryapitsyne, em Março, com fundamento na provocação japonesa ou se denunciá-lo como «anarquista» e «aventureiro» por cujas acções os bolcheviques não podiam razoavelmente ser considerados responsáveis. Assim, estão incluídas em *Revolyutsiya na Dal'men Vostoke* (1923), pp. 26-62, 119, duas versões contraditórias de autores diferentes (ao que parece, por lapso, já que não há comentário do editor). A primeira versão—que aceita Tryapitsyne como chefe bolchevique, minimiza a matança de civis em Março e realça a provocação japonesa—é a mais plausível e é, em linhas gerais, corroborada por P. S. Parfenov (*Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), pp. 95-7, 164-7). Não parece que tenha ocorrido aos bolcheviques desautorizar Tryapitsyne antes das atrocidades de Maio. Parfenov (*ibid.*, pp. 197-200) publica o veredicto de Julho de um tribunal militar sobre Tryapitsyne e os seus ajudantes, na imprensa local da época. Dele transpira que ele tinha vinte e três anos e que o seu principal cúmplice era uma mulher de vinte e um anos. Segundo um artigo em *Proletarskaya Revolyutsiya*, n.º 5 (28), 1924, Tryapitsyne constituiu uma «comuna» regular, durante a sua ocupação de Nikolaevsk. Em E. Varneck and H. H. Fisher, *The Testimony of Kolchak and other Siberian Material* (Stanford, 1935), pp. 331-64, está traduzido material relativo à questão de Nikolaevsk.

²² O texto encontra-se em V. G. Boldyrev, *Direktoriya, Kolchak, Interventy* (Novonikolaevsk, 1925), pp. 498-500. O acordo foi assinado por Boldyrev, como comandante russo local, com o comandante-em-chefe das forças japonesas.

cou uma declaração em que, depois de exprimir um desejo geral de retirar as tropas japonesas do «Extremo Oriente Russo», defendia o estabelecimento na Transbaicália, «entre os exércitos japoneses e os bolcheviques que avançam em direcção a leste, de uma zona neutra livre da interferência dos exércitos de ambos os lados»²¹³. Esta declaração levou, depois de mais alguns atrasos, à abertura de negociações directas entre o comando militar japonês e uma delegação da República do Extremo Oriente. Em 17 de Julho de 1920, o «acordo de Gongotta» (assim chamado do nome da estação do caminho de ferro transiberiano quarenta verstas a oeste de Chita onde tiveram lugar as negociações) foi finalmente concluído entre eles. Aceitava a opinião de que o «melhor meio para estabelecer a tranquilidade e a ordem é a formação de um estado-tampão com um único governo, sem interferência de força armada nos assuntos deste estado por parte de outros estados». Por outro lado:

Este estado-tampão não pode, em questões internacionais e económicas, viver em isolamento dos estados civilizados e altamente industrializados. Entre o território russo do Extremo Oriente e o Japão existe o mais estreito laço de interesses, de forma que o estado-tampão não pode deixar de pretender a mais íntima amizade e cooperação com o Japão.

Além disso, a nova república não seria comunista e teria «um carácter popular, mas amplamente democrático». Os Russos concordavam em não admitir tropas soviéticas russas no seu território e o Japão concordava em retirar as suas tropas da Transbaicália. Ambas as partes esforçar-se-iam por evitar conflitos no território do Extremo Oriente e por «só em casos extremos» recorrerem a «medidas decisivas»²¹⁴.

O efeito imediato deste acordo foi deixar à República do Extremo Oriente as mãos livres contra Semenov, cuja importância para o Japão tinha terminado com a eliminação de Koltchak e dos seus patronos britânicos. Em 1920, depois da retirada japonesa, Semenov foi derrotado e expulso de Chita, que se tornou então o centro da república. Convocou-se apressadamente aqui um congresso de delegados do Extremo Oriente, que, nos princípios de Novembro de 1920, publi-

²¹³ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), p. 200.

²¹⁴ V. G. Boldyrev, *Direktoriya, Kolchak, Interventy* (Novonikolaevsk, 1925), pp. 363-4.

cou o que era efectivamente uma recapitulação da declaração do Verkhne-Udinsk de 6 de Abril que tinha constituído o antigo território russo a leste do lago Baical como uma República do Extremo Oriente independente²¹⁵. Em Dezembro, um acordo formal com o Governo Soviético fixou as fronteiras entre a república e a RSFSR²¹⁶. Eleições para uma assembleia constituinte, em Janeiro de 1921, deram 180 lugares a um «partido da maioria camponesa», que formava um bloco com os comunistas, e 92 aos próprios comunistas, recebendo estes dois grupos mais de dois terços do total dos votos. Os SRs e os mencheviques tinham ambos menos de uma vintena de lugares. Os Buriato-Mongóis, que formularam na assembleia uma reivindicação de «autodeterminação e autonomia completa», conquistaram treze lugares²¹⁷. As sessões da assembleia foram, desde o início, tempestuosas. SRs e mencheviques acusavam o governo, composto por igual por camponeses e comunistas, de instituir um reino de terror e de ser instrumento do secretariado do Extremo Oriente do Partido Comunista Russo e foram acusados, por sua vez, de aceitarem subsídios japoneses. A constituição adoptada em 17 de Abril de 1921²¹⁸ conservava formas democrático-burguesas. Estabeleceu-se um governo composto por camponeses maioritários e comunistas, juntamente com um conselho de ministros responsável perante ele²¹⁹ e manteve-se a ficção de completa independência em relação a Moscovo. Mas Blutcher, um dos principais generais do Exército Vermelho contra Koltchak, era o primeiro comandante-em-chefe das

²¹⁵ Ibid., pp. 379-81; versão inglesa em *A Short Outline History of the Far Eastern Republic* (Washington, 1922), pp. 45-6.

²¹⁶ RSFSR: *Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, II (1921), 78; *A Short Outline History of the Far Eastern Republic* (Washington, 1922), pp. 47-8.

²¹⁷ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), p. 289; H. K. Norton, *The Far Eastern Republic of Siberia* (1923), p. 157. Em Janeiro de 1922, os Buriato-Mongóis do território da RSFSR constituíram-se em «região autónoma» (*Sobranie Uzakonenii*, 1922, n.º 6, artigo 59); é de inferir que uma medida idêntica foi tomada pela República do Extremo Oriente, visto que, depois da incorporação dessa república na RSFSR, os Buriato-Mongóis das regiões autónomas de ambas as repúblicas se uniram, no Verão de 1923, formando uma única República Soviética Socialista Autónoma Buriato-Mongol (*Sobranie Uzakonenii*, 1924, n.º 1, arts. 10-11).

²¹⁸ Tradução inglesa em H. K. Norton, *The Far Eastern Republic of Siberia* (1923), pp. 282-307.

²¹⁹ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), pp. 305-8.

forças armadas da república²²⁰; e este posto foi, depois, ocupado por Uborevitch²²¹, posteriormente general famoso da União Soviética. Seja qual for a verdade sobre os dirigentes políticos e a administração civil, não há razão para duvidar de que o exército foi, desde o princípio, controlado directamente por Moscovo.

O governo Japonês não tinha razões para se congratular com estes novos acontecimentos. Tinha sido suplantado por uma diplomacia superior e o gabado «estado-tampão» contra Moscovo e contra o bolchevismo já não era um tampão. Havia muito que se tinham estado a processar negociações entre Chita e Vladivostoque para a incorporação efectiva da província marítima na nova república e a província marítima tinha já participado nas eleições para a Assembleia Constituinte do Extremo Oriente. Em Abril de 1921, veio saber-se, aparentemente pela primeira vez, que a fronteira da república tinha sido traçada de forma a deixar a península de Kamchatka para a RSFSR. O objectivo era permitir à RSFSR negociar uma concessão para explorar os recursos minerais de Kamchatka com um financeiro americano. Aos olhos dos Japoneses, isto deve ter parecido, não apenas uma confissão da natureza fictícia da república tampão, mas uma ameaça directa aos interesses japoneses. A resposta das autoridades japonesas foi reforçar as defesas da província marítima. O fraco governo local de Vladivostoque, que estava a mostrar uma inclinação tão extemporânea para se unir à República do Extremo Oriente, foi derrubado, em Abril de 1921, a favor de um governo mais maleável de composição predominantemente de direita, presidido por uma nulidade chamada Merkulov. Tanto Semenov como os «Kappelevtsy» apareceram de novo abertamente em Vladivostoque e a República do Extremo Oriente ficou, depois, de posse de um documento de autenticidade incerta que pretendia ser um acordo entre as autoridades japonesas e as forças militares russo-brancas para abrir uma ofensiva contra a república, em data não posterior a 1 de Julho de 1921²²².

²²⁰ V. G. Boldyrev, *Direktoriya, Kolchak, Interventy (Novonikolaevsk, 1925)*, p. 446.

²²¹ M. Pavlovich, *RSFSR v Imperialisticheskoy Okruzhenii: Yaponskii Imperializm na Dal'nem Vostoke* (1922), p. 107.

²²² O documento, datado de 9 de Junho de 1921, foi apresentado à Conferência de Washington pelos delegados da República do

A ameaça foi evitada pela pressão crescente exercida sobre o Japão pelo mundo de língua inglesa. No Verão de 1921, anunciou-se que as grandes potências propunham convocar uma conferência sobre assuntos do Pacífico, em Washington, no Outono seguinte²²³. O Governo Soviético teve, a princípio, grande dificuldade em adivinhar se isto se revelaria como acto de amigo ou de inimigo. As primeiras reacções da imprensa soviética e do Comintern foram totalmente hostis²²⁴. Fez-se uma tentativa para obter representação dos interesses soviéticos, na forma de um convite formal à República do Extremo Oriente. A chamada a Moscovo, nesta altura, de Kransnochtchekov e Shatov, que não desempenharam qualquer papel posterior nos assuntos da república²²⁵, pode ter-se devido a tardia compreensão de que um governo que incluía antigos agitadores revolucionários americanos não era susceptível de gozar muito favor em Washington. Mas a tentativa fracassou e a hostilidade americana face a quaisquer relações com a RSFSR continuou a ser insuperável. Por outro lado, sabia-se que o governo americano estava a exercer pressão sobre o governo japonês para terminar a ocupação do território russo e podia-se esperar que a conferência acentuasse esta pressão²²⁶. Foi a sombra da conferência iminente que induziu o Japão a entrar em negociações de âmbito indefinido com a República do Extremo Oriente. Estas negociações começaram em Dairen, em 26 de Agosto de 1921, e continuaram

Extremo Oriente e está publicado em M. Pavlovich, *RSFSR v Imperialisticheskom Okruzhenii: Yaponiskii Imperializm na Dal'nem Vostoke* (1922), pp. 67-9. O principal argumento contra a sua autenticidade é nunca ter sido posto em prática.

²²³ A proposta americana original tinha sido de uma conferência sobre a redução de armamentos; a questão do Pacífico foi acrescentada como resultado de uma proposta britânica, em Julho de 1921.

²²⁴ Ver artigos em *Izvestiya*, 2 de Agosto de 1921, e em *Ekonomicheskaya Zhizn'*, 10 de Agosto de 1921 (resumidos em L. Pasvol'sky, *Russia in the Far East* (N. I. 1922), pp. 124-7), e as teses do IKKI publicadas no *Pravda* de 1 de Setembro de 1921 (resumidas *ibid.*, pp. 127-9).

²²⁵ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), p. 327; os testemunhos de que dispomos não revelam qualquer motivo para esta medida.

²²⁶ Em *Foreign Relations of the United States, 1921, II* (1936), 702-5, 707-10, encontram-se um memorandum do Departamento de Estado à Embaixada Japonesa em Washington e uma resposta japonesa evasiva de 8 de Julho de 1921.

ao longo do Inverno e enquanto durou a Conferência de Washington.

A Conferência de Dairen foi totalmente estéril quanto a resultados. As exigências finais japonesas foram formuladas em dezassete artigos, com três artigos secretos adicionais. A mais importante destas exigências era que a República do Extremo Oriente se compromettesse a não manter armamentos ou fortificações de qualquer espécie nem unidades navais em nenhum ponto do Pacífico e que «promettesse ao governo japonês para todo o sempre que não introduziria um regime comunista no seu território e preservaria o princípio da propriedade privada em relação não só aos súbditos japoneses como aos seus próprios cidadãos». Em troca destes compromissos, o governo japonês não faria mais que prometer evacuar a província marítima, «na altura que achar necessária e conveniente para si»; a evacuação do norte de Sacalina dependeria não só de uma resolução do caso de Nikolaevsk, mas também da concessão de um arrendamento da ilha ao Japão por um período de oitenta anos²²⁷. Se o Japão esperava que a Conferência de Dairen serviria o objectivo de afastar esta questão da órbita de Washington, esta esperança frustrou-se. O governo do Extremo Oriente dirigiu a Washington e ao mundo em geral uma torrente de protestos que facilmente encontraram ouvintes receptivos e uma delegação não oficial da república apareceu, com encorajamento americano, nos corredores da conferência. Por outro lado, o cálculo russo de que já não eram necessárias concessões em Dairen mostrou-se correcto. O governo americano arrancou aos delegados japoneses em Washington garantias particulares de que a evacuação tanto da província marítima como da parte setentrional de Sacalina estava planeada num futuro próximo²²⁸.

Foi, portanto, a pressão da Conferência de Washington e não os debates de Dairen que decidiram o governo japonês, nesta como noutras questões, a evitar mais atritos com as potências anglo-saxónicas e a seguir uma política de

²²⁷ O texto deste documento encontra-se em P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), pp. 331-3.

²²⁸ As declarações públicas de ambas as delegações que se encontram nas actas oficiais (*Conference on the Limitation of Armaments* (Washington, 1922), pp. 853-9) eram algo menos explícitas, sem dúvida para salvar as aparências.

apaziguamento. As negociações de Dairen terminaram, sem resultados, em Abril de 1922. Mas, menos de três meses depois, o governo japonês anunciou que as suas tropas seriam retiradas da terra russa em 1 de Novembro de 1922 e indicou a sua disposição em negociar, não apenas com a República do Extremo Oriente, mas também com a própria RSFSR²²⁹. O Governo Soviético assinalou a importância da ocasião pela nomeação de Joffe, o seu diplomata mais astuto e experiente, como seu plenipotenciário. Joffe exibiu toda a sua habilidade e obstinação na conferência, que se iniciou em Changchun, na Manchúria, em 4 de Setembro de 1922. Mas as esperanças soviéticas de conseguir concessões materiais e reconhecimento diplomático frustraram-se. Nenhum dos lados se moveu e a conferência depressa foi interrompida por causa das questões do Norte de Sacalina, dos direitos de pesca japoneses em águas russas e do uso dos suprimentos de guerra japoneses de Vladivostoque. A intransigência de Joffe era, em parte, ditada pelo cálculo perfeitamente correcto de que o Japão já não podia voltar atrás com a promessa às potências de Washington. O fim da conferência foi seguido, em 14 de Setembro de 1922, por uma declaração justificatória do ministério japonês dos negócios estrangeiros:

Apesar da ruptura da Conferência de Changchun, os exércitos japoneses de Vladivostoque serão completamente evacuados antes do fim de Outubro, de acordo com anteriores declarações do governo japonês. Em vista das declarações de Joffe de que o Japão pretende anexar Sacalina, o Ministério dos Negócios Estrangeiros declara que, de acordo com o compromisso assumido pelo Japão na Conferência de Washington, o Japão não pretende impugnar os direitos territoriais da Rússia e ocupa Sacalina apenas como garantia da resolução da questão de Nikolaevsk. Em vista disto, o governo japonês desejaria advertir as potências participantes na Conferência de Washington contra uma interpretação errada das intenções do Japão²³⁰.

²²⁹ A nota do cônsul japonês em Chita a Yanson, o ministro dos negócios estrangeiros da República do Extremo Oriente, datada de 19 de Julho de 1922, e a resposta de 23 de Julho de 1922, assinada conjuntamente por Karakhan, em nome da RSFSR, e por Yanson, em nome da República do Extremo Oriente, estão publicadas em *Novyi Vostok*, II (1922), 40-1.

²³⁰ P. S. Parfenov, *Bor'ba za Dal'nyi Vostok* (1928), pp. 350-1; a história da conferência pelo próprio Joffe encontra-se em *Novyi Vostok*, IV (1923), 1-11; o relato em A. J. Toynbee, *Survey of International Affairs, 1920-1923* (1925), pp. 442-4, acrescenta alguns detalhes tirados da imprensa da época.

A evacuação da província marítima teve lugar no fim de Outubro e o governo branco estabelecido em Maio de 1921 caiu imediatamente; a autoridade da República do Extremo Oriente estabeleceu-se por toda a Sibéria Oriental, do Baical ao Pacífico. As questões do Norte de Sacalina e dos direitos de pesca continuaram a perturbar as relações soviético-japonesas. Mas a retirada do Japão tirou ao «estado-tampão» qualquer sentido futuro, mesmo como símbolo, e, em 10 de Novembro de 1922, a assembleia votou a sua supressão e proclamou a sua incorporação na RSFSR²³¹. Isto constituiu mais um passo no sentido da reunião num único conjunto dos elementos dispersos do antigo Império Russo.

²³¹ A declaração oficial, datada de 14 de Novembro de 1922, foi publicada nos *Izvestiya* de 21 de Novembro de 1922; Lenine saudou-a com satisfação no seu último discurso público (*Sochineniya*, XXVII, 361). O decreto do VTsIK a aceitá-la está em *Sobranie Uzakononii*, 1923, n.º 1, art. 2.

O BALANÇO DA AUTODETERMINAÇÃO

O ano de 1920 foi uma data decisiva na história da política soviética das nacionalidades. Marcou o fim da guerra civil e o começo do período de consolidação e reconstrução; marcou também uma mudança decisiva de acentuação do Ocidente para o Oriente. Ambas estas modificações ajudaram à evolução do conceito de direitos nacionais que estava implícito no avanço da revolução burguesa para a proletária. «O direito de secessão», na expressão usada uma vez por Lenine, estava a ser substituído pelo «direito de união». Em princípio, era impensável que qualquer nação socialista desejasse separar-se da comunidade de nações socialistas; na prática, era impensável, em fins de 1920, que alguém que não fosse irrevogavelmente hostil à ordem soviética desejasse romper a unidade que já tinha sido conseguida. A unidade era tão necessária para o completo desenvolvimento económico como tinha sido para a segurança militar. O interesse evidente dos operários e camponeses era unirem-se na base mais ampla possível (com «proletários de todos os países, uni-vos» como objectivo final). Para fazer os operários e camponeses compreender este interesse, o que era necessário era eliminar todos os vestígios da passada desigualdade e discriminação entre nações que tinham sido, do ponto de vista bolchevique, fonte e origem do nacionalismo, para assegurar que nada disso reaparecesse no futuro. Assim, desde o momento do triunfo da revolução, a essência da doutrina

bolchevique da autodeterminação nacional passou quase insensivelmente do conceito de liberdade para o conceito de igualdade, único que parecia oferecer uma solução radical.

O bolchevismo permaneceu, por muito tempo, fiel à perspectiva internacional dos primeiros pensadores socialistas. A igualdade entre as nações estava profundamente enraizada na doutrina e prática dos primeiros chefes bolcheviques, que teriam ficado indizivelmente chocados com a ideia de que qualquer posição de influência no governo ou no partido fosse mais facilmente acessível a um grão-russo que, digamos, a um russo branco, um georgiano ou um arménio. Tanto a doutrina como a prática do partido condenavam implacavelmente a discriminação e a maioria dos dirigentes do partido eram culpados, não de insinceridade, mas antes de um optimismo emocional e acrítico. O estado de espírito dos primeiros meses exprime-se, de forma que não é incorrecta, no jornal oficial do Narkomnats:

O perigo de russificação forçada desapareceu. Ninguém está já interessado em fortalecer uma nação à custa de outra... Ninguém pensa em atacar quem quer que seja ou em privá-lo dos seus direitos nacionais¹.

A rejeição absoluta de qualquer discriminação entre indivíduos com base na nação, raça ou cor continuou a ser um princípio fixo e rigidamente afirmado da política e prática bolcheviques e tornou-se um recurso poderoso em todas as relações com antigos povos dominados. Mas isto, só por si, não era suficiente. O aspecto positivo da política de igualdade era a prestação de ajuda às nações mais atrasadas para lhes permitir transpor o fosso que as separava dos seus parceiros mais avançados. Isto compreendia auxílio material, educação em todas as suas formas, empréstimo de peritos e conselheiros técnicos e a preparação de membros da nação atrasada para servirem como seus futuros especialistas. Como os dirigentes da economia soviética estavam sobretudo ansiosos por aumentar a produção em todas as terras soviéticas, esta política só era susceptível de ser limitada pela escassez de recursos, embora, onde existiam tão vastas divergências entre níveis de civilização e de cultura, «a abolição da actual desigualdade entre as nações» só pudesse, como

¹ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 8, 29 de Dezembro de 1918.

dizia a resolução do décimo congresso do partido, de 1921, ser «um processo prolongado»².

Para o marxista, o elemento fundamental para realizar uma igualdade verdadeira, que não formal, entre todas as nações que entravam no estado ou grupo de estados soviéticos era a distribuição igual de processos produtivos sobre todo o território. Até então, o desenvolvimento da indústria russa tinha concentrado as formas mais avançadas de produção sobretudo nalguns centros da Rússia Europeia, tratando as regiões remotas da periferia como fontes para fornecimento de produtos alimentares e matérias primas; isto tinha sido o modelo predominante em todo o mundo capitalista, onde as inibições devidas a direitos adquiridos e a receios de competição tornavam mais lento, ou impediam totalmente, o desenvolvimento da produção industrial nos países coloniais e semicoloniais. O capitalismo tinha, assim, tendido a estabilizar as desigualdades entre as nações. Nenhuma restrição desse tipo impediam a ânsia do Governo Soviético em desenvolver as formas mais elevadas de produção industrial em todos os territórios sob seu controle. E o desejo de expandir o rendimento industrial também não era o único motivo que contava. Os dirigentes soviéticos mantiveram, ao longo dos primeiros anos, uma firme convicção de que o operário industrial constituía o baluarte do poder soviético, no sentido de que se podia confiar nele para o apoio face à lealdade vacilante e às inclinações potencialmente contrarrevolucionárias do camponês e tornou-se, por conseguinte, uma questão de alta conveniência política implantar a indústria em tantos dos territórios afastados quanto possível. Se o algodão do Turquestão, em vez de ser fiado exclusivamente nas fábricas de Petersburgo e Moscovo, alimentava agora também fábricas têxteis no Turquestão, esta inovação servia, do ponto de vista bolchevique, vários fins. Aumentava a produção total de têxteis, abrindo uma nova região de produção; oferecia ao Turquestão a perspectiva de fuga ao estatuto «colonial» de fornecedor de produtos naturais, insígnia de inferioridade, para o estatuto mais altamente evoluído e cobiçado de produtor industrial; e dava lugar ao crescimento no Turquestão de um proletariado indígena que se tornaria, um dia, sustentáculo seguro do regime e ideologia

² VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 386.

soviéticos. A promoção da igualdade económica entre as nações, no sentido de uma distribuição igual entre elas de uma produção industrial desenvolvida, estava, portanto, profundamente enraizada no modo de ver bolchevique. E, nas condições herdadas pelos bolcheviques do regime czarista, este modo de ver tinha como corolário necessário uma política de favorecimento das regiões periféricas remotas e ainda fundamentalmente agrícolas, à custa do núcleo industrial mais antigo, atribuindo-lhes uma parte desproporcionada no novo desenvolvimento industrial. Era este desenvolvimento que dava razão à pretensão bolchevique de que a política das nacionalidades soviética era de espécie diferente de qualquer uma seguida pelos países capitalistas e que só ela tinha por fim, não apenas um reconhecimento formal da igualdade, mas a criação da estrutura económica que tornasse a igualdade possível e real. Pregiar a igualdade entre as nações era, em si mesmo, uma pretensão vazia, a menos que os pressupostos dessa igualdade fossem livremente aceites. A igualdade entre as nações significava derrubar a linha de demarcação entre as nações industriais e as agrícolas.

Esta era, contudo, uma política a longo prazo e o processo de nivelamento tinha muitos obstáculos a defrontar. As intenções eram sinceras e os empreendimentos reais, mas o progresso só podia ser gradual. As desigualdades existentes têm sempre uma tendência natural para se perpetuarem e para resistirem a todos os esforços para as vencer. Havia, portanto, neste período inicial, um constante processo de contradição e conflito entre os objectivos da política e o mecanismo através do qual essa política tinha que ser executada. A concentração crescente da autoridade e do controle administrativo no centro teve o efeito inevitável, por mais ilógico que isto pudesse parecer, de subordinar as outras nacionalidades ao núcleo grão-russo em torno do qual estavam reunidas. Não era suficiente que membros das nacionalidades menores tivessem uma proporção tão grande como lhes era devido, ou, às vezes, talvez, uma proporção maior, de postos de influência e de autoridade na máquina administrativa. Muitos não-russos que ocupavam estes postos assimilavam-se sem esforço e sem intenção deliberada à perspectiva do grupo grão-russo, numericamente preponderante; os que resistiam à assimilação tinham menos possibilidades de fazer carreiras bem sucedidas. Moscovo era a capital administrativa — o centro onde se tomavam as decisões impor-

tantes. A mentalidade burocrática cuja propagação Lenine censurou tendia quase automaticamente a tornar-se uma mentalidade grão-russa.

O facto é (observou Rakovsky, em 1923) que os nossos órgãos centrais começavam a considerar a administração de todo o país do ponto de vista das conveniências da repartição. É claro que é incómodo administrar vinte repúblicas, mas se só houvesse uma, se carregando num único botão se pudesse administrar todo o país, isso seria cómodo³.

Centralização significava estandardização e os padrões adoptados eram naturalmente, padrões grão-russos. E também não é surpreendente que a Ucrânia tivesse sido a ponta de lança da oposição a esta tendência. A Ucrânia não era só a única das repúblicas que podia rivalizar económica e culturalmente com a posição e realizações da RSFSR, a Ucrânia era também aquela das regiões não grão-russas que menos tinha a ganhar com a política do desenvolvimento industrial das regiões periféricas, visto que o seu desenvolvimento industrial era já um facto consumado. O nacionalista ucraniano podia, por conseguinte, sentir que tinha a pior parte de ambas as coisas. A Ucrânia mal partilhava dos benefícios materiais que a política das nacionalidades soviética estava a trazer às regiões «atrasadas»; por outro lado, o «chauvinismo grão-russo» do aparelho burocrático de Moscovo mostrava pouca vontade de reconhecer a Ucrânia como parceiro em igualdade de circunstâncias na direcção central das questões.

Fizeram-se vigorosos esforços, em parte bem sucedidos, para contrariar estas tendências da máquina administrativa. Noutras instituições, tomaram-se menos precauções para apaziguar as susceptibilidades nacionais. A primeira destas instituições era o Exército Vermelho. Não parece que qualquer das repúblicas, uma vez instituída a forma soviética de governo, aspirasse a manter um exército independente próprio⁴. Desde o início que se recrutaram destacamentos para o Exército Vermelho tanto de repúblicas constituintes da

³ *Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov) (1923)*, p. 532.

⁴ Os *Borot'bisti* (ver p. 343) exigiam um exército ucraniano separado (N. Popov, *Ocherk Istorii Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov) Ukrainy* (quinta ed. 1933), pp. 214-15).

RSFSR como das repúblicas independentes suas aliadas e os naturais das repúblicas asiáticas que, na época dos czares, tinham sido isentados do recrutamento foram mobilizados como os outros⁵. Foi este Exército Vermelho unificado que, durante a guerra civil, defendeu e libertou o território das repúblicas independentes, onde se verificou o mais intenso da luta e a pior devastação. O próprio Rakovsky, falando em nome das Repúblicas da Rússia Branca, do Azerbaijão, da Geórgia e da Arménia, bem como da Ucrânia, no Nono Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1921, tinha salientado a lição a tirar e pedido um reforço do Exército Vermelho para impedir uma repetição da catástrofe⁶. O Exército Vermelho tornou-se, assim, um instrumento não só de unificação, mas de unificação através de um símbolo distintivamente grão-russo. O ucraniano Skrypnik queixou-se, no décimo segundo congresso do partido, de que o Exército Vermelho «é e continua a ser um instrumento da russificação da população ucraniana e de toda a população não-russa» e o congresso incluiu na sua resolução sobre a questão nacional uma cláusula que recomendava «medidas práticas para a organização de destacamentos militares nacionais, embora observando todas as precauções necessárias para garantir a plena capacidade das repúblicas para se defenderem»⁷. Mas a restrição final era significativa. Não há indícios de quaisquer «medidas» tomadas para executar as recomendações; a eficiência da defesa nacional podia sempre ser invocada como necessidade primordial.

O precedente do exército era reforçado pelos sindicatos. A predominância do elemento grão-russo entre os operários tornou os sindicatos, desde o início, um forte factor unificador numa base grão-russa. A questão foi exposta por Ryazanov, no primeiro Congresso Panrusso de Sindicatos:

Quem quiser construir o socialismo na Rússia só o pode fazer se, embora permitindo a possibilidade do desenvolvimento

⁵ Um artigo em *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 32 (89), 17 de Outubro de 1920, discute as dificuldades em incorporar muçulmanos do Turquestão no Exército Vermelho, mas acrescenta que «muitas dezenas de milhar» deles estavam então em instrução num acampamento fora de Tásquente.

⁶ *Devyatyi Vserossiiskii S' 'Oezd Sovetov* (1922), pp. 208-9.

⁷ *Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Komunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 523; *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 496.

livre e autónomo de todas as suas partes, reforçar, ao mesmo tempo, o laço sócio-económico que nos mantém todos unidos e sem o qual os operários de Petrogrado são separados dos de Moscovo, os de Petrogrado e Moscovo dos operários do Don, os operários do Don dos da Sibéria⁸.

No terceiro congresso, realizado em Abril de 1920, Tomsy relatou o trabalho dos sindicatos nas áreas recentemente libertadas da Ucrânia, dos Urais e da Sibéria:

Os nossos instrutores seguiam o Exército Vermelho. Os primeiros a aparecer depois dos destacamentos do Exército Vermelho em cidades libertadas dos «brancos» eram instrutores do conselho central dos sindicatos, instrutores do comité central dos operários têxteis, dos operários metalúrgicos, dos ferroviários.

Tinha vindo pressão da Ucrânia em prol de uma organização separada para os sindicatos ucranianos ou um estatuto especial para eles na organização panrussa. Apesar da «forte oposição de elementos de direita», contudo, o conselho central tinha defendido firmemente a «unidade e centralismo»⁹. Manifestamente, se «trabalhadores de todo o mundo, uni-vos» significava alguma coisa, devia pelo menos significar a unidade dos trabalhadores do antigo Império Russo. Os argumentos a favor da unidade sindical eram incontrovertidos. Mas a unidade significava naturalmente uma organização sob contróle predominantemente grão-russo.

Mais importante que tudo, o Partido Comunista Russo desempenhou o mesmo papel unificador que o exército e os sindicatos. Desde 1903, altura em que o requerimento do Bund judeu para um estatuto autónomo foi rejeitado pelo segundo congresso do partido, Lenine tinha insistido na unidade da organização como pedra angular da doutrina do partido¹⁰. Depois da Revolução de Outubro, uma resolução do oitavo congresso do partido, em 1919, estabeleceu que o reconhecimento das repúblicas soviéticas separadas ucraniana, letã, lituana e russo-branca não era motivo para a organização de partidos comunistas independentes, mesmo «numa

⁸ *Pervyi Vserossiiskii S' 'ezd Professional'nykh Soyuzov* (1918), p. 27.

⁹ *Tretii Vserossiiskii S' 'ezd Professional'nykh Soyuzov* (1921), I, 29-30.

¹⁰ Ver adiante, p. 467.

base federativa», e que «os comités centrais dos comunistas ucranianos, letões e lituanos gozam dos direitos de comités regionais do partido e estão totalmente subordinados ao comité central do Partido Comunista Russo»¹¹. Mesmo a proposta feita quando da fundação da URSS para mudar o nome do partido para «Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques)» encontrou obstrução, de que Skrypnik se queixou, no décimo segundo congresso do partido, em 1923¹². Acabou por ser posta em prática pelo décimo quarto congresso do partido, no final de 1925. Mas as objecções eram bem naturais. O partido, no seu conjunto, orgulhava-se do seu nome e tradição russos.

A influência centralizadora de instituições como o exército, os sindicatos e o partido era talvez o mais importante dos muitos factores, conscientes e inconscientes, que estavam subjacentes ao «chauvinismo grão-russo». «Esgaravatai muito comunista e encontrareis um chauvinista grão-russo», tinha dito Lenine no debate sobre o programa do partido, no oitavo congresso do partido, em 1919¹³; e, desta altura em diante, usou-se a expressão coloquial para denotar a atitude dos comunistas que, herdando inconscientemente uma tradição russa pré-revolucionária ou por uma negação deliberada do significado da nacionalidade, minimizavam as pretensões nacionais dos Ucranianos, dos Russos brancos e dos povos não-eslavos do antigo império czarista. O «chauvinismo grão-russo» foi condenado de novo nos congressos do partido de 1921 e 1923. Não obstante, o próprio Estaline, no último destes congressos, qualificou-o como «a força fundamental que está a meter travões à união das repúblicas» e declarou que ele estava «a crescer dia a dia e hora a hora» e «a procurar varrer tudo o que não é russo para concentrar todos os fios da administração em torno do elemento russo e filtrar e expulsar o não-russo»¹⁴. A concentração do sentimento patriótico russo por trás dos bolcheviques, nas últimas fases da

¹¹ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 304-5. Quando, por outro lado, a Letónia e a Lituânia foram reconhecidas, em 1920, como repúblicas burguesas independentes, os partidos comunistas destes países tornaram-se também independentes.

¹² *Dvenatsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 524.

¹³ Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 155.

¹⁴ Stalin, *Sochineniya*, V, 244-5.

guerra civil — a aliança tácita entre o nacionalismo russo e o internacionalismo comunista que fez a sua primeira aparição na guerra polaco-soviética de 1910 — tinha preparado o caminho para um processo que teve a contrapartida económica na NEP! O influxo crescente, como «especialistas» ou funcionários públicos, de membros das antigas classes privilegiadas nas instituições soviéticas tinha levado Lenine a dar o alarme, no décimo primeiro congresso do partido, em 1922. Ele comparava os bolcheviques a uma nação conquistadora que tivesse sido vencida pela cultura superior dos conquistados. «A cultura deles é miserável, trivial, mas é ainda maior que a nossa». Não eram os comunistas responsáveis que estavam a «administrar» a vasta máquina burocrática; eles próprios, sem o saberem, estavam a ser «administrados»¹⁵. A absorção de elementos burgueses e mesmo aristocratas na burocracia teve uma influência em dois sentidos. Indicou não só a reconciliação desta «gente de antigamente» com o regime soviético, mas também uma atitude menos negativa da parte do regime para com as tradições do passado «russo». Longe de refutar as acusações feitas por Rakovsky e Skrypnik no décimo segundo congresso do partido, o próprio Estaline falou do perigo com franqueza enfática:

Não é um acidente, camaradas, que os *smenovekhovtsy*¹⁶ tenham conquistado uma massa de adeptos entre os funcionários soviéticos. Não é também um acidente que estes cavalheiros, os *smenovekhovtsy*, louvem os bolcheviques-comunistas, como que dizendo: Falai quanto quizerdes do bolchevismo, palrai quanto quizerdes sobre as vossas tendências internacionais, mas

¹⁵ Lenin, *Sochineniya*, XXVII, 244-5.

¹⁶ *Smena Vekh* («Mudança de marcos») era o título de um conjunto de artigos de emigrados russos publicado em Praga, em 1921, que defendia uma reconciliação condicional com o regime soviético; no Outono de 1921, começou a publicar-se, em Paris, um semanário com o mesmo nome, que se declarava «aberto a todos os representantes da intelligentsia russa que aceitam a Revolução de Outubro, independentemente dos motivos ideológicos da sua aceitação». O principal incitamento a este passo tinha vindo dos sentimentos patrióticos despertados pela guerra polaco-soviética e do anúncio da NEP por Lenine, que se pensava indicar um abandono do comunismo dogmático. Ustryalov, o mais notável dos *smenovekhovtsy*, exprimiu o espírito do chauvinismo grão-russo na sua forma mais pura: «Só um estado 'fisicamente' forte pode possuir uma grande cultura. As naturezas das 'pequenas potências' podem ter a possibilidade de serem elegantes, ilustres, mesmo 'heróicas', mas são organicamente inca-

nós sabemos que realizareis o que Denikine não conseguiu realizar, que vós, bolcheviques, restaurastes a ideia da grande Rússia ou, pelo menos, restaurá-la-eis. Nada disto é acidente. Também não é acidente que esta ideia tenha penetrado mesmo nalgumas das nossas instituições do partido¹⁷.

O motivo condutor da unidade russa, que tinha reunido pela primeira vez estes elementos discordantes, durante a guerra civil, continuou a desempenhar um papel na política, mesmo depois da conclusão vitoriosa dela.

Incongruentemente, também, o «chauvinismo grão-russo» foi buscar encorajamento directo à doutrina marxista — ou a distorções correntes dela — em duas formas diferentes. A primeira era uma revivescência da velha heresia polaca que rejeitava o nacionalismo e a autodeterminação nacional como incompatíveis com a luta de classes e com a solidariedade mundial do proletariado. Lenine salientou repetidas vezes que este ponto de vista consagrava os privilégios da nação dominante ao rejeitar qualquer oposição ao *status quo* com base nas aspirações nacionais de outros. Foi rejeitada pela Conferência de Abril do partido, em 1917, e pelo oitavo congresso do partido, em 1919. Mas nenhuma condenação o aniquilou de todo. A sua popularidade entre funcionários do Narkomnats já foi discutida¹⁸. Ainda em 1923, Rakovsky presenteou o décimo segundo congresso do partido com uma diatribe imaginária deste tipo de comunista:

Somos um país que já ultrapassou a nacionalidade, somos um país... onde a cultura material e económica se opõe à cultura nacional. A cultura nacional é para países atrasados que estão do outro lado da barricada, para países capitalistas; nós somos um país comunista¹⁹.

O quadro pode ser exagerado, mas é amplamente convincente, e esta posição, embora pretendesse negar o nacio-

pazes de serem grandes. Isto exige um grande estilo, um vasto campo, uma grande escala de pensamento e acção — o pincel de um Miguel Ângelo'. Um 'messianismo' alemão, russo, inglês, é possível. Mas, digamos, um messianismo sérvio, romeno ou português arranha o ouvido como uma nota em falso (*Smena Vekh* (Praga, segunda ed. 1922), pp. 57-8.

¹⁷ Stalin, *Sochineniya*, V, 244.

¹⁸ Ver atrás, p. 313.

¹⁹ *Dvenadtsati S'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 530.

nalismo em nome de Marx, desembocava facilmente nos canais do chauvinismo grão-russo.

O segundo encorajamento recebido da doutrina marxista devia-se à estrutura da população no antigo império czarista. Em tudo o que restava do império, depois da secessão da Polónia, da Finlândia e dos estados bálticos — e nomeadamente na Ucrânia, a única região de indústria pesada fora da Moscóvia — a maioria do proletariado industrial era grão-russa, ao passo que as outras nacionalidades eram predominante ou exclusivamente de composição camponesa. As relações entre o proletariado industrial e o campesinato foram sempre, de uma forma ou de outra, a questão mais delicada da política interna soviética e, como a doutrina marxista reconhecia a supremacia revolucionária do proletariado e tratava o camponês como aliado subsidiário e, por vezes, de pouca confiança, a preferência conferida pelo «chauvinismo grão-russo» ao grão-russo harmonizava-se com demasiada facilidade com a preferência dada ao proletário na ortodoxia marxista e podia disfarçar-se demasiado facilmente com trajes marxistas. Era neste sentido que a resolução do décimo segundo congresso do partido declarava que, nalgumas das repúblicas, «a associação (*smychka*) entre cidade e campo, entre a classe operária e o campesinato, encontra o seu obstáculo mais sério nos restos de chauvinismo grão-russo tanto nos órgãos do partido como nos dos soviets»²⁰. Não obstante, no fim de contas, como Estaline salientou ao congresso, «a base política da ditadura do proletariado é constituída antes de tudo e fundamentalmente pelas regiões centrais, que são industriais, e não pelas regiões periféricas, que representam países camponeses»; e, embora Estaline estivesse a argumentar contra os que, como Bukharine e Rakovsky, estavam a procurar «levar a água ao moinho das regiões periféricas em detrimento das regiões proletárias», a tentação de virar a corrente na direcção contrária deve ter sido pelo menos igualmente forte²¹. Cotar as pretensões das regiões periféricas camponesas a um nível um tanto inferior às do núcleo industrial grão-russo podia explicar-se facilmente não só como simples senso comum, mas como um reflexo da doutrina marxista da supremacia do proletariado e da

²⁰ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 494.

²¹ Stalin, *Sochineniya*, V, 265.

própria atitude de Marx e Engels face às nacionalidades camponesas de 1848.

Os preconceitos grão-russos, fosse qual fosse a desculpa que se pudesse apresentar para eles, eram a causa principal de um comportamento falto de tacto por parte de funcionários soviéticos que era assunto de frequentes queixas. Em 1919, o jornal oficial do Narkomnats lembrava que «alguns camaradas pensam que a fundação das repúblicas é um erro da nossa parte» e continuava, com aberta franqueza:

Obtiveram-se muitas vezes resultados errados devido às tácticas inábeis dos que trabalhavam nos territórios separados. A artificialidade da separação transparecia demasiado claramente. Muitas vezes, patenteou-se grosseiramente um espírito grão-russo. Através da delgada capa da independência, era visível a hegemonia de Moscovo»²².

Outros comunistas «pensavam que essas repúblicas nacionais são criadas apenas por um período muito curto para eliminar o mais rapidamente possível as tendências nacionalistas da população local»²³. Em 1923, uma resolução do décimo segundo congresso do partido observava que «uma união de repúblicas é considerada por uma proporção significativa de funcionários soviéticos, no centro e nas localidades, não como uma união de unidades estatais iguais, mas como um passo para a liquidação dessas repúblicas»²⁴. Mas mais graves, talvez, eram aqueles gestos de superioridade burocrática ou nacional que nenhuma desaprovação oficial jamais suprimiu inteiramente. Rakovsky, no mesmo congresso, citou o incidente de um alto funcionário ucraniano que, ao sair de um congresso em que tinha votado a favor de uma resolução que afirmava os direitos iguais da língua ucraniana, replicou secamente a uma pergunta que lhe dirigiram em ucraniano: «Fale-me numa língua inteligível»²⁵.

Erros evitáveis deste tipo ocupam muito espaço na literatura destes primeiros anos, mas as críticas neles baseadas

²² *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 33 (41), 31 de Agosto de 1919.

²³ S. Atnagulov, *Bashkiriya* (1925), p. 71.

²⁴ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 495.

²⁵ *Dvenadtsati S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 526.

ignoram geralmente a magnitude do processo de nivelamento que o regime tinha empreendido e os obstáculos reais e inevitáveis que tinham que ser superados na tradução para a prática das declarações da política bolchevique. A dificuldade que, durante muito tempo, continuou a ser a mais grave no caminho da igualdade política entre as nações do sistema soviético foi discutida em pormenor por Estaline, na altura em que o fim da guerra civil estava à vista e se podia reestruturar a política numa base mais duradoura:

Um dos obstáculos mais sérios (escreveu Estaline, em Outubro de 1920) à realização da autonomia soviética é a carência de instrutores em todos os ramos do trabalho dos soviets e do partido, sem excepção. Esta carência não pode senão embaraçar o trabalho construtivo, tanto educativo como revolucionário, nas regiões periféricas. Mas, por esta mesma razão, seria imprudente e prejudicial alienar os por demais pequenos grupos de intelectuais nativos, que talvez gostassem de servir as massas do povo, mas são incapazes de o fazer, talvez porque, não sendo comunistas, acreditam que estão cercados por uma atmosfera de desconfiança e têm medo de possíveis medidas de repressão. A política de atrair esses grupos para o trabalho soviético, a política de os recrutar para postos económicos, agrários, da administração alimentar e semelhantes, com o objectivo da sua soviétização gradual, pode ser aplicada com êxito ...

Mas o emprego de grupos nacionais de intelectuais será ainda longe de suficiente para satisfazer a procura de instrutores. Temos que desenvolver simultaneamente nas regiões periféricas uma vasta rede de cursos e escolas, em todos os ramos de administração, para criar quadros de instrutores saídos da população local. Porque é manifesto que, sem esses quadros, a organização de escolas, tribunais, administração e outras instituições na língua nativa tornar-se-á extremamente difícil²⁶.

Estas dificuldades eram um legado inevitável do passado. Poucos membros de quaisquer das nações dominadas do império czarista que agora permaneciam na órbita soviética tinham participado no trabalho do governo ou possuíam uma intelligentsia significava ou uma classe dirigente potencial. Muitas destas nações eram povos primitivos sem qualquer experiência política. Em tais casos, a autonomia mos-

²⁶ Stalin, *Sochineniya*, IV, 360-1.

trou-se frequentemente fictícia e as suas primeiras formas tiveram que ser impostas do exterior. Mas isto devia-se à fragilidade de recursos e experiência do grupo nacional a que se conferia a autonomia, mais que a qualquer desejo do governo central de limitar o seu alcance e efectividade dela. Experiências deste tipo podiam justificar-se, não pela extensão da autonomia real imediatamente usufruída, mas pela oportunidade que proporcionavam para o lento trabalho de educar povos «atrasados» nas responsabilidades do governo. Estas condições explicam anomalias comuns a que os críticos da política soviética prestaram muita importância. Não é certo, na realidade, que, quando se mostram listas de membros de governos «nacionais» que apresentam uma maioria de nomes russos, os portadores desses nomes fossem necessariamente russos; nomes russos e nomes com formas russas eram correntes entre muitas das nacionalidades não-russas²⁷. Mas há casos autenticados, como a nomeação de Dimanchtein, membro judeu do colégio do Narkomnats, como membro do primeiro comité militar revolucionário cazaque²⁸ e de Vainchtein, um dos dirigentes do Bund judeu, como primeiro presidente do VTsIK da RSS Autónoma Básquire²⁹; e estes não foram certamente exemplos isolados, nos primeiros anos, em que transferências frequentes de militantes do partido de um campo para outro eram prática comum³⁰. Mas estes exemplos não eram prova de nada mais sinistro que uma carência aguda de trabalhadores capazes em todos os ramos da administração.

Tampouco podia servir de muito, então, a sugestão de Estaline de utilizar «intelectuais nativos» não-comunistas. Nos poucos países da órbita soviética em que existia uma

²⁷ Assim, Castagné pretende mostrar, a partir de uma lista de nomes que, dos treze membros do primeiro Sovnarkom da República dos Montanheses, pelo menos nove eram russos (*Revue du monde musulman*, LI (1922), p. 93); W. R. Batsell, *Soviet Rule in Russia* (N. I. 1929), apresenta uma prova semelhante para a RSS Autónoma Tártara.

²⁸ *Novyi Vostok*, V (1924), 225.

²⁹ F. Dan, *Dva Goda Skitanii* (Berlim, 1922), p. 69. O desejo de afastar de Moscovo um dirigente de uma antiga organização menchevique, cuja lealdade ao bolchevismo não estava acima de suspeitas, pode ter desempenhado o seu papel nesta nomeação.

³⁰ Ver atrás, p. 338, nota 49.

intelligentsia nacional em número suficiente para fornecer administradores para um estado nacional autónomo ou independente — Geórgia, Arménia e, mais duvidosamente, a Ucrânia — ela era, nesta altura, predominantemente antibolchevique, tendo constituído a espinha dorsal dos governos burgueses que os bolcheviques tinham derrubado. Na Rússia Branca, ainda em 1923, há informações de que «os professores estão, em grande parte, contaminados pelo desvio *narodnik* e, por falta de confiança nestes professores, todo o sistema escolar é um fracasso»³¹. Quando o governo era tomado pelos, ou em nome dos, operários e camponeses, era inevitável uma escassez de dirigentes locais experimentados leais ao novo regime e capazes de arcar com o peso da administração e preenchia-se a lacuna trazendo dirigentes da RSFSR. Mas isto nunca foi considerado senão como um expediente temporário e forçado. Se há que criticar a política do Governo Soviético sobre este ponto, é talvez por ter ido longe demais no encorajamento à ressurreição de línguas e culturas primitivas ou meio em desuso como base para uma autonomia nacional que estava destinada a mostrar-se grandemente fictícia, pelo menos durante alguns anos, mais do que por não ter feito o máximo que estas condições permitiam para tornar a igualdade verdadeira. Nalgumas repúblicas e regiões autónomas da RSFSR, o grupo nacional formava apenas uma escassa maioria, ou mesmo uma minoria, da população e era o elemento russo que podia razoavelmente ter-se queixado do seu estatuto inferior.

As imperfeições óbvias do funcionamento do sistema deviam-se, portanto, muito mais à debilidade de recursos e experiência dos grupos nacionais a que se conferia autonomia do que a qualquer desejo do governo central de limitar o alcance das suas oportunidades. Eram o preço pago pela tentativa de realizar numa única geração um processo de nivelamento que, de outro modo, poderia ter sido obra de séculos. O poder central dirigia constantemente censuras contra a ineficácia de instituições autónomas nas regiões ou repúblicas nacionais. Ainda em 1922, Estaline, em nome do comité central do partido, acusou os órgãos do partido da RSS Cazaque de «passividade e estado de espírito pessimista» e os

³¹ *Dvenadtsati S'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 565.

órgãos soviéticos da mesma república de «estagnação aprofundada pela presença de cliques pequenas e mesquinhas»³². Defeitos deste tipo eram endémicos nas regiões e repúblicas «atrasadas». Eram um legado do passado e não podiam honestamente assacar-se a qualquer política preconcebida. O sistema soviético oferecia, pelo menos nos primeiros anos, uma medida tão grande de autonomia local como as nações em questão podiam tornar efectiva, e defendia tão firmemente quanto a enorme preponderância do elemento grão-russo permitia, o princípio de igualdade e não discriminação entre nações diferentes. Ao mesmo tempo, a sua política económica estava, por meio da dispersão mais equilibrada do desenvolvimento industrial, a criar as condições de uma igualdade mais real para o futuro, embora isto fosse necessariamente um projecto a longo prazo cujos resultados concretos mal eram visíveis neste período inicial.

A política bolchevique da autodeterminação nacional tinha completado a sua evolução do reconhecimento do direito de secessão numa sociedade burguesa ao reconhecimento da igualdade entre as nações e ao fim da exploração de uma nação por outra, numa comunidade socialista de nações. O elo entre elas era o postulado de Lenine da «união voluntária», através da qual se atingiria este fim e que tornava a união uma expressão e não uma negação da vontade de autonomia da nação. O postulado assentava na firme convicção de Lenine de que, no socialismo, o elemento de coerção desapareceria do governo e seria substituído pela aceitação voluntária de regras administrativas. Fosse qual fosse a validade filosófica última desta concepção, tem que se dizer que ela não foi realizada no período histórico em consideração, durante o qual os princípios de coerção e de aceitação voluntária continuaram a existir lado a lado — como noutros períodos, em proporções variáveis — em todos os processos de governo. O que se podia dizer a favor da política bolchevique das nacionalidades não era que ela podia ser levada a efeito sem o uso da força: é manifesto que não podia, embora talvez permitisse o estabelecimento da ordem na Rússia com menos aplicação da força directa do que teria sido exigido em qualquer outra hipótese e, nesta medida, implicasse um elemento maior

³² *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 12 (147), 15 de Junho de 1922. Esta comunicação não está incluída nas obras completas de Estaline.

de aceitação voluntária do que qualquer outra política poderia concebivelmente ter feito. O que se podia dizer a seu favor era que a teoria burguesa da autodeterminação tinha, em 1919, chegado a um impasse de que não havia fuga possível; que a ordem capitalista, na forma que tinha assumido de divisão do trabalho entre nações avançadas ou industriais e nações atrasadas ou coloniais tinha tornado a igualdade verdadeira entre as nações impossível de atingir; e que o conceito de reunião, num regime socialista, entre nações verdadeira e não apenas formalmente iguais era uma tentativa ousada e imaginativa de encontrar uma saída. A importância da política estava nas medidas tomadas para estabelecer a igualdade e não-discriminação em bases nacionais, precisamente porque havia outros campos em que se proclamava a desigualdade e se praticava a discriminação. O próprio Estaline tinha falado, uma vez, em acabar com as divisões entre as nações para abrir o caminho para a divisão de classes³³. As diferenças nacionais tornavam-se proporcionalmente menos importantes à medida que se acentuavam as diferenças sociais dentro da nação. Mas seria difícil exagerar o alcance da política das nacionalidades soviética, quer no seu enquadramento histórico, quer na sua influência última. Foi, de início, o factor crucial do feito assombroso de Lenine de voltar a unir quase todos os antigos domínios dos czares, depois da desintegração e dispersão da guerra, da revolução e da guerra civil; e continuou, por muito tempo, a ser um componente efectivo da política externa soviética em muitas partes do mundo.

³³ Stalin, *Sochineniya*, II, 362.

DA ALIANÇA À FEDERAÇÃO

Quando se extinguiu finalmente a guerra civil, para os fins de 1920, o princípio da independência ou autonomia tinha-se estendido a todo o antigo Império Russo, que agora se dividia em três categorias. Certos antigos territórios russos — a Polónia, a Finlândia e os três estados bálticos reconhecidos como independentes, a Bessarábia, tomada pela Roménia, e a faixa de território cedida à Turquia em Brest-Litovsk — tinham saído, de momento, completamente da órbita de Moscovo. Do restante, a República Soviética Federal Socialista Russa formava um único núcleo que incorporava quase vinte unidades autónomas habitadas por povos não-russos sobretudo muçulmanos; só à RSFSR correspondiam noventa e dois por cento da área e setenta por cento da população que viria a ser incluída na URSS. O resto estava dividido em nada menos que oito estados separados, cuja independência nominal era efectiva em graus variáveis. Eram estas as Repúblicas Soviéticas Socialistas da Ucrânia e da Rússia; as Repúblicas Soviéticas Socialistas do Azerbaijão, da Arménia e da Geórgia¹; a República do Extremo Oriente, com a capital em Chita; e as duas repúblicas soviéticas centro-asiáticas de Khorezm e de Bokhara. Este aparato exterior de dispersão servia, contudo, para mascarar um movimento para a reuni-

¹ A RSS Arménia datava de Dezembro de 1920, a RSS Georgiana de Fevereiro de 1921.

ficação que já estava muito avançado. O fim da guerra civil marcou a transição do segundo dos três períodos registados retrospectivamente na resolução do partido de 1923, «cooperação na forma de uma aliança militar», para o terceiro, «união militar-económica e política dos povos», que se completaria definitivamente na forma da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O segundo destes períodos, que representava a fase especificamente militar da reunião, tinha sido suscitado directamente pela guerra civil e tinha começado nas regiões periféricas ocidentais, onde a situação de emergência era mais aguda. Em Janeiro de 1919, mesmo antes de Kiev ter sido reconquistada, o Governo Soviético Provisório da Ucrânia publicou uma declaração da sua «solidariedade com a República Soviética Federal Russa, o berço da revolução mundial» e prognosticou a unificação da República Soviética Ucraniana com a Rússia Soviética, com base nos princípios de uma federação socialista; o primeiro Congresso de Sovietes da Rússia Branca, em Fevereiro de 1919, exprimiu uma aspiração semelhante²; e Estaline deduziu destes sintomas a encorajadora conclusão de que «através das repúblicas soviéticas independentes, os povos da Rússia estão a chegar a uma nova unidade fraterna»³. Os acontecimentos militares forçaram primeiro as coisas na Ucrânia. Em 18 de Maio de 1919, o comité executivo central da Ucrânia Soviética publicou, «em conjunto com o Soviete de Deputados Operários de Kiev, o Congresso de Comarca de Deputados Camponeses de Kiev e representantes dos sindicatos e comités de fábrica de Kiev» (aglomeração de autoridade que denotava uma ocasião particularmente significativa) um decreto que enunciava dois princípios gerais:

1. Toda a luta armada contra os inimigos das repúblicas soviéticas deve ser unificada, em todas as repúblicas soviéticas existentes.

2. Todos os recursos materiais necessários para a condução desta luta devem ser concentrados em torno de um centro comum a todas as repúblicas⁴.

Em 1 de Junho de 1919, um decreto do VTsIK de Moscovo, embora «reconhecesse a independência, liberdade e autodeter-

² *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh (1936)*, pp. 103-4, 109-10.

³ Stalin, *Sochineniya*, IV, 229.

⁴ *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh (1936)*, p. 122.

minação das massas trabalhadoras da Ucrânia, Letónia, Lituânia, Rússia Branca e Crimeia», citava a resolução ucraniana de 18 de Maio e «propostas dos governos soviéticos da Letónia, Lituânia, Rússia Branca e Crimeia», não especificadas, e, baseando-se nelas, proclamava a necessidade de uma «união militar»⁵ entre as repúblicas soviéticas socialistas destes países e a RSFSR. A união implicaria a fusão de «organizações militares e comando militar, dos conselhos da economia nacional, da administração ferroviária e da estrutura económica, das finanças e dos comissariados do povo do trabalho». O decreto concluía designando uma comissão para negociar a efectivação deste projecto⁶.

Poucas semanas passadas sobre a publicação deste decreto, a maré da guerra civil tinha varrido a maior parte dos territórios a que ele dizia respeitar. Como tantas leis deste período, o decreto de 1 de Junho de 1919, embora sem resultados concretos, era uma prefiguração inconsciente, quase acidental, do processo através do qual a nova entidade da URSS seria um dia criada. Continha a noção de uma «união» ou «aliança» entre as partes componentes do antigo Império Russo; estabelecia o princípio de uma «união estreita» entre certos comissariados do povo vitais; e pressupunha o direito de Moscovo, armado com uma espécie de prévio acordo formal das outras unidades da aliança, de tomar decisões constitucionais vinculativas de todos⁷. A necessidade militar tinha posto o problema numa forma que se adaptava e confirmava a teoria bolchevique. A autodetermi-

⁵ Este parece ser o primeiro emprego neste contexto da palavra *soyuz*, que serve em russo para exprimir tanto «aliança» como «união». A confusão terminológica é significativa de uma falta de precisão no pensamento constitucional russo e ajudou, neste caso, a fazer a transição de um estatuto para outro.

⁶ *Sobranie Uzakonenii*, 1919, n.º 21, art. 264. Na enumeração dos territórios a que este decreto se applicava, a Crimeia era mencionada em três passos e omitida em dois, o que pode sugerir que a sua inclusão foi uma ideia posterior. A inclusão dela era anómala, visto que nunca gozou do estatuto de república soviética independente como os outros países nomeados. Tornou-se, mais tarde, república autónoma da RSFSR.

⁷ Uma resolução elaborada por Lenine e aprovada pela conferência do partido de Dezembro de 1919 descrevia ousadamente a resolução ucraniana de 18 de Maio e o decreto do VTsIK de 1 de Junho do mesmo ano como constituindo um «elo federal» entre a RSFSR e a Ucrânia (Lenin, *Sochineniya*, XXIV, 552; *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 316).

nação nacional estava condicionada à unidade dos trabalhadores de todas as nações na luta revolucionária e, por conseguinte, subordinada a ela: se o malogro em estabelecer a unidade entre os trabalhadores de diferentes nações e regiões do antigo Império Russo permitisse à contra-revolução triunfar, isso significaria o fim da autodeterminação para todos. O argumento, é claro, tomava como assente que forma de autodeterminação nacional seria realizada pela vitória da revolução. Mas, em termos de emergência militar imediata, era válido e irrefutável. E tampouco a sua validade desapareceu com a emergência imediata, já que as nações socialistas viviam em perigo constante de ataque capitalista⁸. A necessidade da unidade era permanente e encontrou expressão na unidade do Exército Vermelho. Uma vez aceite essa unidade como necessidade militar evidente e uma vez firmado o prestígio desse exército pela sua vitória na guerra civil, a batalha pela unidade numa base russa — estava mais que meio ganha.

Estava, assim, desbravado o caminho para a evolução de uma aliança militar *ad hoc* para uma «união militar-económica e política dos povos». A terceira e última fase do processo começou automática e quase acidentalmente, à medida que os territórios eram libertados dos governos burgueses ou dos exércitos de ocupação e surgia a necessidade de firmar as relações deles com a RSFSR numa base mais permanente. Uma resolução do VTsIK, publicada em 15 de Fevereiro de 1920, qualificava «o estabelecimento de relações normais entre a RSFSR e as repúblicas soviéticas autónomas e, em geral, as nacionalidades não-russas» como «uma das tarefas mais importantes do VTsIK» e constituía uma comissão «para resolver as questões referentes à estrutura federal da RSFSR»⁹. As repúblicas autónomas básquire, tártara, cazaque e calmuca datavam do Verão de 1920. O avanço, embora retardado pela guerra contra a Polónia e pela campanha contra Wrangel, fez-se do centro para a periferia. Em 30 de Setembro de 1920, concluiu-se um tratado de «aliança económico-militar», juntamente com cinco tratados suplementares, entre a RSFSR e a URSS do Azerbaijão, que tinha sido fundada precisamente

⁸ Uma resolução do décimo congresso do partido de 1921 deduzia a argumentação a favor da unidade do perigo de ataque capitalista (ibid., I, 384).

⁹ *Zhizn' Natsional'nostei*, n.º 6 (61, leg. 63), 15 de Fevereiro de 1920.

seis meses antes, e dez dias depois, Estaline, como Comissário do Povo para os Assuntos das Nacionalidades, fez uma importante declaração política, na forma de um artigo no *Pravda* ¹⁰.

Estaline começava com o argumento da necessidade militar:

Três anos de revolução e de guerra civil na Rússia mostraram que, sem o auxílio mútuo entre a Rússia central e as suas regiões periféricas, a vitória da revolução é impossível, a libertação da Rússia das garras do imperialismo é impossível.

Só duas alternativas se ofereciam aos países da periferia: alinhar-se com a Rússia ou alinhar-se com a Entente. O autor continuava, com uma ironia um tanto grave:

«A chamada independência das chamadas Geórgia, Arménia, Polónia, Finlândia, etc., independentes é apenas uma aparência enganadora que mascara a completa dependência destes — desculpem a palavra — estados deste ou daquele grupo de imperialistas.

Se uma maioria de qualquer destas nações pedisse a secessão, é de supor que a Rússia, como no caso da Finlândia, concordasse. Mas já não se tratava de direitos, que eram indiscutíveis, mas dos interesses das massas populares; e «os interesses das massas populares dizem que o pedido de separação das regiões periféricas, na presente fase da revolução, é profundamente contra-revolucionário».

Pondo de parte a ideia de simples «autonomia nacional-cultural», Estaline defendia então a solução de «autonomia regional das regiões periféricas» — uma autonomia que tinha que ser efectiva tanto no sentido cultural como no económico. Mas o principal ponto de interesse, na altura, era a relação da «autonomia soviética» com a inacabada redistribuição administrativa da Rússia». Estaline louvava a elasticidade da

¹⁰ Stalin, *Sochineniya*, IV, 351-63; apareceu também na edição corrente de *Zhizn' Natsional' nostei*. A importância deste artigo na história da formação da RSFSR foi salientada por uma conferência que lhe foi dedicada no seu vigésimo aniversário, 10 de Outubro de 1940, no Instituto de Direito da Academia das Ciências Soviética e publicada em *Sovetskoe Gosudarstvo i Pravo*, n.º 11, 1940, pp. 1-10.

«autonomia soviética», que ia «de uma estreita autonomia administrativa (Alemães do Volga, Tchuvaches, Carélios)... a uma ampla autonomia política (Básquires, Tártaros do Volga, Quirguizes), desta ampla autonomia política à sua forma ainda mais ampla (Ucrânia, Turquestão) e do tipo ucraniano de autonomia à forma mais elevada de autonomia, as relações por tratados (Azerbaijão)». O que era significativo aqui era, em primeiro lugar, que Estaline não fazia uma distinção substantiva, mas apenas de grau, quer entre as regiões e repúblicas autónomas da RSFSR, quer entre as repúblicas autónomas da RSFSR e repúblicas formalmente independentes como a Ucrânia e o Azerbaijão, e, em segundo lugar, que ele distinguia o tratado recentemente concluído de «aliança económico-militar» com o Azerbaijão como a «forma mais elevada de autonomia». A linha política que, passados dois anos, levaria à criação da URSS estava claramente prefigurada nesta enumeração. Prestar-se-ia uma atenção mais cuidadosa, no futuro, à diferença constitucional, que foi rigidamente mantida, entre unidades autónomas da RSFSR e as repúblicas em regime de tratado. Mas o rumo principal tinha sido claramente traçado no artigo de Estaline de Outubro de 1920. Na primeira categoria, os povos menores continuariam a estar organizados como unidades autónomas da RSFSR; Estaline, na altura em que escreveu o artigo, estava prestes a empreender uma viagem cujo principal objectivo era a «redistribuição administrativa» dos múltiplos povos do Cáucaso Setentrional¹¹. Na segunda categoria, o Azerbaijão e as outras sete repúblicas independentes organizar-se-iam com base em relações por tratados com a RSFSR, dos quais os tratados com o Azerbaijão, de 30 de Setembro de 1920 eram o protótipo.

O modelo do Azerbaijão era tosco, mas directo. O tratado principal estabelecia o princípio de uma «estreita união (ou «aliança») «militar e económico-financeira» entre os dois estados e comprometia-os a levarem a cabo, no mais curto espaço de tempo, a unificação 1) da organização e comando militares, 2) dos órgãos de contróle da economia nacional e do comércio externo, 3) dos órgãos de abastecimento, 4) dos transportes ferroviários e fluviais e da administração telegráfico-postal e 5) das finanças. É de presumir que a rubrica militar tenha sido tratada numa convenção não publicada.

¹¹ Ver atrás, p. 366.

As outras rubricas foram abrangidas por cinco tratados suplementares (finanças, comércio externo e economia nacional), o órgão competente da RSFSR nomeava o seu plenipotenciário junto do Sovnarkom do Azerbaijão (ou, para a economia nacional, do Sovnarkhoz) «com o direito de voto decisivo; nos outros dois tratados, chegou-se à unificação mediante cláusulas ligeiramente diferentes¹². Mas a insistência na unificação da política económica e financeira era evidente do princípio ao fim. Este era um primeiro modelo e o Azerbaijão era um país fraco e atrasado. Os seis tratados, como os que lhes sucederem entre a RSFSR e outras repúblicas soviéticas independentes, foram concluídos como tratados entre estados soberanos e assinados pelos respectivos comissários dos assuntos externos, nas formas reconhecidas pela lei internacional. Mas o resultado da união dificilmente poderia ser outro que a dependência do Azerbaijão da RSFSR. Não se julgou necessário grande cuidado no texto para disfarçar esta realidade.

O tratado seguinte da série foi concluído, três meses depois, com a RSS Ucraniana, cujo longo martírio de sucessivas ocupações estrangeiras tinha acabado com a derrota dos invasores polacos, em Julho de 1920. Tal como o Azerbaijão (excepto no que se refere à cidade de Baku, russa e cosmopolita, que pouco se importava com as aspirações nacionais do país) era talvez a mais pobre e mais fraca das oito repúblicas, assim a Ucrânia era decerto a mais forte e a mais insistente na sua reivindicação de independência e igualdade formal. O tratado ucraniano revestiu-se de uma certa solenidade e significado por ter sido assinado em Moscovo, em 28 de Dezembro de 1920, durante o Oitavo Congresso Panrusso de Sovietes e ter recebido a ratificação formal do congresso; foi o único destes tratados a ser assinado pelo próprio Lenine, em nome da RSFSR. Rakovsky, presidente, nesta altura, do Sovnarkom ucraniano e principal delegado ucraniano ao congresso, pôs em relevo a transição da união militar para a económica:

Não há a mínima dúvida de que a nossa política futura seguirá o caminho da unificação e, especialmente agora, no período da construção económica soviética, esta integração e

¹² Os seis tratados encontram-se em *RSFSR: Sbornik. Deistvuyushchikh Dogovorov, I (1921)*, n.º 1-6, pp. 1-12.

unificação são precisamente tão indispensáveis como antes, no período da defesa militar, talvez ainda mais indispensáveis¹³.

A redacção era mais elaborada que a do tratado com o Azerbaijão. O preâmbulo rendia homenagem ao «direito das nações à autodeterminação proclamado pela grande revolução proletária» e reconhecia «a independência e soberania de cada uma das partes contratantes», bem como «a necessidade de unirem as suas forças com fins de defesa e também no interesse da sua construção económica». O sistema estabelecido pelo tratado (estando tudo abrangido, desta vez, por um único instrumento) evitava cuidadosamente qualquer implicação directa de dependência. Os assuntos militares e navais, a economia nacional, o comércio externo, as finanças, o trabalho, as comunicações e os correios e telégrafos eram confiados a «comissariados unificados» de ambas as repúblicas. Estes comissariados unificados «entram na composição do Sovnarkom da RSFSR e estão representados no Sovnarkom da RSS Ucrâniana por plenipotenciários que são confirmados e controlados pelo comité executivo central e pelo congresso de soviets ucranianos». Por outro lado, a RSS Ucrâniana tinha os seus representantes no VTsIK e no Congresso Panrusso de Sovietes, no qual residia a autoridade decisiva sobre os comissariados unificados. Por um aperfeiçoamento introduzido durante a discussão no Oitavo Congresso Panrusso de Sovietes, os representantes de uma das partes no congresso de soviets da outra parte não teriam direito a voto quando estivessem em questão assuntos que afectassem comissariados não unificados¹⁴.

O ano de 1921 viu mais três repúblicas serem introduzidas no mesmo sistema — a Rússia Branca, a Geórgia e a Arménia. O tratado com a Rússia Branca, assinado em 16 de Janeiro de 1921, era em termos idênticos ao tratado com a Ucrânia¹⁵. Mas, pelo menos na questão das finanças, o modelo comparativamente flexível da Ucrânia parece ter-se mostrado

¹³ *Vos'moi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1921), p. 232.

¹⁴ *RSFSR: Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, I (1921), n.º 8, pp. 15-16; *Vos'moi Vserossiiskii S'ezd Sovetov* (1921), p. 234.

¹⁵ *RSFSR: Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, I (1921), n.º 7, pp. 13-14; W. R. Batsell, *Soviet Rule in Russia* (N. I. 1929), p. 204, data mal o tratado de 16 de Janeiro de 1921, confundido por uma gralha no cabeçalho do tratado nos *Sbornik*, embora a data seja ali correctamente dada no texto.

insuficientemente rígido para a república mais atrasada da Rússia Branca, que dificilmente terá tido tantos peritos financeiros; e, seis meses depois, concluiu-se um tratado baseado no modelo do Azerbaijão, segundo o qual um representante do Commissariado das Finanças russo tinha assento no Sovnarkom da Rússia Branca, com direito a voto decisivo, com a cláusula nova e adicional de que os orçamentos dos commissariados unificados seriam submetidos ao Narkomfin e ao Sovnarkom da RSFSR para confirmação e para eventual inclusão no orçamento da RSFSR¹⁶. Entretanto, o tratado de 21 de Maio de 1921 com a RSS Georgiana seguiu o modelo ucraniano, apenas com algumas variantes¹⁷. O tratado com a RSS Arménia, assinado em 30 de Setembro de 1921, limitava-se exclusivamente a questões financeiras e estava a meio caminho entre o contróle compartilhado do modelo ucraniano e o estatuto subordinado do Azerbaijão e da Rússia Branca¹⁸. Estas diferenças de forma implicavam certamente diferenças de conteúdo. Mas as variações ocorriam provavelmente não tanto no grau de unificação alcançado como na medida em que as repúblicas aliadas eram capazes de contribuir efectivamente para o funcionamento do sistema unificado.

As três repúblicas restantes — as Repúblicas de Khorezm, de Bokhara e do Extremo Oriente — estavam na situação anómala de não serem «repúblicas soviéticas socialistas»; as duas primeiras eram repúblicas soviéticas populares, a terceira uma república democrática. Khorezm (a antiga Khiva) e Bokhara nunca tinham sido formalmente incorporadas no império czarista e, em parte, talvez, devido às condições turbulentas que ainda dominavam nelas, em parte devido ao seu desenvolvimento social atrasado, Moscovo mostrava uma forte inclinação para respeitar, de momento, o seu estatuto de «estrangeiras». A RSFSR concluiu tratados de aliança e acordos económicos com Khorezm, em 13 de Setembro de 1920¹⁹, e com Bokhara, em 4 de Março de 1921²⁰. Na esfera

¹⁶ RSFSR: *Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, II (1921), n.º 41, pp. 7-8.

¹⁷ Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, III (1928), i, 22-3.

¹⁸ RSFSR: *Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, II (1921), n.º 40, pp. 5-6.

¹⁹ RSFSR: *Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, I (1921), n.º 9-10, pp. 17-26.

²⁰ *Ibid.*, II (1921), nos 42-3, pp. 7-14.

militar, tomaram-se disposições para convenções «político-militares» com o fim de estabelecer «um plano e chefia comuns e preparativos que garantam o cumprimento das tarefas de defender a independência e liberdade de ambas as repúblicas»²¹. Até aqui, o modelo era conhecido, embora possa duvidar-se de que estas cláusulas militares tenham tido muita aplicação imediata, dado que o Exército Vermelho esteve activamente empenhado em Bokhara contra os Basmiques, até ao fim do Verão de 1922.

As disposições económicas, a que a maior parte dos tratados era dedicada, eram, por outro lado, completamente diferentes das dos tratados com repúblicas socialistas. Aqui, não podia ser caso de uma unificação de órgãos. Todo o comércio externo seria dirigido, não por pessoas particulares, mas por instituições do estado, e as repúblicas não dariam direitos industriais ou comerciais nos seus territórios a nenhum estado que não fosse a RSFSR ou outra república soviética. Quanto ao resto, dava-se especial importância à renúncia da RSFSR a todos os direitos de propriedade ou concessões do antigo Império Russo no território das duas repúblicas, incluindo a terra dos colonos estabelecidos em Bokhara antes da revolução, que podiam, contudo, ao que parece, conservar a sua terra optando pela cidadania de Bokhara; e prometeu-se às duas repúblicas substanciais pagamentos, numa importância global, à laia de subsídio — 500 000 000 rublos para Khorezm e uma soma a fixar por um acordo posterior para Bokhara. Estes tratados podem ter representado na prática um grau tão grande de dependência da RSFSR para Khorezm e Bokhara como para as repúblicas soviéticas socialistas ou para as repúblicas autónomas, ou talvez ainda maior. Mas os laços formais eram de ordem diferente e cabiam mais no conceito de «relações externas» que no de «união federal». Seriam necessários vários anos até as duas repúblicas serem consideradas preparadas para introdução no sistema soviético.

Não podem definir-se facilmente as consequências constitucionais de todas estas disposições: o que resultou dos tratados com as repúblicas da Ucrânia e da Rússia Branca e

²¹ A frase é citada do tratado com Khorezm; o tratado com Bokhara limita-se a remeter para uma convenção militar não publicada de Novembro de 1920. As novas convenções, propostas, se é que se concluíram, não foram publicadas.

com as três repúblicas transcaucásicas tinha algumas características de aliança, algumas de federação e algumas de estado unitário²². Mas este carácter vago era típico de todos os documentos constitucionais soviéticos do período. A cláusula dos tratados ucraniano e russo-branco relativa à admissão de representantes da Ucrânia Branca no Congresso Panrusso de Sovietes e no VTsIK não tinha contrapartida nos tratados asiáticos. Não obstante, delegados do Azerbaijão, da Geórgia e da Arménia, tal como da Ucrânia e da Rússia Branca, estiveram presentes, sem que fosse levantada qualquer objecção, no Nono Congresso Panrusso de Sovietes, em Dezembro de 1921²³, e o congresso decidiu que, «em vista do ... desejo de repúblicas soviéticas independentes de terem os seus representantes no supremo órgão legislativo da república», o número de membros do VTsIK seria aumentado de forma correspondente²⁴. Isto deu uma base formal à publicação pelo VTsIK de decretos que eram considerados, aparentemente sem mais formalidades, como vinculativos em todos os territórios das repúblicas aliadas.

A outra inovação significativa foi a importância dada em todos os tratados à unidade económica. Como disse Estaline, na sua retrospectiva posterior do processo, foi «a escassez dos recursos económicos que ficaram à disposição das repúblicas» que as obrigou a «combinar estes magros recursos de forma a empregá-los mais racionalmente e a desenvolver os principais ramos de produção»²⁵. As consequências económicas da guerra civil completaram o processo que as exigências militares da própria guerra tinham iniciado. Já em Março de 1920, a palavra de ordem «tudo para a frente» tinha dado lugar à palavra de ordem «tudo para a economia nacional»²⁶. Mesmo antes, o Sétimo Congresso Panrusso de Sovietes tinha eleito uma «comissão territorial-administrativa» para refazer as fronteiras locais em linhas mais de harmonia com os grupos

²² O curioso pode encontrar nesta indefinição de estatuto um caso de a história se repetir a si própria. Gerações de historiadores discutiram a questão de se o Tratado de Pereyaslavi de 1654 constituiu uma união pessoal entre a Moscóvia e a Ucrânia ou uma incorporação da Ucrânia no império moscovita.

²³ Rakovsky fez, nesta ocasião, em nome de todas as cinco repúblicas, a declaração sobre o Exército Vermelho citada atrás, na p. 411.

²⁴ *S' 'ezdy Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), p. 219.

²⁵ Stalin, *Sochineniya*, V, 146.

²⁶ *Ibid.*, IV, 295.

económicos²⁷. Desde então, este assunto esteve constantemente presente. Um plano emanado da Comissão Estatal de Planeamento para a divisão da Rússia Europeia em doze regiões económicas e da Rússia Asiática em nove foi prudentemente louvado pelo décimo segundo congresso do partido, em Abril de 1923, como «hipótese de trabalho preliminar que necessita de ser completada, verificada e elaborada com base na experiência»²⁸. A criação destas regiões, que saltava todas as divisões políticas, incluindo as traçadas segundo linhas nacionais, proporcionava um novo exemplo da contradição entre os objectivos a longo e a curto prazo da política das nacionalidades soviética. As exigências da unidade económica, que era uma condição essencial de progresso económico para as nações «atrasadas» e, por conseguinte, de igualdade real no futuro, entravam em conflito com as influências desintegradoras exercidas pelas aspirações nacionais presentes.

A fase diplomática da unificação ficou para trás das fases militar e económica, visto que aqui não tinha havido nenhuma causa ou impulso específicos para a união. Nenhum dos tratados entre a RSFSR e as outras repúblicas soviéticas incluía os assuntos externos na lista dos commissariados unificados; e, como o contróle unificado dos assuntos externos era um distintivo tradicional da federação, a sua omissão aqui acentuava o carácter da relação agora estabelecida mais como uma aliança que como federação. Na prática, a Ucrânia foi a única república a fazer um amplo uso da liberdade de conduzir as suas próprias relações externas, concluindo tratados com os outros estados que a reconheciam²⁹ e mantendo as suas próprias representações diplomáticas, por um período, em Braga, Berlim e Varsóvia.

Independentemente, contudo, dos obstáculos práticos à organização de departamentos de assuntos externos e de

²⁷ *S' 'ezdy Sovetov RSFSR v Postanovleniyakh* (1939), p. 152.

²⁸ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 497; *Zhizn' Natsional' — nostei*, n.º 12 (147), 15 de Junho de 1922, tinha publicado um protesto do presidente do comité executivo regional tchuvache, que observava que, «se as regiões e repúblicas autónomas só vão gozar de direitos políticos, não há qualquer razão para lhes chamar regiões e repúblicas autónomas nacionais».

²⁹ Veja-se, por exemplo um tratado com a Estónia de 25 de Novembro de 1921, publicado em *League of Nations: Treaty Series*, XI (1922), n.º 294. No Outono de 1921, Frunze foi a Angora em missão especial como delegado da Ucrânia, para concluir um tratado com a Turquia.

serviços diplomáticos independentes por repúblicas atrasadas e pobres não reconhecidas por quaisquer países estrangeiros importantes, a relação entre estas repúblicas e a RSFSR teria, por si só, impedido qualquer tentativa séria de conduzir uma autoridade comum e representada através de um único canal. Mas não se tinha ainda estabelecido nada que se parecesse com uma uniformidade de procedimento. A delegação soviética que assinou o tratado de paz com a Polónia em Riga, em 18 de Março de 1921, era uma delegação conjunta da RSFSR e da RSS Ucrainiana, tendo também a delegação russa plenos poderes da RSS da Rússia Branca³⁰. Dois dias antes, a RSFSR tinha assinado em Moscovo um tratado com a Turquia que determinava a fronteira entre a Turquia e as três repúblicas transcaucásicas e efectuava até várias alterações territoriais, sem qualquer participação formal das repúblicas, quer nas negociações, quer na conclusão do tratado. A questão não tinha, contudo, passado em claro. O penúltimo artigo do tratado dizia o seguinte:

A Rússia compromete-se a dar em relação às repúblicas transcaucásicas os passos necessários para conseguir o reconhecimento por estas repúblicas, em tratados que elas concluíram com a Turquia, dos artigos do presente tratado que as afectam directamente³¹.

Mais para o fim do ano, quando as repúblicas da Arménia, do Azerbaijão e da Geórgia cumpriram esta promessa por delegação concluindo um tratado com a Turquia, em Kars, observou-se especificamente no preâmbulo que elas tinham conduzido as negociações «com a participação da RSFSR»³², cujo delegado também assinou o tratado.

Esta confusão de processos não podia, contudo, continuar. No princípio de 1922, a questão foi precipitada pelo convite das potências aliadas ocidentais à RSFSR para participar na próxima conferência europeia de Génova — convite que não tomava em conta o estatuto constitucional dos outros governos soviéticos. Em 22 de Fevereiro de 1922, as oito repúblicas entraram num acordo que dava poderes à RSFSR para «repre-

³⁰ RSFSR: *Sbornik Deistvuyushchikh Dogovorov*, II, (1921), n.º 51, p. 53.

³¹ *Ibid.*, II, n.º 52, pp. 72-7.

³² Klyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, III (1928), i, 139.

sentar e defender» os seus interesses na futura conferência de Génova e para assinar, não só qualquer acordo ali concluído, como também «todos os acordos internacionais de qualquer espécie directa ou indirectamente relacionados com esta conferência com estados representados na dita conferência e com quaisquer outros estados e tomar todas as medidas disso resultantes»³³. Esta vasta autoridade preencheu amplamente o vazio deixado pela omissão dos assuntos externos da lista de «comissariados unificados». Se houve alguma oposição a esta fusão de funções, ela veio da Ucrânia, a única república suficientemente forte para se permitir atitudes de independência diplomática, e uma declaração apaziguadora de Yakovlev, Comissário dos Assuntos Externos da Ucrânia em exercício, no Verão de 1922, destinava-se manifestamente a acalmar a oposição:

A política externa da Ucrânia não tem nem pode ter interesses diferentes dos que são comuns com a Rússia, que não é mais que um estado proletário como a Ucrânia. A heroica luta da Rússia, em completa aliança com a Ucrânia, em todas as frentes, contra imperialismos internos e externos, está agora a dar lugar a uma frente diplomática igualmente unida. A Ucrânia é independente na sua política externa quando se trata dos seus próprios interesses específicos. Mas, em questões que são de comum interesse político e económico para todas as repúblicas soviéticas, tanto o Comissariado dos Assuntos Externos russo como o ucraniano actuam como poder federal unido»³⁴.

A última ocasião em que se observou a formalidade da representação separada foi em Berlim, em Novembro de 1922, quando a Ucrânia, a Rússia Branca, a Geórgia, o Azerbaijão, a Arménia e a República do Extremo Oriente assinaram com a Alemanha um tratado que lhes tornava extensíveis as cláusulas do Tratado de Rapallo³⁵. Em Dezembro de 1922,

³³ RSFSR: *Sbornik Deistvuyuschikh*, III (1921), n.º 1, pp. 1-3. É significativo que as mesmas forças de interesse económico regional comum agiam mesmo para além do círculo das repúblicas soviéticas; em 29-30 de Março de 1922, delegados da RSFSR, Polónia, Estónia e Letónia reuniram-se em Riga para «coordenar a acção dos seus representantes» na Conferência de Génova (*Conférence de Moscou pour la limitation des armements* (Moscou, 1923), pp. 139-41).

³⁴ Citado dos *Izvestiya* de 13 de Agosto de 1922, em A. L. P. Dennis, *Foreign Policies of Soviet Russia* (1924), p. 189.

³⁵ Kluyuchnikov i Sabanin, *Mezhdunarodnaya Politika*, III (1928), i, 206.

altura em que se reuniu em Moscovo uma conferência de potências este-europeias para a redução de armamentos, Litvinov informou-a que, «como as forças armadas de todas as repúblicas soviéticas constituem um único todo, o delegado russo tem plenos poderes para negociar uma redução delas»³⁶.

Antes do fim de 1922, por conseguinte, o processo de reunificação estava virtualmente completo e estava a começar a ser dado como coisa assente. Faltava apenas revesti-lo dos trajes constitucionais apropriados. A linha divisória entre as repúblicas independentes ligadas com a RSFSR por relações baseadas em tratados e as repúblicas autónomas dentro da RSFSR não era, na prática, muito grande. O caminho lógico teria sido sem dúvida, assimilá-las umas às outras quer tornando as repúblicas de tratado unidades autónomas de uma RSFSR alargada, quer afastando as repúblicas autónomas da égide da RSFSR, e fazendo delas unidades, lado a lado, com a RSFSR e com as repúblicas de tratado, da união mais ampla³⁷. Mas o lógico raramente coincide com o politicamente oportuno. A primeira solução teria sido levada a mal pelas repúblicas de tratado, e especialmente pela Ucrânia, como uma derrogação do seu estatuto formalmente independente e um acto de submissão à «Rússia»; a segunda solução teria enfraquecido a RSFSR como cavilha essencial de toda a estrutura e incorrido na hostilidade de todos os interesses investidos no seu actual predomínio. Por isso, teve que se forjar um compromisso que divergisse o menos possível do *status quo*. A RSFSR continuava como «federação» que abarcava, nesta altura, oito repúblicas autónomas e treze regiões autónomas³⁸ e entrava como uma unidade, em termos formalmente iguais aos das repúblicas soviéticas independentes, na federação mais ampla.

³⁶ *Conférence de Moscou pour la limitation des armements* (Moscovo, 1923), p. 64.

³⁷ A segunda proposta foi efectivamente feita na secção das nacionalidades do décimo segundo congresso do partido, em Abril de 1923, aparentemente como um apêndice à proposta dos «desviacionistas» georgianos de que as repúblicas da federação transcaucásica entrassem na URSS como unidades separadas (Stalin, *Sochineniya*, V, 269-70).

³⁸ As repúblicas autónomas básquire, tártara, cazaque, do Turquestão, dos Montanhese, do Daguestão, da Crimeia e Iacute; as regiões autónomas tchuvache, mari, calmuca, votiaque, komi, da Cabardino-Balcária, buriato-mongol, carachaevo-tcherquessiana, oiraque, dos Adigues, tchetchensque, carélia e dos Alemães do Volga (a última ainda designada oficialmente como «comuna operária»). A lista encon-

Com o fim de preparar o caminho para esta solução, pediu-se às três pequenas repúblicas transcaucásicas que se combinassem numa unidade federal local; e este passo aparentemente trivial deu ocasião a sérios atritos entre a Arménia e a Geórgia, entre grupos rivais de bolcheviques georgianos, entre grupos rivais dentro do próprio comité central e, finalmente, entre Estaline e Lenine, agora quase inválido. A controvérsia era, em parte, consequência dos acontecimentos de Fevereiro de 1921, quando a Geórgia tinha sido tomada pelos bolcheviques e Lenine se tinha, tão surpreendente e inutilmente, manifestado a favor de uma coligação com os mencheviques³⁹. Mas reflectia também a intensidade do nacionalismo georgiano e das afinidades mencheviques recentes, que tornavam a Geórgia, quase tanto como a Ucrânia, um núcleo de resistência «nacional» separatista ao poder soviético. Foi a dificuldade, do ponto de vista soviético, em resolver o problema georgiano sem a aplicação nua e crua da força a grupos politicamente conscientes de georgianos que aclamavam em alta voz as reivindicações de autodeterminação nacional que causou embaraço e divisão na direcção do partido.

Desde o momento em que todas as três repúblicas transcaucásicas tinham sido trazidas para o seio soviético, a Arménia, consciente da sua fraqueza e isolamento militar e económico, tinha insistido em qualquer forma de federação ou união entre elas⁴⁰, e a Geórgia, orgulhosa de uma tradição independente, tinha levantado objecções a uma iniciativa que tenderia a nivelar as condições económicas entre ela e os seus vizinhos mais pobres e a aumentar a influência da sua própria minoria arménia, grande e desprezada. A diferença de pontos de vista reflectia-se nas respectivas constituições das suas repúblicas, já que, ao passo que a constituição da

tra-se em *Pyat' Let Vlasti Sovetov* (1922), p. 227 (a que se acrescenta a região tchetchensque, formada em Novembro de 1922). O número de repúblicas e regiões aumentou consideravelmente mais tarde. Duas repúblicas autónomas (Abcásia e Adjária) e uma região autónoma (Iugo-Ossécia), originalmente parte da Geórgia, foram incluídas na RSFS Transcaucásica.

³⁹ Ver atrás, pp. 389-90.

⁴⁰ B. A. Bor'yan, *Armeniya, Mezhdunarodnaya Diplomatiya, i SSSR* (1929), II, 319, cita declarações neste sentido das actas do primeiro e segundo congressos de soviets arménios, realizados, respectivamente, em 1921 e 1922.

RSS Arménia falava do fortalecimento de relações com os seus vizinhos, a constituição da RSS Georgiana limitava-se a declarar a sua solidariedade com todas as repúblicas soviéticas existentes e a sua disposição de entrar numa única república soviética socialista internacional»⁴¹. Aqui, como noutros sítios, contudo, a necessidade económica trabalhava fortemente a favor da unificação. Poucas semanas depois da tomada da Geórgia, em Fevereiro de 1921, as vias férreas georgianas, a ligação vital das comunicações transcaucásicas, foram incorporadas com as das outras duas repúblicas no sistema soviético, ao que parece, face a protestos dos bolcheviques georgianos e com a introdução de grandes quantidades de operários russos⁴². Já em Abril de 1921, Lenine, posto perante o perigo de um colapso económico, recomendou a criação de um «órgão económico regional para toda a Transcaucásia»⁴³. Alguns dias depois, obviamente preocupado com o sucesso da NEP, publicou, em *Pravda Gruzii*, um artigo em que parecia advertir os povos transcaucásicos e caucasianos contra os extremos do comunismo de guerra. Não era necessário, explicava ele, copiar em pormenor «as nossas tácticas», mas antes imitar o espírito e aproveitar do exemplo dos anos de 1917 a 1921. O que era preciso era «mais flexibilidade, prudência, espírito de conciliação com respeito à pequena burguesia, à intelligentsia e especialmente ao campesinato... uma abordagem mais lenta, mais prudente e mais sistemática do socialismo». As necessidades mais urgentes eram melhorar a situação do campesinato e empreender trabalhos de electrificação e irrigação⁴⁴. O estado de espírito de 1921 inclinava-se fortemente para a NEP, com o seu relaxamento da disciplina e contróle centralizados. Não se fez muito na Geórgia durante o resto do ano. A fome assolava as províncias do Volga da Rússia Europeia e era um aviso contra qualquer alteração abrupta de sistemas de cultivo. Houve, mais tarde, queixas

⁴¹ Citado *ibid.*, II, 333.

⁴² Estes pormenores provêm de uma declaração *ex parte* no décimo segundo congresso do partido, mas não foram seriamente contestados (*Dvenadtsatyi S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), pp. 535-6); segundo Enukidze (*ibid.*, p. 540), a acção foi empreendida com a aprovação do presidente do comité militar revolucionário bolchevique georgiano.

⁴³ Lenin, *Sochineniya*, XXVI, 188.

⁴⁴ *Ibid.*, XXVI, 191-2.

de que nem sequer tinha havido na Geórgia um começo do trabalho da reforma agrária ⁴⁵.

Em Dezembro de 1921, sob o impulso directo de uma visita de Ordjonikidze como especialista georgiano do partido, abriu-se uma nova campanha e um ano fértil em acontecimentos começou com a prisão de mencheviques que tinham continuado em actividade na Geórgia, depois da amnistia de Março de 1921 ⁴⁶. Em 12 de Março de 1922, sob contínua pressão do poder central, as três repúblicas concluíram um tratado que formava uma Federação das Repúblicas Soviéticas Socialistas da Transcaucásia (FSSRZ), com uma «conferência plenipotenciária» como órgão federal supremo. «Direcção da política económica» era uma das funções colocadas pelo tratado sob contróle federal; e a argumentação de Lenine de um ano antes a favor de um «órgão económico regional» foi finalmente satisfeita pela criação de um «conselho económico supremo» ⁴⁷. Mal se tinha conseguido isto, vieram ordens do quartel-general do partido em Moscovo de que o que era preciso não era uma federação de repúblicas, mas uma única república federal. Isto lançou os comunistas locais, que tinham aceitado a federação com relutância, num estado de confusão e revolta. No Verão de 1922, o comité central enviou à Geórgia uma comissão especial, composta por Dzerjinsky, Mitskevitch-Kapsukas e Manuilsky (um polaco, um lituano e um ucraniano), para julgar a situação e restaurar a disciplina. No Outono, os dirigentes comunistas locais, Mdivani e Makharadze, foram exonerados dos seus postos e chamados a Moscovo e constituiu-se um novo comité do partido georgiano. Afastados assim os obstáculos, reuniu em Tiflis um

⁴⁵ *Dvenadtsati S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov)* (1923), p. 162.

⁴⁶ Com base no material agora acessível, seria impossível deslindar em pormenor a emaranhada história do que aconteceu na Geórgia, e no partido com respeito à Geórgia, durante os doze meses de Dezembro de 1921 a Dezembro de 1922. Mas as linhas gerais ressaltam claras dos debates prolongados do décimo segundo congresso do partido de Abril de 1923, em que todas as partes disseram o que pensavam com considerável franqueza — a última ocasião de tanto falar claro num congresso de partido.

⁴⁷ O tratado em si encontra-se em *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 208-10; o estatuto do «conselho económico supremo» está traduzido de outra fonte em W. R. Batsell, *Soviet Rule in Russia*, (N. I. 1929) pp. 403-8, onde, contudo, o «conselho» se transformou em «conferência».

primeiro Congresso de Sovietes Transcaucásico que, em 13 de Dezembro de 1922, aprovou a constituição de uma República Soviética Federal Socialista Transcaucásica (ZSFSR) decalcada de perto da RSFSR⁴⁸. Tinha-se refreado a recalctância nacional dos Georgianos e criado uma unidade mais adequada à formação da união mais ampla⁴⁹.

Por estes processos, as oito unidades independentes da constelação soviética foram reduzidas a seis. Efectuou-se outra redução cómoda pela reincorporação da República do Extremo Oriente na RSFSR. Das cinco restantes, as repúblicas de Khorezm e de Bokhara, ainda não socialistas, não eram aceitáveis para inclusão na união e mantiveram o seu estatuto de aliadas. Das três que ficavam, a RSS Ucrainiana e a RSFS Transcaucásica aprovaram simultaneamente resoluções, em 13 de Dezembro de 1922 (o próprio dia da fundação da RSFS Transcaucásica), a favor da criação de uma união de repúblicas soviéticas socialistas; e a RSS da Rússia Branca seguiu-as, três dias depois⁵⁰. Em 26 de Dezembro de 1922, o Décimo Congresso Panrusso de Sovietes, por proposta de Estaline, aprovou uma resolução em termos semelhantes⁵¹.

⁴⁸ *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 223-32.

⁴⁹ No décimo segundo congresso do partido de Abril de 1923, estas acções foram atacadas por Mdivani, Makharadze e Bukharine e defendidas por Estaline, Ordionikidze e Enukidze. A característica delicada da situação era que se acreditava que Lenine, antes de sucumbir ao segundo ataque, tinha prometido o seu apoio a Mdivani: uma carta sua a criticar a política de Estaline e de Dzerjinsky foi feita circular entre membros do congresso, embora não fosse publicada. Trotsky, que não falou sobre a questão no congresso, pretendeu depois ter sido objecto de confidências de Lenine e ter partilhado as opiniões dele. O episódio será discutido mais profundamente na segunda parte da presente obra, *O Interregno, 1923-1924*.

⁵⁰ Os documentos encontram-se em *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 233-40; Estaline, numa declaração ao *Pravda*, em 18 de Novembro de 1922, afirmou que a iniciativa tinha vindo das próprias repúblicas, três meses antes (Stalin, *Sochineniya*, V, 138).

⁵¹ *Sobranie Uzakonenii*, 1923, n.º 28, art. 325; *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 241-2; *Sochineniya*, V, 145-55. Esta resolução introduziu, pela primeira vez, o nome de «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas»; as repúblicas constituintes da união, bem como as repúblicas autónomas, eram «Repúblicas Soviéticas Socialistas». Não parece que se tenha dado alguma vez uma explicação da inversão.

Em 30 de Dezembro de 1922, os delegados da RSFSR, das RSSs da Ucrânia e da Rússia Branca e da RSFS Transcaucásica constituíram-se por antecipação em primeiro Congresso de Sovietes da URSS. A ocasião assinalava, como disse Estaline no principal discurso do dia, «o triunfo da nova sobre a velha Rússia, sobre a Rússia pólcia da Europa, sobre a Rússia verduga da Ásia»⁵² e continuou, lendo uma declaração solene e um projecto de tratado «sobre a organização de uma União das Repúblicas Socialistas Soviéticas»⁵³. A declaração enumerava os três motivos para a união — económico, militar e ideológico:

Campos devastados, fábricas paradas, forças produtivas destruídas e recursos económicos exaustos, que permanecem como herança da guerra, tornam insuficientes os esforços separados de repúblicas separadas na reconstrução económica. A restauração da economia nacional mostrou-se incompatível com a existência separada das repúblicas.

Por outro lado, a instabilidade da situação internacional e o perigo de novos ataques tornam inevitável a criação de uma frente unida de repúblicas soviéticas face ao cerco capitalista.

Finalmente, a própria estrutura do poder soviético, que é internacional pela sua natureza de classe, leva as massas trabalhadoras das repúblicas soviéticas pela via da união numa única família socialista.

Todas estas circunstâncias exigem imperativamente a unificação das repúblicas soviéticas num único estado unitário capaz de garantir a segurança externa, o progresso económico interno e o desenvolvimento nacional dos povos.

O resto dos debates foi breve e formal. Frunze, falando em nome das três repúblicas aliadas, aprovou o projecto de tratado, mas pediu «garantias suplementares de que a lei aceite por nós é realmente uma lei que estabelece sem qualquer equívoco novas e firmes relações mútuas que permitirão a todos os estados que fazem parte da união exhibir o máximo de energia e independência no interesse da causa comum»⁵⁴. Foram trazidas saudações ao congresso por delegados das repúblicas soviéticas de Bokhara e Khorezm, que exprimiram a modesta esperança de que pudessem um dia habilitar-se,

⁵² Stalin, *Sochineniya*, V, 158.

⁵³ *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 244-50; *Sochineniya*, V, 393-401.

⁵⁴ *S'ezd Sovetov Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik* (1923), p. 11.

como repúblicas socialistas, à admissão na união⁵⁵, e por Kirov, apresentado pelo presidente como «um operário de Baku», em nome do proletariado da RSFS Transcaucásica⁵⁶. O congresso aprovou então unanimemente o tratado, elegeu um comité executivo central — o primeiro VTsIK da URSS — e deu-lhe instruções para elaborar uma constituição para a união. O tratado acabado de aprovar tinha já estabelecido as suas principais linhas gerais.

⁵⁵ Ibid., p. 13. A esperança foi realizada pela criação das RSSs Uzbeque e Turcomana, em 1925.

⁵⁶ Ibid., p. 15.

A CONSTITUIÇÃO DA URSS

Em 10 de Janeiro de 1923, o presidente do novo VTsIK eleito pelo Primeiro Congresso de Sovietes de Toda a União designou uma comissão de treze membros para redigir os termos da constituição. A comissão não tardou a ser alargada para vinte e cinco membros, fornecendo a RSFSR catorze, a RSS da Ucrânia cinco e as RSSs da Transcaucásia e da Rússia Branca três cada¹. Como cinco dos catorze delegados da RSFSR vinham das repúblicas autónomas, isto significava que só nove membros da comissão eram grão-russos — ponto com que Enukidze jogou quando veio a apresentar o seu relatório ao VTsIK. De facto, como as consequências mostraram, as decisões cruciais sobre a constituição não couberam nem à comissão nem a qualquer órgão do estado, mas antes ao Politburo ou a algum grupo informal de dirigentes do partido.

Um projecto que destronava a RSFSR da sua posição ímpar e a subordinava, lado a lado com parceiros agora iguais, à autoridade central comum da URSS, tinha uma lisongeira força de atracção para esses parceiros e especialmente para a RSS da Ucrânia, o mais poderoso e susceptível deles. Mas Frunze tinha já exprimido as apreensões das repúblicas; e o reconhecimento gradual de que a nova URSS se poderia

¹ *Vtoraya Sessiya Tsentral'nogo Iсполnitel'nogo Komiteta Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik* (1923), pp. 11-12.

revelar como pouco mais que a autoridade da velha RSFSR alargada e dotada de prestígio acrescido e de poder mais amplo provocou uma viva reacção. Contraprojectos submetidos à comissão redactora do VTsIK pelos comités executivos centrais da Ucrânia e da Rússia Branca, que depois foram tornados públicos, eram com efeito, um desafio a todo o princípio de uma autoridade centralizada e dificilmente podiam harmonizar-se com os princípios da união aceites no mês de Dezembro anterior⁷. O Conselho das Nacionalidades adstrito ao Narkomnats servia como organismo quase representativo por intermédio do qual os pontos de vista das diversas nacionalidades da RSFSR podiam encontrar expressão. Em Fevereiro de 1923, fez-se na comissão redactora a proposta de converter este conselho num órgão da URSS, transformando-o, de acordo com o precedente de outras constituições federais, numa segunda câmara do VTsIK. Esta proposta foi violentamente combatida por alguns dos delegados russos³ e parecia provável que se chegasse a um beco sem saída na comissão.

Como na maioria das situações delicadas, coube ao partido intervir na questão; o décimo segundo congresso do partido, realizado em 1923, quando a controvérsia estava no auge, mostrou-se profundamente sensível à crítica das repúblicas. Estaline, que tinha recentemente sido atacado por Lenine por patentear uma intransigência indevida no tratamento da questão georgiana, estava particularmente ansioso por apagar qualquer impressão desse tipo e por fazer o que fosse preciso para ir ao encontro das reivindicações das repúblicas. O congresso manifestou-se vigorosamente contra manifestações potenciais de «chauvinismo de grande potência». Negligenciando por um momento o parágrafo do programa do partido que recomendava «uma união federal de estados organizados segundo o modelo soviético» como «uma das formas transitórias para a unidade completa», o congresso condenou vigorosamente aqueles que adoptavam este ponto de vista sobre a URSS agora em vias de formação:

² Os projectos rejeitados encontram-se em V. I. Ignatiev, *Sovetskii Stroi* (1928), pp. 123-37.

³ Estaline registou, mais tarde, sobre esta ocasião, que se pronunciaram discursos que não condiziam com o comunismo, discursos que não tinham nada que ver com o internacionalismo» (*Stalin, Sochineniya*, V, 244-5).

A união das repúblicas é encarada por um número considerável de funcionários soviéticos, tanto centrais como locais, não como uma união de unidades estatais iguais com mandato para garantir o livre desenvolvimento das repúblicas nacionais, mas como um passo para a liquidação das repúblicas, como um começo da chamada república «una e indivisível».

Um comportamento destes era estigmatizado como «anti-proletário e reaccionário» e ameaçavam-se castigos pela sua continuação⁴. O congresso recomendou especificamente o projecto de «um órgão especial de representação das nacionalidades na base do princípio da igualdade»⁵. Mas isto deixava em aberto a questão de igualdade entre quem? Segundo o plano oficial, o Conselho das Nacionalidades compor-se-ia de representantes de todas as repúblicas, quer federadas, quer autónomas, e das regiões autónomas. Segundo outro plano, ele compor-se-ia exclusivamente de representantes das quatro repúblicas federadas⁶. Rakovsky, delegado ucraniano, queixou-se de que, segundo o plano oficial, a RSFSR tinha mais que três vezes mais representantes que as outras três repúblicas federadas juntas e propôs um novo aperfeiçoamento, tirado da Constituição de Weimar do Reich alemão, segundo o qual nenhuma «unidade estatal» sozinha podia ter mais que dois quintos da representação total. Estaline rejeitou todos estes projectos com fundamento em que o novo órgão seria um conselho, não de estados, mas de nacionalidades⁷. Segundo os arranjos finalmente feitos, o Comité Executivo Central de Toda a União (VTsIK) era dividido em duas câmaras. Uma — o Conselho da União — compunha-se de 371 membros eleitos pelo Congresso de Toda a União de entre os representantes das repúblicas constituintes, proporcionalmente à população de cada uma⁸; a outra — o Conselho das Nacionalidades — compunha-se de 131 delegados, cinco de cada república da união ou república autónoma e um de cada região autónoma, eleitos pelo comité executivo da república ou região. O Conselho das Nacionalidades representava, assim, um reconhecimento formal da igualdade, não dos estados,

⁴ VKP(B) v Rezolyutsiyakh (1941), I, 505-6.

⁵ Ibid., I, 496.

⁶ Dvenadtsati S' 'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi Partii (Bol'shevikov) (1923), p. 599.

⁷ Stalin, Sochineniya, V, 277-8.

⁸ O número foi aumentado pelo Segundo Congresso de Sovietes de Toda a União para 414.

mas das nações que constituíam a união, independentemente da população. As duas câmaras partilhavam em pé de igualdade dos direitos e funções do VTsIK, que não diferiam substancialmente, quer na teoria, quer na prática, dos do seu predecessor, o VTsIK da RSFSR. Todos os actos do VTsIK requeriam o acordo das duas câmaras, em votação separada. As diferenças de opinião entre elas, se não pudessem ser harmonizadas numa sessão conjunta⁹, tinham que ser submetidas a um Congresso dos Sovietes de Toda a União, ordinário ou extraordinário.

A resolução do congresso do partido era uma directiva à comissão redactora para prosseguir o seu trabalho nas linhas estabelecidas. Assim estimulada, a comissão completou a sua tarefa, submetendo ao VTsIK, em princípios de Julho, um projecto acordado para aprovação. Exceptuando a inovação do Conselho das Nacionalidades como segunda câmara, a «lei fundamental (constituição) da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas»¹⁰ apresentava comparativamente poucos aspectos originais. Era uma tentativa simples e honesta de aplicar à área alargada da nova união os princípios provados da constituição da RSFSR. A autoridade soberana era transmitida para o novo Congresso dos Sovietes de Toda a União, continuando o Congresso Panrusso de Sovietes a ser o órgão supremo da RSFSR, na sua qualidade agora subordinada de membro da união; o Comité Executivo Central de Toda a União assumiu as funções e abreviatura familiar (VTsIK) do Comité Executivo Central Panrusso, sendo este relegado para o papel subordinado; e o que tinha sido o Sovnarkom da RSFSR transformou-se no Sovnarkom da URSS¹¹, tendo

⁹ Mesmo em sessões «conjuntas», as câmaras do VTsIK votavam separadamente e era necessária uma maioria em cada para uma decisão concorde. Previam-se também sessões «plenárias» para a eleição de funcionários e para questões processuais, em que as câmaras votavam juntas e só era necessária uma maioria do corpo conjunto; isto foi, contudo, cancelado por uma emenda aprovada no Segundo Congresso dos Sovietes de Toda a União.

¹⁰ O texto, na versão em que foi finalmente aprovado pelo VTsIK, em 6 de Julho de 1923, encontra-se em *Istoriya Sovetskoi Konstitutsii v Dekretakh* (1936), pp. 244-50, 255-67; em *British and Foreign State Papers*, CXX (1924), 889-902, apareceu uma versão inglesa.

¹¹ Vários organismos anteriormente adstritos ao Sovnarkom da RSFSR, dos quais o Conselho do Trabalho e Defesa e a Comissão de Planeamento do Estado eram os mais importantes, foram, portanto, a partir daí, adstritos ao Sovnarkom da URSS. Não eram mencionados

a RSFSR, como as outras repúblicas constituintes, um Sovnarkom menos importante próprio. As instituições centrais da RSFSR foram, assim, transformadas, com alguns novos acrescentos de pessoal, mas, em substância, inalteradas, em instituições centrais da URSS. A continuidade real era entre a RSFSR do antigo ordenamento e a URSS, não entre a RSFSR do antigo ordenamento e a RSFSR subordinada do novo.

O período de quatro anos decorrido desde a elaboração da constituição da RSFSR tinha trazido importantes modificações na estrutura constitucional, nomeadamente a criação, dentro da RSFSR, de uma série de repúblicas e regiões autónomas. Quando a constituição entrou em vigor, em 1918, a guerra civil estava prestes a abater-se sobre a maioria das áreas de população predominantemente não-russa onde poderiam ter-se formado unidades autónomas da federação e depressa desviou toda a atenção para a luta militar. Mas, depois de dezoito meses de luta, a derrota de Denikine e de Koltchak levantou de novo a questão. Como resultado da nomeação pelo VTsIK, em Fevereiro de 1920, de uma comissão para «resolver as questões referentes à estrutura federal da RSFSR»¹², elaborou-se uma forma-tipo de constituição, que foi aplicada, nos dois anos seguintes, com variações locais, a repúblicas autónomas da região do Volíia (as repúblicas dos Básquires e dos Tártaros), do Cáucaso (Daguestão e a república dos Montanhese,, Abcásia e Adjária), da Ásia Central (Cazaquistão e Turquestão) e da Crimeia. Cada uma das repúblicas autónomas tinha não só o seu próprio congresso de soviets e o seu comité executivo, mas os seus próprios comissariados do povo, que formavam um Sovnarkom republicano¹³, e era na divisão de poderes entre estes comissariados e as autoridades centrais que residia o principal interesse constitucional da experiência. Estabeleceu-se em todos os casos uma classificação tripartida. Os assuntos e o comércio externos eram reservados exclusivamente às autoridades centrais, tal como os assuntos militares

na constituição e não parece que se tenham tomado disposições formais para a sua transferência, que foi tomada como coisa assente. Esta foi uma das várias anomalias formais da transição.

¹² Ver atrás, p. 426.

¹³ As regiões «autónomas» não tinham esses órgãos e não apresentam interesse constitucional; tinham o mesmo estatuto e estrutura que qualquer outra «região» (*oblast'*) nos termos da constituição.

e «a condução da luta contra a contra-revolução» pela Cheka panrusa e (mais tarde, pela GPU), sujeitos, nalguns casos, a consulta junto das autoridades locais. A seguir, vinha uma categoria de funções em que os comissariados do povo das repúblicas eram directamente responsáveis perante os órgãos correspondentes da RSFSR; estas incluíam normalmente os principais comissariados ligados à vida económica do país. Os restantes comissariados das repúblicas eram independentes, sujeitos à autoridade supervisora geral do VTsIK, que era, umas vezes, reservada e, outras, deixada implícita.

Estas disposições constitucionais dentro da RSFSR tinham já servido de modelo para a formulação das relações entre a RSFSR e outras repúblicas soviéticas socialistas¹⁴. Serviram agora de base para a estrutura da URSS. Nos termos da constituição de 1923, os comissariados do povo da URSS e das repúblicas dividiam-se nas três categorias já conhecidas. A primeira categoria era constituída por cinco comissariados de toda a união que não tinham correspondência nas repúblicas, de forma que os assuntos por eles tratados — assuntos externos, defesa, comércio externo, comunicações e correios e telégrafos — eram da competência exclusiva da URSS. Aqui, a autoridade central tinha contróle exclusivo tanto sobre a elaboração como sobre a execução das decisões. A segunda categoria de «comissariados unificados» — só o nome era novo — incluía o Conselho Supremo da Economia Nacional e da Inspecção Operária e Camponesa¹⁵. Neste caso, tanto a URSS como a república tinham comissariados, sendo o comissariado da república agente e departamento local do comissariado correspondente da URSS. Aqui, o comissariado da república era responsável pela execução local das decisões tomadas pela autoridade central¹⁶. Na mesma categoria cabiam também a Administração Política do Estado Unificada (OGPU) criada por um curto capítulo especial da constituição com o fim de «uni-

¹⁴ Ver atrás, p. 427-8.

¹⁵ A constituição da URSS tornou os órgãos supremos da união responsáveis pelo «estabelecimento dos fundamentos e do plano geral de toda a economia nacional». A crescente concentração da política económica foi uma das principais forças centralizadoras que actuaram na constituição da URSS.

¹⁶ Um passo cauteloso da resolução do décimo segundo congresso do partido de Abril de 1923 dá a entender que esta divisão de poderes causava apreensão nas repúblicas: «A fusão de comissariados é um teste para a máquina governativa soviética; se esta expe-

ficar os esforços revolucionários das repúblicas da união na luta contra a contra-revolução política e económica, a espionagem e o banditismo». Substituindo a GPU da RSFSR, a OGPU estava «adstrita ao Sovnarkom da URSS», mas funcionava através de «delegados adstritos ao Sovnarkom das repúblicas da união»; tinha, portanto, a forma de um comissariado unificado. Finalmente, os seis comissariados dos Assuntos Internos, da Justiça, da Educação, da Saúde, da Segurança Social e das Nacionalidades formavam uma terceira categoria. Eram órgãos das repúblicas e não tinham contrapartida na união, embora a constituição reservasse para a união o estabelecimento das «bases dos tribunais de justiça e do procedimento legal, bem como da legislação civil e criminal da «união», das «leis fundamentais do trabalho», dos «princípios gerais no domínio da educação popular» e das «medidas gerais para a protecção da saúde pública». Todas as repúblicas constituintes tinham o seu próprio Sovnarkom, composto pelos comissários «unificados»; e os comissariados de toda a união tinham o direito de designar delegados para fazerem parte do Sovnarkom de cada república. Os Sovnarkoms das repúblicas, tanto quanto funcionavam efectivamente como pessoas jurídicas, tendiam, assim, a converter-se nos órgãos executivos locais da autoridade central. Os comités executivos centrais das repúblicas tinham igualmente pouco poder face ao Sovnarkom da URSS. Nos termos da constituição, tinham o direito de protestar junto do VTsIK contra os decretos e resoluções daquele, mas «sem suspender a sua execução».

Outra inovação em relação à constituição da RSFSR de 1918 registou-se no capítulo da organização judicial. A constituição da URSS de 1923 estipulava a formação de um Tribunal Supremo «adstrito ao Comité Executivo Central da URSS» com o fim de «reforçar a legalidade revolucionária e coordenar os esforços das repúblicas da união na luta contra a contra-revolução». Não obstante, embora o poder judicial adquirisse, assim, uma certa independência formal, o seu papel como servo do executivo era salvaguardado pela cláusula de que o procurador do Tribunal Supremo, designado

riência gerasse, na prática, uma tendência de grande potência, o partido seria obrigado a tomar as medidas mais decisivas contra tal perversão e mesmo a levantar a questão de reconsiderar a fusão de certos comissariados» (*VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 505).

pelo presidium do VTsIK, tinha o direito de recorrer para o presidium contra decisões do tribunal.

A teoria marxista da lei como instrumento do poder de estado mantinha-se, portanto, intacta. Era de acordo com o mesmo espírito que não se tinha previsto nada na constituição da RSFSR de 1918 para qualquer interpretação judicial dela. A constituição da URSS de 1923 permitia ao Tribunal Supremo dar opiniões, a pedido do VTsIK da URSS, sobre a legalidade de resoluções das repúblicas da união do ponto de vista da constituição». Mas não se proporcionava nenhuma via semelhante para testar a legalidade de qualquer acto dos órgãos da união e a relação entre a união e os seus membros constituintes era indicada pela cláusula de que «a URSS salvaguarda os direitos das repúblicas da união». A autoridade última cabia ao Congresso de Sovietes de Toda a União ou, mais especificamente, ao VTsTK. Como no Parlamento Britânico, não era possível que qualquer acto destes órgãos fosse *ultra vires*.

Era um corolário destas disposições que o direito de fazer emendas à constituição pertencia, não às repúblicas constituintes, mas absolutamente à autoridade central¹⁷. A única disposição específica feita pela constituição de 1923 para a sua própria emenda dizia respeito a uma divisão da autoridade entre o Congresso de Sovietes de Toda a União e o VTsIK, tendo o primeiro, nos termos do Artigo 2, competência exclusiva para «a confirmação e emenda dos princípios fundamentais» da constituição. Esta vaga definição de funções admitia implicitamente a competência do VTsIK ou do seu presidium para emendar a constituição em matérias que não envolvessem «princípios fundamentais» e, à medida que o tempo foi passando, esta competência foi livremente exercida. O decreto de 9 de Maio de 1924, por exemplo, que abolia os comissariados do abastecimento da união e das repúblicas e instituía comissariados «unificados» do comércio interno, foi publicado pelo presidium do VTsIK; o decreto de 18 de Novembro de 1925, que fundia os comissariados do comércio interno e do comércio externo num único comissariado do comércio, implicando algumas emendas constitucionais consequentes, foi publicado conjuntamente pelo VTsIK

¹⁷ A constituição admitia uma excepção a este princípio geral: o direito de secessão concedido às repúblicas constituintes não podia ser rejeitado e as fronteiras das repúblicas também não podiam ser alteradas sem o consentimento delas (Art. 6).

e pelo Sovnarkom. Por outro lado, o Quarto Congresso de Sovietes de Toda a União emendou ele próprio o Artigo 11 da constituição, que prescrevia reuniões anuais do congresso, tornando-as bienais. A conclusão geral é que o processo de emendas à constituição se guiou pelas mesmas considerações de conveniência e esteve sujeito às mesmas incertezas quanto à competência que o processo ordinário de legislação. Do ponto de vista da lei constitucional, esta discrepância era coberta pela obrigação do VTsIK de submeter todos os decretos, incluindo emendas constitucionais, ao congresso de soviets seguinte para ratificação. Mas esta obrigação não atrasava a sua entrada em vigor e permaneceu, na prática, uma formalidade.

É tarefa difícil resumir as modificações da estrutura soviética resultantes da constituição de 1923. O estudioso defronta-se, a princípio, com um curioso paradoxo. A RSFSR tinha a palavra «federal» no nome e era constantemente referida como tal; era, contudo, em termos constitucionais estritos, um estado unitário, que incorporara uma série de unidades subordinadas, embora parcialmente autónomas. Na constituição da URSS e em documentos oficiais a ela relativos, evitavam-se as palavras «federal» e «federação». Foi criada por acordo entre estados formal e igualmente soberanos e a constituição reconhecia formalmente a soberania permanente das unidades da federação, que era «restrita somente dentro dos limites estabelecidos na constituição». A constituição estipulava, em linhas federais ortodoxas, uma divisão de competência entre as autoridades da URSS e as das repúblicas e, em certos assuntos, uma jurisdição conjunta (os «comissariados unificados»). Reconhecia até um direito não concedido normalmente às unidades constituintes de uma federação, o direito de secessão, e estipulava explicitamente que este direito não podia ser restringido sem o acordo de todas as repúblicas. A assembleia de duas câmaras era um recurso habitual nas federações para assegurar os direitos dos estados membros. Em todos estes aspectos, dava-se uma ampla medida de satisfação formal às repúblicas soviéticas que constituíam a URSS.

É, não obstante, possível sustentar que o abandono do termo «federal» do nome da URSS era mais significativo que a adopção destas formas federais. Nos documentos do período, a URSS era descrita com a insistência de uma repetição frequente, como «um único estado de união. A constituição da

URSS de 1932 marcou, em comparação com a constituição da RSFSR de 1918, um passo em frente para a centralização tanto no aumento do número de questões colocadas sob a competência do governo central como no maior reforço do poder supremo deste; era um passo mais no processo de concentração que tinha estado constantemente em movimento desde os primeiros dias do regime. Nenhuma salvaguarda constitucional dos direitos das repúblicas eram suficientemente fortes para resistirem a esta tendência para a centralização. Pode facilmente exagerar-se o grau de uniformidade imposto, na prática, pela constituição. As unidades da URSS, especialmente se se incluir nesta categoria as repúblicas e regiões autónomas, revelavam uma diversidade muito maior de desenvolvimento económico, político e cultural do que a que se tinha verificado em qualquer outra federação no curso da história e basta este facto para tornar a aplicação de padrões uniformes de avaliação difícil ou irrelevante. O Conselho das Nacionalidades, cuja origem remontava ao órgão que tinha crescido sob os auspícios do Narkomnats, pode ter falhado manifestamente em satisfazer as aspirações dos nacionalistas ucranianos e, não obstante, ter representado um imenso avanço para a consciência política nascente dos Cazaques da estepe ou dos Montanheses do Cáucaso. Em termos constitucionais, a cláusula que criava uma assembleia representativa de duas câmaras mostrou ser pouco mais que uma tentativa de transplantar para o solo inóspito da URSS os usos e expedientes constitucionais do mundo burguês. Não tiveram lugar em qualquer das câmaras debates litigiosos sobre questões de importância e não se registou jamais nenhuma diferença de opinião entre eles. Os decretos continuaram a ser aprovados pelo VTsIK e publicados em seu nome, mas nenhuma das duas câmaras do VTsIK nem o seu presidium conjunto tomaram decisões de importância ou usaram um poder constitucional mais efectivo que o de um comité de redacção. Em resumo, a constituição de 1923 partilhava do que tem necessariamente que parecer o carácter ilusório de todas as formas constitucionais no sistema soviético de governo, se se criticar o sistema em termos da lei constitucional ocidental. Estas formas desempenharam o seu papel na direcção da administração, central e local, e na formação e expressão da opinião. Mas as decisões políticas importantes e os debates que precediam tais decisões eram exteriores à estrutura constitucional.

A crescente concentração do poder nas sucessivas constituições da RSFSR e da URSS, a tendência das formas federais a serem eclipsadas pela realidade de um estado unitário e a ineficácia dos controles constitucionais foram, em certo sentido, uma concessão ao prolongado estado de emergência nacional. Uma luta pela existência cujo resultado está constantemente em dúvida nunca cria uma atmosfera favorável a uma descentralização da autoridade ou a uma atenuação dos seus rigores. Além disso, neste período, a noção do poder do estado como instrumento temporário, brandido impiedosamente enquanto a luta continuava, mas destinado a extinguir-se uma vez ganha a batalha pelo regime socialista, estava ainda vivamente presente no espírito de muitos bolcheviques e desculpava quaisquer medidas que parecessem necessitar de justificação. Tampouco as tendências centralizadoras se limitavam à União Soviética. Na verdade, a experiência soviética confirma a conclusão de um recente tratado geral sobre o governo federal:

A guerra e a crise económica, se se repetem com frequência, transformarão quase certamente os governos federais em governos unitários... O desenvolvimento dos serviços sociais pode, ainda que não necessariamente, tender para o mesmo fim¹⁸.

A concentração do poder no centro era mais característica do período que das instituições de qualquer país. Na União Soviética, as suas causas foram predominantemente económicas. Um parágrafo significativo do Artigo 1 da constituição tornava os órgãos supremos da união responsáveis pelo «estabelecimento das bases do plano geral de toda a economia nacional» e quatro dos cinco comissariados «unificados» ocupavam-se de assuntos económicos.

A constituição da URSS, na versão em que tinha sido elaborada pela comissão redactora segundo as directrizes do décimo segundo congresso do partido, foi aprovada pelo VTsIK, na sua reunião de 6 de Julho de 1932, e entrou imediatamente em vigor. Necessitava ainda de confirmação formal pelo Segundo Congresso de Soviètes de Toda a União, que foi dada em 31 de Janeiro de 1924, dez dias depois da morte de Lenine¹⁹.

¹⁸ K. C. Wheare, *Federal Government* (1946), p. 255.

¹⁹ *Vtoroi S'ezd Sovetov Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik* (1924), pp. 129-6. Foi esta ocasião das duas emendas de pouca importância mencionadas atrás, na p. 446, nota 8, e 447, nota 9.

A DOCTRINA BOLCHEVIQUE DA AUTODETERMINAÇÃO

a) *Os Antecedentes do Século Dezanove*

A Revolução Francesa aboliu a concepção do estado como domínio pessoal do monarca e substituiu-a pela da soberania nacional ou popular. A ideia de um direito de propriedade investido no soberano tinha estado ligada ao sistema feudal de posse da terra e era incompatível com as novas condições sociais e económicas criadas pelo crescimento da indústria e do comércio e de uma nova intelligentsia não-feudal. As classes médias tornaram-se, assim, as herdeiras da monarquia e os sustentáculos do novo credo do nacionalismo.

Nos estados aristocráticos (disse Robespierre) a palavra *patrie* não tem significado a não ser para as famílias patricias que se apoderaram da soberania. É só na democracia que o estado é verdadeiramente a *patrie* de todos os indivíduos que o compõem¹.

A definição da nação ou do povo como repositório do poder, popularizada e sistematizada pela Revolução Francesa, continuou, contudo, a ser puramente burguesa. Babeuf quei-

¹ *Discours et Rapports de Robespierre*, ed. C. Vellay (1908), p. 328.

xava-se de que a multidão «vê na sociedade apenas um inimigo e perde mesmo a possibilidade de ter uma pátria». Weitling ligava a noção de pátria à noção de propriedade:

Só tem pátria quem é proprietário ou, pelo menos, tem a liberdade e os meios de o ser. Quem não tem isso, não tem pátria.

A «nação» ou «povo» que constituía o estado era a burguesia triunfante. Os trabalhadores tinham uma porção tão pequena dela como nos tempos da monarquia; não tinham ainda, numa expressão moderna, «interesses investidos na pátria».

Era este o fundo da posição de Marx face à questão nacional e a origem do aforismo do *Manifesto Comunista* de que «os trabalhadores não têm pátria». Esta expressão famosa não era, como algumas vezes se supôs, nem uma jactância nem um programa. Era um protesto contra a exclusão do privilégio de plena participação na nação. O primeiro requisito estabelecido no *Manifesto* era por conseguinte, que o proletariado de cada país deveria «ajustar as contas com a sua própria burguesia». Assim, «embora não na essência, mas na forma, a luta do proletariado contra a burguesia é, a princípio, uma luta nacional». E, além disso:

Como o proletariado tem, primeiro que tudo, que conquistar a supremacia política, tem que ascender a classe dirigente da nação, tem que se constituir em a nação, é, nesta medida, ele próprio nacional, embora não no sentido burguês da palavra.

Tudo isto podia ter lugar dentro do quadro da democracia burguesa, cujo mérito era proporcionar ao proletariado os instrumentos para minar a supremacia burguesa.

Mas outras forças, e a mais longo prazo, estavam em acção. Marx não parou, como Lassalle, no socialismo nacional. Ele tinha observado que os progressos técnicos da produção estavam a afectar profundamente o estado-nação, independentemente de ser a burguesia ou o proletariado a classe dominante.

As diferenças e antagonismos nacionais entre os povos desaparecem dia a dia cada vez mais, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, à uniformidade do modo de produção e das condições de vida que lhe correspondem.

A supremacia do proletariado fa-los-á desaparecer ainda mais depressa. A acção unida dos principais países civilizados é, pelo menos, uma das principais condições para a emancipação do proletariado.

Na proporção em que se ponha fim à exploração de um ser humano por outro, pôr-se-á fim à exploração de uma nação por outra. Na proporção em que desaparecer o antagonismo entre as classes dentro da nação, acabará a hostilidade de uma nação em relação a outra.

O proletariado apressaria este processo. Era a classe na qual, como disse Marx, numa declaração precipitada dos primeiros tempos, «a nacionalidade já está morta» e que «representa a dissolução das classes e das nacionalidades na sociedade contemporânea»². É evidente que o processo só se completaria depois do derrubamento da burguesia e da transição para o socialismo. Não havia, contudo, incoerência em exortar o proletariado de cada país a desaposar a sua própria burguesia e tornar-se na classe nacional e em acreditar, ao mesmo tempo, na unidade dos trabalhadores numa sociedade sem classes e sem nações como objectivo final da revolução. A maioria dos pensadores do século dezanove, desde Mazzini, tinha tratado o nacionalismo, não como a antítese do internacionalismo, mas como a ponte natural para ele³. Da mesma forma, podia supor-se que o nacionalismo da fase burguesa da revolução evoluiria para o internacionalismo da fase proletária.

A doutrina da soberania popular acarretava consigo por implicação a doutrina da autodeterminação nacional, que parecia o corolário lógico e iniludível da democracia. Mas a doutrina da autodeterminação nacional tal como proclamada pela Revolução Francesa implicava acima de tudo o direito dos povos a constituírem estados nacionais, em desafio ao princípio dinástico, e era uma questão tanto interna como internacional. Não previa certamente um processo em larga escala de secessão e desagregação. Na França, a revolução

² *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe* Ier Teil, V, 50, 60.

³ Por volta dos princípios do século vinte, esta hipótese do século dezanove tinha sido esquecida. Jaurés e Bernstein, interpretando correctamente o aforismo de Marx de que «os trabalhadores não têm pátria» como uma queixa, pretenderam que ele apoiava o socialismo nacional contra o internacional; Plekhanov (*Sochineniya*, XIII, 263-4) rejeitou a interpretação correcta da expressão de Marx precisamente porque ela parecia conduzir a esta conclusão obnoxia.

tinha-se mostrado uma força unificadora, destruindo os últimos restos tradicionais de separatismo bretão, normando e provençal. Noutros sítios, as nações em cujo favor mais frequentemente se invocou o princípio nos cinquenta anos seguintes — os Polacos, os Italianos e os Alemães — eram povos dispersos à procura de reunião e reintegração com os seus irmãos. Marx não parece ter tido qualquer ocasião de considerar a questão da autodeterminação nacional antes de 1848; mas não teria certamente visto nela nada que contradissem o processo gradual de unificação que era, no seu modo de ver, ditado pelas modernas condições de produção.

O ano de 1848 foi um marco na questão do nacionalismo e da autodeterminação nacional. O princípio dinástico, destruído em França em 1789, foi esfrangalhado em toda a Europa Central e, agora que a soberania nacional estava a ser invocada em toda a parte como base do estado, novas nações começaram a fazer-se ouvir. Não só se estimularam as aspirações dos Alemães, dos Polacos e dos Italianos à unidade nacional como também começaram a ter-se em conta as pretensões nacionais dos Dinamarqueses de Scheleswig, dos numerosos povos do império dos Habsburgos e mesmo Irlandeses. Estas reivindicações levantavam alguns problemas totalmente novos. As pretensões dos Alemães, Polacos, Italianos (e, incidentalmente, dos Magiares) ameaçavam todas a integridade do império dos Habsburgos. Esse império, a espinha dorsal da nefanda Santa Aliança, tinha sido um alvo para todos os pensadores progressistas desde 1815 e a formação de estados nacionais alemão, polaco, italiano e húngaro podia tanto mais facilmente ser apresentada como um avanço progressista e construtivo. Mas agora, a unidade alemã estava também sujeita a contestação dos Dinamarqueses e dos Checos, a unidade polaca, à contestação dos Rutenos, a unidade húngara, à contestação dos Eslovacos e dos Croatas, a unidade italiana, à contestação dos Eslovenos, a unidade britânica, à contestação dos Irlandeses. O nacionalismo e a autodeterminação nacional estavam a ser evocados, pela primeira vez, como forças destrutivas, desintegradoras e reaccionárias⁴. Marx e Engels não tentaram, nem nesta

⁴ O ano de 1848 assistiu também à primeira evolução do conceito de autodeterminação individual como corolário da democracia (a proposição de que «os Rutenos têm o direito de escolher a que estado hão-de pertencer») para o conceito da nacionalidade como direito

nem em qualquer outra altura, formular uma teoria completa do nacionalismo. Quando foram chamados a exprimir opiniões sobre os acontecimentos de 1848, a sua posição face à questão nacional foi condicionada pelo quadro da revolução burguesa e não diferia sensivelmente da dos liberais e democratas em geral. Era patente a quem quer que fosse que nalgum sítio se tinha que traçar um limite. As reivindicações de independência nacional não podiam multiplicar-se indefinidamente. Até aqui, todas as escolas de pensamento estavam de acordo. O interesse estava nos critérios que se aplicavam.

Em primeiro lugar, Marx e Engels tendiam a aceitar reivindicações que levariam à edificação de vastas e poderosas unidades e a rejeitar as reivindicações que levariam à fragmentação de estados grandes para criar pequenos. Isto condizia com a opinião liberal corrente⁵, bem como com a ideia do *Manifesto Comunista* de que a formação de unidades maiores era exigida pelo desenvolvimento económico contemporâneo. Num artigo de 1866, Engels traçava uma distinção

objectivo das nações a serem estados independentes (a proposição de que «a nação rutena tem o direito de se constituir como estado independente»). Os direitos do homem considerados pela Revolução Francesa eram transferidos para as nações. O congresso eslavo de Junho de 1848 publicou um manifesto «em nome da liberdade, igualdade e fraternidade das nações europeias». A «vontade geral» de Rousseau tinha voltado à sua origem.

⁵ Os pensadores progressistas do século dezanove não tinham, em regra, por razões práticas, simpatia pelas reivindicações das nacionalidades pequenas. «Ninguém pode supor», escreveu J. S. Mill, nas suas *Considerações sobre o Governo Representativo*, «que não é mais benéfico para um bretão ou um basco da Navarra Francesa ser trazido para a corrente de ideias e sentimentos de um povo altamente civilizado e culto — ser membro da nacionalidade francesa, admitido em termos iguais a todos os privilégios da cidadania francesa, partilhando as vantagens da protecção francesa e a dignidade e prestígio da potência francesa — do que estar enterrado nas suas próprias rochas, relíquia semi-selvagem de tempos passados, girando na sua pequena órbita mental, sem participação nem interesse no movimento geral do mundo. A mesma observação se aplica ao galês ou ao highlander escocês como membros da nação britânica». Algumas páginas à frente, Mill exprime a esperança de que uma administração mais esclarecida da Irlanda tornasse, em breve, o irlandês sensível «aos benefícios que o povo menos numeroso e menos rico tem necessariamente que tirar de ser compatriota, em vez de estrangeiro, face àqueles que são não só os seus vizinhos mais próximos, mas a mais rica e uma das melhores nações da terra, bem como a mais civilizada e poderosa». Lenine era exactamente da mesma opinião: «Quanto mais perto chegar o

clara entre as «nações históricas da Europa, grandes e bem definidas» (nomeava especificamente a Itália, a Polónia, a Alemanha e a Hungria⁶), cujas aspirações nacionais eram apoiadas por todos os democratas europeus, e as «numerosas pequenas relíquias de povos que, depois de terem figurado, por um período maior ou menor, no palco da história, foram finalmente absorvidos como porções integrais numa ou noutra daquelas nações mais poderosas». Estas «nacionalidades» menos importantes («Sérvios, Croatas, Rutenos, Eslovacos, Checos e outros restos de povos do passado, na Turquia, Hungria e Alemanha») eram invenções ou instrumentos do pan-eslavismo russo e as suas reivindicações não mereciam qualquer espécie de encorajamento⁷. A posterior idealização liberal da pequena nação não tinha ainda começado e não havia razão para que Marx e Engels fossem afectados por este sentimento.

Em segundo lugar, Marx e Engels tendiam a apoiar reivindicações cuja realização pudesse supor-se que favorecesse o esquema da revolução mundial exposto no *Manifesto Comunista*, quer dizer, as reivindicações de países em que o desenvolvimento burguês estava bem avançado e que poderiam, portanto, proporcionar um campo promissor para eventuais actividades proletárias. As reivindicações da Polónia, o único país mencionado no *Manifesto Comunista* cuja revolução burguesa teria um carácter mais agrário que industrial, foram admitidas excepcionalmente nesta categoria⁸ e defendidas

estado democrático da plena liberdade de secessão, tanto mais raros e fracos na prática serão os esforços para a secessão, visto que as vantagens dos grandes estados não oferecem dúvidas, do ponto de vista do progresso económico e do ponto de vista do interesse das massas». (*Sochineniya*, XIX, 39-40).

⁶ Engels seguiu aqui a lista normalmente aceite. O último eco tardio da prioridade concedida pelo pensamento liberal do século dezanove às aspirações nacionais destes quatro povos encontra-se nos Catorze Pontos de Woodrow Wilson. Os Alemães e os Húngaros eram agora inimigos; os Italianos e Polacos eram os únicos povos cujas pretensões nacionais eram especificamente reconhecidas nos Catorze Pontos. Para as nações mais pequenas, que não eram mencionadas pelo nome, bastaria a autonomia.

⁷ Marx e Engels, *Sochineniya*, XIII, i, 154-7.

⁸ A insurreição de Cracóvia de 1846, que tinha sido o prelúdio da Revolução de 1848, deu ao movimento polaco um carácter «democrático» em que Marx insistiu constantemente neste período. Marx e Engels não foram totalmente felizes quanto ao lugar da Polónia no esquema revo-

consistentemente nos artigos de Marx de 1848 sobre a Assembleia de Frankfurt. Os outros nacionalismos camponeses eram tratados como naturalmente reaccionários. Foi neste espírito que Engels rejeitou a pretensão dos Dinamarqueses ao Schleswig, com o fundamento de que eles não eram mais que «uma nação semicivilizada»; o direito da Alemanha aos duques era o «direito da civilização contra a barbárie, do progresso contra a estagnação»⁹. É usual atribuir-se este juízo ao preconceito alemão de Engels. Mas Marx, que pode ser ilibado de preconceitos ingleses, também não apoiou, nesta altura, as reivindicações dos Irlandeses¹⁰. As reivindicações das nações eslavas do império dos Habsburgos, com excepção das dos Polacos, foram rejeitadas com desprezo semelhante, nos dois muito citados artigos contra Bakunine, escritos por Engels em 1849¹¹. Todas estas (com excepção dos Checos, cujas actividades revolucionárias em 1848 foram, mais de uma vez, louvadas por Marx e Engels¹²) eram nações rurais atrasadas. O seu triunfo representaria a subjugação «do Ocidente civilizado pelo Oriente bárbaro, da cidade pelo campo, do comércio, manufactura e inteligência pela agricultura primitiva dos servos eslavos».

Em terceiro lugar, era axioma de todo o pensamento progressista do século dezanove que a Rússia era o mais poderoso paladino da reacção europeia e que a hostilidade para com a Rússia era, por conseguinte, uma pedra de toque da sinceridade revolucionária. Era sobretudo com fundamento nisto que Lenine explicava a rejeição por Marx e Engels

lucionário: as suas afirmações, nem sempre coerentes, sobre o assunto estão recolhidas por Ryazanov em *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* (Leipzig), VI (1916), 175-221.

⁹ *Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, Ier Teil, VII, 353.

¹⁰ Num manifesto de 13 de Fevereiro de 1848, de que Marx era um dos três signatários, exprimia-se satisfação face à «estreita aliança entre o povo irlandês e o da Grã-Bretanha» e à possibilidade de «derrubar o preconceito que inclinava o povo irlandês a confundir num ódio comum as classes oprimidas da Inglaterra com os opressores de ambos os países» (ibid., VI, 652).

¹¹ Marx e Engels, *Sochineniya*, VII, 203-20.

¹² Nomeadamente num artigo de 18 de Junho de 1848, onde, contudo, se acrescenta que a repressão alemã arrastou os Checos para «o lado dos Russos, o lado do despotismo contra a revolução» (*Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, Ier Teil, VII, 68-70).

das reivindicações das pequenas nacionalidades da monarquia dos Habsburgos:

Em 1848, havia motivos históricos e políticos para distinguir entre nações 'reaccionárias' e nações 'democrático-revolucionárias'. Marx tinha razão em condenar aquelas e apoiar estas. O direito à autodeterminação é uma das exigências da democracia que deve naturalmente subordinar-se aos interesses gerais da democracia. Em 1848 e nos anos seguintes, estes interesses gerais consistiam acima de tudo na luta contra o czarismo¹³.

Por esta bitola, as reivindicações da Polónia, que podiam ser impulsionadas contra a Rússia, eram aprovadas e as dos povos eslavos, que tendiam a apoiar-se no poder russo, eram condenadas.

Por último a atitude de Marx e Engels continha um elemento de absoluto empirismo e seria tolo atribuir tudo nela a uma teoria coerentemente ponderada. Os eslavos camponeses da Austria, por exemplo, consideravam pela maior parte os Habsburgos como senhores mais remotos e, por conseguinte, menos antipáticos que os seus amos polacos ou magiares; em 1848, ajudaram os Habsburgos a opor-se precisamente àquelas pretensões nacionais que Marx e Engels, juntamente com a maior parte dos liberais, se preocupavam com sustentar. Foi esta chamada «traição» da causa nacional, tanto como qualquer teoria sobre o carácter reaccionário das nações agrícolas ou sobre a sua suposta predilecção pela Rússia, que provocou as denúncias de Engels. A posição de Marx e Engels face à Polónia era também influenciada pelas dificuldades práticas em harmonizar as reivindicações alemãs e polacas. Fosse por preconceito nacional, fosse porque a Alemanha, do ponto de vista revolucionário, parecia mais avançada e, portanto, mais merecedora de apoio que a Polónia, Marx e Engels inclinavam-se sempre a favorecer as reivindicações territoriais alemãs contra a Polónia, embora estivessem prontos a compensar a Polónia à custa da Rússia ou das pequenas nacionalidades que habitavam as áreas fronteiriças entre a Rússia e a Polónia. Seria perigoso tirar conclusões teóricas destas tomadas de posição empíricas.

Antes de 1850, por conseguinte, Marx e Engels não elaboraram nenhuma teoria distintiva da autodeterminação nacional, antes se contentaram, quer com seguir amplos preceitos

¹³ Lenin, *Sochineniya*, XIX, 43.

democráticos, quer com tomar decisões empíricas em casos particulares. Na fase posterior da sua vida, Marx foi levado a prestar mais algum interesse à questão nacional pelo seu contacto directo com o movimento operário. A insurreição polaca de 1863 tinha sido a ocasião do encontro inicial entre operários ingleses e franceses de que tinha nascido a Primeira Internacional e a simpatia pela Polónia era ainda viva em círculos radicais quando a Internacional foi realmente fundada, no ano seguinte. Através destes acidentes, a autodeterminação nacional encontrou lugar no programa da Internacional, que foi aprovado pelo Conselho Geral, em 27 de Setembro de 1865, por uma porta lateral polaca. «É urgentemente necessário», rezava um dos seus artigos, «aniquilar a influência crescente da Rússia na Europa assegurando à Polónia o direito à autodeterminação que é de todas as nações e dando de novo a este país uma base social e democrática».

Embora, contudo, a autodeterminação nacional tivesse aparentemente sido invocada apenas com o fim específico de atirar uma pedra à Rússia, era difícil limitar a sua aplicação à Polónia. Engels foi, a seu tempo, induzido a rever a sua atitude face à reivindicação dinamarquesa de Schleswig¹⁴ e Marx admitiu uma mudança de opinião com respeito à Irlanda:

Anteriormente, pensava que a separação da Irlanda da Inglaterra era impossível. Agora, penso que ela é inevitável, mesmo se, depois da separação, se chegasse a uma federação.

Finalmente, chegou à conclusão de que «é interesse directo e absoluto da classe operária inglesa desfazer-se da sua actual ligação com a Irlanda»¹⁵ e discutiu a questão no Conselho Geral da Internacional. A questão de princípio só parece ter sido levantada uma vez. Os membros franceses da Internacional eram proudhonistas quase até ao último e seguiam o seu mestre na rejeição das pretensões do nacionalismo. Quando rebentou a guerra austro-prussiana, em Junho

¹⁴ Karl Marx-Friedrich Engels: *Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, III^{er} Teil, III, 163.

¹⁵ *Ibid.*, III^{er} Teil, III, 442; IV, 258. Lenine escreveu, mais tarde, que «a política de Marx e Engels na questão irlandesa forneceu o primeiro grande modelo, que conserva hoje a sua vasta importância prática, da posição que o proletariado de países opressores deveria tomar em relação aos movimentos nacionais» (*Sochineniya*, XVII, 464).

de 1866, a «clique proudhonista», como Marx contou a Engels, começou a pregar a paz com fundamento em que «a guerra estava fora de moda e as nacionalidades eram uma coisa sem sentido»¹⁶. Quando, algumas semanas depois, Lafargue, seguindo esta linha de pensamento, qualificou as nações, no Conselho Geral, de «superstições antiquadas», Marx desencadeou um contra-ataque mostrando que Lafargue «entendia de forma completamente inconsciente pela sua negação das nacionalidades a absorção delas numa nação francesa modelo»¹⁷. Era um argumento que Lenine usaria um dia contra os socialistas austríacos e polacos e os «chauvinistas grão-russos» que, ao negarem o princípio da autodeterminação nacional, afirmavam implicitamente a sua própria superioridade nacional.

A Segunda Internacional, desde a sua fundação em 1889, até 1914, preocupou-se ainda menos que a sua predecessora com a doutrina da autodeterminação nacional. Depois de 1870, o interesse na questão declinou. Não ocorreram mais perturbações na Polónia ou noutro lado que a tornassem candente no continente europeu e as vozes dos povos oprimidos de outros continentes mal estavam a começar a ser ouvidas pelo mundo em geral. A proclamação mais completa sobre ela estava contida numa declaração do Congresso de Londres da Segunda Internacional, em 1896:

O congresso declara-se a favor da completa autonomia de todas as nacionalidades e declara a sua simpatia pelos trabalhadores de todos os países que sofrem presentemente sob o jugo dos despotismos militares, nacionais ou outros; e apela para os trabalhadores de todos esses países para que enfileirem lado a lado com os trabalhadores conscientes de todo o mundo para organizar o derrubamento do capitalismo internacional e o estabelecimento da social-democracia internacional¹⁸.

A primeira metade da resolução estabelecia, assim, o interesse do proletariado na doutrina burguesa da autonomia

¹⁶ Karl Marx-Friedrich Engels: *Historisch-Kritische Gesamtausgabe*, III^{er} Teil, III, 336.

¹⁷ *Ibid.*, III^{er} Teil, III, 341.

¹⁸ *International Socialist Workers and Trade Union Congress, London, 1896* (s. d.), p. 31; a versão alemã (*Verhandlungen und Beschlüsse des Internationalen Arbeiter- und Gewerkschafts-Kongresses zu London (1897)*, p. 18) traduz «autonomia» por *Selbstbestimmungsrecht* e é seguida na versão russa corrente (Lenin, *Sochineniya*, XVII, 455).

ou autodeterminação nacional; a segunda metade consignava a sua fé na solidariedade internacional última do proletariado. Não se fez nenhuma tentativa para voltar a ela nos congressos subsequentes da Internacional, antes de 1914¹⁹.

b) *A Doutrina Bolchevique antes de 1917*

O direito à autodeterminação nacional tinha sido proclamado no manifesto inicial do Partido Operário Social-Democrata Russo, no seu congresso fundador, em 1898. O programa do partido aprovado no segundo congresso, de 1903, reconhecia o «direito à autodeterminação de todas as nações que entram na composição do estado». A forma de expressão e a inclusão deste parágrafo entre outros relativos à política interna russa mostrava que a referência era às nacionalidades pertencentes ao estado russo²⁰. As implicações internacionais desta simples fórmula não se suscitaram nem nesta nem em qualquer outra altura anterior a 1914. Mas as suas implicações nacionais e no partido foram objecto de controvérsias durante todo o período. Estas tornaram-se mais agudas depois da Revolução de 1905 e a própria percepção de Lenine da importância da questão nacional pode bem ter sido aguçada pela sua mudança para a Polónia austríaca, em 1912. No ano seguinte, ele observou que «a questão nacional elevou-se presentemente a uma posição destacada entre os problemas da vida social russa»²¹. As declarações bolcheviques mais importantes sobre esta questão, anteriores à revolução, pertencem a este período.

A primeira das duas principais heresias que contestaram a ortodoxia do partido, nesta altura, era de origem austríaca. Por volta do dobrar do século, os dirigentes marxistas austría-

¹⁹ É digno de nota que os agravos da Finlândia contra a Rússia, que adquiriram notoriedade internacional depois de 1905, foram discutidos com base, não num direito abstracto de autodeterminação, mas na lei constitucional do Império Russo.

²⁰ Plekhanov, nos seus comentários à redacção deste passo do programa por Lenine, propôs substituir «estado» por «império», para tornar a palavra apenas aplicável ao regime czarista e evitar comprometer uma futura república burguesa ou socialista a uma política que poderia significar o desmembramento da Rússia; Lenine opôs-se a esta limitação (*Leninskii Sbornik*, II (1924), 144).

²¹ Lenin, *Sochineniya*, XVII, 133.

cos mais destacados, ansiosos por contrabalançar as tendências disruptivas de um nacionalismo que ameaçava a estrutura em dissolução da Dupla Monarquia, propuseram um projecto para substituir a autodeterminação nacional, como direito reconhecido na doutrina social-democrática, por uma autonomia cultural não-territorial, que podia ser usufruída por grupos nacionais em todo o império sem destruir a sua integridade política e territorial²². O primeiro e mais óbvio corolário deste projecto foi a sua aplicação ao próprio partido. No seu congresso de 1897, o Partido Social-Democrata Austríaco decidiu reorganizar-se como uma federação de seis partidos nacionais autónomos — alemão, checo, polaco, ruteno, italiano e jugoslavo. O congresso do partido seguinte, realizado em Brünn, em 1899, aprovou uma resolução em termos vagos a favor da reorganização da Áustria como uma «federação de nacionalidades». Isto foi seguido por uma campanha, dirigida por Karl Renner (que escrevia sob o pseudónimo de Rudolf Springer) e Otto Bauer, em prol de um engenhoso esquema de autonomia cultural nacional numa base pessoal; os membros das diferentes nacionalidades organizavam-se, independentemente do seu local de residência, em conselhos nacionais para a condução dos seus assuntos educativos e outros de carácter cultural, permanecendo a unidade política e económica da monarquia e da sua administração sem ser afectada.

Na Rússia, estas ideias, com respeito tanto à organização do partido como ao estado, foram fervorosamente adoptadas pela União Geral dos Trabalhadores Judaicos da Rússia e da Polónia, vulgarmente chamada Bund. O Bund, a mais antiga organização social-democrata da Rússia, tinha sido admitido no Partido Social-Democrata Russo no seu congresso fundador, em 1898, como «uma organização autónoma independente apenas em questões que afectem especialmente o proletariado judeu»²³. No segundo congresso, em 1903, os delega-

²² Devido à enorme dispersão dos Alemães na Europa, as concepções alemãs de nacionalidade tendiam a ter uma base mais pessoal que territorial. Os delegados à Assembleia de Frankfurt de 1848 representavam, não territórios, mas comunidades de Alemães, algumas delas minorias nos territórios que habitavam; fez-se mesmo a sugestão, embora não fosse aprovada, de admitir delegados da comunidade alemã de Paris.

²³ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 5.

dos do Bund lutaram por manter a sua prerrogativa de «únicos representantes do proletariado judeu, seja qual for a parte da Rússia em que viva e a língua que fale»²⁴. Pesadamente derrotados na votação, saíram do congresso e do partido. Foram readmitidos nele no quarto congresso, em 1906, com base numa fórmula equívoca que não resolvia nada²⁵. Por volta desta altura, os partidos sociais-democratas letão e caucasiano estavam a avançar as mesmas reivindicações que o Bund. Com a agudeza crescente da questão nacional na Rússia, a controvérsia dentro do partido tornou-se constante e azeda, só Lenine e os poucos fiéis bolcheviques se opondo à política de autonomia para as secções nacionais.

Ao longo de toda a controvérsia, parece que todas as partes pressupuseram que a autonomia nacional dentro do partido e a autonomia cultural para as nacionalidades dentro do estado eram princípios indissociáveis²⁶. Lenine, convencido de que cindi-lo em linhas nacionais enfraqueceria o partido, estava igualmente convencido de que o mesmo se aplicava ao estado e debateu a questão tanto em termos de estado como de partido. No princípio de 1903, antes do segundo congresso, ele tinha censurado a um grupo social-democrata arménio a exigência de uma «república federal» para a Rússia no seu conjunto e «autonomia de vida cultural» para as nacionalidades caucasianas. O proletariado, sustentava Lenine, não estava interessado na «autonomia nacional». Estava apenas interessado em duas coisas: por um lado, na «liberdade política e civil e completa igualdade de direitos», por outro, no «direito de autodeterminação para qualquer nacionalidade» (no sentido de direito de secessão)²⁷. Lenine depressa veio a ocupar uma posição intransigente de «ou tudo ou nada» quanto à questão da autodeterminação nacio-

²⁴ *Vtoroi S' ezd RSDRP* (1932), pp. 323-5; ver atrás, p. 44.

²⁵ *VKP(B) v Rezolyutsiyakh* (1941), I, 81-2.

²⁶ Este ponto foi depois discutido largamente por Estaline: «O tipo de organização... imprime uma marca indelével em toda a vida mental dos trabalhadores... Quando os trabalhadores estão organizados por nacionalidades, estão isolados dentro das suas conchas nacionais, separados uns dos outros por divisões organizativas. Acentua-se não o que é comum aos trabalhadores, mas o que os distingue uns dos outros... A federação nacional como organização inculca nos trabalhadores um espírito de isolamento nacional» (Stalin, *Sochineniya*, II, 365).

²⁷ Lenin, *Sochineniya*, V, 242-3. Estaline atacou os sociais-democratas arménios pelo mesmo motivo (*Sochineniya*, I, 37).

nal que era menos paradoxal do que parecia à primeira vista. A nação tinha o direito de se separar; se escolhia não exercer esse direito, não tinha então, como nação, nenhum outro, embora os seus membros individuais gozassem naturalmente de um direito de igualdade com os outros cidadãos, em questões de língua, educação e cultura, tal como os gozavam numa democracia burguesa como a Suíça²⁸.

A posição de Lenine estava, por conseguinte, definida no início de 1903. Foi dez anos depois, quando a questão nacional se tinha tornado aguda, que ele pôs Estaline, um jovem bolchevique georgiano que o visitou então na Galícia, a demolir a tese austríaca. O ensaio de Estaline *A Questão Nacional e a Social-Democracia* foi publicado num jornal do partido, na Primavera de 1913²⁹. Provas externas e internas mostram que ele foi escrito sob inspiração de Lenine; permaneceu a obra básica da literatura do partido sobre este assunto.

A introdução do ensaio deplorava a crescente «vaga de nacionalismo» e intimava os sociais-democratas a «proteger as massas da 'epidemia' geral ... erguendo contra o nacionalismo a arma experimentada do internacionalismo, a unidade e indivisibilidade da luta de classes». Estaline passava então a definir a nação como «uma comunidade estável historicamente formada de língua, território, vida económica e constituição psicológica manifestada numa comunidade de cultura». As definições austríacas de nação como «uma comunidade cultural já não ligada ao solo» (Springer) ou «um agregado de pessoas ligadas numa comunidade de carácter por uma comunidade de destino» (Bauer) eram condenadas por ignorarem a qualidade objectiva da nacionalidade e as condições históricas e económicas em mutação que a produ-

²⁸ O princípio enunciado por Lenine foi adoptado no acórdão de paz de Versalhes de 1919. A autodeterminação nacional implicava o direito de um grupo nacional se separar de um estado existente e ligar-se a outro estado ou formar um estado próprio. Quando, contudo, por uma ou por outra razão, um grupo nacional não podia exercer o direito de secessão, não tinha direito a ulterior reconhecimento como grupo, embora as liberdades políticas e civis e a igualdade de direitos fossem garantidas, ao abrigo dos «tratados das minorias», aos seus membros individuais.

²⁹ Stalin, *Sochineniya*, II, 290-367 onde tem o título *O Marxismo e a Questão Nacional*; trad. ingl. em J. Stalin, *Marxism and the National and Colonial Question* (2.^a edição 1936), pp. 3-61.

ziram. Efectivamente, «uma nação não é apenas uma categoria histórica, mas uma categoria histórica que pertence a uma época definida, a época da ascensão do capitalismo». A burguesia «desempenha o papel principal na sua criação» e «o mercado é a primeira escola em que a burguesia aprende o seu nacionalismo». Assim, «a luta nacional é uma luta dos burgueses entre si». Um movimento nacional é «na sua essência, sempre uma luta burguesa, luta que é sobretudo favorável e conveniente para a burguesia»³⁰. O padrão variava da Europa Ocidental para a Oriental, onde, graças à sobrevivência mais prolongada da autoridade feudal, se tinham formado estados mais multinacionais que nacionais. Mas estas amplas generalizações sobre a ascensão das nações aplicavam-se a toda a parte. A nação assim criada tinha que ser considerada como uma entidade objectiva e independente. «As nações são soberanas e todas as nações são iguais.»

Este ponto de vista, que implicava o direito das nações à plena autodeterminação e secessão, atacava a tese austríaca em dois pontos. Por um lado, a tese austríaca limitava os direitos das nações, quer ao procurar manter o estado multinacional, em desafio ao direito à autodeterminação, quer ao esforçar-se por substituir os direitos políticos soberanos pela paridade de direitos culturais. Por outro lado, a tese austríaca fomentava o nacionalismo, não só ao perpetuar os preconceitos nacionais³¹, como ao tratar a nação como uma categoria fixa e permanente, de tal forma que, segundo esta hipótese, mesmo a futura ordem socialista «dividiria a humanidade em comunidades nacionalmente delimitadas». Era em oposição a esta dupla heresia que Estaline propunha o conceito duplo de nação que se radicou na teoria bolchevique. Por um lado, a nação era a forma historicamente comprovada de organização do estado no período da revolução burguesa

³⁰ Nesta altura, Lenine subscrevia inteiramente este ponto de vista: encontrava a «base económica» dos movimentos nacionais no facto de que «para a completa vitória da produção mercantil, é indispensável para a burguesia conquistar o mercado interno» e considerava o estado nacional como «típico e normal para o período capitalista em todo o mundo civilizado» (*Sochineniya*, XVII, 428).

³¹ Como exemplo das implicações reaccionárias da autonomia cultural, Lenine observou que «na América, nos estados do Sul, antigamente escravagistas, os filhos dos negros são, até hoje, segregados em escolas especiais, ao passo que, no Norte, brancos e negros são educados em comum» (*ibid.*, XVII, 93).

e, como tal, gozava de um direito inviolável à autodeterminação, na forma de secessão de um estado multinacional existente. Por outro lado, o objectivo final do socialismo era a substituição da divisão do mundo em «comunidades nacionalmente delimitadas» pelo «princípio da solidariedade internacional dos trabalhadores». A distinção entre o nacionalismo da revolução burguesa e o internacionalismo da revolução socialista, aqui apenas levemente esboçada, tinha consequências importantes que se evidenciariam mais tarde.

A segunda heresia contra a qual a doutrina bolchevique reagiu estava sobretudo ligada, nesta altura, à social-democracia polaca³². No início da década de 1890, deu-se uma cisão entre dois grupos de sociais-democratas polacos com respeito à questão nacional. De um destes, surgiu o Partido Socialista Polaco «patriótico» de Pilsudski. O outro, subscrevendo as ideias de Rosa Luxemburgo, denunciou «a reivindicação da restauração do estado polaco» como uma «utopia» e veio a tornar-se uma secção do partido russo³³. A controvérsia reflectiu-se num artigo violento de Rosa Luxemburgo no jornal social-democrático *Neue Zeit*³⁴ que argumentava que a independência nacional era uma preocupação burguesa e que o proletariado, sendo em essência internacional, não tinha nenhum interesse nela. A argumentação de Rosa Luxemburgo foi refutada, em números posteriores do mesmo jornal, por Kautsky, que, num artigo intitulado «Finis Poloniae?», sustentou o que depois se tornou a posição bolchevique³⁵. É um curioso sintoma da dependência em relação à Rússia sentida em todos os sectores da Polónia russa antes de 1914 que, enquanto as classes proprietárias e comerciantes se apoiavam nos seus congéneres russos por meio da agitação revolucionária no campesinato ou no proletariado polaco, os revolucionários polacos minimizavam também a ideia de um partido revolucionário polaco independente que seria demasiado fraco para fazer progressos frente a uma classe dominante

³² Deve acrescentar-se que o mesmo ponto de vista era defendido pelos primeiros radicais e revolucionários russos, de Pestel a Tchernychevsky, dos quais quase todos tinham sido indiferentes ou hostis às reivindicações do nacionalismo.

³³ A melhor discussão desta controvérsia do lado polaco, para os que não tenham acesso a documentos polacos, é um artigo em *Proletarskaya Revolyutsya*, n.º 2-3 (61-2), 1927, pp. 148-208.

³⁴ *Neue Zeit* (Viena), XIV (1895-6), II, 176-81, 206-16.

³⁵ *Neue Zeit* (Viena), XIV, II, 489-91, 513-25.

polaca. Um longo artigo de Rosa Luxemburgo publicado em 1907-8 num jornal polaco forneceu a Lenine o tema para a sua refutação mais elaborada da tese polaca³⁶.

A réplica bolchevique à tese polaca girava em torno de três pontos principais. Em primeiro lugar, «a formação de estados nacionais independentes é uma tendência de todas as revoluções democrático-burguesas»³⁷ de forma que o reconhecimento, nesta fase, do direito de secessão é um corolário da doutrina do apoio proletário à revolução burguesa. O proletariado não podia, nesta fase, rejeitar ou limitar um direito à autodeterminação concedido mesmo nos princípios e prática burgueses: a secessão da Noruega da Suécia, em 1905, era constantemente citada por Lenine como exemplo brilhante de autodeterminação burguesa³⁸. Em segundo lugar, a recusa por uma nação dominante do direito de autodeterminação a outras nações menosprezava o princípio da igualdade entre as nações; o proletariado de uma nação dominante não podia correctamente ser cúmplice nessa recusa. Tal como Marx tinha procurado incitar os operários ingleses a apoiar a independência irlandesa e denunciado a negação da nacionalidade por Lafargue como uma forma disfarçada de firmar a supremacia nacional francesa, assim Lenine argumentava que a rejeição da autodeterminação nacional pelos sociais-democratas russos significava «subserviência face aos interesses dos proprietários de servos e aos piores preconceitos das nações dominantes»³⁹. Era legítimo para um democrata polaco rejeitar a política de secessão para a Polónia, mas isto não

³⁶ O artigo de Lenine em resposta a Rosa Luxemburgo, *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação (Sochineniya, XVII, 427-74)*, não foi publicado senão na Primavera de 1914. Alguns dos argumentos nele utilizados aparecem em artigos anteriores publicados na segunda metade de 1913: *Sobre o Programa Nacional do Partido Operário Social-Democrata Russo* (ibid., XVII, 116-21) e *Notas Críticas sobre a Questão Nacional* (ibid., XVII, 133-59). Lenine estava, nesta altura, intensamente preocupado com a questão nacional.

³⁷ Ibid., XVII, 471.

³⁸ Ibid., XVII, 327, 441, 449-54.

³⁹ A mesma frase aparece duas vezes nos artigos de Lenine deste período (ibid., XVII, 169, 446); a ideia é repetida com frequência. Como Trotsky depois disse, «o desejo de uma nação dominante de manter o *status quo* disfarça-se frequentemente como uma superioridade face ao 'nacionalismo', tal como o desejo de uma nação vitoriosa de não largar a sua presa facilmente toma a forma de 'pacifismo'» *Istoriya Russkoi Revolyutsii*, II (Berlim, 1933), ii, 50).

tornava nada menos necessário que o partido no seu conjunto, e particularmente os seus membros russos, proclamassem o direito da Polónia a separar-se. Este argumento levava ao terceiro ponto em que Lenine insistiu constantemente: a distinção entre o direito de autodeterminação nacional (incluindo a secessão) e a decisão de separar-se. Defender o direito de separação não significava, observava Lenine, votar pela separação num caso particular⁴⁰. Aqueles a quem se reconhecia o direito de secessão tinham ainda que decidir se a secessão era desejável ou não. Esta distinção tornou-se muitíssimo importante numa fase posterior.

A primeira declaração extensa do partido sobre o nacionalismo estava contida numa resolução aprovada numa reunião do comité central em Poronin, na Galícia, onde Lenine vivia, no Outono de 1913. A resolução dividia-se em cinco partes, das quais as três primeiras eram dedicadas à tese austríaca e as duas últimas à polaca. Os pontos principais eram os seguintes:

1. Em condições capitalistas, os principais desideratos são igualdade de direitos para todas as nações e línguas, a ausência de uma língua obrigatória do estado, instrução escolar na língua local e uma ampla medida de autonomia provincial e de governo autónomo local.

2. Rejeita-se o princípio da autonomia cultural-nacional e de administrações escolares nacionais separadas por oposto à democracia em geral e aos interesses da luta de classes em particular.

3. Os interesses da classe operária exigem a união de todos os trabalhadores de determinado estado em organizações proletárias não divididas segundo linhas nacionais.

4. O partido apoia o direito das nações oprimidas da monarquia czarista à autodeterminação, isto é, à secessão e à formação de um estado independente.

4. A desejabilidade do exercício deste direito em qualquer caso particular, será julgada pelo partido do ponto de vista do conjunto da evolução social e dos interesses da luta de classe do proletariado pelo socialismo⁴¹.

A controvérsia não foi encerrada pela resolução de 1913. A guerra estimulou a discussão sobre a autodeterminação nacional em toda a parte e mais que tudo nos círculos sociais-democratas. O manifesto publicado pela Conferência de

⁴⁰ Lenin, *Sochineniya*, XVII, 119.

⁴¹ VKP(B) v *Rezolyutsiyakh* (1941), I, 210-11.

Zimmerwald de partidos contrários à guerra, em Setembro de 1915, que continha o reconhecimento habitual do «direito das nações à autodeterminação», provocou um encolerizado artigo do social-democrata polaco Radek, num jornal suíço, que denunciava como «ilusória» a «luta por um direito de autodeterminação inexistente»⁴². Na Primavera seguinte, a controvérsia foi trazida para as colunas de *Vorbote*, o jornal fundado pela esquerda de Zimmerwald, que, em Abril de 1916, publicou dois conjuntos de teses a favor e contra a autodeterminação, um de Lenine, o outro de Radek. Radek argumentava que a social-democracia «não pode, em caso algum, manifestar-se a favor do estabelecimento de novos postos fronteiriços na Europa ou a favor da restauração de fronteiras destruídas pelo imperialismo»; que abraçar a autodeterminação nacional era um caminho seguro para o «social-patriotismo»; e que a única palavra de ordem aceitável para a social-democracia era «abaixo as fronteiras»⁴³. Algumas semanas depois, noutro jornal, Radek condenou a insurreição de Dublin como um «putsch»⁴⁴. Lenine fez o ponto noutro longo artigo intitulado *Resultados da Discussão sobre a Autodeterminação*. Mesmo Radek se tinha declarado contra as anexações; e rejeitar a autodeterminação era apoiar as anexações. Se a Alemanha anexasse a Bélgica, não teria a Bélgica razão em reafirmar a sua reivindicação de independência em nome da autodeterminação? Não era a destruição de uma Polónia independente ela própria uma «anexação»? Reconhecer o direito à autodeterminação nacional era a única alternativa a uma desculpa da opressão nacional⁴⁵.

A resolução de 1913 tinha dito especificamente respeito às «condições capitalistas» do período burguês e foi contra este fundo que se conduziu toda a controvérsia. Por este motivo, pouco se acentuou um ponto que, não obstante, era indispensável para uma clara compreensão da doutrina bolchevique. Lenine nunca se afastou da concepção marxista de que as «diferenças e antagonismos nacionais» «desaparecem sempre cada vez mais» ante a aproximação do socialismo. Nunca lhes consentiu, por conseguinte, qualquer validade a longo prazo ou absoluta. Já em 1903 ele opôs o reconheci-

⁴² Lenin, *Sochineniya*, XVIII, 323.

⁴³ *Ibid.*, XIX, 37, 48, 438-40.

⁴⁴ *Ibid.*, XIX, 268.

⁴⁵ *Ibid.*, XIX, 241-72.

mento condicional da autodeterminação nacional pelos sociais-democratas ao seu reconhecimento incondicional pela democracia burguesa:

O democrata burguês (e o social-oportunista contemporâneo, que lhe segue as pisadas) imagina que a democracia elimina a luta de classes e, por conseguinte, apresenta todas as suas reivindicações políticas abstractamente, 'incondicionalmente', do ponto de vista dos interesses de 'todo o povo' ou mesmo do ponto de vista de um princípio moral absoluto e eterno. O social-democrata desmascara implacavelmente esta ilusão burguesa sempre e em toda a parte, exprima-se ela numa filosofia idealista abstracta ou na apresentação de uma exigência incondicional de independência nacional⁴⁶.

E, dez anos depois, no ano da resolução de Poronin, distinguiu, nos termos mais claros, as duas fases da posição marxista face à questão nacional, correspondentes às duas fases da revolução:

O desenvolvimento do capitalismo conhece duas tendências históricas na questão nacional. A primeira é o despertar da vida nacional e dos movimentos nacionais, a luta contra toda a opressão nacional, a criação de estados-nações. A segunda é o desenvolvimento e frequência crescente de todas as espécies de relações entre nações, a destruição das barreiras nacionais, a criação de uma unidade internacional do capital e da vida económica em geral, da política, da ciência, e assim por diante.

Ambas as tendências são a lei universal do capitalismo. A primeira predomina no início do seu desenvolvimento, a segunda caracteriza o capitalismo evoluído que se aproxima da sua transformação numa sociedade socialista. O programa nacional do marxismo toma em conta ambas as tendências, defendendo, no primeiro caso, os direitos iguais das nações e línguas, a inadmissibilidade de quaisquer privilégios sejam de que tipo forem a este respeito e também o direito das nações à autodeterminação e, no segundo caso, o princípio do internacionalismo⁴⁷.

A distinção aqui traçada era entre o período em que a burguesia estava ainda a lutar pelos seus direitos contra o regime feudal e o período depois da revolução burguesa se ter já consumado. No primeiro período, a luta nacional era *par excellence* burguesa e almejava a criação do estado-nação.

⁴⁶ Ibid., V, 338-9.

⁴⁷ Ibid., XVII, 139-40.

Isto não significava que os trabalhadores não estivessem interessados nela e não devessem dar-lhe o seu apoio; «limitação da liberdade de movimento, privação de direitos políticos, supressão da língua, restrição das escolas e outras formas de repressão afectam os trabalhadores tanto como a burguesia, senão mais»⁴⁸. Eles não considerariam, contudo, as exigências de autodeterminação nacional como absolutas. Uma reivindicação de autodeterminação não podia nunca ser oposta às exigências do socialismo internacional:

O trabalhador que põe a unidade política com o burguês da 'sua própria' nação acima da completa unidade com os proletários de todas as nações age contra o seu próprio interesse e contra os interesses do socialismo e da democracia⁴⁹.

E mais:

O marxismo é incompatível com o nacionalismo, mesmo o mais 'justo', 'puro', refinado e civilizado nacionalismo. O marxismo reivindica, em vez de qualquer espécie de nacionalismo, um internacionalismo que é a fusão de todas as nações numa unidade mais elevada⁵⁰.

O objectivo da política socialista, tinha dito Estaline, no seu famoso ensaio, era derrubar as barreiras nacionais e unir os povos «de forma a abrir caminho para uma divisão de espécie diferente, divisão segundo as classes»⁵¹; enquanto a questão nacional se atravessasse no caminho, desviava a atenção dos «estratos inferiores da população» da luta de classes para questões momentaneamente «comuns» a eles e à burguesia⁵². O princípio do autodeterminação nacional tinha, portanto, que ser sempre aceite com plena consciência da sua validade relativa, condicional e temporária e com os olhos firmemente postos no objectivo internacional último.

Mas, embora a doutrina das duas fases da revolução tivesse sido sempre um ponto essencial da teoria bolchevique da autodeterminação nacional, a questão nacional tinha sido, até então, tratada, para todos os efeitos práticos, como matéria exclusiva da fase primeira ou burguesa, já que a segunda

⁴⁸ Stalin, *Sochineniya*, II, 308.

⁴⁹ Lenin, *Sochineniya*, XVI, 509.

⁵⁰ *Ibid.*, XVII, 145.

⁵¹ Stalin, *Sochineniya*, II, 362.

⁵² *Ibid.*, II, 309.

fase parecia ainda pertencer a um futuro remoto. A guerra de 1914 levou Lenine gradualmente à opinião de que as contradições do sistema capitalista o tinham aproximado do ponto de ruptura e de que o início da fase segunda ou socialista da revolução estava ao alcance da mão; e isto exigiu um ajustamento correspondente da teoria da autodeterminação. O estudo das condições mundiais sob o impacto da guerra trouxe, contudo, uma nova complicação. As fases da revolução sucediam-se no tempo. Mas, devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo, diferentes fases podiam ser atingidas em diferentes partes do mundo ao mesmo tempo; e estas reagiam umas sobre as outras. Ambos estes pontos foram anunciados nas teses de Lenine de Abril de 1916 sobre *A Revolução Socialista e o Direito das Nações à Autodeterminação*⁵³. A primeira destas teses sustentava ousadamente que «todos os pre-requisitos objectivos da realização do socialismo» estavam então criados; e, como a primeira tarefa do «socialismo vitorioso» seria levar a democracia até ao fim, ele teria também que tornar realidade «o direito das nações oprimidas à autodeterminação, isto é, o direito à livre secessão política». Mas a mais inovadora destas teses era a que dividia o mundo em «três tipos principais de países». O primeiro compreendia «os principais países capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos»: aqui, «os movimentos nacionais burgueses progressistas terminaram há muito». O segundo grupo de países abrangia a Europa Oriental «e especialmente a Rússia»: aqui, «o século vinte desenvolveu especialmente movimentos nacionais democrático-burgueses e agudizou a luta nacional». Na terceira categoria, estavam os «países semicoloniais, como a China, a Pérsia e a Turquia, e todas as colónias»: aqui, «os movimentos democrático-burgueses estão ou apenas a iniciar-se ou longe de terminados».

Assim, no momento em que Lenine estava a avançar às apalpadelas para a transição da fase burguesa para a fase socialista da luta pela autodeterminação nacional, introduziu também um aperfeiçoamento na análise do estádio burguês da luta. Era um corolário directo da teoria exposta, nesta altura, no seu famoso opúsculo *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*⁵⁴, em que desenhava a degeneres-

⁵³ Lenin, *Sochineniya*, XIX, 37-48.

⁵⁴ *Ibid.*, XIX, 78-175.

cência do capitalismo burguês concorrencial do século dezanove no imperialismo burguês explorador do século vinte. A luta pela libertação nacional era essencialmente uma luta democrático-burguesa. Na sua forma característica do século dezanove, ela tinha sido uma luta contra os restos do feudalismo e da autocracia e, nesta forma, não tinha ainda terminado nos países do segundo tipo, quer dizer, a Europa Oriental «e especialmente a Rússia». Na sua forma característica do século vinte, era uma luta dos países coloniais e semicoloniais do terceiro tipo, já não contra o feudalismo e a autocracia da antiga espécie, mas contra o imperialismo burguês. Lançavam-se, assim, as bases de uma aliança funcional entre as vítimas da velha autocracia do século dezanove e do novo imperialismo do século vinte, entre a Europa Oriental e a Ásia.

Supor (escreveu Lenine, mais para o fim de 1916) que uma revolução social é pensável sem uma revolta das pequenas nacionalidades das colónias e da Europa, sem explosões revolucionárias da pequena burguesia com todos os seus preconceitos, sem o movimento de massas proletárias e semiproletárias inconscientes contra a opressão da nobreza, das igrejas, monarquias e nações estrangeiras — supor isso é *abjurar da revolução social*⁵⁵.

Estas pormenorizações tinham, contudo, que ser aplicadas à luz do anúncio também feito por Lenine, nas suas teses de Abril de 1916, do avanço iminente da aplicação burguesa para a aplicação socialista do princípio da autodeterminação nacional⁵⁶. Também aqui a Rússia ocupava uma posição central e crucial. No período de transição da revolução

⁵⁵ Lenin, *Sochineniya*, XIX, 269.

⁵⁶ Estaline escreveu, muito depois, que Lenine, no artigo de Outubro de 1916, *Resultados da Discussão sobre a Autodeterminação* (Lenin, *Sochineniya*, XIX, 241-72), «declarou que o ponto essencial da questão nacional no referente ao direito à autodeterminação tinha deixado de fazer parte do movimento democrático geral e tinha-se já transformado numa parte constituinte da revolução socialista proletária geral» (Stalin, *Sochineniya*, VII, 223); o artigo de Estaline em que se encontrava este passo apareceu originalmente em *Bol'shevik*, n.º 11-12, 30 de Junho de 1925, foi retirado de edições posteriores de *Voprosy Leninizma* e reapareceu nas obras completas. O passo não é uma citação textual. Representa correctamente o que o artigo de Lenine, visto retrospectivamente, implicava, mas é mais preciso de que tudo o que Lenine realmente disse.

burguesa para a socialista, a linha divisória entre as fases burguesa e socialista da evolução da luta nacional tinha-se também tornado confusa, com a Rússia, em especial, com um pé em cada lado. Mas Lenine estava munido de um critério funcional para a aplicação dos aspectos burgueses e socialista respectivamente da doutrina da autodeterminação nacional.

As pessoas que não tenham examinado bem a questão acharão 'contraditório' que os sociais-democratas de nações oprimidas insistam na 'liberdade de secessão' e os sociais-democratas de nações oprimidas na 'liberdade de união'. Mas um pouco de reflexão mostra que não há nem pode haver qualquer outra via para a internacionalização e para a fusão das nações, qualquer outra via da *situação presente* para aquele objectivo ⁵⁷.

Foi sobre esta base um tanto nebulosa que coube à Revolução de Outubro edificar a sua teoria e a sua prática na questão candente da autodeterminação nacional.

⁵⁷ Lenin, *Sochineniya*, XIX, 262.

LISTA DE ABREVIATURAS

- Cheka = Chrezvychainaya Komissiya (Comissão Extraordinária).
Comintern = Kommunisticheskii Internatsional (Internacional Comunista).
GPU = Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie (Administração Política do Estado).
IKKI = Iсполnitel'nyi Komitet Kommunisticheskogo Internatsionala (Comité Executivo da Internacional Comunista).
Narkomfin = Narodnyi Komissariat Finansov (Comissariado do Povo das Finanças).
Narkomindel = Narodnyi Komissariat Inostrannykh Del (Comissariado do Povo dos Assuntos Externos).
Narkomnats = Narodnyi Komissariat po Delam Natsional'nostei (Comissariado do Povo das Nacionalidades).
NEP = Novaya Ekonomicheskaya Politika (Nova Política Económica).
OGPU = Ob' 'edinennoe Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie (Administração Política do Estado Unificada).
Rabkrin ou RKI = Rabochaya i Krest'yanskaya Inspektsiya (Inspeção Operária e Camponesa).
RSFSR = Rossiiskaya Sotsialisticheskaya Federativnaya Sovetskaya Respublika (República Soviética Federal Socialista Russa).
Sovnarkhoz = Sovet Narodnogo Khozyaistva (Conselho da Economia Nacional).
Sovnarkom = Sovet Narodnykh Komissarov (Conselho de Comissários do Povo).
SR = *Sotsial-Revolutsioner* (Socialista-Revolucionário).
STO = Sovet Truda i Oborony (Conselho de Trabalho e Defesa).
TsIK = Tsentral'nyi Iсполnitel'nyi Komitet (Comité Executivo Central).
Uchraspred = Uchet i Raspredelenie (Secção de Registo e Distribuição).
Vesenkha = Vysshii Sovet Narodnogo Khozyaistva (Conselho Supremo da Economia Nacional).
Vikzhel = Vserossiiskii Iсполnitel'nyi Komitet Soyuzha Zheleznodorozhnikov (Comité Executivo panrusso do Sindicato dos Ferroviários).
VKP(B) = Vsesoyuznaya Kommunisticheskaya Partiya (Bol'shevikov) — (Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques)).
VTsIK = Vserossiiskii (Vsesoyuznyi) Tsentral'nyi Iсполnitel'nyi Komitet (Comité Executivo Central Panrusso (de Toda a União)).

ÍNDICE POR

- Abcásia, 389, 390, 438 n.
Adigues, 437 n.
Adjária, 390, 438 n.
Administração de Assistência Americana (AAA), 205.
Akimov, V., 41, 43, 45.
Alemanha, relações com a RSFSR. *Ver em* RSFSR.
Anarquistas, 20, 186, 195, 263-7, 300 n., 326.
Armênia: estrutura social da, 379; proclamada república independente, 382; e a Turquia, 382, 386; reconhecimento da independência da, 385; estabelecimento do regime soviético na, 388; unificação com a RSFSR, 430-1, 433; relações externas da, 436; incorporação na RSS da Transcaucásia, 438.
Artem (Sergeev, F.), 232 n., 338 n.
Assembleia Constituinte, 125, 129-33, 133-36, 137-39.
Associação Internacional dos Trabalhadores. *Ver* Internacionais: Primeira.
Autodeterminação nacional: doutrina burguesa da, 292-3, 301, 415, 455-58, 471; doutrina bolchevique da, 292-309, 405-09, 415-19, 455-78; e a «heresia polaca», 294, 299 n., 313, 415, 470; e a constituição da RSFSR, 298; e o federalismo, 296; teoria austríaca da, 299 n., 307, 465-69; «para os trabalhado-

ASSUNTOS

res», 299-301, 357; e a Polónia, 321-2; e a Finlândia, 321-2; e a Ucrânia, 324-44, 410-16; e a Rússia Branca, 344-48; e a Estónia, 348-350; e a Letónia, 348-350; e a Lituânia, 350-51; e os povos orientais, 351-68; e a Ásia Central, 368-78; e a Transcaucásia, 378-90, 440; e a Sibéria, 390-405; e a unificação, 406-13, 417-43; e a igualdade, 406-09, 418-22; e a unidade económica, 433-4; e a unidade diplomática, 434-5; e a Geórgia, 438-40; e a Primeira e Segunda Internacionais, 463-65; e a autonomia cultural, 465-6. *Ver também* Nacionalismo, Nacionalidades.

Avxentiev, N., 136, 392.

Axelrod, P., 17, 27, 44, 70.

Azerbaijão: estrutura social do, 379; proclamado república independente, 382; e a Turquia, 382, 386-8; reconhecimento da independência do, 385; sovietação do, 386-8; unificação com a RSFSR, 430, 433; relações externas do, 436.

Babeuf, G., 455.

Baku, governo soviético em, 381; congresso de. *Ver* Congresso dos Povos do Oriente.

Bakunine, M., 20, 47, 98, 268-9, 461.

Basmaques, 365 n., 371, 378, 432.

- Basquíria, Básquires, 353-9, 361, 364-5, 365 n., 437 n. *Ver também* República Tártaro-Básquire.
- Bauer, O., 466, 468.
- Bebel, A., 49.
- Berdjaev, N., 22.
- Bernstein, E., 269, 457 n.
- Bessarábia, 417.
- Blucher, V., 400.
- Bogdanov, A., 62, 98.
- Bokhara: movimento nacional em, 354, 368; regime soviético em, 374-5; rebelião em, 378; e o movimento da «jovem Bokhara», 371, 375, 378; aliança com a RSFSR, 431-2; e a formação da URSS, 441-2.
- Boky, 374 n.
- Bolchevismo, Bolcheviques: origem do, 43-7; e os mencheviques, 47-68; e a Revolução de 1905, 63-70; e a reunificação do partido, 63-8; constituição como partido separado, 81; e a guerra de 1914-18, 84-86, 92-4; e a Revolução de Fevereiro, 89-102; e o Governo Provisório, 92; e o Primeiro Congresso Panrusso de Sovietes, 109-10; tomada do poder pelos, 118-20; e a Assembleia Constituinte, 125, 129-43; e o governo de coligação, 129-30; e os socialistas-revolucionários de esquerda, 130-2; e a teoria do estado, 149-50; e o federalismo, 159-62; e o terror revolucionário, 180-4; e a oposição, 195-8, 201-5, 209; e os partidos minoritários, 199-200; e o socorro à fome, 204-5; e os soviets, 248; e a autodeterminação nacional, 290-1, 292-309. *Ver também* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques), Menchevismo, Mencheviques.
- Boldyrev, V., 392 n., 393 n.
- Brest-Litovsk, tratado de, 3 de Março de 1918, 170, 190, 195, 214, 285, 323 n., 331, 334 n., 335, 344 n., 381, 383.
- Broido, G., 369, 369 n., 373, 376 n.
- Bubnov, A., 81, 114, 119, 215 n., 338, 343.
- Bukharine, N.: sobre Lenine, 37; e a guerra de 1914-18, 84; e a Revolução de Fevereiro, 111; e a Assembleia Constituinte, 139; e a constituição da RSFSR, 147; e o julgamento dos SRs, 208; e os comunistas de esquerda, 215-6; e a autodeterminação nacional, 299-326; e o papel do proletariado, 416; e a Transcaucásia, 441 n.
- Bulgakov, S., 22.
- Bund (União Geral dos Trabalhadores Judaicos da Rússia e da Polónia), 15, 40, 44, 50, 466.
- Buriato-Mongólia, Buriates, 391, 400, 437 n.
- Burocracia, 171-2, 253-7, 267-8, 274-6, 280-1.
- Cabardino-Balcária, região autónoma da, 437 n.
- Cadetes, 131, 133-5, 139, 182, 195, 204, 360.
- Calmúquia, Calmucos, 362, 364, 437 n.
- Campeinato, Camponeses: papel revolucionário do, 71-3, 144.
- Carachaevo - tcherquessiana, região autónoma, 437 n.
- Carélia, 437 n.
- Cazaquistão, Cazaques, 353-7, 361, 365-6, 378, 437 n.
- Chaumyan, S., 381.
- Cheka (Ve-Che-Ka), 183-97, 205-8.
- Chevtchenko, T., 326.
- China, relações com a RSFSR. *Ver em* RSFSR.
- Chlyapnikov, A., 86, 90, 93, 224, 234, 236, 238-9.
- Chtchastny, A., 188, 189 n.
- Colonial, Questão. *Ver em* Internacionais, Terceira; Lenine; Nacionalidades.
- Comintern. *Ver* Internacionais, Terceira.
- Comissariados do Povo. *Ver em* Constituição da URSS. *Ver também* Conselho de Comissários do Povo.

- Comissariado do Povo dos Assuntos Internos, 206-7.
- Comissariado do Povo de Controle do Estado. *Ver* Comissariado do Povo da Inspeção Operária e Camponesa (Rabkrin).
- Comissariado do Povo da Inspeção Operária e Camponesa (Rabkrin) (*anteriormente* Comissariado do Povo de Controle do Estado), 254-9.
- Comissariado do Povo das Nacionalidades (Narkomnats), 309-319.
- Comitê Executivo Central Panrusso de Sovietes (VTsIK): composição do, 110; alterações no número de membros, 131-2; e a Assembleia Constituinte, 137, 139; e a constituição da RSFSR, 147-8, 155-6; poderes do, 167, 169-72, 142-3; presidium do, 243-4, 249-50 n.; e o Sovnarkon, 243-4.
- Comitê Executivo Central de Toda a União (VTsIK): divisão em duas câmaras, 444-6; constituição, 448; poderes do, 448-9, 450-1. *Ver também* Conselho das Nacionalidades, Conselho da União.
- Comitê Panrusso de Auxílio às Vítimas da Fome, 204.
- Comuna Operária Autônoma Alemã. *Ver* Região Autônoma Alemã do Volga.
- Comunistas de esquerda, 215-6, 222.
- Congresso Panrusso de Deputados Camponeses, 131, 137, 166-7.
- Congresso Panrusso de Organizações Comunistas Muçulmanas, 354, 356-7.
- Congresso Panrusso de Sovietes: primeiro: e a autodeterminação nacional, 89, 295 n.; composição do, 109; segundo: e a Revolução de Outubro, 119-26; e a abolição da pena de morte, 178, 181, 189; terceiro: e a Assembleia Constituinte, 137-8, 142; e os soviets locais, 155; e a constituição da RSFSR, 161, 163, 172-3; quinto: e a constituição da RSFSR, 51, 173, 190; organização e funções do, 151, 157, 167, 169-70; composição e debates do, 189-90; sexto: e a amnistia política, 196; e a legalidade revolucionária, 197; sétimo: e os mencheviques, 199-200; e o VTsIK, 243; oitavo: e os grupos de oposição, 201-2; e o presidium do VTsIK, 244; nono: e a abolição da Cheka, 206; e reuniões anuais, 243 n.; décimo: e a formação da URSS, 441-3.
- Congresso dos Povos do Oriente (Congresso de Baku), 360 n., 364, 376, 389.
- Congresso de Sovietes de Toda a Ucrânia. *Ver* em Ucrânia.
- Congresso de Sovietes de Toda a União, 442, 446-7.
- Conselho de Comissários do Povo (Sovnarkom), 119, 125, 169-71, 243-5, 248-50, 252, 447.
- Conselho de Defesa dos Operários e Camponeses. *Ver* Conselho do Trabalho e Defesa (STO).
- Conselho das Nacionalidades, 314, 317-20, 445, 447, 453.
- Conselho Supremo da Economia Nacional (Vesenkha): e a descentralização, 245; e a constituição da URSS, 449.
- Conselho do Trabalho e Defesa (STO) (*anteriormente* Conselho de Defesa dos Operários e Camponeses), 244, 447 n.
- Conselho da União, 446.
- Constituição:
— da RSFSR: origem da, 128, 145, 160; comissão redactora, 148; cláusulas da, 148-9; e o poder de estado, 149-52; e a ditadura do proletariado, 152, 164-5, 168; e a centralização, 152-4; e os soviets locais, 154-7; carácter federal da, 157-63; e os direitos individuais, 164-6; e a igualdade de direitos, 164-6; e o sufrágio discrí-

- minatório, 166-8, 372 n.; e a separação dos poderes, 168-72; e a burocracia, 172; aprovação da, 173-4, 191; emendas à, 243-4; e a autodeterminação nacional, 295-7; e as repúblicas autónomas, 448-9.
- da URSS: origem da, 442-3; comissão redactora, 442, 446; e o partido, 444-5; e as nacionalidades, 444-6, 453-4; Estaline e a, 445-6; cláusulas da, 446-53; aprovação da, 447 n.; e os Comissariados do Povo, 449-51; e a organização judicial, 451; processo de emenda, 451; e o direito de secessão, 451 n., 452; carácter federal da, 452-3; e a centralização, 452-4; significado da, 452-4.
- Cossacos, 329-31.
- Crimeia, 360, 368, 425 n., 437 n.
- Curzon, Visconde de, 385.
- Daguestão, 360, 363 n., 366, 367, 437 n.
- Dan, F., 55 n., 66, 187, 200-1.
- D'Anselm, General, 336.
- Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, 125, 295.
- Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, 127-8, 138, 145, 161-2, 164, 173, 296.
- Denikine, A., 314, 329 n., 339 n., 340, 360, 362, 363, 374, 385-6, 395, 448.
- «Desvio», 227 n.
- Dimanshtein, S. 419.
- Didadura: do proletariado, 42, 149, 151, 164-5, 168, 175, 259-60, 264-73; do partido, 259-60.
- Dunsterville, L. C., 384.
- Dutov, A., 330 n., 361, 370.
- Dzerjinsky, F., 119, 183, 185, 186 n., 190, 192, 214, 223, 238, 440.
- «Economismo», 23-8, 54-5.
- Eichhorn, General, 336.
- Eliava, Sh., 374 n.
- Engels, F.: e o federalismo, 158, 160; e o terror revolucionário, 180; e o estado, 267-71; e a Rússia, 352; e a questão nacional, 458-64.
- Enukidze, A., 253 n., 439 n., 441 n., 444.
- Enver Pachá, 378.
- Eremeev, 91.
- Eslavófilos, 21.
- Estados Unidos da América, relações com a RSFSR. Ver em RSFSR. Ver também Washington, Conferência de.
- Estaline, Iosif Vissarionovitch (Djugachvili): e os «economistas», 28 n.; primeiro encontro com Lenine, 65; como membro do comité central bolchevique, 82; chega a Petrogrado, Março de 1917, 93; e a Revolução de Fevereiro, 93-6, 102, 111-3; eleito para o primeiro Politburo, 114; e a tomada do poder, 116-7; primeiro conflito com Trotsky, 118; e o Terceiro Congresso Panrusso de Sovietes, 145; e a constituição da RSFSR, 147, 150-1, 155, 160-3, 164; como membro do Politburo e do Orgburo, 221; e o «ponto 7», 229 n.; e as nomeações no partido, 232; e a «declaração dos 22», 238; nomeado secretário-geral, 240-1; como Comissário do Povo da Inspeção Operária e Camponesa, 255-8; sobre a organização do partido, 258-9; autoridade crescente de, 259; sobre o partido e o estado, 261; e o direito de secessão, 290, 298, 302 n., 306; e a autodeterminação nacional, 294, 298-300, 301, 306-8, 468-9, 475, 477 n.; e a «autodeterminação para os trabalhadores», 299; como Comissário do Povo dos Assuntos das Nacionalidades, 309, 313, 317, 319; e a Ucrânia, 329 n., 337 n.; e a Finlândia, 323; e a RSS da Rússia Branca, 339 n., 347; e a Estónia, 349; e os povos orientais, 357-8; e o Daguestão, 366; e a região de Terek, 366; e o Turquestão, 379 n.; e a Geórgia, 379, 389; e a Transcaucásia, 382, 441 n.; e o «chauvinismo

grão-russo», 413-6; e a igualdade nacional, 418-9, 420, 422; e a unificação das repúblicas soviéticas, 427, 433; e a «autonomia soviética», 366, 427-9; e a formação da URSS, 441-3; e a constituição da URSS, 445-6.

Estónia, 348-51.

Exército Vermelho, 410-2, 424-5.

Fabianos, 269.

Fome de 1921, 204-6.

Finlândia, 322-4.

Fourier, Ch., 263.

«Fraccionismo», 228 n.

Frunze, M., 340 n., 373 n., 375, 442-3.

Galícia Oriental, 336.

Gueguetchkori, E., 380.

Gengis Khan, 368.

Génova, Conferência de, 435.

Geórgia: estrutura social da, 379;

e a Turquia, 380-3; república

independente da, 382, 384-7,

388; e a Alemanha, 382-3; e a

RSFSR, 383, 430-1, 433; men-

cheviques na, 384, 440; regime

soviético na, 388-90; relações

externas da, 436; e a Federa-

ção Transcaucásica, 397-8.

Godwin, W., 263.

Goldenberg, I., 98.

Golochtchekine, F., 365 n., 374 n.

Gorky, M., 204, 287 n.

Gotsinsky, 355, 366.

Governo Provisório, 89, 94-5, 102-

4, 107, 109-15, 119-25, 321-3.

GPU, *Ver* OGPU.

Gurvitch, G., 147 n.

Haase, H., 251 n.

Herzen, A., 27 n.

Hess, M., 263.

Hoffmann, Max, 344 n.

Hoover, H., 205.

Hruchevsky, M., 328, 334 n., 335.

Iacútia, Iacutes, 391, 437 n.

Igreja e estado, 148, 165, 177 n.

Ignatov, E., 223.

Internacionais:

Primeira (Associação Interna-

cional dos Trabalhadores): e Marx, 32; e a autodeterminação nacional, 463-4.

Segunda (Socialista ou Social-Democrática): e a guerra, 84, 269-70; e a pena de morte, 178 n.; e a autodeterminação nacional, 464.

Terceira (Comunista, Comintern): e as dissensões no Partido Comunista Russo, 237-8.

Intervenção aliada, 186-7, 190, 285, 300, 395-405.

Iskra, 18-9, 24, 40, 44-5.

Lugo-Ossécia, Ossetes, 389-90, 437 n.

Izvestiya, 63, 91.

Japão, relações com a RSFSR.

Ver em RSFSR.

Jaurès, J., 457 n.

Jefferson, T., 179 n.

Jeleznyakov, V., 141.

Jilunovitch, 346 n.

Joffe, A., 183 n., 404-5.

Jordania, N., 380, 384, 390.

Kaledine, A., 133-5, 298, 330-1.

Kalinine, M., 81, 91, 244.

Kamchatka, 401.

Kamenev, L. B.: no terceiro congresso do partido, 62; redactor do *Soisial-Demokrat*, 66; e a guerra de 1914-18, 85; e a defesa nacional, 93-5, 97-8; e as «teses de Abril» de Lenine, 100-2, 113; opõe-se à tomada do poder, 114-8; eleito para o primeiro Politburo, 114; demite-se do comité central, 117; e o governo de coligação, 129-30, 213; e a pena de morte, 181; e o socorro à fome, 204; sobre o partido e o estado, 251.

Kamensky, A., 317.

Kappel, General, 394 n., 401.

Karakhan, L., 404 n.

Kautsky, K., 30, 48, 68, 180 n., 270, 388, 470.

Kefali, T., 201 n.

Kemal (Ataturk), 387.

Kerensky, A., 107, 111-2, 176-8.

Khiva. *Ver* Khorezm.

Khmel'nitsky, Bohdan, 325.
 Khorezm (Khiva), 354, 369, 374, 431-2, 441-3.
 Khozaev, F., 375.
 Khrustalev-Nosar, G., 63.
 Kienthal, Conferência de, 86.
 Kirov, S., 386, 443.
 Kichkine, N., 204.
 Kollontai, A., 96 n., 98, 224, 238, 295 n.
 Koltchak, A., 198, 289, 314, 361, 363, 374, 385, 393-6, 400, 448.
 Komi, região autónoma, 437 n.
 Kornilov, L., 112, 115, 329.
 Kosior, S., 215 n.
 Krasine, L. B., 62, 204.
 Krasnochtchekov, A., 396-7, 402.
 Krasnov, P., 176.
 Krestinsky, N., 221, 231.
 Kronstadt, sublevação de, 202, 225.
 Krupskaya, N., 18, 49 n.
 Krylenko, N., 84, 189, 247.
 Krijjanovsky, G., 18.
 Kühlmann, R. von, 334 n.
 Kuibychev, V., 215 n., 240-1, 374 n.
 Kuskova, E., 23 n., 56 n., 204 n., 205 n.
 Kutuzov, I., 232 n.
 Kuznetsov, N., 238.
 Kviring, E., 338.
 Lafargue, P., 464.
 Larine, Y., 214 n.
 Lassalle, F., 456.
 Legiões checoslovacas, 162, 190, 391-4.
 Lenine, Vladimir Ilitch (Ulianov): nascimento e educação, 17; influência de Plekhanov sobre, 17; exílio na Sibéria, 18; redactor da *Iskra* e da *Zarya*, 18-9; usa pela primeira vez o nome de «Lenine», 19; *Que Fazer?*, 19, 24, 34, 42 n., 43, 47, 50; e os *narodniks*, 21; e o papel do proletariado, 21-2, 28-9, 71-4; e os «marxistas legais», 22-3; e os «economistas», 23-8, 34-5; sobre a teoria e a prática, 29-30, 38, 53; sobre a organização do partido, 31-5, 43-4, 50, 413; carácter, 36-9; Trotsky sobre,

38; no segundo congresso do partido, 42-3; abandona a redacção da *Iskra*, 46; acusado de bonapartismo e jacobinismo, 46-7; controvérsia com os mencheviques, 50, 53; *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, 49; e o «centralismo democrático», 50-1, 217; e a organização central bolchevique, 50; funda *Vpered*, 51; e a revolução democrática-burguesa, 58-9, 70-4, 143; e a Revolução de 1905, 63-5, 104; redactor de *Sotsial-Demokrat*, 66; *Materialismo e Empíriocriticismo*, 67; *Duas Tácticas da Social-Democracia*, 71-2; e o papel do campesinato, 71-4, 144; sobre as fases da revolução, 71-4, 143-4; e a «revolução permanente», 73, 144; controvérsia com Trotsky, 77-81; como membro do comité central bolchevique, 81; e a guerra de 1914-18, 83-7; e a Segunda Internacional, 84; e a Conferência de Zimmerwald, 85; e a Conferência de Kienthal, 86; *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, 86; volta à Rússia, 87, 96-7; «teses de Abril», 98-9; e os soviets, 103-5, 153, 173; planeia a tomada do poder, 112-8; combatido por Kamenev e Zinoviev, 114-8; eleito para o primeiro Politburo, 114; e a Revolução de Outubro, 119-20, 143-4; e o socialismo, 125-7, 143; e o governo de coligação, 129-32; *Teses sobre a Assembleia Constituinte*, 134-6; e a constituição da RSFSR, 146-7, 166-8; teoria do estado, 149, 268-82; e a ditadura do proletariado, 149-50, 164, 260-1; e o federalismo, 159-60; e a separação dos poderes, 168-9; e a burocracia, 172-3, 253-8, 267, 274-5, 279-81; e o terror revolucionário, 176, 179 n., 180-1, 184, 189 n., 192, 195; atentado contra a sua

- vida, 193; e os anarquistas, 196, n., 268-71; e a conciliação com os mencheviques, 198; crítica a GPU, 207; e o julgamento dos SRs, 208; e os comunistas de esquerda, 215-6; e a «oposição operária», 225-7; e a liberdade de crítica, 227-31; sobre «desvio», 277 n.; e a depuração do partido, 234; e a oposição de Myasnikov, 235; e a oposição à NEP, 235, 236-8; doença de, 241, 244, 257; e o Sovnarkom, 248, 252; sobre o partido e o estado, 252, 259-60; sobre o Rabkrin, 255-6; sobre a «ditadura do partido», 259-60, 273 n.; *O Estado e a Revolução*, 271-82; e a autodeterminação nacional, 289, 291, 294-6, 300 n., 308, 309, 321, 324, 342-3, 363, 415, 421, 459 n., 461, 465, 467-8, 469 n., 470-8; e o direito de secessão, 295, 301, 472; e a «autodeterminação para os trabalhadores», 302-4; e a coligação na Geórgia, 390, 438; controvérsia com Estaline, 438, 441 n., 445; e a Transcaucásia, 439-40, 441 n.
- Leroux, G., 263.
 Letónia, 350.
 Liga Comunista, 26, 32.
 Liga da Social-Democracia Revolucionária, 45.
 Liga de Combate pela Libertação da Classe Operária, 17.
 «Libertação do Trabalho», 17, 18, 27.
 Lituânia, 351-2.
 Litvinov, M., 62, 437.
 Lomov, A., 214.
 Lossow, General von, 383 n.
 Lunatcharsky, A., 62, 109, 204.
 Luxemburgo, Rosa, 48, 180, 294 n., 470.
 Lvov, G., 107, 111.
 MacDonald, R., 388.
 Maisky, I., 187 n.
 Makharadze, F., 440.
 Makno, N., 186 n., 196, 338-41.
Manifesto Comunista, 16, 25, 28, 32, 42, 52, 264, 304, 456, 459-60.
- Manuilsky, D., 343, 440.
 Mari, região autónoma, 355, 358, 437 n.
 Martov, Y., 18, 24, 44, 66, 84, 87 n., 108, 143, 187, 189 n., 200-2, 298.
 Martynov, A., 41, 42 n., 45, 70.
 Marx, Karl: influência na Rússia, 20; e a revolução alemã, 25-7, sobre a «revolução permanente», 26, 73; e o estado, 149, 263-8; e o federalismo, 158-9; e a separação dos poderes, 168; e a ditadura do proletariado, 175 n., 263; e o terror revolucionário, 179; e a questão nacional, 456-65.
 Marxismo: na Rússia, 21; e as fases da revolução, 57-8. *Ver também* «Marxismo Legal».
 «Marxismo Legal», 21-2, 24, 54.
 Mazzini, G., 457.
 Mdivani, B., 440.
 Medvedev, S., 238.
 Mezhlauk, V., 338 n.
 Menchevismo, Mencheviques: origem do, 46-52; e os bolcheviques, 47-9; e a Conferência de Genebra, 52, 62; e a Revolução de 1905, 63, 68-70; e a reunificação do partido, 64-8; e a cisão final no partido, 81-2; e a Revolução de Fevereiro, 89, 112-3; e a Assembleia Constituinte, 131, 134; e o terror revolucionário, 180, 189; dissensões entre os, 187; excluídos dos soviets, 187; oposição a Brest-Litovsk, 195-6; conciliação com os bolcheviques, 197-8, 200; reincorporados nos soviets, 198; fim da oposição organizada dos, 201, 202; organização em Berlim, 203; na Geórgia, 384, 440. *Ver também* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques); Bolchevismo, Bolcheviques.
 Merkulov, S., 401.
 Mezhraiontsy, 108, 111.
 Mikhailov, L., 231.
 Mikoyan, A., 386.
 Milyukov, P., 102, 107, 322.
 Milyutine, V., 119, 130, 214 n.
 Mirbach, W. von, 174, 190.

Mitine, M., 238.
Mitskevitch-Kaptsukas, 440.
Molotov, V., 86, 90-2, 231, 241.
Montanhese, república autónoma dos, 367-8, 437 n.
Moscov, torna-se capital, 147.
Muçulmanos: movimentos nacionais entre os, 353-68; e a atitude soviética, face à religião, 362-3.
Muranov, M., 93, 94, 223.
Myasnikov, A. N., 345.
Myasnikov, G. I., 236, 345 n.

Nacionalidades: número de, 286-7; antes de 1917, 287; influências unificadoras sobre as, 287-9; política soviética com respeito às, 291-2, 295, 300, 303-4, 317, 319-20, 406-22; administração dos assuntos das, 309-20; e o «chauvinismo grão-russo», 413-22; e a unidade económica, 432-5.

Nacionalismo: ressurgimento do (nacionalismo) russo, 288-9 413-4; e a reforma social, 289; ucraniano, 294 n., 324-45, 410-1; e o internacionalismo, 304-5; doutrina bolchevique do, 306-8, 406-16, 465-78; russo-branco, 344-8; estoniano, 348; letão, 348; e os povos orientais, 351-68, e a Ásia Central, 368-78; e a Transcaucásia, 378-90; e a Sibéria, 390-405; georgiano, 440; e as classes médias, 455-6; e o proletariado, 455-9. *Ver também* Autodeterminação nacional.

Narodniks, 16-7, 20-3, 55, 326.

NEP (Nova Política Económica): anúncio da, 226, 249; e as discussões no partido, 235-9.

Noguine, V., 112, 130, 214 n., 233.

Obolensky, V. *Ver* Osinsky, N. OGPU (*anteriormente* GPU), 207-8, 240, 258, 449-50.

Oiraque, região autónoma, 437 n.

Olminsky, M., 92.

Oposição operária, 224-8, 234-5.

Ordjonikidze, S., 81, 386, 390, 400, 441 n.

Ossetes. *Ver* Iugo-Ossécia.
Osinsky, N. (Obolensky, V.), 215, 220.

Owen, R., 263.

Panturanianismo, 365 n., 371, 378.

Partido Comunista, *Ver* Partido Comunista de Toda a União, Chinês, Alemão, etc.

Partido Comunista Russo (Bolcheviques). *Ver* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques).

Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques) (*anteriormente* Partido Comunista Russo (Bolcheviques), *previamente* Partido Operário Social-Democrata Russo): fundação do, 15; primeiro congresso, 1898, 15-6, segundo congresso, 1903, 40-7; primeiro programa e estatuto, 41-5, 213-4; cisão bolchevique-menchevique, 43-60; e a Revolução de 1905, 61-5, 69-71; terceiro congresso, 1905, 61-2; reunificação bolchevique-menchevique, 64-8; quarto congresso (da unidade), 1906, 66; quinto congresso, 1907, 66; Conferência de Paris, 1908, 66; Conferência de Praga, 1912, 81-2; Conferência de Berna, 1915, 84; «Conferência de Abril», 1917, 102-3; sexto congresso, 1917, 111, 213; constituição do primeiro Politburo, 114; programa do, 147, 167-8, 172; e a constituição da RSFSR, 1918, 171-3; concentração do poder no seio do, 210-1, 217-21; e as instituições do Estado, 211-2, 247-53; monopólio político do, 212-4; chefia pessoal no, 212, 219; disciplina do partido, 213-6, 226; oposição no interior do, 214-7, 222-6; e os comunistas de esquerda, 214-7, 222; sétimo congresso, 1918, 215, 220; torna-se o Partido Comunista Russo (Bolcheviques), 215-7; organização do, 217-9; congresso do, 220, 249-50;

- comité central do, 220, 230-1, 248-9, 260-1; Politburo do, 221, 231, 248, 259; Orgburo do, 221, 231; secretariado do, 221-2, 231-2, 240-1, 261; oitavo congresso, 1919, 222, 233, 247, 254; nono congresso, 1920, 222; e a «oposição militar», 222; e a «oposição operária», 224-7, 235; comissão de controle do, 223, 230, 240, 257-8, 259; e os sindicatos, 225-7; décimo congresso, 1921, 226-34; e «desvio», 227; e «fraccionismo», 228-30; primeira depuração no, 232-5; crescimento e número de membros do, 232; comité central de verificação do, 234; décimo primeiro congresso, 1922, 234, 237-9; e a oposição de Myasnikov, 235; e a NÉP, 235-8; e a «declaração dos 22», 237-8; e a GPU, 240; estatuto do, 251; e o controle estatal, 254; décimo segundo congresso, 1923, 258, 260, 445-7; e a autodeterminação nacional, 301, 342, 465-78; e a Ucrânia, 325, 341-3; e o Turquestão, 371-4, 376-8; papel unificador do, 413; mudança de nome para Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques), 413; e o «chauvinismo grão-russo»; 413-4; e a constituição da URSS, 1923, 444-5. *Ver também* Bolchevismo, Bolcheviques; Menchevismo, Mencheviques.
- Partido Operário Social-Democrata Russo. *Ver* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques).
- Partido Social-Democrata. *Ver* Partido Social-Democrata Alemão, Russo, etc.
- Partido Social-Democrata Alemão (SPD), 48-9, 55, 251 n., 269.
- Partido Social-Democrata Austríaco, 466.
- Partido Social-Democrata Finlandês, 322 n., 323.
- Partido Social-Democrata Independente Alemão (USPD), 201.
- Partido Socialista Polaco, 470.
- Parvus, *pseud.* (Gelfand, A. L.), 78 n., 79 n.
- Pena de morte, 178-9, 188-9.
- Pestovsky, S., 313.
- Petersburgo, rebaptizada de Petrogrado, 92 n.
- Petlyura, S., 328-9, 335-6, 338-40, 341.
- Petrogrado (Petersburgo), Soviete de Deputados Operários de. *Ver* Soviete de Deputados Operários.
- Petrovsky, G., 231 n.
- Pilsudsky, J., 470.
- Plekhanov, G., 17-8, 19, 24, 41, 44, 45-7, 51, 55, 84, 457 n., 465 n.
- Podvoisky, N., 115, 338 n.
- Politburo. *Ver em* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques).
- Política agrária. *Ver* Campesinato.
- Política externa. *Ver em* RSFSR.
- Política industrial. *Ver* Conselho Supremo da Economia Nacional.
- Política do trabalho. *Ver* Sindicatos.
- Polónia: e o Governo Provisório russo, 321-2; e a RSFSR, *ver em* RSFSR.
- População, transferência de, 367.
- Potresov, A., 18, 37, 44, 187.
- Pravda*, 82, 91.
- Preobrajensky, E., 215 n., 222-3, 231, 241, 298.
- Prokopovitch, S., 204.
- Proudhon, P. J., 158, 263.
- «Purga», 233 n. *Ver também em* Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques).
- Pyatakov, Yu., 84, 215 n., 294-5, 301, 332 n., 336-8.
- Quirguízia, Quirguizes, 354, 368.
- Rada ucraniana. *Ver em* Ucrânia.
- Radek, K.: e os mencheviques, 55; volta à Rússia, 87; e o julgamento dos SRs, 208; e os comunistas de esquerda,

- 215; reeleito para o comitê central do partido, 231 n.; e a autonomia da Ucrânia, 332; e a autodeterminação nacional, 473.
- Rakovsky, K., 338, 340, 343, 414-7, 429, 446.
- Rapallo, tratado de, 436.
- Raskolnikov, F., 140.
- Região autônoma alemã do Volga, 360, 437 n.
- Reisner, M., 149-51, 168.
- Renner, K., 466, 468.
- República do Extremo Oriente, 396-7, 398-405, 436, 441.
- República Soviética Federal Socialista Russa (RSFSR): diferentes fronteiras da, 163, 285, 423; como unidade constituinte da URSS, 428-35; 437-41; repúblicas e regiões autônomas da, 437; constituição da, ver Constituição da RSFSR; relações com: Estados Unidos da América, 205. Estônia, 348-50. Impérios Centrais. Ver Brest-Litovsk. Japão, 395-405. Polónia, 321-2, 341-51. Turquia, 381-7. Ver também conferência de Génova; Internacionais; Conferência de Washington. Tratados e acordos com: Arménia, 30 de Set. de 1921, 431. Azerbaijão, 30 de Set. de 1920, 428-9. Bokhara, 4 de Março de 1921, 431-2. Estônia, 2 de Fev. de 1920, 350. Geórgia, 7 de Maio de 1920, 386, 389; 21 de Maio de 1921, 431. Impérios Centrais, 3 de Março de 1918. Ver Brest-Litovsk. Khorezm; 13 de Set. de 1920, 431-2. Letônia, 11 de Agosto de 1920, 350. Lituânia, 12 de Julho de 1920, 350-1.
- Polónia, 18 de Março de 1921, 350, 435.
- República do Extremo Oriente, 15-30 de Dezembro de 1920, 399-400.
- Rússia Branca, 16 de Janeiro de 1921, 431.
- Turquia, 16 de Março de 1921, 435.
- Ucrânia, 28 de Dezembro de 1920, 429-30.
- República Soviética Socialista da Rússia Branca. Ver Rússia Branca.
- República Soviética Socialista da Ucrânia. Ver em Ucrânia.
- República Tártaro-Básquire, 358-9.
- Revolução:
- Russa, de 1905, 61-80.
- Russa, de Fevereiro de 1917, 88-95; e o Governo Provisório, 88-95; e o «duplo poder», 88, 100-1, 136.
- Russa, de Outubro de 1917, 118-21, 175-8.
- Americana, e o federalismo, 158.
- Francesca, e o federalismo, 158-9.
- Ver também «Revolução Permanente».
- «Revolução Permanente», 26, 72-3, 79, n., 144.
- Robespierre, M., 179, 455.
- Rousseau, J. J., 263, 459 n.
- RSFSR. Ver República Soviética Federal Socialista Russa.
- Rudzutak, Y., 232 n., 374 n., 377 n.
- Rússia Branca: movimento nacional na, 344-5; constituição da Rada, 345-6; e a Alemanha, 345; regime soviético na, 345-8; e a Polónia, 347; e a RSFSR, 430-1, 433; relações externas da, 432; como república constituinte da URSS, 442, 444.
- Ryazanov, D., 214 n., 216 n., 232, 411.
- Rykov, A.: e a Revolução de Fevereiro, 103, 113; e o governo de coligação, 129, 214 n.; e o socorro à fome, 204.

- Sacalina, 404-5.
 Safarov, G., 87, 215 n., 377.
 Saint-Simon, H., 263, 266 n.
 Sapronov, T., 215 n., 223, 245.
 Savinkov, B., 190.
 Secessão, direito de, 289, 295 n., 297, 301-6.
 Semenov, G., 330 n., 392-4, 399, 401.
 Serebryakov, L., 222, 231.
 Shatov, «Bill», 397, 402.
 Sibéria: regime soviético na, 390-405; e a intervenção estrangeira, 391-9, 401-5; e o Japão, 391-405; e as legiões checoslovacas, 390-5; governos antibolcheviques na, 390-5; «estado-tampão» na, 395-9, 401, 405; e a República do Extremo Oriente, 397, 399-405; e o incidente de Nikolaevsk, 397, 391-405; e a Conferência de Washington, 391-405; e a RSFSR, 405.
 Sindicalistas, 269.
 Sindicatos: e o Rabkrin, 255; relação com o partido, 259; influência centralizadora dos, 411-3.
 Sinkiang, 377, 401.
 Skoropadsky, P., 336-8; 339 n.
 Skrypnik, N., 411-4.
Smena Vekh, 414 n.
 Smirnov, V. M., 206, 215.
 Socialistas-Revolucionários (SRs): e a Revolução de Fevereiro, 89, 107, 109, 112; primeira cisão entre os, 131; e a Assembleia Constituinte, 132-3; tentativa de tomar o poder, 190; e o assassinio político, 192-3; reincorporação nos soviets, 198-200; nova cisão entre os, 199; julgamento dos, 208-9.
 Socialistas-Revolucionários (SRs) de esquerda: coligação com os bolcheviques, 131-3, 249 n.; e Brest-Litovsk, 185-6; saem do Sovnarkom, 185; e a pena de morte, 188-9; e o assassinio de Mirbach, 190-1.
 Socialistas-Revolucionários (SRs) de direita: defendem o derrubamento dos bolcheviques, 187; excluídos dos soviets, 187-8.
 Sokolnikov, G., 87, 114.
 Solts, A., 238.
 Sorel, G., 268 n.
 Soviete de Comissários do Povo (Sovnarkom). Ver Conselho de Comissários do Povo.
 Soviete de Deputados Operários, de Petersburgo (1905), 63-4, 88, 104-5; de Petrogrado (1917), 88-9, 113-5, 119-20.
 Soviets: como órgãos do poder, 125; organização e funções dos, 242-3, 245; e o centralismo democrático, 246; e a «dupla subordinação», 246-7; e o partido, 248-9; e a burocracia, 253, 255. Ver também Congresso Panrusso de Soviets; Congresso de Soviets de Toda a União; Lenine; Revolução, Russa.
 Spiridonova, M., 131, 139, 190.
 Springer, R., *pseud.* Ver Renner, K.
 Steinberg, I., 128 n., 140.
 Steklov, Y., 98, 147, 167.
 Stolypine, P., 66.
 Struve, P., 15, 22.
 Sukhanov, N., 137.
 Sulkevitch, General, 360.
 Sverdlov, Y., 111, 118, 119, 139, 142, 147, 170 n., 188 n., 220, 244.
 Tabouis, General, 332, 336.
 Tadjiquistão, Tadjiques, 368-9.
 Tártaros, 348-60, 364, 437 n.
 Tchetchensque, região autónoma, 437 n.
 Tchernov, V., 139, 140, 199, 201.
 Tchitcherine, G.: e a independência da Ucrânia, 337; e a Transcaucásia, 383 n.
 Tchkheidze, N., 80, 90, 97, 381 n.
 Tchkhenskeli, A., 381 n.
 Tchuváchia, Tchuvaches, 355, 358-9, 364, 437 n.
 Terek, região de, 366.
 Tikhon, V., 177 n.
 Tomsy, M., 222, 231 n., 377 n., 412.
 Transbaicália, 392, 397-9.
 Transcaucásia: movimentos na-

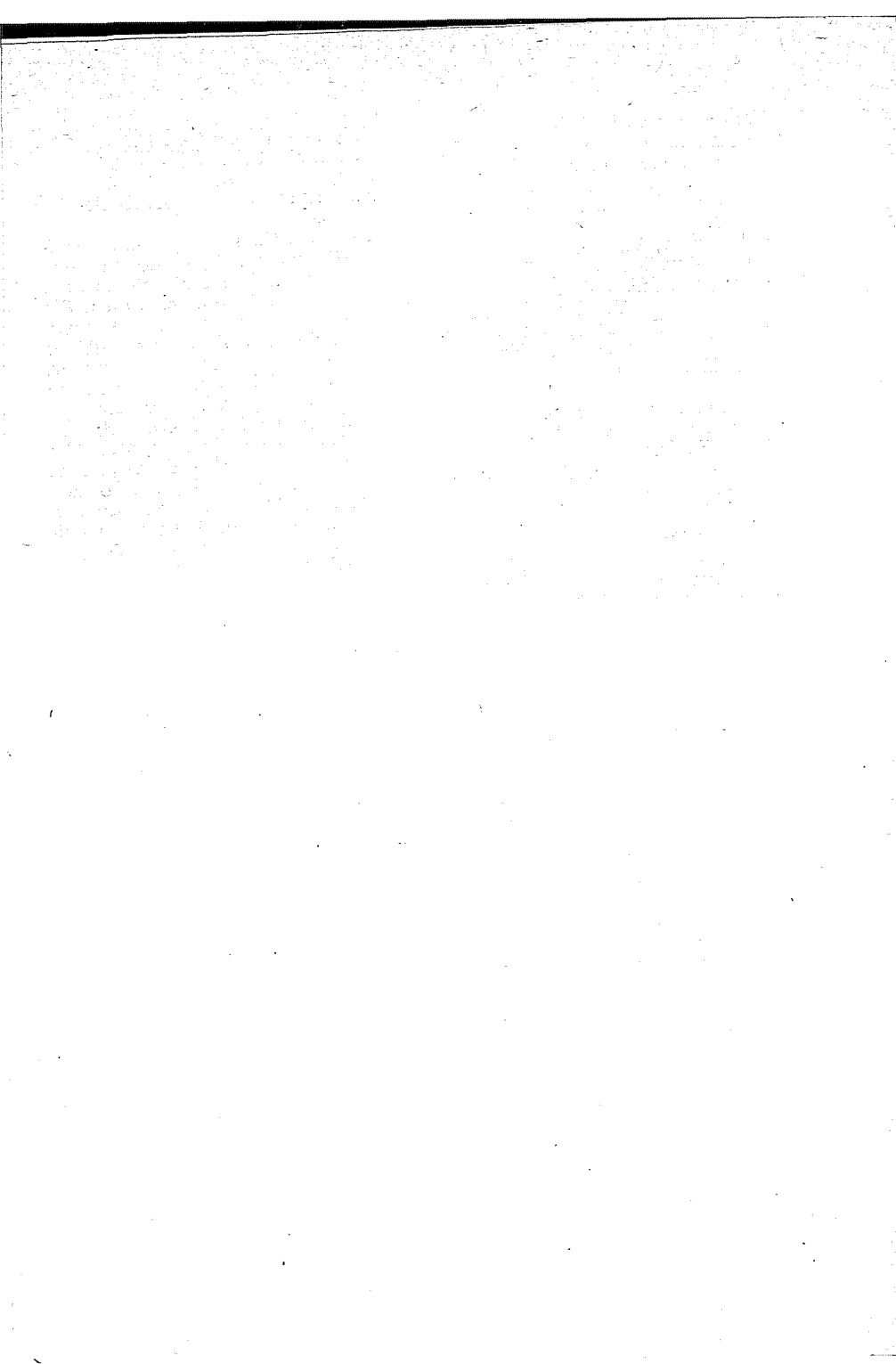
- cionais na, 378-390; grupos e animosidades nacionais na, 378-80, 382-3, 437; e a Revolução de Outubro, 380; «comissariado transcaucásico», 380; e a Turquia, 380-1, 435; como república federal independente, 381; e a intervenção britânica, 385-6; como república soviética federal, 437-41.
- Tratados e acordos:
 Alemanha-Geórgia, 28 de Maio de 1918, 383.
 Turquia-Geórgia, 4 de Junho de 1918, 383.
 República do Extremo Oriente-Japão, 17 de Julho de 1920, 399-400.
 Turquia-Arménia, 2 de Dezembro de 1920, 387.
 Para tratados e acordos concluídos pela RSFSR, *ver em* RSFSR.
Ver também. Brest-Litovsk, tratado de; Rapallo, tratado de. Tribunal Supremo da URSS,
- Trotsky, L. D.: sobre Lenine, 38-9; no segundo congresso do partido, 44; acusa Lenine de Jacobinismo, 48; e a Revolução de 1905, 63-4, 74-81; e a «revolução permanente», 74, 79 n.; controvérsia com Lenine, 77-9; chega a Petrogrado, Maio de 1917, 108; e as consequências da Revolução de Fevereiro, 108-14; junta-se aos bolcheviques, 113; como presidente do Soviete de Petrogrado, 113; eleito para o primeiro Politburo, 114; e a Revolução de Outubro, 114-20; e o governo de coligação, 129; e o terror revolucionário, 181-2; e Brest-Litovsk, 190; e os sindicatos, 214 n., 225; e a «oposição militar», 222; sobre o papel do comité central, 249; ataca o Rabkrin, 256; e a Ucrânia, 327, 334 n.; e os cosacos, 330 n.; e a Transcaucásia, 441 n.
- Troyanovsky, A., 298 n.
- Trutovsky, 150.
 Tryapitsyne, 397 n.
 Tsereteli, I., 109, 140, 382 n.
 Tugan-Baranovsky, M., 22.
 Tuntal, 232 n.
 Turquemenistão, Turcomanos, 368, 443 n.
 Turquestão, 354, 368-78, 437 n.
 Turquestão Chinês. *Ver* Sinkiang.
 Turquia: e a Geórgia, 380-4; e o Azerbaijão, 382-3; e a Arménia 382, 386-3; e a RSFSR, *ver em* RSFSR.
- Uborevitch, I., 401.
 Ucrânia: nacionalismo na, 324-44, 410-3; Rada da, 328-36; como república autónoma, 328; como república popular, 328, 331; soviets na, 328-31; política aliada na, 332, 336; e a Alemanha, 335-6; como república soviética, 334-5, 337-8, 341-2; constituição do «Directório Ucrainiano», 336-8; e a Polónia, 341-3; e a RSFSR, 423-5, 425 n., 429-30, 433; relações externas da, 434-7; como república constituinte da URSS, 441, 444.
- União Geral dos Trabalhadores Judaicos da Rússia e da Polónia. *Ver* Bund.
- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): fases da formação da, 423-43; utilização pela primeira vez da palavra «união» para a, 425 n.; conclusão da, 441-3; nome da, 441 n.; constituição da, *ver* Constituição da URSS.
- União dos Sociais-Democratas Russos no Estrangeiro, 38, 45.
- Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente, 316, 369 n.
- Unchlikht, I., 215 n.
 Uritsky, M., 116, 130, 183 n., 193, 215 n.
 Ustryalov, N., 414 n.
 Uzbequistão, Uzbeques, 368, 443 n.
- Vainchtein, 419.
 Validov, Z., 357, 361, 365, 365 n.

Vandervelde, E., 208-9, 388.
Vesenkha, *Ver* Conselho Supremo da Economia Nacional.
Vinaver, M., 360 n.
Vinnitchenko, V., 327, 332, 334-7, 341.
Volodarsky, V., 193.
Vorochilov, K., 193 n., 338 n.
Votiaques, 355, 437 n.
VTsIK. *Ver* Comité Executivo Central Panrusso; Comité Executivo Central de Toda a União.

Washington, Conferência de, 402-4.
Wilson, Woodrow, 460 n.
Witte, S., 21.
Wrangel, P., 339 n., 340 n., 366-8, 426.

Yakovlev, 436.
Yanson, Y., 404 n.
Yaroslavsky, E., 215 n., 231.
Yudenitch, N., 350, 361 n.

Zalutsky, P., 86, 90, 234.
Zasulitch, Vera, 17, 18, 44.
Zeligowsky, 351.
Zimmerwald, movimento de, 85, 472-3.
Zinoviev, G.: redactor de *Sotsial-Demokrat*, 66; como membro do comité central bolchevique, 81; com Lenine na Suíça, 83; volta à Rússia, 87; e a Revolução de Fevereiro, 102-3; opõe-se à tomada do poder, 114-8; eleito para o primeiro Politburo, 114; e o governo de coligação, 129-30, 213; e a Assembleia Constituinte, 137; e os comunistas de esquerda, 214 n.; e a «declaração dos 22», 238; sobre o partido e o estado, 248 n., 250 n.; e a «ditadura do partido», 260-1; e a Ucrânia, 338 n.



ÍNDICE

| | |
|--------------------|---|
| PREFACIO | 7 |
|--------------------|---|

PARTE I

O Homem e o Instrumento

| | |
|---|----|
| 1—As bases do bolchevismo | 15 |
| 2—Bolcheviques e mencheviques | 40 |
| 3—1905 e depois | 61 |
| 4—De Fevereiro a Outubro | 88 |

PARTE II

A Estrutura Constitucional

| | |
|--|-----|
| 5—As duas revoluções | 125 |
| 6—A constituição da RSFSR | 146 |
| 7—Consolidação da ditadura | 175 |
| 8—A supremacia do partido | 210 |
| 9—Partido e estado | 242 |
| Nota A. A teoria do estado de Lenine | 262 |

PARTE III

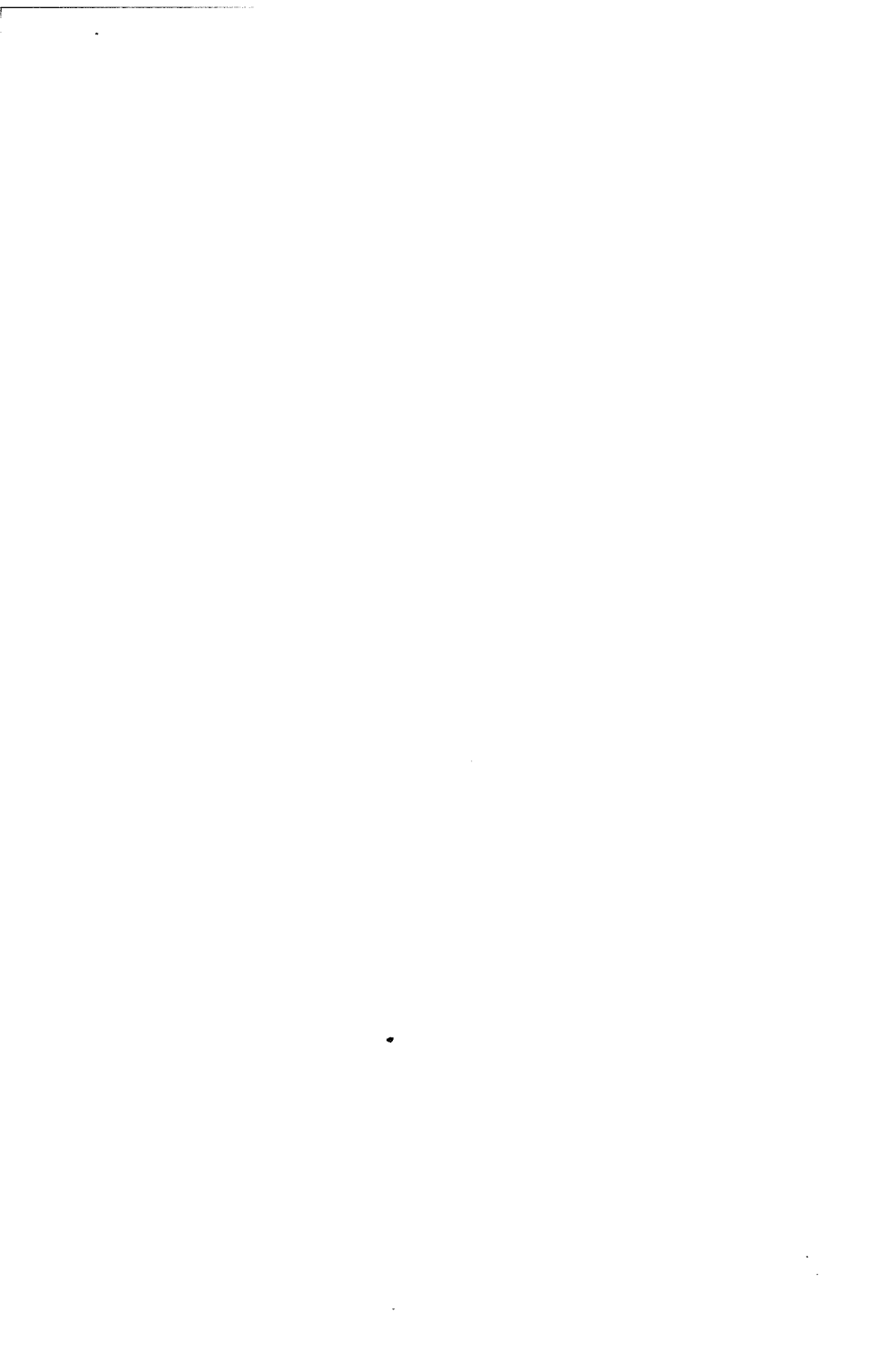
Dispersão e Reunião

| | |
|--|-----|
| 10—Política, doutrina, organização | 285 |
| a) Linhas gerais da política | 285 |
| b) A evolução da doutrina | 292 |
| c) Organização | 309 |

| | |
|--|-----|
| 11—A autodeterminação na prática | 321 |
| a) As regiões periféricas ocidentais | 321 |
| b) As regiões periféricas orientais | 351 |
| c) Ásia Central | 368 |
| d) As repúblicas transcaucásicas | 378 |
| e) Sibéria | 390 |
| 12—O balanço da autodeterminação | 406 |
| 13—Da aliança à federação | 423 |
| 14—A Constituição da URSS | 444 |
| Nota B. A doutrina bolchevique da autodeterminação | 455 |
| a) Os antecedentes do século dezanove | 455 |
| b) A doutrina bolchevique antes de 1917 | 465 |
| Lista de abreviaturas | 479 |
| Índice por assuntos | 481 |

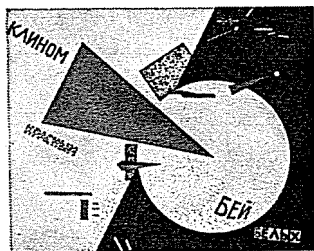
Composição e impressão:
Oficinas Gráficas da «Livraria Editora Pax, Lda.»
Rua do Souto, 75 — BRAGA (Portugal)







Destacamento
do exército vermelho (1919)



ЕЛ ЛИССИТЗКИ:
«Introduz no Branco